

# 100 VOZES PELA DEMOCRACIA

**DIREITOSJA!**  
FÓRUM PELA DEMOCRACIA

*Um mosaico de reflexões da  
sociedade brasileira frente à ascensão  
da extrema direita reacionária*

EDIÇÕES DO  
SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL



## Quem somos

O *Direitos Já! Fórum pela Democracia* é uma iniciativa da sociedade civil em defesa dos valores fundamentais expressos na Constituição Cidadã de 1988. Somos mais de 10 mil cidadãos, de todo o país, mobilizados em defesa da democracia, com representantes de setores da sociedade civil e, em caráter suprapartidário, de diversas lideranças políticas do país.

Desde 2019 atuamos em permanente vigília na defesa da democracia e dos seus princípios fundamentais, promovendo a articulação, o diálogo e a mobilização da sociedade civil e dos partidos políticos no campo democrático.

Além de reuniões e debates, o movimento já realizou dez grandes atos públicos, três em São Paulo, um em Brasília, um no Rio de Janeiro e cinco virtuais (no período da pandemia), sendo que três deles contaram com convidados internacionais. Nesses encontros, tratamos de temas de interesse público, como a defesa do Estado Democrático de Direito, a liberdade religiosa e de imprensa, a campanha pela vacina, o auxílio emergencial, a CPI da Pandemia e a defesa da Justiça Eleitoral, entre outros.

Conheça mais sobre o *Direitos Já!* em nosso site [www.direitosja.org](http://www.direitosja.org) e em nossas redes sociais no Facebook, Instagram e YouTube @direitosjaforumpelademocracia.



Organizador do livro **100 Vozes pela Democracia**, Fernando Guimarães Rodrigues, paulistano nascido em 1974, é o idealizador e coordenador-geral do *Direitos Já! Fórum pela Democracia*. Também integra o Conselho de Desenvolvimento Econômico Social e Sustentável da Presidência da República. Atualmente é membro do Diretório Nacional e vice-presidente estadual do PSB/SP; anteriormente, por indicação de Franco Montoro, foi por duas décadas o representante do PSDB na Organização Democrata Cristã da América. Na luta democrática, foi uma das lideranças do Movimento Caras Pintadas; presidente alterno da Juventude Latino-americana pela Democracia; diretor de Políticas Educacionais da UNE; e secretário-geral do Conselho da Comunidade Luso-Brasileira. No Governo de São Paulo, foi membro do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e do Conselho Estadual de Juventude. Atuou, como gestor público, nas secretarias estaduais do Meio Ambiente e de Cultura. Na Prefeitura de São Paulo, trabalhou na secretaria de Direitos Humanos e Cidadania e na das Subprefeituras. É cientista social pela USP, formado pela Escola de Governo, diplomado internacional em Teoria Política e Gestão Pública e pós-diplomado em Estado, Transição Democrática e Políticas Públicas.



100 vozes pela  
democracia

SENADO FEDERAL

Mesa

Biênio 2023/2024

Senador Rodrigo Pacheco

PRESIDENTE

Senador Veneziano Vital do Rêgo

1º VICE-PRESIDENTE

Senador Rodrigo Cunha

2º VICE-PRESIDENTE

Senador Rogério Carvalho

1º SECRETÁRIO

Senador Weverton

2º SECRETÁRIO

Senador Chico Rodrigues

3º SECRETÁRIO

Senador Styvenson Valentim

4º SECRETÁRIO

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

Senadora Mara Gabrilli

Senador Dr. Hiran

Senadora Ivete da Silveira

Senador Mecias de Jesus

CONSELHO EDITORIAL

Senador Randolfe Rodrigues

PRESIDENTE

Esther Bemerguy de Albuquerque

VICE-PRESIDENTE

CONSELHEIROS

Alcinéa Cavalcante

Fabício Ferrão Araújo

Aldrin Moura de Figueiredo

Heloisa Starling

Ana Luísa Escorel de Moraes

Ilana Feldman Marzochi

Ana Maria Martins Machado

Ilana Trombka

Carlos Ricardo Cachiollo

João Batista Gomes Filho

Cid de Queiroz Benjamin

Ladislau Dowbor

Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

Márcia Abrahão Moura

Eduardo Bueno

Rita Gomes do Nascimento

Elisa Lucinda dos Campos Gomes

Toni Carlos Pereira

# 100 vozes pela democracia

Um mosaico de reflexões da  
sociedade brasileira frente à ascensão  
da extrema direita reacionária

Edições do Senado Federal  
vol. 310

Brasília, 2023



SENADO FEDERAL



EDIÇÕES DO  
SENADO FEDERAL  
VOL. 310

---

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país e também obras da história mundial.

Produção: Fernando Guimarães  
Supervisão, edição e revisão: José Renato Melhem e Marisa Mello  
Capa: Antonio Kehl  
Editoração eletrônica: SEGRAF  
Ilustrações: Lívia Lemos e Thata Silva  
Fotografias: Cláudio Braga, Cristiane Oshima, Danielle Rosa, Fred Hoffmann, Juliana Guimarães, Murilo Muraah, Ricardo Durand, Thiago Arikawa e Vania Cardim  
Criação do Logotipo do Direitos Já: Licínio Roberto Cardenas Junior  
Revisão de conteúdo e dos termos autorais: Antônio Celso Albuquerque, Daniel Brito, Eclair Pires, Luiz David Faria, Luiz Philipe de Oliveira, Marcos Rehder Batista e Vania Cardim  
Equipe de apoio: André Laudanna, Arlindo Felipe Jr., Carolini Gonçalves, Eida Azevedo,

Fábio Gomes, Fernanda Rosas, Grace Carreira, Grazielle Rodrigues, Heloisa Alves, Idernanio do Carmo, Jamir Nogueira, Kiko Rieser, Marcos Faria, Murilo Muraah, Rayssa Mendes, Realle Palazzo-Martini, René Piazzentin, Ricardo Scog, Rodrigo Carvalho, Sandro Couto e Thiago Alves  
Projeto gráfico: Eduardo Franco

© Senado Federal, 2023  
Congresso Nacional  
Praça dos Três Poderes s/nº  
CEP 70165-900 — DF

cedit@senado.leg.br  
<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/conselho-editorial-1>  
Todos os direitos reservados

---

100 vozes pela democracia : um mosaico de reflexões da sociedade brasileira frente à ascensão da extrema direita reacionária. — Brasília : Senado Federal, 2023.

572 p. : il., fots. — (Edições do Senado Federal ; v. 310)

ISBN: 978-65-5676-368-2

1. Democracia, Brasil, coletânea. 2. Extrema-direita, Brasil. 3. Política e governo, Brasil. I. Título: Cem vozes pela democracia. II. Série.

CDDir 321.80981

---

Dedicamos esta obra a todas as vítimas da pandemia de coronavírus e a seus familiares, que, em um momento crítico da economia e da política brasileira, ainda precisaram superar a tragédia de perder um ente querido. Dedicamos também este livro, *in memoriam*, à saudosa atleta Isabel Salgado, uma das autoras, falecida em 16 de novembro de 2022.

Esta obra, além de propor uma reflexão, dedica-se a homenagear todos os brasileiros que sofreram, ao longo desses últimos anos, com o aumento da intolerância, preconceito e misoginia, os quais induziram ao assassinato de mulheres, indígenas, negros e homossexuais; com o tensionamento do confronto ideológico que perseguiu jornalistas, ambientalistas e ativistas; e principalmente com a fome que voltou devido ao encolhimento da ação do Estado e a uma das maiores recessões da história do país.



Nosso agradecimento ao presidente do Conselho Editorial, o senador Randolfe Rodrigues. Agradecemos ainda aos cem autores que cederam seus textos à publicação, bem como aos voluntários que possibilitaram a elaboração deste livro.

Vale ressaltar que os cargos e ocupações de cada autor referem-se ao ano de 2022, quando esta obra foi produzida.



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
<i>Fernando Guimarães</i>	
RECONSTRUIR A DEMOCRACIA	63
<i>Aldo Arantes</i>	
O DEVER DE LUTAR	67
<i>Alessandro Molon</i>	
SAÚDE E DEMOCRACIA: SAÚDE É DEMOCRACIA	71
<i>Alexandre Padilha</i>	
BASTA! FORA BOLSONARO!	75
<i>Alice Portugal</i>	
RETROCESSO NOS DIREITOS INDÍGENAS	77
<i>Almir Surui</i>	
A HERANÇA BENDITA DA SOCIAL-DEMOCRACIA	81
<i>Aloysio Nunes</i>	
É HORA DE MANTER A UNIÃO QUE ESTÁ DERROTANDO A PANDEMIA CONTRA OS INIMIGOS DA DEMOCRACIA	85
<i>Antônio Funari Filho</i>	
NÃO BASTA DERROTAR BOLSONARO, PRECISAMOS CONSTRUIR UM PROJETO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO	89
<i>Antonio Neto</i>	

SOMOS TÃO SERES HUMANOS QUANTO TODOS OS OUTROS	93
<i>Ariadna Thalia da Silva Arantes</i>	
ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E DESENVOLVIMENTO	97
<i>Belisário dos Santos Jr.</i>	
A ELEIÇÃO QUE DEFINE O FUTURO DO BRASIL	103
<i>Bruna Brelaz</i>	
CONSTITUIÇÃO E EVANGELHO BEM APLICADOS PARA UMA DEMOCRACIA PLENA	105
<i>Caio Fábio</i>	
ENFRENTANDO PESTES	107
<i>Carlos Lula</i>	
A REFORMA DO SISTEMA POLÍTICO E A PLENITUDE DEMOCRÁTICA	113
<i>Carlos Siqueira</i>	
O NEOLIBERALISMO ESTÁ MATANDO A DEMOCRACIA	119
<i>Ciro Gomes</i>	
O BRASIL SOB O SIGNO DA ANORMALIDADE	125
<i>Cláudio Couto</i>	
A DEMOCRACIA SE ESGOTOU, VIVA A HUMANOCRACIA	129
<i>Cristovam Buarque</i>	
O FALSO JUDAÍSMO ENGENDRADO PELO GOVERNO BOLSONARO E A CISÃO NA COMUNIDADE JUDAICA BRASILEIRA	137
<i>Daniel Annenberg</i>	

RETROCESSO E RECONSTRUÇÃO DAS INSTITUIÇÕES MILITARES	141
<i>Diógenes Lucca</i>	
SEM JUSTIÇA SOCIAL NÃO HÁ DEMOCRACIA	145
<i>Eduardo Moreira</i>	
A RESILIÊNCIA DA DEMOCRACIA BRASILEIRA: A FORÇA DO DIÁLOGO CONTRA O RADICALISMO	147
<i>Eduardo Paes</i>	
A RENDA BÁSICA PARA AUMENTAR A LIBERDADE REAL	151
<i>Eduardo Suplicy</i>	
SEGURANÇA PÚBLICA, RACISMO E VIOLÊNCIA	155
<i>Elizeu Lopes</i>	
A TRAGÉDIA NÃO PODE SE REPETIR	159
<i>Eliziane Gama</i>	
DEMOCRACIA SITIADA	163
<i>Erika Kokay</i>	
RECONSTRUIR A DEMOCRACIA	169
<i>Eva Blay</i>	
O BRASIL E A ETERNA LUTA ENTRE A CIVILIDADE E A BARBÁRIE	173
<i>Fábio Gomes</i>	
NÃO É BOLSONARO, MAS O BOLSONARISMO QUE PRECISA SER VENCIDO!	177
<i>Fábio Trad</i>	

UNIDADE DE AÇÃO PARA DERROTAR BOLSONARO <i>Fernanda Melchionna</i>	181
A TEMPESTADE PERFEITA <i>Fernando Gabeira</i>	185
A UNIVERSIDADE SITIADA <i>Flávia Calé</i>	189
CUIDAR DA AMAZÔNIA, CUIDAR DO BRASIL <i>Flávio Dino</i>	193
O QUE NOS TROUXE A ESSE PONTO? <i>Florianio Pesaro</i>	197
REFLEXÕES DEMOCRÁTICAS E A EQUIDADE <i>Frei David</i>	201
A UNIÃO DOS DEMOCRATAS É URGENTE <i>Geraldo Alckmin</i>	207
AS MULHERES, A DEMOCRACIA E A RECONSTRUÇÃO NACIONAL <i>Glaucia Morelli</i>	211
RECONSTRUÇÃO DO BRASIL PASSA PELA DEMOCRACIA PLENA COM DIREITOS PARA TODOS <i>Gleisi Hoffmann</i>	215
PANDEMIA, IMPUNIDADE E ESQUECIMENTO <i>Gonzalo Vecina</i>	219
A CULTURA E SEUS DESAFIOS <i>Grace Carreira</i>	223

OS IMPACTOS DA ATUAL CONJUNTURA POLÍTICA NA EXISTÊNCIA E RESISTÊNCIA DA POPULAÇÃO LGBTI+	227
<i>Heloísa Alves</i>	
IMAGENS DOS ATOS E AÇÕES DO DIREITOS JÁ! FÓRUM PELA DEMOCRACIA	231
OUTRO FUTURO É POSSÍVEL	263
<i>Ilona Szabó</i>	
DEMOCRACIA DEPRIMENTE	267
<i>Isa Penna</i>	
PARA QUE NÃO NOS ESQUEÇAMOS	271
<i>Isabel Salgado</i>	
UM PAÍS QUE NUNCA EXISTIU	275
<i>Ivam Cabral</i>	
2022 TEM A MARCA DA ESPERANÇA E DIREITOS JÁ!	279
<i>Jandira Feghali</i>	
QUEM PRECISA DE TANTA TERRA?	283
<i>João Signorelli</i>	
PARA SALVAR A DEMOCRACIA	285
<i>José Álvaro Moisés</i>	
DIREITOS HUMANOS NA DEMOCRACIA: REMÉDIO PARA A PANDEMIA	289
<i>José Gregori</i>	
ECONOMIA: O CALCANHAR DE AQUILES DO PROJETO AUTORITÁRIO DE BOLSONARO	293
<i>José Luis Oreiro</i>	

BRASIL: A DEMOCRACIA SOB ATAQUE <i>José Renato Melhem</i>	297
POR UMA FRENTE AMPLA ATÉ DOER <i>Juca Kfourí</i>	307
DERROTAR A AGENDA DO GOLPE E RECONSTRUIR O BRASIL <i>Juliano Medeiros</i>	311
A VISÃO DO BRANCO E OUTROS TONS <i>Kaká Werá</i>	315
QUE A VOZ DA IGUALDADE SEJA A NOSSA VOZ <i>Leci Brandão</i>	321
MAIOR AGRESSOR DE JORNALISTAS DO BRASIL É O PRÓPRIO PRESIDENTE DA REPÚBLICA <i>Leonardo Sakamoto</i>	325
A DEMOCRACIA É INEGOCIÁVEL <i>Lídice da Mata</i>	331
UMA AGENDA ANTICAPITALISTA PARA O BRASIL <i>Luciana Genro</i>	333
AMEAÇAS AO PACTO CIVILIZATÓRIO <i>Luciana Saddi</i>	339
RESTAURAR A DEMOCRACIA É O VÉRTICE DAS LUTAS DO PRESENTE <i>Luciana Santos</i>	345
ÉTICA E DEMOCRACIA <i>Luciano Huck</i>	349

O BRASIL QUE QUEREMOS <i>Luiz Felipe D'Avila</i>	353
COMO AS DEMOCRACIAS SURPREENDEM <i>Luiz Philipe Oliveira</i>	357
A HISTÓRIA ENSINA QUE, QUANDO SE NEGA A POLÍTICA, O QUE VEM DEPOIS É SEMPRE PIOR <i>Luiz Inácio Lula da Silva</i>	361
NÃO QUERO O CHARME DOS DERROTADOS <i>Márcio França</i>	365
QUE PODER DISPUTAMOS NA ERA DA DESINFORMAÇÃO? <i>Marcos Faria</i>	369
SANGUE, SUOR E PONTES: A URGÊNCIA DE UM NOVO PACTO POLÍTICO PARA NOSSA DEMOCRACIA <i>Marcos Rehder</i>	373
O BRASIL QUE ODEIA O BRASIL GANHOU <i>Mariana Lacerda</i>	377
A CONSTRUÇÃO DO FUTURO COMEÇA AGORA <i>Marina Helou</i>	381
PARAR DE MITAR É PRECISO <i>Marina Silva</i>	385
RETROCESSO PÓS-2018: O PAÍS DO CARNAVAL REDUZIDO A QUARTA-FEIRA DE CINZAS <i>Marisa Mello</i>	391
LETRAS MUDAS SEPARADAS DO LEITE <i>Mauricio Paroni</i>	395

A LUTA FAZ A LEI! <i>Miguel Torres</i>	403
DA AUTODESTRUIÇÃO ANTIPOLÍTICA AO INEVITÁVEL <i>Murilo Muraah</i>	407
DERROTAR BOLSONARO, RECONSTRUIR O BRASIL <i>Orlando Silva</i>	411
EDUCAR PARA RECONSTRUIR O BRASIL <i>Paulo Câmara</i>	415
A SUBVERSÃO DO ESTADO DE DIREITO E DA NOSSA DEMOCRACIA PELO AUTORITARISMO BOLSONARISTA <i>Pedro Serrano</i>	419
A PROFISSÃO MILITAR E O SEGUNDO ASSALTO DE BOLSONARO <i>Perpétua Almeida</i>	423
O SIGNIFICADO DE 2022 PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA BRASILEIRA DEPOIS DE DOIS ANOS DE PANDEMIA <i>Priscila Cruz</i>	429
DEMOCRACIA SEMPRE! <i>Randolfe Rodrigues</i>	433
UMA REALIDADE DESAFIADORA <i>Raul Henry</i>	439
INFORMAR É PRECISO! <i>Realle Palazzo-Martini</i>	443

A RECONSTRUÇÃO PRECISA SER COLETIVA <i>Renata Abreu</i>	447
O FUTURO É A NOSSA LUTA <i>Renato Casagrande</i>	451
A FRENTE POSSÍVEL <i>Ricardo Galhardo</i>	455
A DEMOCRACIA É FUNDAMENTAL <i>Ricardo Patah</i>	459
A DEFESA DA DEMOCRACIA E DAS INSTITUIÇÕES <i>Roberto Cláudio</i>	463
A REFUNDAÇÃO DA SOCIAL-DEMOCRACIA NO BRASIL E A RECUPERAÇÃO DO DINAMISMO SOCIOECONÔMICO NACIONAL <i>Roberto Freire</i>	467
ECONOMIA E DEMOCRACIA <i>Rogério Studart</i>	471
DERROTAR BOLSONARO NAS RUAS, NAS REDES E NAS URNAS <i>Rosa Anacleto</i>	475
NÃO É CRISE, É (DES)GOVERNO! <i>Rozana Barroso</i>	479
DEMOCRACIA ACIMA DE TUDO <i>Sérgio Fausto</i>	483
DO BRASIL, AOS HISTORIADORES DE AMANHÃ <i>Simone Tebet</i>	487

ENQUANTO ISSO, NAS RUAS DAS CIDADES <i>Soninha Francine</i>	491
REPRESENTATIVIDADE E DEMOCRACIA: PRECISAMOS RETOMAR A CONFIANÇA DAS PESSOAS NA POLÍTICA <i>Tabata Amaral</i>	495
PARA DERROTAR A DISTOPIA <i>Tarso Genro</i>	499
A DEMOCRACIA E PLENO EXERCÍCIO DE DIREITOS <i>Tasso Jereissati</i>	503
DEMOCRACIA E HUMANISMO INTEGRAL <i>Dom Walmor Oliveira de Azevedo</i>	507
A LUTA PELA VACINA <i>Wellington Dias</i>	511
É PRECISO PROMOVER A ESCUTA E O DIÁLOGO PARA FORTALECER A DEMOCRACIA <i>Weverton Rocha</i>	515
POSFÁCIO: A DEMOCRACIA NO BRASIL <i>Fernando Guimarães e Rodrigo de Carvalho</i>	519
MANIFESTO DO ATO I DO DIREITOS JÁ! FÓRUM PELA DEMOCRACIA	527
MANIFESTO DO ATO II DO DIREITOS JÁ! FÓRUM PELA DEMOCRACIA	529
MANIFESTO DO ATO III DO DIREITOS JÁ! FÓRUM PELA DEMOCRACIA	531

MANIFESTO DO ATO IV DO DIREITOS JÁ! FÓRUM PELA DEMOCRACIA	535
MANIFESTO DO ATO V DO DIREITOS JÁ! FÓRUM PELA DEMOCRACIA	539
MANIFESTO DO ATO VI DO DIREITOS JÁ! FÓRUM PELA DEMOCRACIA	543
MANIFESTO DO ATO VII DO DIREITOS JÁ! FÓRUM PELA DEMOCRACIA	547
MANIFESTO DO ATO VIII E TAMBÉM II ATO INTERNACIONAL DO DIREITOS JÁ! FÓRUM PELA DEMOCRACIA	551
MANIFESTO DO ATO IX DO DIREITOS JÁ! FÓRUM PELA DEMOCRACIA	555
MANIFESTO DO ATO X DO DIREITOS JÁ! FÓRUM PELA DEMOCRACIA	557
COMPOSIÇÃO DO DIREITOS JÁ! FÓRUM PELA DEMOCRACIA	561
COLABORADORES DO DIREITOS JÁ! FÓRUM PELA DEMOCRACIA	565



# INTRODUÇÃO

*Fernando Guimarães\**

Quando acordei na manhã do dia 29 de outubro de 2018, tinha em conta que viveríamos desde então, ao longo dos quatro anos seguintes, um permanente pesadelo: Jair Messias Bolsonaro havia vencido a eleição presidencial e já reiterava suas verborragias de campanha onde explicitava seu despreço pelos valores democráticos e a sua cultura de ódio pelas minorias.

Trinta anos passados desde a aprovação da Constituição Cidadã, as urnas permitiram, de forma legítima, a ascensão ao poder de um Presidente da República que não trazia consigo um programa de governo, mas uma agenda de retrocessos, bem como o sistemático objetivo de fragilizar as instituições e oportunamente interromper o curso democrático da Nova República.

Em meio à enorme agonia que tomava as redes sociais de um atordado campo democrático, ecoava a seguinte pergunta: “Como isso foi possível?”. E como é de praxe, iniciava-se uma disputa de narrativas para apontar o dedo e a responsabilidade. Mas não era isso que fazia sentido.

Fui então, como de costume, buscar respostas nas lições do mestre André Franco Montoro, governador de São Paulo, que ergueu a bandeira das “Diretas Já” e abriu caminho para a redemocratização. Dizia ele: “quando erguemos uma grande bandeira, a favor de uma grande causa,

---

\* Fernando Guimarães Rodrigues é organizador do livro *100 Vozes pela Democracia – Um mosaico de reflexões da sociedade brasileira frente a ascensão da extrema direita reacionária* e Coordenador do Direitos Já! Fórum pela Democracia.

muitos são os que se apresentam para empunhá-la”. Era então a hora de erguermos a bandeira da democracia, dos direitos humanos, dos princípios e valores assegurados na Constituição e convidarmos a todos para empunhá-la. Com esse pensamento, passei a mão no telefone e fui convidando, em longos telefonemas ou visitas, primeiramente entre as pessoas do meu relacionamento, uma a uma, lideranças partidárias e da sociedade civil que se dispusessem a participar de um grupo de whatsapp, que seria embrião de uma iniciativa de defesa da democracia, a qual se somariam depois tantas outras pessoas.

Talvez a melhor definição para o espírito desse primeiro grupo de whatsapp, mantido até hoje, remonta ao episódio em que o Presidente Nixon, em plena Guerra Fria, enviou em 1971, o seu secretário de Estado Henry Kissinger para uma visita preparatória à China. Esse foi recebido pelo primeiro-ministro chinês Chu En-Lai, que, após algumas amenidades de cortesia, propôs: “Vamos falar do que nos une”.

Assim, muito respeitosamente, falando do que nos une, em fevereiro de 2019 percebemos que era o momento de realizar nossos primeiros encontros presenciais. Nos reunimos então no escritório do advogado Charles McNaughton, com a participação de duas ou três dezenas de companheiros, entre eles, alguns que posteriormente viriam, juntos com tantos outros, compor a equipe de coordenação do movimento: Murilo Muraah, Marisa Mello, Luiz Philipi de Oliveira, Iderlanio do Carmo, Eclair Souza e Douglas Gomes. Coletivamente, definimos nossos objetivos, forma de organização, atuação e nossa denominação. Entre as diversas sugestões, duas vieram a compor o nome do nosso movimento. A jornalista Mariana Tegon propôs o vibrante “Direitos Já”, por sua vez, a expressão “Fórum pela Democracia” representava a forma da nossa construção. Estava ali batizado o “Direitos Já! Fórum pela Democracia”.

A partir dali, fomos promovendo uma série de encontros públicos de recepção de importantes lideranças e a cada dia o “DJ”, como carinhosamente chamamos o movimento, tomava cada vez mais consistência.

No momento em que já tínhamos lideranças de mais de dez partidos e de algumas dezenas de organizações da sociedade civil, entendemos que era a hora do passo mais ousado, o lançamento público do nosso Fórum. Imaginávamos algo impactante, mas sabíamos que antes seria



Encontro no escritório de Charles McNaughton

necessário demonstrarmos para a sociedade nossa capacidade de colocar os diferentes para conversar e compartilhar um mesmo propósito.

No dia 20 de maio de 2019, reunimos no apartamento do jurista Pedro Serrano, em São Paulo, diversas personalidades políticas, como o ex-prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, o ex-ministro Aloizio Mercadante, e o vereador paulistano Eduardo Suplicy, pelo PT; o senador suplente José Aníbal, o ex-ministro da Justiça, José Gregori, os secretários municipais de São Paulo, Fernando Chucre e Daniel Annenberg, e os ex-secretários estaduais, André Franco Montoro e Belisário dos Santos Jr., representaram o PSDB; o ex-presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, então pelo Solidariedade (hoje no PDT); Guilherme Boulos, pelo PSOL; o deputado federal Orlando Silva e o vereador de Campinas, Gustavo Petta, pelo PCdoB; o presidente nacional do PV, José Luiz Penna; o porta-voz nacional da Rede Sustentabilidade, José Gustavo; a vereadora Soninha Francine, pelo Cidadania; o vereador Eliseu Gabriel,

pelo PSB; e o ex-deputado estadual Marcelo Cândido, pelo PDT. Da sociedade civil, entre os presentes, estavam a então presidente da UNE, Marianna Dias; o presidente do Condepe, Dimitri Sales; e o jurista Celso Antônio Bandeira de Mello. Esse encontro teve a cobertura presencial de dois conceituados jornalistas do Estadão, Pedro Venceslau e Ricardo Galhardo, o que foi decisivo para que a nossa iniciativa adquirisse a necessária visibilidade.

O próximo passo foi estabelecer uma comissão organizadora que, em julho, se fez presente em uma visita à reitora da Pontifícia Universidade Católica, Professora Maria Amália Andery, ocasião em que agendamos para o icônico palco do Tuca o lançamento do Direitos Já! Fórum pela Democracia. Era uma responsabilidade imensa pois, tínhamos poucas semanas para realizar o ambicioso objetivo de apresentar ao país um fórum capaz de promover o diálogo, a mobilização e apresentar uma reação da sociedade e das lideranças políticas frente aos retrocessos do governo Bolsonaro. Foram dias de trabalho muito intenso e que demandou o comprometimento de muitos voluntários, a cara e principalmente a coragem de assumir um ato sob o qual muitos tinham dúvidas da viabilidade política.

Chegou enfim o dia 2 de setembro de 2019, o Tuca absolutamente lotado nos seus cerca de 700 lugares, com a presença de representantes das mais de 300 organizações convidadas. A produção ficou a cargo da Vângela Veloso, com a indispensável contribuição da Rosângela Lyra. No palco, líderes de 14 partidos foram convidados a discursar: a vice-governadora de Pernambuco, Luciana Santos (presidente nacional do PCdoB); o ex-governador Ciro Gomes (PDT); o ex-governador Márcio França (PSB); o deputado federal Paulinho da Força (presidente nacional do Solidariedade); o deputado federal Marcelo Ramos (então PL, hoje PSD); o deputado federal José Nelto (Podemos); o ex-deputado federal José Luiz Penna (presidente nacional do PV); a deputada estadual por SP, Marina Helou (Rede); o vereador Eduardo Suplicy (PT); a vereadora Soninha Francine (Cidadania); o presidente municipal do PTB, Sérgio Maranhão (hoje sem partido); a primeira suplente de deputada federal por SP, Mônica Rosenberg (Novo); a ex-prefeita Marta Suplicy (sem partido); e por vídeo, o presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB)



Visita à reitora da PUC-SP, professora Maria Amália Andery

e o prefeito Gilberto Kassab (presidente nacional do PSD). Após a execução do Hino Nacional pelo maestro Douglas Gomes, a abertura do ato “Em Defesa do Estado Democrático de Direito” coube ao Arcebispo de São Paulo, Dom Cláudio Hummes, em momento ecumênico com a participação de mãe Adriana de Nanã, Afonso Moreira Jr. (kardecista), rabino Alexandre Leone, pastor Arioaldo Ramos, frei Marcelo Toyansk, reverendo Jair Alves, padre Júlio Lancelotti, missionário Leonel Maia, e Vahid Vahdat (Bahá’í), e o encerramento ao governador do Maranhão, Flávio Dino. O ato contou ainda com a participação, entre outros, da jurista professora Silvia Pimentel, do ator João Signorelli, de líderes estudantis como Iago Montalvão (então presidente da UNE) e Pedro Gorki (então presidente da UBES), de sindicalistas como Adilson Araújo (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), Miguel Torres (Força Sindical), Ubiraci de Oliveira (Central Geral dos Trabalhadores do Brasil) e Antonio Neto (CSB). A OAB foi representada pelo saudoso

Mauro Sérgio Garcia, a Aliança Nacional LGBTI por seu presidente Toni Reis, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais pela presidente Keila Simpson, e o povo indígena Paiter Suruí por seu líder Almir Suruí.

Mas a grande surpresa dessa noite histórica foi a presença do linguista Noam Chomsky, um dos mais relevantes intelectuais vivos do mundo, cuja presença, discretamente articulada pelo nosso então coordenador político Ricardo Scog, colocou a todos, entre olhares absolutamente incrédulos e deslumbrados, a aplaudi-lo de pé.

Já na apoteose, diversos artistas, puxados pelo ator Ivam Cabral, tomaram o palco em coro cantando “É”, de Gonzaguinha. Enquanto isso, do lado de fora do teatro, estudantes acompanhavam o ato pelo telão, diante de milhares de balões brancos que subiam ao céu, anunciando a formação da Frente Ampla pela Democracia no mais amplo e signi-



Palco do I Ato no Tuca

ficativo ato público realizado desde as Diretas Já. Foi realmente uma demonstração de união e compromisso para uma vigilância constante, onde as forças democráticas foram capazes de, sem prejuízo de suas diferenças, se conectarem por uma pauta comum: “a defesa irrevogável



Fernando Guimarães e Noam Chomsky

da democracia, das instituições da República e dos direitos conquistados pela população brasileira”, conforme está preceituado em nosso primeiro manifesto.

Era só o começo. No dia 30 do mês seguinte, lá estávamos: eu; Ricardo Scog e Iderlânio do Carmo, da nossa Coordenação de Articulação Política; Murilo Muraah, da Coordenação de Articulação da Sociedade; Alexandre Martins, da Coordenação de Comunicação; e Antonio Celso

de Albuquerque, da Coordenação de Planejamento; no auditório Ne-reu Ramos, no Congresso Nacional, realizando o II Ato do Direitos Já! Fórum pela Democracia, dessa vez colocando em pauta a “Defesa da Liberdade de Expressão, de Imprensa e o Estado Laico”, que já se apre-



Apoteose do Ato de lançamento

sentavam sob ameaça. Com a presença do jornalista Glenn Greenwald e a participação de seus colegas Reinaldo Azevedo, Alexandre Machado e Juca Kfourir, além de artistas, lideranças religiosas e de algumas das principais entidades da sociedade civil, também se somaram ao nosso Fórum novos parlamentares e dirigentes de 16 partidos, entre eles, o líder da oposição no Senado, Randolfe Rodrigues (Rede), e seus colegas Weverton Rocha (PDT) e Fabiano Contarato (PT); o líder da oposição na Câmara dos Deputados, Alessandro Molon (PSB); a líder da minoria, Jandira Feghali (PCdoB); e os deputados federais Marcelo Freixo (hoje PSB), Sâmia Bomfim, Fernanda Melchionna e David Miranda (hoje PDT), pelo PSOL; Paulo Teixeira, Alexandre Padilha e Erika Kokay, pelo PT;

Tadeu Alencar e Camilo Capiberibe, pelo PSB; e Marcelo Ramos (então PL, hoje PSD). Também foram exibidos vídeos encaminhados pelo ex-presidente Michel Temer e pelo ex-governador Geraldo Alckmin. Na ocasião, denunciámos os seguidos ataques do presidente Bolsonaro à imprensa brasileira; as tentativas de censura contra a cultura, inclusive por meio de suas fontes de financiamento; os ataques deferidos aos templos de matriz africana e a laicidade do Estado sendo colocada em risco; o ataque às universidades e o pensamento crítico; e, por fim, as ofensivas às expressões de identidade e afetividade da população LGBTQIA+.

Em dezembro de 2019, tivemos um momento de conagração, com um jantar de fim de ano na tradicional e paulistana, Cantina Piolin, onde reunimos cerca de 250 participantes do Direitos Já! Fórum pela Democracia. Foi uma noite muito especial, que reforçou os laços de companheirismo entre todos que se dedicam ao movimento. Lembro que o jantar começou às 18h e terminou às 4h da manhã. Aproveitamos



Card do II Ato

cada instante, como se soubéssemos que, muito em breve, esses encontros sociais não seriam possíveis por um longo tempo. A importância de registrar essa passagem reside em que o Direitos Já!, mais que um



Randolfe Rodrigues, Marta Suplicy, Alessandro Molon, Fernando Guimarães, Murilo Muraah e Alexandre Navarro



Glenn Greenwald participa do II Ato

movimento capaz de reunir lideranças dos mais diversos campos políticos, conseguiu aproximar os diferentes e criar profundos e acolhedores laços de amizade forjados na luta democrática, algo fundamental para o espírito em tempos tão difíceis de resistência.

O Fórum voltaria a se reunir em fevereiro de 2020, em São Paulo, quando promoveu um jantar, dessa vez de caráter formal, para a instalação de seu Conselho Político, integrado por lideranças dos partidos políticos representados no Direitos Já! na ocasião. Com a contribuição



Jantar de Natal de 2019

do cientista político Ricardo Sennes; e de lideranças como o ex-governador Paulo Hartung; o ex-senador Armando Monteiro; o deputado federal Raul Henry, pelo MDB; o ex-ministro Clóvis Carvalho, pelo PSDB; o ex-deputado federal Eduardo Jorge, pelo PV; o então porta-voz nacional da Rede Sustentabilidade, Pedro Ivo; o presidente municipal do Cidadania, Carlos Fernandes; a então porta-voz municipal da Rede, Duda Alcântara; e o ex-vereador Nabil Bonduki, pelo PT; entre outras lideranças aqui anteriormente mencionadas, avançamos na análise da conjuntura política e das nossas ações para garantias da democracia e dos direitos fundamentais. No horizonte tínhamos a preocupante projeção de uma



Primeira reunião do Conselho Político

escalada autoritária por parte do presidente Bolsonaro. Decidimos então dar início a uma série de atos públicos a serem realizados em diversas capitais brasileiras.

No início de março, fui recebido no Palácio dos Leões, em São Luís, pelo então governador do Maranhão Flávio Dino, anfitrião do nosso próximo ato, que traria ênfase à tão necessária defesa da educação frente à agenda de retrocessos do MEC. Infelizmente, em razão da pandemia e em respeito às normas sanitárias, alguns dias depois do encontro preparatório, nós cancelamos o evento que ocorreria no histórico Teatro Arthur de Azevedo e também todo o nosso calendário de eventos pelas demais capitais.

Tínhamos que buscar um outro formato de mobilização e foi aí que demos início a uma série de importantes lives semanais, aprofundando os entendimentos da oposição nas pautas mais urgentes e abrindo caminho para uma agenda mais abrangente. A estreia contou com a presença do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, do ex-presidente do STF, Nelson Jobim, do então presidente da Câmara dos Deputados,



Governador Flávio Dino e Fernando Guimarães no Palácio dos Leões

Rodrigo Maia, e dos governadores do Ceará, Camilo Santana, e do Maranhão, Flávio Dino. Nas semanas seguintes, os debates seguiram com a participação de nomes como o ex-presidente do STF, Ayres Britto; o ex-governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque; a ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva; o presidente do Cidadania, Roberto Freire; o ex-prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio; os deputados federais Eduardo Barbosa (PSDB), Lídice da Mata (PSB), Benedita da Silva (PT) e Joenia Wapichana (Rede); as ex-senadoras Eva Blay e Heloísa Helena; a ex-deputada Manuela D'Ávila; a deputada estadual Luciana Genro (PSOL/RS); a co-deputada estadual Chirley Pankará (PSOL/SP), o general da Reserva Santos Cruz; o apresentador Luciano Huck; o presidente da OAB, Felipe Santa Cruz; a socióloga Neca Setúbal; a presidente do Todos Pela Educação, Priscila Cruz; o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos; os historiadores Boris Fausto e Douglas Belchior (Uneafro); a cientista política Lourdes Sola; o filósofo Silvano Almeida; a ativista e atual vereadora de Salvador, Laina Crisóstomo (PSOL); a atriz Letícia Tomazella; o ouvidor das Polícias de São Paulo,



Live com Fernando Henrique Cardoso (FHC), Flávio Dino,  
Camilo Santana e Nelson Jobim

Elizeu Lopes; a jurista e professora Eunice Prudente; e o líder indígena Mário Nicácio (Coiab).

Quando demos início ao Direitos Já!, imaginávamos que teríamos dificuldade em buscar consensos para além da defesa da própria democracia e entendíamos que ela por si só era o suficiente para justificar a importância do nosso Fórum. A força do DJ não residia em produzir posicionamentos sobre todas as questões, mas em manifestar um posicionamento trazendo consigo a força de um consenso construído na amplitude de um fórum que reúne líderes de todo espectro ideológico, da esquerda à direita. No entanto, com o negacionismo do presidente Bolsonaro frente à pandemia, seu descaso com a vida e com as condições econômicas dos mais vulneráveis, se fazia necessário que pudéssemos produzir novos consensos, afinal não há democracia sem o direito à vida, não há democracia sem feijão no prato. Foi então que reunimos economistas indicados pelos mais diversos partidos e formamos uma comissão

de trabalho, sob a coordenação do ex-diretor executivo do Banco Mundial Rogério Studart e a participação de nomes como Mônica de Bolle, Bazileu Margarido, José Oreiro, Guilherme Mello, Nelson Marconi, Nilson Araújo, José Roberto Afonso, Ricardo Sennes e Sérgio Buarque, entre outros, produzindo uma proposta de agenda econômica mínima, aprovada por consenso em nosso Conselho Político e encaminhada aos senadores e deputados federais de todos os partidos, como contribuição para os debates do Congresso Nacional. O documento enfrentou a falsa dicotomia entre salvar vidas e salvar a economia, propondo a prolongação do programa de renda emergencial, em conjunto com a adoção de uma renda básica de cidadania, a promoção de um plano de emprego sem perda de direitos, a recomposição das verbas do SUS, do saneamento e da educação, o apoio aos trabalhadores com carteira assinada e a criação de um Conselho Nacional de Retomada da Economia. Tudo isso com o objetivo de definir um plano emergencial de emprego e produção, o aumento de investimentos e gastos públicos, com maior eficiência para a retomada do crescimento econômico, combate à desigualdade

**CONFIRMADO**

**Rogério Studart**  
Ex-diretor do Banco Mundial

 [direitosjaforumpelademocracia](#)

**DIREITOSJA!**  
FÓRUM PELA DEMOCRACIA

**VI Ato LIVE**  
SEG 01/03 às 19h

**EM DEFESA DO AUXÍLIO EMERGENCIAL**

e financiamento dos serviços públicos, a recriação de impostos sobre lucros e dividendos, a renegociação das dívidas de estados e municípios, salvamento de empresas, e investimento em infraestrutura, logística e desenvolvimento sustentável, destravando investimentos em habitação e mobilidade urbana, entre outras medidas.

Para dar repercussão a esse documento, realizamos em 26 de junho de 2020, o III Ato do Direitos Já! Fórum pela Democracia – Em Defesa da Democracia, da Vida e Proteção Social, em formato virtual, com mais de 5 horas de duração e ampla repercussão nos principais telejornais da Rede Globo e da TV Cultura. O ato trouxe uma emocionante apresentação musical do aniversariante Gilberto Gil, e contou com a



Gilberto Gil canta no final do III Ato

participação dos governadores de Pernambuco, Paulo Câmara; do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite; do Piauí, Wellington Dias; do Espírito Santo, Renato Casagrande; e do Ceará, Camilo Santana.

Além dos políticos que já integravam o DJ, se somaram nesse ato o ex-governador Tarso Genro; o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes;

o ex-prefeito de Manaus, Arthur Virgílio; o senador Tasso Jereissati (PSDB); os deputados federais André Figueiredo (PDT), Arnaldo Jardim (Cidadania), Marcelo Calero (PSD), Márcio Jerry (PCdoB), Maria Perpétua de Almeida (PCdoB) e Tabata Amaral (PSB); a deputada estadual Leci Brandão (PCdoB); o ex-ministro da Defesa, Raul Jungmann; o saudoso ex-ministro da Cultura, Francisco Weffort; a ex-secretária nacional de Direitos Humanos e comissária da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Flávia Piovesan; o ex-prefeito de Curitiba, Gustavo Fruet; o presidente nacional do PDT, Carlos Lupi; do PSB, Carlos Siqueira; do Cidadania, Roberto Freire; do Podemos, Renata Abreu; e do PSDB, Bruno Araújo. Da sociedade, se somaram as participações dos locutores esportivos Osmar Santos e Oscar Ulisses, do Pastor Levi Araújo, do antropólogo Kabenguelê Munanga; da filósofa Djamilia Ribeiro; do presidente da Comissão Arns, José Carlos Dias. O campo da saúde foi representado por Adriano Massuda, Drauzio Varella e Gonçalo Vecina Neto; os estudantes pela presidente da UBES, Rozana Barroso, e da então presidente da ANPG, Flávia Calé; a segurança pública pelo ex-comandante do Gate, Tenente-Coronel Diógenes Lucca; a cultura pelas atrizes Ana Petta e Lu Pavarin, pela poetisa Elisa Lucinda, pelo rapper

**DIREITOS JA!** EM DEFESA DA DEMOCRACIA  
FORUM PELA DEMOCRACIA DA VIDA E PROTEÇÃO SOCIAL  
DIA 26 DE JUNHO, ÀS 19H

Apresentação: Fernando Guimarães  
Coordenador do Direitos Já

Adilson Araújo  
Adriano Massuda  
Afonso Moreira Jr  
Aldo Rebelo  
Alessandro Molon  
Alexandre Dosunmu  
Alexandre Padilha  
Alice Portugal  
Almir Sinatori  
Ana Petta  
Antonio Neto  
Arthur Virgílio  
Ariovaldo Ramos  
Arnaldo Jardim  
Belisário dos Santos Jr.  
Benedita da Silva  
Bruno Araújo  
Camilo Santana  
Carlos Lupi  
Carlos Siqueira  
Carlos Zarattini  
Carolina Kotscho  
Ciro Gomes

Cristovam Buarque  
Daniel Cara  
Danilo Passaro  
David Miranda  
Diógenes Lucca  
Djamilia Ribeiro  
Dom Odílio Scherer  
Douglas Belchior  
Drauzio Varella  
Edson França  
Eduardo Barbosa  
Eduardo Jorge  
Eduardo Leite  
Eduardo Moreira  
Eduardo Paes  
Eduardo Suplicy  
Elisa Lucinda  
Emerson Kapaz  
Erika Kokay  
Estevão Silva  
Eunice Prudente  
Fabio Feldmann  
Felipe Santa Cruz

Fernanda Melchionna  
Fernando Gabeira  
Fernando Haddad  
Fernando Henrique  
Flávia Calé  
Flávia Piovesan  
Flávio Dino  
Francisco Weffort  
Gerardo Alcemin  
Gilberto Gil  
Gilberto Natalini  
Glenn Greenwald  
Gonzalo Vecina  
Guilherme Boulos  
Gustavo Fruet  
Heishin Sensei  
Iago Montalvão  
Jandira Feghali  
Joanna Maranhão  
Joënia Wapichana  
José Alvaro Moisés  
José Aníbal  
José Calixto Ramos

José Carlos Dias  
José Gregori  
José Luiz Penna  
José Nelto  
José Sarney  
Juca Kfourri  
Julia Lemmert  
Kabenguelê Munanga  
Leci Brandão  
Leonel Maia  
Leoni  
Levi Araújo  
Lídice da Mata  
Luciano Santos  
Luciano Huck  
Maite Schneider  
Manuela d'Ávila  
Marcelo Calero  
Marcelo Calero  
Marcelo Coelho  
Marcelo Freixo  
Marcelo Ramos  
Marcelo Toyansk

Marcio França  
Márcio Jerry  
Márcia Herminia Tavares  
Marina Silva  
Mário Nicácio  
Marta Suplicy  
Michel Schlesinger  
Miguel Torres  
Mônica de Bolle  
Neca Setúbal  
Orlando Silva  
Oscar Ulisses  
Osmar Santos  
Paulo Câmara  
Pedro Ivo  
Pedro Serrano  
Perpétua Almeida  
Petra Costa  
Pierpaolo Bottini  
Priscila Cruz  
Randyolfe Rodrigues  
Raul Henry  
Raul Jungman

Reinaldo Azevedo  
Renata Abreu  
Renato Casagrande  
Ricardo Martins  
Ricardo Patah  
Roberto Freire  
Rogério Studart  
Rami Bericke  
Ronaldão  
Rozana Barroso  
Ruth Goldberg  
Sérgio Nobre  
Sheikh Mohamad Al Bukai  
Sílvia Pimentel  
Tabata Amaral  
Tarsio Genro  
Tasso Jereissati  
Toni Res  
Ubiraci de Oliveira  
Walter Casagrande  
Wellington Dias  
Xis  
Zélia Duncan

Facebook icon: @DIREITOSJAFORUMPELADEMOCRACIA

Card do III Ato

Xis e pelo diretor de teatro Maurício Paroni. Participaram também os jornalistas Marcelo Coelho e Fernando Gabeira, o ativista Eduardo Moreira, a documentarista Petra Costa, a produtora cinematográfica Carolina Kotsho, a cantora Zélia Duncan e o ex-centroavante Walter Casagrande. O ato denunciou a concentração de mortes da covid-19 na população negra, e ainda suas consequências devastadoras para as comunidades indígenas. Estava claro que a pandemia acentuava as mazelas sociais e a precariedade das políticas públicas voltadas para as populações mais vulneráveis. Assim, nesse ato, cumprimos o papel de mobilizar a sociedade para denunciar a emergência humanitária e exigir prontas respostas do governo federal.

Em meados de 2020, estávamos todos já muito receosos com as condições em que se dariam as eleições de 2022 e, em razão disso, convocamos o IV Ato do Direitos Já! Fórum Pela Democracia – Dia Internacional da Democracia, que também ocorreria virtualmente, para o dia 15 de setembro (data da ONU). Era hora de abirmos diálogo com a sociedade civil de outros países. Coube ao pianista e cantor Cláudio Goldman a execução do Hino Nacional Brasileiro. O ato teve a participação do escritor argentino Adolfo Pérez Esquivel, prêmio Nobel da Paz; do presidente da Rede GayLatino, o também argentino Esteban Paulón; do grego George Mavrikos, secretário-geral da Federação Sindical Mundial; da eurodeputada Sandra Pereira, do sociólogo Boaventura de Souza Santos e da escritora Isabel Lousada, todos de Portugal. A Espanha foi representada pela jornalista Montserrat Ponsa Tarrés; o Chile, pelo secretário executivo da Organização Democrata Cristã da América, Francisco Jara, e pelo secretário-geral do Partido Comunista, Juan Andrés Lagos; a Alemanha pelo co-fundador do Partido Verde e ex-eurodeputado Gerald Häfner; o Paraguai, pelo saudoso ex-ministro da Habitação, Gerardo Rolon Pose, e pela ex-ministra da Saúde e Bem Estar Social, Esperanza Martinez; Cuba, pelo presidente da Organização Continental Latino-americana e Caribenha de Estudantes, Leonel Pérez Friman; o Uruguai, pelo senador Juan Castillo; o México, pela pesquisadora Martha Zapata Galindo; e os EUA, por Robert Goldman, presidente da Comissão Internacional de Juristas. Pelo Brasil, participaram o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, diversos governado-

res, presidentes de partido e parlamentares e nomes dos mais diversos setores da sociedade brasileira. Entre eles, se somaram ao Direitos Já! a ex-jogadora olímpica de vôlei, Isabel Salgado; o presidente da Frente

**IV ATO**  
**DIA INTERNACIONAL DA DEMOCRACIA**

**DIREITOSJA!**  
FORUM PELA DEMOCRACIA

Apresentação: **15 DE SETEMBRO**  
Fernando Guimarães  
Coordenador do Direitos Já! **18 HORAS**

Adilson Araújo  
Adolfo Pérez Esquivel  
Adriana Vasconcelos  
Aldo Rebelo  
Alvaro Egea  
Boaventura de Sousa Santos  
Boris Fausto  
Camilo Santana  
Carlos Lupi  
Carlos Siqueira  
Derson Mala  
Douglas Belchior  
Eduardo Leite  
Esperanza Martínez  
Esteban Paulón  
Eva Blay  
Felipe Santa Cruz

Fernando Henrique Cardoso  
Flávia Calé  
Flávia Piovesan  
Flávio Dino  
Francisco Jara  
Francisco Sant'Ana  
George Mavrikos  
Gerald Häfner  
Geraldo Alckmin  
Gerardo Rolon Pose  
Iago Montalvão  
Isabel Lousada  
Isabel Salgado  
Ivam Cabral  
Jamil Chade  
João Domingos dos Santos  
José Luiz Penna

Juan Andrés Lagos  
Juan Castillo  
Juca Kfourir  
Júnior Pinheiro  
Kaká Werá  
Laina Crisóstomo  
Leonel Pérez Friman  
Lourdes Sola  
Luciana Santos  
Marcelo Freixo  
Marcelo Ramos  
Maria Alice Setúbal  
Marino Beriguete  
Mário Nicácio  
Martha Zapata Galindo  
Miguel Torres  
Montserrat Ponsà Tarrés

Paulo Câmara  
Pedro Ivo  
Priscila Cruz  
Renata Abreu  
Renato Casagrande  
Ricardo Patah  
Robert Goldman  
Roberto Freire  
Rozana Barroso  
Sandra Pereira  
Sandro Resende  
Sergio Fausto  
Suéd  
Ubiraci Dantas de Oliveira  
Wellington Dias

@DIREITOSJAFORUMPELADEMOCRACIA

Card do IV Ato

**IV ATO**  
**DIA INTERNACIONAL DA DEMOCRACIA**

**DIREITOSJA!**  
FORUM PELA DEMOCRACIA

**CONFIRMADO**

**Adolfo Pérez Esquivel**  
Prêmio Nobel da Paz (1980)

**18H**  
**TERÇA, 15 DE SET**  
**2020**

@direitosjaforumpelademocracia

Favela Brasil, Derson Maia; o ex-presidente da Associação da Imprensa Estrangeira na Suíça, Jamil Chade; a diretora executiva da RAPS, Mônica Sodré; os empresários Francisco Sant’Ana e Sandro Resende; o cientista político Sérgio Fausto; João Domingos dos Santos, da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil; e Álvaro Egea, da Central dos Sindicatos Brasileiros. Nesse ato, manifestamos o nosso apoio à independência e liberdade de atuação do Congresso Nacional e do STF, à preservação dos valores civilizatórios conquistados na Constituição de 1988 e, mais uma vez, à sinalização de que ali estávamos em frente ampla para impedir qualquer tentativa de avanço de projeto autoritário no país.

O Brasil enfrentava tempos muito difíceis com o negacionismo e a falta de uma coordenação nacional do Ministério da Saúde no enfrentamento à Covid-19, e vivíamos uma preocupação em particular com o efeito das fake news sobre setores da população que, por desinformação, resistiam à vacinação. Por isso, o Direitos Já! Fórum pela Democracia convocou para o dia 18 de janeiro de 2021 o seu V Ato, lançando, em parceria com a Frente pela Vida, a campanha “Abraça a Vacina”. A ocasião também serviu para a defesa do SUS e a valorização dos institutos de pesquisa, como Fiocruz e Butantan. Participaram desse ato, para além dos nomes que já integravam nosso Fórum, lideranças como Dom Mauro Morelli, bispo emérito da Diocese de Duque de Caxias (RJ); Dom Walmor de Oliveira de Azevedo, presidente da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil e arcebispo metropolitano de Belo Horizonte; o presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB, Hélio



Card da Campanha  
Abraça a Vacina

LIVE DE LANÇAMENTO DA CAMPANHA

# #AbraceAVacina

18 de janeiro 15 HORAS

@DIREITOSJAI.FORUMPELADENOCRACIA

**Presenças confirmadas:**

Adriano Massuda	Fernando Guimarães	Lauro Cesar Muniz
Akira Homma	Fernando Pigatto	Levi Araujo
Alexandre Ramos Ifatola	Gonzalo Vecina Neto	Marieta Severo
Bárbara Bruno	Gulnar Azevedo	Monica de Bolle
Carlos Lula	Helena Petta	Paulinho Boca de Cantor
Dom Mauro Morelli	Iago Montalvão	Ricardo Patah
Dom Walmor Oliveira de Azevedo	Jarbas Barbosa	Socorro Gross
Eduardo Barata	José Gomes Temporão	Zé Celso
	Juca Kfourí	Zelito Miranda

Realização: **DIREITOSJAI** Frente pela Vida

\*Transmissão simultânea nas redes sociais das entidades apoiadoras.

Card do V Ato

Leitão; Alexandre Ifatola, presidente do Instituto Akhanda; Carla Vidal, do 342 Artes; o produtor teatral e presidente da APTR, Eduardo Barata; o diretor de teatro Zé Celso Martinez Corrêa; o dramaturgo Lauro César Muniz; e os músicos Paulinho Boca de Cantor e Zelito Miranda. Pela área da saúde, entre outros nomes, se somaram Gulnar Azevedo, representante da Frente pela Vida; o ex-ministro da Saúde José Gomes Temporão; o presidente do Conselho Nacional de Saúde Fernando Pigatto; a infectologista Helena Petta; Akira Homma e Paulo Buss, pela Fiocruz; Jarbas Barbosa, vice-diretor geral da Organização Panameri-

Eu abracei a vacina!

Walter Casagrande | Ex-Jogador e comentarista

#AbraceAVacina

Realização: **DIREITOSJAI** Frente pela Vida

Card de Walter Casagrande

cana de Saúde; Carla Domingues, coordenadora do Programa Nacional de Imunizações; e Luis Eugenio de Souza, vice-presidente da Federação Internacional de Associações de Saúde Pública e diretor da Abrasco.

A campanha “Abrace a Vacina” teve a adesão de inúmeros artistas como Elza Soares, Fernanda Montenegro, Laura Cardoso, Lima Duarte, Bárbara Bruno, Cissa Guimarães, Fábio Porchat, Françoise Forton, Lucélia Santos, Marcos Caruso, Marcos Palmeira, Miguel Falabella, Monarco, Patrícia Pillar, Zezé Polessa, Zezé Motta, Ana Lúcia Torre, Fúlvio Stefanini, Kiko Zambianchi, Cláudia Abreu, Ney Latorraca, Beth Goulart, José Roberto Aguillar, Alcione Mazzeo, Paulo César Pereio, Ana Terra, Tia Surica, Claire Digonn, Stepan Nercessian, Silvio Tandler; e atletas como Walter Casagrande, o ex-goleiro Manga, o ex-atacante Basílio e o ex-meia Raí; além de diversos religiosos como o pastor Wellington Santos e o pastor Ziel Machado; entre tantos outros.

Para além das questões de saúde pública, o Brasil seguia enfrentando o drama da fome e da insegurança alimentar. Por isso, mais uma vez

Apresentação:  Fernando Guimarães  direitosjaforumpelademocracia

# DIREITOSJA!

FÓRUM PELA DEMOCRACIA

**VI Ato LIVE: SEG 01/03 às 19h**

**EM DEFESA DO AUXÍLIO EMERGENCIAL**



 Adriana Vasconcellos	 Erika Kokay	 Marcelo Ramos
 Alice Portugal	 Fernanda Melchionna	 Mônica de Bolle
 Antero Pereira	 Gonzalo Vecina Neto	 Nelson Marconi
 Antonia Cleide Alves	 Guilherme Mello	 Nilson Araújo
 Antônio Neto	 Iago Montalvão	 Pedro Ivo
 Baleia Rossi	 José Luis Oreiro	 Renata Abreu
 Bruno Araújo	 José Luiz Penna	 Ricardo Patah
 Cassio Scapin	 Kim Kataguri	 Roberto Cláudio
 Conceição Cassano	 Levi Araújo	 Roberto Freire
 Dom Mauro Morelli	 Leticia Bassit	 Rogério Studart
 Edson França	 Lídice da Mata	 Victor Pagani

Card do VI Ato

sob coordenação de Rogério Studart, reunimos economistas dos mais diversos campos ideológicos e com o consenso do nosso conselho político – com representantes dos mais diversos partidos –, apresentamos a proposta de auxílio emergencial de R\$ 600 e sua devida urgência na pauta do Congresso Nacional. Esse documento foi apresentado em 1º de março de 2021, no VI Ato do Direitos Já! Fórum pela Democracia – Em Defesa do Auxílio Emergencial, do qual participaram dezenas de lideranças políticas e da sociedade que já compunham nosso fórum e às quais se somaram nesse ato o presidente do Sempapão, Antero Pereira; os deputados federais Alice Portugal (PCdoB), Baleia Rossi (presidente do MDB) e Kim Kataguiri (hoje União Brasil); o ator Cássio Scapin; Conceição Cassano (da Confederação das Mulheres do Brasil); Edson França (da Unegro); Reginaldo José (da UNAS Heliópolis); a escritora Letícia Bassit; Victor Pagani (do Dieese); e Leandro Ferreira, coordenador da Rede Brasileira de Renda Básica.

O VII Ato do Direitos Já! Fórum pela Democracia ocorreu em 26 de março de 2021, com a pauta “Pela CPI da Pandemia”, fruto da avaliação de que ela só seria instalada se houvesse a devida pressão da sociedade brasileira e o comprometimento das lideranças políticas. O ato reuniu

**VII ATO**  
Apresentação: Fernando Guimarães & Alaine Melo

**PELA CPI DA PANDEMIA | E DESAGRAVO AO FELIPE NETO**

**• AO VIVO SEXTA 26/3 às 14h**

Adilkun Araújo	Fernanda Sobral	Levi Araújo
Alfonso Moreira Jr.	Fernando Gabeira	Lúcia da Mata
Aldo Rebelo	Fernando Haddad	Luriana Santos
Alessandro Molon	Fernando Pigatto	Luiz Henrique Mandetta
Alexandre Padilha	Flávia Calé	Mãe Nêva Luz
Alvin Siqueira	Genivaldo Assis	Marcos Freixo
André Figueiredo	Gilmar Mauro	Martina Silva
Antônio Neto	Goisado Vaccini	Miguel Torres
Berjans Negri	Galvan Aparedo e Silva	Mônica de Bolle
Bruno Araújo	Herson Capri	Mônica Iozzi
Campelo Machado	Hidalgueiri Angel	Nílce Moretto
Carlos Lupat	Iago Montalvão	Omar Aziz
Carlos Saguena	Ivan Lima	Padre João Lanocetti
Carel Pinner	Janaína Deltos	Pastor Casé Fábio
Cesar Maia	Jandra Feghali	Paulo Betti
Ciro Gomes	Júlio Domingos dos Santos	Pedro Ivo
Claudio Luiz Lottenberg	João Signoretli	Pedro Serrano
Diógenes Lucca	José Carlos Dias	Randallie Rodrigues
Douglas Beckler	José Gomes Temporão	Raul Henry
Eduardo Jorge	José Guimarães	Ricardo Galhardo
Elena Landau	José Luiz Penna	Ricardo Parah
Eliziane Gama	João Neto	Roberto Freire
Erika Kikay	Junior Buzzella	Rozana Barroso
Fabiana Tard	Júlia Kikay	Simone Tebet
Felipe Neto	Juliano Medeiros	Ulisses Dantas de Oliveira
Felipe Santa Cruz	Laerte Coutinho	Vinício Oliveira
Fernando Melchionna	Leonardo Sakamoto	Zeca Collares

**DIREITOSJÁ!**  
FÓRUM PELA DEMOCRACIA

[f](#) direitosjaforumpelademocracia [r](#) direitosjaforumpelademocracia

Card do VII Ato

**CONFIRMADO**

**Ivan Lins**  
Cantor, Pianista e  
Compositor

**VII ATO** **• AO VIVO**  
**SEX 26/3**  
**às 14h**

**PELA CPI DA PANDEMIA**

**E DESAGRAVO AO FELIPE NETO, PELA LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

**DIREITOSJÁ!**  
FÓRUM PELA DEMOCRACIA

[f](#) direitosjaforumpelademocracia [r](#) direitosjaforumpelademocracia

Card de Ivan Lins

cerca de 80 lideranças de 14 partidos e da sociedade, entre elas o autor do pedido de CPI no Senado, Randolfe Rodrigues; as senadoras Eliziane Gama (Cidadania) e Simone Tebet (MDB); e o autor do pedido de CPI na Câmara dos Deputados, Júnior Bozella (hoje União Brasil). O ato somou também novos integrantes ao Direitos Já!, entre eles o ex-ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta; o presidente do Conselho do Hospital Albert Einstein, Claudio Lottemberg; Gilmar Mauro (do MST); o cantor Ivan Lins; José Guimarães; os atores Paulo Betti, Herson Capri e Vaneza Oliveira; a jurista Carol Proner (ABJD); os jornalistas Leonardo Sakamoto, Hildegard Angel e Nilce Moretto; a cartunista Laerte Coutinho; e o violonista Zeca Colares. No VII Ato realizamos também uma manifestação pela liberdade de expressão e solidariedade ao youtuber Felipe Neto, que esteve presente. Esse ato foi posteriormente reconhe-

**WEBINÁRIO**

**DESAFIOS PARA  
UMA ARTICULAÇÃO NACIONAL  
NO ENFRENTAMENTO À PANDEMIA**

Alberto Chebabo • Alexandre Padilha • Antonia Cleide Alves  
Bernardo Tanis • Camilo Santana • Carla Domingues  
Carlos Lula • Dimas Covas • Edinho Silva • Eliziane Gama  
Fernando Guimarães • Fernando Pigatto • Gonzalo Vecina  
Guilherme Amorim • José Temporão • Luis Henrique Mandetta  
Marcelo Burattini • Marco Aurélio Sáfaci • Marilda Siqueira  
Murilo Muraah • Nabil Bonduki • Nelson Jobim  
Nésio Fernandes • Paula Miraglia • Paulo Câmara  
Priscila Cruz • Randolfe Rodrigues • Ricardo Patah  
Ricardo Parolin Schneckenberg • Rogério Studart  
Samuel Moreira • Simone Tebet • Wanderson Oliveira  
Wellington Dias • Wilames Freire Bezerra

• AO VIVO **SEG 31/5 às 14h**

**DIREITOSJÁ!**  
FÓRUM PELA DEMOCRACIA

direitosjaforumpelademocracia

Card do webinar

cido por alguns senadores como substancial para a instalação da CPI, que ocorreria dias depois.

Era preciso reagir ao imobilismo do governo federal na falta de coordenação do SUS na pandemia e na ausência de políticas sociais e de enfrentamento à fome e ao desemprego. Entendemos que era necessário discutir com especialistas, lideranças políticas e da sociedade, esses e outros desafios que demandavam respostas econômicas e institucionais urgentes na perspectiva do pacto federativo. Por isso, o Direitos Já! Fórum pela Democracia promoveu, em 31 de maio de 2021, o webinar “Desafios para uma articulação nacional no enfrentamento à pandemia”. Estivemos a cabo da coordenação, eu, o ex-ministro Nelson Jobim; o ex-secretário nacional de Saúde, Wanderson Oliveira; e o coordenador de Articulação da Sociedade Civil do Direitos Já!, Murilo Muraah. Com a participação do Fórum Nacional de Governadores, da Frente Nacional de Prefeitos, de senadores e deputados, reunimos diversas lideranças e profissionais de referência, como: os infectologistas Alberto Chebabo, Marco Aurélio Sáfy e Marcelo Burattini; o psicanalista Bernardo Tanis; o presidente do Instituto Butantan, Dimas Covas; o prefeito de Araraquara, Edinho Silva; a consultora da OMS, Marilda Siqueira; o secretário de Saúde do Espírito Santo, Nésio Fernandes; a antropóloga Paula Miraglia; o neurocientista Ricardo Parolin; o deputado federal Samuel Moreira (PSDB); o presidente do Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde, Wilames Bezerra; a presidente da UNAS Heliópolis, Antonia Cleide Alves; e os juristas Edison Fernandes e Guilherme Amorim. Desse webinar, o mais amplo realizado, com a participação de cerca de 40 expositores, produzimos um documento técnico com um programa de ação emergencial, apresentado dias depois em reunião técnica com governadores, prefeitos e parlamentares.

No dia 7 de setembro de 2021, o país foi tomado pelo suspense da convocação do presidente Jair Bolsonaro para os seus seguidores ocuparem a Praça dos Poderes. Ao final, o resultado foi bem aquém da expectativa dos que almejavam ali um rompimento institucional. Não obstante, o chefe de Estado se deslocou a São Paulo e, em um discurso exaltado na Avenida Paulista, fez o que muitos consideraram o equivalente a rasgar a Constituição. Nesse mesmo dia, às 19h, o Direitos Já! Fórum

pela Democracia reunia, em caráter extraordinário, seu Conselho Político, com a participação dos presidentes nacionais de partidos ou seus representantes. Dada a gravidade dos acontecimentos, pela primeira vez, por consenso entre os presentes, decidimos assumir o pedido de impedimento de Bolsonaro.

O Direitos Já! vinha acumulando a experiência de longos e representativos atos com lideranças políticas e da sociedade brasileira e internacional. Foi então que resolvemos superar tudo que já havíamos feito e ousar a realização do maior ato já realizado em favor da democracia, com nada menos que 35 horas ininterruptas de duração. A abertura foi realizada presencialmente no dia 15 de setembro de 2021, no auditório da Força Sindical, com apoio da UGT, em São Paulo, com representantes de 15 partidos: deputado federal Alessandro Molon (PSB); presidente



Lideranças políticas no II Ato Internacional

municipal do PDT, Antonio Neto; deputado federal Fábio Trad (PSD); deputada federal Fernanda Melchionna (PSOL); presidente municipal do PT, Laércio Ribeiro; prefeito de Itapevi, Igor Soares (Podemos); senador José Aníbal (PSDB); presidente do PV, José Luiz Penna; deputado federal Júnior Bozzella (então PSL); porta-voz da Rede Sustentabilidade, Heloísa Helena; vice-governadora de Pernambuco e presidente do PCdoB, Lu-

ciana Santos; ex-ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta (na época DEM); então vice-presidente da Câmara dos Deputados, Marcelo Ramos (hoje no PSD); presidente do Cidadania, Roberto Freire; e senadora Simone Tebet (MDB). Houve transmissão ao vivo pelo portal de notícias UOL e destaque na cobertura da TV Cultura.

Nos dias 18 e 19 de setembro, a programação seguiu com lideranças de 21 países e mais de 500 participantes, numa verdadeira vigília democrática. Ailton Graça, Bete Coelho, João Signorelli, Julia Lemmert; Léa Garcia, Emiliano Queiroz, Renato Aroeira, Nando Reis, Titãs, Ana Moser, Marieta Severo, Zeca Baleiro, Marisa Orth, Chico César, Marcos Nanini, Gilberto Gil, Renata Sorrah, que dispensam apresentações, estiveram entre as personalidades brasileiras presentes. A programação foi aberta com um debate, mediado por mim, entre os ex-ministros de Relações Internacionais Aloysio Nunes Ferreira e Celso Amorim. Entre os convidados estrangeiros, podemos destacar, entre os estadunidenses, o linguista Noam Chomsky, os cientistas políticos Steven Levitsky e Scott Mainwaring, o sociólogo Larry Diamond e a deputada Park Cannon; o sociólogo italiano Mino Vianello; o escritor uruguaio Mauricio Rosencof; a deputada chilena Karol Ca-



Card dos convidados para o  
II Ato Internacional



Card II Ato Internacional

riola; a deputada mexicana Mariana Gómez Del Campo; o ex-primeiro ministro da Itália, Massimo D'Alema; a psicanalista britânica Susie Orbach; a deputada cubana Yaneidys Pérez Cruz; o ex-presidente do Uruguai, Julio Maria Sanguinetti; o ex-presidente do Chile, Ricardo Lagos; o ex-presidente da Colômbia, Ernesto Samper; e o ex-presidente da Espanha, José Luis Rodríguez Zapatero. Participaram ainda lideranças da Alemanha, Cabo Verde, Chade, Costa Rica, França, Grécia, Inglaterra, Índia, Síria e Suécia. O ato foi realizado com a participação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; Esporte Pela Democracia; Uneafro Brasil; Pensamento Nacional das Bases Empresariais – PNBE; Confederação das Mulheres do Brasil – CMB; Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC; Associação dos Produtores de Teatro do Rio de Janeiro – APTR; Frente Inter Religiosa por Justiça e Paz Dom Paulo Evaristo Arns; Caminho da Graça; Associação Brasileira de Imprensa – ABI; Conselho Nacional de Saúde – CNS; Federação Nacional dos Estudantes de Direito – Fened; Coletivo Fora da Gaiola; Fórum Brasileiro de ONGS e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – Fboms; União



José Aníbal fala a representantes de organizações sociais

Nacional dos Estudantes – UNE; Campanha Fora Bolsonaro; União Geral dos Trabalhadores – UGT; Central dos Sindicatos Brasileiros – CSB; Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB;



José Luiz Penna, Juca Kfourir, Eduardo Moreira e Diego Andrade



Murilo Muraah discursa em Ato na Paulista



Jantar na casa de Priscila Cruz

Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST; União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES; e Associação Nacional de Pós-graduandos – ANPG; entre outras entidades.

Entre a abertura do nosso II Ato Internacional e seu desdobramento, realizamos em 17 de setembro uma reunião convocada pelo Direitos Já! Fórum pela Democracia, no Palácio do Trabalhador em São Paulo, onde participaram cerca de 60 representantes dos mais diversos partidos, organizações sindicais, estudantis e de toda a sociedade, quando estabelecemos a convocação de um ato público de rua com ampliação do espectro político. Entre os participantes, o senador José Aníbal, que falou para o público reunido, com o devido distanciamento social imposto pelas normas vigentes durante a pandemia.

E lá estávamos, na Avenida Paulista, no dia 2 de outubro de 2021, no ato público convocado pelo Direitos Já! Fórum pela Democracia, em parceria com PT, PSOL, PCdoB, PDT, PSB, Rede, PV, Cidadania, Solidariedade e Campanha Fora Bolsonaro. Essa manifestação, que reuniu milhares de pessoas, ampliou sob nossa articulação o campo de lideranças políticas que se fizeram presentes, levando aos telões dos

carros de som, para além dos discursos dos organizadores, convidados de outros partidos como Wagner Pires (Agir); o ex-ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta (então DEM); a senadora Simone Tebet (MDB); o deputado federal Júnior Bozella (então PSL); o deputado federal Fábio Trad (PSD); e o ex-senador Aloysio Nunes (PSDB). Pela sociedade, além de diversas entidades, destacaram-se entre os convidados do Direitos Já! a socióloga Maria Alice Setúbal; o jurista José Carlos Dias; o jornalista Juca Kfoury; o economista Eduardo Moreira; e a presidente da Confederação das Mulheres do Brasil, Gláucia Morelli.

No dia 30 de maio de 2022, em jantar na residência de Priscila Cruz, presidente do Todos Pela Educação, os presidentes nacionais dos partidos que compõem o Direitos Já! e seus representantes se reuniram com o objetivo de discutir o atual cenário de ameaça às eleições e às instituições, além de construir ações em defesa da democracia. No encontro, foi apresentado o Conselho de Acompanhamento do Processo Eleitoral do Direitos Já! Fórum pela Democracia, que irá manter permanente diálogo com os partidos do campo democrático e organizações da sociedade civil para zelar pela normalidade democrática. Além de Priscila Cruz, estavam presentes Frei David, fundador da Educafro; Eunice Prudente, jurista e ex-secretária de Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo; Eva Blay, socióloga e ex-senadora da República; José Gregori, ex-ministro da Justiça; e a socióloga Maria Alice Setubal. Estiveram representados na reunião 11 partidos, através de Bruno Araújo, presidente da Federação PSDB/Cidadania; Carlos Siqueira, presidente nacional do PSB; José Luiz Penna, presidente nacional do PV; Walter Sorrentino, vice-presidente nacional do PCdoB; Alfredo Martins Correia, vice-presidente nacional do Podemos; Paulo Teixeira, deputado federal e secretário-geral nacional do PT; Ricardo Patah, coordenador nacional do PSD Movimentos; Alfredo Fuentes, presidente estadual do NOVO/SP; Rodrigo Arenas, secretário-geral adjunto estadual do MDB/SP; e Antonio Neto, presidente municipal do PDT/São Paulo. Nesse encontro, definiu-se também a convocação do próximo ato do Direitos Já!, com lideranças da sociedade e dos mais diversos partidos em uma manifestação de confiança no TSE, no processo eleitoral e em seu resultado, convocando a sociedade brasileira para defender a democracia.

Com o agravamento da violência política nas semanas que antecederam o processo eleitoral, o explícito tom de ameaça do presidente da República na convocação do dia 7 de setembro, e o chamado para uma grande mobilização bolsonarista no dia 31 de julho, na Praia de Copacabana, entendemos que era necessário levar à cidade do Rio de Janeiro, berço do bolsonarismo, uma pronta resposta da sociedade civil, uma manifestação representativa e plural que funcionasse como uma vacina democrática. Foi assim que convocamos o IX Ato do Direitos Já! Fórum pela Democracia – Em Defesa da Justiça Eleitoral e da Não Violência para o dia 1º de agosto de 2022, no Clube de Engenharia do Rio, espaço que nos foi cedido pelo seu presidente Márcio Girão. A comissão organizadora do nosso ato estava presente no Rio de Janeiro com Alexandre Martins, André Iki Siqueira, Carlos Ibrahim, Carolini Gonçalves, Daniel Rúbio, Douglas Gomes, Eclair Pires, Fernando Mazzarolo, Grace Carreira, José Renato Melhem, Marcos Faria, Marcos Rehder, Marisa Mello, Osvaldo Lemos, Paula Marcondes, Pedro Sardinha, Ricardo Scog, Vania Cardim, Vivian Melo e eu. Estavam presentes importantes lideranças da sociedade como o líder espírita Afonso Moreira Jr; o cientista político José Álvaro Moisés; a presidente da Confederação Brasileira de Mulheres, Gláucia Morelli; a presidente da Unegro/Rio, Fernanda Machado; a secretária executiva da Aliança Nacional LGBTI, Patrícia Manaro; o presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana do Estado de SP, Dimitri Sales, representando a rede nacional de Conselho de Direitos Humanos; a jurista Carol Proner; a atriz Bete Mendes; o ex-deputado constituinte Aldo Arantes, coordenador nacional da Associação de Advogados pela Democracia, Justiça e Cidadania; a ex-ministra da Cultura, Ana de Holanda; a ativista ambiental e indígena Tereza Arapion; o presidente do Conselho Nacional da Saúde, Fernando Pigatto; o presidente nacional da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, representando o Fórum das Centrais, Adilson Araújo; Frei Davi, da Educafro; e a presidente da UNE, Bruna Brelaz. Pela política participaram lideranças como a senadora Eliziane Gama (Cidadania/MA); a porta-voz nacional da Rede Sustentabilidade, Heloísa Helena; os deputados federais do PSB Alessandro Molon (RJ), Lídice da Mata (BA) e Marcelo Freixo (RJ); o deputado federal e secretário-geral do PT, Paulo Teixeira (SP); o deputado federal do



Palco do IX Ato

Partido Verde, Aiel Machado (PR); a deputada federal e vice-presidente do PCdoB, Jandira Feghali; o presidente estadual do MDB/RJ, deputado federal Leonardo Picciani; o deputado federal do PSD/AM, Marcelo Ramos; o deputado federal Paulo Ramos (PDT/RJ); os vereadores do Rio de Janeiro, Monica Benício e Chico Alencar (PSOL); e os presidentiáveis Ciro Gomes (PDT) e Simone Tebet (MDB). Ao contrário do retumbante fracasso da passeata bolsonarista na véspera, realizamos uma noite histórica, com show de encerramento do MPB-4, em transmissão pelo UOL, que foi acompanhada ao vivo por 14 mil pessoas em todo Brasil.

Com isso, no momento em que finalizo esse texto, dia 7 de outubro, celebro o sucesso da realização do X Ato do Direitos Já! denominado: 'Frente Ampla pela Democracia' ocorrido na Casa de Portugal. Este Ato simboliza o que articulamos ao longo desses quatro anos, pois reunimos importantes lideranças brasileiras como Alckmin, José Gregori, Marina Silva, José Carlos Dias, Aloysio Nunes, Juca Kfourir, Neca Setubal, Simone Tebet (por vídeo) Wellington Dias e Haddad entre outros. Todos em caráter suprapartidário, apoiando a candidatura de Lula do campo democrático escolhido pelo voto para enfrentar o projeto fascista de Bolsonaro neste segundo turno.



Grupo MPB4 encerra o IX Ato, realizado no Rio de Janeiro



Card do IX Ato

## SURGE O PROPÓSITO DESTA LIVRO

Nos últimos meses, em paralelo a esses esforços, nos empenhamos na elaboração desse livro, uma proposta que recebi há dois anos do sociólogo Rodrigo Carvalho. A ideia inicial era reunir umas duas dezenas de nomes que compõem o Direitos Já! Fórum pela Democracia e convidá-los a escreverem artigos com reflexões sobre esse período que vivemos. Avaliamos, no entanto, para termos um registro histórico mais completo, iniciar o processo de sua elaboração no quarto e, assim esperamos, último ano do governo Bolsonaro.

Nesses quatro anos, o movimento reuniu mais de dez mil membros, centenas de voluntários que deixaram sua contribuição e uma infinidade de organizações parceiras. Mais de mil personalidades entre políticos, ativistas, intelectuais, educadores, jornalistas e artistas participaram dos nossos atos públicos, e todos fariam jus a estarem presentes nessa publicação. Mas as limitações editoriais nos levaram ao dever de estabelecer um limite de 100 vozes pela democracia. Aí começava o desafio de compor um mosaico de lideranças políticas de todos os espectros do campo democrático e de representações dos mais diversos setores da sociedade brasileira. Para essa difícil tarefa, foi fundamental a contribuição das coordenações de Articulação de Mobilização da Sociedade Civil e de Articulação Política do DJ.

Definidos os nomes, apresentamos aos convidados o ambicioso objetivo deste livro, que além de estimular o debate e a reflexão, deve servir de referência histórica para aqueles que, no futuro, desejarem compreender esse período marcado pela ascensão protofascista ao poder, 30 anos após a promulgação da Constituição Cidadã. Certamente um livro de muitas perguntas a serem respondidas, que poderíamos dividir em três blocos:

I – Que fatores levaram a tal ascensão autoritária?

II – Quais as consequências desse governo para o Estado e a sociedade brasileira?

III – Quais os nossos desafios para retomar o caminho democrático e também fortalecê-lo?

No entanto, ao invés de organizar as contribuições nessa ordem linear, preferimos deixar em aberto, a cada um dos convidados, abordar no formato de artigo ou crônica, um ou mais dos eixos acima apresentados. Todas essas questões ganham força quando visões distintas são convidadas para respondê-las. E naturalmente a partir dessas três indagações podemos ter outras tantas dúvidas que o livro tenta responder.

Afinal, cometemos erros que permitiram a vitória de Bolsonaro? Desde quando esses erros vêm se acumulando? Quais foram esses erros e por quem foram cometidos? Essas perguntas sempre foram as mais difíceis de serem aprofundadas. Em um dos nossos primeiros encontros, houve quem defendesse que antes de seguir em frente elas precisariam ser respondidas. Mas a ampla maioria dos integrantes do nosso Fórum, penso que com muita lucidez, apontou que navegar por tais águas turvas poderia colocar em risco todo o esforço de aproximação entre os diferentes campos políticos que estávamos empenhando. Esse livro, a ser publicado, por sua vez, atendendo a sua pretensão de servir como referência histórica, não se furtará a que essas questões sejam devidamente abordadas. Esse debate, como é de costume no Direitos Já! Fórum pela Democracia, acontecerá de forma respeitosa e para além dos proselitismos. Se a responsabilidade fosse meramente do partido A, do B, ou do C, dificilmente seria suficiente para permitir a vitória de um candidato tão polêmico que disputou a eleição se apresentando contra o sistema político, as instituições republicanas e as conquistas sociais. Um bom ponto de partida, para avançarmos, penso que deveria partir do reconhecimento que todos nós democratas erramos, em algum momento, em maior ou menor medida e para que esses erros não voltem a ser cometidos, precisamos sim, mais do que apontar os dedos, fazer nossa necessária autocrítica.

É preciso reconhecer e enaltecer os importantes avanços obtidos nos primeiros 30 anos da Nova República, como o SUS, a reforma agrária, os direitos humanos, os programas de distribuição de renda, mas o Brasil continua sendo um dos países mais desiguais e injustos do mundo. Quando falamos em democracia e na expectativa de que ela seja defendida, é preciso que nos perguntemos quais as distintas percepções que as pessoas têm dela conforme o lugar em que vivem. A democracia, para

além do seu aspecto formal, chega às nossas periferias ou muitas vezes a percepção do Estado é aquela que se apresenta sob a face do racismo institucional? Empenhamos os devidos esforços para superar as heranças autoritárias do regime militar? Tem acesso a exercer como cidadãos numa democracia aqueles que não têm assegurado o seu feijão no prato?

Quando o Congresso Nacional e os partidos políticos começaram a apresentar baixíssimos índices de confiança da população, já não se poderia identificar a vulnerabilidade da nossa democracia? Quais esforços foram empenhados nesse sentido? Os partidos, hoje, representam efetivamente doutrinas ideológicas? Os partidos cumprem o papel de a partir delas representar a sociedade? Estão presentes no diálogo com as comunidades, filtram com a devida responsabilidade os candidatos que são apresentados aos eleitores? Ou em sua maioria operam apenas como legendas pela lógica do resultado eleitoral?

A educação brasileira realmente promove uma formação cidadã que permite que tenhamos até o ensino médio o conhecimento necessário para entender os princípios fundamentais da nossa Constituição, bem como compreender o funcionamento das nossas instituições e sistema político? A população tem acesso recorrente à produção cultural e científica para o desenvolvimento de uma capacidade reflexiva e crítica necessária para intervir na realidade? A inclusão digital tem sido tratada verdadeiramente como uma prioridade?

As lideranças políticas se empenharam em compreender e dar respostas às manifestações populares de 2013 ou elas foram ignoradas? Os partidos políticos e seus líderes, a exemplo de outros países, prestam contas à população dos seus próprios erros, se desculpam pelas falhas e pactuam compromissos para que não se repitam? Ou subestimam a sociedade e preferem se esquivar da autocrítica apontando sempre as falhas dos adversários?

Quando Bolsonaro se apresentou como candidato em 2018, os partidos assumiram uma posição pronta e uníssona de empenhar esforços comuns para que ele fosse enfrentado no processo eleitoral como um extremista sem compromisso com os princípios que norteiam nossa Constituição Cidadã? Ou havia um cálculo político de que ele seria o adversário mais fácil a ser batido no segundo turno?

Pode-se acusar Bolsonaro de tudo, mas ele nunca escondeu quem é ou para que vinha. Suas falas em plena campanha sempre foram recheadas de ódio, preconceito e violência. Uma das mais emblemáticas e fascistas foi: “Vamos fazer o Brasil para a maioria. As minorias têm que se curvar às majorias. As leis devem existir para defender as majorias. As minorias se adequam ou simplesmente desaparecem”. Dezenas de outros absurdos como esse poderiam ser citados, mas nada disso foi o bastante para evitar a sua eleição.

Não seria só retórica. A exemplo de outros líderes autoritários no poder, ele não hesitou em implementar sua agenda de desconstrução. Sabíamos desde o início que só poderíamos esperar pelo pior, e com consequências previsivelmente trágicas, o que não podíamos imaginar é que justamente sob esse desgoverno teríamos a infelicidade de enfrentar uma pandemia da Covid-19, justo no período mais difícil da nossa história, com até o momento cerca de 700 mil mortes em números oficiais. Um horror que, em boa parte, seria evitável se não fosse a retórica e prática negacionista do presidente da República que trabalhou contra o necessário isolamento social e a ausência de uma política coordenada pelo Ministério da Saúde, que não deu a devida urgência à compra de vacinas, apostando em remédios refutados pela ciência.

Para além disso temos que enfrentar outras consequências dos retrocessos deste governo. E essa presente obra, em cada um dos seus artigos, tem a responsabilidade de produzir o devido registro histórico, pelo olhar dos atores políticos que dela participam e suas respectivas lutas. Desde o desmonte da política ambiental e do sistema de vigilância que permitiu que a Amazônia fosse violada com o impulsionamento do desmatamento e da grilagem, com impacto direto para os povos indígenas que vivem sob permanente ameaça de suas vidas e do seu território; até a intervenção na Polícia Federal e órgãos de investigação que reduziram os instrumentos de controle a corrupção.

Um desgoverno responsável pelo rebaixamento da Cultura, de seu imprescindível ministério para um secretariado que chegou a protagonizar a própria estética e plágio de um discurso nazista, ou atuando no desvirtuamento da lei Rouanet para obras armamentistas, ou esvaziando o IPHAN como órgão de proteção do patrimônio histórico, arquitetô-

nico e cultural, ou ao fim de qualquer política cultural. Um desgoverno que levou a troca constante de ministros na educação e cujo resultado foi o retrocesso nos principais indicadores desde a alfabetização até o ensino superior.

Uma economia em frangalhos, marcada pela volta da fome que atinge mais de 30 milhões de brasileiros, a insegurança alimentar, o desemprego, o salário mínimo sem reajustes ao longo de quatro anos, e a inflação fora de controle. Investimentos reduzidos na área de infraestrutura, com um processo de ampla privatização que vendeu em leilões quase sem concorrência importantes ativos do Estado brasileiro; bem como o encolhimento de programas que produziam moradia popular em larga escala e geravam empregos. A ausência de políticas de reforma agrária e urbana. Como consequência, as ruas das cidades brasileiras são tomadas por famílias abandonadas à própria sorte.

No campo das relações internacionais, Bolsonaro tratou discricionariamente chefes de Estado, criando conflitos diplomáticos com países como Argentina e França, e isolando o Brasil nas mesas de negociação internacional e afastando investimentos. No campo dos direitos humanos, uma agenda de implosão de conquistas sociais, de relativização de valores democráticos, de retrocessos civilizatórios, de fomento aos preconceitos e ao ódio, de apologia ao autoritarismo e a tortura, de ode à necropolítica.

Todas essas e outras duras questões e incômodas realidades que veremos enfrentadas nesse livro, demandam encaminhamentos que mobilizem mudanças no comportamento político para minimizar as condições para o avanço dessa distopia ou de qualquer outro projeto autoritário no futuro. É preciso estabelecer pactos para consolidar a nossa jovem democracia e esse livro também traz a pretensão de abrir esses caminhos, ainda que sem a possibilidade de aprofundá-los, nas poucas páginas reservadas a cada coautor.

## COMO MUDAR ESTA REALIDADE?

Enquanto finalizamos esse livro, estão em andamento as eleições que vão determinar o nosso futuro. A sociedade brasileira vai escolher entre dar a vitória a um candidato do campo democrático, que represente a defesa dos valores assumidos na Constituição de 1988 e o prosseguimento da Nova República, ou decretar o seu fim que significa entregar o país ao abismo abjeto e autoritário do bolsonarismo e seu conseqüente recrudescimento. Ainda que esperançosos e confiantes de que o nosso povo seguirá a máxima de que a democracia é o único caminho por onde podem trilhar as forças progressistas da história, uma dura realidade não pode ser ignorada: ainda que se derrote Bolsonaro, não será tão cedo que vamos derrotar o bolsonarismo já enraizado nas câmaras municipais, assembleias legislativas, em importantes setores da sociedade, e cujas forças disputarão as cadeiras do Congresso Nacional, com as benesses lesivas do orçamento secreto beneficiando a reeleição da base do governo. Bolsonaro não foi a onda, foi quem soube surfá-la e isso nos deve fazer mais atentos.

Não poderia haver um pior momento para a nossa sociedade travar essa disputa entre os valores civilizatórios e os retrocessos anticivilizatórios. Vivemos em um tempo onde a questão não é mais o que pode ser feito, e sim o que deve ser feito. Ao que pode ser feito, a ciência, a tecnologia, vem dando respostas cada vez mais ágeis, obedecendo uma escala geométrica de tempo. Já o que deve ser feito, e o que urge ser feito, compete à sociedade e suas instituições dar as devidas respostas, e para isso precisamos de mais e mais democracia. Ao invés disso, o desgoverno Bolsonaro representou o negacionismo científico, o descompromisso ambiental, o projeto de implosão democrática e o conseqüente isolacionismo internacional.

Governos autoritários representam cada vez mais uma ameaça à vida, às futuras gerações de todo planeta. O século XXI, com seu curso em aceleração de substituição de trabalhadores por robôs e inteligência artificial, mais do que nunca, clama por uma democracia não meramente formal, mas participativa, inclusiva e efetiva, capaz de assegurar a todas as pessoas plenas condições do exercício de sua cidadania, o que

pressupõe igualdade de direitos, de oportunidades, e de dignidade. Do contrário, as condições para uma perigosa distopia estarão postas.

Assim sendo, para além da necessidade de formarmos uma Frente Ampla para derrotar Bolsonaro nas urnas, teremos outros inevitáveis desafios. Caberá a essa Frente Ampla assegurar ao Congresso Nacional o seu papel na defesa permanente da democracia e dos direitos humanos. Caberá a essa Frente Ampla revogar o desgoverno Bolsonaro e reconectar a justiça, o direito e o povo brasileiro. Caberá a essa Frente Ampla abrir caminhos para o desenvolvimento econômico, sustentável e socialmente justo. Caberá a essa Frente Ampla encontrar consensos, estabelecer políticas de Estado e pactuar prioridades como a educação e a cultura, verdadeiras vacinas, que ao formar uma sociedade esclarecida e crítica, imunizam a democracia do vírus do autoritarismo.

À sociedade civil organizada caberá um trabalho hercúleo, de muita articulação e mobilização por suas bandeiras, visto que no melhor dos cenários, teremos que correr atrás do tempo perdido e lidar com as urgências que se acumulam. Mais do que nunca o diálogo permanente entre as organizações sociais, os partidos políticos e lideranças expressivas da nossa sociedade, como esse que realizamos através do nosso Fórum pela Democracia, terá um papel fundamental.

Esse é o tamanho da responsabilidade comum a todos que se apresentam pelo campo democrático, o que nos pede a providencial generosidade de, preservando as nossas diferenças, encontrar os entendimentos possíveis e necessários. A história nos cobrará isso! O leitor que tomar esse livro às mãos no futuro, fará o julgamento do nosso tempo e das nossas escolhas. É por isso que aqui reunimos 100 das mais representativas vozes para mais uma vez bradar, Direitos Já! Democracia sempre!



# RECONSTRUIR A DEMOCRACIA

*Aldo Arantes\**

O povo brasileiro enfrenta uma grave situação com o desmonte do Estado social e fragilização da democracia.

Como foi possível chegarmos a esta situação após importantes conquistas com o fim da ditadura militar e a Constituição de 1988?

A situação atual está relacionada com as tentativas de golpes militares para derrubar governos comprometidos com os interesses do povo brasileiro.

Foram várias tentativas golpistas contando com o apoio do grande empresariado nacional e estrangeiro, do governo norte-americano, da mídia e dos setores conservadores da sociedade.

Estas forças tentaram o golpe contra o Presidente Getúlio Vargas por sua política trabalhista e em defesa dos interesses nacionais.

Várias tentativas golpistas foram feitas contra Juscelino Kubistchek por sua posição crítica ao FMI, defesa do desenvolvimento nacional e da democracia.

As posições em defesa dos interesses dos trabalhadores e da soberania nacional levaram as forças golpistas a tentar impedir a posse do vice-presidente João Goulart, em decorrência da renúncia do Presidente Jânio Quadros. A tentativa foi frustrada fruto do movimento em defesa da legalidade comandado pelo Governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola.

---

\* Coordenador Nacional da Associação de Advogados e Advogadas pela Democracia, Justiça e Cidadania (ADJC) e membro do Comitê Central do PCdoB.

Tendo tomado posse, o Presidente João Goulart colocou em marcha uma série de medidas a favor dos trabalhadores, da reforma agrária e nacionalizou refinarias de petróleo. Isto foi a justificativa para o golpe que, na verdade, já vinha sendo tramado desde a crise da legalidade.

Negando a história, a nota conjunta do Ministro da Defesa e dos Comandantes das três forças militares chegou ao absurdo de afirmar que o golpe foi um “marco histórico da evolução política brasileira” e que “visou restabelecer a ordem”, conduzindo o país a “um período de estabilização, de segurança, de crescimento e restabelecimento da paz no País e fortalecimento da democracia”.

Na realidade 1964 foi um golpe civil militar contra um governo eleito constitucionalmente e que trouxe um clima de perseguições, prisões, torturas e assassinatos. Eu próprio fui vítima da tortura. A mentira e as fake news são características deste governo.

Ditadura, nunca mais!

A hegemonia do neoliberalismo colocou na ordem do dia o objetivo de liquidar com o Estado social e impor um Estado voltado para o mercado. Para isto era necessário liquidar as constituições sociais e impor constituições para o mercado.

O professor português José Avelãs Nunes, discorrendo sobre a Constituição Europeia, afirmou que é “sem dúvida a tentativa mais ousada de constitucionalizar o ‘neoliberalismo’ e tentar garantir sua ‘eternidade’”.<sup>1</sup>

Por outro lado, as classes dominantes concluíram que a velha forma de derrubar governos progressistas, através de golpes militares, estava superada. Passaram a adotar o chamado golpe brando ou “revoluções coloridas”.

Trata-se de uma nova forma de golpe que visa mobilizar a sociedade através das redes sociais, utilizando a Guerra Cultural.

A Guerra Cultural, utilizada amplamente pela extrema direita, faz uso de mentiras e fake news. Prega o ódio e a violência com vistas a aniquilar seu inimigo. Defende pautas extremamente reacionárias. Nega a ciência e a história. Manipula a fé religiosa para atingir seus objetivos

---

1 Arantes Aldo (organizador e autor), Lênio Streck et al. *Por que a Democracia e a Constituição estão sendo atacadas?* Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2019. Pág. 178.

espúrios. Se utiliza das redes sociais e dos algoritmos para conquistar, com mais eficácia, seus adeptos.

O golpe contra a Presidenta Dilma foi operado através da Guerra Cultural, com a falaciosa campanha de luta contra a corrupção. Foi um Impeachment sem fundamento constitucional. Um golpe institucional visando afastar a esquerda do governo para impor a pauta neoliberal.

Michel Temer, com sua “Ponte para o futuro”, na realidade “Ponte para o neoliberalismo”, realizou a antireforma trabalhista, liquidando importantes direitos trabalhistas.

A Guerra Cultural sedimentou o avanço da extrema direita em vários países do mundo.

Foi nesta base que Bolsonaro se elegeu. O país nunca contou com um presidente tão ruim. Neofascista, despreparado e grotesco.

Longe de ter uma posição proativa no combate a Covid boicotou as vacinas, o distanciamento social e o uso de máscaras.

Pesquisas apresentadas na CPI da Covid no Senado pelo epidemiologista Pedro Hallal, da Universidade Federal de Pelotas, apontaram que cerca de 400 mil mortes poderiam ser evitadas se o governo federal tivesse adotado outra postura.

A adoção da política econômica neoliberal com a falta de investimentos públicos na saúde e na retomada do desenvolvimento levou a fome a milhares de lares brasileiros.

Bolsonaro e seu grupo negam a ciência e a história. Negam o holocausto e o golpe militar de 1964.

Sua agressão ao meio ambiente e a conivência com grileiros e desmatadores levaram a uma grande onda de queimadas na floresta Amazônica.

Os bolsonaristas agridem os Direitos Humanos, as mulheres, negros, índios e a comunidade LGBTQIA+.

Manipulam a fé religiosa com fins político-ideológicos.

Agridem constantemente a democracia e a constituição. Ameaçam com o golpe.

A questão central que se coloca para o povo brasileiro é a reconquista da democracia e a reconstrução do Estado brasileiro.

O caminho para superar esta situação passa pela derrota do neofascismo e de Bolsonaro. Isto impõe a necessidade da construção de uma

ampla frente política de apoio à candidatura do Presidente Lula.

Imaginar que a eleição presidencial esteja ganha representa grave erro. Bolsonaro consolidou o apoio do Centrão e está fazendo investimentos públicos destinados às camadas mais pobres da população com interesses eleitoreiros. Por outro lado, ameaça com golpe caso perca as eleições.

Hoje se pergunta como, diante de tantas atitudes nefastas e de sua criminosa política, Bolsonaro continua com expressivo apoio da sociedade?

Certamente, um dos fatores determinantes foi a Guerra Cultural, com a poderosa máquina bolsonarista de notícias falsas.

João Cezar de Castro Rocha, em seu texto *O paradoxo do bolsonarismo* – a arquitetura da destruição, ao discorrer sobre as redes sociais bolsonaristas, afirmou “O resultado é a criação de estruturas autocentradas e imunes a críticas pois toda ressalva exterior somente confirma o acerto das premissas internas ao sistema de crenças.” Não há aí uma descrição acabada da adesão cega ao bolsonarismo? Não há nesse efeito de alienação completa a definição da guerra cultural bolsonarista, o verdadeiro centro de gravidade que permitiu a vitória de Bolsonaro?<sup>2</sup>

A constatação é que a extrema direita se apropriou, com eficácia, da Guerra Cultural e a esquerda subestimou esta decisiva dimensão da luta.

Nestas eleições temos que combinar a luta política com a luta ideológica para contribuir com a vitória política e para reconstruir a hegemonia das ideias progressistas e democráticas na sociedade.

Para isto é indispensável organizar uma frente ampla política e uma frente ampla para a luta ideológica. O livro *Reconstruir a Democracia – união de amplas forças políticas e sociais para a luta ideológica* apresenta importantes sugestões neste sentido.

Vencer Bolsonaro é o primeiro passo para recolocar o Brasil no caminho da reconstrução democrática, abrindo caminho para as reformas estruturais democráticas que o país necessita.

---

2 Arantes, Aldo (organizador e autor). João Cezar et al. *Reconstruir a democracia – união de amplas forças políticas e sociais para a luta ideológica*. São Paulo, Expressão Popular – Anita Garibaldi, 2021. Pág. 255.

## O DEVER DE LUTAR

*Alessandro Molon\**

A ascensão do governo Bolsonaro veio como um imenso choque para muitos. Mesmo quem acompanhou a gradual subida de suas intenções de voto ao longo do ano de 2018 sentiu um baque quando da confirmação de sua vitória eleitoral. É claro que há um fator mais qualitativo do que quantitativo em questão; afinal, ao longo de toda a carreira de Bolsonaro, muitos se assustaram não pelo fato de muitas das opiniões desse homem serem populares, no que poucos acreditavam, mas pela sua mera existência. E, no entanto, esse fator quantitativo talvez tenha muito a nos ensinar sobre nosso país. Afinal, é muito grave que mais da metade do eleitorado brasileiro tenha optado por uma candidatura que representa, na prática, a rejeição de inúmeros princípios e valores da nossa Constituição de 1988. Cabe, talvez, refletir sobre essa eleição não como se ela fosse uma erupção inesperada, uma catástrofe isolada, mas a manifestação mais visível, escancarada até, de correntes e tendências históricas brasileiras com séculos de idade. Perceber a coisa assim pode ajudar no entendimento não apenas desse evento específico, mas da realidade de nosso país.

A história brasileira recente foi retratada muitas vezes como uma progressão natural do autoritarismo, da desigualdade e da miséria rumo

---

\* Advogado e professor de Direito na PUC-Rio, é graduado e mestre em História pela UFF e doutor em Direito Público na UERJ. Em seu terceiro mandato como deputado federal (PSB-RJ), já foi escolhido Melhor Deputado Federal do Brasil pelo Prêmio Congresso em Foco em 2017, 2019, 2020 e 2021. Atualmente, é coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista. Foi líder da Oposição na Câmara em 2019 e 2021 e do seu partido, o PSB, em 2020.

à democracia e ao bem estar social. Desde a anistia de 1979, o país estaria seguindo um rumo virtuoso, ainda que lento, no sentido da construção de uma sociedade mais justa. Existiria um *continuum* ligando a gradual abertura da ditadura militar e a redemocratização do país aos avanços sociais vistos no século XXI, passando pelo estabelecimento de uma nova Constituição, pela consolidação do poder civil, pela estabilização da economia e pela ascensão de um trabalhador à presidência da República. Seria quase como se cada passo tivesse que ter ocorrido nessa ordem específica; primeiro, o fim do autoritarismo, seguido pela construção de uma democracia moderna, pela estabilização econômica e, por fim, pela inclusão social. Poderíamos incluir ainda a conquista dos direitos de minorias sociais, a preservação do meio ambiente e a promoção da transparência e do republicanismo nessa lista de avanços.

Se a realidade e a benignidade dessas mudanças são inegáveis, é absolutamente fundamental que não acreditemos na espontaneidade, na “naturalidade” delas. A incompreensão do fenômeno bolsonarista por tantas pessoas parece passar por essa versão brasileira do que Herbert Butterfield chamou de *whig history*; a percepção de que a história pode ser entendida como uma mera evolução natural de um passado opressor para um presente e futuro gloriosos. Esse equívoco da historiografia fez muitos de nós esquecermos que nada vem de graça, que toda conquista dos progressistas é realizada arduamente, através de lutas sociais e políticas, e que estamos constantemente expostos a reveses. Muitas vezes esquecemos, por exemplo, que o grande movimento popular pela democracia no final da ditadura militar, as Diretas Já, falhou em atingir seu objetivo imediato. Ou esquecemos que as primeiras eleições presidenciais de nossa nova República foram vencidas por forças extremamente conservadoras. Ou que os governos progressistas que tivemos no último quarto de século tiveram de acomodar forças e interesses reacionários a fim de governar. Para cada conquista histórica que obtivemos, percebemos também mediações, resistências e tentativas de reação por parte das alas mais atrasadas do espectro político. Onde quer que olhemos, vemos nuances e contradições que solapam qualquer narrativa simplificadora acerca de nossa República, e fortes indícios de que estamos lidando com um país bem mais reacionário do que uma análise superficial das

últimas décadas poderia nos levar a crer. A eleição de Bolsonaro é o encarceramento de tudo isso. É preciso compreender tal fato para melhor orientar nossas ações a partir de tal descoberta.

Para que o progressismo reconquiste a popularidade que um dia possuiu, precisamos reconhecer que essa popularidade foi contingencial. Ela não provém da justiça intrínseca dos ideais progressistas, mas da capacidade de políticas públicas baseadas nesses ideais de melhorarem a vida das pessoas. A defesa da democracia e dos direitos humanos e a denúncia do caráter fundamentalmente imoral do governo Bolsonaro são atividades muito importantes mas, pensando em termos práticos, é muito mais eficiente – e portanto muito mais urgente – buscar lembrar o povo brasileiro de tudo o que ele obteve graças à eleição de governos progressistas, de governos de fato engajados na promoção do desenvolvimento, na redução dramática das desigualdades e na erradicação da miséria. E, é claro, ainda melhor do que relembrar é refazer; reconstruir o Brasil e devolver a dignidade de seu povo. Dar motivos concretos e imediatos para as pessoas saírem de casa para eleger governos progressistas. Essa tarefa deve ser levada a cabo não apenas por sua importância autoevidente – afinal, é de vidas humanas que estamos falando – mas pelo fato de que, se não o fizermos, estaremos encomendando um novo “choque” como o que tivemos em 2018. Dessa vez, porém, muito mais dramático porque, muito provavelmente, irreversível. Não temos o direito de falhar.



# SAÚDE E DEMOCRACIA: SAÚDE É DEMOCRACIA

*Alexandre Padilha\**

Na década de 80, brasileiros e brasileiras que saíam às ruas em busca da liberdade e de pôr fim aos tempos de chumbo da ditadura militar, também lutavam por saúde. Na Conferência Nacional de Saúde em 1986, o saudoso professor e ex-deputado federal Sérgio Arouca, em seu discurso de abertura afirmou que: “Democracia é Saúde”. Tal lema permeou o movimento da reforma sanitária brasileira, que adotou “Saúde é Democracia” como uma das suas bandeiras de luta que sintetizaram, com o fim da ditadura, o retorno do direito de votar diretamente para seus representantes e a construção da Constituição cidadã que assegurou ao nosso povo o direito à saúde.

Por muito tempo, como militante do movimento estudantil e da juventude do PT, como médico residente em infectologia e médico nas comunidades indígenas e ribeirinhas do Pará e também como Ministro da Saúde entendi que o lema era um guia basilar da nossa história, em que a construção do direito à saúde é fruto de um processo democrático e que tínhamos a oportunidade de assegurar que ele fosse contínuo, assim como a nossa democracia.

---

\* Médico, professor universitário e deputado federal (PT-SP). Foi ministro da Coordenação Política do governo Lula e da Saúde do governo Dilma e secretário de Saúde na gestão Fernando Haddad, na cidade de São Paulo.

Ler a história é mais fácil que vivê-la. O momento em que vivemos requer de nossa atuação o compromisso de não esmorecermos em relação a nossa vida, lutas e conquistas. É por isso que desde 2016, temos sofrido com retrocessos que não só foram acentuados com a eleição de Jair Bolsonaro, como tivemos em 2018 um péssimo encontro com nosso passado.

A eleição de Bolsonaro nos aproximou de nossos fantasmas, medos e de um passado sombrio, miserável e para poucos brasileiros. Eu, filho de pais exilados, só pude conhecer meu pai aos oito anos de idade, quando ele voltou ao Brasil, após o período de exílio. Desde o nosso encontro, em 29 de agosto de 79, oito anos após o meu nascimento, carregamos a dor de não termos vivido uma parte de nossas vidas juntos, mas pensamos e lutamos para que isso nunca mais ocorresse em nosso país.

Contudo, a eleição de Bolsonaro nos aproximou deste passado nefasto. Milhares de filhos e filhas viverão sem seu pai ou mãe por toda a vida, pois perdemos mais de 660 mil vidas durante a pandemia da Covid-19. O presidente que afirmou não ser cozeiro, errou. É cúmplice e responsável por centenas de milhares de mortes e por uma geração que carregará a dor da separação e o sofrimento da ausência, patrocinados pelo Estado, coisa que nunca imaginei que aconteceria novamente.

A pandemia da Covid-19, vivenciada sob este governo irresponsável e assassino, marcou não só uma geração, mas a história de nossas vidas e do nosso país. E mostrou a necessidade de nos juntarmos, aproximarmos e construirmos um futuro mais solidário, harmonioso, com afeto e compromisso com a vida e as pessoas.

É por isso que o lema, emanado pelo movimento da reforma sanitária brasileira, permanece atual. Aliás, nunca foi tão atual. Saúde é democracia. Não existe direito à saúde sem que o direito de existir e o estado democrático existam.

Bolsonaro é a prova disso. O patrocínio do presidente ao extermínio dos povos indígenas, dos pobres, da juventude negra e da população LGBTQIA+ mostra que só existe direito à saúde se não ferir o direito à existência. E o existir só será possível em uma sociedade que assuma o compromisso com a democracia.

Por isso, vivemos entre o medo e a esperança, entre a vida e a morte, entre a dor e a alegria. Enfrentar estes péssimos sentimentos é um desafio, vivemos um momento com ampla necessidade de construir pontes e abrir caminhos que nos guiem e nos coloquem na rota de um país democrático novamente.

A posição democrática e a luta pela democracia é permanente, não podemos nos esquecer disso, pois quando nos esquecemos, os que não acreditam na democracia e querem ferir nossa existência, conseguem avançar. Por isso, não podemos titubear ao afirmarmos que 2022 é um ano central para nossa democracia e para nossas vidas. E para assegurarmos um país democrático, temos três grandes desafios.

O primeiro é o de assegurar a nossa existência, pois é necessário um estado contínuo de alerta. Garantir que este governo antidemocrático e antiexistencial não ceife mais vidas do nosso povo, essa é a nossa primeira tarefa.

O segundo desafio é fruto do primeiro. Precisamos enfrentar as desigualdades que existem em nossa sociedade. A democracia só será real, quando as desigualdades forem seriamente enfrentadas. Não existe democracia onde a fome está presente, onde a educação e saúde são ausentes ou onde o medo e a violência comandam. O cenário da desigualdade desvirtua nosso processo democrático e a desigualdade é a arma dos que não acreditam que a democracia pode viver em meio ao nosso povo.

A alta da inflação, o retorno do Brasil ao mapa da fome, a redução do poder de compra, o preço da cesta básica, do gás de cozinha e a exclusão do povo do orçamento público são formas de ataque ao processo democrático e à construção de uma sociedade mais justa, solidária e equânime. A desigualdade expulsa as pessoas da cidade, as afasta da sua própria vida e busca retirar silenciosamente esta pessoa do processo democrático. A fome, o sofrimento e a miséria não são compatíveis com uma sociedade democrática.

E por último, temos o desafio conjuntural. O debate econômico e social foi retirado do centro dos processos decisórios, foram colocados à margem para um debate fictício sobre moral e costumes, como forma de atacar liberdades individuais e coletivas e direitos sagrados como o

de expressão, liberdade política e de organização, com a intolerância ao diferente e a criminalização da luta popular.

Apesar destes desafios e dificuldades, a nossa organização e junção é capaz de construir uma nova primavera em nosso país. O ódio não pode ser o principal componente de políticas públicas, a exclusão não será o principal indicador econômico e um governo não deve ser medido pela quantidade de mortes que provocou.

Conversa, diálogo, encontros e forte mobilização dos mais diversos setores de nossa sociedade são o caminho para que a vida volte a ter valor, a desigualdade volte a ser combatida, que a miséria volte a nos horrorizar e o direito à saúde volte a nos motivar.

Se na década de 80 falavam que saúde é democracia, hoje continuamos a afirmar, mas acrescentamos que nossa existência é democrática e que a democracia só será possível se assumirmos nosso papel diante deste momento, de nos aproximarmos dos que defendem a vida e a democracia e nos afastarmos dos que possuem arroubos autoritários em defesa da dor e da morte.

Nossa esperança está viva, assim como o nosso sorriso está guardado. É hora de usar, pois só com alegria, luta e amor, vamos construir um Brasil mais justo e com direitos para todos e todas.

# BASTA! FORA BOLSONARO!

*Alice Portugal\**

O Brasil e os brasileiros são vítimas de um governo de destruição. Bolsonaro e sua matilha fascista tudo fazem para destruir pedra por pedra as instituições, as políticas públicas de inclusão, a educação, a saúde, os empregos, o patrimônio nacional, a cultura, as terras indígenas, a democracia.

Vivemos dias sombrios, mas sonhamos e lutamos por dias melhores, que só virão com a derrocada deste governo de párias sociais, de milicianos, de pastores corruptos, de militares ineptos e reacionários e de genocidas assentados sobre mais de 660 mil vidas perdidas fruto do criminoso negacionismo.

Temos os mais altos índices de desemprego de todo o mundo, pagamos as mais escorchantes tarifas de energia e os mais altos preços de combustíveis e somos os campeões de juros do planeta. Enquanto isso, um presidente incompetente e preguiçoso, ao lado de sua família tão imunda quanto ele e seus fiéis seguidores, desfila por suas sujas redes sociais a desferir palavrões contra opositores, a enaltecer a tortura, a debochar de famílias que perderam seus entes na pandemia que ele só agravou, a clamar por um golpe que lhe assegure continuar no poder.

Basta! É isso que temos dito a cada instante nesta luta contra o governo corrupto, antinacional e antissocial de Bolsonaro. Basta! Queremos

---

\* Graduada em Farmácia-bioquímica pela Universidade Federal da Bahia, é filiada ao PCdoB desde 1978. Foi deputada estadual da Bahia de 1995 a 2003, quando foi eleita para a Câmara dos Deputados, tendo sido reeleita deputada federal em 2006, 2010, 2014 e 2018.

recuperar a educação inclusiva que levou milhões de filhos de pobres à universidade. Queremos resgatar a cultura nacional devassada e desmontada por ignorantes cultuadores do fascismo. Queremos de volta o emprego tirado de milhões de brasileiros e brasileiras. Queremos reerguer as políticas de inclusão social e racial que deram dignidade e cidadania plena a milhões de injustiçados. Queremos o Brasil de volta para os brasileiros.

É neste cenário que se darão as eleições gerais de 2022, quando nosso povo irá escolher presidente, governadores e parlamentares. E esta escolha se dará entre quem quer um Brasil sem democracia, sem soberania, sem cultura nacional, sem educação de qualidade, sem empregos e quem quer de volta um país pujante de progresso, admirado e respeitado em todo o mundo, com liberdade, dignidade, cidadania e democracia plena.

Por isso nossa voz se ergue para gritar basta! Fora Bolsonaro! Queremos de volta nosso país.

# RETROCESSO NOS DIREITOS INDÍGENAS

NOSSAS VIDAS POR UM VOTO

*Almir Suruí\**

Desde a invasão portuguesa, a cobiça pela terra é motivo de conflitos entre colonos e indígenas. Para os invasores a terra é um bem necessário para produzir riquezas, enquanto que para os indígenas o território é vida.

Sucedidos em tempos de ditadura militar, os primeiros contatos do povo Paiter Suruí com os colonos não foi menos desastroso, tanto que ficou marcado como *o tempo do medo*. Relatos recentes apontam que nossos povos eram caçados e, quando capturados com vida, eram submetidos aos mais cruéis métodos de tortura.

Daí o motivo pelo qual aprendemos a resistir. Resistimos, pois, bravamente, por questão de sobrevivência, embora ainda recentes as marcas

---

\* Doutor Honoris Causa pela Universidade Federal de Rondônia, líder do povo Suruí há mais de 30 anos e coordenador executivo do Parlamento Indígena do Brasil. Recebeu o Prêmio Maya Lin, em 2009, pelo Projeto de Carbono Suruí, apresentado na COP 15, e foi apontado, no mesmo ano, pela revista *Fast Company* “a pessoa mais criativa em negócios do Brasil”.

deixadas pelos massacres que vivenciamos até outrora, sempre repletos de atrocidades e outras tantas formas de violência.

Com o tempo, nos adaptamos para enfrentar o ímpeto cruel de nossos algozes e, mesmo sem abrir mão dos nossos arcos e flechas, nos organizamos para o enfrentamento político e, com muito sacrifício, conseguimos avançar na busca pelos nossos direitos. Mas eles chegaram à Presidência da República e, não mais que de repente, retrocedemos.

A política no Brasil vai tomando distância do diálogo e acelerando fortemente em direção aos extremos. Na atual conjuntura, reativaram-se as máquinas de destruição e, muito claramente, se ocuparam de direcioná-las aos povos indígenas, guarnecidas com uma sequência de ataques aos nossos direitos, às nossas culturas e, principalmente, aos nossos territórios.

O Estado está aparelhado, a FUNAI, único órgão indigenista do governo, está a serviço do agronegócio e põe-se contra os interesses dos povos indígenas. Os órgãos de fiscalização e controle foram inutilizados e são diversos os arranjos de que se socorrem para tentar liberar a exploração dos territórios indígenas. Projetos absurdos tramitam no Congresso Nacional em regime de urgência. São Propostas de Emendas à Constituição (PEC), Projetos de Lei, Portarias, Instruções Normativas e vários outros instrumentos que servem a um único propósito: transpor a proteção legal conferida às Terras Indígenas.

Com a justificativa que o Brasil precisa de potássio para a fabricação de fertilizantes químicos, parlamentares aliados do Presidente da República pretendem aprovar o PL 191/2020 para liberar a mineração e outros grandes empreendimentos dentro das terras indígenas. A justificativa, porém, não tem fundamento. Estudos da Universidade de Minas Gerais (UFMG) mostram que apenas 11% das jazidas de potássio na Amazônia se sobrepõem às terras indígenas.

Mesmo a mobilização de grandes artistas, que reuniram mais de 40 mil pessoas no “Ato Pela Terra”, em Brasília, ecoando os gritos dos povos indígenas pela proteção dos seus Territórios, não foi suficiente para que a Câmara dos Deputados barrasse o PL 191/2020, que passou a tramitar em regime de urgência. O que percebemos é que, não importa

o quão alto sejam nossos gritos, nem o quão clara seja nossa mensagem, eles não querem nos ouvir.

O PL 510/2021, conhecido como o “PL da Grilagem”, propõe a regularização de invasões a Terras Públicas, conferindo títulos de propriedade ao invasor, independente da quantidade de áreas invadidas, o que reflete num verdadeiro incentivo às práticas reiteradas de invasões e danos causados ao meio ambiente.

O PL 490/2007 visa instituir o chamado “Marco Temporal”, uma tese defendida por grileiros, latifundiários e grandes empresários do agronegócio e que coloca em cheque a vida de muitos povos indígenas em todo o Brasil.

De acordo com a proposta que ganhou fôlego e uma nova roupagem que atende ao atual cenário político do país, os indígenas perdem o direito ao Território caso não provem que detinham a “posse” das terras em 5 outubro de 1988, data da promulgação da Constituição da República. O projeto ainda fragiliza regras que impedem o contato forçado com povos em situação de isolamento voluntário, proíbe a ampliação de terras já demarcadas e permite a exploração de terras indígenas por garimpeiros.

O PL 490/2007 talvez seja o maior dos retrocessos que enfrentamos atualmente, uma vez que a imposição do “Marco Temporal” é um decreto de morte para muitos povos indígenas.

Estes e tantos outros projetos encampados na atual conjuntura política convergem num mesmo propósito de destruição que atende a interesses diametralmente opostos aos dos povos indígenas.

Além disso, os processos de demarcação de terras indígenas foram todos barrados por iniciativa da FUNAI e do Ministério da Justiça. Povos isolados e que não podem contar com a segurança de seus territórios demarcados, ficam ainda mais vulneráveis.

Outras ameaças surgem também com a implantação de grandes empreendimentos na Amazônia, como é o caso da construção de mais uma grande hidrelétrica (Tabajara) no Estado de Rondônia, cujos impactos serão extremamente nocivos a povos do sul do Amazonas, povos indígenas Gavião e Arara em Rondônia, indígenas isolados que vivem naquela

região, além de impactar a Reserva Biológica Federal do Jaru cuja a rica biodiversidade pode ser perdida em grande parte.

O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) realizou nos dias 6 e 7 de abril de 2022 uma audiência pública para ouvir a população afetada. Há anos os indígenas Tenharim, Parintintin, Diahui, Ikolen (Gavião) e Karo (Arara) vêm se opondo à construção da hidrelétrica, mas não são ouvidos. A audiência pública nada mais é que uma praxe para conferir ares de legalidade ao processo embrionário de mais uma catástrofe.

Fato é que, enquanto boa parte da população brasileira vela seus mais de 660 mil mortos pela pandemia, uma tropa afoita se aventura a atravessar a Constituição da República e passar com a boiada sobre a vida, os direitos e os territórios indígenas.

A vida dos povos originários no Brasil está em perigo constante e, por outro lado, uma parcela da sociedade brasileira mostra-se apática em relação a este pacote de destruição em massa.

É visível que estamos nos aproximando veloz e perigosamente da linha do não retorno. Penso que cabe a cada cidadão e cidadã, no livre exercício da sua cidadania, o dever de restaurar os pilares da nossa democracia, e isso se faz por meio do voto livre e consciente. Também nesse sentido, comungo da ideia de que é necessário dar voz aos Povos Indígenas e garantir que também estejam representados no Congresso Nacional e nos espaços de poder. O momento é agora, pois, estamos com a vida por um voto e nós não temos mais direitos a perder.

#### REFERÊNCIAS:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2236765>. Acesso em 13 abr. 2022.

<https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/345311>. Acesso em 13 abr. 2022.

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/08/25/na-cma-debatedores-pedem-rejeicao-de-projeto-do-marco-temporal-para-terras-indigenas>. Acesso em 13 abr. 2022.

## A HERANÇA BENDITA DA SOCIAL-DEMOCRACIA

*Aloysio Nunes\**

Escrevo esse texto entre o anúncio das candidaturas presidenciais e o início das campanhas propriamente ditas. Já sabemos quem vai concorrer, quem não vai. Mas ainda estamos na fase do planejamento, da montagem das chapas, da construção dos palanques regionais, da articulação das coligações. Os publicitários testam as palavras de ordem, os candidatos ajustam os discursos às pesquisas.

Entre setembro de 1939, quando a França e a Inglaterra declararam guerra à Alemanha, e o desencadeamento da blitzkrieg nazista, em maio de 1940, as hostilidades se limitavam ao que se chamou à época “guerra de mentira”. Por enquanto no Brasil, até as convenções, não pode haver campanha, e o que temos são os “pré-candidatos”, chamados assim em homenagem hipócrita às restrições da lei eleitoral.

Mas as candidaturas principais já estão fixadas nas cabeças dos eleitores, e não são campanhas de mentira, embora a mentira seja o ar que o candidato presidente respira. Se ainda não há mobilização dos eleitores em grande escala, penso que já está presente na consciência

---

\* Procurador do Estado de São Paulo, deputado estadual, federal, senador, vice-governador, secretário da Casa Civil, dos Transportes Metropolitanos; ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, da Justiça e das Relações Exteriores. Atualmente é o presidente da SP Negócios, agência de promoção de investimentos da prefeitura de São Paulo.

da maioria dos cidadãos o dilema que enfrentaremos no pleito de outubro-novembro.

Muitos deploram a chamada polarização, embora o embate entre as principais tendências políticas seja próprio de todas as democracias de massa. A polarização atual pode propiciar uma saída positiva para as múltiplas crises em que o nosso povo vem se debatendo nos últimos anos, desde que possamos qualificar corretamente quem polariza o quê.

Não se espante, caro leitor, se agora recorro a Paulo Guedes, o corifeu desta forma degradada do liberalismo entre nós, que é o neoliberalismo. Foi o ex-posto Ipiranga quem afirmou em discurso diante de empresários qual é o objetivo estratégico do governo que integra: extirpar o legado de mais de três décadas de governos sociais-democratas aos quais ele atribui todos os nossos males. Ele se referia a governos chefiados por líderes de duas correntes da social-democracia brasileira, o PT e o PSDB, em aliança com outras forças portadoras de tradições, programas e culturas políticas diferentes.

Da dinâmica que se estabeleceu entre elas com momentos de confronto e outros de colaboração, no marco de arquiteturas políticas que variaram ao sabor das eleições, resultou a obra que o bolsonarismo pretende liquidar.

Esse legado foi construído apesar de todas as diferenças e antagonismos, que muitas vezes se manifestaram em embates radicais. Mas, no fundo, cada um, ao seu modo, se esforçou para concretizar as aspirações que emergiram ao longo da luta contra a ditadura de 1964 e que a Constituição de 1988 consagrou. É sobre essa plataforma que devemos nos apoiar para o passo adiante que se faz necessário para que o combate contra o polo da extrema-direita possa levar nosso país a um patamar civilizatório mais elevado que o atual.

Não preciso de um grande esforço de memória para lembrar os marcos mais relevantes do caminho que percorremos: o Fundeb e o Fundef, a implantação do SUS, os fundos setoriais de apoio à Ciência e Tecnologia, as agências reguladoras, a expansão da reforma agrária e o prestígio à economia familiar, a demarcação das terras indígenas, a titulação das áreas de quilombolas, o combate às diferentes formas de discriminação, o estatuto dos refugiados, a Lei da Imigração, o Có-

digo Florestal, a legislação de apoio à inovação, a Lei Maria da Penha, o Marco Civil da Internet e a Lei Geral de Proteção de Dados, a responsabilidade fiscal, o reconhecimento da responsabilidade do estado brasileiro pelos assassinatos e desaparecimento dos opositores da ditadura, o alargamento da porta de entrada dos cidadãos aos tribunais, os programas de transferência de renda, a adoção da estratégia de defesa por lei votada no Congresso, uma política externa universalista, em estrita observância aos ditames da nossa Constituição.

O risco de toda a enumeração é omitir dados relevantes. Resolvi correr esse risco, certo de que o maior legado desse período foi uma nova consciência cidadã, a certeza de que todos devem ter o direito... de ter direitos.

Essas conquistas não surgiram por acaso, como dádiva de governantes iluminados, nem por geração espontânea nas casas legislativas. Foi a democracia, com suas liberdades, franquias e instituições, que abriu as largas avenidas por onde a sociedade civil avançou na promoção de seus interesses e valores.

O governo Bolsonaro empreende uma obra de destruição de tudo isso, a partir do eixo político central que é a sistemática corrosão da democracia, valendo-se para isso dos poderes presidenciais. Há nele uma sanha autoritária indisfarçável, com os ataques à liberdade de imprensa, a exaltação da ditadura, o culto aos torturadores, a ameaça ao Judiciário, a cooptação de boa parte do Congresso, a disseminação das mentiras, e a exacerbação do fanatismo de seus seguidores.

A reeleição de Bolsonaro dará a ele carta branca para o prosseguimento dessa obra nefasta até um ponto de irreversibilidade. Não há tarefa mais urgente do que encontrarmos as formas políticas adequadas para a construção de uma frente que reúna todos os democratas da direita à esquerda do nosso universo político para que no confronto entre a democracia e a barbárie prevaleça a democracia.



# É HORA DE MANTER A UNIÃO QUE ESTÁ DERROTANDO A PANDEMIA CONTRA OS INIMIGOS DA DEMOCRACIA

*Antônio Funari Filho\**

1) A maioria das conquistas da Constituição de 1988 não se consolidou através de leis ordinárias e não gerou grandes transformações estruturais, com capacidade de inverter a lógica da desigualdade que é histórica no Brasil. Mesmo a incorporação ou inclusão social de amplos grupos no mercado do consumo de massa não os converteu em cidadãos.

2) As conquistas socioeconômicas importantes (Plano Real, correção do salário mínimo, acesso ao crédito) e as políticas de transferência de renda (bolsa família entre outros) não foram acompanhadas pelas imprescindíveis reformas de base (Agrária, Fiscal, Urbana, etc.).

3) A política de conciliação que acompanha a história política do Brasil desde a independência, levou ao mascaramento das contradições. Isto tudo resulta que a direita com “fake news”, uma pauta de costumes conservadora acumulou forças, enquanto os setores democráticos e progressistas, tanto institucionais, quanto da sociedade organizada, as perderam.

---

\* Advogado e presidente da Comissão Justiça e Paz de São Paulo. Foi presidente do Conselho Estadual de Defesa da Pessoa Humana, do Fórum Nacional dos Ouvidores de Polícia e da União Estadual de São Paulo (1965/1966). Foi um dos coordenadores nacionais do Movimento Pela Ética na Política e Delegado Regional do Trabalho.

4) A lógica desenvolvimentista baseada nas commodities [agrícolas e minerais] e em investimento em infraestrutura, em geral, atendendo a interesses privados, gerou violações sistemáticas de direitos humanos de grupos populacionais inteiros nas cidades e de grupos tradicionais, estes últimos, especialmente os povos indígenas e quilombolas, gerando a inviabilização da produção e da reprodução dos modos de vida de boa parte da população.

5) O enfraquecimento dos setores populares e democráticos que historicamente deram sustentação à luta em defesa dos direitos humanos, por perda da capacidade de aglutinação e de proposição de agendas comuns, levou ao enfraquecimento das coalizões e ao crescimento da segmentação e das disputas internas somadas ao acirramento da criminalização dos movimentos e das lutas sociais por setores conservadores da sociedade.

6) A práxis dos partidos e organizações da sociedade civil organizada, encontra-se desatualizada das novas dinâmicas e novas linguagens, fato este que gerou certa surpresa frente à capacidade de mobilidade exposta pelas grandes manifestações de massa em 2013.

7) Os espaços institucionais conquistados nos governos democráticos não se consolidaram, nem foram apropriados pela população de modo que impedissem o desmonte que está sendo realizado. Algum grau de “aliciamento” das forças populares também contribui para a fragilização da atuação na base.

8) A falta de uma política que considere o Direito à Segurança como um Direito Humano, portanto extensivo à todas as pessoas igualmente, tem levado a continuidade de uma política que resume em ação e repressão policial, criminalização e encarceramento em massa e faz vítimas os mais fracos e pobres (juventude negra, crianças etc.), ao mesmo tempo em que fortalece o conservadorismo, defende redução da maioria penal, armamento, pena de morte etc.

9) A falta de foco sobre a importância da ampliação da democracia participativa como instrumento da construção de um país mais justo e igualitário, por parte de partidos que se dizem democratas e progressistas e da necessidade de articulação entre eles levou à eleição à presidência da República de um inimigo declarado da Democracia e

dos Direitos Humanos e de um Congresso cuja maioria é constituída da soma de lobistas: da indústria armamentista; dos devastadores das florestas; dos invasores das terras indígenas ou quilombos; dos defensores do fim do Estado Laico; dos inimigos da Cultura e da Ciência, dos que defendem a volta da ditadura e dos que defendem a impunidade da corrupção e da violência dos agentes do Estado.

A pandemia ao mesmo tempo que levou à morte centenas de milhares de pessoas e acirrou este quadro com a fome atingindo amplos setores de nossa população, mostrou com a CPI que é possível impor ao governo uma pauta que não lhe interessa.

**CONCLUSÃO:** A vitória alcançada com a CPI, que salvou milhares de vidas e desgastou a popularidade do governo negacionista só aconteceu porque houve uma articulação entre os políticos compromissados com a democracia, a comunidade científica, os profissionais da saúde, os meios de comunicação, a sociedade civil organizada, os movimentos sociais e a população.

Temos que manter essa articulação tanto para o “impeachment” já do inominável ou para a derrota dele e seus seguidores nas eleições.



NÃO BASTA DERROTAR  
BOLSONARO, PRECISAMOS  
CONSTRUIR UM  
PROJETO NACIONAL DE  
DESENVOLVIMENTO

*Antonio Neto\**

O bolsonarismo ainda continuará à espreita por muitos anos; conseguir alcançar os 15% mais fiéis do presidente é um dos maiores desafios de nosso tempo

Nós, do campo democrático, nos últimos três anos, nunca nos cansamos de denunciar cada ataque ao Brasil perpetrado pelo pior presidente de todos os tempos, Jair Messias Bolsonaro. Poderíamos escrever mil artigos sobre a sua incompetência, ignorância e perversidade – e temos feito isso. Poderíamos realizar inúmeras manifestações contra ele em todo o país e por todo o mundo – e temos feito isso. Poderíamos levantar a nossa voz de protesto por meio da internet, do boca a boca, das diversas formas de arte, ampliando o alcance da nossa revolta por tanta tragédia, tanta mentira, tanta destruição – e temos feito isso.

---

\* Presidente licenciado do Sindicato dos Profissionais em Tecnologia da Informação em São Paulo e da Central dos Sindicatos Brasileiros. Além de já ter presidido a Federação Sindical Mundial (FSM), é administrador e analista de sistemas. Presidente municipal do PDT de São Paulo.

Mas precisamos fazer mais.

Por mais que as pesquisas do momento em que escrevo este texto (abril de 2022) indiquem derrota de Bolsonaro nas próximas eleições, o jogo não está ganho. A sua rejeição continua alta, mas vem caindo, e as suas intenções de voto vêm subindo e já chegam à casa dos 30% em alguns levantamentos. Além da máquina governamental, ele tem nas mãos a máquina do ódio e das fake news. Desde que foi instituída a reeleição no Brasil, todos os presidentes que disputaram venceram. A possibilidade de uma vitória de Bolsonaro é aterradora, mas é preciso manter a mente em alerta contra essa ameaça até o fim. Não se pode baixar a guarda.

Mas, mesmo que não ocorra nenhuma reviravolta como há quatro anos (em abril de 2018, vale lembrar que Bolsonaro tinha apenas 15% nas pesquisas) e ele seja derrotado nas urnas, há duas possibilidades de cenário pela frente, ambos difíceis. A primeira, mais grave, é que Bolsonaro e seus apoiadores não aceitem o resultado e tentem um golpe. Já houve um ensaio no último 7 de Setembro, e a democracia foi salva por um triz. Esperamos que as instituições funcionem novamente, mas, com o aumento expressivo no número de armas no país e as infiltrações bolsonaristas nas Forças Armadas e nas polícias estaduais, é real o risco de um Capitólio tupiniquim, com derramamento de sangue, lançando o país em caos e incerteza. Precisamos estar preparados.

A segunda possibilidade é que nada aconteça e que o presidente eleito tome posse normalmente. Porém, ao contrário do que a maioria da nação parece desejar, Bolsonaro e sua família não vão desaparecer da cena política no raiar de 2023. Os bolsonaristas não vão, enfim, perceber que estavam errados e passar a defender os direitos trabalhistas, o meio ambiente, a cultura, a ciência, o respeito entre os diferentes. Qualquer governo que entrar não terá um passeio pela frente. A destruição do nosso país, de nossas instituições e do arcabouço legal que protege os brasileiros foi grande, e a reconstrução será longa e delicada.

Por isso, derrotar Bolsonaro não basta. É preciso derrotar o bolsonarismo.

O “núcleo duro” de apoiadores mais fiéis a Bolsonaro (que votaram nele em 2018, consideram o seu governo ótimo ou bom e pretendem

repetir o voto) oscila em torno de 15%, segundo as pesquisas. Essas pessoas parecem totalmente impermeáveis à verdade. Não se informam mais pela grande imprensa, apenas por veículos alinhados e por redes sociais bolsonaristas. São completamente imunes à abundância de notícias sobre corrupção no governo, descalabro econômico ou condução desastrosa da pandemia, por exemplo. Vivem em um mundo paralelo, onde acreditam que tudo vai bem no Brasil e que nada de errado – recordes de desemprego e preços de combustíveis, maior inflação em 28 anos, mais de 660 mil mortos por Covid-19 – é culpa de Bolsonaro.

A grande questão que se impõe, portanto, é: como conseguir alcançar essas pessoas? Como fazer com que enxerguem todo o mal que Bolsonaro fez, faz e ainda fará ao nosso país?

Muito já se falou que Bolsonaro legitimou uma grande parte da população brasileira que pensa como ele, que compartilha dos seus preconceitos. Pessoas que se sentiam diminuídas diante dos mais cultos e reprimidas pelo politicamente correto, mas que agora se sentem representadas por ele. Bolsonaro teria dado voz a uma legião de ressentidos.

O fato é que, como a pasta de dente depois de sair do tubo, os bolsonaristas fiéis também não vão voltar para dentro do armário. Logo, precisamos lidar com eles. Porque eles são muitos. Mesmo que Bolsonaro perca as eleições – e ele há de perder –, eles continuarão por aí.

No Brasil, há cerca de 150 milhões de eleitores. Ou seja, 15% disso significam 22,5 milhões de pessoas. Não é possível aceitar de forma fatalista que temos 22,5 milhões de irmãos brasileiros machistas, racistas, LGBTfóbicos, contra a ciência, a educação, a cultura, o meio ambiente, os índios, os trabalhadores; a favor de ditadura, tortura, armas e morte. Que é assim mesmo. Não é. Não pode ser.

Quantos, dentro desses 15%, realmente têm a mesma falta de valores humanos de Bolsonaro? Quantos são manipulados pelos algoritmos das redes, tão bem explorados pela extrema direita? Quantos sofrem influência pesada do meio em que estão inseridos? Quantos é possível converter? Quantos são capazes de perceber a verdade?

Precisamos, de alguma forma, envolver essas pessoas na construção de um novo Brasil. Um país que realmente coloque a educação como prioridade, que gere empregos de qualidade, que invista na reindústria-

lização, que revogue a reforma trabalhista, que acabe com a política de paridade de preços internacionais da Petrobras, que combata a desigualdade taxando grandes fortunas, que faça uma reforma tributária progressiva e justa. Precisamos de um Projeto Nacional de Desenvolvimento.

Mesmo que 15% não sejam suficientes para ganhar uma eleição, sabemos que, dependendo de conjunturas eleitorais momentâneas, com base em fake news e campanhas de ódio, eles poderão novamente angariar apoio em outros segmentos e voltar ao poder – partindo de 15% nas pesquisas em abril de 2018, Bolsonaro foi eleito em outubro com 55% dos votos. O risco é grande demais para que nos conformemos.

Não se trata de conservadorismo x progressismo, direita x esquerda. É democracia x autoritarismo, civilização x barbárie. Esses 15% precisam, de alguma forma, entender isso. A batalha que precisamos travar é para chegar aos corações e mentes dos bolsonaristas mais fiéis.

O Direitos Já! Fórum pela Democracia tem sido um ator fundamental nessa luta, ao reunir 17 partidos de diferentes matizes políticos em defesa do nosso país, dos nossos verdadeiros valores, da nossa República. Neste espaço, focamos no atacado que nos une, não no varejo que nos separa. Porque nós, do campo democrático, temos um inimigo em comum, que continuará à espreita por muito tempo, ameaçando a nossa paz social e o nosso futuro, se não conseguirmos transpor essa barreira que impede a comunicação com 15% dos eleitores brasileiros.

Por isso, precisamos de um grande esforço de toda a inteligência nacional para superar o maior desafio do nosso tempo. Do nosso lado, temos os melhores psicólogos, sociólogos, publicitários, cientistas de dados, profissionais do marketing e da comunicação. Precisamos de pesquisas científicas para destrinchar esse nó. Para nos dar as respostas que vão mostrar como reverter o estrago que foi feito na cabeça de tantos brasileiros e como impedir que essas redes de ódio, ignorância e intolerância se propaguem novamente. A ciência em geral e as ciências humanas em particular foram tão vilipendiadas por Bolsonaro nos últimos anos, e são elas que têm a chave para derrotá-lo. Não nos falta talento e propósito. Nós estamos do lado certo da história, o lado da humanidade. E venceremos.

# SOMOS TÃO SERES HUMANOS QUANTO TODOS OS OUTROS

*Ariadna Thalia da Silva Arantes\**

Nasci na zona norte do Rio de Janeiro, Irajá, sou carioca da gema. Apesar de tudo o que já vivi, eu garanto que este é um dos piores momentos. Quão sombrio é nosso momento atual. E eu que pensei que há 11 anos era pior que hoje.

Nesse meio-tempo, houve um período em que parecia que tudo iria melhorar. Como mulher trans, com uma bagagem de experiências amplas, sendo a primeira mulher trans a participar do maior reality show do Brasil, em 2011, e do reality *No Limite*, em 2021, eu vejo uma diferença enorme.

Naquela época, existiam muitos preconceitos da população, mas tínhamos um governo que lutava pelas minorias, pelo acolhimento, pela inclusão social de cada indivíduo. Hoje vivemos uma era em que as pessoas estão mais acolhedoras e aceitando a inclusão, mas temos um governo contra as minorias, em prol da desigualdade. Somente ricos estão no poder, e todos os outros estão cada vez mais carentes do básico que um ser humano necessita.

Como uma mulher trans e periférica, sinto na pele diariamente o asco da sociedade perante a minha existência. Cada dia que passa, precisamos lutar incansavelmente por questões tão simples, mas que se tornam

---

\* Carioca, 38 anos. Primeira mulher trans a participar do *Big Brother Brasil* e do *No Limite*, ativista e militante pela diversidade e minorias.

tão pesadas quanto uma montanha. Temos deputados e senadores que votam contra ou vetam leis favoráveis às comunidades LGBTQIAP+. E estou falando de leis civis, como a retificação de documentos. O tempo todo o governo atual atenta contra nossa existência. O Brasil, hoje, é o país que mais mata mulheres trans no mundo. E, também, o que mais consome conteúdo pornográfico trans. É uma hipocrisia e uma violência enorme por parte da sociedade, por falta de cultura e educação. E o que mais escandaliza o governo não é essa falta de educação no país, mas a existência de minorias.

Com tantos problemas que nosso país enfrenta, como o aumento do preço dos alimentos, da gasolina e do gás, o crescimento a cada dia da pobreza, a carência na saúde pública, Bolsonaro e seus familiares atentam contra nós. Um de seus filhos, segundo os jornais, por exemplo, quer impedir atletas trans de competirem. Será mesmo que esse é o maior problema do nosso país? Carlos Bolsonaro, em 2020, apresentou uma proposta de lei na Câmara do Rio de Janeiro, para que pessoas transexuais usem banheiros de seus sexos biológicos. Com a segurança decadente no Rio de Janeiro e os hospitais lotados, ele está preocupado com as necessidades fisiológicas de pessoas trans.

É lastimável. Mais lastimável ainda é viver nessa era machista e ainda mais com um presidente misógino. Alguém se lembra do murro que ele deu na cabeça de Conceição Aparecida, que era funcionária da Plamajur? As ofensas à cantora Preta Gil? Ou as ameaças de morte contra sua ex-mulher, que chegou até a sair do país? Ou daquelas falas: você não merece ser estuprada? Dizer achar justo que mulheres ganhem menos que os homens porque engravidam? Quantas barbaridades mais precisaremos viver e ouvir, até que essa era chegue definitivamente ao fim?

Como uma mulher trans, mesmo sendo uma pessoa pública, vivo com medo do que pode acontecer comigo. Apesar de já ter passado da expectativa de vida de uma transexual, que é de 35 anos, hoje, com quase 38, eu ainda temo pela minha vida e minha segurança.

Sigo aqui, militando e denunciando a cada dia, usando minha voz, minha imagem, minhas redes sociais para gritar ao mundo sobre essa violência e distinção que a sociedade e o governo atual fazem contra nós. Sigo aqui, lutando por direitos, por igualdade, por respeito!

Sigo para que não só mulheres trans mas também toda a comunidade LGBTQIAP+ e as mulheres possam um dia ter a tranquilidade e a paz que cada ser humano merece. É uma luta muito difícil. Mas não se pode desistir. Eu luto, ainda que não seja por mim... que seja pela nova geração. Para que todos possam ser respeitados, para que todos possam ter oportunidades. Para que ninguém sinta o peso da discriminação, o peso dos padrões impostos por uma sociedade medíocre, que governa apenas para, segundo eles, “os maiores”. Um governo deve cuidar de todos, em todos os aspectos. Afinal, na hora de cumprir com nossos deveres de cidadão, ninguém quer saber se você é homem ou mulher, hétero ou LGBTQIAP+. Eles querem receber... Então, façam valer os seus direitos como cidadãos. Lutem sempre...



# ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E DESENVOLVIMENTO

## NECESSÁRIA PRESERVAÇÃO DO DIREITO À VERDADE E À MEMÓRIA

*Belisário dos Santos Jr.\**

*“Que ninguém se esqueça, para que nunca mais aconteça.”* (clamor popular)

O Estado de Direito é a estrutura de proteção legal dos direitos humanos. Os direitos humanos, o Estado de direito e a democracia estão interligados e se reforçam mutuamente, formando parte dos valores e princípios fundamentais, universais e indivisíveis das Nações Unidas.

Esse texto é parte da Declaração adotada pela 67ª Assembleia Geral das Nações Unidas, de setembro de 2012, apelando ao reforço do Estado de Direito no mundo. Navi Pillay, jurista sul-africana, Alta Comissária de Direitos Humanos à época, acrescentou que as normas e padrões

---

\* Graduado pela Faculdade de Direito da USP, é especialista em Direito Administrativo pela PUC-SP e em Legislação Penal Especial pela USP, com inúmeros artigos publicados. Foi presidente do conselho curador da Fundação Padre Anchieta/TV Cultura e, atualmente, integra a Comissão de Direitos Humanos Paulo Evaristo Arns, preside a Comissão de Direitos Humanos do IASP e é membro do comitê executivo (ExCo) da Comissão Internacional de Juristas em Genebra (Suíça).

internacionais devem ser a base do Estado de Direito, assim, os Estados devem abraçar a nível nacional o que se comprometeram a fazer em nível internacional.

Assim, sob o Estado de Direito, TODOS na sociedade são obrigados pela lei, incluindo o governo.

Se queremos uma sociedade livre, justa e solidária, como escrevemos na Constituição da República de 1988, devemos respeitar e incentivar os fundamentos do Estado democrático de Direito que estão na cidadania e na dignidade da pessoa humana, garantindo o desenvolvimento nacional, no sentido de erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais. O Estado de Direito é, portanto, uma garantia para o desenvolvimento. Economia e Direitos Humanos (DDHH) devem andar de mãos dadas. Não se opõem.

Não por outra razão, os líderes mundiais, reunidos na Assembleia Geral da ONU de setembro de 2015, considerando os notáveis avanços alcançados com o compromisso dos objetivos de desenvolvimento do milênio (2000 a 2015), elaboraram a estratégia dos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (agenda 2015 a 2030), um largo espectro de políticas sociais, com temas, subtemas e metas, no sentido de criar um modelo global de governança com a finalidade de acabar com a pobreza, proteger o ambiente e promover a prosperidade e o bem-estar de todos até 2030. Essa agenda deve constituir um estímulo aos governos com forte compromisso social ou, no mínimo, um norte para os governos sem compromisso com o desenvolvimento social, que é o que acontece nestas terras brasileiras.

A Comissão Internacional de Juristas, entidade voltada para atividades de defesa do Estado de Direito e dos direitos humanos, divulgou em março de 2019 a Declaração de Tunis.

“Estado de Direito é essencial para a implementação adequada de outras importantes prioridades globais acordadas internacionalmente, como proteção ambiental e desenvolvimento sustentável, as quais, como afirma a Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030, devem ser orientadas pelos propósitos e princípios da Carta da Nações Unidas e fundamentada na Declaração Universal dos Direitos Humanos e nos tratados internacionais de Direitos Humanos”.

Seria interessante rememorar que o Secretário Geral da ONU, o português Antonio Guterres, já em fevereiro de 2020, havia lançado um Chamado à Ação no sentido de colocar a dignidade e os compromissos da Declaração Universal de Direitos Humanos no centro do nosso cotidiano. Os DDHH precisam estar na frente e no centro. Mas, alertou também que o cenário é de um crescente étnico-nacionalismo, populismo, autoritarismo e um retrocesso contra os DDHH.

No Brasil recente precisamos de atenção especial. Vivemos aqui nos últimos anos uma experiência jamais pensada, uma pandemia política ao lado de outra sanitária. Um governo e um presidente que elogiam a ditadura civil-militar que vivemos de 1964 a 1985, enaltecem a tortura e torturadores e ignoram o caos econômico deixado aos governos seguintes, como uma hiperinflação apenas dominada com a volta da democracia. E, pior, desmontam as estruturas de defesa e promoção dos direitos humanos nos vários planos de governo, desestruturam políticas públicas e privilegiam uma agenda ideológica de valores supostamente religiosos, mas que se traduz em profundas ofensas aos direitos das minorias, ao meio ambiente, à saúde e à democracia e, claro ao patrimônio do Estado brasileiro, afetado com seguidas notícias de corrupção.

É fundamental, já decorridos 37 anos do fim da ditadura, lembrar que houve um período da história brasileira recente caracterizado pela supressão dos direitos fundamentais e anulação das instituições democráticas, com inexistência do habeas corpus e a impossibilidade jurídica de levar violações de DDHH cometidas pelo Estado aos tribunais. A ditadura é o oposto de Estado Democrático de Direito.

O próprio Estado brasileiro (pós-ditadura e antes de 2019), em sucessivas oportunidades reconheceu oficialmente a existência da ditadura militar entre 1964 e 1985. Ao conceder indenizações mortos e desaparecidos políticos, ao corrigir atestados de óbito neles fazendo constar a tortura como verdadeira causa da morte, ao rever práticas autoritárias, ao reconhecer relatos das vítimas daquele período.

Há publicações oficiais a respeito. Os familiares das vítimas escreveram dossiês que foram adotados expressamente em lei, como a verdade dos fatos, como o fez a Lei 9.140/95. Os Tribunais igualmente reco-

nheceram o fato, em decisões históricas, como no Caso Herzog, Caso Norberto Nehring, Caso Manoel Fiel Filho.

Assim é oficial. HOUVE DITADURA MILITAR. Não é matéria de fé, nem de ideologia. A Justiça internacional confirma o fato, como no Caso Gomes Lund contra o Brasil, julgado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.

O Presidente JMB, eleito em plena democracia, tenta reproduzir o conteúdo de viés fascista do regime militar, no inútil intento de perenizá-lo. Valoriza o sentimento de exacerbado nacionalismo, muitas vezes de modo canhestro. Vale-se da presença de militares em seu governo, inclusive da ativa, de forma e em quantidade nunca vistas, em momentos de democracia, e busca impulsionar uma agenda religiosa, cercando-se de membros de igrejas, às vezes até de forma ilegal, como se viu no episódio de distribuição de benesses do MEC, por pastores que nem funcionários eram.

Na tentativa de perseguir opositores do governo, uma reedição cabocla do conceito de inimigo interno da doutrina de segurança nacional que animou a ditadura, o Governo utilizou divulgação de campanhas (como na ampla distribuição do dossiê antifascista preparado pelo Ministério da Justiça contra ativistas da democracia), e buscou o uso indiscriminado da Lei de Segurança Nacional, iniciativas barradas pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Congresso Nacional que revogou a lei, substituindo-a por lei de defesa do Estado Democrático de Direito. As mídias sociais foram amplamente acionadas por partidários do governo para ampliação de discursos de ódio contra autoridades judiciárias e contra as instituições, incentivando atos concretos de violência. O próprio Presidente cometeu várias infrações penais em ameaça à democracia. A tentativa de censura e controle de meio de comunicação, por meio de controle de verbas publicitárias, foi feita sem pudor. Os atos seguidos de egocentrismo – sempre lembrar que “aqui mando eu”, a reiterada ofensa a jornais e jornalistas; a desvalorização da arte e censura artística fazem parte do incrível repertório fascista desse governo que, breve, será passado.

A luta contra o retrocesso, garantida a eleição e a posse dos eleitos, deverá dar lugar à reconstrução das agendas de DDHH e da demo-

cracia, à retomada do desenvolvimento, à prática diária do respeito à Constituição e ao abandono do discurso de ódio. Agora mais do que nunca, vale a lição de Todorov: “Temos que conservar viva a memória do passado”, fundamental para estar alerta diante de situações novas e apesar disso análogas.

Nossa missão, doravante, será a de reconstruir a agenda dos direitos humanos, compatibilizando-a com a agenda do desenvolvimento, como nos ensina a Organização das Nações Unidas, sem descurar das lições da história, contando sempre às novas gerações as diferenças entre viver sem liberdade e de viver com liberdade, dignidade e solidariedade, em democracia e sob o Estado democrático de direito. Essa é a missão que valerá nossa vida.



# A ELEIÇÃO QUE DEFINE O FUTURO DO BRASIL

*Bruna Breiaz\**

O que está em xeque no Brasil em outubro não é a troca de um presidente, e sim, o projeto de país que queremos e precisamos.

Toda semana recebemos notícias, acompanhamos ou sentimos na pele, do que se trata os objetivos e prioridades do governo Bolsonaro.

Enquanto, a população sofre com preços altíssimos de alimentos, combustíveis e gás de cozinha, em um cenário de desemprego e queda de renda, o governo cria sistemas de corrupção, desvios de dinheiro e retrocessos.

Assim, ao passo que brasileiros buscam meio de sobrevivência, o governo aproveita da vulnerabilidade para criar as condições de corromper o sistema, mantendo um discurso hipócrita aos seus apoiadores que em seu mandato não há corrupção.

Só se engana quem quer ou é abastecido pela indústria de Fake News, instaurada sobre sua gestão.

O mais recente escândalo, que envolve o Ministério da Educação, retirou condições dos estudantes de seguirem nas escolas, sucateou nossas instituições, ao trocar o projeto de desenvolvimento educacional por meios de cobrança de propinas e lavagem de recursos.

---

\* Presidente da UNE e estudante de Direito. É a primeira mulher negra, da região norte do país, a conduzir a entidade.

Antes de vir à luz o esquema, a educação brasileira já agonizava sem qualquer direção e com cortes de recursos bilionários.

Também não nos esqueçamos do genocídio que provocou na pandemia, com sua necropolítica e o constante negacionismo, a morte de milhares de brasileiros. Suas ações de atraso na compra das vacinas contra a Covid-19, na verdade, escondiam a intenção de superfaturar o preço das doses.

Com tudo citado e muito mais, o seu (des)governo retrocedeu o Brasil socialmente, economicamente e também na educação. Como representante da UNE, entidade que completa 85 anos em 2022, e atua pela educação e luta pela democracia e soberania do país, vejo que o momento que atravessamos é gravíssimo para os estudantes, a juventude e impacta diretamente o futuro da nossa geração.

Esse é o momento de somar na luta, ampliar e somar forças contra esse projeto. A resposta do Brasil vem das ruas, nas imensas manifestações realizadas no ano passado em todo o país, e, sobretudo, nas urnas em outubro.

Por onde ando, em cada universidade, tenho levado a importância de estarmos mobilizados para a mudança de rumo do Brasil e para isso é necessário e urgente retirar Bolsonaro da presidência.

Os desafios atuais impõem a reconstrução do país contra o negacionismo, pelo combate às desigualdades e pelo desenvolvimento sustentável. Não há como voltar atrás, daqui em diante a pressão popular deverá ser muito maior.

# CONSTITUIÇÃO E EVANGELHO BEM APLICADOS PARA UMA DEMOCRACIA PLENA

*Caio Fábio\**

Em minhas reflexões, me pergunto por que o Brasil não tem uma democracia plena?

Temos a Constituição mais bem elaborada entre tantas outras no mundo, somos conhecedores do Evangelho, e ambos bem aplicados resultariam na democracia verdadeira. A Constituição é generosa e sutilmente carregada de conceitos do evangelho. Basta ser seguida. Mas, infelizmente, não é.

Chegamos a esse momento de frágil democracia antes mesmo da eleição de Bolsonaro, que durante sua campanha protagonizou declarações fascistas contra indígenas, negros, lgbtqi+. Ele deixou claro que iria acabar com essas populações.

Mas a Lava Jato havia trazido manifestações sobre a corrupção no governo anterior, que alcançou números impensáveis, tendo a própria Petrobrás admitido tudo o que foi divulgado. Foi um choque, com notícias diárias, delações premiadas, ao longo de três anos que antecederam as eleições de 2018. Eis que a população buscou uma alternativa de

---

\* Pensador, teólogo, psicanalista, conselheiro, escritor e conferencista. Criou a Visão Nacional de Evangelização, a Fábrica da Esperança e o Atitude e Solidariedade, projetos sociais no Rio de Janeiro. Presidiu a Associação Evangélica Brasileira, foi diretor do Comitê de Lausanne para a Evangelização do mundo e vice-presidente da Missão Portas Abertas. É considerado internacionalmente um dos 100 líderes cristãos mais respeitados do mundo.

governo. Tínhamos muitas opções que seriam infinitamente melhores do que esse atual governo. Porém, o mercado magoado se aproveitou daquele momento para incentivar o voto nessa figura abjeta, que conseguiu o apoio de empresários, de lideranças judaicas e até dos evangélicos, o que, para mim, não foi surpresa.

Afinal, os evangélicos nunca gostaram muito de democracia, porque a maioria das igrejas não são democráticas. Vide a Assembleia de Deus, que é presidida há mais de 30 anos pela mesma pessoa. A Assembleia de Madureira igualmente vive sob uma dinastia e a Igreja Universal do Reino de Deus é praticamente um reinado de Edir Macedo. O pastor Valdomiro é um ditador, com muitos imitadores, e assim seguem milhares de exemplos. Até mesmo as igrejas mais tradicionais já começam a seguir esse modelo, como a presbiteriana. Vale lembrar que os evangélicos apoiaram o golpe militar, uma vez que o segmento agrupava pessoas que se sentiam rechaçadas na sociedade e tinham pouco conhecimento. Em resumo, eles sempre tiveram medo da democracia, por considerar que ela traz a liberalidade moral e a liberdade de expressão.

Eu, diferentemente, sempre fui ansioso pela democracia. Meu pai foi diretamente atingido pelo golpe militar, perdeu tudo o que tinha, sem ressarcimento. Eu cresci esperando por uma democracia. E acabei por abraçar o evangelho e presidir o maior grupo evangélico deste país nos anos 90. E, hoje, é decepcionante assistir a “cambada evangélica”, criada nos moldes do centrão, querendo levar vantagem em tudo no Congresso. Os evangélicos não se incomodam com a situação de pária do mundo a que Bolsonaro alçou o país. Eles estão acostumados com essa posição. Deixo claro que falo isso dos pastores.

Já parte dos fiéis, que sepultou entes mortos de Covid e, independente do que digam os pastores, não deve mais votar em Bolsonaro. São essas pessoas, além de outros esclarecidos, que estou reunindo num grupo de evangélicos progressistas, o qual será validado na mídia até as próximas eleições. Esse é o caminho que propiciará ao segmento evangélico carregar os verdadeiros ensinamentos de Cristo, como é a concepção da própria palavra evangelho.

Assim, espero que as mentes lúcidas evangélicas levem ao conhecimento de todos o contraponto a tudo o que vivemos nos dias de hoje.

## ENFRENTANDO PESTES

*Carlos Lula\**

Estávamos no início do segundo semestre de 2020 e eu estava em Brasília. O cenário era de um filme de terror. Pouquíssimos vôos, muito medo, quase ninguém nas ruas. Mas já na qualidade de presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, era preciso me deslocar com alguma regularidade para a capital federal. Fui então atingido por um telefonema. Era o ministro Eduardo Pazuello. O motivo da ligação foi simples e direto: haveria uma reunião de urgência da qual ele queria que eu participasse. Sem muitos detalhes. Confirmei a participação e em algumas horas descobriria que se tratava da primeira reunião entre o Ministério da Saúde e o estado de São Paulo para tratar do programa de vacinação contra a COVID-19.

Ainda não havia sido noticiado amplamente na imprensa, mas naquela altura, tanto o Instituto Butantan quanto a Secretaria de Saúde de São Paulo já dispunham de avanços significativos nas tratativas com a Sinovac para a confecção de um imunizante que faria do Brasil um dos primeiros países do planeta a dar uma resposta eficiente contra o vírus.

Como qualquer outra reunião que tratou do tema, aquele encontro foi tenso. Além de mim, representando o CONASS, o amigo Jurandi Frutuoso, secretário executivo do Conselho, alguns deputados estavam presentes, além de representantes do Governo de São Paulo e do Butantan.

---

\* Ex-presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e ex-secretário de Saúde do Maranhão. A defesa do Sistema Único de Saúde e da vacinação em massa contra a Covid-19 é sua marca reconhecida.

Além do valor que São Paulo já havia investido, o tema central da reunião era a possibilidade de a União aportar recursos para que o imunizante estivesse disponível para todo o território nacional. Naquele momento, já restava evidente o conflito aberto e declarado entre o governador de São Paulo e o presidente da República. A dúvida era se interesses político-eleitorais iriam interferir numa decisão acerca da oferta de um imunizante que seria a solução mais barata e mais rápida para conter a pandemia.

Em algum dos vários momentos de tensão, lembro com clareza que propus que os demais estados pudessem abrir mão de recursos que estavam programados, por lei, para receber, em favor do acordo entre o Butantan e a Sinovac. Se cada estado abrisse mão de um pouco, o Ministério da Saúde não teria de fazer um novo aporte de recursos.

Depois de algumas horas, saímos aliviados com a sinalização do Ministério da Saúde que o Governo Federal faria a aquisição daquela vacina, que mais tarde ganharia o nome de Coronavac e que imunizaria, dali a poucos meses, a primeira brasileira.

Voltei para o Maranhão com a boa notícia e me recordo que o semblante do governador Flávio Dino trazia em si esperança. Sentimento que eu e toda minha equipe compartilhávamos quando nos reunimos para tratar do assunto. Seria o começo do fim da pandemia? Era uma pergunta e, ao mesmo tempo, o desejo de uma afirmação.

Infelizmente, a declaração do ministro não se sustentou por muito tempo e até o órgão decidir, de fato, aportar recursos para a compra do imunizante, teríamos uma novela com muitas reviravoltas e contradições.

De todo modo, na semana seguinte, quando a imprensa noticiou uma reunião que teríamos com o Ministério da Saúde, envolvendo Secretarias de Estado da Saúde e, dessa vez, os governadores, o ministro Pazuello, já com sintomas gripais, que posteriormente se revelariam ser COVID-19, participou de maneira remota.

Apesar de tudo, a reunião tinha trazido excelentes resultados. O Governo Federal tinha se comprometido em adquirir inicialmente 46 milhões de doses da Coronavac e, tão logo ela fosse aprovada pela Anvisa, começaríamos a imunizar nossa população. A vacina seria incorporada

ao Programa Nacional de Imunizações (PNI) e não ficaria restrita aos paulistas.

Aquela terça-feira foi diferente porque pela primeira vez, desde março de 2020, fizemos uma reunião no gabinete de crise da Secretaria de Saúde para tratar da logística de vacinação. Preparar nossa equipe, nossos insumos, nossa rede de frios, nossa população para o anúncio de uma tão esperada boa notícia. Em menos de 48h tudo foi por água abaixo.

Na quarta-feira, ou seja, no dia seguinte, o presidente da República disse “Já mandei cancelar. O presidente sou eu, não abro mão da minha autoridade”. Ali era o início da campanha antivacina governamental. “vacina chinesa”, “vacina do Dória”, “vacina comunista” e tantos outros termos pejorativos inundaram as redes sociais e a imprensa brasileira. Um trabalho duríssimo ameaçado a partir de uma rejeição do executivo, que não se sustentava em nenhum critério técnico. Havia ainda o debate sobre a hidroxicloroquina ser eficaz no tratamento contra a Covid, e sobre a “vacina de Oxford” que fazia contraposição na narrativa política do Governo Federal.

Essa oposição de imunizantes, aliada a uma crença irracional num remédio milagroso, travaram o processo de tal forma que parecia que andávamos em círculos. Numa semana, o ministro falava em deixar a política de lado e trabalhar pelo Brasil. Na outra, o patriotismo se dissolveu quando a Coronavac foi vista como uma vitória política do Governo de São Paulo contra o Governo Federal. O que faríamos? Chamei uma reunião com os Secretários de Saúde do Brasil para discutir estratégias e evitar que o contrato com a Sinovac fosse perdido. Outras formas de financiamento, outras modalidades jurídicas de adquirir aquelas vacinas.

Cogitei ir a Brasília para reunir pessoalmente com o ministro, mas ele ainda se encontrava em isolamento social. Na quinta-feira, dia 22 de outubro, fui surpreendido, assim como os demais brasileiros, com a notícia que qualquer negociação de vacinas com a Sinovac estaria suspensa, por determinação expressa. Além do mais, o ministro da saúde e o presidente da República apareceram sorrindo descontraídos em vídeo, onde a famosa frase “manda quem pode, obedece quem tem juízo” foi pronunciada em tom amistoso e de galhofa, como se estivéssemos tratando da compra de algum souvenir ou lembrança de viagem.

O desfecho dessa história é bastante conhecido. Mesmo com atraso, vacinamos a população brasileira com duas doses e mais o reforço. Em 2022 não existe mais cloroquina, mas existe a vacina que, dose após dose, nos colocou em outra direção, nos permitindo sonhar e, lentamente, retomar o curso da vida.

Sou pessoalmente afetado por essa história porque ela conta, de maneira sucinta, qual foi o debate que enfrentamos durante os anos de 2020 e 2021. Esse ano que nos marcou, que parece que não acabou e que vai continuar ecoando em nossa lembrança, e na lembrança dos nossos filhos e netos. Nesses dois anos, tivemos momentos de angústias globais, de incertezas, e este bastidor sobre aquisição de vacinas, pelo menos para mim, é um episódio revelador sobre como o processo decisório em políticas públicas têm um impacto gigantesco na vida de milhões de pessoas. Em último caso, o tempo de decidir definirá pela morte ou pela vida de brasileiros que nunca sequer conheceremos pessoalmente.

O duríssimo golpe que o SUS sofreu ao longo da pandemia não foi suficiente para desmontá-lo. Pelo contrário, ele saiu fortalecido. Ao fim e ao cabo as vacinas se provaram eficazes, as estratégias sérias de enfrentamento ao vírus mostraram resultados e alguns estados, como o meu, em que tive o privilégio de ser secretário de Saúde, obteve vitórias importantíssimas ao longo de toda esta tempestade.

As pestes são mais comuns na história da humanidade do que comumente se imagina. Surtos de doenças repetem-se pelos séculos com algumas semelhanças tanto na forma de propagação quanto na forma de contenção dessas enfermidades. Mas é impossível combatê-las sem racionalidade e união entre os entes de uma federação.

Um sistema público de saúde que tenha sobrevivido, simultaneamente, ao Governo Federal e ao coronavírus, merece nosso reconhecimento e, para além disso, nosso empenho em valorizá-lo e fortalecê-lo. O SUS foi nosso principal guardião e a história desta pandemia não pode ser contada sem a sua presença marcante.

Quando contarem quem fomos e de que lado estivemos quando a peste chegou, falarão sobre o SUS e de como ele não nos abandonou, mesmo nos momentos em que nós mesmos duvidamos de nossas capacidades. O presidente da República custou a posicionar-se sobre o vírus,

minimizou sua capacidade de devastação, e mostrou-se mais temeroso com os efeitos da crise sanitária sobre a economia do que sobre a vida das pessoas. É como se o federalismo desenhado na Constituição tivesse sido substituído por um federalismo de permanente confronto com os entes subnacionais. No lugar de cooperação, brigas. No lugar de coordenação, autonomia quase total a cada ente. O combate à pandemia da COVID-19 deu-se na política do “cada um por si”.

Quando contarem quem não desistiu e quantos de nós arregaçaram as mangas dia e noite, sem cessar, para mitigar os efeitos da pandemia na vida dos maranhenses, falarão da capilaridade do SUS ao chegar aonde nenhum outro sistema de saúde alcança.

Quando contarem as batalhas vencidas (e as perdas também) certamente lembrarão de como estivemos entrincheirados, mirando o mesmo horizonte, lembrando aqueles que perdemos, protegendo aqueles que amamos, acima de qualquer outra coisa. E, acima de tudo, como pestes são doenças do ponto de vista sanitário muito mais difíceis de serem enfrentadas quando se somam simultaneamente a pestes político-institucionais.



# A REFORMA DO SISTEMA POLÍTICO E A PLENITUDE DEMOCRÁTICA

*Carlos Siqueira\**

## SISTEMA POLÍTICO: DE ENORMES LEGADOS POPULARES AO SEQUESTRO ULTRALIBERAL

O sistema político-eleitoral brasileiro, que emergiu com a retomada da democracia, 35 anos atrás, encontra-se hoje carcomido, em estado de necrose, condição esta que nos levou a Bolsonaro e seu projeto político antidemocrático e antipopular.

Ainda que seja este o quadro de momento, é fundamental fazer duas considerações. A primeira para fazer justiça a esse mesmo sistema político, porque ele nos legou um regime organizado de proteção social, do qual se deve destacar o Sistema Único de Saúde (SUS) – seguramente uma das mais importantes conquistas populares de nossa história –, ao qual se soma em relevância o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a Previdência Social, assim como a universalização do acesso ao ensino básico.

O segundo ponto a se observar é que a inflexão sofrida pelo sistema político-eleitoral brasileiro, em direção a uma ampla degeneração, ocor-

---

\* Presidente nacional do PSB e do Conselho Curador da Fundação João Mangabeira (FJM). Advogado, militou na defesa dos direitos humanos, por intermédio do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares e da OAB, em Pernambuco.

reu essencialmente porque não houve coragem política para reformá-lo radicalmente, quando ele deu sinais claros de degeneração, algo que já se podia identificar no seu ensimesmamento e conseqüente desatenção às demandas populares por desenvolvimento, inclusão social, melhorias relevantes de qualidade de vida, além da prestação de serviços públicos de qualidade.

O divórcio entre o sistema político-eleitoral e as demandas/ necessidades populares já era evidente quando do primeiro governo Lula, que falhou inapelavelmente ao não fazer uma *reforma política*, desde então absolutamente necessária. E não parou por aí: detentor de uma capital político que poderia revolucionar o Brasil, o governo e as forças que o apoiavam se apequenaram, por não realizarem sequer uma reforma estrutural digna do nome.

Esta leniência diante da missão política indeclinável “no devido tempo” se demonstrou perfeita e nefastamente quando das “contra reformas” lideradas pelos ultraliberais a partir do governo Temer, que pioraram enormemente a legislação trabalhista, o regime previdenciário aplicado aos segmentos mais pobres de nossa população, além de fazer tudo que houvesse ao alcance, para “minimizar” o Estado Nacional em benefício descarado do rentismo. O cardápio aqui é / foi farto: privatizações de empresas estratégicas, rarefação dos serviços públicos, ataques às normas ambientais, reforma administrativa cujo principal propósito é o desmonte do serviço público etc.

Apresentado este quadro, é preciso considerar, por consequência, que Bolsonaro não é uma *avis rara* e deve ser considerado, bem ao contrário, o *fruto podre de tão maduro* de uma completa desnaturaçãõ do sistema político-eleitoral brasileiro. A rigor, a completa rejeição do atual sistema político-eleitoral por parte da população nos conduziu a uma crise interna de nossa democracia representativa, cujo produto foi a postura do “ovo da serpente”, na forma de uma personagem que se elegeu como “*outsider*”.

Tamanha era a insatisfação da população àquela altura, que Bolsonaro se elegeu “contra tudo e contra todos”, apesar de ser um dos mais longevos representantes do retrocesso no Congresso Nacional, candidato à Presidência da República por um partido de aluguel, sem

tempo de televisão ou recursos para campanha. Venceu, como convinha a sua personagem: levou de roldão o então *establishment*, no qual se encontravam partidos de grande envergadura e estrutura, além de agentes políticos como Geraldo Alckmin, Ciro Gomes, Marina Silva e um ex-prefeito de São Paulo.

## A REFORMA POLÍTICA, ELEITORAL E PARTIDÁRIA É PARA ONTEM

A democracia representativa é sobretudo um sistema de partidos políticos, que agem por mandato dos eleitores, a partir de plataformas ideológicas, políticas e programáticas por eles (eleitores) *supostamente* conhecidas e reconhecidas.

Ora, no quadro em que vivemos atualmente no Brasil, esses pressupostos encontram-se em questão, exatamente porque a *degeneração de nosso sistema político, eleitoral e partidário descaracterizou a mensagem política dos partidos*, dado a proliferação descontrolada de instituições partidárias, a falta de transparência das regras eleitorais para os eleitores, além da subserviência da maioria dos mandatos ao regime de distribuição de verbas orçamentárias, que acaba por impor ao país interesses que não são os da maioria de sua população.

O cenário de completo desarranjo do sistema político-eleitoral tem sido amplamente debatido entre nós, do Partido Socialista Brasileiro – PSB, no âmbito de nossa *Autorreforma*, na qual defendemos um *uma reforma política radical*, que entregue ao país uma paisagem política com poucos partidos – 5 ou 6 instituições –, claramente definidos dos pontos de vista ideológico e programático. No mesmo diapasão, o partido defende a rigorosa aplicação da cláusula de desempenho eleitoral de no mínimo 5%, a adoção do voto distrital misto, e a realização de debates sobre o sistema de governo que melhor convém ao Brasil.

## OS PARTIDOS NÃO SÃO UM FIM EM SI MESMOS

Nem o sistema político, nem os partidos propriamente ditos são fins em si mesmos, razão pela qual suas agendas não podem se limitar em hipótese alguma aos temas de organização interna – que são condições necessárias, mas insuficientes para que tais instituições cumpram adequadamente os papéis que têm no regime democrático.

Por esta razão, a Autorreforma do PSB, devidamente formalizada como programa partidário no Congresso Constituinte da Autorreforma, se ocupou de forma muito intensa com o desenho de um *Projeto Nacional de Desenvolvimento*, que venha a entregar à população brasileira serviços públicos de excelência, uma qualidade de vida mais elevada, justa e digna, além de uma expectativa de futuro que nos motive, a todos, a lutar por um Brasil melhor e diferente daquele que temos atualmente.

São temas maiores de nossa Autorreforma um *Projeto Nacional de Desenvolvimento* orientado a partir de preceitos da economia criativa e da sociedade do conhecimento; propostas para melhorias radicais nas políticas de educação, ciência, tecnologia e inovação; promoção do renascimento criativo da indústria nacional; concepção e implantação projeto Amazônia 4.0 – que traça linhas de ação no bioma amazônico que priorizam a floresta em pé, a biodiversidade e o uso de tecnologias de ponta no desenvolvimento regional –; potencialização de todas as políticas sociais de estado, com destaque para a efetivação de melhorias no SUS, SUAS e Previdência Social.

## A VITÓRIA NÃO PODE SER APENAS ELEITORAL

As forças democráticas e progressistas precisam vencer as eleições de 2022, em primeiríssimo lugar para conferir ao país uma *chance* de restabelecer a plenitude democrática. Tal vitória, no entanto, não pode ser meramente eleitoral. É preciso vencer com *projeto de país* devidamente equacionado e que encontre, desde a partida, a força política necessária à sua efetiva implementação.

O fato é que para conferir à democracia um conteúdo político claro, pelo qual valha a pena lutar e resistir, é essencial colocar em prática as *reformas estruturais*, que vêm sendo adiadas de longa data em nossa história republicana.

Reformas tributária e fiscal, que promovam a progressividade na arrecadação de impostos; taxação de grandes fortunas, dividendos etc.; reforma radical do aparelho de Estado, para que ele passe a servir à população e não ao patrimonialismo. Reforma agrária e urbana, iniciativas concretas de natureza distributiva de riqueza e renda.

Esses são os elementos da alma, a *substância* da democracia, os vetores que fazem dela uma potência de transformação social, econômica e cultural e de emancipação política, social e econômica. A população não quer nada menos do que isso, cabendo ao sistema político realizar a utopia que faz da soma de povo e território, efetivamente, uma pátria.



# O NEOLIBERALISMO ESTÁ MATANDO A DEMOCRACIA

*Ciro Gomes\**

No momento em que finalizo este artigo, saem os resultados do segundo turno na França. Marine Le Pen obteve mais de 42% dos votos, ampliando seus 23% do primeiro turno. Zemmour, mais à extrema-direita, e Mélenchon, esquerda marxista, obtiveram 7,1% e 22%, respectivamente. O tradicional Partido Socialista (centro-esquerda) fez vexatórios 1,8% e o *Les Républicains* (centro-direita), herdeiro do tradicional gaullismo, obteve somente 4,8%. Os partidos tradicionais e centristas que polarizavam a política francesa há décadas perderam dramaticamente representatividade para os extremos.

Essa tem sido a tônica de nosso tempo. Vimos processos semelhantes em vários lugares do mundo. Brasil, EUA, Hungria, Rússia, Turquia, e em tantos outros países assistimos a ascensão de projetos que a imprensa classifica de “extrema-direita”, mas seriam talvez melhor classificados com suas diferenças de nuances simplesmente como autoritários.

A democracia, regime tão frágil e raro do ponto de vista histórico, está flagrantemente ameaçada no mundo. Acredito que essa ameaça esteja sendo alimentada por um processo global. Neste pequeno artigo,

---

\* Professor universitário, advogado, autor de quatro livros e vice-presidente nacional do PDT. Foi deputado estadual, prefeito de Fortaleza, governador do Ceará, ministro da Fazenda e da Integração Nacional e deputado federal. Disputou as eleições para presidente da República em 1998, 2002 e 2018. Em 2022, o PDT lançou sua quarta candidatura à Presidência.

encomendado pelo “Direitos Já” sobre a situação brasileira sob Bolsonaro, defendo a hipótese de que nossa ameaça é parte de uma crescente percepção da população ocidental de que os regimes de democracias liberais estão rendidos à “globalização” e ao neoliberalismo. Em outras palavras, o sistema político estaria rendido ao sistema financeiro internacional e a uma agenda multiculturalista que se choca com seus valores tradicionais. Por isso, grande parte da população procura extremos que prometam romper com essas agendas, democraticamente ou não.

#### COMO ISSO ACONTECEU?

Os avanços que aceleraram as comunicações e os transportes no fim do século XX, propiciaram um aumento imenso dos volumes de comércio e trânsito de capitais. Aproveitando o momento, os mercados financeiros partiram para amplificar seus poderes empurrando a propaganda de que a globalização seria o vento da modernidade e do progresso, e que para usufruir de seus benefícios era necessário eliminar as barreiras “primitivas” levantadas pelos Estados Nacionais e abrir de forma indiscriminada os mercados periféricos aos produtos manufaturados e ao livre trânsito de capitais especulativos. Neste conto, se promete o paraíso para aqueles que abrirem suas fronteiras ao livre-comércio e desmontarem o Estado, pois basta deixar ao empreendedor privado individual e ao capital internacional todo esforço de investimento e empreendimento nacional. É claro, de preferência com as menores regulações ou tributos possíveis. Muitos deram um nome e uma máscara acadêmica a esse discurso bem remunerado: era o *neoliberalismo*.

O que o neoliberalismo reserva para os governos nacionais é somente o papel de administrar serviços públicos, executar programas de renda mínima e garantir os interesses do capital financeiro internacional. Acima de tudo, o neoliberalismo exige que o Estado Nacional abra mão de sua capacidade de investimento direto e seu papel de coordenação da economia.

O resultado dessa nova máscara colonialista não podia ser outro que não o desastre. Em toda América Latina e periferia europeia o neoli-

beralismo causou desindustrialização e primarização das economias e aprofundamento da desigualdade social. O desenvolvimento das regiões parou. O resultado é matemático: o empreendedor privado não aumenta sua produtividade só por competir mais, muito menos quando enfrenta sem ajuste cambial ou alfandegário empresas estrangeiras que estão na ponta tecnológica, possuem crédito a juros negativos e escala maior. Ele simplesmente quebra. No Brasil muitos ainda viraram rentistas e passaram a parasitar o Estado. Já o país não se desenvolve quando simplesmente deixa fechar suas indústrias por elas não conseguirem produzir tão bem e barato quanto as grandes corporações dos países desenvolvidos. Ele vira um pasto. Para alguém pagar mais barato por um tênis essa pessoa primeiro tem que ter um emprego que o remunere para tal. E se um país produz tudo mais caro do que o que importa, ele não exporta nada. Se ele não exporta nada, vai pagar os tênis com o que? E a microeletrônica?

A primeira década do século XXI marcou a ruína da prática neoliberal de desregulamentação do mercado, com a segunda maior crise da história do capitalismo, que começa com a crise do *subprime*. Essa ruína foi tão grande que hoje é reconhecida até por órgãos que ajudaram a disseminá-la, como o FMI<sup>1</sup>.

#### COMO O SISTEMA POLÍTICO PAGOU ESSE PREÇO?

A democracia é um valor em si mesmo, mas regimes de governo precisam garantir as mínimas condições de vida para a população. Além disso, o grande valor da democracia é que as maiorias possam ver sua vontade implementada por seus representantes eleitos e as minorias possam ter seus direitos básicos garantidos. Quando isso não ocorre, o regime perde a legitimidade.

---

1 “O estranho dia em que o FMI criticou o neoliberalismo”. *BBC Brasil*, jun. 2016. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/geral-36668582>

Estamos em crise econômica mais ou menos permanente no ocidente desde a ascensão do neoliberalismo com Reagan e Thatcher nos anos 80. Essa crise teve dois efeitos principais, a perda de protagonismo para a Ásia desenvolvimentista e o aumento da desigualdade social. Durante décadas, candidatos de oposição a esse modelo econômico foram eleitos para, no poder, serem comprados pelo sistema financeiro e, no caso do terceiro mundo, também por potências internacionais. Essa traição sem fim erodiu a respeitabilidade dos partidos tradicionais, especialmente a dos de esquerda, onde essa contradição foi mais dramática.

Tendo perdido o horizonte utópico do socialismo, a esquerda se tornou, na prática, a perna esquerda do sistema e, partido após partido, país após país, se rendeu ao sistema financeiro internacional e tentou se mostrar uma gestora confiável do neoliberalismo. Para manter a aparência de lutar contra o excesso de desigualdade social, valor que a caracteriza, se refugiou nas pautas identitárias que são permitidas pelo regime econômico, pois não ameaçam a base da desigualdade econômica e ainda vem com o bônus de fragmentar nações e mesmo a classe trabalhadora em mil pedaços. Quanto mais fraco o Estado e divididos os trabalhadores, maior o poder do sistema financeiro.

No Brasil essa contradição foi perpetrada pelo Partido dos Trabalhadores em sua passagem pelo poder, onde praticou os juros reais mais altos do mundo, desindustrializou o país com demagogia cambial e o manteve o segundo mais desigual do planeta. Seguindo o script dos partidos sociais-democratas ocidentais, ainda se refugiou na promoção dos discursos identitários, afrontando diretamente a moral popular. Para piorar o caso brasileiro, o PT se enlameou e enlameou nossas estatais em gigantescos escândalos de corrupção. O resultado é que depois de esperar por muito tempo que a mudança na estratificação social brasileira viesse dos partidos ditos “progressistas”, o povo brasileiro optou por quem mais representava o “antissistema”, no caso, uma extrema-direita que aprendeu a focar no ataque a pautas identitárias e identificá-las com a “elite”. Guardadas as diferentes nuances, especialmente xenófobas europeias, o processo da ascensão da extrema-direita no mundo foi muito semelhante.

## COMO SAIR DISSO?

Este é o grande paradoxo do neoliberalismo que precisamos expor: a suposta liberdade individual irrestrita na verdade leva a uma liberdade irrestrita do poder econômico dos grandes especuladores e das grandes corporações. Isso afeta severamente a liberdade da grande maioria dos indivíduos. A médio prazo, o neoliberalismo (econômico) colapsa o liberalismo político, porque ele tira da maior parte da sociedade as condições materiais necessárias para exercer a liberdade e corrompe sua representação política. Liberdade absoluta é a lei da selva, portanto, a lei do mais forte. E o ideal do liberalismo político clássico nunca foi garantir a liberdade absoluta, porque isso é o oposto da vida em sociedade, e sim a maior quantidade de liberdade possível para todos os cidadãos igualmente.

A solução para isso é exercer a democracia e através dela oferecer a mudança de regime econômico que a população ocidental tão desesperadamente espera, mesmo quando não entende bem o que está acontecendo. Da mesma forma, o Estado não pode ser usado para impor uma mudança “esclarecida” aos valores da população. Continuar fraudando os desejos econômicos e culturais dos eleitores nos levará ao fim do regime democrático, exatamente como nos anos 30. O processo nem é assim tão distinto hoje.

Não devemos praticar nem a abertura econômica indiscriminada nem o fechamento indiscriminado. O que um país deve procurar é encontrar o ponto ótimo, cambial e alfandegário, no qual ele possa exportar todo excedente do que produz de forma competitiva para pagar com esses dólares a importação dos bens em que ele é mais improdutivo e as remessas de lucros que as multinacionais efetuam para suas sedes. Todo o resto, que a nação não tem recursos para importar, deve buscar produzir internamente para garantir o nível ótimo de vida daquele seu estágio de desenvolvimento, e, é claro, sempre procurando através de política industrial o aumento de produtividade nesses setores. Afinal de contas é melhor produzir o suficiente para ter dinheiro para pagar por um tênis menos sofisticado e um pouco mais caro do que não ter dinheiro para comprar tênis algum porque o país não tem produção

nacional para trocar por ele ou a pessoa não tem emprego ou renda. E isso se faz com política industrial, câmbio responsável e políticas alfandegárias pontuais.

Ou seja, isso se faz com um Projeto Nacional de Desenvolvimento. Se os democratas desse país não entenderem que não é mais possível persistir na demagogia e irresponsabilidade eleitoral e econômica, perderemos nossa democracia outra vez. Não podemos permitir isso.

# O BRASIL SOB O SIGNO DA ANORMALIDADE

*Cláudio Couto\**

## COMO CHEGAMOS AQUI?

Ao menos desde o início de 2019, ou mais precisamente, desde as eleições de 2018, o Brasil vive tempos anormais. Tais tempos anormais levaram à Presidência da República um governo anormal, chefiado por um político anormal. Mas como foi possível chegar a tal situação?

A eleição de Jair Bolsonaro não é obra do acaso ou fruto de um azar eleitoral. Ela decorre de processos mais amplos relacionados à crise de legitimidade de nosso sistema político, ao esgotamento de um ciclo virtuoso de progresso econômico e social e ao uso desregrado de novas tecnologias de informação e comunicação.

A crise de legitimidade tem a ver com dois problemas básicos e intrinsecamente relacionados.

O primeiro é a oligarquização de nossa democracia, com lideranças e organizações políticas atuando de forma pouco responsável e encasnelada. A atuação de políticos e partidos autocentrados, por vezes de forma corrompida e de costas para demandas da sociedade quanto a suas condutas, solapa sua legitimidade.

---

\* Cientista político, professor adjunto da FGV-EAESP, pesquisador do CNPq e produtor do canal e podcast Fora da Política Não Há Salvação.

Assim, alimenta-se o sentimento antipolítico, que enceta o segundo problema: ganha espaço o autoritarismo de discursos e ações salvacionistas, perpetrados por atores que se apresentam como purificadores de costumes e instituições, ainda que ao arripio da lei e das garantias constitucionais. Seu caráter inescapavelmente autoritário, contudo, em vez de solucionar os velhos problemas, gera outros novos. Instituições do Estado democrático de direito são solapadas, atores políticos relevantes são estigmatizados, a intolerância e o radicalismo político aumentam, fragilizando a democracia.

O ciclo virtuoso de progresso econômico e social se inicia com o processo de redemocratização, nos anos 1980. Tem seus pontos fortes na consagração de um Estado de bem-estar social na Constituição de 1988, na debelação da hiperinflação com o Plano Real e nas políticas redistributivas do governo Lula. Esse ciclo virtuoso é interrompido no governo Dilma Rousseff, culminando na grande insatisfação popular expressa nas jornadas massivas iniciadas em junho de 2013. A estagnação do país após um longo ciclo de melhoras acendeu a insatisfação que levou centenas de milhares às ruas, muitos enunciando um discurso claramente antipolítico – que teve nos partidos, nos políticos e nas instituições representativas seus alvos preferenciais.

Se atores e organizações indispensáveis ao funcionamento da democracia deixam de ser vistos como desejáveis, abre-se ainda mais espaço aos “purificadores” autoritários, sejam eles oriundos do sistema de Justiça, do mundo das celebridades ou das margens do establishment político – como bem é o caso de Jair Bolsonaro, muito mais um marginal do que propriamente um outsider da política. Afinal, com sete mandatos de deputado e todos os filhos maiores de idade introduzidos na política profissional, faz muito pouco sentido o chamar de outsider – qualificativo que talvez se aplicasse melhor aos neófitos na política oriundos de outros campos de atividade.

Por fim, é necessário ressaltar o papel das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) tanto na mobilização política como na difusão de discursos e informações politicamente relevantes. As grandes mobilizações iniciadas em junho de 2013 tiveram nas redes sociais um instrumento crucial, que permitiu mobilizar rapidamente milhares, produzindo um novo fenômeno político. Foram levados às ruas e con-

gregados indivíduos e grupos antes politicamente passivos – ou, mais propriamente, ocultos – que perceberam ter naquele momento a oportunidade para se manifestar, reconhecer-se e se fazer ouvir. Eis então que desabrocha uma nova direita, sem vergonha de dizer seu nome, mobilizada, intolerante e usuária intensiva das novas tecnologias.

Essa nova direita digitalizada, que “saiu do Face” e foi para as ruas, teve no ataque às instituições – sobretudo os partidos políticos – seu primeiro ato, ainda em 2013, quando as camisas amarelas começaram a se tornar seu uniforme. Teve seu segundo ato na mobilização pelo impeachment de Dilma Rousseff e no apoio à Lava Jato – novamente envergando o uniforme da amarelinha. O terceiro ato, finalmente, foi a eleição de Jair Bolsonaro, o apoio a seu governo e a suas invectivas golpistas.

#### EFEITOS DO BOLSONARISMO E DO GOVERNO BOLSONARO SOBRE A SOCIEDADE, O ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

A anormalidade do governo Bolsonaro decorre do extremismo do chefe de governo e seu *entourage* mais próximo – incluídos aí os militares. Uma das consequências do extremismo é um governo pautado menos pela implementação bem-sucedida de uma agenda de políticas públicas e mais pela incitação incessante de sua base de apoio na sociedade. Isso se dá mediante a criação recorrente de conflitos em diversas frentes, do ataque a atores e instituições da democracia brasileira, do desmonte de aparatos organizacionais e políticas longamente construídos e da transformação do jogo político numa disputa entre inimigos, em vez de adversários. São essas as características que conferem a essa gestão a condição de *governo-movimento*.

Num primeiro momento, isso passava também por não construir uma base de sustentação congressional, abdicando da liderança de uma coalizão legislativa como forma de levar adiante uma agenda governamental. Diante das ameaças ao mandato presidencial (por meio de um possível processo de impeachment) e à liberdade dos membros da família (alvos de diversas investigações) o presidente percebeu a necessidade de se proteger, montando uma base de sustentação legislativa com os partidos de adesão que compõem o chamado Centrão.

Contudo, seguiu abdicando de liderar essa base, delegando às lideranças congressuais tal papel. Se em seus dois primeiros anos, durante a presidência de Rodrigo Maia na Câmara, a abdicação presidencial produzia um governo congressional autônomo e, por vezes, contraposto ao Executivo, no segundo biênio, com Arthur Lira presidindo a Câmara, seguiu o governo congressional, mas desta feita aliado ao presidente.

Todavia, tal aliança se deu de forma *sui generis*. Em decorrência da abdicação presidencial de liderar sua coalizão legislativa, alienando a lideranças congressuais tal papel, não foram os partidos de adesão do Centrão que aderiram ao governo Bolsonaro, mas exatamente o contrário: o governo aderiu ao Centrão, sendo protegido por ele, mas ao mesmo tempo se tornando caudatário de sua condução das políticas.

Ao proteger um presidente autoritário e com vocação para a ruptura institucional, a coalizão fisiológica dos partidos de adesão dá guarida não a uma plataforma governamental normal, como fez com todos os governos anteriores, mas ao próprio golpismo – que avança incólume justamente pela proteção recebida e pelo alheamento dos políticos fisiológicos em relação ao que de substantivo esse governo produz: seu movimentismo autoritário. Paradoxalmente, ao custo de abdicar da condução **das políticas** (*policy*) ao Congresso, o Executivo mantém o controle sobre a condução **da política** (*politics*) movimentista e golpista.

Tendo sucesso Bolsonaro em seus intentos, ou bem o Congresso e os partidos do Centrão se converterão na fachada parlamentar fantoche de um regime autoritário, ou sucumbirão junto com a democracia. O fisiologismo pode acabar por lhes custar caro.

Como superar a anormalidade bolsonaresca?

A saída deste estado de coisas passa, necessariamente, pela derrota eleitoral de Jair Bolsonaro em 2022 e, na sequência, pela implementação de um governo de reconstrução nacional – tamanha é a destruição de políticas, instituições e do ambiente político. Ambas as coisas requerem a construção de uma ampla coalizão, que por um período ultrapasse os limites adversariais da política democrática e possibilite o funcionamento de uma aliança reconstituente. Afinal, é de reconstituição do país – em todos os sentidos que a ideia comporta – que se trata.

# A DEMOCRACIA SE ESGOTOU, VIVA A HUMANOCRACIA

*Cristovam Buarque\**

## I. A DEMOCRACIA SE ESGOTOU

A democracia foi invenção dos gregos para que as decisões públicas fossem tomadas em reuniões dos cidadãos na praça pública: a *Ágora*. Um enorme avanço do ponto de vista da moral humanista, em comparação com os regimes autocráticos, mas de qualquer maneira um sistema ainda incompleto no propósito de ouvir e levar em conta a opinião de todo o povo. O nome certo deveria ter sido “*ágoracracia*”, onde se reuniam, falavam e votavam os homens das famílias ricas e cultas: não votavam escravos, mulheres, estrangeiros, crianças. Era um sistema que se apelidou de democracia, sem levar em conta todos que compunham o povo.

A invenção grega se espalhou, com o mesmo nome e as mesmas limitações, usando novos instrumentos que saíram da *Ágora* para o Parlamento, e para as urnas mecânicas ou digitais. Com os ajustes necessários, a democracia saiu dos estados-cidade da Grécia, para os estados-nação. Atravessou séculos, demografia, constituições, monarquias e repúblicas, mantendo o nome e tolerando escravidão, desigualdade,

---

\* Professor emérito da UnB, por quase 40 anos, e reitor por quatro anos. Foi governador do DF e senador da República, por dois mandatos, e ministro da Educação. Em 2006, foi candidato a presidente da República. Tem mais de 30 livros publicados. O último é *O Mundo é uma Escola*.

castas religiosas ou sociais. Apesar destas limitações, funcionou para dar rumos a cada nação e permitir avanços sociais. Em alguns casos, permitiu o fim da escravidão, exigindo brutal guerra civil, como nos Estados Unidos, ou mantendo a escravidão disfarçada, como no Brasil.

Depois deste tempo e deste êxito, a democracia demonstra esgotamento para lidar com a realidade social, ecológica, tecnológica e geopolítica da contemporaneidade. A democracia do século VI a.C. não mais atende às necessidades da política no mundo do século XXI d.C. na Era Antropoceno.

### GLOBALIZAÇÃO

A democracia nacional não atende às exigências do mundo global: não consegue ser uma humanocracia. Até recentemente, estes divórcios entre o povo e o homo sapiens e entre cada país e a Terra, não eram problemas políticos: planeta era questão de geologia, geografia e astronomia, não de política; humanidade e espécie humana eram conceitos de biólogos, paleontólogos, antropólogos, filósofos, teólogos, não dos políticos.

Isto muda com a radical integração das populações do mundo em um só *complexo humano global*, unificado pelas comunicações, economia, transporte, comércio e turismo, pelos hábitos e culturas. O mundo se unificou internacionalmente sob diversas formas, mas a democracia continuou nacional, restrita a cada país, com seus eleitores prisioneiros de interesses locais e imediatos, quase tanto quanto os votantes na *Ágora*, vinte e cinco séculos atrás, em *estados-cidade-independentes*, diferente do atual *mundo-integrado-sem-estado*. A democracia, sendo nacional, não sabe como lidar com os problemas da migração em massa, das informações instantâneas e transfronteiras, do comércio aberto e suas consequências sobre emprego e desempenho econômico de cada país. A globalização plena do século XXI esgotou a democracia em sua forma nacional.

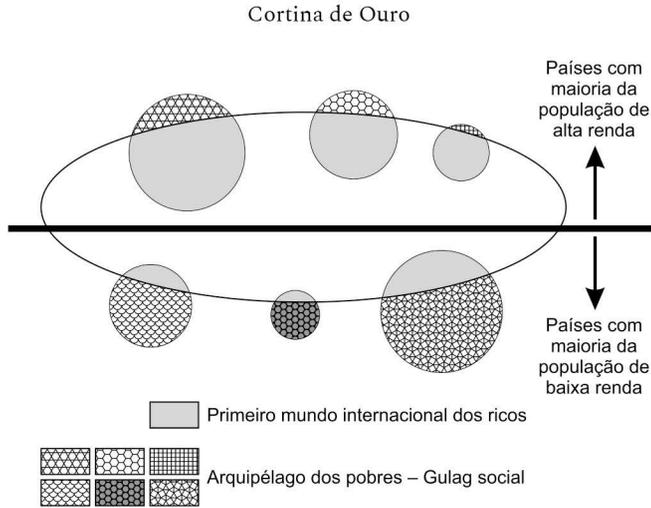
**A sociedade global não cabe na *Ágora*.**

## MUNDO TERCEIRO MUNDO

Surpreendentemente, a integração global na economia, cultura e informações ocorre ampliando o fosso social entre os habitantes que vivem em um *mundo terceiro mundo*, dividido em um *primeiro mundo internacional dos ricos* integrados socialmente apesar das fronteiras nacionais, e um pulverizado *arquipélago social de pobres* espalhados em ilhas de miséria, dentro de cada país. Entre o *mundo dos ricos* e as *ilhas dos pobres*, o século XXI constrói muros, usa fronteiras visíveis e *mediterrâneos invisíveis*. Uma *cortina de ouro* serpenteia o planeta, cortando cada país para impedir a migração do lado da pobreza ao lado da riqueza.

A democracia é incapaz de lidar com a força do desejo de migração em busca de sobrevivência, porque o lado rico moderno barra a imigração dos pobres para seu lado, mas a força da realidade rompe as fronteiras: a demografia não se submete à política. Não sabe como lidar com a pressão migratória: de um lado os eleitores não querem abrir mão de privilégios, e do outro lado, os imigrantes sem votos empurram e soterram as leis. Ainda mais porque os pobres agem como os escravos que buscavam alforria para cada um individualmente, não por Abolição para todos: o caminho era comprar a carta de alforria, agora é obter a “*carte de séjour*” ou o “*green card*”. Cada um mais interessado em migrar individualmente do que em derrubar os muros que impõem a *apartação*. O eleitor se interessa mais em ser privilegiado do que acabar com os privilégios. A democracia não derruba muros, especialmente internacionais, mas não sobreviverá com eles, por isto, se esgota.

**A Ágora moderna está cortada por muros.**

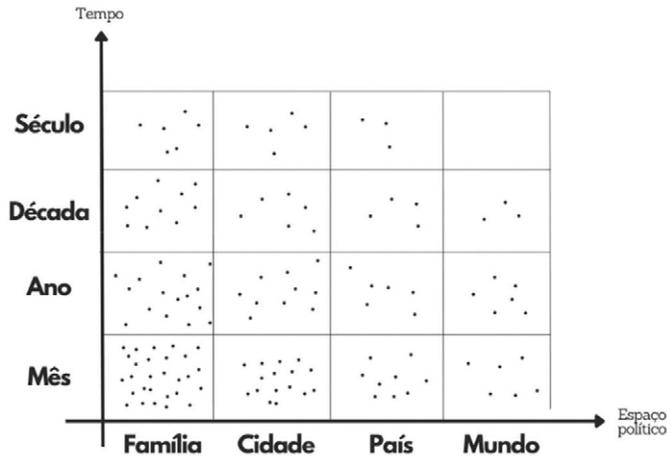


Fonte: Elaborado pelo autor

### LIMITES ECOLÓGICOS

A democracia nacional, baseada na vontade de cada indivíduo, dificilmente conseguirá enfrentar a crise ecológica que provoca a catástrofe do aquecimento global e suas consequências, porque é fenômeno planetário e o eleitor é prisioneiro do local e do curto prazo, não vota pensando em dificuldades que ocorrerão décadas depois da eleição no mundo, conforme previsões de cientistas, sem comprovação no dia a dia, salvo inferências que exigem formação e predisposição. Dificilmente a maioria de eleitores que habita o litoral é capaz de votar para evitar a elevação no nível do mar previsto por ecologistas para o final do século, ainda menos para evitar o aumento da temperatura nos distantes polos ou para impedir uma suposta desarticulação futura da agricultura. A democracia do eleitor individual e da soma de seus votos nacionalmente se esgotou, não é o sistema político capaz de lidar com o problema planetário do meio ambiente.

Motivação dos eleitores, conforme o tempo futuro e o espaço social e geográfico



Fonte: Estudos do Clube de Roma

Na medida em que o tempo e o espaço se afastam do momento e do lugar onde vive o eleitor, a preocupação dele vai rareando ao ponto de ninguém, salvo um ou outro filósofo ou literato de ficção científica se interessar pelo que vai acontecer no mundo inteiro um século depois, mesmo assim, é consideração teórica sem repercussão política no seu voto.

**O interesse da humanidade no longo prazo não se identifica com a vontade da maioria das vontades da maioria dos eleitores individuais.**

#### MANIPULAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

O sistema baseado na voz dos patrícios, reunidos na Ágora, sobreviveu à invenção da imprensa, do rádio e da televisão, até mesmo da internet em seu estágio inicial, mas se esgota devido ao casamento da mídia social com os instrumentos que permitem manipulação da opinião de cada eleitor pelo uso das “fake news”, formuladas e distribuídas pelas redes sociais, usando os recursos da inteligência artificial. A democracia pra-

ticada pelo voto baseado na interação dos conhecimentos dos eleitores, candidatos e líderes se esgota quando esta relação é manipulada pelos chamados “engenheiros do caos” que levam à mente de cada eleitor as mensagens manipuladas com instrumentos de “deep fakes”. As “fake news” manipuladas esgotaram a democracia tradicional e construíram as *fake democracias*.

**A Ágora não funciona no mundo dos algoritmos da inteligência artificial aplicado às mídias sociais.**

#### *AMEAÇA À HUMANIDADE*

Desde os anos 1960, há estudos consistentes que apontam para o risco de extinção do *homo sapiens*. Percebeu-se que a Era Antropoceno deu ao homem o poder de destruir o equilíbrio ecológico, mas não ofereceu valores morais que subordinem o poder técnico à ética humanista capaz de fazer os eleitores optarem por sacrifícios no presente com o propósito de garantir a sobrevivência da espécie humana no futuro. As bases técnicas, políticas e psicológicas da democracia não parecem servir como sistema capaz de tomar decisões que assegurem sustentabilidade à evolução humana. As dificuldades em diversos países para substituir combustíveis fósseis por fontes alternativas de energia é um exemplo da dificuldade da democracia para enfrentar a crise ambiental. O eleitor tem se manifestado como adversário do *homo sapiens*: o homem inimigo do Homem.

**O eleitor não representa o *homo sapiens*.**

#### *GUERRAS ENTRE CIVILIZAÇÕES E GRUPOS IDENTITÁRIOS*

A democracia na Ágora reunia grupos de patrícios: pensavam diferentemente sobre o presente, mas com os mesmos interesses de classe em um longo prazo, que era a repetição do presente, sem ameaças maiores do que guerras próximas. Havia discordância com identidade entre os eleitores. Ao longo dos séculos, foi possível fazer debate entre represen-

tantes de outras classes sociais, desde que as reivindicações não ameçassem as bases fundamentais dos interesses das classes dominantes. A democracia sobreviveu e avançou com confrontos políticos entre classes sociais e ideologias conflitantes em relação à gestão política do presente e à definição dos rumos para o futuro, mas a democracia terá dificuldade em lidar com a gestão dos conflitos de grupos identitários, pela falta de interesses comuns e até de linguagem comum para os debates políticos. É o caso de conflitos religiosos que no passado levaram a guerras civis no lugar da conciliação democrática.

No mundo global do século XXI, percebe-se choques entre visões civilizatórias, sobretudo religiosas, que podem inviabilizar a sobrevivência da democracia nacional em diversos países. Na Europa, é visível o choque entre islamismo e cristianismo, nos Estados Unidos, entre brancos e negros.

A democracia sofre as consequências de divórcios sociais entre os grupos identitários e os partidos, entre sindicatos e o povo, entre o povo e a humanidade, entre país e planeta que dificultam sua sobrevivência.

**A Ágora se desfaz nos divórcios sociais e não é uma arena propícia a guerras religiosas.**

## II. VIVA A HUMANOCRACIA

O esgotamento da democracia exige a invenção de um sistema político que evolua da realidade da Grécia Antiga para as características da Era Antropoceno, sem perder as qualidades morais dos regimes democráticos: é preciso incluir o mundo e a humanidade nas intenções da política, sem excluir o voto individual do eleitor. Isto será impossível se a democracia for substituída pelo obscurantismo autoritário. Para evoluir, a democracia precisa sobreviver. Só a democracia será capaz de reinventar a democracia para ela servir à gestão política da vida na Terra, com eficiência econômica, justiça social, sustentabilidade levando em conta a realidade geopolítica da globalização e o poder e os desejos da mente criada pela revolução científica em marcha.

Difícil imaginar a possibilidade de Presidente e Congresso da Terra, eleitos pelos bilhões de seres humanos; ainda mais difícil imaginar que o eleitor do futuro subordinará seus interesses individuais e imediatistas à humanidade no longo prazo. A alternativa está em um sistema que continue nacional e individual na política, mas com regras e valores morais humanistas que subordinem as decisões eleitorais nacionais. Cada democracia nacional subordinada a acordos internacionais para a proteção do meio ambiente, a garantia do direito à migração, aos limites morais para uso de tecnologia. **O poder do voto individual limitado por propósitos universais. O eleitor subordinado ao homo sapiens.**

Para evoluir à humanocracia, a democracia precisa sobreviver identificando seus limites, perceber seu esgotamento, buscar novas formas para se adaptar à realidade da Era Antropoceno: a globalização, os limites ecológicos, as tecnologias de comunicação, a apartação em escala global.

O principal vetor desta transformação é a educação: a universalização da educação de qualidade em todo o planeta, independente do país, e a adoção de pedagogias dos valores morais humanistas em todas as escolas do mundo, para todas as crianças. *A civilização antropoceno* será construída pela *escola antropoceno*: universal em escala planetária e comprometida em formar cidadãos para a *humanocracia*. Comprometidos com o equilíbrio ecológico, solidários internacionalmente, defensores da paz, entendidos no conhecimento necessário para a *alfabetização contemporânea*.

# O FALSO JUDAÍSMO ENGENDRADO PELO GOVERNO BOLSONARO E A CISÃO NA COMUNIDADE JUDAICA BRASILEIRA

*Daniel Annenberg\**

Em abril de 2017, enquanto o então deputado federal e ainda pré-candidato à presidência da República, Jair Bolsonaro, era ovacionado durante uma palestra no clube A Hebraica do Rio de Janeiro, um grupo de judeus progressistas o vaiava do lado de fora. O evento, apoiado por uma parcela significativa da comunidade judaica, chocou aqueles comprometidos com os direitos humanos e a democracia brasileira. Aguçando a memória da época, as declarações de Bolsonaro incluíam pérolas sexistas e racistas como: “Foram quatro [filhos] homens, aí no quinto eu dei uma fraquejada e veio uma mulher” ou “Eu fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada. Eu acho que nem para procriador ele serve mais.” A enorme repercussão culminou no cancelamento do próximo discurso, marcado para acontecer no clube judaico de São Paulo. Por que alguns judeus fazem questão

---

\* Formado em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas e em Ciências Sociais pela USP. Cumpriu dois mandatos como vereador da cidade de São Paulo pelo PSDB. Foi um dos idealizadores do Poupatempo, tendo sido seu superintendente por quase dez anos. Foi também diretor-presidente do Detran (2011-2016). De 2017 a 2019, assumiu a Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia.

de manifestar alinhamento com uma autoridade que fala abertamente a favor de práticas que violam os Direitos Humanos?

Um antigo conceito de origem judaica, encontrado pela primeira vez em uma obra rabínica clássica de ensinamentos do século III, denominada Mishná, serve para guiar o debate sobre justiça social, liberdade e igualdade. Em tradução livre do hebraico, Tikun Olam significa “reparar o mundo”. O termo clama pelo reconhecimento da interconexão entre todos os seres vivos do planeta e é frequentemente usado para disseminar o debate sobre políticas públicas de proteção daqueles que se encontram em situações de vulnerabilidade social, promovendo o combate às desigualdades. Tikun Olam propõe a construção de uma sociedade mais justa e equilibrada, em que deixamos um legado de impacto positivo, entregando um mundo melhor do que recebemos.

Nesse contexto, o apoio de parcela da comunidade judaica ao governo de Bolsonaro parece contrariar valores ancestrais do judaísmo. Mais ainda, o fato de ser um povo que foi vítima de uma das maiores atrocidades da história da humanidade, o holocausto, nos leva a tentar compreender como podem apoiar um governo com postura antidemocrática e declarações de cunho neonazista. Vide a visita da deputada ultradireitista alemã Beatrix von Storch ao Palácio do Planalto, recebida com honras por Jair Bolsonaro, em julho de 2021. Meses antes, em janeiro, o então secretário nacional da Cultura, Roberto Alvim, havia feito um discurso no qual citou frases semelhantes às usadas por Joseph Goebbels, ministro da Propaganda de Adolf Hitler, um dos idealizadores do nazismo e antissemita radical.

A comunidade judaica brasileira, segundo dados do último censo do IBGE, de 2010, é composta por cerca de 107 mil judeus, o que coloca o Brasil em nono lugar na lista das maiores populações desta origem no planeta. A maioria vive em São Paulo. No mundo todo, segundo estatísticas de órgãos judaicos, há algo em torno de 11 milhões de judeus, sendo que 40% deles estão em Israel e outros 40% nos EUA. Religião monoteísta mais antiga do mundo, o judaísmo tem sua origem no Oriente Médio, aproximadamente quatro mil anos atrás. Recorrentes perseguições de caráter religioso, em diversas ocasiões, provocaram a dispersão dos judeus pelo mundo em um evento histórico que ficou

conhecido como diáspora. Também em razão disso, o povo judeu é hoje uma comunidade plural e bastante heterogênea.

A ideia de que os judeus seriam majoritariamente bolsonaristas não se sustenta diante da pluralidade de seu povo. Assim como em todos os grupos sociais, a comunidade judaica é diversa em seus posicionamentos políticos. A oposição ao bolsonarismo entre judeus é tão ampla e forte quanto seu apoio, como ficou evidente, por exemplo, na carta aberta publicada em maio de 2021, na qual mais de duzentos intelectuais e pensadores de origem judaica denunciavam traços nazistas e fascistas em Jair Bolsonaro. Mas, infelizmente, parte da comunidade viu nele um aliado, já que, rapidamente, o presidente se colocou como um suposto adepto do Estado de Israel. Já outra parte, na qual me incluo, tem a convicção de que Bolsonaro é o pior presidente da história do Brasil.

Os judeus que apoiaram Bolsonaro o fizeram, em parte, por ele representar o antiesquerdismo que dominou a sociedade brasileira na época das eleições de 2018. Seduzidos pela nomeação de judeus para cargos de confiança no governo federal, pelo discurso anticorrupção, por uma comunicação de massa bem sucedida que se farta de desinformação e fake news disseminadas nas mídias sociais, e pela exploração da ideia de que há uma forte relação, no Brasil, entre judaísmo e Israel, uma boa parte dos judeus brasileiros apoiou e votou em Jair Bolsonaro.

A repulsa a um regime de centro-esquerda foi tamanha no país que bastava ser defensor dos direitos humanos, das minorias e até de uma educação pública de qualidade para ser tachado de “comunista”. A apropriação bolsonarista de símbolos judaicos evoca o conceito estereotipado de um judaísmo branco, ultraliberal, militar e extremo defensor da Terra Santa. Além disso, o uso de bandeiras com a estrela de Davi em manifestações bolsonaristas, alimentado pela ideia de que a esquerda brasileira seria contra Israel, gerou a impressão de que se estava combatendo o antissemitismo no país, conquistando a confiança e a simpatia de boa parcela da comunidade judaica brasileira. Parcela esta que se sentiu acolhida, como se pela primeira vez fizesse parte de uma comunidade de maioria, e não a minoria que realmente somos, pouco mais de 100 mil em mais de 200 milhões de habitantes.

Felizmente o judaísmo arquitetado pelo governo Bolsonaro tem sofrido intervenções com a firme e potente oposição de setores importantes da comunidade judaica brasileira. Judeus progressistas que se mantêm alinhados com a verdadeira tradição da cultura judaica, aqueles que cultivam Tikun Olam em suas vidas, têm resistido e questionado o viés de valores totalitários do bolsonarismo. Assim o fazem ao apontar o governo Bolsonaro como uma forma de fascismo, denunciando o real antissemitismo em seu suposto interesse pelo judaísmo e escancarando os posicionamentos antidemocráticos do presidente Jair Bolsonaro. Exemplo disso é o surgimento de grupos como o Judeus pela Democracia.

A resistência de judeus brasileiros ao flerte do governo Bolsonaro com o totalitarismo ganha ainda mais relevância ao observarmos o mapa elaborado pela antropóloga Adriana Dias, que se dedica a pesquisar o neonazismo no Brasil desde 2002. Segundo a pesquisa, existem pelo menos 530 núcleos extremistas no país, um universo que pode chegar a 10 mil pessoas. Isso representa um crescimento de 270,6% de janeiro de 2019 a maio de 2021. Outro dado alarmante é o de que em maio de 2020, foram criadas 204 novas páginas de conteúdo neonazista no país, de acordo com a Safernet, ONG que promove direitos humanos nas redes sociais e monitora sites de ideologias radicais. O número é sete vezes maior do que o registrado em 2018.

O aparente apreço do governo Bolsonaro pelo Estado de Israel e o judaísmo no Brasil ocultam, na verdade, um totalitarismo que não admite o outro, não tolera o que é diferente. O governo Bolsonaro na verdade prega o ódio e a violência contra as minorias, incentivando comportamentos antissemitas e racistas em todas as esferas sociais. Por isso temos vivenciado o recente crescimento do antissemitismo no Brasil, defendendo os interesses de um grupo que agride toda e qualquer ideia ou opinião diversa da sua. Temos vivido momentos de tensão, com o aumento das disputas ideológicas e dos conflitos com as instituições democráticas brasileiras. No entanto, o aperfeiçoamento da democracia deve ser constante e somente o diálogo contribui para o seu amadurecimento.

# RETROCESSO E RECONSTRUÇÃO DAS INSTITUIÇÕES MILITARES

*Diógenes Lucca\**

Primeiramente, quero agradecer o privilégio de integrar o Movimento “Direitos Já” e de ter sido escolhido para fazer parte deste seletivo grupo de escritores.

É muito bom estar junto daqueles que se dispõem a colaborar de forma ativa para a preservação e avanço de nossas conquistas democráticas. Não foi tarefa fácil obtê-las, e continua sendo difícil fortalecê-las. Ao contrário, nesse momento meu sentimento é de retrocesso.

Neste texto pretendo manifestar a visão de um Tenente-Coronel Veterano da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Espero conseguir contribuir para vossas reflexões sobre a estética e os valores militares. Para além disso, espero conseguir trazer uma visão crítica sobre como o comportamento dos militares que compõem o atual governo impacta negativamente as Instituições de Estado em geral e as Instituições Militares em particular.

Passados quase 43 anos desde a abertura democrática em 79, dois processos de impeachment e inúmeras crises (com destaque à reeleição

---

\* Tenente-coronel veterano da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Foi fundador e comandante do GATE. Bacharel em Direito e mestre em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública.

de FHC, ao “mensalão” e à Operação Lava Jato) já são suficientes para compreender que no Brasil o amadurecimento da democracia é tarefa complexa. Entretanto, não me recordo de uma gestão em nível federal com tantos ataques às Instituições de Estado e ameaças frequentes de rupturas institucionais.

Em 1980, ao ingressar na Academia de Polícia Militar do Barro Branco, aprendi os valores e princípios da estética militar. Integridade, legalidade, respeito à ciência, falar a verdade, cumprir normas, disciplina e educação, entre outras virtudes, me foram apresentadas e fazem parte da minha formação como cidadão e profissional. A hierarquia também foi um valor de muito destaque, mas que jamais deve ser confundida com subserviência. O mandamento legal denominado “Obediência Hierárquica” obriga o militar a cumprir ordens, desde que não sejam manifestamente ilegais. Daí o motivo de que para o verdadeiro militar a frase “um manda e o outro obedece” não tem cabimento. Da mesma forma, é inconcebível a falta de transparência e a indignidade de fazer coisas “às escondidas”, como, por exemplo, tomar vacina. A lealdade, valor da estética militar, também encontra suas fronteiras na Lei vigente, portanto, não há espaço para o inflamado “acima de tudo”.

Mais tarde, já em plena carreira, comandeí uma Tropa de Elite e esses valores que mencionei foram ainda mais reforçados. Diante disto fica expresso o meu desapontamento de ver pessoas que, em tese, deveriam dar o exemplo, destruindo esses valores e princípios, dilapidando tão fortemente a verdadeira estética militar, trazendo dúvidas, inquietações e insegurança sobre um posicionamento das Instituições Militares em nível federal ou estadual. Perceber a cumplicidade, a conivência ou mesmo a complacência destas pessoas em troca de um cargo e um “punhado de moedas” causa-me muita perplexidade.

Após a Constituição de 1988, as Instituições Militares fizeram um notável exercício de encontrar o seu papel como Instituições de Estado. Apesar disso, alguns de seus representantes, inclusive de elevado escalão, sucumbiram às tentações do poder, protagonizando situações irregulares ou no mínimo questionáveis para quem deveria ser o exemplo de conduta. Surpresa maior me causa perceber tal comportamento de pessoas que se sentaram nos bancos escolares em pleno desabrochar de

nossa democracia e que nutrem um inexplicável saudosismo por algo que não vivenciaram. Não podemos escusá-los pelo desconhecimento, pois supõe-se conhecerem minimamente o que se retrata nos livros de história. É inadmissível e incompreensível que jovens militares estaduais e federais flertem com a relativização dos valores e princípios da estética militar, que por essência estão alinhados com a opção do povo brasileiro consubstanciada na nossa Carta Magna de viver sob a égide do Estado Democrático de Direito.

A caserna, de modo geral, sempre se sentiu desconfortável com a “turma da esquerda”, em especial pelos escândalos de corrupção, “boquinhas” e malfeitos em geral. Onde está a coerência com permissividade com as mesmas coisas agora com a “turma da direita”? Será que a apropriação do verde e amarelo das cores da nossa bandeira, no lugar da cor vermelha, basta para justificar a predileção? Que tipo de gente é essa que pode mitificar maus militares e que relativiza e faz vistas grossas para condutas irregulares e por vezes criminosas? Será que acreditam que os seus criminosos são menos criminosos que os dos outros?

Não bastasse isso tudo, soma-se ainda o número de parlamentares oriundos das forças policiais e militares que aumentou consideravelmente nos níveis municipal, estadual e federal. Em geral, esses parlamentares são pessoas que ganharam destaque durante a sua trajetória profissional por alguma ação em particular e que são reconhecidos como defensores aguerridos dos policiais e das respectivas instituições. O que poderia representar um avanço importante para assuntos ligados à segurança, à ordem pública e à justiça, propiciando o encaminhamento de projetos que muitas vezes ficam parados por anos, esquecidos em uma gaveta qualquer, tem sido um motivo de preocupação.

Em que pesem as agruras vividas por todos os policiais submetidos a um sistema de segurança pública à beira da exaustão, quase falido, composto por vários órgãos pouco integrados e com deficiências estruturais graves, não se pode permitir que qualquer parlamentar saia em defesa de ações fora das normas vigentes ou mesmo criminosas por parte de policiais. O discurso populista e inflamado que tenta criar uma justificativa para fazer vistas grossas, relativizar ou, no limite, desculpar essas ações, trai a própria história do parlamentar seduzido para agradar

à torcida. Além de alimentar o perigoso senso comum sobre segurança, muito presente nas conversas de botequim, mas que não se sustenta em uma mesa de debates.

Alguns desses representantes no legislativo, poucas vezes de boa fé e muitas vezes visando seus próprios interesses, têm causado muitos problemas para os integrantes que estão no serviço ativo em postos de comando. Suas atitudes para “agradar à torcida” causam desgastes às Instituições Militares diante do público interno e sobretudo para a sociedade organizada e pensante. Seus discursos só ecoam em uma parcela de militares que têm dificuldade em compreender que as instituições não são um fim em si mesmas. Elas só existem em razão da sociedade e devem bem servi-la, observando os regimentos pré-estabelecidos, os quais independem da “visão” do mandatário de plantão. Pessoas passam, Instituições ficam.

Não resta a menor dúvida de que esse pesadelo mais cedo ou mais tarde passará. Também não há dúvidas do desgaste das Instituições Militares, causado por alguns de seus representantes que as arrastam de um local seguro para um território de incertezas. Sei que pagaremos um preço muito caro por essa “aventura tresloucada”. Anos de trabalho edificante de muitos estão sendo demolidos por poucos.

Da minha parte, espero que os populistas, os extremistas, os criminosos e os corruptos (já punidos ou não) deixem de vez a cena pública. O Brasil merece gente mais qualificada, mais equilibrada, mais capacitada e, sobretudo, mais comprometida em fazer deste país grande, um grande país.

# SEM JUSTIÇA SOCIAL NÃO HÁ DEMOCRACIA

*Eduardo Moreira\**

A democracia só é pujante quando há igualdade, dignidade e justiça para todos os cidadãos de uma nação. Se isso não acontece, não há democracia. Um país que tem uma realidade econômica desigual e injusta, por exemplo, com as mulheres, não pode ser considerado uma democracia. É o caso do Brasil.

Enquanto escrevo este artigo, leio notícias sobre a descoberta de mais um local, no país, onde trabalhadores foram libertados de situação análoga à escravidão. Muitas vezes, infelizmente, notícias como essa sequer ganham repercussão na mídia.

O que dizer então da escravidão velada? Aquela mais do que incorporada à sociedade, que não se incomoda com a exploração de mulheres, em sua maioria negras, que trabalham ininterruptamente em casas de família como empregadas domésticas. Ficam 24 horas à disposição dos “patrões” e “patroas”, dormem em quartos minúsculos, muitas vezes sem janelas, e a maioria sequer tem carteira assinada. O nome disso é escravidão legalizada.

A realidade econômica no Brasil é uma enorme concentração de riqueza nas mãos do 1% mais rico da população. A esmagadora maioria

---

\* Graduado em Engenharia pela PUC-Rio, estudou na Universidade da Califórnia. Ex-banqueiro de investimentos, foi eleito, em 2013 pela revista *Época Negócios*, um dos 40 brasileiros de maior sucesso, com menos de 40 anos. É autor de diversos livros, como *Encantadores de vidas*, *Desigualdade*, e *Economia do Desejo*. Em 2019, foi um dos vencedores do prêmio Vozes da Resistência, oferecido pela Câmara dos Deputados.

segue pobre, e entre estes 20 milhões passam fome. Isso não pode ser chamado de democracia.

Sendo assim, não basta uma frente ampla partidária para garantir que o país se torne uma verdadeira democracia. Deve-se levar em consideração que o Brasil tem uma dívida histórica com negros, nordestinos, mulheres e militantes que sofreram os efeitos de quatro séculos de escravidão e lutaram contra o autoritarismo que vigorou em boa parte da recente história “democrática” do país.

Para se derrotar o bolsonarismo, é preciso reconhecer que ele é a consequência de governos e políticas que moldaram uma das sociedades mais injustas do mundo. Ele é o resultado do insucesso de um modelo de governo voltado aos poderosos. Um modelo que, por quatros séculos, explorou a população negra, e nas décadas que se seguiram permitiu que esta riqueza saqueada dos trabalhadores fosse passada para filhos, netos e bisnetos pagando pouco ou nenhum imposto.

O povo brasileiro é legalmente livre, mas refém desse sistema indigno, no qual pobre empresta dinheiro para rico a taxas baixíssimas e ricos emprestam dinheiros para pobres a taxas impagáveis. Essa é a verdadeira corrupção que corrói o país. Enquanto isso, o tal “mercado” segue apoiando o governo Bolsonaro, lucrando bilhões com a compra dos ativos públicos que o governo liquida a preço de banana.

Enquanto esse modelo econômico perverso não for superado, e políticas públicas honestas e justas, voltadas a promover dignidade para a maioria da população brasileira, não forem implementadas, o Brasil não será uma democracia plena. Democracia não é só deixar todos votarem.

Corremos o risco de surgirem novos Bolsonaros, ainda piores do que este (sim, isto é possível), numa terra cada vez mais devastada e afastada da civilidade. O Brasil seguirá sendo uma republiqueta de meia dúzia de afortunados, com milhões e milhões de miseráveis, fazendo inveja às cortes dos regimes absolutistas do século XVIII.

Os progressistas devem, antes de mais nada, se engajar em projetos que propiciem a recuperação da dignidade da população, garantindo inicialmente e urgentemente o básico: segurança alimentar, moradia, saúde e educação. Em seguida, devem se preocupar em distribuir não somente renda, mas também riqueza. Terras, máquinas, conhecimento e... poder! Só assim viveremos uma democracia de fato.

# A RESILIÊNCIA DA DEMOCRACIA BRASILEIRA: A FORÇA DO DIÁLOGO CONTRA O RADICALISMO

*Eduardo Paes\**

Em 2023, completo felizes 30 anos de vida pública. Comecei como sub-prefeito da região da Barra e de Jacarepaguá, bairros da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Desde então, fui vereador, duas vezes deputado federal, secretário municipal e estadual, e estou no terceiro mandato como prefeito do Rio, função que me enche de orgulho e alegria. E, mesmo depois de tanto tempo, permanece nítido e forte na memória o que considero o meu chamado para a política. Essa lembrança, que tem quase quatro décadas, continua me inspirando, não me deixa esquecer do propósito que me trouxe até aqui e me estimula a seguir em frente, mesmo nesses tempos sombrios de ódio e radicalismo.

Era abril de 1984 e eu tinha apenas 14 anos. Em vez de ir para o curso de inglês, na Zona Sul carioca, tomei um ônibus para o Centro do Rio, rumo a Candelária, para o gigantesco e inesquecível comício das Diretas Já. Um milhão de pessoas unidas pelo direito de escolher livre e diretamente seus representantes. Uma multidão plural que, apesar das diferenças, reivindicava o mesmo: poder votar para presidente, depois

---

\* Formado em Direito pela PUC-Rio, com especialização em Políticas Públicas e Governo na UFRJ. Ex-vereador e ex-deputado federal, está no terceiro mandato de prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

de longos 20 anos de ditadura. Gente com origens e histórias diversas na luta pelo bem mais precioso a qualquer sociedade: a democracia.

Aquele adolescente, ainda pouco íntimo do ativismo político, foi profundamente tocado pela grandiosa manifestação popular em defesa da democracia representativa, que havia sido sufocada por duas décadas de autoritarismo e censura. Decidi naquele instante, sem saber o que o futuro me reservava, que seria eu também um militante dessa causa. E assim tem sido desde que ingressei na arena política. Seja no Legislativo ou no Executivo, meu compromisso é com a democracia, trabalhando sempre para promover o diálogo, assegurar as liberdades, proteger os direitos e preservar as instituições.

Por tudo isso é que assusta e preocupa fortemente a onda antide-mocrática que tem nos ameaçado nos últimos anos e que ganhou força com a chegada ao poder do presidente Jair Bolsonaro. Eleito com base em um discurso radical e conservador, ele não entendeu que, ao ocupar a cadeira do Palácio do Planalto, deveria governar para todos os brasileiros. É assim que acontece nas democracias, é assim que fazem os democratas. Mas ele e seu grupo político transformaram o governo numa trincheira e tratam quem pensa diferente como inimigo.

A beleza da democracia está na convivência harmoniosa das diferenças. Discordar é do jogo, e cabe à política a negociação dos consensos. Parece óbvio, né? Mas não para os extremistas. No seu jeito sectário de governar, há espaço somente para quem tem a mesma visão plana do mundo e todo o resto é rejeitado. E a guerra ideológica não se restringe à retórica do discurso do presidente. Ela interfere efetivamente nas políticas públicas dos ministérios, e o resultado são o retrocesso em agendas que vêm sendo construídas com muita luta e o ataque a direitos conquistados a duras penas desde a Constituição Cidadã de 1988.

A defesa do meio ambiente, a valorização da ciência, a promoção da cultura, as políticas inclusivas de gênero e raça, a proteção a grupos minorizados—todas essas pautas têm sido esvaziadas no atual governo, destruindo avanços importantes das últimas décadas. E a vítima somos todos nós: um país, cuja riqueza maior é a diversidade e a chaga mais profunda é o preconceito estrutural, vai se tornando mais intolerante, ignorante e desigual.

As instituições, ainda bem, estão atentas, reagem às propostas radicais – e muitas vezes inconstitucionais – e, ao longo desses quatro anos, vêm garantindo um mínimo de equilíbrio e estabilidade dentro do Sistema de Freios e Contrapesos. E aí a estratégia dos extremistas é sempre a mesma: atacar de maneira barulhenta os demais Poderes, em especial o Judiciário, tendo o STF como alvo favorito; intimidar a mídia; desqualificar a política e deslegitimar o sistema eleitoral.

Essa postura belicosa é ainda mais grave quando se trata do presidente da República. Infelizmente convivemos por algumas vezes com o risco de ruptura institucional, com declarações de Bolsonaro, entusiasta da ditadura militar, que flertavam com o golpismo. Felizmente, em todas as ocasiões, a jovem democracia brasileira se revelou, apesar de tudo, resiliente.

A ascensão ao poder de líderes com discurso extremista e comportamento autoritário, que criticam o *establishment* rejeitam o diálogo, não é exclusividade brasileira. O fenômeno, que se repete em vários cantos do planeta, tem colocado a democracia global em risco. É o que afirma o *International Institute for Democracy and Electoral Assistance* (IDEA), organização com sede em Estocolmo que monitora a saúde das democracias em todo mundo desde 1975.

No seu último relatório – *The Global State of Democracy Report 2021*<sup>1</sup> – publicado em novembro passado, o número de nações em retrocesso democrático nunca esteve tão alto como na última década: mais de ¼ da população mundial vive hoje em países que têm enfrentado nos últimos anos um processo de erosão democrática, que inclui, por exemplo, questionamentos a resultados eleitorais confiáveis, ataques à imprensa livre e ao sistema judicial independente, e polarização galopante da sociedade.

Fazem parte desse grupo nações como Hungria, Polônia, Eslovênia, Sérvia, Nicarágua, Turquia, Índia e até os Estados Unidos, que sob o trumpismo assistiram ao declínio da sua democracia, sempre tida como referência para o mundo. Entre os 150 países monitorados pelo instituto

---

1 [https://www.idea.int/gsod/sites/default/files/2021-11/the-global-state-of-democracy-2021\\_1.pdf](https://www.idea.int/gsod/sites/default/files/2021-11/the-global-state-of-democracy-2021_1.pdf)

sueco, o Brasil foi o que registrou o maior número de atributos democráticos em queda no relatório de 2021.

A crise da democracia liberal e representativa, que atinge diferentes partes do mundo e especialmente o Brasil, tem na sua origem um movimento contínuo de descrença na política e nos políticos. E, quando a política sai de cena, perde-se a capacidade de diálogo e conciliação e a sociedade se divide ainda mais. É por isso que não existe outra saída para essa crise a não ser o fortalecimento do processo político e das instituições democráticas.

Os brasileiros sabem que esse é o caminho. A maior demonstração disso foram as eleições de 2020. Após o sucesso nas urnas em 2018 de candidatos neófitos, com discursos radicais de incitação ao ódio e à divisão da população, os eleitores decidiram dois anos depois depositar um voto de confiança na política e nos políticos. Por todo o país e na cidade do Rio de Janeiro, as eleições municipais de 2020 representaram uma vitória da boa política, de quadros tradicionais e experientes da vida pública, do diálogo e da busca de consensos, da união de esforços para superar as crises sanitária e econômica causadas pela pandemia.

Em 2022, temos a chance de renovar – agora nos planos nacional e estadual – o compromisso de cada um de nós com a democracia brasileira e fortalecer a defesa de liberdades, direitos e instituições. O campo democrático precisa estar unido para vencer nas urnas os extremistas. E tenho certeza de que, por meio do voto, a arma mais poderosa de todas, a população dará seu recado a favor de um Brasil livre, diverso e inclusivo.

# A RENDA BÁSICA PARA AUMENTAR A LIBERDADE REAL

*Eduardo Suplicy\**

Como contribuir para efetivamente construir um Brasil justo e civilizado, consistente com os princípios consagrados na nossa Constituição Cidadã de 1988? Para isto, precisamos levar em consideração os valores que não sejam simplesmente o de se levar a vantagem em tudo, mesmo que pisoteando sobre o próximo. É claro que todos desejamos progredir, assim como ficamos felizes com o progresso de nossos entes queridos. Mas precisamos também levar em consideração outros valores que são próprios da história da Humanidade, como nos lembram Paul e Greg Davidson em “Economics for a Civilized Society” (Macmillan, London, 1988), como os contidos num dos mais belos discursos da História da Humanidade, “I Have a Dream” de Martin Luther King Jr. Após lembrar que cem anos após a Abolição da Escravidão nos EUA, aqueles princípios contidos na Constituição dos EUA de que todas as pessoas teriam garantidos os direitos inalienáveis à vida, à liberdade e à busca da felicidade, para os negros isto ainda não era verdadeiro. Seria importante alcançar logo esta meta, pois de outra forma a América iria

---

\* É vereador da cidade de São Paulo pelo PT. Foi senador pelo Estado de São Paulo durante 24 anos. É formado em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e em economia pela Universidade Estadual de Michigan (EUA), onde também concluiu mestrado e doutorado (PhD). Em 2016, recebeu o título de Doutor *Honoris Causa* da Université Catholique de Louvain (Bélgica).

viver um novo verão abrasador. Mas que fizéssemos isto sem tomar o cálice do ódio, da vingança e da violência. Sempre confrontando a força física com a força da alma. Para então chegarmos ao dia em que todas as pessoas, os filhos de escravos e os filhos de ex-donos de escravos forem capazes de se sentar juntos na mesa da fraternidade.

O Papa Francisco tem conclamado aos chefes de Estado que coloquem em prática os instrumentos de política econômica que efetivamente venham a elevar o grau de justiça na sociedade. Para que então possa haver a paz dentro de cada país e dentre os países. Quais são os instrumentos de política econômica que possam efetivamente elevar o grau de justiça? Quando abolimos a escravidão, elevamos o grau de justiça. Se provermos ótima oportunidade de educação a todos meninos e meninas, a todos os jovens, a todos os adultos, inclusive aqueles que não tiveram boas oportunidades quando eram crianças, à luz dos ensinamentos de Paulo Freire, estaremos elevando o grau de justiça. Se oferecermos um bom atendimento de saúde na cidade e no campo, em todos os bairros, através do SUS. Se estimularmos as formas de economia solidária, as cooperativas, à luz do ensinamento de Paul Singer, também iremos elevar o grau de justiça. Se aumentarmos mais e mais as oportunidades de microcrédito, especialmente para aquelas pessoas que não dispõem de patrimônio, mas que podem adquirir instrumentos de trabalho que lhes proporcionem meios de terem um bom padrão de vida e ainda poderem pagar o crédito em 12 ou 24 prestações à luz dos ensinamentos do Prêmio Nobel da Paz, Muhammad Yunus. Ele foi o criador do Grameen Bank, em Bangladesh.

Temos também as formas de transferência de renda que podem ser aperfeiçoadas. No Brasil temos a previdência pela qual as pessoas fazem contribuições aos institutos ao longo de sua vida de trabalho, para então poderem ter sua aposentadoria. Temos o benefício da prestação continuada para as famílias carentes que tenham pessoas idosas ou com alguma deficiência. Temos o seguro desemprego, o salário família, de 2003 até 2021 o Bolsa Família, que muito contribuiu para a diminuição da pobreza e da desigualdade, recém substituído pelo Auxílio Família. Todas estas formas podem ser aprimoradas por aquilo que já é lei, aprovada por todos os partidos no Congresso Nacional e sancionada

pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 8 de janeiro de 2004, a Lei 10.835/2004: a Renda Básica de Cidadania, que um dia será Universal e Incondicional.

Todas as pessoas, não importa a sua origem, raça, sexo, condição civil ou socioeconômica, inclusive as estrangeiras aqui residentes há cinco anos ou mais, terão direito a uma renda que, na medida do possível, tendo em conta o progresso do país, para atender as necessidades vitais de cada uma. Até para as pessoas de maior renda? Sim, mas obviamente elas contribuirão para que elas próprias e todas as demais venham a receber.

Que vantagens há? Eliminamos toda burocracia envolvida em se querer saber qual o rendimento de cada pessoa; eliminamos qualquer estigma ou vergonha de a pessoa precisar dizer que só ganha tanto, e portanto precisa de um complemento; eliminamos o fenômeno da dependência que acontece quando há um sistema que diz: quem não recebe até tanto tem o direito de receber tal complemento. Mas se a pessoa receber aquele tanto e daí vem o governo e lhe retira o que estava recebendo naquele programa, a pessoa pode desistir e entrar na armadilha do desemprego ou da pobreza. É do ponto de vista da dignidade e da liberdade, de que nos fala Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia, em “Desenvolvimento como Liberdade” (Companhia das Letras 2000) que temos a maior vantagem: Desenvolvimento, se for para valer deve significar maior grau de liberdade para todas as pessoas na sociedade.

Amartya Sen conta que quando menino seu pai era um bom professor em Dacca, então Índia, e moravam numa boa casa. Certo dia, brincando do jardim de sua casa, de repente entrou um homem correndo, gritando por socorro, havia sido esfaqueado nas costas. Ele chamou por seu pai, que logo veio e acompanhou aquele trabalhador, Kader Mia, ao hospital. No caminho ele disse: “Bem que minha mulher tinha me dito para não vir a este lugar, tão perigoso, caracterizado por lutas étnicas. Mas eu não tive outra alternativa senão neste bairro encontrar um trabalho que pudesse dar o sustento da minha família.” Ao chegarem no hospital, Kader Mia teve uma forte hemorragia e faleceu. Conclui Amartya Sen: Kader Mia não tinha liberdade real. Precisou colocar sua saúde e vida em risco para conseguir um trabalho que pudesse dar o sustento da sua família.

Para aquela mãe que, por vezes, não tendo como dar de comer em casa para suas crianças, resolve vender o seu corpo; ou para aquele rapaz, que não tendo como auxiliar no orçamento de sua família, resolve se tornar o aviãozinho da quadrilha de narcotraficantes, como o personagem do “Homem na Estrada” de Mano Brown, dos “Racionais MCs”: “O Homem na Estrada, recomeça sua vida, sua dignidade, sua liberdade, que foi perdida, subtraída, quer mostrar a si mesmo que se recuperou, que quer viver em paz e dizer ao crime nunca mais!”, o dia que houver para si e para todas pessoas em sua família uma renda suficiente para suprir suas necessidades vitais, aquela mãe e este rapaz vão ganhar o direito de dizer : “Não, eu agora não preciso aceitar esta única alternativa que me surge pela frente. Eu agora vou poder aguardar um tempo, quem sabe fazer um curso numa instituição na minha cidade, até que surja uma oportunidade mais de acordo com a minha vocação, com a minha vontade.”

É neste sentido, pois, que a Renda Básica de Cidadania vai elevar o grau de dignidade e liberdade para todas as pessoas na sociedade.

# SEGURANÇA PÚBLICA, RACISMO E VIOLÊNCIA

## CONSEQUÊNCIAS E IMPLICAÇÕES DA ATUAL CONJUNTURA POLÍTICA NA SOCIEDADE

*Elizeu Lopes\**

*“Mesmo depois de abolida a escravidão Negra é a mão De quem faz a limpeza  
Lavando a roupa encardida, esfregando o chão Negra é a mão É a mão da pureza”*

Gilberto Gil, *A Mão da Limpeza*, 1984

Quando Gilberto Gil escreveu *A Mão da Limpeza*, no começo da década de 1980, pouco ou quase nada se tinha de dados acerca do racismo institucional na ação policial no Brasil. Tão menos o debate acerca do racismo estrutural, vivia-se sob o Mito da Democracia Racial. O racismo era então discutido quanto às práticas culturais da sociedade, a herança da escravidão que lograva naturalizar ações sociais racistas. Percebe-se

---

\* Advogado criminalista, possui especialização em Direito Constitucional e Administrativo pela Escola Paulista de Direito e em Gestão Pública pela UFSP. Antes de assumir a Ouvidoria de Polícia do Estado de São Paulo, foi secretário adjunto da Igualdade Racial e integrou a comissão de estudos da Presidência da República para a reforma do Código Penal.

que se tratam de questões recentes de debate em nossa sociedade e que, por isso, talvez, ainda estejam em construção as pontes de conexão entre racismo, segurança pública e violência. As vítimas fatais negras são maioria.

O que se deve perguntar é: quais os fatores que fazem com que esses casos aconteçam de forma corriqueira na ação policial para com a população negra? A ação policial é racista? Os dados que estamos acompanhando pela Ouvidoria apontam que a vitimização policial se direciona mais à população negra (seja pela morte de civis ou policiais). Lembra-se que as políticas públicas relacionadas à segurança tratam da ampliação da ação policial e não das questões raciais institucionais. É nesta seara que devemos atuar, associando cada vez mais a segurança pública, o racismo e a violência. Como encaminhamento para a construção de políticas públicas de segurança que construam diálogos com os temas racismo e violência policial, é fundamental a participação e o controle social junto às polícias. Por exemplo, percebe-se, pelos dados da Ouvidoria da Política de São Paulo que os policiais negros têm vivência com o racismo e muitos sofreram racismo. Essa é uma preocupação para a elaboração de novas políticas de segurança, além de protocolos claros de uso da força no que tange a abordagens de qualquer ordem.

Há muitas décadas que as teses acadêmicas e políticas assim como os movimentos sociais debatem o racismo no Brasil. Deveras este tema ter recorrência: foram mais de três séculos de escravidão e, posteriormente a esta condição não se estabeleceu políticas públicas de inclusão do negro na organização social brasileira.

O racismo se enraizou tanto estrutural quanto institucionalmente. Nem mesmo as teses da democracia racial, que pretendiam criar harmonia entre brancos e negros no Brasil e construir uma sociedade em que os mestiços podiam ser acolhidos, conseguiu superar o alastramento de preconceitos e exclusão que os negros passaram. A desigualdade social, a falta de distribuição de oportunidades de educação, cultura e trabalho, foram situações associadas e permanentemente vividas pelos negros em sociedade e que se fazem presentes em qualquer ponto do país.

O preconceito racial no Brasil tem como marca a cor da pele, visto como um traço individual, particular, e se perpetua em codinomes:

negrinho, serviço de preto, escurinho, entre outros. Diferentemente de outros países, o preconceito racial no Brasil dificilmente demonstra a identidade coletiva e as origens étnicas. E, também por isso, segrega e exclui mais uma vez. Desta forma, o racismo se impõe como se a diferença fosse condição para a desigualdade e para a dominação. “A condição econômica justifica parte da desigualdade entre negros e brancos e a outra condição são os processos de institucionalização do racismo, muito vezes protagonizados pelo Estado” (SINHORETTO apud SILVÉRIO, 2020, p. 13).

Esta exclusão dos negros do processo de formulação da sociedade moderna brasileira produziu tensões sociais e regionais. As contradições e preconceitos entre o sul e sudeste e norte do país demonstram isso. O sul e sudeste fortemente incentivados por políticas de imigração europeia em décadas passadas, sem a preocupação da inclusão social do negro alforro, tem a maioria da população branca, enquanto o norte e nordeste se destaca pela maioria mestiça, negro e indígena. Associar o negro à preguiça, à vagabundagem e, portanto, criar rivalidades entre regiões no país e entre grupos sociais é a prova de como se pensou, em tempos passados, a formação social do Brasil. Os negros foram impelidos para atividades econômicas de subsistência, sem direitos sociais constituídos, em condições precárias e insalubres de trabalho que remetiam à escravidão e suas redes sociais se estabeleceram longe dos centros de poder e decisão. A própria condição de criminalizar a pobreza durante um longo período no Brasil, principalmente logo depois da Abolição da Escravatura, também está inserida em um sistema de classificação racial que vai dando forma a um estereótipo que associa o negro à vagabundo ou bandido. (SINHORETTO, 2020).

A naturalização entre pobreza, racismo e violência se torna uma reação direta, advinda dos fatores sociais e econômicos da formação histórica do Brasil. Trata-se, portanto, de tema recorrente e que deve ter atenção especial para que políticas públicas sejam pensadas para a superação deste trauma, assim como condições educacionais de conscientização do problema vivido. Políticas públicas estas que durante o governo Bolsonaro foram suspensas, e não estiveram no rol de preocupações de ações governamentais.

Acerca de uma conclusão, entende-se que a polícia mais violenta não garante segurança nem mais controle sobre ela mesma. E isso reflete diretamente no aumento de mortalidade entre negros. Não se trata de excepcionalidade, nem se trata também do número populacional de negros. Acontece de forma recorrente e é urgente mudar o curso destes acontecimentos.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Governo Federal. *Decreto nº 65.810*, de 8 de dezembro de 1969. Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1950-1969/d65810.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/d65810.html). Acesso em junho de 2021.
- OUVIDORIA DA POLÍCIA DE SÃO PAULO. *Relatório Anual 2020*. Disponível em: <ftp://ftp.sp.gov.br/ftpouvidoria-policia/relatanual2020.pdf>. Acesso em maio de 2021.
- USP. *Jornal Ciência USP*. Edição 26, junho de 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/podcast/ciencia-usp-26-o-que-racismo-tem-a-ver-com-violencia-policia/>. Acesso em junho de 2021.
- RAMOS, Paulo Cesar. *Gramática negra contra a violência de Estado: da discriminação racial ao genocídio negro (1978-2018)*. Tese doutorado FFLCH/USP/SP. Fevereiro de 2021. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-19052021-202215/pt-br.php>. Acesso em junho de 2021.
- SINHORETTO, Jacqueline; MORAIS, Danilo. *Violência e racismo: novas faces de uma nova afinidade reiterada*. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/res/n64/0123-885x-res-64-00027.pdf>. Acesso em junho de 2021.

# A TRAGÉDIA NÃO PODE SE REPETIR

*Eliziane Gama\**

Nenhum país cria a sua história a partir do nada ou então com base em realidades percebidas apenas no interior dos limites de fronteira, como se o mundo não existisse. As nações nascem, crescem e até morrem influenciadas e condicionadas por externalidades políticas e econômicas e desse desígnio nenhuma delas pode escapar.

É impossível discutir a atual conjuntura política brasileira tomando por base apenas a evolução de fatos políticos nacionais, o papel dos seus atores, seus erros e acertos. Se isso é importante, é preciso que esses fatos sejam correlacionados com as dinâmicas mundiais, cenário onde as grandes ondas vão se formando, acabando por derramarem-se sobre os países, suas estruturas institucionais e políticas e sobre os cidadãos.

Por exemplo, nenhum país ficou imune à vaga do liberalismo em séculos passados ou das experiências que trouxeram consigo um protagonismo maior dos trabalhadores e das chamadas classes subalternas, nos séculos XIX e XX. Também ninguém ficou alheio aos efeitos das grandes guerras, que abriram espaços para o advento de experiências sociais-democráticas ou mesmo da Guerra Fria, que alimentou golpes e ditaduras por todos os cantos do Planeta. Os países, por essa mesma linha de raciocínio, iriam pagar pedágios fortes com a emergência da

---

\* Senadora (Cidadania/MA), jornalista e ex-líder estudantil, foi deputada federal e deputada estadual por dois mandatos.

revolução tecnológica e por uma certa falência dos consagrados modelos de desenvolvimento comuns ao chamado mundo ocidental – o próprio liberalismo, a socialdemocracia e os projetos ultra centralizados e conhecidos por socialismo real.

Os modelos desabaram e, a rigor, em seu lugar nada foi construído, nada se firmou. Busca-se o novo em todos os lugares, mas os sistemas velhos teimam em não dar espaço àquelas ideias que batem à porta, elas ainda perdidas e sem saber para onde vão.

É interessante notar como o chamado *liberalismo* já mostrara a sua cara há décadas em vários países, como na França, por exemplo, onde Le Pen plantara suas sementes autoritárias. Primeiro, entendido como um subproduto do fascismo e que era combatido ou com o receituário ideológico liberal ou pelo das correntes socializantes. No momento em que a China, sob a proteção dos Estados Unidos e Inglaterra, é reconhecida como país de livre mercado, e ela resolve entrar no jogo pesado do comércio internacional com suas indústrias e produtos, gerando crescimentos elevados por vários anos, então tudo muda, as *democraturas* começam a ser analisadas como possibilidades reais, despregando-se conceitualmente do fascismo e tentando se apresentar às sociedades como uma alternativa ao desemprego e de resgate de um passado glorioso que supostamente foi desmontado por uma nova ordem mundial, hegemônica pela esquerda.

Um absurdo completo, porém, um projeto que se materializou e já inferniza a vida das nações e a paz no mundo. Pior, projeto que volta a ver a natureza como um inimigo a ser dominado em nome de um progresso duvidoso, que questiona direitos, que se ampara em segmentos econômicos tecnológicos atrasados e busca em alguma religiosidade o amálgama para se afirmar socialmente.

Dias ruins, os que vivemos atualmente no mundo.

Se buscarmos em toda a República, vamos perceber que, infelizmente, o Brasil não construiu um modelo de desenvolvimento estável, que varasse décadas, e organizasse a nação sobre dinâmicas bases econômicas e sociais. Tivemos o primeiro governo Vargas, o qual fez uma inflexão social importante, mas que foi tragado pelo seu caráter autoritário; Juscelino deu grandes passos na direção de uma economia

liberal, suas dinâmicas, entretanto, esbarraram no populismo da década de 60 e no golpe militar; a Ditadura adotou medidas modernizantes, e falhou ao se distanciar da questão social e ao abraçar um nacionalismo tardio, além da grave questão democrática. Fernando Henrique Cardoso e Lula, em 16 anos de governo, criaram um novo olhar, domesticaram a inflação, colocaram o Brasil para rodar bem, experiência positiva que acabou contaminada e cercada por estruturas políticas velhas, que não se modernizaram – à direita e à esquerda.

A direita – e aqui podemos colocar tanto suas vertentes mais conservadoras quanto as liberais – acomodou-se a seus velhos arranjos regionais, distribuindo-se por partidos sem conteúdo, que miram mais a possibilidade de realizar interesses particulares de seus parlamentares por dentro do governo do que apresentar projetos programáticos à nação. Não fomentou lideranças nacionais, vocacionadas para uma disputa presidencial, exatamente para que as demandas paroquiais não fossem prejudicadas. E criou-se um modo próprio: se apoiando em uma legislação eleitoral questionável quanto aos recursos financeiros, os partidos focam na eleição apenas de deputados, de olho no fundo eleitoral com fins apenas para reprodução de mandatos. É a política andando em círculos, círculos ruins, que não se renovam do ponto de vista doutrinário e prático.

Pela esquerda, a realidade também não foi muito diferente. Parte dela ficou presa ao passado e a concepções ainda da década de 60, como se o Brasil fosse uma sociedade industrial, cabendo aos partidos apenas a defesa dos trabalhadores e a melhoria de suas condições de vida. Não se percebeu que essa sociedade desapareceu e que a defesa dos excluídos da sociedade passa na atualidade por outros valores, concepções e capacidade de mobilização. Até mesmo partidos surgidos no final da década de 70, situados nesse campo, não conseguiram dar um salto para o futuro, renovando programas, paradigmas e políticas de alianças.

Por todos os critérios, do ponto de vista mais conjuntural, um erro político grosseiro no fim do bom governo de Itamar Franco: vertentes representadas pelo PSDB e PT não estreitaram o diálogo, pelo contrário, se afastaram, criaram inimizades falsas, deixaram de lado convergências. E, no poder, esses dois grandes pilares da política de então passaram a se

sustentar em bases de apoio político velhas e corrompidas, e o resultado desse desatino e desencontro todos conhecem.

Provavelmente, se esses dois campos tivessem construído uma aproximação programática, a história de hoje poderia ser diferente. E a própria direita, talvez, fosse obrigada a buscar seus projetos mais estruturantes, com ganhos democráticos para toda a sociedade brasileira.

Errou-se no Brasil ao se apostar na polarização, não se compreendendo a necessidade de se estruturar um grande campo de centro esquerda. Estamos pagando dramaticamente pelo equívoco ainda nos dias de hoje, os canais de diálogo ainda continuam interrompidos.

A eleição de Bolsonaro, que certamente entrará para história como o pior presidente do Brasil de todos os tempos, não derrotou só a esquerda, atropelou, extemporaneamente, a direita, que viu suas possibilidades nas eleições de 2018 virarem pó.

Caminhamos para 2022 um pouco às escuras. Continuar com o atual governo seria uma tragédia política e social para o Brasil e, portanto, cremos que a sua derrota deva ser quase um compromisso assumido pelos democratas de nosso país. Mas para se alcançar esse objetivo é necessário que um novo caminho seja pavimentado – se não for possível com lideranças novas, que pelo menos seja com um programa, alianças e compromissos novos.

## DEMOCRACIA SITIADA

*Erika Kokay\**

O presidente Jair Bolsonaro nunca escondeu seus intentos golpistas e autoritários. Ainda nos anos de 1990, Bolsonaro, então deputado federal, já defendia abertamente um novo golpe militar no Brasil. Se eleito, “não há menor dúvida, daria golpe no mesmo dia”, disse em entrevista. Na mesma ocasião, afirmou que não acreditava que houvesse solução por meio da democracia e defendeu a morte de uns 30 mil defensores da democracia, incluindo o então presidente Fernando Henrique Cardoso.

Bolsonaro carrega todos os atributos de um líder autoritário listados pelos professores de ciência política da Universidade de Harvard, Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, no livro “*Como as Democracias Morrem*”: a rejeição das regras democráticas do jogo; a negação da legitimidade dos oponentes políticos, a tolerância ou encorajamento à violência; a propensão a restringir liberdades civis de oponentes, inclusive da mídia.

Todas essas características já eram absolutamente perceptíveis nos discursos e nas posições políticas do deputado federal e candidato à presidência da República nas eleições de 2018, mas foram tragicamente ignoradas pelo *establishment*, pela mídia, por amplos setores da sociedade, do judiciário e da elite política nacional.

Bolsonaro não fez questão alguma de esconder esse perfil durante a campanha eleitoral. Iniciou ali mesmo a suspeição ao sistema eleitoral

---

\* Está em seu terceiro mandato de deputada federal pelo PT-DF. É uma das vice-líderes do Partido na Câmara e uma das principais vozes de oposição ao governo Bolsonaro. Está entre os parlamentares mais atuantes e produtivos do Brasil, segundo levantamento da Câmara.

brasileiro, dizendo que não confiava nas urnas, mesmo tendo sido eleito repetidas vezes por esse mesmo sistema. Afirmou que não aceitaria o resultado. Se não fosse ele o eleito, promoveria um golpe de Estado.

Fez uma campanha brutal de deslegitimação de seu principal oponente, o Partido dos Trabalhadores – de Lula e de Fernando Haddad (seu sucessor na corrida presidencial) – alimentando a narrativa de que eram parte de uma organização criminosas que deveria ser varrida do Brasil.

Incitou durante todo o pleito o ódio e a intolerância social e política, chegando a dizer que ia “fuzilar a petralhada”. À oposição estava reservada a prisão ou o exílio.

Criticou a mídia e não participou de debates. Sob a alcunha de *outsider*, contra “tudo que está aí”, escondeu que era continuidade de um governo que emergiu de uma ruptura democrática. Fundamentou toda a sua estratégia de campanha na distribuição de fake news distribuída por um complexo e avançado sistema de propagação de mentiras via rede social, bancado por financiamento ilegal de empresários via caixa 2.

O *establishment* fez uma opção política de apoiar a extrema direita para impor uma derrota ao Partido dos Trabalhadores e à esquerda, com objetivo de impor um projeto econômico ultraneoliberal que foi derrotado por quatro eleições consecutivas nas urnas, um projeto de acumulação/concentração de riqueza e ampliação das desigualdades.

A elite política, judiciária, midiática, industrial, ruralista e financeira acreditou que após eleito seria possível colocar um freio de arrumação em Bolsonaro, fazê-lo descer do palanque, governar de modo equilibrado para o conjunto da sociedade brasileira. Muito rapidamente perceberam que não era possível moderar o fascismo.

A escalada autoritária ganhou novos contornos durante o mandato presidencial. Tornaram-se corriqueiras a defesa da ditadura e de torturadores, como Brilhante Ustra. Bolsonaro passou a atacar todos os dias o Estado de Direito, a Constituição, a separação dos poderes, os direitos humanos, o meio ambiente e os valores mais basilares da democracia liberal burguesa moderna.

O presidente constituiu no Palácio do Planalto um gabinete do ódio, utilizando recursos públicos para afrontar as instituições e a democracia, para manter organizada e mobilizada sua base de apoio. Bolsonaro pas-

sou a incitar, liderar e apoiar manifestações de rua contra o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal, algo inaceitável em qualquer democracia.

Tenta dominar o Estado para servir aos interesses do seu projeto político de extrema direita, desvirtuando a missão precípua do próprio Estado, que é enfrentar os problemas nacionais, como nos diz Celso Furtado.

Numa completa distopia, capturou o Ministério da Educação para instituir a política da ignorância; sequestrou o Ministério do Meio Ambiente para avançar com uma agenda de destruição ambiental; entregou a Fundação Palmares para um racista e a Funai para ruralistas perseguirem e dizimarem os povos indígenas, apenas para citar alguns exemplos.

Mas não foi só isso. Tenta também controlar os órgãos de fiscalização e controle, a exemplo, da Polícia Federal, da Procuradoria Geral da República e da Advocacia-Geral da União para proteger a si, seus familiares e aliados mais originários e fiéis.

Afirma que não há mais corrupção em seu governo, quando, na verdade, estão estranguladas as investigações contra os escândalos de corrupção que surgem aos borbotões todos os dias. Um governo que manda às favas a transparência e decreta sigilo de 100 anos a informações de interesse público.

Estamos falando de um presidente que burla até mesmo as prerrogativas do parlamento, ao governar por decretos e medidas provisórias. Bolsonaro é o presidente que mais editou decretos desde a redemocratização.

No exercício do mandato presidencial já cometeu incontáveis crimes de responsabilidade e manteve intacta sua narrativa belicista contra a democracia. Em conluio com o Centrão, articulou um instrumento nada republicano de “orçamento secreto” para manter fiel uma base de apoio parlamentar, com único objetivo de evitar o avanço de mais de uma centena de pedidos de impeachment.

Suas declarações golpistas e criminosas foram turbinadas ao longo desses três anos: “é fácil impor uma ditadura no Brasil”; “democracia e liberdade só existem quando as suas respectivas Forças Armadas assim o querem”; “faço o que quiser, sou o chefe das Forças Armadas”; “se eu

baixar um decreto vai ser cumprido, não será contestado por nenhum tribunal, porque ele será cumprido”; “meu exército”; “se não tiver voto impresso, não terá eleições em 2022”; “povo armado jamais será escravizado”; “eu sou, realmente, a Constituição”.

Quisera os democratas deste país, que tudo não fosse apenas um delírio absolutista, uma tentativa burlesca de imitar Luís XIV. Ocorre que Bolsonaro vai avançando sobre o tecido democrático, emparedando as instituições e sitiando a democracia. Testa os limites e vai corroendo a própria democracia por dentro, num processo gradual de golpe.

Com apoio inarredável do Centrão e de setores fundamentalistas religiosos, punitivistas e patrimonialistas do ruralismo mais atrasado, Bolsonaro segue dobrando sua aposta autoritária, desconstruindo, inclusive, decisões soberanas da Suprema Corte, como se pudesse exercer o papel de Juiz dos juízes. Anula condenações, estimula crimes, estabelece a impunidade e segue açulando suas hostes contra a democracia e as instituições democráticas para tentar perpetuar-se no poder.

No fatídico episódio de concessão de graça ao seu aliado Daniel Silveira, Bolsonaro estabelece a mensagem de que nenhum crime contra a democracia será castigado e que ações criminosas contra o Estado Democrático de Direito serão perdoadas, como se o cargo de presidente lhe conferisse poder absoluto para inocentar familiares e amigos criminosos.

Lúcido da derrota cada vez mais iminente nas urnas nas eleições de 2022, Bolsonaro encarna de modo afrontoso um perfil autocrático, inflando setores das Forças Armadas e da sua base social radical para se insurgir contra qualquer resultado desfavorável a ele.

Parafraseando o filósofo Karl Popper, em seu *“Paradoxo da Tolerância”*, não podemos mais tolerar os intolerantes sob pena da intolerância prevalecer e os intolerantes destruírem o que ainda nos resta de democracia.

Sempre digo que democracia e direitos são complementares: não existe democracia sem direitos, assim como não existem direitos sem o chão fértil da democracia.

Por isso, não há outra alternativa além de defender a democracia acima de qualquer divergência política. Não estamos falando apenas de uma eleição que se aproxima – talvez das mais importantes das nossas

vidas – mas de democracia contra barbárie, de civilização contra um projeto obscurantista e autoritário que jogou milhões de brasileiros e brasileiras na fome e no desemprego.

É preciso uma reação forte e unificada dos setores democráticos da sociedade brasileira para impedir qualquer tipo de intentona golpista, de tentativa de fechamento do regime. Quem deve definir o futuro da democracia é o povo brasileiro que não pode e não será tutelado por Bolsonaro, seus brutamontes civis e aliados fardados.



## RECONSTRUIR A DEMOCRACIA

*Eva Blay\**

Nos últimos quatro anos tornou-se ostensivo o desmonte da Democracia no Brasil. Como um martelo que quebra estruturas aparentemente sólidas, instalou-se um processo de feitiço fascista. Através das palavras foram inculcados nos espíritos mentiras, falsos valores, desvirtuados comportamentos. Victor Klemperer já mostrara em *A Linguagem do Terceiro Reich* como, através das palavras se incutem o racismo, os preconceitos, como se destruiu a história factual substituindo-a por uma “nova verdade”. Mudam-se o sentido das palavras e das frases repetindo-se inúmeras vezes, inculcando novos sentidos. A repetição mecânica, milhares de vezes, acaba instalando um novo significado. O que se passou no nazismo estamos vendo acontecer diante de nossos olhos. Tomemos o caso do “kit gay”. Observem que nem precisaria explicar do que se trata pois já ficou em nosso imaginário um apócrifo livro que o candidato que se elegeu presidente da República repetidamente apresentava de forma distorcida como sendo um livro que pretendia destruir a moral das crianças. Ora na verdade trata-se de excelente livro de orientação sexual preparado pelo Ministério da Educação para jovens estudantes. Trabalho importante, cientificamente construído, didático, que tinha como objetivo orientar jovens de ambos os sexos à entrada na vida sexual cuidando para que não ficassem sujeitos a doenças sexualmente transmissíveis ou a gravidezes

---

\* Professora Emérita da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e ex-senadora pelo Estado de São Paulo.

precoces. Uma falsa cópia desse livro passou a ser apresentado pelo então candidato à presidência da República como um “estimulante para sexualização das crianças” orientado para torná-las homossexuais. A mentira repetidamente apresentada de forma escandalosa e descarada, não encontrou uma resposta contundente: e assim prevaleceu a versão falsificada! Uma sociedade conservadora, desprovida de informação, acabou acatando a falsa informação. Os resultados foram desastrosos: a educação sexual foi eliminada das escolas (ao menos das públicas). Cresceu o número de casos de gravidez na adolescência, de mortes de meninas que tentaram interromper a gravidez, aumentaram exponencialmente os estupros e a violência contra aquelas crianças cuja sexualidade ainda estava em definição.

O caso citado não é aleatório, ele simboliza a destruição do trabalho científico. Ele revela a intenção de destruir um dos pilares da democracia, o *sistema educacional público*. Educação é saber, é ciência, é saber crítico. Em seu lugar se propôs uma escola “sem ideologia”, sem saber crítico. Portanto, em nome de “proteger” alunos e alunas, na verdade se desejava formatar jovens num modelo autoritário, obediente, uma educação com base na família tradicional e conservadora subordinada a estritos preceitos religiosos. Para fazê-lo, impôs-se no Ministério da Educação presbíteros e não professores implantando nele uma orientação estritamente religiosa, mas atenção, não pluralista, uma vertente religiosa única: um determinado dogmatismo.

Em lugar de uma escola pública para todos propõe-se a educação na família, no domicílio: restringe-se a pluralidade de saberes e se concentra nos limites de um controlado grupo familiar.

O processo continua com a expansão da escola militar e a difusão da propriedade privada de armas. Cortam-se os cursos das ciências humanas, o pensamento crítico e se difunde a proposta de um saber mecanicista.

O processo aqui analisado é persistente, até o passado é modificado. Assim o Ministério da Justiça reclassifica depois de quatro anos um filme que repentinamente passa a ser considerado pedófilo. Realmente o governo não está preocupado com a pedofilia, mas procura encontrar formas de desqualificar atores famosos seus opositores. O esquema é

o mesmo: importante é acentuar uma versão midiática mesmo distorcendo o conteúdo.

Criam-se inimigos fantásticos como o comunismo ou o gênero. Em nome do controle do corpo, especialmente o corpo das mulheres, afastam-se todas as pesquisas que as mais variadas ciências têm feito sobre as relações sociais de gênero. Excluir o termo gênero da educação não vai invalidar a composição genérica de nossas células, mas certamente vai atrasar as descobertas de medicamentos específicos para homens, mulheres, pessoas trans, entre outros.

Ignorar as relações de gênero oculta as razões da discriminação sexual, racial e formas de violência. Embora as mulheres atualmente tenham um nível de escolaridade superior ao dos homens, elas recebem salários mais baixos (27% menos) que eles. Cerca de 30 % das famílias são chefiadas apenas por mulheres e mesmo assim é cada vez mais acentuada a violência de gênero como mostra o Atlas da Violência de 2017 (em 2015 foram assassinadas 4.558 mulheres o que significa 8% do total de homicídios (indicando um crescimento de 8% entre 2005 e 2017). Do ponto de vista étnico foram assassinadas mais mulheres negras (aumento de 22%) do que brancas, em 2015.

Em síntese a tônica do atual governo, que precisa ser desmobilizada, incide sobre políticas públicas voltadas para desqualificar a mulher pois não por acaso desmontou a estrutura da Secretaria da Mulher substituindo-a por um Ministério da Família, Mulher etc.

Paradoxalmente permanece uma versão colonial da economia baseada no agronegócio exportador de produtos primários ao lado de uma população totalmente concentrada em centros urbanos. Cresce o papel do estado que financia o capital do agronegócio provocando uma profunda contradição entre os segmentos exportadores e o resto da população desprovida de qualificação e emprego que só consegue sobreviver via comercialização de bens que entram ilegalmente no país ou, por outro lado, se autoempresariando (30,5% dos jovens de 15 a 24 anos estão desempregados; na população em geral o índice de desemprego é de 12,9%).

Não é preciso repetir a extraordinária concentração da renda e a pobreza da população. Sair desses impasses só será possível se mudarmos essa estrutura e garantirmos a igualdade de oportunidades para todos e

todas na educação, no trabalho, nos direitos reprodutivos. O caminho é: superar os obstáculos criados pelo autoritarismo aqui instalado.

O alerta deve ser exposto em todos os campos. Não podemos cair novamente na carência de respostas. É fundamental recuperar o valor da ciência, do saber crítico e ter a coragem de ir à luta para garantir os nossos Direitos Já!

Pagamos com mais de 600 mil mortos pela negação da ciência, das vacinas. As próximas gerações merecem uma educação livre, crítica, plural. É nosso papel garantir esse futuro.

#### BIBLIOGRAFIA

Observação: Agradeço a Albertina Costa a cuidadosa revisão desse texto.

Klemperer, Victor. *LTI A Linguagem do Terceiro Reich*. Contraponto. Tradução de Miriam Bettina Paulina Oelsner. 2002.

Políticas Antigénero en América Latina: El Caso de La Organización de Los Estados Americanos (OEA) Gabriela Arguedas Ramírez. Autora: Mirta Moragas. Editora: Sonia Corrêa. Correctora: Julia Bloch. Revisión técnica: Rajnia de Vito. Diseño gráfico: Agencia FW2 / <http://www.fw2.digital> ISBN: 978-85-88684-82-9. Publicado por el Observatorio de Sexualidad y Política (SPW), proyecto basado en ABIA, 2020.

Dados na matéria Nexo Jornal. Link para matéria: <https://www.nexojornal.com.br/podcast/2022/03/16/%E2%80%98>. Acesso em 17 mar. 2022.

# O BRASIL E A ETERNA LUTA ENTRE A CIVILIDADE E A BARBÁRIE

*Fábio Gomes\**

O Brasil não é um só; somos um verdadeiro mosaico dentro de um país. Sua diversidade cultural, étnica, artística o torna especial e único. O potencial, a inteligência e a criatividade da nossa população não encontram muitos paralelos pelo planeta. Somos um povo com um elevado grau de resiliência e capacidade de resistir às situações adversas.

Dadas essas condições, não é ilógico supor ser uma questão de tempo para que o Brasil se torne uma das maiores potências econômicas do mundo. Porém, como a História nos mostra, isso ainda não aconteceu e, sendo realista, é pouco provável que isso se torne realidade um dia. Como dizia uma antiga propaganda de pneus, “potência não é nada sem controle”. Temos uma potência incrível, mas o controle definitivamente não acompanha tamanha potência.

O atual momento pelo qual passamos facilita essa análise, pois expõe de forma mais evidente as verdadeiras fraturas às quais jamais conseguimos tratar e, muito menos, curar. Há vários fatores que nos ajudam a explicar o atual contexto político, mas por uma questão de espaço vamos nos ater a três, que não estão necessariamente expostos por ordem de importância:

---

\* Cientista social formado pela USP. É profissional da área de pesquisa de mercado e opinião pública há mais de duas décadas.

O primeiro fator é o que podemos chamar de confusão institucional. Aqui há um grande ranço, que vem desde o período colonial, da eterna falta de limites entre as esferas pública e privada. Há uma cultura arraigada em todos os cantos do país na qual o poder público é personificado, e não institucionalizado. Muitos gestores fazem questão de se apropriar do dinheiro público, em maior ou menor grau; além disso o representante não se coloca no verbo “estar”, mas sim no verbo “ser”, o que gera pequenos Luís XIV que acham que o Estado são eles. As instituições são substituídas pelas relações pessoais, fator este que contribui muito para que sejamos um país que nunca decola em direção a um futuro brilhante. Estamos em um eterno taxiar na pista do aeroporto.

O segundo é relacionado ao pensamento das elites econômica e política. Neste sentido, pode-se dizer que o Brasil saiu do período colonial, mas o período colonial não saiu do Brasil. De certa forma, as relações entre burguesia e proletariado nunca foram demonstradas de forma plena no Brasil, uma vez que a relação senhor x escravos ainda não foi totalmente superada. Ainda vemos fortes traços do período colonial, tanto nas questões trabalhistas (como os não raros casos de descoberta de situações de trabalho em condições análogas à escravidão) quanto na forma de se tratar os funcionários (ainda está para existir a empresa que nunca teve um caso de assédio moral) – muito mais como se fossem escravos do que propriamente assalariados com direitos. E essa relação de pretensa “superioridade” também se reflete em questões estruturais, com a total falta de respeito tanto em relação à população afrodescendente quanto para com as mulheres, os LGBTQIA+, com as populações originárias, entre outros.

Por sua vez, o terceiro fator é a questão educacional. O sistema de educação brasileiro nunca esteve entre os melhores do mundo, e apesar dos esforços em contrário por parte de muitos profissionais da área, na prática infelizmente nunca ajudou a acabar, ou pelo menos minimizar, com duas características muito fortes do tecido cotidiano brasileiro: a ignorância e a violência. Eis uma questão que nem a elite intelectual brasileira, via de regra, consegue enxergar de forma precisa: uma vez inseridos em uma bolha de pretensa civilidade e cercados pelos muros das universidades, não conseguem enxergar o Brasil real, onde muitas

situações conflituvas não são resolvidas na conversa, mas sim “na mão”, para utilizar uma expressão popular.

Como já dito anteriormente, há outras questões, mas estas três são importantes para ajudar a entender a ascensão desta forma de pensar no Brasil.

E aí chegamos na encruzilhada da dicotomia civilidade x barbárie. O mosaico que é o Brasil comporta ambos sem apresentar quaisquer crises de identidade. Sempre tivemos a “convivência” entre os dois tanto na política, quanto na vida cotidiana, e quase nunca entrando em conflito; muito dessa incrível convivência antagônica veio da capacidade típica do Brasil não querer entrar em situações conflituosas, o popular “deixa pra lá”. Porém, ao mesmo tempo, esse comportamento bárbaro sempre permaneceu latente, apenas esperando o momento para sair de sua caixa de Pandora e revelar-se em toda a sua plenitude.

Como já dizia um antigo filósofo alemão, para que um tipo de situação latente possa ocorrer na prática, é necessário que existam condições materiais para sua ação. O Brasil, enquanto civilidade, sempre existiu dentro de bolhas específicas, mas nunca tomou conta de toda a população (muito pelo contrário). Por outro lado, o que se chama de barbárie partiu para uma grande ofensiva através de um catalisador chamado Jair Messias Bolsonaro, que não é um acidente, mas sim o resultado de um longo processo histórico.

Tanto a confusão institucional (e sua dificuldade em saber distinguir o público e o privado), quanto o tratamento colonial (que pode-se resumir na diminuição dos direitos trabalhistas e na ojeriza ao fato das diaristas terem a possibilidade de visitarem a Disney) e também a questão educacional (a latência em resolver divergências de forma violenta) estão muito presentes no que se convencionou chamar Bolsonarismo.

Isso também ajuda muito a entender o porquê de haver uma parcela tão significativa da população apoiando o atual Governo Federal de uma forma tão apaixonada: na essência, são pessoas preconceituosas, ignorantes, ressentidas do conhecimento, violentas e que não tem a mínima ideia de como as instituições funcionam, que estavam apenas esperando um agente catalisador para mostrar realmente quem são.

O ano de 2022, neste contexto, é nevrálgico para indicar por onde vamos: continuamos a vivenciar a democracia (com todos os seus tropeços e problemas, que definitivamente não são poucos), ou partimos em uma aventura bárbara que sabemos ser um atalho para o abismo? O mês de outubro nos dará a resposta definitiva.

Mas o trabalho dito civilizatório não acaba aí. Uma vez retomado o curso democrático, a partir de 2023 o trabalho será muito árduo: como conscientizar uma parte muito significativa da população de que o caminho é sempre o do entendimento, do conhecimento, da cultura, da ciência, da inclusão de todos sem preconceitos e buscando sempre o fortalecimento (e a fé) das instituições? E tudo isso sem confundir o público com o privado? São esses pontos que têm que ser mostrados, evidenciados e vivenciados por todos, o tempo todo. Só assim conseguiremos, com o tempo, desarmar a bomba-relógio da barbárie bolsonarista.

E se isso não for feito, certamente teremos um outro elemento catalisador da barbárie mais inteligente, mais perspicaz e mais capaz para encantar o público. Esse “Bolsonarismo 2.0” será ainda mais nefasto. E é isso que temos que evitar a todo custo. A hora é agora, e não podemos mais deixar para lá.

# NÃO É BOLSONARO, MAS O BOLSONARISMO QUE PRECISA SER VENCIDO!

*Fábio Trad\**

O bolsonarismo nasceu antes de Bolsonaro. Sempre vagou nas entrelinhas do reacionarismo de uma certa pudica centro-direita e, por vezes, mas em caráter excepcional, se apresentava em discursos e manifestações desdenhadas pela grande mídia em virtude de seu caráter burlesco.

Era um espírito errante em busca de um corpo.

Sua proposta nunca foi conceitual, mas reativa contra um certo estilo de fazer política. Confrontava com a tradição oficialista do poder por meio de gestos e comportamentos insólitos, falsamente espontâneos e avacalhados. Sempre foi autoritário porque raso no conteúdo político, mas ousado na aposta de um senso estético.

A propósito, uma estética avessa ao intelectualismo academicista porque este sempre foi associado à esquerda. Uma convicta opção pela ignorância que a torna violenta quando desafiada. Simplista por natureza e impaciente por condição, jacta-se da própria irascibilidade como método de atuação.

---

\* Advogado e professor universitário. Foi presidente da OAB/MS e atualmente é deputado federal pelo PSD. Eleito o melhor deputado federal do país em 2020 pelo júri especializado do site Congresso em Foco, por sua defesa ao Estado Democrático de Direito.

Estas facetas continuariam sendo tratadas com desdém por seu caráter quase folclórico se as circunstâncias históricas não as convidassem para entrar no cenário de possibilidades reais da política. E isso começou quando o Direito Penal e o Processual Penal começaram a frequentar o noticiário político nacional. Sim, a desavergonhada malversação de recursos públicos passou a ser o prato principal da mesa de milhões de brasileiros quando o crime, o processo, o julgamento e a pena se tornaram rotina na agenda política nacional.

Nos últimos anos, o cenário político foi se tornando cada vez menos político e mais policial, processual e penal. Políticos presos foram interpretados pela população como a própria política culpada. Ela, a política, expressão de um sistema corrupto, inepto e disfuncional.

Um quadro desolador, no qual nenhuma perspectiva se apresentava para a recomposição de um ambiente político minimamente capaz de funcionar com uma relativa normalidade, disparou o gatilho para a formação de um estado psicológico de massa identificado com o que o espírito bolsonarista representa.

O mau humor, a impaciência, o ódio, a truculência, o grotesco, a desinformação e a estupidez tomaram de assalto a gramática política e o assanhamento da ignorância ultrapassou os limites da racionalidade. Enfim, tudo pronto para o inverso e o avesso surgirem como alternativas ao normal de uma realidade definhada pela desesperança.

O ressentimento venceu como resposta ao que foi percebido pela população durante o período que assistiu ao Direito Penal dominar a política. Contra a reflexão de uma análise, a pressa da sentença pronta. Contra a engrenagem complexa dos procedimentos democráticos, portarias e decretos arbitrários e inconstitucionais. Contra a independência e harmonia dos poderes, a subjugação política e o assédio constante.

A obsessão por fragilizar o Supremo Tribunal Federal se explica na medida em que é o único bastião de resistência aos ímpetos autoritários de um governo incapaz de lidar com as engrenagens da democracia. Se o órgão de cúpula do Judiciário brasileiro sucumbir, não será mais necessário especular sobre o golpe porque ele já estará consumado.

As criações artificiais de pautas diversionistas fazem parte da rotina política do governo. À dor da alta inflacionária, o anestésico da fraude

na urna eletrônica. Ante as denúncias de corrupção no Ministério da Educação, a espessa e esfumagante cortina do embate com o Ministro Alexandre de Moraes. É o mesmo método, a mesma cantilena, o mesmo padrão de comportamento político.

Estruturados fortemente nas redes sociais, vozes do extremismo tonificadas pelo governo reverberam o alarido escapista e conseguem densificar a fumaça que encobre a realidade. O mundo invertido das escaramuças forjadas no laboratório de comunicação política do governo violenta as percepções do senso comum levando pessoas a brigarem nas filas dos mercados, não porque os preços dos alimentos estão altos, mas em função da pena imposta a um deputado boquirroto.

Quando se governa dividindo e fragmentando o povo, a única forma de sobrevivência é transformar as instituições de estado em braços políticos do governo. As investidas em searas alheias a suas atribuições – umas exitosas; outras, fracassadas – provam que o objetivo é dominar para submeter e, ao submeter, governar para manter a si e aos seus.

Nenhuma surpresa causa a solidez do apoio de alguns grupos cativos e vinculados a essa estética de poder. Alguns, obviamente, a ela aderiram porque ganham dinheiro com a parceria. Outros, porque sentem-se refletidos na forma e no conteúdo deste modelo.

A reconquista da primazia do discurso é o grande desafio das forças democráticas. Urge retomar a titularidade das pautas da agenda política, deixando a reboque os delírios diversionistas. Impõe-se vestir a realidade de carne e osso, encorajando-a com a urgência imposta por sua gravidade para que ela sim seja debatida e enfrentada. O momento grita por um despertar para a vida real e o verdadeiro compromisso com o Estado democrático de Direito pressupõe esta sacudida na consciência social a ser levada a efeito pelas forças democráticas.

Nunca é demais lembrar que, ao contrário dos filmes e das novelas, a realidade pode ser ditada pelas forças do atraso. O retrocesso protagoniza quando os segmentos progressistas se dispersam ao eleger prioridades equivocadas. Hoje, não há nada mais urgente que imunizar a nossa democracia, porque, embora ainda respirando, não deixa de ser uma sobrevivente.

Nesta jornada, nenhum gesto de despreço deve ser lançado ao Supremo Tribunal Federal. O árbitro não pode ser atacado quando está atuando constitucionalmente, porque sua submissão interessa a quem exerce o poder do controle das armas. Todas as energias políticas devem ser empregadas para impedir que as instituições de Estado sejam capturadas pelos interesses do governo. Não há democracia quando aquele que arbitra conflitos age intimidado pelo poder do mais forte.

A democracia brasileira não pode conviver com quem usa o poder por ela conferido para dizimá-la. Tolerar os que não toleram a democracia é ser cúmplice, por omissão, da intolerância. O império da ordem constitucional deve prevalecer contra estas forças inconstitucionais que, aliás, estão atuando e ganhando terreno.

Portanto, para além de Bolsonaro, é o fenômeno, é o sintoma, é o bolsonarismo que precisa ser enfrentado e vencido.

Brasília, 18 de maio de 2022

# UNIDADE DE AÇÃO PARA DERROTAR BOLSONARO

*Fernanda Melchionna\**

Escrevo estas linhas em maio de 2022.

O país ainda sofre as consequências da condução terrível de Bolsonaro na pandemia de Covid-19 e de uma crise econômica que se aprofundou com a agenda ultraliberal do governo, cujas expressões mais gritantes são inflação e desemprego. A política de preços da Petrobras aumenta o valor dos combustíveis e impacta sobre o custo de vida. O endividamento familiar é o maior das últimas décadas. A falta de emprego com carteira assinada leva, principalmente os jovens, a aceitar trabalhos precários. A “uberização” do trabalho se estende de forma alarmante. A população em situação de rua cresce nas cidades. O Brasil voltou a entrar no mapa da fome. Sempre dissemos: Bolsonaro quer aprofundar a agenda econômica das elites e restringir as liberdades democráticas para limitar a capacidade de ação independente do povo. E ele tentou muito. Atacou as artes, jornalistas, universidades, a cultura e tentou instituir a censura.

Em defesa das liberdades democráticas, da liberdade de imprensa e do Estado laico, surgiu o movimento Direitos Já! em 2019, um instru-

---

\* Deputada federal pelo PSOL do Rio Grande do Sul. Foi líder do PSOL na Câmara dos Deputados e vice-líder da Oposição, e candidata à Prefeitura de Porto Alegre, em 2020, onde foi vereadora por 10 anos. Foi a primeira parlamentar bibliotecária da história da Câmara dos Deputados. É feminista e ativista social.

mento de unidade de ação entre diferentes partidos e personalidades com o objetivo comum de resistir às investidas antidemocráticas de Bolsonaro. Em momentos importantes, como o enfrentamento à pandemia, convergimos no combate à agenda anticidência de Bolsonaro. Nos momentos de ataque à imprensa, reunimos ativistas e intelectuais para defender um princípio, que é a liberdade de imprensa. E quando se agravou a condução desastrosa do presidente na pandemia, se somaram às fileiras dos atos Fora Bolsonaro.

Desde antes da eleição de 2018, houve resistências. Algumas delas foram multitudinárias, como a campanha Ele Não!, a maior mobilização feminista da nossa história. Em 2019, houve o levante da juventude contra o obscurantismo com o Tsunami da Educação, dos professores e professoras na luta pelo Fundeb.

Essa resistência também se manifestou de outras formas, como o movimento pelo impeachment que eu encabecei, com meus companheiros do Movimento de Esquerda Socialista (MES) e mais de 200 intelectuais e artistas, em que conseguimos 1 milhão de assinaturas, mostrando, nacional e internacionalmente, a necessidade política urgente de tirar Bolsonaro do governo. Em 2021, mesmo em meio à pandemia, ocupamos as ruas no mesmo propósito, mostrando uma vanguarda social ampla e necessária, inclusive para conquistar a vacina no país.

Mesmo em uma situação defensiva, conquistamos no Congresso o auxílio emergencial de R\$ 600, quando Bolsonaro e Guedes não queriam dar mais que R\$ 200, e o auxílio de R\$ 1.200 para as mulheres chefes de família. A indenização para os familiares dos profissionais da saúde vítimas da pandemia e com sequelas da Covid-19. A Lei Aldir Blanc é um respiro para os trabalhadores e trabalhadoras da cultura. Entre outras batalhas que travamos e ganhamos. Hoje, resistem os servidores públicos, trabalhadoras e trabalhadores da saúde, os estudantes secundaristas, os povos indígenas, entre tantos outros que não desistiram de lutar.

Esse quadro geral de luta não foi suficiente para tirar o criminoso do poder. Uma parte dos partidos preferiu canalizar a necessidade histórica de derrotar a extrema-direita apenas para o calendário eleitoral. Temerário e perigoso, afinal não podemos dar sorte ao azar, ainda mais

analisando o cenário internacional onde fica claro que a luta contra o autoritarismo é permanente.

Mesmo que não tenhamos conseguido o impeachment pela mobilização, é verdade que cada passo que a extrema-direita não conseguiu dar para retirar nossos direitos e liberdades democráticas foi vitória da mobilização. E o movimento Direitos Já! foi parte dessa resistência democrática.

Chegamos em 2022 e a eleição será decisiva para tirar Bolsonaro do poder e enfraquecer a extrema-direita. Entretanto, a luta contra o autoritarismo tem que ser para além das eleições. Nós do PSOL vamos votar em Lula para derrotar eleitoralmente Bolsonaro. Mas também é necessário garantir que essas eleições sejam realizadas, e que o bolsonarismo entregue o governo. E isso não se consegue só fazendo propaganda eleitoral ou declarando pessoalmente o voto.

Bolsonaro deve ser derrotado nas ruas e nas urnas e para isso é necessária a mobilização. Não podemos esquecer que em outros momentos históricos já conseguimos derrotar movimentos autoritários, como a ditadura instaurada em 64, com as massivas manifestações que culminaram com a campanha pelas “Diretas Já”!

Agora é necessária a unidade de ação, em todas as frentes, pelo Bolsonaro Nunca Mais!

É uma necessidade histórica que as forças democráticas derrotem Bolsonaro e o bolsonarismo. Essa luta, em unidade, é urgente, é para já. Antes, durante e depois das eleições o combate contra o fascismo é imprescindível para manter nossas liberdades democráticas, fortalecê-las e ampliá-las.

Jair Bolsonaro e seus cúmplices civis e militares, apesar de seus discursos demagógicos e populistas, governam para seus patrões, os grandes capitalistas e os mais atrasados da oligarquia. Eles tentam aplicar constantemente a agenda neoliberal e fechar, por dentro do regime, as liberdades democráticas. A aliança do governo se apoia no Centrão e um setor importante das Forças Armadas, milicianos, parte das polícias estaduais, lideranças fundamentalistas de igrejas evangélicas e os setores mais atrasados do agronegócio e do capital financeiro.

As ameaças de Bolsonaro e seus aliados de ultradireita, civis e militares, contra o processo eleitoral e o resultado das urnas deve ser repudiado. É impostergável construir uma ampla unidade de ação contra o golpismo, em todos os níveis. Não podemos perder essa nova oportunidade. A extrema direita tem que ser enfrentada com a mobilização e a auto-organização. Vamos derrotar Bolsonaro e sua quadrilha. Eles não querem deixar o poder. Eles têm medo de ser presos. Lutemos para derrotá-lo e para que paguem seus crimes no lugar que merecem: a cadeia e o lixo da história.

E no seio da unidade de ação para derrotá-los, mantemos nosso programa e perfil. Estou entre os que defendem um programa anticapitalista e independente para ir à raiz dos problemas, com propostas concretas como a taxaço das grandes fortunas, enfrentamento ao sistema financeiro, revogaço das reformas antipovo, como o teto dos gastos, a reforma trabalhista e da previdência, reverter a política de preços da Petrobras e reforma agrária para baratear o custo dos combustíveis e dos alimentos. Seguiremos defendendo um programa feminista, antirracista e antiLGBTIfóbico. Unidade de ação não pressupõe anular as diferenças, mas potencializar as convergências em diversas lutas.

Não tenho dúvidas de que o movimento Direitos Já! foi um exemplo importante nos primeiros anos de governo Bolsonaro e será fundamental para a tarefa número 1 deste ano, que é derrotar Bolsonaro eleitoralmente. Precisaremos seguir na luta para derrotar o bolsonarismo. Novos pontos de unidade poderão ser forjados, novos marcos de atuação em defesa das liberdades democráticas conquistadas na Constituição de 1988. E lá estaremos para fazer essa construção!

# A TEMPESTADE PERFEITA

*Fernando Gabeira\**

O Brasil viveu sob o governo Bolsonaro um dos períodos mais devastadores de sua história. Como se não bastasse a visão destrutiva do presidente, tivemos uma pandemia e, finalmente, uma guerra na Ucrânia, que, embora distante, é uma guerra com graves consequências para a humanidade.

Bolsonaro chegou ao poder no bojo de um movimento que também existiu em outros países. Trata-se de uma corrente autoritária que não pretende mais impor sua tirania a partir dos tanques na rua, mas sim através de um bombardeio permanente das instituições.

É uma experiência que, apoiando-se na fragilidade da política tradicional, propõe enfeixar o poder nas mãos de um governo autoritário. Sua característica especial é o apoio de uma parcela da população, fenômeno bem descrito no livro de Yasha Monk, *O Povo Contra a Democracia*.

Durante muito tempo, Bolsonaro tentou quebrar a resistência de uma instituição que barrava seu caminho, porque é a guardiã da Constituição de 88.

Seus ataques ao STF chegaram ao auge da manifestação do 7 de setembro de 2020. A partir daí declinaram, mas não desapareceram. O objetivo não era apenas o de governar sem freios constitucionais,

---

\* Escritor, jornalista e ex-deputado federal pelo Rio de Janeiro (1998-2010). Nascido em 1941, é mineiro de Juiz de Fora e carioca por opção desde 1963. É pai de duas filhas: Tami e Maya.

mas também de se perpetuar no poder, através de um questionamento artificial da segurança das urnas eletrônicas.

Toda essa movimentação golpista foi pressentida pela sociedade na qual começou a se gestar uma ampla frente democrática cujo objetivo, apesar das diferenças políticas internas, era o de preservar o estado democrático de direito.

O ataque de Bolsonaro às instituições figurava apenas como uma dimensão de seu trabalho. Quando eleito, afirmou que a tarefa central era destruir. Foi uma espécie de linha geral de seu programa.

O processo de destruição foi intenso no campo ambiental. Estruturas de fiscalização foram desmontadas. multas por crimes ambientais foram reduzidas ao máximo. Desmatadores e garimpeiros, através da política do governo, foram estimulados a seguir o seu trabalho na floresta. O resultado disso é um nível de destruição recorde na Amazônia, uma tensão máxima nas comunidades indígenas e mesmo uma ameaça sem precedentes na nossa vida cotidiana com a liberação generalizada de agrotóxicos, alguns proibidos na Europa e nos Estados Unidos.

Outro setor devastado foi a cultura. Inspirado por intelectuais da extrema direita, Bolsonaro quis introduzir no Brasil o conceito de guerra cultural, a partir do próprio governo. Cessaram as medidas de incentivo à cultura, instalou-se um processo de perseguição contra artistas e o governo chegou a negar patrocínio a um festival de jazz, argumentando que a arte tinha de ser uma glorificação de Deus.

O Ministério da Educação praticamente foi dominado por ideólogos de direita e perdeu o contato com as necessidades do ensino no país.

Onde a tarefa destrutiva ficou mais visível à opinião pública foi na saúde. Bolsonaro, desde o início, negou a pandemia. Ela considerava que enfraqueceria a economia e poderia ameaçar seu propósito de reeleição.

Bolsonaro negou o vírus, negou as medidas necessárias de isolamento social, negou o número de mortes, negou a importância da vacina – enfim mergulhou num processo de negação que contribuiu para o número de 657 mil mortes no país, grande parte delas evitável.

Se existe outra dimensão onde o trabalho destrutivo de Bolsonaro foi longe é a da política internacional. Nunca o prestígio externo do Brasil caiu tanto. Bolsonaro ignorou, por limitação ideológica, as transfor-

mações na Argentina, Bolívia, Chile e Peru. Não bastasse o isolamento continental praticamente se isolou da Europa por não aceitar críticas à sua política ambiental. No caso dos Estados Unidos, então, apostou no candidato errado, Donald Trump e contestou a eleição de Joe Biden, sob a qual não pesou nenhuma restrição legal.

Terra arrasada, prestígio no chão, o processo de reconstruir o Brasil será difícil. Tudo indica que o povo entendeu e reprovou o governo Bolsonaro. Isto aumenta a esperança de que seja derrotado no segundo turno, tal o grau de rejeição que atrai nas pesquisas eleitorais.

Assim como foi difícil constituir uma frente democrática que, em alguns momentos, fizesse frente aos projetos autoritários de Bolsonaro, será muito difícil também governar o país depois dele.

O mesmo espírito de união que, em certos momentos, iluminou a sociedade brasileira precisa estar presente também no processo de reconstrução.

Muitos o veem apenas na superação de Bolsonaro. Acontece que a simples mudança de presidente, por mais promissora, não resolve.

É fundamental que não só haja boas escolhas para o Congresso. Além disso, será necessário avançar na cultura política brasileira, estimulando os eleitores a acompanhar os passos dos eleitos e a pressioná-los nos momentos decisivos.

Assim como no movimento pelas eleições diretas a união produziu energia para tocar o processo democrático ao longo dos anos, será preciso renovar as esperanças e carregar a energia para navegar no Brasil pós-Bolsonaro, tão complexo e fragilizado como o país pós-ditadura.



# A UNIVERSIDADE SITIADA

EM HOMENAGEM À MEMÓRIA DO  
PROFESSOR LUIZ CARLOS CANCELLIER  
DE OLIVO, EX-REITOR DA UFSC

*Flávia Cale\**

O negacionismo científico tem origem antiga, nas teorias religiosas que se contrapunham às teorias científicas – que buscavam explicar o desenvolvimento da vida e da natureza através das evidências – em favor das criacionistas. No primeiro quartel do século XXI, outros fatores se adensaram para formatar a atual versão institucionalizada do negacionismo científico no Brasil.

O primeiro é o fenômeno político reacionário caracterizado pela ascensão de movimentos de extrema-direita em todo o mundo, cujo objetivo comum é solapar o regime democrático e forçar o avanço de novas fronteiras do neoliberalismo. Por detrás da narrativa da racionalidade da escassez e da eficiência, utilizada para justificar reformas neoliberais draconianas, oculta-se a captura dos orçamentos públicos em favor da maximização dos lucros de oligopólios privados e rentistas,

---

\* Mestre pelo Programa de História Econômica (FFLCH-USP). Doutoranda pelo mesmo programa. Historiadora pelo Instituto de História (UFRJ). Presidenta da ANPG (2018-2022).

que, desde a crise internacional de 2008, dependem cada vez mais de projetos políticos autoritários para serem viabilizados. Bolsonaro é a representação desse processo no Brasil.

O segundo foi a generalização do método “lavajatista” na condução de atos, procedimentos e decisões por parte de integrantes da Polícia Federal, do Ministério Público Federal e do Poder Judiciário. O justo propósito do combate à corrupção foi corrompido por violações sistemáticas aos princípios basilares do Estado democrático de direito. Hoje, sabemos que o espetáculo midiático promovido pela “operação” Lavajato granjeou o apoio da opinião pública não apenas para dar legitimidade aos seus atos abusivos, mas também para projetar a imagem de procuradores, delegados e juízes ávidos por poder. Um dos subprodutos do lavajatismo também é o enfraquecimento da democracia.

O negacionismo científico, econômico e ambiental funciona como ideologia do desmonte das políticas de proteção ambiental, das instituições científicas que podem impulsionar o desenvolvimento econômico-social e a autonomia tecnológica do país e da manutenção das premissas econômicas ortodoxas e fiscalistas.

O êxito desse projeto antinacional e antipopular depende do enfraquecimento das entidades capazes de promover diagnósticos que evidenciem para a sociedade suas consequências. Sem elas fica mais difícil difundir o pensamento crítico. É nesse contexto que universidades e institutos de pesquisa viram alvos de setores autoritários do poder Executivo e parcela do Judiciário.

Um caso emblemático foi a chamada operação “Ouvidos Moucos”, em que a PF e o MPF acusaram professores e funcionários de desviar 80 milhões de reais de recursos públicos destinados a programas de ensino à distância na Universidade Federal de Santa Catarina. O então reitor, professor Luiz Carlos Cancellier de Olivo, foi responsabilizado por atos praticados anteriormente ao início de sua gestão e foi preso temporariamente. A investigação e a operação “Ouvidos Moucos” seguiram o modus operandi lavajatista.

Seu processo foi marcado por sucessivas ilegalidades. A começar pela acusação, repercutida de forma teatralizada pela imprensa nacional, em que a PF e o MPF divulgaram o caso como desvio de R\$ 80 milhões,

quando metade desse valor (40 milhões) tinha sido executado pela CA-PES. Portanto, o valor a ser investigado era bem menor.

Sua prisão temporária foi ilegal, dada a ausência de fundamentos. Foi algemado e teve os pés acorrentados. Seu direito de ser acomodado em sala de Estado Maior não foi respeitado, nem o relaxamento da prisão após manifestar disposição em contribuir com as investigações em seu depoimento. Teve negado acesso aos medicamentos para controle de pressão que tomava. É importante que se diga que a delegada do caso, Érika Marena, atuou no início da operação Lava Jato e é suspeita de ter forjado depoimentos para direcionar o rumo das investigações.

Diante de tantos episódios de constrangimento e injustiças, o professor Cancellier tirou a própria vida. Em bilhete encontrado em seu bolso estava escrito: “A minha morte foi decretada quando fui banido da universidade!”. O Estado Brasileiro tirou sua vida.

O modelo de operação lavajatista se deu em outras universidades do país, a exemplo da condução coercitiva de dirigentes da UFMG, em 2017, para prestarem depoimentos sobre investigações relativas à construção do Memorial da Anistia no Brasil.

Nos marcos do governo Bolsonaro, as investidas contra as instituições de ensino e científicas estão nas dimensões estruturais, já que o orçamento da ciência e tecnologia chegou ao menor patamar deste século, mas nos deteremos no aspecto democrático. São 15 as universidades que tiveram seus reitores eleitos pela comunidade e não empossados por determinação do governo federal: UFSCar, UFFS, UFPI, UFES, UFGD, UFTM, UFVJM, UNIFEI, Unifesspa, UFPel, UFRRJ, UFERSA, UFRGS, UFPB e UFCG.

O INPE sofreu intervenção. O professor Ricardo Galvão foi afastado da presidência do órgão, mesmo com mandato em curso, por divergências do presidente da República sobre a publicação de dados relativos ao aumento do desmatamento no Brasil, em nítida retaliação política aos conhecimentos científicos produzidos pela instituição.

O mesmo ocorreu com IBGE, cujas metodologias utilizadas na publicação de dados sobre desemprego no Brasil foram questionadas pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes. Além da forte pressão exercida sobre a diretoria do órgão pela revisão dos dados, sucedeu-se um grande

cutte orçamentário que inviabilizou a realização do Censo no ano de 2020.

Igualmente a Fiocruz teve suas pesquisas descredibilizadas e foi alvo de ataques da rede bolsonarista ao longo do enfrentamento à pandemia da Covid-19. Os esforços para assegurar a vacinação da população e garantir protocolos sanitários que diminuíssem a circulação do vírus foi deliberadamente boicotada pelo alto comando do governo federal, conforme aponta relatório da CPI da pandemia conduzida pelo Senado.

A política genocida do governo foi denunciada por muitas instituições. Mas alguns estudos contribuíram para evidenciá-las através do método científico e foram perseguidas. Foi o caso do Professor Pedro Hallal, cujas pesquisas concluíram que o Brasil teve 4 vezes mais óbitos por COVID-19 do que o verificado na média mundial. Concluiu também que cor da pele e etnia tiveram impactos sobre o maior alcance do vírus. Sua pesquisa sofreu censura e teve o financiamento interrompido.

A liberdade acadêmica e o ambiente propício ao desenvolvimento do conhecimento são absolutamente fundamentais para que a ciência possa florescer e, hoje, estão seriamente comprometidos. O Estado precisará reconhecer e reparar todas essas violências para reverter o medo, a perseguição à atividade científica e aos pesquisadores e a criminalização das suas instituições.

# CUIDAR DA AMAZÔNIA, CUIDAR DO BRASIL

*Flávio Dino\**

A Amazônia Legal corresponde a 60% do território brasileiro. A região é feita de florestas, rios, fauna única, riqueza ambiental incalculável, para o Brasil e para o planeta. Mas a Amazônia também é feita de pessoas. Trinta milhões delas, distribuídas em pequenas comunidades, cidades de médio porte e metrópoles, que muitas vezes possuem baixíssimos indicadores sociais.

Em contraste com tantos desafios, a Amazônia é uma oportunidade para o desenvolvimento nacional. Reúne recursos estratégicos necessários para ser uma das áreas de maior produção de riquezas do mundo, desde que haja planejamento. O futuro do Brasil está atrelado ao futuro que se constrói para a Amazônia, tanto no que diz respeito ao cuidado com as pessoas quanto ao uso que se pretende dar aos seus recursos singulares.

Há décadas o avanço do desmatamento ilegal na Amazônia preocupa ambientalistas e líderes governamentais no mundo todo, por conta dos impactos que pode gerar no controle da emissão de gases de efeito estufa. É uma exposição negativa do Brasil no exterior que se repete a

---

\* Formado em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), onde é professor de Direito Constitucional desde 1993. Foi juiz federal (1994 a 2006), deputado federal (2007 a 2011), governador do Maranhão (2015 a 2022) e presidente do Consórcio Amazônia Legal (2021 a 2022).

cada ano, gerando consequências graves no plano político. É um enorme erro assistir a essa destruição de braços cruzados e até estimulá-la, como alguns segmentos irresponsáveis fazem.

Para enfrentar tão grave situação, o Consórcio de Governadores da Amazônia Legal (CAL) apresentou no último ano o Plano de Recuperação Verde (PRV). A iniciativa conquistou o consenso entre os governadores da região, que têm realidades muito particulares em seus estados. Das discussões e dos estudos liderados pela economista Laura Carvalho, da Universidade de São Paulo, nasceu o plano com quatro eixos: 1) Freio ao desmatamento ilegal, com ações de fortalecimento dos programas de pagamento por serviços ambientais e de restauração da Floresta Amazônica; 2) Desenvolvimento produtivo sustentável, que foca na geração de renda para famílias agricultoras, alavancagem de bioprodutos e incentivo ao turismo verde; 3) Tecnologia verde e capacitação, que visa ao fomento a programas de inovação, complexo econômico industrial de saúde e apoio a fundações de amparo à pesquisa; 4) Infraestrutura verde, com promoção de inclusão digital e conectividade. A ideia central é que não bastam somente as ações emergenciais ou repressivas. É preciso pensar no futuro de uma economia verde, que é essencial não só para a Amazônia, mas sim para todo o país.

No âmbito do PRV, a avaliação de projetos leva em conta o impacto ambiental e socioeconômico em cada estado. As iniciativas visam a que as 30 milhões de pessoas da região amazônica tenham possibilidades de trabalho e renda, com sustentabilidade ambiental. Cada estado elaborou sua carteira de projetos, e existem também os projetos de interesse comum a toda a região, por exemplo, integração nas ações de segurança pública, comando e controle.

Quando não se tem perspectiva econômica adequada para uma região como a Amazônia, proliferam as atividades criminosas. Práticas, inclusive, que vêm sendo facilitadas na atual gestão federal, com incentivo a garimpos ilegais e desmatamento descontrolado.

O PRV prevê ações de curto, médio e longo prazos, capazes de dar respostas concretas, a um só tempo, à preservação da biodiversidade e à geração de oportunidades econômicas na região. A agenda de curto prazo almeja, como prioridade máxima, o descongelamento de R\$ 2 bi-

lhões do Fundo Amazônia. O abandono do Fundo Amazônia é uma vil sabotagem em razão de desvarios na esfera federal, sobejamente conhecidos. É um preço altíssimo para o Brasil a imagem de vilão ambiental, em nível mundial. Não podemos aceitar que tal imagem se consolide. A retomada do Fundo Amazônia seria um sinal muito positivo. A propósito, além dos diálogos institucionais, tentamos também a via judicial mediante ação que aguarda apreciação pelo STF.

Nas questões de médio e longo prazos, os estados da Amazônia Legal se comprometeram com iniciativas destinadas ao fortalecimento de uma economia verde. Estamos objetivando a forte efetivação do pagamento por serviços ambientais, inclusive com a captação de dinheiro no exterior. Quem preserva a floresta em pé, deve ser remunerado por isso, abrangendo povos indígenas, comunidades quilombolas etc. Hoje os incentivos vão em sentido contrário.

Outro ponto relevante é a integração dos bioprodutos da Amazônia nas cadeias globais. Soja e minério se beneficiam enormemente do mercado internacional. É preciso fazer o mesmo com castanhas, pescados, açaí, além de desenvolver na região um complexo industrial da saúde. Ao mesmo tempo, os estados da Amazônia necessitam de uma infraestrutura adequada para o ecoturismo, a exemplo do que se fez na Região Nordeste com o segmento “sol e praia”, resultando em ganhos expressivos de emprego e renda. Esta infraestrutura abrange conexões aéreas viáveis, a preços justos.

Para fazer a transição rumo à economia verde, os estados da Amazônia Legal buscaram apoio de organizações globais como a Aliança Leaf. É dessa coalizão (Estados Unidos, Noruega, Reino Unido e empresas privadas) que pleiteamos um aporte de R\$ 89 milhões para que os estados da Amazônia se preparem institucionalmente para o funcionamento, com a máxima eficiência, de sistemas jurisdicionais de REDD+. Tenho muita confiança de que, com o fim do ciclo de trevas na política brasileira, avançará o acordo que fizemos com a Leaf, hoje dependendo de uma Carta-Anuência do Governo Federal.

O mecanismo REDD+ nasceu com a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima para recompensar os resultados de redução de emissões de gases de efeito estufa derivados do desmatamento

e da degradação florestal. Esses pagamentos por resultados, previstos no Marco de Varsóvia para REDD+, são decisivos para o futuro da Amazônia e para a segurança climática do planeta.

Mudar a realidade econômica e social da Amazônia deve ser uma meta central de um novo projeto nacional de desenvolvimento. Todos nós vimos o que ocorre quando uma pandemia como a Covid-19 atinge uma região carente de serviços e recursos. O choque trazido pelo coronavírus sublinhou desigualdades regionais, agravou a situação econômica e deixou marcas profundas de insegurança alimentar em nossa população.

Sem políticas públicas efetivas, a Amazônia corre o risco de chegar a níveis irreversíveis de devastação. A revista *Nature* mostrou que a floresta amazônica já emite mais gás carbônico do que absorve. Não é hora apenas de retórica, nem de paralisia derivada de preconceitos e desconfianças. A soberania nacional sobre a Amazônia Brasileira é indeclinável. Mas isso não exclui, ao contrário, exige, a busca de ampla cooperação com outros governos, entidades e empresas para que o Brasil seja um dos principais garantidores de um mundo com bem viver para as atuais e futuras gerações. E que sejamos reconhecidos e beneficiados por este papel global.

Teremos, daqui a alguns meses, eleições presidenciais, parlamentares e estaduais, momento propício para que façamos escolhas comprometidas com a economia verde, especialmente na Amazônia, diferentemente dos ecocidas atualmente no poder.

Sonhamos também que, neste futuro próximo, o Brasil volte a contribuir com um espírito mundial fundado no diálogo e na cooperação, sem a imposição de vontades e de ganhos das nações mais fortes sobre as mais fracas. Quando olhamos para indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pessoas nas periferias das grandes cidades da nossa região, sabemos que o atendimento das suas necessidades é vital para que haja paz na Amazônia e no Brasil. E esta paz é muito importante para a paz mundial. Que será verde, ou não será paz verdadeira.

## O QUE NOS TROUXE A ESSE PONTO?

*Floriano Pesaro\**

Honrado em fazer parte desse seleto grupo de intelectuais, políticos e personalidades relevantes do conjunto social, busco nas próximas páginas refletir com os leitores desta publicação as causas que levaram ao estado atual de deterioração na representação política nacional e na construção das políticas públicas brasileiras com foco num caminho que aponte uma futura mudança no estado de coisas.

Faço essas observações como cidadão e homem público cujos últimos 30 anos foram dedicados à coisa pública, à construção de políticas públicas – em especial nas áreas da Educação (FIES e Bolsa Escola) e da Assistência Social (Ação Família). Sempre vi na política uma das atividades mais enobrecedoras que um cidadão pode desenvolver.

Estive sempre sob auspícios de líderes inspiradores que, igualmente, dedicaram suas vidas ao bem público e abriram mão de luxos por uma vida modesta: Fernando Henrique Cardoso, Ruth Cardoso, Paulo Renato, Geraldo Alckmin e José Serra são alguns desses nomes que, na minha trajetória política, me ensinaram o impacto positivo, ou negativo, que

---

\* Sociólogo formado pela USP e pós-graduado em Governabilidade e Gestão Pública pela FGV-SP. Servidor público há mais de 25 anos, assumiu em 2005 o cargo de secretário municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo. Eleito em 2008, reeleito em 2012, exerceu o mandato de vereador em São Paulo. Já em 2014, foi eleito deputado federal por São Paulo, tendo sido, entre 2015 e 2018, secretário estadual do Desenvolvimento Social de São Paulo.

um governante ou parlamentar podem ter sobre a vida das pessoas e sobre os rumos de um país.

São as consequências desse potencial que estamos vivendo hoje. As redes sociais e a *internet* nos franquearam um imediatismo nunca antes visto que se transportou dos computadores para as relações de trabalho chegando até a política. Não se admite mais tempo para que uma ideia ou uma figura política seja maturada. Tudo é para ontem e, com isso, perdem-se os fundamentais processos de reflexão e consulta democrática.

Política pública feita com seriedade é construída a partir de amplos debates com escuta e diálogo, principalmente, com aqueles que serão beneficiados. É claro que isso não significa que o debate deve perder-se em si mesmo. Para tal, é fundamental que se tenham gestores públicos experientes que possam canalizar as ideias para o devido processo legal de criação da política, que passa também pelos parlamentares no Congresso Nacional.

Foi assim com o Sistema Único de Assistência Social, o nosso SUAS. Hoje de importância fundamental para a organização da política de Assistência Social em todo o território nacional, o SUAS nasceu da necessidade de evoluir a prática da Assistência Social da benemerência praticada até então para a altivez de uma política pública promotora da autonomia individual e comunitária, que busca garantir, universalmente, os direitos dos cidadãos.

Esse esforço, que começou no Congresso Nacional com a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993), não rendeu, certamente, uma centena de milhares de “likes” em redes sociais e nem atendeu às exigências de tempo da internet, mas conseguiu construir, aos moldes do SUS, uma das mais importantes e organizadas redes de atendimento à população vulnerável de todo o mundo com serviços tipificados e profissionalizados marcando uma quebra com a prática centenária do assistencialismo.

No entanto, a cara e o caro leitores, podem nesse momento pensar: “que bom, mas o estado de coisas social no Brasil está longe do ideal. Veja quantas pessoas morando nas ruas”. É verdade que essa situação é parte importante da negação da política – e principalmente – da ausência da boa política que vemos hoje.

Há um ditado popular que exemplifica o que muitos têm pensado da política institucional nos últimos anos: “não jogue o bebê fora com a água do banho”. Em todo o mundo ocidental, ao menos no seio das grandes democracias liberais, está se espalhando a percepção de que eleições livres com parlamentos atuantes, também livremente, judiciário com independência e executivos sob o controle social não estão entregando a prosperidade – e até o senso de justiça – que muitos almejavam.

O modelo ocidental de democracia liberal promoveu, do ponto de vista do desenvolvimento humano, uma revolução, seja nas relações sociais, na organização da vida em sociedade e na garantia dos Direitos Humanos – como dispõe a Declaração Universal de 1948.

No entanto, apesar do potencial revolucionário da democracia e do sistema de garantia de direitos – Executivo, Legislativo e Judiciário independentes – seja no Brasil, nos EUA ou na Europa, a desigualdade socioeconômica é uma chaga que não foi vencida e que é cruel, cada país em sua medida, com os mais pobres e particularmente incômoda para a grande massa das classes médias – em especial, aquelas que veem seu poder de compra reduzido, mas enxergam o Estado Nacional apenas como coletor de impostos.

Essa sensação de descontentamento se reflete na negação da política e aduba um fértil terreno para discursos populistas que buscam energizar justamente a parcela da população que se vê excluída dos benefícios da democracia social – até porque boa parte deles já foi naturalizada – e não se vê incluída no desenvolvimento econômico ou amparada pelas políticas públicas do Estado.

Esse caldo que – relembrando – começa com o imediatismo das redes sociais e passa pela inabilidade e falta de lastro histórico, político e técnico de novos representantes políticos encontra uma parcela relevante da população descontente e com a sensação de ser preterida numa organização política que mais lhe tira do que proporciona.

As discussões públicas, então, passam a ser medidas por baixo. Há um empobrecimento geral das ideias que mata de inanição o nascer de novas políticas públicas que seriam adequadas, justamente, a fim de corrigir essa falha sistêmica na organização da democracia liberal, como ela é conhecida hoje.

A desigualdade social, na minha visão como gestor público e parlamentar municipal e federal, é o veneno da democracia e a porta de entrada para o populismo autoritário, pela qual, o Brasil e os EUA já, tristemente, atravessaram. Não se avançará numa sociedade mais justa, humana e solidária sem tratar dessa verdadeira chaga.

No Brasil, a tremenda desigualdade entre os mais ricos e os mais pobres que achata e, também corrói, os sonhos e planos de uma classe média que se vê cada vez mais tolhida – e envenenada com *fake news* que ajudam a distorcer a noção de realidade – levou à eleição democrática de um governo autoritário que nega a ciência, a razão e, em última instância, a humanidade, como visto na crise da Covid-19.

Nos EUA não foi diferente com a eleição de Donald Trump, a primeira representação de alcance internacional de um candidato “antissistema” depois da queda do fascismo na Europa. Aliás, não é de se estranhar a conjunção chamativa de semelhanças entre esses novos governos autoritários e a ascensão dos líderes fascistas do século XX. O desalento e a desesperança no Estado e na democracia levaram, justamente, a tornar férteis as terras de onde eles outrora brotaram.

No entanto, no sentido de dar esperança à cara leitora e ao caro leitor, vejo o Fórum Direitos Já!, coordenado hoje pelo líder político e sociólogo, Fernando Guimarães, como uma dessas movimentações fundamentais de amplos setores da sociedade civil no sentido de promover um chamado à racionalidade.

Peço licença para, novamente, trazer aqui o ditado popular: não joguemos “o bebê fora com a água do banho”. Indubitavelmente, a população tem suas razões de estar desesperançada com os políticos e as instituições. No entanto, o fascismo e o autoritarismo, adubados pelo populismo, nunca levaram ao desenvolvimento e ao alcance da paz e da prosperidade que ocupam o desejo de país dessas pessoas.

É preciso que cada vez mais os democratas do Brasil, dos EUA, da Europa e de todo o mundo se unam – todos juntos – para responder aos desafios dos tempos atuais – na velocidade que estes tempos demandam – sob os auspícios democráticos e institucionais. Não há solução fora da Constituição da República, não há caminho que não se inicie na urna eletrônica. Os anseios do Brasil serão respondidos pelos brasileiros com base na ciência, no rigor técnico, na democracia e no diálogo.

# REFLEXÕES DEMOCRÁTICAS E A EQUIDADE

*Frei David\**

Queremos, enquanto afro-brasileiros, recolocar o Brasil no caminho da reconstrução democrática. Esse é um imperativo de todo povo brasileiro quando aprovou a Constituição de 1988.

Temos muitas dívidas de ontem e de hoje com o povo do Brasil. Há uma dívida que precisa ser paga imediatamente. E essa dívida é, especificamente, com o povo afro-brasileiro. Ou se paga essa dívida através de políticas públicas ou seremos obrigados a reparar financeiramente os brasileiros descendentes de escravizados, tal como ocorreu aos judeus vitimados pelo holocausto na Alemanha. Vamos pensar nessa possibilidade?

Todos nós sabemos o quanto o racismo está presente no cotidiano. Está no sistema que manipula a consciência do policial que executa um jovem negro. Nos meios de comunicação, que naturalizam a conotação negativa a tudo que se relaciona com os negros. Na formação universitária, que tem apenas 2% dos docentes negros. Vamos mudar essa realidade?

Os dias são difíceis, é verdade. O atual grupo que está no poder federal está corroendo as conquistas dos pobres, dos indígenas, dos

---

\* Teólogo, filósofo e diretor executivo da Educafro Brasil. Em 2021, foi escolhido para compor o Observatório Nacional de Direitos Humanos do Conselho Nacional de Direitos Humanos.

quilombolas e dos afro-brasileiros. Muito mais do que outrora. Lutamos para manter poucos avanços conquistados após muitas lutas nas últimas décadas. E ainda falta um caminho longo para acordar os não afros, tão habituados a ver a sociedade funcionar em função deles. Não queremos, com isso, ser superiores aos brancos. Queremos só a igualdade. Passa por reconhecimento e devolução de direitos.

Um desses espaços de luta é, naturalmente, o acesso à universidade. A construção de políticas públicas antirracistas no Brasil, insere-se num contexto de lutas que paulatinamente fazem com que as desigualdades raciais se tornem um desafio para o Estado. Nesse contexto, nas últimas décadas, leis foram produzidas, políticas de promoção da igualdade foram criadas e o Supremo Tribunal Federal legitimou esse processo, garantindo a constitucionalidade das políticas de ações afirmativas. Ainda assim, mesmo com o acesso, temos alguns números perversos. Antes da pandemia, de cada 100 jovens negros que entraram nas universidades federais através das cotas, estimamos que 30 já haviam abandonado seus estudos. Com a pandemia, esse número chegou nas alturas! São jovens, homens e mulheres, que retornam humilhados para suas periferias do Brasil. Voltam às favelas, para seus bairros muito pobres. Retornam tristes por terem conseguido as vagas, mas o governo federal cortou as bolsas moradia e bolsas alimentação.

Eu denuncio aqui os irmãos do Governo Federal. Denuncio o presidente da República, os últimos ministros da educação e outros que planejaram esse desmonte. Todos eles estão desmontando os sonhos dos nossos jovens de concluírem suas universidades federais. Quem vai pagar por isso?

Por conta disso, a Educafro Brasil ajuizou uma ação civil pública contra a União, em 2019, devido ao descumprimento do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), criado em 2008. Essa ação está nas mãos do ministro Alexandre de Moraes e temos boas expectativas de que a justiça atenda as demandas da população afro-brasileira.

Cabe ao PNAES garantir moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico através de critérios que considerem o perfil socioeconômico dos alunos/as. Os trabalhos desenvolvidos na última década lograram aumentar os

índices de jovens afros e os de baixa renda em universidades federais. O MEC reconheceu esses dados, declarando que 42,9% das vagas em universidades federais são reservadas para a Lei de Cotas. No entanto, o pleno acesso à educação não se exaure com o ingresso nas instituições de ensino superior. É preciso assegurar que o aluno terá condições para se manter durante a graduação e, por consequência, para concluir o curso e obter o diploma em curso superior.

### GENOCÍDIO SIMBÓLICO

Um outro marco histórico na luta por justiça e por reparação foi a CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito – que investigou casos de violência contra juventude negra, em 2015. Naquela CPI – nós comunidade afro-brasileira – apresentamos diversas propostas de Lei e encaminhamentos, como a criação de um Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídio de Jovens e a aprovação do Projeto de Lei 4471/12, que acabava com o chamado auto de resistência, o registro em que policiais justificam mortes ou ferimentos durante prisões ou perseguições de pessoas suspeitas (quer dizer negras..).

O texto final da CPI considerou ainda a existência do chamado genocídio simbólico contra jovens negros no país. A CPI, por algum momento, colocou o dedo em uma ferida aberta e imensa. Um machucado que o Brasil se recusa a tratar. Iluminou o fato de que o racismo institucionalizado é o grande causador da matança de jovens negros.

Não se pode perder de vista que o aparato estatal encarregado da segurança pública é composto por mandatários brancos que pautam as suas condutas pela manutenção da ordem pública. E o conceito de ordem pública repousa na manutenção da cultura e das regras sociais que historicamente alijaram os negros de uma posição de dignidade no concerto social.

Apesar de toda mobilização. Tudo que foi encaminhado à CPI foi engavetado. Nós consideramos que os deputados e senadores foram injustos e desonestos com o povo brasileiro, em especial com a comunidade

afro, ao gastar uma fortuna de tempo e dinheiro público com a comissão e depois engavetaram as conclusões que eles mesmos aprovaram.

Além do genocídio, dos assassinatos, o povo afro é submetido, ainda, à tortura. Como diz a música, “Todo camburão tem um pouco de navio negreiro”. O sistema prisional passou, de maneira oficial, a ser uma forma de encarceramento e tortura da população afro. Tortura por desmontar todos os mecanismos de combate à tortura e não respeitar a dignidade humana. Nós queremos que todos aqueles que erram (brancos e afros) sejam presos, mas queremos que sejam respeitados como pessoa humana e não tratados como se bichos fossem. O racismo estrutural leva o policial e todo o sistema público brasileiro a humilhar a população afro.

Porém o plano do atual governo federal é extremamente cruel. Temos o comitê nacional de prevenção e combate à tortura, responsável por monitorar violações de direitos humanos, e que foi desmontado e está inativo, com novos membros eleitos não empossados. O presidente havia suspenso a remuneração aos peritos através de um decreto, que acabou sendo derrubado por uma ação proposta pela sociedade civil. Agora a estratégia é demorar para empossar os nomes eleitos, o que fragiliza a prevenção e combate à tortura. Em outras palavras, esse governo é radicalmente contra os pobres e a favor da tortura, da milícia e a tudo o mais que Jesus Cristo condena. É impossível ser verdadeiramente cristão tendo essas atitudes. O que nos preocupa é que muitas pessoas estão sendo levadas pelo falso discurso cristão do atual governo.

Por tudo isso, entendemos que mobilizar o poder judiciário é uma estratégia importante na luta antirracista e por dignidade para o povo afro-brasileiro. Recentemente ingressamos com uma ação contra a rede social LinkedIn, por danos coletivos por excluir anúncios de vagas exclusivas ou prioritárias a pessoas negras e indígenas. A iniciativa privada precisa assumir seu papel na construção da equidade.

A Educafro Brasil também encaminhou uma carta denúncia para a Bolsa de Valores de São Paulo, a B3, uma das mais influentes da América Latina, cobrando ações afirmativas e regulamentações que colaborem para que o Brasil tenha a população negra e feminina ocupando cargos de liderança. Isso já tem dois anos. O que fez a B3 neste período de

concreto para devolver os direitos do povo afro? A B3, como principal entidade administradora do mercado de capitais e no exercício de sua função autorreguladora, é indiferente, omissa e negligente com a equidade racial, especialmente no que tange os regramentos de boas práticas de governança corporativa (ESG), como cobrar das maiores empresas no Brasil cumprir essas práticas para só depois ter o direito de negociar na bolsa de valores, a exemplo da bolsa dos EUA.

A luta antirracista é travada em muitas frentes. Ela, porém, nasce de um sentimento que aprendemos através da fé em Deus refletida na fé no ser humano. Todos somos irmãos e dignos da mesma maneira. O racismo estrutural é uma perversão da qual nunca nos conformaremos. É preciso reparação já. Lutaremos, todos os dias, para que não exista mais diferença nem entre brancos e negros. Nem entre homens e mulheres. Porque todos nós somos um na força maior que rege o cosmo.



# A UNIÃO DOS DEMOCRATAS É URGENTE

*Geraldo Alckmin\**

Vivemos hoje no mundo um processo de regressão democrática, onde, de acordo com levantamento da revista *The Economist*, houve a maior retração no número de regimes democráticos em 12 anos – apenas 75 democracias num universo de 167 países. Olhando com lupa o levantamento *Democracy Index*, publicado em fevereiro deste ano, vemos que a quantidade de países plenamente democráticos é a menor da série histórica: apenas 22 nações se caracterizam assim.<sup>1</sup>

No Brasil, o cenário não é diferente: de acordo com levantamento da Universidade de Gotemburgo, na Suécia, nosso país foi o quarto que mais se afastou dos valores democráticos<sup>2</sup>. Exemplos disso, infelizmente, vemos todos os dias: ataques à Suprema Corte, ao sistema eleitoral, às urnas eletrônicas – que elegeram há tantos anos aqueles que as colocam

---

\* Eleito vice-presidente da República, médico e professor. É filiado ao PSB. Foi deputado estadual e governador do Estado de São Paulo de 2001 a 2006 e de 2011 a 2018.

1 “Democracy Index 2021: the China challenge”. EIU – The Economist Group. Disponível em: <https://www.eiu.com/n/campaigns/democracy-index-2021/>. Consultado em 21 de junho de 2022.

2 Nazifa Alizada, Rowan Cole, Lisa Gastaldi, Sandra Grahn, Sebastian Hellmeier, Palina Kolvani, Jean Lachapelle, Anna Lührmann, Seraphine F. Maerz, Shreeya Pillai, and Staffan I. Lindberg. 2021. Autocratization Turns Viral. Democracy Report 2021. University of Gothenburg: V-Dem Institute. Disponível em: [https://www.v-dem.net/static/website/files/dr/dr\\_2021.pdf](https://www.v-dem.net/static/website/files/dr/dr_2021.pdf). Consultado em 21 de junho de 2022.

em suspeição, à questão indígena, à proteção das nossas florestas, à ciência, ao conhecimento e aos direitos humanos.

Acima de toda e qualquer diferença entre nós, há que estar o compartilhamento dos preceitos democráticos e o respeito às instituições republicanas definidas na Constituição Federal de 1988, a Constituição Cidadã.

Preservar a democracia é garantir o direito ao contraditório, inclusive se for contrário à ideologia política do momento, sem que lhe sejam tolhidos direitos ou a segurança. Liberdade democrática não pode fazer guarida para golpismos e ataques contra a própria democracia, uma vez que é respaldada na garantia de direitos individuais e coletivos.

As diferenças nos mais diversos campos se deram, em todo o período democrático brasileiro recente, com base no respeito à pessoa humana e às instituições, mas isso tem mudado e causado preocupação. É bom que deixemos claro: não há desenvolvimento econômico – seja ele agrário, industrial ou de serviços – sem um ambiente democrático. O mundo de hoje não aceitaria um revés institucional da monta que se ameaça no Brasil e todos, sem exceção, sairiam perdendo.

Estamos hoje, juntos no *Direitos Já!*, que organiza esta fundamental publicação, movimentos e partidos políticos dos mais diversos matizes ideológicos e programáticos, mas todos calcados no vértice republicano do respeito à democracia brasileira.

Essa união é urgente quando nos deparamos com um cenário social desolador: em 2014, o Brasil deixou oficialmente o mapa da fome, no que acreditávamos ter sido uma conquista histórica para um lugar onde jamais voltaríamos. Infelizmente, voltamos e amargamos mais de 33 milhões de pessoas com insegurança alimentar grave hoje no país.<sup>3</sup>

A urgência da união dos democratas pelo Brasil também se mostra numa análise dedicada sobre os principais índices das políticas públicas

---

3 REDE PENSSAN Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil. Rio de Janeiro: Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, 2022. Disponível em [Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf](#) (olheparaafome.com.br). Consultado em 21 de junho de 2022.

brasileiras: consumo das famílias, PIB, evasão escolar, nível de pobreza, produção industrial, desmatamento, inflação e fome. Em todas essas áreas o Brasil regrediu pelo menos 7 anos, no caso da produção nacional de valor, e 30 anos, no caso da fome. Há 30 anos, não tinha tanta gente passando fome nas ruas desse país já duramente marcado pela desigualdade social histórica.

É tempo de mudança e de união de todas as forças democráticas imbuídas do espírito da Nova República. E governar o Brasil após o desastre civilizatório – permeado de tamanhos retrocessos – se resume em dois aspectos.

Primeiro, é preciso recuperar a institucionalidade e interromper a fragilização dos órgãos de fiscalização e controle do país, como o IBA-MA, o ICMBio e a Funai, mas também dar fim ao processo de “cupinização” dos órgãos de Estado por meio de nomeações e decretos que objetivam executar a “contra política pública”, como vimos no Ministério da Saúde, durante a pandemia. É tarefa urgente retomar o respeito à democracia por meio do retorno da racionalidade no trato da coisa pública. É preciso que o mundo veja o Brasil como um país sério e racional, onde se possa investir, gerar emprego e renda para a população viver bem sem o fantasma da miséria.

Mas é preciso ir além e, por isso, sabemos que o outro aspecto é a inovação nas políticas públicas: num mundo em transformação é preciso reconhecer o mercado de trabalho de outras formas, compreendendo que nem todos terão emprego formal, mas precisarão gerar renda para suas famílias. O empreendedorismo perpassa a necessidade de um olhar especial ao desenvolvimento regional, às potencialidades de cada estado brasileiro.

Da mesma forma, é preciso atacar a desigualdade brasileira – uma chaga nacional que nos envergonha, nos divide e nos rouba sonhos de uma vida melhor. Precisamos mudar a estrutura tributária de modo a simplificá-la e garantir que os pobres serão menos tributados que os ricos, e não o contrário, como acontece hoje num trágico “*Robin Hood às avessas*”.

Não obstante é fundamental abordarmos o desenvolvimento econômico e a inserção internacional do Brasil a partir de um viés de respeito

ao meio ambiente e proteção dos nossos biomas. Não há no Brasil risco maior à soberania, do que as atividades ilegais e criminosas tomando conta livremente da nossa Amazônia ao arripio da Lei e da Constituição Federal. É preciso restabelecermos nossa economia com base em termos sustentáveis, porque é isso que o mundo pede hoje e é isso que vai garantir nossa sobrevivência humana.

Parabenizo aqui o movimento *Direitos Já!*, porque este não trata de priorização de projetos políticos, mas da união de democratas em torno da garantia da alternância de poder e da higidez das instituições democráticas.

# AS MULHERES, A DEMOCRACIA E A RECONSTRUÇÃO NACIONAL

*Gláucia Morelli\**

As mulheres precisam da democracia para avançar na luta pela emancipação das barreiras que impedem a nossa participação plena e justa na sociedade. A democracia é essencial para garantir os espaços onde nossa voz possa ecoar firme e decidida pelos direitos que ainda não alcançamos e retomar os que perdemos. E faltam muitos! Desde os direitos sociais elementares como viver sem a dor aguda de ver um filho ter fome e não ter como alimentá-lo até a presença na política com maior equidade e no trabalho com salários iguais para o mesmo trabalho.

Estamos devastadas pela perda de quase 700 mil vidas na pandemia da Covid-19, pela carestia dos preços dos alimentos, dos serviços de luz, água, combustíveis, gás de cozinha e aluguéis. A alta do custo de vida somada ao desemprego, subemprego e sucateamento dos serviços públicos coloca o Brasil na inaceitável condição de um dos países onde a voracidade da economia neoliberal por lucros maiores produziu miséria, abandono e violência sem limites. Às mulheres sobra manter a cabeça erguida, a indignação latente e a disposição crescente para lutar por mudanças e em defesa da democracia tão atacada nestes anos de desgoverno Bolsonaro.

---

\* Militante política desde 1977, é presidenta da Confederação das Mulheres do Brasil, membro do Comitê de Direção da Federação Democrática Internacional de Mulheres, vice-presidente da UBM e membro do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Em 2021, na pandemia perdemos 1488 mulheres grávidas, quase 118% a mais que em 2020 (453). Em 2022, alcançamos 1988 grávidas mortas. Faltou vacina, vaga em UTI, acesso a oxigênio e sobrou descaso. A maioria dessas mães deixaram filhos ou não puderam criar seu primeiro filho. Era negra e vivia na pobreza assim como os atuais 61 milhões de brasileiros e os 19,3 milhões na extrema pobreza.

Um governo comprometido em reconstruir o Brasil com base no Nacional Desenvolvimento jamais permitiria tal barbárie. Precisamos nos mobilizar e unir a Nação para conquistar esse novo governo em 2022. A emancipação das mulheres avançará e será consistente com a conquista de um Brasil livre da dependência econômica, social e política e que construa e defenda a soberania para desenvolver a enorme capacidade de trabalho de seu povo, em especial das mulheres.

Nós mulheres, sabemos que sem emancipar o Brasil não seremos emancipadas. Desde já lutamos contra os preconceitos e discriminações pois é preciso construir o novo dentro do velho. Nós, da Confederação das Mulheres do Brasil, integramos orgulhosamente o Fórum Direitos Já!, porque nele essa sede de libertação e de transformações das brasileiras é acolhida e, amplitude e união são a força do povo contra o autoritarismo que exclui, violenta e explora. Saudamos a unidade construída no Direitos Já! Sabemos que este empenho honra a luta por liberdade e soberania nacional.

A inconfidente Bárbara Heliodora; a grande Aqualtune, avó de Zumbi; Luísa Mahin dos Malês; Bárbara de Alencar, fazendeira e comerciante pernambucana, que lutou pela República, avó de José de Alencar e primeira presa política do Brasil, com três anos de trabalho forçado; Therezinha Zerbini, mulher de general e fundadora do Movimento Feminino pela Anistia, que levantou o Brasil durante a Ditadura Militar: todas estão honradas com a unidade que estamos construindo.

Lembro dessas mulheres porque nós, do movimento de mulheres, temos que nos empenhar sempre para que sejam “vistas” por todos e todas. Mais recentemente, Eva Blay, Sílvia Pimentel, Márcia Campos, Bete Mendes, Ruth Escobar, Rosanita Campos, Jô Moraes souberam abrir novos espaços e ampliar a participação feminina que assegurou mais direitos para as mulheres na Constituinte de 88 rasgada por Bolsonaro e o bolsonarismo.

As mulheres estão herdando as consequências da pandemia. Somos milhões lutando pela vida durante a pandemia em um mercado de trabalho totalmente inóspito, resultado da reforma trabalhista neoliberal.

Não somos escravas e nossos filhos não serão escravos de ninguém! Todas as justificativas para este retrocesso nas relações de produção não foram comprovadas mesmo antes da pandemia. Na pandemia, o desemprego entre as mulheres na América Latina saltou de 66 milhões para 83 milhões, sendo que no Brasil 8.5 milhões de mulheres perderam o emprego. Nos últimos anos a presença feminina no mercado de trabalho retrocedeu 30 anos.

O desmonte trabalhista foi aprovado com requintes de crueldade contra a maternidade: “As mulheres grávidas podem voltar a trabalhar em locais insalubres”. Dissemos não! Unimos as lideranças femininas às Centrais Sindicais. Apresentamos ADIN no STF e derrubamos este infame artigo.

Aqueles que não tem qualquer apreço à humanidade dedicam especial agressividade contra as mulheres e, como demonstramos, atacam a maternidade apesar de seus inúmeros e diários discursos hipócritas.

Desde que aceitemos que nossos filhos sejam “escravos” modernos, sem perspectivas de futuro e que sejamos mães assumindo as responsabilidades sozinhas ou com apoio de familiares, sem o Estado garantir creches e escolas de qualidade e em tempo integral, sejamos mães! Tudo o que é público precisa ser ampliado e fortalecido e novas estruturas precisam existir, como restaurantes e lavanderias públicas.

A lógica do privado e Estado mínimo traz graves e duras consequências para a vida das mulheres. Esta lógica é antifeminista e antipovo e tem o nosso total repúdio. Existe um eterno empurra-empurra entre as diferentes esferas governamentais agravado pela lei de responsabilidade fiscal que, somada à EC-95, represa os investimentos públicos para escoá-los para o rentismo.

É preciso realizar um Programa de Reconstrução Nacional que destine investimentos públicos para a emancipação da mulher. É preciso romper o limite de gastos com pessoal. É preciso abrir concursos. Muitas creches estão fechadas porque as prefeituras não podem investir em pagamentos de funcionários. Muitas funcionam em horário limitado e com qualidade ruim com privatização via convênios não fiscalizados. Mais de mil obras de creches estão paralisadas em todo o país.

Só executaremos bem um Programa de Reconstrução Nacional se liberarmos a imensa potencialidade do trabalho feminino. É preciso investir na maternidade. Protegê-la. Valorizá-la para contar com as mulheres na reconstrução do país. O PIB Global atual é de US \$71,67 trilhões. A ONU avalia que se as mulheres forem inseridas no mercado de trabalho com maior igualdade, o PIB pode crescer mais de US\$ 13 trilhões.

Exigem que os países “periféricos” continuem a seguir a ridícula e falida cartilha do tripé econômico. Nós exigimos um trabalho produtivo mais valorizado e esses empregos estão na industrialização. Não queremos ficar destinadas ao “empreendedorismo” que limita a nossa participação na construção coletiva e na participação sindical colocando-nos de volta ao isolamento do lar.

Exigimos limites à ganância do rentismo.

Exigimos comida na mesa e valorização urgente do salário mínimo. Somos a maioria a receber um salário mínimo e, se este continuar sendo um salário de fome, estaremos sempre na penúria. Queremos produzir para consumir com dignidade e exigimos estruturas públicas que nos ajudem a sair de casa para trabalhar em todas as categorias. Queremos estudar da alfabetização à universidade passando por condições para mestrados, doutorados e pós-doutorado usando o conhecimento adquirido aqui no Brasil, pisando nosso chão, ao lado de nossas famílias e amigos. Bolsonaro não sancionou o PLC 130/2011 que pune o pagamento desigual de salário para as mulheres mesmo realizando o mesmo trabalho que seus parceiros homens e muitas vezes tendo 4 anos a mais de estudo. A desigualdade é pilar do autoritarismo que só será derrotado com a Frente Ampla e o Direitos Já! é seu construtor essencial.

Reconstruir o Brasil é o desafio de todos e as mulheres são a maioria por Bolsonaro nunca mais! O desmonte do país, sem dúvida, é ruim para todos mas é pior para as mulheres! A caminhada da humanidade e do Brasil contra a barbárie não pode e não tem como prescindir da ampla e massiva participação das mulheres. O machismo, o preconceito e a violência serão derrotados com mais união entre homens e mulheres e entre as mulheres. Assim, derrotaremos o fascismo, as mentiras e a corrupção do atual governo!

Agradeço a revisão deste artigo a Patrícia de Sá Rossi.

# RECONSTRUÇÃO DO BRASIL PASSA PELA DEMOCRACIA PLENA COM DIREITOS PARA TODOS

*Gleisi Hoffmann\**

O golpe de 2016, que levou ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff, abriu um fosso sem fundo de retrocessos no Brasil e anos de conquistas, a partir da Constituição Cidadã de 1988, foram soterrados. Foi como se voltássemos em uma máquina do tempo regada a ódio, autoritarismo e mentiras. Em quase quatro anos de governo Jair Bolsonaro, assistimos o flerte com o fascismo passar uma agenda antipovo, neoliberal, entreguista e destruidora de vidas e direitos.

O desmonte sem precedentes atentou contra a soberania com a privatização liderada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, querendo vender uma estatal por semana e contrariando até mesmo a vontade popular, que, segundo pesquisa DataFolha revelou, 67% dos brasileiros não querem se desfazer das estatais. A Petrobras deixou de ser operadora única do pré-sal, ativos estratégicos foram vendidos, R\$ 41 bilhões do Fundo Social que, em sua maior parte iriam para educação e saúde, foram usados para amortização da dívida pública em 2021 e foi adotada a política de paridade de preços de importação, dolarizando os preços, transformando a estatal na lógica de empresa privada. O lucro foi dire-

---

\* Advogada com especialização em Gestão de Organizações Públicas e Administração Financeira. É deputada federal pelo Paraná e presidenta nacional do PT.

cionado aos acionistas em detrimento do povo, afastando a empresa dos princípios básicos de uma estatal estratégica que é garantir a segurança energética e preços acessíveis.

Reformas ditas estruturantes foram colocadas em prática e deram fim a direitos trabalhistas, corroeram e dificultaram as aposentadorias, a estrutura do serviço público foi sendo colapsada com o fim dos concursos e falta de investimentos. No INSS, até meados de 2022 havia uma fila de 2,85 milhões de pedidos de concessão de benefícios, cidadãos e cidadãos vivendo num limbo, sem renda ou qualquer suporte do Estado. A promessa dos neoliberais era gerar empregos e fazer o país crescer. Não foi o que aconteceu. O desemprego estagnou num alto patamar, atingindo 12,4 milhões de pessoas, a taxa da informalidade em 40,6% e cerca de 11 milhões de jovens não estudam nem trabalham. Depois de Michel Temer, o governo Bolsonaro apresenta o pior crescimento das últimas duas décadas, média de 0,78%, somos um dos piores do planeta entre mais de 170 países, apenas Mianmar e Guiné Equatorial terão desempenho mais fraco do que o Brasil.

A saúde perdeu R\$ 37 bilhões entre 2018 e 2022 com o teto dos gastos e a pandemia da Covid revelou a face perversa de um presidente negociacionista que desfez do vírus, debochou dos doentes, não preparou o Estado para o atendimento da população e ainda atrasou a compra de vacinas. O MEC foi dominado por uma ideologia reacionária e obtusa, por lá passaram cinco ministros, o ensino público foi abandonado, assim como os estudantes sem internet e computadores para as aulas online e os avanços educacionais deteriorados. Ainda assistimos ao escândalo de corrupção com verbas do MEC sendo manipuladas por meio de propinas em ouro por pastores bolsonaristas para redutos eleitorais.

O premiado Bolsa Família com suas condicionantes educacionais e sanitárias essenciais foi literalmente dizimado, foi substituído no último ano de governo por um programa precário e milhões de brasileiros ficaram à míngua sem qualquer apoio do Estado. Na área de direitos humanos, veio o armamento da população e sem orçamento políticas públicas de combate à violência contra a mulher, de enfrentamento ao racismo e afirmativas para a população negra, indígena, quilombola, LGBTIQIA+ foram sufocadas. No meio ambiente, as ações de proteção

e fiscalização foram desmontadas para dar vez aos ruralistas e garimpeiros e o desmatamento bateu recordes.

O Brasil vivenciou um cenário de aniquilamento nunca antes visto, a atividade econômica se deteriorou e o caos social se instalou. Costumo dizer que o governo Bolsonaro funciona como uma empresa de demolição, destrói tudo por onde passa. O nosso bem maior, a democracia, foi aviltada, o presidente da República perseguiu opositores, atentou contra as liberdades e ameaçou dar um golpe para se manter no poder. A Constituição foi colocada de lado, não só em relação aos direitos essenciais previstos nela, mas Bolsonaro criou um clima de insegurança em que o Estado Democrático de Direito foi posto à prova e o presidente alimentava seus apoiadores para juntos ultrajarem os poderes constituídos.

Em meio à terra arrasada, movimentos sociais, sindicatos, sociedade civil organizada e forças políticas democráticas se somaram à oposição para ocupar as ruas e denunciar o desgoverno em uma resistência democrática. Bolsonaro, que se elegeu com o discurso de acabar com a corrupção, fez justamente o contrário, deixou o toma lá da cá correr solto na Esplanada dos Ministérios e inaugurou o orçamento secreto para liberar emendas parlamentares, comprar apoio no Congresso Nacional e passar reformas. Diversos ministros saíram sob denúncias de malversação de dinheiro público e houve gasto perdulário do próprio presidente.

No último ano, a canseira é geral, a inflação descontrolada, batendo os dois dígitos em um ano, fez o país reviver a rotina do ciclo preços e juros nas alturas. Com os salários achatados, o poder de compra do trabalhador caiu 21%. O mais chocante é a volta da fome, que assola mais de 19 milhões de brasileiros e voltou a estampar os noticiários como no século passado. É preciso superar esse cenário de degradação política, moral e econômica. A reconstrução do Brasil deve passar não só pelo fortalecimento da democracia com o voto livre na urna eletrônica e a liberdade de expressão e manifestação, mas também por uma interpretação mais elástica desse que é o melhor regime político para vivermos. Não há democracia sem povo, ela não pode simplesmente se resumir a preceitos básicos pré-definidos.

Que democracia é essa quando o Brasil tem uma desigualdade social que coloca 5,7% da população na extrema pobreza e 24,1% na pobreza?

Que o pobre, jovem e negro morre pela violência? Que deixa os mais pobres sem acesso ao trabalho, renda e moradia? Que retira os direitos básicos dos trabalhadores como férias e aposentadoria, onde as crianças e jovens estão sem escola, acesso à internet e até mesmo absorventes para meninas e mulheres que vivem na pobreza menstrual?

Não é isso que queremos para nossos filhos e netos, para as gerações que vão ser o futuro do Brasil. Queremos mais, muito mais. Queremos um Brasil para todas e todos. Democracia é a liberdade de reivindicar vida digna para todos, emprego protegido por lei, educação de qualidade, saúde pública, Previdência justa e moradia decente. Mas, é mais, é exercer de fato esses direitos. É a democracia plena. Essa é a concepção que nos diferencia do passado, essa é luta democrática e antifascista que devemos travar, a defesa das liberdades e dos direitos sociais.

# PANDEMIA, IMPUNIDADE E ESQUECIMENTO

*Gonzalo Vecina\**

Nesta semana, 3 de abril, começou em São Paulo e no Rio de Janeiro o festival *É Tudo Verdade*, que reúne os melhores documentários do país. Fui assistir um com o qual estive envolvido na busca de financiamento, intitulado *Quando Falta o Ar*. Sua proposta é realizar uma recuperação do que foram estes dois anos de pandemia documentando a ação do SUS. Mostra o funcionamento do processo de atenção à saúde em vários locais do país e em diferentes momentos da luta contra a pandemia.

O documentário procura demonstrar a importância do SUS e o quanto a falta de ação do estado brasileiro prejudicou o socorro adequado às vítimas da pandemia. E o faz com uma dureza e ao mesmo tempo com leveza e poesia. Mas não sou crítico de cinema, sou um observador de nossa realidade sanitária e é desta que quero me ocupar. Falo do documentário por ser uma peça que registra um momento terrível de nosso tempo, durante o qual morreram mais de 650 mil brasileiros e boa parte destes não deveria ter morrido, se o estado tivesse tomado as providências devidas.

Quais?

---

\* Médico sanitário, professor da Faculdade de Saúde Pública da USP, ex-presidente da Anvisa, ex-secretário municipal de Saúde de São Paulo e ex-CEO do Hospital Sírio Libanês.

Tivesse provocado lockdown como o de Araraquara que reduziu drasticamente a mortalidade pela doença na cidade e evitou o colapso da rede hospitalar que aconteceu com muita violência no Norte do país principalmente nas duas ondas mais letais.

Tivesse coordenado a ação de estados e municípios para que os recursos fossem melhor empregados, que as compras de respiradores e de EPIs, se realizadas centralmente não se transformassem na barafunda em que se transformou com faltas generalizadas em todo o país, com inimagináveis sobrepreços. Que os hospitais de campanha tivessem obedecido a uma lógica mais inteligente, em particular devido ao imenso investimento realizado. Que tivesse se envolvido na construção de filas únicas para entrada nas UTIs.

Tivesse respeitado a ciência e não promovesse o uso de medicamentos ineficazes e com graves efeitos colaterais e em particular gerando falsas expectativas e se mancomunado com profissionais de saúde que agrediram a ética médica com suas práticas assistenciais mais condizentes com pajelanças. Tivesse realizado testes de identificação da doença, para isolar e diminuir o espalhamento da pandemia.

Tivesse agido a tempo para levar para Manaus oxigênio para impedir a falta do mesmo na cidade. Tivesse assumido o controle da compra e distribuição no país dos medicamentos utilizados na instalação de respiração assistida. Tivesse comprado vacinas da Pfizer em agosto de 2020 e não em março de 2021 para entrega em junho. Poderíamos ter terminado de vacinar nossos 160 milhões de adultos em maio e somente terminamos em dezembro de 2021, devido a essa falha na compra das vacinas da Pfizer e da Janssen. Não fossem as vacinas compradas pelo Butantan e pela Fiocruz à revelia das autoridades do MS, não teríamos tido a vacina. E ainda paralelamente tentou sabotar a Anvisa em sua fundamental ação de avaliar as vacinas além de controlar o fluxo de viajantes internacionais cujas regras tem que emanar do ministério, pois cabe à agência executar a política. E ainda promoveu uma idiota consulta pública para saber se crianças se beneficiariam em serem vacinadas, o que atrasou o início da proteção de nossas crianças.

Mais grave ainda, não foi capaz de diminuir a insegurança alimentar e social dos brasileiros que dependem da economia informal. Aqueles

que não tinham opção de ficar em casa – todos os dias tinham que ir para a rua em busca de comida. E encontravam a morte! Os programas de auxílio emergencial tardaram e foram insuficientes e as consequências deste atraso e insuficiência foram a mortalidade que afetou os desvalidos, os índios, as populações quilombolas, os marginalizados. As consequências deste descaso com os mais frágeis somente saberemos daqui a anos, pois os dados que nos permitiriam conhecer o tamanho deste crime terão que ser investigados.

E enquanto essa imensa coleção de absurdos acontecia, o SUS, particularmente operado pelos municípios e alguns estados, e aqui vale sempre desvelar e enaltecer o trabalho realizado pelo Consórcio Nordeste, se virou para tentar diminuir o sofrimento da população. A inação federal, a falta de coordenação em um país deste tamanho, somente não gerou mais desgraça e morte, por que os profissionais de saúde se lançaram quase suicidamente a acolher e salvar as vítimas da Covid. Daí a importância do documentário a que me refiro no início deste artigo. Construir memória!

E aí que quero resgatar dois graves problemas de nosso país – o primeiro diz respeito à impunidade. Houve ou não crime? Que crime? Desde a prevaricação, devido ao uso corrupto do dinheiro público sobejamente demonstrado pela CPI, até a responsabilização pelo não uso de máscaras, o combate à vacinação, a falta de oxigênio, tudo redundando em mortes!

Qual a consequência desses crimes? Nos acovardaremos porque os militares estão fugindo de sua função constitucional e querem novamente colocar a sociedade de joelhos? Existe o que nunca existiu – uma nova ameaça comunista? Aparvalhados baixaremos a cabeça?

Mas, a impunidade ainda não é tudo, ainda existe a possibilidade de que esqueçamos todos estes sacrifícios e mortes. Esquecer de todos os males ainda acho a pior coisa que poderia acontecer. Guimarães Rosa em Sagarana, às tantas, sentencia – “o que lembro, tenho”. Temos que aprender com as lições que a vida nos impõe e para tanto temos que lembrar.

No Brasil, não lembramos e por isso não temos o que precisamos e sobra o que os interesses pantagruélicos de uma elite financeira deseja! Basta, este será um tempo de luta democrática. Viva o estado de direito e eleições livres!



## A CULTURA E SEUS DESAFIOS

*Grace Carreira\**

A cultura passa pelo seu momento mais difícil desde a redemocratização do país. Os ataques às artes e aos artistas começaram antes da eleição e desde 2018 o que era discurso passou a ser prática institucional. Houve um desmonte das políticas públicas na área: rebaixamento para uma Secretaria Especial, ataques constantes à Lei Rouanet, alteração nas Instruções Normativas, falta de investimento na Cinemateca, Funarte sem projeto efetivo, paralisação dos investimentos no Audiovisual, desmonte do IPHAN e recentemente os vetos à Lei Paulo Gustavo e Lei Aldir Blanc 2, para ficar em alguns exemplos. Todas as ações que o atual governo fez na cultura teve (ou tem) o único propósito de arruinar as bases que alicerçavam as políticas culturais. A cultura como alvo não foi uma escolha aleatória. Mas uma escolha consciente, orquestrada com o objetivo de colocar a população contra o setor e criar o caminho para “cultura oficial”. Quando a democracia está sob risco a cultura é a primeira que sofre.

A ideia que o atual governo tem sobre cultura é tão medíocre quanto rasa e alimenta uma massa de pessoas mal (in)formadas e ou mal intencionadas. Recentemente um cantor disse publicamente que não precisava da Lei Rouanet pois seu cachê era pago pelo povo. Não demorou

---

\* Advogada, empresária e gestora cultural com mais de 20 anos de experiência na área da cultura. Trabalhou na Secretaria de Estado da Cultura por 16 anos no Projeto Oficinas Culturais. Foi diretora de Cultura de Araçoiaba da Serra/SP na gestão 2019/2020.

para que a imprensa revelasse que o mesmo cantor recebeu R\$ 400 mil de cachê da Prefeitura do Mato Grosso. Mas qual a novidade? De tudo o que o Bolsonaro fez na área da cultura, o único ponto fora da curva foi a aprovação da Lei Aldir Blanc em 2020. De resto, tudo faz sentido dentro da narrativa criada para manter a militância unida e raivosa. E tem dado certo.

Diante disso, a questão que se coloca é, como chegamos nesse ponto? Como um país que viveu sob uma censura voraz e que desde a democratização vem investindo, organizando e regulamentando as relações da cultura não percebeu os movimentos contra as artes e a cultura surgirem? Um país que teve projetos importantes e com capilaridade como Pontos de Cultura na esfera federal, no Estado de São Paulo, em particular, Projeto Oficinas Culturais, entre outros, chegou nesse ponto. Onde os adultos de hoje estavam quando esses projetos foram realizados? O que eles aprenderam sobre arte e cultura na escola?

A gravidade da situação nos obriga a refletir sem nostalgia sobre o passado e buscar entender o que houve. Trata-se de um momento crucial para a cultura onde passado e presente devem se unir, não para um *revival*, mas para construir algo novo. Apesar do cenário desolador, temos diante de nós a oportunidade de pensar na construção de um capital cultural efetivo, duradouro e que ultrapasse as gerações.

E não basta pensarmos, precisamos sair do mundo das ideias para o mundo real, das ações. As políticas públicas precisam ser avaliadas periodicamente, analisando os resultados qualitativos e quantitativos, alterar caminhos, substituir alguns pontos e avançar. Não se pode ter medo de autoavaliação, porque o mundo muda e precisamos acompanhar as mudanças, atualizar os processos e manter a cultura próxima da vida das pessoas.

Estamos, portanto, pagando o preço pelas mudanças que não foram feitas quando era mais fácil. O desafio será enorme. Não só pelo cenário destruidor, mas porque temos agora algo que não tínhamos há 20 anos: enorme número de pessoas que atacam as artes e a cultura. Chegamos ao ponto de termos pessoas em diversos segmentos econômicos (do pobre ao rico) com diploma (Educação Formal) mas sem cultura. A primeira constatação que se pode ter é que fruição não é suficiente para formação

cultural. A cultura precisa fazer sentido para as pessoas e pergunto, por exemplo, qual o resultado prático das contrapartidas sociais da lei Rouanet, por exemplo? Aliás, porque a cultura precisa oferecer contrapartida social? O próprio projeto já não é social? Vou incluir uma provocação para reflexão: qual a contrapartida social de outros segmentos econômicos que recebem subsídios do governo? Por acaso o agronegócio doa 10% de sua produção às pessoas carentes? Vende parte de sua produção a preços populares? O curioso é como essa ideia de contrapartida social introjetada na cultura foi naturalizada pelo setor. Ninguém questiona mais. Isso precisa ser revisto.

Lamentavelmente, estamos diante de parte de uma geração perdida. Os jovens e adultos que defendem a mesma posição do atual presidente dificilmente vão mudar. O que fazer então? Precisamos criar ações efetivas para as crianças e adolescentes porque são eles que estarão fazendo e vivendo a cultura daqui 10 anos. Eles estarão no nosso lugar discutindo e pensando nas políticas públicas daqui 20 anos. Claro que não se trata de abandonar nada nem ninguém, mas pensarmos numa política pública a curto, médio e longo prazo, com objetivos auferíveis e metas para serem alcançadas e avaliadas periodicamente. O trabalho deve ser constante e no atual estado da situação a Transversalidade e Diversidade são essenciais. A cultura sozinha não dará conta de consertar o rumo deste país.



# OS IMPACTOS DA ATUAL CONJUNTURA POLÍTICA NA EXISTÊNCIA E RESISTÊNCIA DA POPULAÇÃO LGBTI+

*Heloísa Alves\**

A minha contribuição para essa obra se dará a partir do meu lugar de fala e atuação como militante, mulher, lésbica e advogada que trabalha em prol da promoção e na defesa dos direitos humanos da população LGBTI+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexos) desde 2005.

Desta forma, optei por abordar quais os impactos que sofreremos com um governo de extrema direita, que tem à frente um presidente da República que nunca respeitou a diversidade sexual e de gênero, e que sempre mobilizou seus seguidores com o foco em valores associados à defesa da família, que reputa tradicional a heterossexualidade compulsória.

Quando era apenas um deputado federal do baixo clero da Câmara dos Deputados, um dos alvos preferidos de Jair Bolsonaro já era a população LGBTI+. São públicas suas falas de que “ter filho gay é falta

---

\* Advogada, jornalista, ativista de Direitos Humanos, consultora em diversidade, especialista em Direito Constitucional pela PUC-SP. Conselheira Secional e Presidente da Comissão da Diversidade Sexual e Gênero da OAB-SP (gestão 2022-2024). Coordenadora da Representação da Aliança Nacional LGBTI+ no Estado de São Paulo.

de porrada” e outras citações de cunho LGBTIfóbico que continuaram mesmo depois de assumir o maior cargo da República.

Tais tipos de declarações indubitavelmente colocam em risco o direito de existir de um segmento da população, além de insuflar os altos índices de violência perpetrados contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexos e pessoas não binárias.

Não foi por acaso que, logo após a eleição de Jair Bolsonaro para a presidência, tivemos um movimento atípico de casais homossexuais nos cartórios de registro de pessoas naturais com o intuito de registrarem seus casamentos. Entre novembro e dezembro de 2018 foram realizados 4.027 casamentos homoafetivos, um recorde de acordo com a Arpen (Associação dos Registradores de Pessoas Naturais). Igualmente, tivemos um movimento parecido por parte de travestis, mulheres transexuais e homens trans para retificação de seus documentos de acordo com sua identidade de gênero.

É importante salientar que o casamento<sup>1</sup> e a retificação de nome e sexo<sup>2</sup> só foram possíveis por meio de decisões do Supremo Tribunal Federal. Portanto, o resultado eleitoral despertou uma apreensão pela população LGBTI+ de que projetos de lei de iniciativa com o apoio do então presidente Jair Bolsonaro fossem aprovados no Congresso Nacional para retirar tais direitos, inobstante as decisões da Corte Suprema.

No entanto, cabe ressaltar que, até o presente momento, tais direitos seguem valendo no país, inobstante termos alguns projetos em trâmite no Poder Legislativo Federal que pretendem dissolver o enlace civil entre casais do mesmo sexo.

Se é verdade que na última década tivemos políticas públicas concebidas e implementadas pelo Poder Executivo nos diferentes âmbitos federativos – importantes para os avanços na garantia dos direitos da população LGBTI+ – também temos tido uma omissão inconcebível por parte do Poder Legislativo em todos níveis da federação, sobretudo em

---

1 Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4277 e Ação Direta de Preceito Fundamental nº 132, ambas de 5 de maio de 2011.

2 Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4275, de 1º de março de 2018.

razão da união de uma bancada fundamentalista religiosa fortalecida pelo governo Bolsonaro, que tem o poder de vetar projetos de lei que venham a ser aprovados no Congresso Nacional em prol dos direitos desta parcela da população.

Diante da omissão legislativa, o Poder Judiciário tem sido um importante aliado na proteção dos direitos fundamentais de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexos, não binários, consoante já salientado referente às decisões que reconheceram a união homoafetiva como entidade familiar e a retificação do registro civil no tocante a mulheres trans, travestis e homens trans, bem como em outra decisão marcante que foi a decisão proferida pela instância máxima do Poder Judiciário, em 13 de junho de 2019, determinando que a discriminação e violência LGBTI fóbicas se enquadrem como uma forma de racismo, puníveis como tal.<sup>3</sup>

Por outro lado, a inexistência de leis protetivas aos direitos desta parcela da população confere uma precariedade e uma fragilidade nas políticas públicas de diversidade sexual e gênero, pois a alteração de uma decisão do Poder Judiciário ou de um ato normativo do Poder Executivo é mais simples de ser revogado ou alterado do que uma lei em sentido formal, que demanda uma maioria parlamentar.

No campo das políticas públicas voltadas para a população LGBTI+ no âmbito federal, desde a eleição de 2018, temos visto um “apagão” em relação às demandas do segmento que se viu ainda mais vulnerável na pandemia de Covid-19.

O atual governo federal com a justificativa de corte de gastos, alterou as diretrizes de direitos humanos, que servem de base orientadora às políticas do Ministério da Mulher, da Família e Direitos Humanos, cujo texto já não consta mais as ditas minorias sexuais. Tal medida configura-se numa evidência clara de uma política governamental que despreza a relevância da pauta LGBTI+ e as coloca no limbo institucional.

---

3 Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 26 e Mandado de Injunção nº 4733, de 13 de junho de 2019.

Apesar de crimes contra pessoas LGBTI+ serem recorrentes no Brasil, marcado pela ojeriza a tais grupos, inflamadas pela posição LGBT-fóbica da principal autoridade do país, o Governo Bolsonaro extinguiu a secretaria que se dedicava de maneira mais assertiva às demandas desta população logo no início da gestão.

Em 2019, um decreto da presidência da República (nº 9.759, de 11 de abril de 2019) determinou a extinção de uma série de conselhos de políticas públicas vinculados a diversas áreas do governo federal, dentre os quais o CNCD/LGBT. Meses depois, o Supremo Tribunal Federal limitou o alcance do decreto, afirmando que ele não poderia extinguir conselhos mencionados em lei. O CNCD foi então recriado, contudo em um formato distinto. Seu ato de criação (decreto nº 9.883, de 27 de junho de 2019) não mencionou explicitamente a população LGBTI+ como alvo de sua atuação e diminuiu o número de representantes da sociedade civil para três, fragilizando a capacidade de acompanhamento das ações do governo federal na área por organizações da sociedade civil.

Neste sentido, diante da atual conjuntura política e dos retrocessos que tivemos em termos de políticas públicas, o grande desafio da população LGBTI+ para existir, é resistir tentando eleger representantes nas Casas Legislativas e de continuar a luta em todos os âmbitos por um país que respeite as diferenças.

Ao mesmo tempo que realizamos anualmente na capital paulista a maior Parada do Orgulho LGBTI+ do mundo, somos o país que mais mata por motivação de ódio pessoas LGBTI+ e esta situação paradoxal tem que ser reprimida por todos os setores da sociedade que estimam pela existência de um Brasil que seja plural, inclusivo, igualitário para todas, todos e todes porque para o armário não iremos retornar.

# IMAGENS DOS ATOS E AÇÕES DO DIREITOS JÁ! FÓRUM PELA DEMOCRACIA



Encontro com Aldo Rebelo (de chapéu no centro)



Integrantes do Direitos Já! na sede da UNE com a então presidente  
Marianna Dias



Reunião com Boulos na sede do PSOL em SP



Ex-vereadora  
Marielle Franco



Andrea Matarazzo (centro) e representantes do DJ



Fernando Guimarães e a deputada Leci Brandão



Membros do Direitos Já! em evento na Câmara Municipal de São Paulo



José Aníbal (centro) recebe integrantes do DJ



Encontro com o vereador Gilberto Natalini (ao centro) na Câmara Municipal de São Paulo



Vangela Velozo, Fernando Guimarães, José Luiz Penna, Jamir Nogueira, Iderlanio do Carmo e Luiz David Costa



Reunião entre equipe do DJ e Ciro Gomes



Encontro entre membros do DJ e Eduardo Jorge (3º à esq.)



Encontro com o ex-governador Márcio França (no centro e à frente)  
realizado na Câmara Municipal de São Paulo



Acima, equipe do DJ e o ex-vereador Mário Covas Neto (centro)  
Abaixo, reunião com Paulinho da Força (no centro)

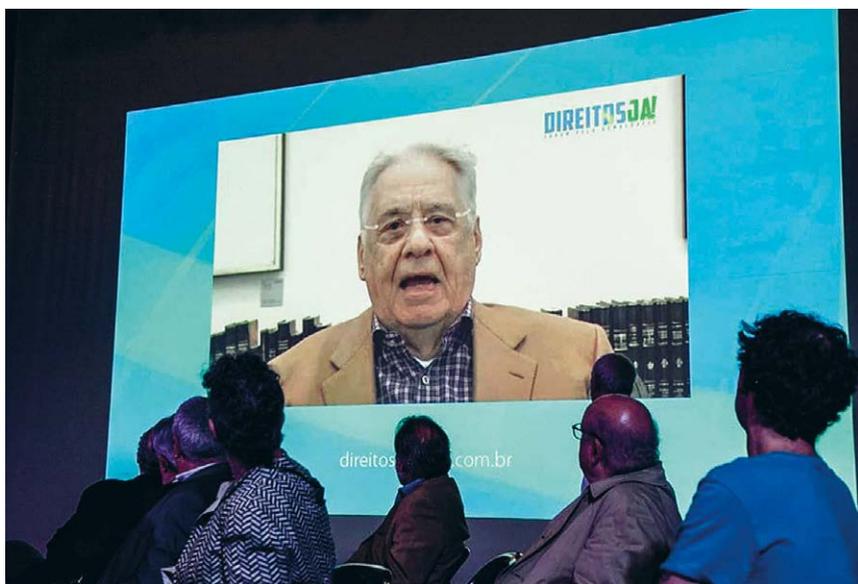




Fernando Guimarães no palco do I Ato no teatro Tuca



Dom Cláudio Hummes e Ciro Gomes no I Ato



Acima, vídeo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso no I Ato  
Abaixo, momento ecumênico no Tuca





Ubiraci Dantas (esquerda), Antonio Neto (microfone) e Miguel Torres (à direita)



Público do I Ato



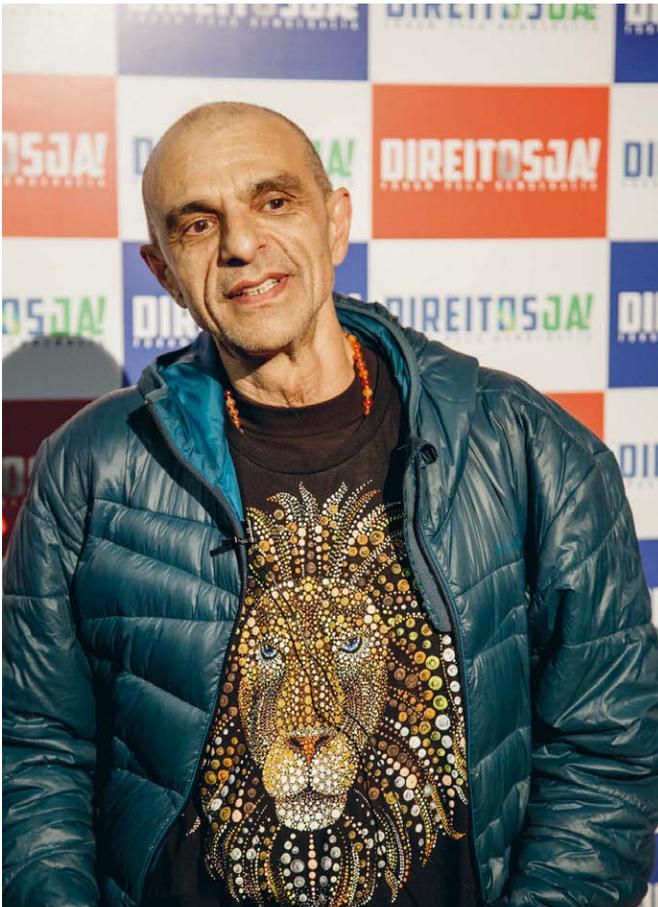
Deputada estadual Marina Helou



Rosa Anacleto



Carlos Lupi, presidente nacional do Partido Democrático Trabalhista (PDT)



João Signorelli

Deputado federal José Nelto



Abaixo, Geisel Affonso, Grazi Rodrigues, Anelise Alves, Marisa Mello, Eida Azevedo e Eclair Pires, no Tuca





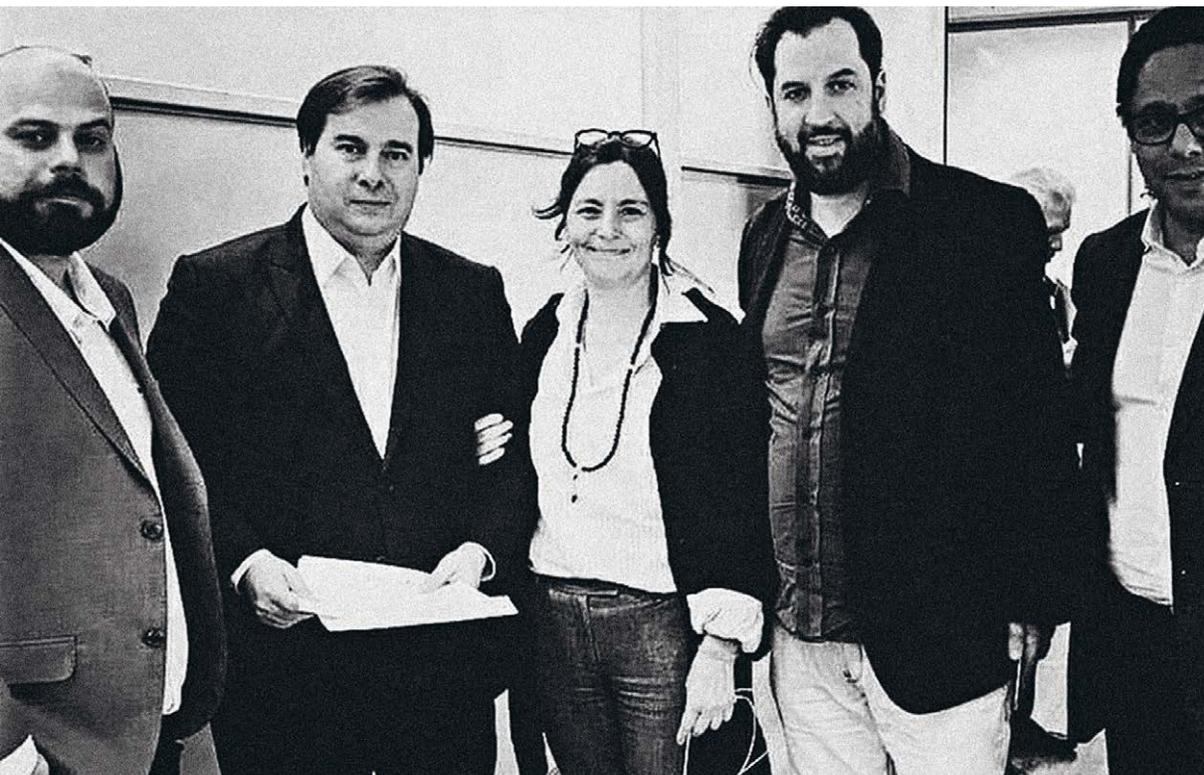
Vereador Eduardo Suplicy



Governador Flávio Dino no ato do Tuca



Acima, Entrevista com Márcio França  
Abaixo, Ricardo Scog, Rodrigo Maia, Soninha Francine, Fernando  
Guimarães e Orlando Silva





Os presentes no debate sobre imprensa livre e Estado laico



Nabil Bonduki, Iyá Adriana de Nanã, Fernando Guimarães, Sâmia Bomfim, Ricardo de Carvalho e Antônio Funari Filho



Antonio Celso, Ricardo Scog, Marcelo Freixo,  
Fernando Guimarães, Iderlanio do Carmo e Murilo Muraah



Pedro Serrano, Fernando Guimarães e Rubens Rizek



Acima, participantes e público do Debate AI-5  
Abaixo, Aldo Rebelo, Fernando Guimarães, Marta Suplicy e  
José Luiz Penna no debate sobre AI-5





Murilo Muraah e Fernando Guimarães no restaurante Piolim



Vereador Daniel  
Annemberg



Presentes no encontro realizado na livraria Tapera Tapará



Professora Eunice Prudente no debate sobre Educação



Eliseu Gabriel, Iago Montalvão, Rozana Barroso, Fernando Guimarães, Wagner Romão e Flávia Calé



**LIVE DIREITOSJA!**  
FORUM PELA DEMOCRACIA

Mediação:  
**Fernando Guimarães**  
Coordenador do Direitos Já!

**Segunda, 27/07 - 18h**

				
<b>Boaventura de Sousa Santos</b> Sociólogo	<b>Boris Fausto</b> Historiador	<b>Lourdes Sola</b> Cientista Política	<b>Silvia Pimentel</b> Jurista	<b>Silvio Almeida</b> Filósofo

 @direitosjaforumpelademocracia

Card da Live com intelectuais

**LIVE DIREITOSJA!**  
FORUM PELA DEMOCRACIA

Mediação:  
**Fernando Guimarães**  
Coordenador do Direitos Já!

**Sábado, 08/08 - 16h**

				
<b>Eva Blay</b> Ex-Senadora PSDB/SP e Socióloga	<b>Fernanda Melchionna</b> Deputada Federal PSOL/RS	<b>Laina Crisóstomo</b> Presidente do Tamo Juntas	<b>Leticia Tomazella</b> Atriz	<b>Lídice da Mata</b> Deputada Federal PSB/BA

 @direitosjaforumpelademocracia

Card da Live das Mulheres

**LIVE DIREITOSJA!**  
FORUM PELA DEMOCRACIA

Mediação:  
**Fernando Guimarães**  
Coordenador do Direitos Já!

**Sábado, 15/08 - 18h**

				
<b>Benedita da Silva</b> Deputada Federal PT/RJ	<b>Douglas Belchior</b> Uneafro Brasil	<b>Elizeu Lopes</b> Ouvidor das Polícias de SP	<b>Eunice Prudente</b> Professora da Faculdade de Direito da USP	<b>Orlando Silva</b> Deputado Federal PCdoB/SP

  @direitosjaforumpelademocracia

Card da Live Políticas contra o Racismo

**LIVE DIREITOSJA!**  
 FORUM PELA DEMOCRACIA  
 Sábado, 22/08 - 18h



Mediação:  
 Fernando Guimarães  
 Coordenador do Direitos Já!

				
<b>Ailton Krenak</b> Líder Krenak	<b>Almir Surui</b> Líder Paíter Surui	<b>Chirley Pankará</b> Codeputada Estadual Bancada Ativista/SP	<b>Joênia Wapichana</b> Deputada Federal Rede/RR	<b>Mário Nicácio</b> Vice-Coordenador da COIAB

  @direitosjaforumpelademocracia

Card da Live Políticas para Indígenas

**AO VIVO**  
 15 DE SETEMBRO | 18H  
**II ATO EM VIGÍLIA PELA DEMOCRACIA BRASILEIRA**

			
<b>ALESSANDRO MOLON</b>	<b>ANTONIO NETO</b>	<b>FABIO TRAD</b>	<b>FERNANDA MELCHIONNA</b>
			
<b>GLEISI HOFFMAN</b>	<b>IGOR SOARES</b>	<b>JOSE ANIBAL</b>	<b>JOSE LUIZ PENHA</b>
			
<b>JUNIOR BOLSONARO</b>	<b>HELOISA HELENA</b>	<b>LUCIANA SANTOS</b>	<b>LUIZ BENICIO MANDETTA</b>
			
<b>MARCELO RAMOS</b>	<b>ROBERTO FREIRE</b>	<b>SIMONE TEBET</b>	<b>FERNANDO GUIMARAES</b>

    
 direitosjaforumpelademocracia

**DIREITOSJA!**  
 FORUM PELA DEMOCRACIA

Card do II Ato Internacional – líderes políticos



Presidenta nacional do PC do B Luciana Santos no II Ato Internacional



José Luiz Penna e Fábio Trad (ao microfone)



Card do Ato na Paulista

Fernando  
Guimarães e  
Eduardo Moreira



Fernando  
Haddad com  
Eduardo Suplicy  
e Guilherme  
Boulos



Fernando  
Guimarães no  
Ato de 2 de  
outubro de 2021





José Carlos Dias,  
Fernando Guimarães e  
Belisário Jr. no Ato da  
Paulista



Encontro na casa de  
Priscila Cruz



Público presente no IX  
Ato no Rio

A jurista Carol  
Proner no IX Ato



Teresa Arapium,  
Heloísa Helena e  
Patrícia Manaro  
no Ato do Rio



Grace Carreira e  
Fernando Guimarães,  
apresentadores  
do IX Ato no Rio





Acima, Jandira Feghali no palco do IX Ato  
Abaixo, presidente da UNE, Bruna Brelaz





Eliziane Gama e Marcelo Calero durante o IX Ato



Dimitri Sales, Alessandro Molon e Heloísa Helena



Deputada Federal  
Lídice da Mata



Deputado Federal Marcelo  
Ramos

Deputado Federal  
Aldo Arantes



Gláucia Morelli, presidente  
da Confederação das  
Mulheres do Brasil



José Álvaro Moisés,  
cientista político





Bete Mendes, Teresa Arapium e Fernando Pigatto, no IX Ato



Reunião preparatória do X Ato, realizada no dia 22 de setembro de 2022, com representantes da sociedade civil

# OUTRO FUTURO É POSSÍVEL

*Ilona Szabó\**

Em outubro de 2018, ainda antes do segundo turno das eleições presidenciais, encarei a dolorosa tarefa de imaginar o Brasil sob quatro anos de um possível governo populista, autoritário e desconectado dos principais valores democráticos. Nunca tive dúvidas de que seriam anos muito difíceis.

Acompanho mais de perto a trajetória do presidente eleito desde o referendo sobre a proibição da comercialização de armas de fogo e munições, em 2005. Participei ativamente desta frente, após coordenar a campanha nacional voluntária de entrega de armas em uma organização da sociedade civil, que foi uma das líderes da iniciativa no Brasil. Sempre estivemos em lados opostos.

Desde essa época ele já articulava o seu projeto de destruição e culto à morte para o país. Suas intenções sempre foram verbalizadas pelo então deputado. Estavam disponíveis para quem quisesse ler ou escutar – mas, mesmo assim, muitos resolveram “arriscar”. Para mim, antever o desmonte sem precedentes de pilares democráticos e de áreas como educação, segurança e meio ambiente era, então, um simples – e terrível – exercício de causa e efeito.

Com o possível cenário em mente, tratei de definir prioridades temáticas com minha equipe. A partir do nosso limitado papel, enquanto

---

\* Cofundadora e presidente do Instituto Igarapé, que produz pesquisas, tecnologias e propostas para políticas públicas nas áreas da segurança pública, digital e climática. Colunista da *Folha de São Paulo* e âncora do podcast *Você Pode Mudar o Mundo*. Em 2015, foi nomeada Jovem Líder Global pelo Fórum Econômico Mundial.

organização da sociedade civil, faríamos o que estivesse ao nosso alcance para salvar a legislação de controle de armas, garantir o papel constitucional das polícias, combater o crime ambiental na Amazônia e proteger a atuação da sociedade civil – fundamental em uma democracia.

No entanto, não imaginava que a deterioração da democracia e a promoção do ódio e da intolerância se apresentariam de maneira tão acelerada e radical. Por acreditar que precisamos nos engajar com o que queremos transformar, aceitei um convite para um conselho voluntário de políticas públicas. Por isso, logo no segundo mês do governo, me tornei um dos primeiros alvos da milícia digital para oficial, conhecida como gabinete do ódio.<sup>1</sup>

Desde então, tanto eu quanto todas as outras pessoas que buscavam a defesa das políticas públicas baseadas em evidências foram violentamente atacadas, de diversas maneiras, e passaram a ser consideradas inimigas públicas.

Tendo experimentado na pele a atuação de um governo populista-autoritário, que tenta calar e intimidar qualquer dissidência, passei a entender de forma mais clara os impactos para a democracia. E o que já era tema prioritário: proteger o espaço cívico – a esfera pública onde cidadãos se organizam, debatem e agem para influenciar a opinião e as políticas públicas –, se tornou um objetivo central.

Para começar, precisava compreender melhor as estratégias e táticas desse tipo de liderança, que, apesar de eleita democraticamente, mina a democracia por dentro todos os dias. Em 2020 lançamos um novo programa para a proteção do espaço cívico e escrevi um livro sobre o tema. O intuito era de chamar atenção para a deterioração dos espaços de exercício democrático e de oferecer ferramentas analíticas, para que mais pessoas pudessem perceber, antever e resistir ao que estava ocorrendo – e ao que ainda estava por vir.<sup>2</sup>

---

1 Conto em detalhes esse fato em meu livro “A Defesa do Espaço Cívico”, publicado pela editora Objetiva em 2020.

2 Ilona Szabó. “A Ágora está sob ataque – Uma tipologia para a análise do fechamento do espaço cívico no Brasil e no mundo”, *Artigo Estratégico*, n. 49, Instituto Igarapé, outubro 2020. Disponível em: <https://igarape.org.br/a-agora-sob-ataque-uma-tipologia-para-analise-do-fechamento-do-espaco-civico-no-brasil/> (acessado em 3 abr. 2022).

Já era evidente para mim que a supressão do livre debate, da mobilização e da participação social exerce efeitos negativos na formulação de políticas públicas efetivas e, por consequência, nos bens públicos – além de ser fatal para os direitos fundamentais dos cidadãos e para o exercício pleno da democracia.

Logo me dei conta de que o Brasil não é um caso isolado. Governos populistas e autoritários mundo afora, situados à direita e à esquerda no campo ideológico, vêm avançando de maneira perigosa sobre o trabalho e sobre a liberdade de expressão e atuação de ativistas, jornalistas, acadêmicos e artistas, demonizando os direitos humanos e a ciência, perseguindo e criminalizando os adversários e implementando legislações repressivas.

É verdade que em países como o Brasil, uma democracia ainda em consolidação, os grupos que atuam no espaço cívico sempre enfrentaram muitos desafios em sua atuação, principalmente grupos e representantes de minorias e de populações marginalizadas, muitas vezes invisíveis e sem voz. No entanto, o fechamento do espaço cívico não era uma estratégia deliberada e implementada de forma prioritária pelo governo central desde a transição democrática.

Nesse sentido, a escala, a abrangência e o perigo que essas estratégias representam hoje mudaram de patamar e exigem mais do que nunca a união da sociedade civil para sua própria proteção. E em um país desigual como o nosso, os grupos mais vulneráveis a sofrer arbitrariedades e violência – incluindo a população negra, indígena e LGBTQIA+ – precisam de especial apoio e atenção.

E para defender e recuperar o espaço cívico – e assim revitalizar nossas democracias –, precisamos, por um lado, detectar melhor os sinais de alerta de que ele está em perigo. E por outro, reconhecer que as ameaças à democracia e ao espaço cívico são um desafio central, mas não são os únicos que teremos que enfrentar. A confluência de crises sem precedentes que estamos vivendo – sanitária, econômica, política, ambiental, humanitária – faz desta década um momento crucial para acertar os rumos e assumir a responsabilidade coletiva de deixar um mundo habitável para nossos filhos e netos.

No Brasil, após mais de três anos de um desgoverno, as forças democráticas se organizaram e agora reagem com mais força. Instituições da

República, imprensa e sociedade mostram que a defesa da democracia não é só necessária como possível. Contudo, o desafio maior virá quando voltarmos às urnas, em outubro de 2022. Não podemos descansar até lá!

É hora de avançar. Para enfrentar nossos maiores desafios comuns, lideranças responsáveis precisarão formar coalizões amplas, capazes de buscar consensos mínimos em todas as agendas prioritárias. Ao mesmo tempo, cidadãos terão de se levantar contra as ameaças, passar por cima das diferenças e se engajar na ação cívica que busque garantir um planeta mais solidário, cooperativo e sustentável para nós e para as futuras gerações.

Concluo trazendo uma parte da visão que tive de 2023, publicada em minha coluna do dia 24 de outubro de 2018 na *Folha de São Paulo*:

“Chegamos a 2023. Ufa. Que alívio. Passamos por anos terríveis, mas finalmente começamos a superar a polarização que quase destruiu nossa nação. Uma nova força se aglutinou na sociedade. Não foi nada fácil, pois as relações pessoais foram muito abaladas com tanto ódio e desconfiança espalhados por máquinas de notícias falsas de lideranças políticas que só queriam o poder sem se importar com a destruição que causaram.

Mas o Brasil é muito importante para falhar. E o povo entendeu isso. Conseguimos deixar as diferenças de lado e focar nos nossos objetivos comuns. As batalhas mais difíceis foram na segurança, educação e meio ambiente. Os retrocessos e as perdas foram enormes, mas a sociedade despertou para uma cidadania ativa, não sem custo. Agora é correr atrás do tempo perdido e usar o conhecimento e a tecnologia para trazer nosso país para o século atual.”

## DEMOCRACIA DEPRIMENTE

*Isa Penna\**

Ser mulher na política brasileira é um ato democrático, mas é também um risco. O risco de se curvar lentamente e se encaminhar ao abate. O risco de colecionar histórias de abuso ou assédio, moral ou sexual. O risco de morrer um pouquinho a cada dia.

Nossas instituições políticas estão ocupadas por famílias que são herdeiras do poder econômico ou por seus representantes. Famílias que são atravessadas por uma lógica patriarcal.

A lógica patriarcal está presente da militância de rua ao parlamento, o que explica a exclusão sistemática das mulheres dos vários níveis de atuação política. Se uma mulher está em algum espaço político, muito provavelmente deve ser namorada, esposa, amante, filha ou irmã de um homem que está na política.

Ao mesmo tempo, nas últimas décadas, a presença das mulheres nos espaços públicos se alterou radicalmente. Hoje, as mulheres ocupam postos no mercado de trabalho, escolas e universidades como nunca na história.

No entanto, apesar de produzirem conhecimento e riqueza, elas ainda não conquistaram o mais fundamental: a garantia ao respeito, à dignidade e à vida.

O simples direito de ir e vir nunca foi alcançado de fato para as mulheres, que são diariamente assediadas nos transportes públicos.

---

\* Deputada estadual de São Paulo pelo PSOL. Advogada trabalhista, feminista e militante dos direitos LGBTI.

Uma encoxada no ônibus ou um episódio de violência doméstica é suficiente para traumatizar uma mulher. A violência sexual ou física fere a intimidade e “quebra” a autonomia do próprio corpo, pois a mente da vítima processa a violência sofrida minando sua estrutura psicológica, sua autoestima, e sua própria sensação de segurança.

Além disso, o corpo também pode dar sinais físicos em resposta à violência sofrida, como alterações cardíacas e aumento extremo dos níveis de cortisol – o hormônio do estresse. Tais sinais geralmente são acompanhados por uma redução geral na produtividade e na capacidade física e mental da vítima, além de potencialmente agravar quadros clínicos pré-existentes.

O ambiente de trabalho é o segundo lugar com maior registro de ocorrências de violência de gênero. Por conta disso, casos de mulheres que desenvolvem depressão, estresse pós-traumático, transtornos de ansiedade ou síndrome do pânico, e que por esse motivo não conseguem mais exercer a mesma profissão, já são reconhecidos como passíveis de indenização pelo Estado brasileiro.

O prejuízo à autonomia e à intimidade das mulheres também se expressa em sua exclusão da participação política. Afinal, muito antes da filiação a um partido ou movimento, a realidade cotidiana exclui de antemão o acesso das mulheres ao direito de ter direitos.

No caso de uma mulher que ouse disputar a organização do estado e um projeto político, tal violência e desgaste ocorre em outro patamar. À mulher na política, por vezes, resta sentar-se à mesa todos os dias com o seu assediador.

Hoje é possível que uma figura pública seja exaltada por sua personalidade e suas qualidades pessoais, contanto que essa pessoa não seja uma mulher.

Durante a campanha política pelo impeachment, Dilma Rousseff foi retratada de forma criminosa em um adesivo de carro. Um ex-namorado de Manuela D’ávila foi pago para difamá-la, e sua filha também foi ameaçada. A própria deputada que escreve este texto é parte dessa estatística de horrores ao ter sido assediada no meio do plenário por outro deputado.

Essas são violências das quais temos provas, porém é certo de que são apenas a ponta do iceberg. O assédio é uma constante na política brasileira.

A prática do constrangimento, da intimidação, coação ou chantagem configuram assédio. Muitas vezes, práticas machistas no interior dos partidos políticos prejudicam o acesso das mulheres a pessoas, espaços, e por vezes, até o próprio direito de falar em primeira pessoa.

Legitimar o “cancelamento”, ou “queimar alguém” que de alguma forma ameace o domínio dos “sócios majoritários” dos partidos também é assédio. Por isso, os estatutos partidários precisam se atualizar para garantir um ambiente ético e inclusivo, e suas direções, muitas vezes, também precisam ser renovadas.

O direito de incidir sobre a política ainda hoje é compartilhado apenas entre os mesmos dirigentes que há décadas detém o poder de influenciar ou até mesmo de definir os rumos políticos de um país.

Por isso as mulheres precisam ocupar esses espaços. Afinal, uma a mais na política é certeza de um machista a menos.



# PARA QUE NÃO NOS ESQUEÇAMOS

*Isabel Salgado\**

Memória, memória, memória. Sem memória, não somos, não existimos. Quando nossa memória se apaga, nós apagamos. Não importa se ainda estamos vivos, já não somos mais. O corpo da nossa mãe está ali, ainda respira, seu coração ainda pulsa, mas ela mesma já não está. Escrevemos, registramos, fotografamos, filmamos, contamos e recontamos histórias para não morrermos, para não deixarmos que os nossos morram, tentativas inúteis de evitar o inevitável.

Também as comunidades sem memória morrem, não importando se os indivíduos que a constituem ainda respirem. Uma sociedade sem memória é uma massa de mortos-vivos, manipuláveis, objetos nas mãos de outros grupos ou sociedades, úteis agora, desprezíveis e descartáveis mais adiante, mas sempre desanimados, sempre sem alma, sempre sem história, sempre sem caráter.

Não à toa vivemos um literal apagamento da memória brasileira nestes tristes e trágicos últimos anos. O projeto autoritário de poder se escora na construção de uma certa fábula que, por mais absurda, por mais evidentemente mentirosa que seja, procura se impor como verdade histórica ou, no mínimo, como uma versão factível da história. Esse

---

\* Foi uma das mais importantes e talentosas jogadoras de vôlei do Brasil, tendo participado de duas Olimpíadas (1980 e 1984) e duas edições dos Jogos Pan-Americanos. Após deixar as quadras, dedicou-se ao vôlei de praia, formando duplas com as filhas Maria Clara e Carolina. É treinadora e uma das idealizadoras do movimento Esporte pela Democracia.

procedimento, só possível em momentos de crise extrema, como a vivida pela Alemanha ao término da Segunda Guerra, ou em uma sociedade cuja população foi sistematicamente alienada de sua própria história, de sua própria dor, abre caminho para que mentiras repetidas milhares de vezes ganhem a aparência de verdade, e que fatos, comprovados com documentos de toda sorte, possam ser relativizados ou até mesmo apagados.

Em nossa história recente, encontramos um exemplo bastante claro desse modo de agir. A anistia dada após a redemocratização atingiu também os torturadores, os criminosos e os assassinos, que atuaram com o respaldo do Estado brasileiro. Não fosse por isso, esse governo não existiria, porque Bolsonaro deveria ter sido preso, ao dedicar seu voto, a favor do impedimento da presidente Dilma Rousseff, a um dos maiores torturadores, exatamente aquele que, sabidamente, havia torturado a jovem ativista política.

Um país que está disposto a digerir tal horror será capaz também de aceitar a morte estúpida, inconcebível, evitável, de centenas de milhares de cidadãos, pela atitude assassina do presidente da República, durante a pandemia da Covid 19. Quem digeriu Bolsonaro, quem ajudou a elegê-lo, quem o declarou palatável, aceitável, irá carregar para sempre o peso dessas mortes.

Falo aqui da terrível consequência das mentiras difundidas pelo governo Bolsonaro, acerca da pandemia da Covid 19, apenas como o exemplo mais chocante, mais visível, mais trágico, da política explicitamente fascista dessa corja que saiu dos porões da ditadura militar para ocupar a presidência da República. O projeto deles é claro e evidente: destruir tudo que possa constituir uma proposta de nação independente, de uma população crítica e lúcida, capaz de tomar as rédeas de seu futuro. Dessa forma, os primeiros alvos são a educação pública e a cultura brasileira. A destruição dessas áreas não visa apenas um lucro imediato da camarilha fascista-milicianiana, mas também, e principalmente, a destruição do senso crítico e da capacidade de articulação da população em geral.

Evidentemente, o lucro imediato não será nunca descartado. Está aí toda a corrupção desvendada pela CPI da Covid, à espera da ação do Procrastinador Geral da República. Está aí, nas manchetes dos jornais, o ministro da Educação, bem como seus agentes evangélicos, distribuindo

recursos em troca de votos e de barras de ouro. A destruição ambiental e os ataques às comunidades indígenas também não são parte de uma “ideologia”, e sim integram a cartela de negócios dos asseclas e associados dessa terrível família que está no poder.

Bolsonaro é uma ameaça ao Brasil e ao mundo, mas ele não se fez sozinho, nem apenas com o apoio dos seus semelhantes. Precisamos ficar atentos a isso, porque para tirá-lo do poder será necessário identificar e combater os seus apoiadores, hoje e no futuro.

Aqueles dentre a elite brasileira que o apoiaram não tinham a desculpa da ignorância. Chega a ser patético ouvir, por exemplo, alguns senadores da República, extremamente articulados, bem-informados, dizerem que votaram em Bolsonaro, mas que estão decepcionados com ele, que não o conheciam verdadeiramente. Não falem com a verdade, senadores. Se eu – aqui no meu cantinho – sabia perfeitamente quem ele era, e, por isso, me apavorava com a perspectiva de tê-lo como presidente da República, como vocês podem afirmar que o desconheciam?

Não há urgência maior no país do que derrotar Bolsonaro e tudo que ele representa. Temos que parar de produzir ódio e violência sem fim. Chega de promover o que há de pior em cada um de nós: o ressentimento, a inveja e o egoísmo. Há que se fazer a aliança mais ampla possível para atingir tal objetivo. Dito isso, não podemos, simplesmente, empurrar eternamente para debaixo do tapete os erros, os abusos, os golpes, os crimes que se perpetuam na história da nossa República. Precisamos condenar os torturadores e assassinos de hoje, de ontem e de anteontem. Se não o fizermos, eles estarão sempre prontos a sair do esgoto e nos atacar novamente.

Memória, Memória, Memória... Não podemos esquecer, e esquecer, e esquecer, em prol de um futuro que não virá, se nos esquecermos, porque, se não tivermos memória, não seremos nada, não seremos ninguém, seremos uma espécie de objeto ou mercadoria, eventualmente úteis, eventualmente descartáveis, como se fôssemos incapazes de pensar, de produzir ciência, cultura e conhecimento em todas as áreas. Somos muito mais do que isso, temos que dizer para o mundo que não nascemos para o ódio, e sim para o amor. E, também, para amar, é preciso ter memória.



# UM PAÍS QUE NUNCA EXISTIU

*Ivam Cabral\**

*Não é nossa diversidade que nos divide; nem a nossa etnia, ou religião ou cultura que nos divide.*

*Desde que alcançamos nossa Liberdade, só pode haver uma divisão entre nós: entre aqueles que exaltam a democracia e os que não o fazem.*

Nelson Mandela

Em 2003, a minha companhia teatral, Os Satyros, estava pronta para sua estreia no Festival de Curitiba, com um texto do Marquês de Sade, quando um grupo protestou contra nosso trabalho, que correu sério risco de ser cancelado. Houve ameaças ao teatro onde apresentaríamos e à direção do evento. Não era a primeira vez que sofríamos alguma tentativa de censura. Nos anos 1990, quando excursionamos na Ucrânia e no Reino Unido, investidas desse tipo também ocorreram. Graças a governos sérios, porém, em nenhuma das vezes tivemos nossas liberdades tolhidas.

No Brasil atual, contudo, a censura à arte vem acontecendo cada vez com mais frequência, com espetáculos sendo impedidos de se apresentar, filmes e exposições perseguidos, artistas cancelados e nossa tão sonhada liberdade de expressão sendo colocada em xeque. E, na esteira

---

\* Ator, dramaturgo e cineasta. Doutor e mestre em Artes Cênicas pela USP. Ao lado de Rodolfo García Vázquez, fundou a Cia. de Teatro Os Satyros, que tem em seu currículo 140 espetáculos teatrais, apresentados em 36 países, e mais de 100 prêmios no Brasil e no exterior.

da arte, jornalistas, cientistas, políticos e lideranças sociais desaguando todos no mesmo ralo da ignorância. Um sufocamento da diversidade de opiniões e a agonia do debate público raramente vistos na história recente do país.

Já em 2003, naquele evento do Festival de Curitiba, começamos a perceber os primeiros sinais de intolerância cultural na sociedade brasileira, algo que pensávamos superado após a redemocratização. Nos anos seguintes, tal processo se radicalizou ainda mais, até culminar na violenta polarização das eleições de 2018. As manifestações violentas nas ruas, nas famílias e nos círculos de amizade tomaram proporções nunca antes vistas, potencializadas pelas redes sociais. Esse confronto político se alastrou para todas as dimensões da vida social. Filhos deixaram de falar com pais. Amigos se afastaram. Colegas de trabalho se evitaram. O Brasil foi partido em dois.

Um dos lados desse combate insano sequestrou símbolos nacionais como a bandeira e nosso hino, insinuando que o outro lado não seria genuinamente patriota. Também trouxeram a religião para o palco principal das eleições. Deus, pátria e tradição tornaram-se peças fundamentais da propaganda oficial do novo governo. Em todas as áreas do poder público, o discurso tradicionalista radicalizou-se, transformando em inimiga aquela que sempre foi a maior beleza do povo brasileiro, apesar de todas as nossas tragédias: nossa diversidade – racial, religiosa, étnica, crítica, sexual e artística. Eles, que se diziam patriotas, quiseram fazer do Brasil um outro país, um país que nunca existiu.

Tal processo histórico não é exclusividade nacional, sabemos. É um fenômeno global que atinge especialmente os Estados Unidos, a Europa e alguns países asiáticos. As chamadas guerras culturais são a consequência direta da ascensão de novos agentes sociais no xadrez político tradicional. São grupos organizados, que anteriormente viviam subalternizados e que hoje demandam seu espaço no debate público. O movimento negro, as feministas, os indígenas, o movimento LGBTQIA+ e o movimento das pessoas com deficiência são agentes que vêm ganhando protagonismo inédito nas decisões da esfera pública, o que causa um movimento similar a uma contrarreforma por parte dos setores reacionários. Não se pode vislumbrar uma solução imediata, mas

apenas através do diálogo e da liberdade democrática é que poderemos construir pontes para o futuro.

Os Satyros trazem temas relacionados às guerras culturais para o nosso pequeno palco da Praça Roosevelt, em São Paulo, desde 2000. Ao incluirmos travestis, transexuais prostitutas, adolescentes negros periféricos e egressos do sistema prisional em nosso trabalho, no centro da cidade, demos visibilidade às questões urgentes da sociedade brasileira. Esse território se transformou em uma verdadeira ágora da pólis paulistana. Como nós, muitos outros coletivos, espalhados pelo Brasil, vêm trazendo entretenimento e reflexão sobre os temas mais pungentes.

Temos um universo amplo de formas dramáticas atendendo a todos os públicos: teatro musical, comercial, de investigação, hip hop, religioso, infantil, político, jovem, indígena, queer. Além destas, ainda temos a força de todas as teatralidades das culturas tradicionais populares, como o circo-teatro, o Carnaval, o congado, o reisado, o boi-bumbá, o Festival de Parintins. Essa riqueza é reconhecida por pesquisadores de todo o mundo. Aquilo que deveria ser motivo de orgulho, no entanto, tem sido objeto de perseguição e achincalhe por parte de órgãos oficiais. O Carnaval vem sendo boicotado, as manifestações de teatralidade popular são ignoradas, as estruturas de financiamento público federal ao teatro urbano estão à míngua e os artistas são diuturnamente caluniados.

Como gestor de uma das maiores instituições de ensino de artes do país, a SP Escola de Teatro – Centro de Formação das Artes do Palco, com mais de 2 mil estudantes/ano, posso observar, diariamente, o grande temor pelo qual vem passando a nova geração de artistas que buscam a qualificação profissional. Nosso sistema pedagógico é baseado em princípios humanistas de grandes pensadores como Paulo Freire e Milton Santos, que representam o melhor da nossa intelectualidade, e que, infelizmente, vêm sendo mal interpretados por estas paragens. Trata-se de um programa de ensino singular e reconhecido por universidades estrangeiras por seu caráter inovador e democrático. No entanto, desde que um projeto ultraconservador de educação chegou ao poder, é visível a insegurança em relação ao futuro. O que podem esperar de um país que despreza e cospe em sua arte? A pandemia, por sua vez, comprimiu ainda mais esses horizontes. Temo pelo impacto que esses tristes dias

podem ter nas futuras gerações de nossos artistas. Talvez sejam necessárias décadas para recuperar a pujança de nossa arte.

Neste momento tão difícil, é impossível não nos lembrarmos de importantes artistas que precisaram fugir do país durante a ditadura militar. José Celso Martinez Corrêa e Augusto Boal, só para ficar no terreno teatral, tiveram que se exilar para preservar suas vidas. E algo que parecia pertencer a um passado superado voltou a rondar nossas perspectivas. A perseguição aos artistas se instalou em diversas esferas da vida pública e nas redes sociais.

A arte é a expressão plena da alma de um povo, nenhuma sociedade deveria temer a força e as tensões de sua cultura. Ao contrário, deveria incentivá-las para que sejam um motor espiritual de seu tempo. Quem vive na zona sul do Rio de Janeiro não tem a mesma vivência de um morador do agreste, um quilombola ou um indígena do Alto Xingu que não fala português. E todos são brasileiros e contribuem para a construção do país. Reduzir essa multiplicidade a um único olhar seria castrar a nossa própria natureza. Aqueles que defendem a bandeira nacional com todas as forças são justamente os que querem expulsar nossa maior herança: nossa pluralidade.

# 2022 TEM A MARCA DA ESPERANÇA E DIREITOS JÁ!

*Jandira Feghali\**

As expressões que escuto nos últimos meses compõem orações de choque, espanto ou dificuldade de compreender como, após tanta luta e tantas conquistas, pudemos chegar a este ponto. Retrocesso, perdas, desestruturação de um país tão potente, diverso, rico e, contraditoriamente, cada vez mais incapaz de responder às demandas do seu próprio povo.

Muitas têm sido as ameaças à vida. Desde a fome, passando pela violência urbana, a violência policial, a pandemia de covid-19. Até este momento, há mais de 660 mil famílias enlutadas e grande parte delas em decorrência de ação criminosa do governo, como bem demonstrou a CPI do Senado Federal.

O quadro político brasileiro atual tem como característica uma profunda instabilidade política e social. Não vivemos em normalidade democrática. A fragilização do Estado democrático de direito, a agressão permanente às instituições da República, disseminação de fake news, ataques à imprensa e aos jornalistas e particularmente às jornalistas, incentivo à quebra de hierarquia nas FFAA, militarização do governo e politização das estruturas militares, participação e apoio às manifestações antidemocráticas e contrárias a artigos fundamentais da Constituição Federal, estímulo ao ódio, preconceito e milicianização da segurança

---

\* Deputada federal pelo PCdoB do Rio de Janeiro, em seu sétimo mandato. Foi deputada estadual constituinte. É médica cardiopediátrica e baterista profissional.

pública são dados mais que objetivos e demonstrativos dessa quadra histórica lamentável da limitação democrática.

Um chefe de Estado que sempre buscou a ruptura e o estabelecimento de uma nova ordem autoritária. Seus filhos, seguindo a mesma formação, repetem o apoio à ditadura militar e um deles, em particular, copia o pai ao homenagear torturadores e ofender os torturados e seus familiares, demonstrando a falta de dignidade e humanidade desse grupo.

O Sr. Bolsonaro e seu governo elegeram a ciência, a educação e a cultura como alvos de sua tirania ideológica, na medida em que a liberdade de pensar, criar, inovar e criticar são ameaçadoras ao atraso e ao fascismo. O racismo e a discriminação de gênero são problemas estruturais da sociedade brasileira, mas, assim como outras formas de discriminação, agravaram-se nestes tempos de bolsonarismo.

Não sejamos ingênuos em imaginar que o governo Jair Bolsonaro é consequência de sua própria engenhosidade. Precisamos, no mínimo, pensar nas disputas que vêm ocorrendo no Brasil desde 2013, como se deram as eleições de 2014, a não aceitação do resultado, a polarização política que se estabeleceu no país e no Congresso Nacional, as relações de boicote ao governo Dilma, a construção do lawfare/Lava Jato, o golpe de 2016.

Temos vivido o desmonte do Estado brasileiro, privatizações, desestruturação de grandes empresas estratégicas, inclusive a Petrobras. A política ultraliberal do teto de gastos corta recursos fundamentais para o funcionamento do Estado brasileiro em áreas como saúde e educação, e elimina a possibilidade de investimentos. O Banco Central “independente” realiza aumento da taxa de juros deprimindo ainda mais a retomada econômica.

A “epidemia da fome” atinge 116,8 milhões de brasileiros. A precarização, a informalidade e a pobreza são marcas atuais da sociedade brasileira, com cor e gênero. Cresce o número de famílias sem teto e também cresce a violência urbana. A abordagem das forças de segurança é cada vez mais beligerante e aumentam os assassinatos em operações policiais nas periferias e comunidades. Mais uma vez é a população negra que tomba e, na maioria dos casos, as investigações não são concluídas.

A pandemia escancarou a realidade mundial e do Brasil. Desgraçadamente, tivemos que enfrentar esta crise sanitária com este governo. Felizmente, temos o SUS e seus profissionais, o PNI com sua tradição, os gestores locais e uma população que, na maioria, acredita na vacina e não se deixou levar pelas orientações criminosas do governo federal e de seus “não ministros”

O bolsonarismo se orienta de forma verticalizada por um discurso que dá coesão e coerência às ações do grupo. É um projeto de poder autoritário que conta com uma base social de massa organizada e mobilizada no cenário político. Bolsonaro tem a seu serviço uma poderosa máquina de propaganda, com comunicação segmentada entre evangélicos neopentecostais, caminhoneiros, milícias, parte das polícias e parcela dos ruralistas. Será um importante ativo para a disputa de 2022, caso não seja desmontada por tantas ilegalidades em investigação.

O jogo já começou. É crescente o sentimento de mudança, mas não podemos subestimar a resiliência dos que estão no comando do país, sua base organizada, o tamanho da máquina federal que tem à sua disposição e a força de uma comunicação criminosa, que esperamos limitar pela lei e pelas ações do STF. Polarização acirrada, mentiras, tentativa de desconstrução de liderança, ameaças!!! Vamos novamente enfrentar uma verdadeira guerra contra a extrema direita e fica cada vez mais claro que será necessária uma ampla Frente para derrotar uma força com essas características.

Para nós, do PCdoB, essa frente deve ser feita em torno da liderança de Lula, que lidera a possibilidade real de avançarmos para um projeto de futuro. Neste sentido, ressalto a importância da construção feita pelo movimento Direitos Já! que, ainda em 2019, vislumbrou a urgência de costurar esta amplitude e o fez com debates, formulação de propostas e manifestos, atos e muito diálogo.

Ao mesmo tempo, a constituição das federações partidárias entram como ingrediente fundamental e estratégico nesta construção. A lei, que denominamos Haroldo Lima, teve a sua constitucionalidade reconhecida pelo STF e quebrou a lógica cada vez mais antidemocrática do capitalismo contemporâneo. O nosso desafio é o de construir uma federação partidária que seja o núcleo de forças populares e progressistas, sua

espinha dorsal, dentro de uma ampla coalizão que derrote Bolsonaro e pavingmente uma nova maioria política na sociedade e um novo projeto nacional de desenvolvimento para o Brasil.

É preciso pensar o Brasil no curto, médio e longo prazos, olhando para suas especificidades e suas potencialidades. Superar retrocessos e avançar, enfrentando de imediato a fome e o desemprego, a crise sanitária, ambiental, cultural e política.

Resistimos! Cresce a indignação. Cresce a convergência entre as forças políticas. Cresce a vontade de reconstruir. Somemos forças nos territórios e nas periferias.

Que possamos restabelecer a democracia, o estado democrático de direito, a pluralidade comunicacional sem falsas notícias e outros crimes de informação.

Que a política de segurança restabeleça a cidadania e a vida.

Que a solidariedade supere o individualismo. Que o sorriso substitua as lágrimas. Que o amor supere o ódio,

Que floresça a esperança!

## QUEM PRECISA DE TANTA TERRA?

*João Signorelli\**

Começo minha participação nesse livro com um conto de Liev Tolstói, escritor russo e um dos precursores da desobediência civil. Que influenciou Mahatma Gandhi, que por sua vez influenciou Nelson Mandela e Martin Luther King. O conto chama-se: “De quanta terra precisa o homem?”. Ele narra a história de Pakhóm, o ambicioso dono de terras que buscava incessantemente expandir suas posses. “Se eu tivesse muita terra, não temeria nem mesmo o diabo”, diz ele. Pois o próprio diabo, ao ouvi-lo, resolve testá-lo. Faz chegar aos ouvidos de Pakhóm que o chefe de uma aldeia distante estava disposto a doar suas propriedades. Ao chegar lá, o chefe da aldeia explica a Pakhóm que tudo que ele precisa fazer é caminhar pelas terras. O quanto ele caminhasse seria o quanto de terras lhe seria doado, sem custo e com apenas uma condição: ele deveria retornar ao ponto de partida onde estava o chefe da aldeia antes do pôr do sol. Pakhóm se lança então na empreitada e começa a caminhar. Quanto mais anda, mais se deslumbra com o que vê e mais quer.

A certa altura, observa que já passa do meio-dia e que, junto com a tarde, o sol vai começar a descer no horizonte. Mas ele está tão cego na sua ambição que pensa: “Só mais um pouco, só mais este morro, só

---

\* Mineiro de Cambuquira, 66 anos, é ator há 50 anos, com passagem por todas emissoras de TV, 30 peças de teatro e 16 filmes. Há 19 anos divulga, através da peça Gandhi – um líder servidor, a cultura de paz.

mais aquele campo”, e segue caminhando. De repente se dá conta de que está muito longe do ponto de partida, que o sol já começa realmente a descer. Se ele não chegar antes do pôr do sol, toda caminhada terá sido em vão e as terras não serão dele. Passa então a correr de volta, acelerando o passo em uma corrida desesperada para não perder as terras conquistadas. Corre tanto que, ao chegar de volta à aldeia, cai morto aos pés daquele que o aguardava. É quando o chefe da aldeia se transforma e revela ser ele mesmo o diabo. Olha para Pakhóm caído e diz, com um sorriso nos lábios: “Queria tanta terra, mas acabou apenas com um lote de 2 metros de comprimento por 1 metro de largura”. Então me pergunto: por que e para que, no Brasil, algumas pessoas querem tomar terras de índios, que aqui estão há muito tempo e sempre cuidaram muito bem dessas terras. Querem tomar terras dos quilombolas, querem impedir que trabalhadores e trabalhadoras ocupem terras ociosas e produzam coisa belíssimas e baratas. Querem os expulsar para as periferias das grandes cidades pobres, isolando-os. Querem tomar a cultura do Brasil, que é tão diversa, rica e criativa, e impor a cultura deles. Apesar de vocês, amanhã há de ser outro dia. As verdadeiras pessoas de bem, que têm amor dentro de si e que olham para o outro, ficarão. Enquanto os que se dizem do bem, mas carregam ódio no coração e armas na mão, passarão.

# PARA SALVAR A DEMOCRACIA

*José Álvaro Moisés\**

Nos anos 80 do século passado e nas três décadas seguintes, o Brasil fez parte do que foi chamado de A Terceira Onda de Democratização do planeta. Além de Portugal e Espanha, o Brasil e outros países da América Latina, e após a queda do Muro de Berlim, a maioria de países do Leste europeu, inclusive a Polônia e a Hungria, se democratizaram, realizaram eleições competitivas para escolher governos e avançaram na direção de consolidar regras mínimas de funcionamento do regime democrático. Pouco mais de 30 anos depois, contudo, a onda de democratização do mundo foi substituída, a partir de 2006, pelo que vários analistas chamaram de A Recessão Democrática, referindo-se a um conjunto de países como Rússia, Venezuela, Turquia, Filipinas e Nicarágua que restringem àquelas regras, limitando os direitos da oposição, ameaçando o império da lei e convertendo-se no que a ciência política contemporânea designou de regimes híbridos ou democracias liberais.

Agora, no início da terceira década do século 21, esse panorama se complicou ainda mais com a emergência de vários governos populistas, à direita e à esquerda, que progressivamente se converteram em fonte de ameaça à democracia. Além de Trump nos Estados Unidos, os líderes de países como a Polônia e a Hungria, Morawiecki e Orbán, respec-

---

\* Cientista político, professor, jornalista e escritor brasileiro. Professor titular de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e diretor do Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas da USP.

tivamente, assim como Maduro, Corrêa e Ortega na América Latina, passaram a se reivindicar como os únicos representantes autênticos do povo, e usando a retórica de combate às elites políticas tradicionais, passaram a limitar os direitos civis, atacar a liberdade de imprensa e a retirar a autonomia de instituições como o judiciário. Mais ainda: como chamaram a atenção os autores do livro *Como Morrem as Democracias*, hoje a ruptura desse regime não está mais se dando por golpes militares ou revoluções. O *modus operandi* dos líderes que ameaçam a democracia se centra na intervenção autoritária e na destruição de instituições democráticas como cortes de justiça, partidos e o parlamento. O ataque antidemocrático atinge o que se designa de regras fundamentais do jogo que define a democracia, ou seja, o império da lei, a separação e a autonomia dos poderes republicanos, a participação dos cidadãos, o respeito ao pluralismo e à diversidade política, as eleições livres e competitivas e a transparência dos atos de governo.

Sob o governo de Jair Bolsonaro, o Brasil também adotou o modelo neopopulista que avança em vários países. Desde o primeiro momento de seu mandato, além da defesa da tortura e de ataques a direitos fundamentais de segmentos sociais como os negros, os índios e as mulheres, Bolsonaro agiu para colocar sob seu controle os principais organismos do sistema de *accountability*, responsáveis pelo controle e monitoramento do abuso de poder, como a PF, o MPF, a Receita Federal, o COAF, e assim por diante, sem falar dos organismos de combate às ações que ameaçam o meio ambiente. O presidente da República questiona também a legitimidade das instituições eleitorais, sobretudo o voto eletrônico e, mais importante, a própria Justiça Eleitoral. Acusa o TSE de querer fraudar as regras eleitorais para favorecer o seu principal adversário, Luiz Inácio Lula da Silva, antecipando argumentos que poderá usar para contestar os resultados eleitorais de 2022 e, eventualmente, não dar posse ao vencedor.

Isso se constitui na mais grave quebra da regra democrática que se baseia na soberania dos cidadãos. Mais ainda, ao estimular o armamento da população civil com medidas que ampliam a posse e o uso de armas por pessoas que podem não estar preparadas para isso, o presidente ameaça tomar medidas imprevistas na Constituição para fazer fren-

te a conflitos que o contrapõem a poderes como a Corte Suprema. É uma ameaça ao princípio democrático que advoga a solução pacífica de conflitos legítimos de sociedades complexas e desiguais como o Brasil. Bolsonaro não aceita a noção que define o fenômeno democrático em face de alternativas como a da guerra de todos contra todos, e prevê a disputa eleitoral baseada na incerteza de resultados. As alternativas não eleitorais à democracia demandam o uso da força e da violência para dirimir conflitos políticos, e isso está implícito na defesa que o presidente faz do uso de mecanismos extra constitucionais para fazer frente às disputas políticas.

Por isso tudo é preciso derrotá-lo nas eleições de 2022, embora a democracia também tenha outros desafios no Brasil. Uma ampla frente democrática deve se preparar para vencer as eleições de 2022, mas também deve estar pronta para oferecer alternativas para os déficits de funcionamento do regime no país. A democracia está em crise em várias partes do mundo, e no Brasil essa crise se expressa sobretudo no terreno da representação política. O sistema de representação proporcional de lista aberta, baseado em distritos eleitorais de grande magnitude, não assegura a igualdade de representação: eleitores de alguns Estados têm mais poder que os de outros. Isso atrapalha a escolha dos eleitores, fragiliza a conexão entre representados e representantes e enfraquece os partidos ao fazer candidatos de uma mesma agremiação disputar entre si. Associado a isso, a assimetria de poderes entre o Executivo e o Legislativo, com as excessivas prerrogativas do primeiro – a exemplo de seu predomínio para definir quase unilateralmente a agenda política –, dilui as responsabilidades de parlamentares e de partidos quanto às suas funções de fiscalização e controle de governos. Isso restringe o desempenho das minorias e impacta negativamente a percepção da representação política: o Congresso, depois dos partidos, é a instituição mais rejeitada e fonte de desconfiança dos eleitores. As propostas existentes para enfrentar a situação não são boas: pretende-se substituir o sistema proporcional pelo majoritário para escolher parlamentares, introduzindo o chamado Distritão, o que anulará o papel dos partidos políticos, fragilizando a cadeia de delegação de poderes que vai dos cidadãos para os partidos, e destes para as demais instituições, sem com isso

enfrentar a distância que existe entre representados e representantes. Ademais, a volta do sistema de coligações partidárias ainda é um risco, apesar de o Brasil ser um dos únicos países do mundo que sustentou o sistema de coligação para a representação política. A regra significava que o eleitor votava, por exemplo, em um partido progressista e elegia, de fato, um representante conservador. As mudanças propostas poderiam, assim, anular os efeitos positivos da reforma positiva introduzida em 2017: fim das coligações e um sistema leve de cláusula de desempenho dos partidos.

Para salvar a democracia, além de derrotar Bolsonaro nas eleições, os democratas deverão ser capazes de enfrentar os déficits do regime que hoje facilitam a formação de governos como o dele.

# DIREITOS HUMANOS NA DEMOCRACIA: REMÉDIO PARA A PANDEMIA

*José Gregori\**

Março de 2022.

Escrevo-lhes de um período no qual não há nada mais necessário do que o esforço – tantas vezes idealístico – dos Direitos Humanos. Hoje, encontramos-nos em face aos escombros deixados pela pandemia da COVID-19. Perante tal cenário, a dimensão dos Direitos Humanos não pode passar despercebida no vasto horizonte das soluções. Fomos pegos de surpresa por um mal invisível, que trouxe à luz a necessidade de novos engajamentos. Evidenciou-se que uma boa governança, quando acompanhada de atenção integral e informativa direcionada à população, pode, de fato, salvar vidas. Deste modo, percebo que a pandemia elevou a ciência como ente que satisfaça todos os meridianos culturais e sociais neste período crítico para a humanidade. No momento em que um vírus mortal e desconhecido atingia tanto o habitante da China como o da Terra do Fogo, unimo-nos como sujeitos à moléstia, todos passíveis de um tratamento recentemente descoberto pelas ciências biomédicas com

---

\* Ministro da Justiça e secretário nacional de Direitos Humanos no Governo FHC, coordenou o Primeiro Plano Nacional de Direitos Humanos, sendo o único brasileiro a receber o prêmio cinquentenário da Declaração Universal de Direitos Humanos da ONU. Preside a Comissão de Direitos Humanos da USP e o Conselho da Amigos da Arte. É membro do Conselho da Cultura do Estado de São Paulo.

extenso apoio das ciências humanas e exatas. A pandemia mostrou que quando o mal atinge tamanha amplitude, só pode ser combatido pelo esforço se de muitos – ou, mais precisamente, de todos. Nas lutas que permearam a sobrevivência de pessoas negras e LGBTQ+, mulheres, ativistas dos Direitos Humanos e demais sujeitos de direito que lutam a favor da vida e contra a opressão, encontramos certos denominadores comuns, como responsabilidade, consciência social, progresso científico e combate ao egoísmo – este último, por vezes, inato à condição humana.

Imaginemos um cenário hipotético: a transmissibilidade do vírus é interrompida em determinada realeza, ao passo em que toda a nação continua infectada. Em tal cenário, a única afirmação que me resta é a de que não houve cura alguma. Qualquer cura só virá quando toda a população for submetida ao mesmo tratamento que afastou o vírus de sua realeza. Há muitos séculos, os Direitos Humanos vêm demonstrando que só há cura possível para qualquer mazela – seja de ordem social ou biológica – quando prevalece um respeito amplo. A valorização da vida e de suas manifestações no mundo é mais do que suficiente para que se efetive alguma cura: é necessária. Quando os impactos da COVID-19 alcançaram uma escala pandêmica, os chefes de estado – que assim se consideram – viram a mobilização da população em uma cruzada única, a favor da vida, como incomparável salvação às suas respectivas nações.

Contudo, dispensa apresentações o fato de que, infelizmente, no Brasil não houve respeito a essa potencialidade adotada por tantos sujeitos de direito. Aqui, na contramão da vanguarda e na transgressão das regras aplicadas pelo mundo, temos um presidente que sustenta e amplia a polarização característica de grande parcela de nossa história. Por outro lado, é reconfortante ver que no Brasil ainda há uma pequena porcentagem que busca a integração da sociedade por meio da valorização da vida. Aqueles e aquelas constituem essa porcentagem lutaram – e ainda lutam – por um solo comum para o crescimento dos Direitos Humanos no Brasil e, notadamente, encontraram certo apoio para soluções globais. Em minha trajetória, aprendi que a caminhada dos Direitos Humanos é uma jornada que, em primeiro lugar, não tem volta; em segundo lugar, não tem derrota; e, em terceiro lugar, exige de nós uma compreensão de que o tempo, a devoção e a insistência é

absolutamente necessária para a nossa vitória. A defesa pela vacinação e pelo uso de máscaras foram obras, também, deste sentimento civilizatório que permeia a luta dos Direitos Humanos e reforça a necessidade de uma nação plural e inclusiva.

Apesar de sofrerem com baixo destaque no Brasil contemporâneo, os Direitos Humanos não de renascer mais fortes quando cada um puder sustentar sua luta baseada na humanização e na solidariedade. Além de estarmos atravessando um momento histórico incendiário e que suscita questionamentos constantes, temos um compromisso com mais de 650 mil pessoas que se foram em função da ausência de solidariedade do chefe da nação para com os minoritários esforços em prol da vida. Tais mortes não merecem apenas nosso respeito e saudades, mas sim a garantia de que a sociedade brasileira comprometer-se-á em não anteciper a ida dos próximos à verdade da vida. Torno a dizer: não há solução individual, egoística ou autocrática que permita a superação de uma pandemia, ainda mais uma que traz junto de si ondas de desinformação e irresponsabilidade social. Nós fomos desafiados. E devemos considerar que, se uma chefia nacional der um exemplo contrário à vida, deverá receber total indiferença e desprezo daqueles que podem salvar o país. Lembremos de uma das lições deixadas por um dos pais dos Direitos Humanos, o indiano Mahatma Gandhi, que aplicou o conceito de pacifismo útil como instrumento da independência de seu país: *se queremos progredir, não devemos repetir a história, mas fazer uma história nova.*

Aquelas pessoas que possuírem a coragem acompanhada por um acesso de lucidez explícita, de defender o desenvolvimento das sociedades, de valorizar as diferenças e compreendê-las na produção política, científica e cultural, essas pessoas devem receber nosso apoio imediato, não importando os posicionamentos adotados por chefias de nosso Estado. Se há um direito dos direitos, este garante que a humanidade não seja devastada. Ademais, a salvação da civilização não pode ser tratada como uma obra individual: é um caminho que dispensa o egoísmo ou poderio que algum setor da sociedade tenha conseguido. Em outras palavras, estamos abrindo uma estrada sem máquinas. Logo, temos que colocar em ação nosso despojamento e nossas potencialidades a fim de aplainar as diferenças que são postas pela vida social e política.



# ECONOMIA: O CALCANHAR DE AQUILES DO PROJETO AUTORITÁRIO DE BOLSONARO

*José Luis Oreiro\**

Qualquer pessoa sensata, nessa altura dos acontecimentos, sabe que Jair Bolsonaro não só não tem nenhum compromisso com a democracia, como deseja se instalar no Palácio do Planalto de maneira definitiva, como um *caudilho* aclamado pelas hostes que o apoiam, ainda que elas não representem a maioria do eleitorado brasileiro. A questão em aberto é saber como e em que condições Bolsonaro poderia se tornar um *caudilho* sem um golpe de Estado clássico por intermédio da intervenção direta das forças armadas contra o Estado Democrático de Direito. Uma repetição do golpe de 1964 não parece estar a disposição de Bolsonaro em função da antipatia dos governos dos Estados Unidos e da França (país com o qual o Brasil tem fronteira terrestre via Guiana Francesa) ao mandatário brasileiro e também, mas não menos importante, a existência de uma parcela significativa de oficiais legalistas no Alto Comando das Forças Armadas Brasileiras.

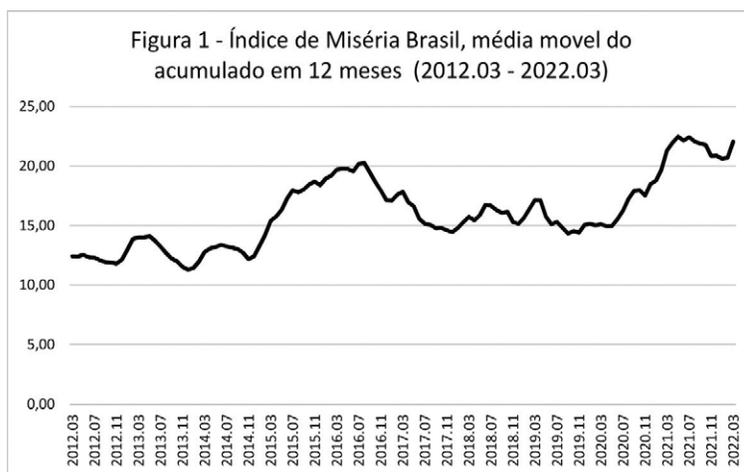
O projeto autoritário de Bolsonaro tem contra si dois obstáculos significativos. O primeiro é a inaptidão revelada de Bolsonaro para go-

---

\* José Luis Oreiro é professor associado do departamento de Economia da UnB, e do programa de integração econômica da Universidade do País Basco (Espanha). Pesquisador nível I do CNPq, membro sênior da Post Keynesian Economics Society e da European Association for Evolutionary Political Economy. Publicou 135 artigos em revistas científicas no Brasil e no exterior. É coautor do livro *Development Macroeconomics: New Developmentalism as a Growth Strategy*.

vernar. Ao longo dos mais de três anos de mandato de Bolsonaro não só não se viu nenhuma iniciativa propositiva por parte do seu governo que tenha sido bem-sucedida – a reforma da previdência só foi aprovada devido ao empenho pessoal do então presidente da câmara dos deputados, Rodrigo Maia, quem também foi o responsável pela aprovação do Auxílio Emergencial durante a pandemia do Covid 19 – como também foram vários os momentos nos quais o Chefe do Poder executivo atuou ativamente para a instabilizar seu próprio governo, participando de atos políticos contra os poderes constituídos, falando impróprios em público, faltando assim com o decoro exigido pelo mais alto cargo da República, e externando publicamente sua falta de paciência com os deveres exigidos a qualquer pessoa que se disponha a servir ao país como Presidente da República. A visão que Bolsonaro passa para o público é de ser um homem mais interessado em aparecer para os seus simpatizantes em eventos pouco ortodoxos, do que alguém que está disposto a “arregaçar as mangas da camisa” e trabalhar duro pelo bem do Brasil.

O segundo obstáculo é dado pela situação atual da economia brasileira. O assim chamado índice de Miséria Econômica, calculado a partir da soma das taxas de inflação e desemprego, encontra-se desde março de 2021 acima do pico observado em agosto de 2016, mês no qual Dilma Rousseff foi definitivamente afastada do cargo de Presidente da República (Ver Figura 1 Abaixo), na série histórica que tem origem em março de 2012.



Fonte: IPEADATA. Elaboração do autor.

Em outubro de 2014, quando Dilma Rousseff foi reeleita para o cargo de Presidente da República, o índice de miséria no Brasil encontrava-se em 12,71, muito abaixo dos valores acima de 20 registrados no início de 2022. Importante também observar que o processo de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff foi antecedido por um período de crescimento contínuo do índice de miséria, o qual alcançou o nível de 18,42 em dezembro de 2015 (um aumento de quase 50% no índice de miséria em pouco mais de um ano), mês no qual o então Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, aceitou um dos pedidos de impeachment da Presidente da República. Sem esse aumento do índice de miséria seria extremamente improvável<sup>1</sup>, para não dizer impossível, que fosse criado no Brasil o clima político para o impeachment.

Apesar do índice de miséria estar atualmente muito acima dos níveis observados nos meses que antecederam o impeachment de Dilma Rousseff, as pesquisas de opinião têm mostrado não só uma notável resiliência da popularidade de Bolsonaro, como ainda a consolidação de uma intenção de voto que flutua em torno de 30% do eleitorado! Como economista tenho que admitir que essa resiliência de Bolsonaro me intriga. O PIB brasileiro no final de 2021 se encontrava abaixo do nível observado no final de 2013, perfazendo assim quase uma década de estagnação econômica. O padrão de vida da população brasileira, medido pelo PIB per-capita em US\$, encontra-se abaixo do valor de 2009, um recuo de quase 15 anos! No entanto, 30% dos eleitores brasileiros não só estão contentes com o governo Bolsonaro, como ainda estão dispostos a lhe dar um novo mandato.

A explicação simplista para esse paradoxo por parte dos assim chamados setores progressistas da sociedade brasileira é de que o Brasil tem 30% de fascistas na sua população, por isso a popularidade de Bolsonaro não cai. Embora eu não duvide da existência de um percentual expressivo de “fascistas” no eleitorado brasileiro, essa explicação não me convence. Isso porque em 2018 Bolsonaro foi bem-sucedido em desviar o foco da

---

1 O leitor interessado numa análise técnica das causas da grande recessão brasileira de 2014-2016 pode consultar Oreiro, J.L (2017). “A grande recessão brasileira: diagnóstico e uma agenda de política econômica”. Estudos Avançados. 31(89), pp. 75-88.

discussão política da situação econômica brasileira, marcada por desemprego elevado e miséria crescente, para a “agenda de costumes”. Nesse contexto, Bolsonaro se apresentou como o “mito” que iria salvar o Brasil do (sic) “comunismo” e da degradação moral perpetrada pela “esquerda” contra a família e contra os valores Cristãos do povo Brasileiro.

Lembro de uma conversa que tive em Berlim em outubro de 2019 com meu colega espanhol Jesus Ferreiro, professor da Universidade do País Basco (Espanha), durante um encontro internacional no qual ambos participamos. A conversa fluiu em torno da comparação de Bolsonaro com o Generalíssimo Francisco Franco. A ditadura de Franco durou quase 40 anos na Espanha. O lema de seu governo era “Por Dios y por la Patria”, algo similar ao “Deus acima de tudo e Brasil acima de todos” de Bolsonaro. Mas a comparação entre as duas figuras resultava patética: enquanto Francisco Franco era um militar de carreira, com um currículo invejável de vitórias em campo de batalha, tendo chegado ao posto de General com 33 anos, vencido duas guerras (a Guerra Colonial no Marrocos Espanhol e Guerra Civil Espanhola), ser uma pessoa de poucas palavras e extremamente educado, com um único casamento e católico praticante até a sua morte; Bolsonaro era um militar indisciplinado, reformado do exército por insubordinação quando ainda era tenente, casado três vezes, com filhos fora do casamento, e ainda por cima apóstata, pois recebeu um segundo batismo fora da Igreja Católica. Esse, por assim dizer, currículo torna Bolsonaro a pessoa menos indicada para liderar uma “Revolução Conservadora”. Mas o povo brasileiro enxergou Bolsonaro mais indicado para salvar o Brasil da “degradação moral” do que o “careta” Fernando Haddad.

Bolsonaro é um enigma e é necessário decifrá-lo para que não nos devore. Minha intuição é de que é fundamental abrir os olhos dos eleitores brasileiros para a grave situação econômica do Brasil, que Bolsonaro não só não fez nada para amenizar como ainda tomou e toma atitudes que agravam a mesma por acentuar o isolamento diplomático do Brasil no mundo. O Presidente Franklin Roosevelt certa vez disse que nunca se deve jogar no campo escolhido pelo adversário. Bolsonaro escolheu jogar no campo dos “costumes”, muito embora não seja pessoalmente qualificado para isso. Nós que defendemos a democracia precisamos jogar no campo da economia e atrair Bolsonaro para jogar nesse campo. Se assim o fizermos, com a Graça de Deus, iremos expulsar os “bárbaros” de Roma nas eleições de 2022.

# BRASIL: A DEMOCRACIA SOB ATAQUE

*José Renato Melhem\**

Como tenente e capitão no Exército brasileiro (até ir para a reserva, em 1988), ou como vereador (1989 e 90) e posteriormente deputado, Jair Messias Bolsonaro sempre esteve confinado a grupos do chamado “baixo clero”. Sua atuação como parlamentar federal (iniciada em 1991 e que durou 28 anos) foi ineficiente – marcada por baixa participação e poucos projetos aprovados. Em toda a sua trajetória até 2018 sempre manteve uma postura agressiva contra o sistema político institucional, repleta de falas espalhafatosas de cunho racista e misógino, que só reverberavam em parcela limitada e específica da sociedade – que hoje é conhecida como do ‘cercadinho’.

Com raras exceções, não ocorreram grandes solavancos em sua trajetória e Bolsonaro se manteve com a mesma postura, seja nos tempos de capitão do Exército ou na Presidência da República. Mas o Brasil mudou nos últimos anos: em consonância com o que ocorre em outros países, ainda a partir do início da década passada o brasileiro foi se desencantando com a política partidária, o modelo de capitalismo

---

\* Formado em Arquitetura e Urbanismo pela PUC/Campinas e atualmente trabalha na CET, empresa vinculada à Prefeitura de São Paulo. É conselheiro do Conselho de Arquitetos e Urbanistas do Estado de São Paulo e diretor no Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas do Estado de São Paulo, ambos desde 2021. Foi criador do Programa Passeio Livre da Prefeitura Municipal de São Paulo, que executa a padronização de calçadas e revitalização de ruas na capital.

neoliberal se desgastou e uma parcela da sociedade se viu excluída da atuação do Estado.

Nesse contexto, o deputado de falas agressivas captou essa indignação antissistema, passou a ter mais espaço na mídia e surfou nessa ‘onda’, que teve uma primeira ebulição nas manifestações conhecidas como as ‘Jornadas de Junho’ de 2013. Estas manifestações – que começaram questionando um aumento de 20 centavos na tarifa de ônibus da Capital paulista –, devido a seu apelo social amplo, por um lado, e por outro em resposta a forte repressão policial, rapidamente cresceram e ganharam dimensão nacional, mudando o foco do aumento da passagem ou da defesa do passe livre no transporte público, para um incômodo com os governantes da época – especialmente da esfera federal--, do Legislativo ao Executivo, encarnado na figura da Presidente Dilma Rousseff e no Partido dos Trabalhadores – PT.

O público presente nas *Jornadas de Junho* era muito diversificado, mas pode-se destacar três grupos principais: representantes da esquerda frustrados com a moderação do Governo Federal, no qual depositou muita esperança; uma classe média indignada com os casos de corrupção que eram amplamente divulgados na mídia; e um grupo politicamente extremista e barulhento, predominantemente masculino e saudosos da ditadura militar –que, assim como Bolsonaro, questionava a própria democracia, o sistema político partidário e os movimentos sociais. Na visão deste último grupo, a democracia teria sido cooptada pela esquerda, que manipulava o Estado para promover a corrupção e uma ideologia pautada em minorias, que estaria tirando a liberdade da família tradicional – neste caso, uma família específica, chefiada por um homem branco e heteronormativo. Esta ideologia antidemocrática, que idealiza o nefasto período da última ditadura militar brasileira, começou minoritária, mas foi ganhando tanto visibilidade como força (num círculo vicioso) e encontrou em Bolsonaro um líder carismático para comandá-la fanaticamente – não por acaso o chamam de “Mito”.

Nesse momento, Bolsonaro passou a ganhar projeção nacional, a ponto de se credenciar para concorrer competitivamente à Presidência da República em 2018. Até então, sua posição era tão periférica na política institucional que nenhum partido grande o aceitou como candidato;

mas essa ressonância na sociedade foi suficiente para que se arriscasse nesta “missão”.

A eleição de 2018 foi inédita em vários sentidos. Os sentimentos que seduziram o eleitor foram tão singulares que não têm precedentes no passado recente e nem se repetiram na eleição seguinte, em 2020. Alguns fatores explicam a vitória de um personagem tão violento e contraditório. Na campanha, foi desenvolvido um trabalho intenso de comunicação nas redes sociais, liderado pelo filho Carlos Bolsonaro, baseado no método de Steve Bannon, que foi estrategista chefe da campanha de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos em 2016. Em 2018, a disputa se deu principalmente em um ambiente de agressividade e disseminação de *fake news* – ambiente no qual a família Bolsonaro se sente confortável.

A prisão arbitrária de Lula (em abril de 2018), o principal concorrente, impediu-o de se candidatar; o restante da oposição ao bolsonarismo acabou dividida em vários candidatos da centro-esquerda à centro-direita. E, claro, ocorreu a enorme repercussão do fatídico episódio de uma facada proferida em Bolsonaro, durante uma manifestação em Juiz de Fora, Minas Gerais, que o transformou em mártir. Esses foram alguns dos fatores que o conduziram ao posto de principal candidato anti-PT, anticorrupção e antissistema, a tríade que atraiu o eleitor e o brindou com 55,13% dos votos válidos no segundo turno.

É importante dizer ainda que muitos se seduziram com o discurso de que o capitão iria promover um processo retrógrado e moralizador dos costumes.

Podemos dizer que o capitão reformado captou a indignação popular contra a política e a economia vigentes, claramente apenas no discurso e não no conteúdo, pois suas ações são retrógradas e não progressistas.

A família Bolsonaro atraiu o eleitor para uma cruzada de desmantelamento do que apontava como um avanço da esquerda no Poder Federal. Temas centrais – como políticas sociais e econômicas – foram colocados em segundo plano ou até “terceirizados” ao “posto Ipiranga”, apelido dado ao futuro Ministro Paulo Guedes – economista neoliberal que serviu de âncora para trazer a elite empresarial para a campanha.

A ascensão de Bolsonaro reanimou uma parcela reacionária população, com forte representação na elite econômica, que assistira submersa

ao processo de redemocratização brasileiro e aos governos democratas que se sucederam e que reformaram o país após 94 –, notadamente os governos de Fernando Henrique Cardoso e, posteriormente, Lula e Dilma Rousseff (PSDB e PT, respectivamente). Apesar de serem governos de partidos antagônicos, em muitas questões, ambos tiveram como marca de gestão o foco no desenvolvimento econômico com distribuição de renda, modernização dos costumes e respeito às instituições da República.

Eleito sob a ótica do extremismo, da polarização e do confronto, Bolsonaro governa o Brasil em permanente “campanha eleitoral”, inflando seus grupos extremistas e preocupado sobretudo em desmontar e destruir, muito mais do que em construir. É sintomático que o Brasil esteja rapidamente voltando a índices inflacionários anteriores ao Plano Real e também a índices sociais anteriores aos dos governos petistas. Em 2021 de um total de 211,7 milhões de brasileiros(as), 116,8 milhões conviviam com algum grau de Insegurança Alimentar<sup>1</sup>. Ao contrário de presidentes anteriores, como Juscelino Kubitschek, que teve a meta de avançar 50 anos em 5, o desejo, agora, é retroceder aceleradamente a um passado idealizado.

A despeito do cargo que ocupa, Bolsonaro entregou o governo e a governabilidade ao grupo de partidos do chamado “Centrão” da Câmara Federal, que durante a eleição ele chamava de “velha política”. Assim, ocupa seu tempo quase que exclusivamente tentando ‘pautar’ a imprensa e a sociedade. Aproveita-se da visibilidade do cargo que ocupa e sistematicamente lança factoides ou polêmicas pensadas para gerar discussão e engajamento. São polêmicas que atacam sobretudo minorias, a Cultura ou a democracia e suas instituições. Com isso mantém sua militância engajada e, ao mesmo tempo, escandaliza a oposição – principalmente a esquerda e parte da grande imprensa. Seus arroubos vão reverberando e naturalmente encobrem os temas que lhe desagradam, como as mortes na pandemia ou o crescimento da inflação, da miséria

---

1 Fonte: Pesquisa da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), realizada em 2021 sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. <https://www.fao.org/family-farming/detail/en/c/1392789/>

e do desemprego – uma estratégia já desmascarada, que inclusive é observada em outros políticos e países, mas que, mesmo assim, tem surtido efeito. Sem o mesmo espaço no debate público, a oposição fica asfixiada e, pressionada, não tem conseguido se articular e promover novas lideranças, nem confrontar ou apresentar uma alternativa ao des-governo que Bolsonaro comanda.

Durante o governo Bolsonaro o retrocesso foi em várias áreas, mas considerando a proposta deste livro, destaco aqui apenas parte delas, neste capítulo sobretudo as que se relacionam com a minha área de estudo. Como parte da estratégia de desmonte das instituições democráticas, Jair extinguiu ministérios importantes, como o da Cultura e o das Cidades, ou entregou outras pastas à negacionistas. O Ministério do Meio Ambiente foi oferecido (em 2018) a um notório defensor da grilagem em terras indígenas e o Ministério da Educação teve trocas constantes no comando, mas sempre com o princípio de perseguir professores e um suposto “esquerdismo no Ensino Superior”. No Ministério da Saúde o negacionismo foi ainda mais explícito: em plena pandemia de Coronavírus, Messias substituiu o médico Ministro Henrique Mandetta por um general, que militou contra o isolamento social, negou a Ciência e priorizou falsos remédios em detrimento da salvadora vacina – o que foi determinante para a morte de mais de 680 mil brasileiros.

Uma derrocada grave foi o sucateamento da área cultural, com base na lógica de inventar e perseguir inimigos, neste caso os da classe artística. Foram travados propositadamente os instrumentos de financiamentos públicos à Cultura, que já vinham sendo muito sufocados pelas restrições da pandemia de Coronavírus. A Cultura é muito presente na vida das pessoas e especialmente importante no meio urbano do Brasil contemporâneo. Além disso, preservar o patrimônio cultural, arquitetônico e histórico é manter vivo o que dá identidade a um povo. Arte e Cultura são fundamentais na construção de uma nação que aproxima as pessoas, respeita a diversidade e reforça laços de comunhão. Ser patriota não é só levantar bandeiras, mas construir um país integrado e soberano.

Outro retrocesso histórico ocorre nas Relações Internacionais. O primeiro chanceler escolhido foi Ernesto Araújo, um discípulo de Olavo de Carvalho (guru da família Bolsonaro) e partidário da antiglobalização.

Com o abandono da diplomacia tradicional e manutenção de um clima permanente de confronto com ‘inimigos’ estrangeiros, o Brasil foi marginalizado da pauta global de negociação. É preciso reinseri-lo no cenário internacional, o que é ainda mais urgente no contexto atual de grandes instabilidade e transformação, com guerras, epidemias, disputas comerciais intensas e aquecimento global. O Brasil precisa, por exemplo, defender seus interesses econômicos e ser protagonista no debate sobre desenvolvimento sustentável e preservação ambiental. Pela riqueza natural do seu território, o país tem tudo para voltar a liderar neste tema. O aquecimento global precisa ser enfrentado com seriedade, se realmente se deseja que os seres humanos continuem vivendo no planeta Terra por muito tempo.

Na área de Urbanismo, o reflexo desse processo de destruição é visível. Alguns programas sociais fundamentais, que eram coordenados pelo Governo Federal, foram gradativamente sendo desmontados e/ou sucateados. Um processo que começou lentamente no governo Temer, mas se acentuou fortemente no governo Bolsonaro com a extinção do Ministério das Cidades.

O governo brasileiro, que já foi um dos maiores financiadores de moradia popular no mundo (no auge do programa ‘*Minha Casa Minha Vida*’), sob Bolsonaro reduziu-se sua atuação nesta área, deixando ao acaso milhares de brasileiros que não tem condição de adquirir uma casa própria sem financiamento e, com a pandemia, não conseguem honrar o aluguel de sua residência. Como comparação, em 2016, a terceira fase do programa ‘*Minha Casa Minha Vida*’ fixou a meta de construir 2 milhões de unidades até o final de 2018, enquanto em 2019, já no governo Bolsonaro, a meta caiu para 400 mil casas naquele ano<sup>2</sup>. Assim o investimento anual destinado ao programa que era de R\$ 11,3 bilhões, em média entre 2009 e 2018, caiu para R\$ 4,6 bilhões em 2019 e depois para R\$ 2,54 bilhões em 2020<sup>3</sup>.

---

2 Fonte: Relatório de Avaliação – Programa Minha Casa Minha Vida do Ministério da Economia, Secretaria Especial de Fazenda, Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria de dezembro de 2020.

3 Fonte: matéria de Daniel Giovanaz para a ‘Brasil de Fato’, com o título: Triste fim do Minha Casa Minha Vida: como Bolsonaro extinguiu o programa sem alarde.

O resultado são milhares de pessoas em condição de miséria, que se alojam pelas ruas e praças das cidades, sem alternativa de moradia ou emprego. Por outro lado, existem imóveis desocupados sem cumprir sua função social, como prevê o *Estatuto da Cidade* (lei 10.257 de 2001). Para entender o tamanho da tragédia: na Capital paulista, por exemplo, o déficit habitacional é estimado em 322.660 domicílios<sup>4</sup> ou seja, um número próximo ao de imóveis vagos disponíveis, que são aproximadamente 290 mil<sup>5</sup>.

O Brasil precisa de reformas urbana e agrária que promovam o acesso à moradia nas cidades, para quem não a tem, e à terra para quem quer trabalhar no campo. Enquanto isso não ocorrer, o país continuará colocado entre os atrasados do mundo. O impacto social de uma bem conduzida desconcentração imobiliária e fundiária seria expressivo socialmente: além de trazer dignidade às pessoas e promover justiça social, potencialmente aumentaria a produtividade da economia brasileira, pois resultaria em mais gente trabalhando e uma ocupação territorial mais eficiente e equilibrada.

O *Programa de Aceleração do Crescimento-PAC* (criado em 2007 pelo Governo Federal) visava, entre outras medidas, financiar obras de infraestrutura urbana, para alavancar o desenvolvimento sustentável brasileiro. Com a descontinuidade atual PAC, o Estado se tornou omissor e a intervenção ficou restrita a projetos de interesse privado – o que significa deixar o espaço urbano praticamente entregue ao mercado, muitas vezes guiado pelos interesses especulativos.

Sem a efetiva intervenção do Estado, a maioria das grandes cidades brasileiras têm um crescimento espraiado que empurra a população carente para a periferia, ao mesmo tempo em que concentra riqueza e infraestrutura no entorno das regiões centrais. E muitas destas têm ocupação e uso concentrado apenas no período do expediente comercial, gerando desperdício, uma vez que uma região estruturalmente bem-dotada fica desabitada no período noturno, ao mesmo tempo em que a população de baixa renda habita áreas cada vez mais afastadas do

---

4 Fonte: Estudo de 2019 da Fundação Getúlio Vargas-FGV.

5 Fonte: Censo realizado pelo IBGE em 2010.

Centro, em residências autoconstruídas, sem o apoio de profissionais para projetar e planejar. São comunidades imensas vivendo em bairros dormitório com construções tão precárias quanto sua infraestrutura.

É notório que morar adequadamente não se resume a possuir uma habitação, é preciso infraestrutura sanitária básica e ter acesso a comércio e serviços, bem como a equipamentos de saúde e educação. Esse desequilíbrio na localização da habitação popular resulta em um grande gargalo na área da mobilidade urbana: milhões de brasileiros perdem horas do seu dia para atravessar quilômetros de distância para ir e voltar do trabalho cotidianamente. Além disso, a maioria das cidades brasileiras tem a mobilidade concentrada no automóvel particular, moto e ônibus e com opções tímidas de transporte de massa, seja sobre trilhos ou hidroviação, bem como não possuem condições acessíveis para a mobilidade ativa de pedestres e ciclistas.

Os planos municipais de mobilidade (exigidos pela Lei Federal nº 12.587) a serem elaborados pelas prefeituras se constituem em instrumentos de mudança dessa realidade, mas para isso precisam ter o apoio do Governo Federal. É necessário ter um planejamento adequado para a logística e o transporte urbanos. Ampliar o sistema público de transporte sobre trilhos, bem como estabelecer uma infraestrutura adequada para mobilidade ativa, são um imperativo no mundo inteiro, considerados como as grandes alternativas de transporte saudável e menos poluente. Porém o apoio a elaboração e o financiamento a execução destes planos foi abandonado tragicamente pelo atual Governo Federal e a retomada deles deve ser uma prioridade em um futuro governo democrático.

A paralisação desses projetos implica em atrasos que se refletem na insegurança social, na péssima qualidade de vida de boa parte da população, em doenças físicas e mentais que se disseminam pela sociedade que vive em um ambiente precário e insalubre. A recuperação do tempo perdido passará pela necessidade de restabelecer um Ministério que zele pelas cidades, que auxilie os municípios em seu planejamento e que cuide do espaço urbano – no qual vivem 84,72% dos brasileiros<sup>6</sup>.

---

6 Fonte: Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios—PNAD de 2015.

## PARA RESGATAR O NOSSO BRASIL

Nas eleições de 2022, a tarefa prioritária deve ser derrotar a extrema direita. Além de atrair eleitores para uma candidatura democrata e progressista, também será preciso defender o sistema eleitoral vigente, cuja lisura o atual presidente tenta colocar em dúvida frequentemente, o que gera uma preocupação de que venha, em caso de derrota, a contestar os resultados e tentar golpear o sistema democrático. Uma situação semelhante à que ocorreu com Donald Trump nos Estados Unidos e que culminou com a trágica invasão do Capitólio, em 2021.

Em caso de sucesso neste duplo desafio, ainda caberá ao um futuro governo progressista, mobilizar o povo brasileiro, que foi castigado pelo desgoverno e a pandemia de COVID 19, para se resgatar o verdadeiro Brasil dos brasileiros e reconstruir o que se perdeu nos últimos anos.

Em que pese estes grandes desafios, assim como já ocorreu em outros momentos da história brasileira (como o movimento de redemocratização ocorrido na década de 80), o Brasil democrata, quando está unido, pode muito!



# POR UMA FRENTE AMPLA ATÉ DOER

*Juca Kfourí\**

Acho que a primeira vez em que prestei atenção à política foi quando o marechal Humberto Castelo Branco assumiu o posto de ditador do Brasil, logo após o golpe de 1964.

Eu tinha 14 anos, estava mais preocupado com o fato de o Corinthians completar dez anos sem ser campeão paulista e nem poderia imaginar que levaria mais 13 para soltar o grito da garganta.

Pior: não supunha também que a ditadura duraria 21 anos.

Lembro de minha mãe dizendo ao meu pai que o discurso do militar parecia ser o de um democrata e do velho respondendo que aquilo iria durar, no mínimo, 20 anos. Durou 21, quase tanto quanto os 23 anos do jejum de títulos do Alvinegro de Parque São Jorge.

A ditadura implantada no Brasil, às vésperas do que deveria ter sido a eleição para presidente da República em 1965, antecipou minha formação política.

Os militares e a imprensa justificavam o golpe como se para afastar o risco do comunismo e da corrupção, embora os candidatos favoritos fossem Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda, um moderado mineiro e um carioca direitista.

---

\* Juca Kfourí é sociólogo pela USP e, desde 1970, jornalista. Trabalhou em diferentes emissoras de TV e jornais. Hoje escreve no Blog do Juca.

Por influência de dois queridos primos e de Norberto Nehring, que viria a ser morto sob tortura em 1970, logo aos 17 anos passei a fazer parte do apoio à ALN, o grupo de resistência armada à ditadura.

Em armas não cheguei a pegar, mas ajudava a fazer documentação para quem precisasse sair do país e, assim que tirei carteira de motorista, a dirigir para Joaquim Câmara Ferreira, o Toledo, o Velho, braço direito de Carlos Marighella.

Tempos duros, de muito medo, de muitos equívocos políticos, causados pela indignação e pela sensibilidade diante da interrupção manu militari da democracia brasileira.

A travessia para reencontrar o direito de votar para presidente foi longa, penosa, deixou 434 mortos e desaparecidos e sequelas sem fim.

Particpei como pude da imprensa alternativa e da campanha pelas Diretas Já, fui membro do Partido Comunista Brasileiro — consta até que como mais jovem membro do Comitê Estadual de São Paulo, não sei ao certo se é verdade.

O que sei é que depois da reconquista da democracia e da promulgação da Constituição Cidadã de 1988, jamais passou pela minha cabeça que viveríamos o que passamos a viver depois do golpe judicial, parlamentar e mediático de 2016, culminado com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

Se demorou para ficar comprovado que o golpe de 1964 teve a participação decisiva dos Estados Unidos, algo que os golpistas atribuíam às teorias conspiratórias, o de 2016 não deixou dúvidas com a prática disseminada da chamada lawfare.

Saíram os tanques e metralhadoras e entraram os procuradores e juízes treinados por Tio Sam para derrubar uma política eleita e reeleita pelo povo, cujo único pecado tinha sido o de perder popularidade.

Assim como encarceraram Luís Inácio Lula da Silva, o candidato favorito para vencer a eleição de 2018, acusado de ter cometido crimes tão ridículos que não resistiram ao tempo.

Seus algozes no judiciário foram declarados suspeitos por seus superiores, abandonaram a magistratura, ingressaram na vida política em busca de imunidade parlamentar e já estão na lata de lixo da história.

Mas deixaram como legado um ex-capitão expulso do Exército na presidência da República, alguém que certamente não passaria em exame psicotécnico sério, um miliciano obstinado em destruir, caso patológico de necropolítico, misógino, homofóbico, diabólico e fascistóide.

Para não permitir que permaneça infelicitando o Brasil, enganando os incautos e enriquecendo uma certa elite escravagista que insiste em explorar o povo brasileiro, surgiram inúmeros grupos em defesa de uma frente ampla para reconduzir o país aos trilhos da democracia, do progresso e da justiça social.

O Direitos Já é um deles e dos mais representativos.

Confesso: se aos 20 anos estava em agrupamentos clandestinos, não passava por minha cabeça que, aos 70, voltaria a lutar por democracia, embora num grupo legal, suprapartidário e concentrado apenas em evitar a recondução da barbárie ao Palácio do Planalto.

Permaneço sonhando com um mundo em que prevaleça o ideal (comunista, cristão?) “a cada um de acordo com suas necessidades, de cada um de acordo com suas possibilidades”.

E constato que a história do Brasil tem sido recorrentemente a da interrupção do acesso dos excluídos à moradia, à alimentação e educação pelas forças do atraso representadas pela elite branca que prefere viver em carros e condomínios blindados a dividir a riqueza.

Um chefe de poderosa nação disse certa vez que “quem torna a revolução pacífica impossível, torna a revolução violenta inadiável”.

Não foi Vladimir Lenin, da União Soviética, nem Mao Tsé-Tung, da República Popular da China, nem ninguém de esquerda: foi John Fitzgerald Kennedy, presidente dos Estados Unidos da América do Norte.

Tudo indica que estamos perto do fim do pesadelo e no começo de uma nova reconstrução nacional.

Não bastará eleger um presidente comprometido com a justiça social. Será essencial eleger para o Congresso Nacional parlamentares que representem verdadeiramente os anseios da maioria do nosso povo.

Como será preciso mais que derrotar a família Bolsonaro, mas desmontar o bolsonarismo, reconciliar o Brasil com o que temos de melhor.

A hora é agora, por uma frente ampla, tão ampla até doer.



# DERROTAR A AGENDA DO GOLPE E RECONSTRUIR O BRASIL

*Juliano Medeiros\**

A ofensiva reacionária iniciada após as eleições presidenciais de 2014 ainda representa uma ameaça às promessas democráticas anunciadas na Constituição Federal. Naquele momento, o questionamento ao resultado das urnas por parte da coalizão derrotada foi a senha para o golpe parlamentar que se consumiria menos de um ano e meio depois, sob a liderança do famigerado Eduardo Cunha e dos partidos do chamado “Centrão”. A tentativa de subverter a soberania popular manifestada através do voto demonstrava a disposição das elites econômicas de retomarem as rédeas do Estado brasileiro a qualquer custo.

Ali foi rompido um dos três pilares fundamentais do pacto que dá origem à Constituição Cidadã: o respeito às regras eleitorais e a garantia da alternância de poder. Hoje está comprovado que as “pedaladas fiscais” foram tão somente um pretexto para a deposição de Dilma Rousseff, contra quem não foram comprovadas quaisquer denúncias que sustentassem a acusação de crime de responsabilidade. Na verdade, o impeachment foi a continuidade da operação iniciada por Aécio Neves

---

\* Presidente Nacional do PSOL, é historiador pela Universidade de Brasília (Unb), mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS-Unb) e doutor em Ciência Política pelo Instituto de Ciência Política (IPOL/UnB). Foi presidente da Fundação Lauro Campos.

e pelo PSDB para colocar fim aos governos de coalizão liderados pelo PT, incapazes de fazerem todas as concessões exigidas pelo mercado.

Quebrado o pacto democrático, o golpe passou a mirar os outros dois pilares que fundam a Nova República: a garantia da expansão gradual de direitos com vistas a combater a desigualdade social e a participação ativa do Estado nos setores estratégicos da economia, ainda que assegurando sua natureza plenamente capitalista. Uma vez no poder, os golpistas – liderados pelo impopular Michel Temer – passaram a implementar a agenda derrotada nas urnas em 2014. Entre outras medidas, o novo governo colocou em marcha a reforma trabalhista, a Lei das Terceirizações, a Emenda Constitucional 95 – que congela a ampliação de investimentos sociais por vinte anos – a mudança do sistema de exploração do pré-sal, dentre outras.

Essa agenda aprofundou a crise social e econômica, empurrando milhões de trabalhadores para a informalidade, ampliando o desemprego, a fome e a miséria. Mas não foi suficiente. Para viabilizar a agenda de retrocessos, era necessário impedir a participação do principal candidato da oposição nas eleições de 2018. A Operação Lava Jato foi o instrumento escolhido para criminalizar as esquerdas e tirar o ex-presidente Lula do páreo eleitoral. Sua prisão sem provas foi um dos atos mais desesperados da agenda golpista iniciada em 2014. Mas o tiro saiu pela culatra: o bloco de partidos que sustentaram o governo Temer, alinhados majoritariamente à candidatura de Geraldo Alckmin, então no PSDB, foram fragorosamente derrotados nas urnas, permitindo o surgimento de uma nova força hegemônica nas direitas: o bolsonarismo.

O bolsonarismo representa a radicalização da agenda do golpe de 2016. Com Paulo Guedes à frente do Ministério da Economia, o governo Bolsonaro tem buscado concluir a obra iniciada por Temer. O choque de neoliberalismo inclui a reforma da previdência, a privatização da Eletrobrás, Correios, bancos públicos e, se possível, da própria Petrobrás. O resultado dessa agenda é a ampliação exponencial da miséria, da fome e da inflação. Com Ricardo Salles no Ministério do Meio Ambiente, a ordem foi destruir toda a legislação de proteção ambiental e os órgãos de fiscalização e controle da área, como Ibama e o ICMBio. Com Ernesto Araújo, a política externa brasileira se alinhou ao que há de mais atra-

sado em termos de direitos humanos, tendo como referência as gestões de Donald Trump (EUA) e Benjamin Netanyahu (Israel).

Mas o bolsonarismo vai muito além de sua agenda econômica, ambiental ou diplomática. Inspirado pelos novos movimentos de extrema-direita surgidos na Europa e Estados Unidos na última década, o projeto de Bolsonaro e seus aliados é o de uma “democracia iliberal”. Em outras palavras, o que eles buscam é uma “refundação” do regime estabelecido em 1988, reescrevendo as regras do jogo com tintas conservadoras, onde não haveria espaço para a contestação, a defesa de direitos e a divergência.

Sua conduta aparentemente *antiestablishment* – enquanto governa com os velhos partidos da direita fisiológica – mobiliza uma base de seguidores fiéis que constituem um movimento reacionário de grandes proporções, algo inédito desde o integralismo dos anos 1930. Sua influência em setores das forças armadas e das polícias militares representa uma constante ameaça à democracia e a convivência de instituições como a Procuradoria Geral da República e a Câmara dos Deputados, permite que seus crimes sigam impunes. Nem mesmo durante a pandemia da Covid-19, quando os crimes de Bolsonaro custaram a vida de milhares de brasileiros e brasileiras, essas instituições agiram, acovardadas diante das ameaças golpistas do presidente.

Em 2021, porém, passa a se organizar na sociedade a resposta que as autoridades se negavam a dar. A partir da campanha nacional “Fora Bolsonaro” e da ação de movimentos sociais e partidos de oposição, constitui-se uma frente social e política que buscava colocar um limite às investidas de Bolsonaro contra a democracia e os direitos. A campanha não alcançou seu objetivo principal – a derrubada do governo pelos meios democráticos disponíveis – porque o loteamento de cargos no Executivo e a instituição do “orçamento secreto” garantiram uma base parlamentar que interditou no Congresso Nacional o impeachment de Bolsonaro.

Não há dúvida, porém, que a campanha nacional “Fora Bolsonaro” logrou duas vitórias importantes. A primeira, foi o reequilíbrio da correlação de forças na sociedade. Até a convocação das manifestações da campanha, apenas os bolsonaristas ocupavam as ruas, gerando a sensa-

ção de uma maioria social artificial. Com as mobilizações organizadas pela campanha, mostrou-se aquilo que as pesquisas já apontavam: o bolsonarismo representa uma minoria social e política na sociedade brasileira. A segunda vitória foi o fortalecimento da unidade política das forças de esquerda e centro-esquerda, antes restrita ao parlamento, que permitiu a confluência em torno da pré-candidatura de Lula.

A proposta de construção de uma “frente ampla” contra Bolsonaro, no entanto, não se concretizou. Os grandes partidos que patrocinaram o golpe se mostram insensíveis aos riscos que o país corre com um governo de extrema-direita e seguem buscando o que chamam de “terceira via”. Por isso, a unidade possível para superar a macabra experiência representada por Bolsonaro e seu consórcio de interesses é a unidade das forças populares. Mas para que essa unidade possa dialogar com os medos, os traumas, as dúvidas e o mal-estar da maioria do povo brasileiro em relação à política e suas instituições, é preciso ter coragem. No lugar de um projeto representado por “tecnocratas” e alianças esdrúxulas, devemos apresentar soluções concretas para a superação do neoliberalismo, principal responsável pela natureza cruel e excludente do atual sistema econômico. Em outras palavras, devemos ser ainda mais *antiestablishment* que Bolsonaro. Do contrário, corremos o risco de ser identificados com os problemas do país, e não com suas soluções.

## A VISÃO DO BRANCO E OUTROS TONS

*Kaká Werá\**

Essa ideia da divisão do cidadão na América do Norte entre “homem branco” e “pele vermelha”, no modo de falar do norte-americano, influenciou também o povo brasileiro. Este termo chegou ao Brasil através dos filmes de Hollywood da década de 1940 e atingiu seu apogeu na década de 1970, mas continua sendo utilizado até os dias de hoje.

Com as variações: branco versus índio, branco versus bugre, além do velho conhecido termo cara-pálida versus pele-vermelha. Durante o período deste tipo de cinema, chamado de “western”, nas dezenas de filmes produzidos, o homem branco era o herói, o valente guerreiro civilizador, o mocinho e desbravador. Em oposição, o pele vermelha era o fora da lei, o preguiçoso, o perigoso estorvo ao progresso e o curandeiro pagão. Um era o mocinho, o outro, o bandido.

Estes filmes foram produzidos entre as duas guerras mundiais e havia uma estratégia norte-americana de criar uma imagem de herói nacional e reforçar crenças coletivas como a de um povo predestinado por Deus, de cultura superior a outras culturas, forte, altaneiro, imbatível e dono da verdade.

Na época, se apoiaram na ideia de enaltecimento de um orgulho americano baseado no poderio bélico de sua colonização, que se inicia

---

\* Escritor, ambientalista e conferencista indígena brasileiro do povo Tapuia.

no século XVIII, que historicamente ficou conhecido como a Marcha para o Oeste. Período em que os EUA iniciam um processo de expansão territorial, passando de 2,3 milhões de quilômetros de área para 9,3 milhões de km. Pois isto custou a vida de milhões de pessoas e culturas nativas locais, em um longo processo de guerras, como as relatadas a seguir ocorridas entre 1778 e 1890:

1. Guerras Comanche (1836-1875)
2. Guerras Cayuse (1848-1855)
3. Guerras do rio Rogue (1855-1856)
4. Guerra Yakima (1855-1858) – colonização do território de Washington
5. Guerra Spokane-Coeur (1858) – Columbia Britânica
6. Guerras indígenas da Califórnia – (1860-1865)
7. Guerra Lamalcha (1863)
8. Guerra Chilcotin (1864)
9. Guerras Navajo (1861-1864)
10. Guerras Hualapai (1864-1869)
11. Guerra Dakota (1862)
12. Guerra de Nuvem Vermelha (1866 – 1868)
13. Guerra do Colorado (1864-1865)
14. Massacre de Sand Creek (1864)
15. Campanha Comanche (1867 – 1875)
16. Guerra Modoc (1872-1873)

Um dos episódios mais icônicos foi a famosa e explorada diversas vezes cinematograficamente: “Guerra de Black Hills”, ou Campanha de Little Big Horn (1876-1877), que culminou com a Batalha de Little Bighorn, quando sob o comando de dois chefes nativos Touro Sentado e Cavalo Louco, após uma união de diversas nações indígenas, sendo as principais os Sioux e os Cheyennes, conseguiram derrotar a Sétima Cavalaria, aquela liderada por George Armstrong Custer, o famoso general Custer.

De heroísmo estas guerras não tiveram nada. Foram longos anos de invasões, massacres e desestruturações de culturas. Foram realizadas contra povos diferentes e em várias circunstâncias, a origem dos conflitos possuem algumas características em comum: a invasão nos territórios tradicionais de povos milenares da região, o não cumprimento de acordos por parte do chamado “homem branco”, na maioria das vezes

por imposição de uma elite de empreiteiros e empresários de ferrovias, que cortavam territórios tradicionais para ligar pontos de transporte de riquezas minerais exploradas gananciosamente; dizimando aldeias, lugares sagrados de culto e reverência a Mãe Terra, e cometendo atrocidades com mulheres e crianças.

Com o tempo, os povos indígenas norte-americanos foram empurrados gradativamente para lugares cada vez mais áridos, inférteis, isolados e diminutos. Há o caso dos 6 mil Cherokee, por exemplo, que aceitaram sair de suas terras e caminhar a pé, literalmente, até o árido espaço destinado a eles, sob a vigilância militar; chegando ao destino somente um terço da população. Os demais morreram de cansaço, doença ou fome. Momento tão terrível e de humilhação que ficou registrado na história dos povos ancestrais norte-americanos como Trilha das Lágrimas.

Dos 25 milhões de nativos, falantes de mais de 2 mil idiomas, após o período das guerras, restaram cerca de 10% da população, ou seja, cerca de 2 milhões de pessoas. Todas estas guerras foram chamadas de “justas” pelo governo norte-americano na época.

O propósito de exposição desse longo genocídio indígena ao norte da América não tem caráter acusatório ou de revanchismo, mas mostrar, através dessa experiência do passado, como uma visão extremamente gananciosa, centrada em interesses mesquinhos e de pequenos grupos, que desconsidera e desrespeita a diversidade, a pluralidade cultural, a alteridade e muitas vezes os próprios acordos resultados de diálogos entre as partes; pode provocar catástrofes de alto grau de desumanidade. Curiosa ou ironicamente, os invasores eram chamados de “civilizados”, no sentido de serem mais “evoluídos” do que os nativos.

Ocorre que no Brasil, infelizmente, tivemos uma réplica destes tipos de episódios, inclusive a Marcha para o Oeste, protagonizada pelos irmãos Villas Boas e pelo Marechal Rondon em meados do século XX, com a diferença que neste caso específico havia um pacifismo em curso.

Ao fazermos uma comparação entre as histórias de uma e outra América, tivemos os mesmos ciclos de guerras onde o interesse pela extorsão de riquezas minerais e da flora atlântica foram os motivos dominantes.

Os povos indígenas do Brasil sofreram mais de um século de escravidão cujas mãos de obras construíram estradas, pontes, igrejas, vilas,

idades. Com início no século XVI, que se estendeu até o século XIX, praticamente. Nem todos os períodos foram registrados historicamente, mas podemos citar alguns:

1. Confederação dos Tamoios – 1555-1567
2. Guerras dos Aymorés – 1555-1673
3. Guerra dos Potiguares – 1586-1599
4. Levante dos Tupinambás – 1617-1621
5. Confederação Cariri – 1686 – 1692
6. Revolta de Mandu Ladino – 1712-1719
7. Guerra dos Manaus – 1723-1728
8. Resistência Guaicuru – 1725-1744
9. Guerra dos Muras – século XVIII
10. Guerra Guaranítica – 1753-1756

Nos primeiros dois séculos, que ficaram conhecidos como Entradas e Bandeiras, tivemos a façanha de portugueses e mestiços em uma verdadeira febre por ouro e prata e madeira que foi responsável pela escravização de milhares de pessoas de diversas etnias milenares. Foram milhões de pessoas dizimadas após o período em que a escravidão indígena foi substituída pela escravidão africana, a tal ponto que matar índios era uma profissão de nome “bugreiro”.

Na Marcha para o Oeste brasileira, que ocorreu no período pós-segunda guerra mundial no governo Getúlio Vargas. Nome dado a um livro escrito por Orlando Villas Boas, a partir de episódios vivenciados por uma expedição liderado por ele e seus irmãos, entre 1943 e 1949; o país era uma nação litorânea de 43 milhões de habitantes e desde da década de 1920 se discutia a necessidade de expandir territorialmente o país.

Se na experiência americana havia um militar, o famoso general Custer, que dizia que “índio bom é índio morto”, na trajetória brasileira havia o marechal Rondon, que dizia: “Morrer se preciso for, matar nunca.” É que neste período, já no início do século XX, depois de exterminados milhares de povos, havia uma ideologia “pacifista” e “assistencialista”, por parte do marechal, mas não a ponto de reconhecer a cidadania e a autonomia cultural e territorial dos povos.

A década de 1950 e 1960 no Brasil é marcada pelas inúmeras expedições de “contato” com povos totalmente distintos da população litorânea

brasileira. A originalidade dessas culturas chamou a atenção da mídia destinada à divulgação de coisas fantásticas e exóticas, e nos anos 60 os militares aparelharam o Serviço de Proteção ao Índio que depois viria a ser a Fundação Nacional do Índio, onde o principal objetivo era ter o controle e domínio territorial devido às riquezas minerais e das florestas as quais esses povos habitavam.

Nos Estados Unidos da América as últimas nações indígenas foram empurradas para os desertos e no Brasil ficaram sob a tutela do Estado e criou-se um mecanismo de demarcação de terras tradicionais onde uma vez reconhecida pelo Ministério da Justiça, passa a ser de “usu-fruto” para os povos.

Inúmeras culturas lutam por reconhecimento e demarcação de terras, mas o fato é que mesmo demarcadas elas continuam sendo do estado. Ainda assim, mesmo após estudos antropológicos e jurídicos, dificilmente uma área indígena é demarcada. Isso acontece porque as áreas onde circulam as culturas milenares são objeto de disputas pelas suas riquezas naturais.

Por conta destes longos períodos de destruição e extorsão envolvendo culturas e ecossistemas e pela habilidade dos invasores de criar no imaginário da sociedade a ideia de índio como “bandido” e do “homem branco” como mocinho; a sociedade das Américas praticamente desconhece que as raízes culturais dessas terras são nutridas por cosmovisões, filosofias, tecnologias sociais, economias, artes e espiritualidades diversas.

Muitas delas com dignos valores e com profundidades éticas; originalmente sem tradições de guerras, pois estas nasceram como uma reação a desacordos e invasões violentas.

Todas as cosmovisões destes povos falam do Grande Espírito, o Grande Alento que vivifica toda vida que existe sob uma forma e o considera como Pai. Todas as cosmovisões também reconhecem a Terra como a Grande Mãe de todas as vidas e reinos.

Portanto, nestas cosmovisões, todas as pessoas, comunidades, nações, línguas, respiram e se nutrem de um mesmo Pai e uma mesma Mãe. Esse casal misterioso e divino pulsa em todo coração vivente. Suas presenças vibram no ritmo de um tambor ou de uma maraca, instrumentos percussivos que dão os tons das batidas de nossos corações.

Revelando que somos na verdade um só povo: o humano, que por sua vez é membro de três outros grandes povos que nos antecederam: o povo mineral, o povo vegetal e o povo animal. No entanto, as experiências de cada comunidade em suas diferentes regiões de presença e desenvolvimento é diversa.

Tenho certeza de que todas as culturas possuem contribuições evolutivas, possuem valores sagrados, e que se realizarmos mais círculos como esse, onde temos a oportunidade de falar e ouvir, iremos somar esses valores sagrados e iremos com o tempo aprendermos uns com os outros naquilo que temos de particular e essencial e naquilo que temos de coletivo vivenciado.

Podemos nos influenciar não no que temos de pior, mas no que somos de melhor, e construiremos pontes e redes entre nós, baseados nas virtudes dos que nos antecederam e creio que assim poderemos curar velhos traumas.

# QUE A VOZ DA IGUALDADE SEJA A NOSSA VOZ

*Leci Brandão\**

Eu sou uma mulher de candomblé. Começo com esta afirmação a reflexão proposta por este livro para dizer que é a partir deste olhar que enxergo o mundo e tudo que o rege, incluindo aí a política. Sendo assim, destaco dois conceitos que são fundamentais para pensar sobre o momento histórico que vivemos hoje: a memória e o tempo. Nas religiões de matrizes africanas, Tempo é orixá, é deidade. E memória não é o que sobrou do passado, mas sim o presente e, ao mesmo tempo, o futuro. Portanto, mesmo não sendo nenhuma novidade, é importante que se diga reiteradas vezes: um país que desconhece sua história corre o risco de repeti-la. Um povo que não se vê na sua história nunca se reconhecerá naquilo que é contado.

A forma pela qual sempre me expressei foi pela música. Através do meu canto disse do meu inconformismo e indignação sobre o que eu vivia, via e ainda vejo. Foi costurando palavras em forma de cantos que falei de mim e dos meus, do povo dos barracões de escolas de samba, das favelas, dos morros, dos terreiros, das fábricas, das giras. Portanto, nem de longe é minha intenção fazer qualquer análise acadêmica sobre

---

\* Cantora, compositora e deputada estadual pelo PCdoB em São Paulo, por dois mandatos. Em 2004, tornou-se Conselheira da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e membro do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, permanecendo nesses postos por dois mandatos.

as questões apontadas por este livro. Cada um com sua missão. No entanto, mais do que tentar responder ou sugerir algum caminho para a pergunta que motiva essa coletânea de textos, quero propor uma outra reflexão sobre a “escalada antirepublicana” do atual governo: a questão não é “como chegamos até aqui?”, mas “quando fomos governados de fato por princípios republicanos?”

A memória é um conceito potente. Por isso é tão importante recorrermos a ela todas as vezes em que estamos nessas encruzilhadas históricas, que é como vejo o país hoje. A Proclamação da República logo após a abolição do sistema escravista era a ascensão de uma forma de governo que prometia acabar com os privilégios e garantir a alternância de poder. Mas o que se viu na prática? A manutenção de privilégios das elites. O que hoje chamamos de necropolítica já estava lá, no berço da nossa República. As políticas excludentes, o projeto de embranquecimento, a desumanização de corpos negros – que assim poderiam continuar a ser explorados e objetificados não mais pelo sistema escravocrata oficial, mas pelo subemprego, pela negação de direitos sociais e trabalhistas – a aniquilação de nossa cultura e valores.

Nossa República nasce sobre essas bases e o que se viu depois e permanece até hoje é o discurso de apagamento da nossa história. Ainda tenta-se negar o legado deixado pelos séculos de escravidão. Nega-se o racismo como o principal pilar que estrutura as desigualdades em nosso país.

Os 14 anos de um governo popular e democrático não foram páreo para 300 anos de um sistema escravista e 100 de uma República que não permitiu alternância de poder nenhum. E qual a surpresa disso? Só quem nunca enxergou que nosso país e a ideia de Brasil ou brasilidade que temos está assentada sobre uma herança conservadora, escravocrata e autoritária se surpreendeu com o fantasma – bem vivo, diga-se – do fascismo que sempre esteve à espreita.

É considerando essa realidade que as duas afirmações que fiz logo no início desse texto fazem todo o sentido. Enquanto não olharmos a herança que herdamos como fator que vem se perpetuando porque não é considerado como fundante, retornaremos ao mesmo ponto.

Estamos sob grave risco, não há dúvida sobre isso. Nossa democracia, as instituições que garantem nossos direitos, conquistados após muitas lutas, estão sendo atacadas cotidianamente. As pautas democráticas, que acreditávamos totalmente resguardadas pela Constituição Cidadã de 1988, vêm sendo esvaziadas e desacreditadas dia após dia por meio de campanhas sórdidas.

Nossa tarefa neste momento é apenas uma: unir forças democráticas que possam derrotar o desgoverno sob o qual estamos. Depois disso, trabalhar para que a superação do racismo estrutural seja vista como questão estratégica. Precisamos assumir a herança que temos para podermos nos apropriar dela, enfrentá-la e transformá-la.

Já sabemos que as políticas sociais e de inclusão são fundamentais, mas não são suficientes. Precisamos retomar o que tínhamos e avançar, para que finalmente, o que foi cantado no samba composto por Niltinho Tristeza, Preto Jóia, Vicentinho e Jurandir e levado para a avenida pela Imperatriz Leopoldinense em 1989, no centenário da República se faça real.

“Liberdade, liberdade!  
Abra as asas sobre nós  
E que a voz da igualdade  
Seja sempre a nossa voz”



MAIOR AGRESSOR DE  
JORNALISTAS DO BRASIL  
É O PRÓPRIO PRESIDENTE  
DA REPÚBLICA

*Leonardo Sakamoto\**

“A nossa liberdade, a liberdade de imprensa garantida em nossa Constituição não pode ser violada ou arranhada por quem quer que seja nesse país”, disse o presidente Jair Bolsonaro, que viola e arranha diariamente a liberdade de imprensa, em discurso na abertura dos trabalhos de 2022 do Poder Legislativo.

E isso não é figura de linguagem. O Relatório da Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil, elaborado pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), divulgado em janeiro deste ano, mostra que ele continua sendo o principal agressor de jornalistas, responsável por 147 casos registrados, ou 34,19% do total. Em 2020, já havia ganhado o título.

Dirigentes da EBC, empresa pública de comunicação sob responsabilidade de Bolsonaro, responderam por outros 142 casos – ou 33,02% dos

---

\* Leonardo Sakamoto é jornalista e doutor em Ciência Política pela USP. Professor de Jornalismo na PUC-SP, foi pesquisador visitante do Departamento de Política da New School, em Nova York, e conselheiro do Fundo das Nações Unidas para Formas Contemporâneas de Escravidão, em Genebra. Diretor da Repórter Brasil, é colunista do portal UOL.

registros, principalmente por conta da censura baixada durante a atual gestão. E 4,65% partiram de manifestantes bolsonaristas – para muitos de seus seguidores, um ataque a jornalistas em nome de seu “mito” é uma missão quase divina.

Um exemplo disso foram as equipes de imprensa agredidas por seus seguranças e fãs, em Itamaraju (BA), no dia 12 de dezembro de 2021. Naquele momento, Camila Marinho, Cleriston Santana, Dário Cerqueira e Xico Lopes, das TVs Bahia e Aratu, afiliadas da Globo e do SBT, tentavam realizar a cobertura da tragédia causada pelas chuvas no Sul da Bahia. Camila levou um mata-leão de um jagunço do presidente.

Outro exemplo: jornalistas que relatavam a viagem de Bolsonaro ao G20 Roma foram agredidos por agentes de segurança a serviço do presidente. Jamil Chade (UOL), Ana Estela de Sousa Pinto (Folha), Leonardo Monteiro (TV Globo), Lucas Ferraz (O Globo) e Matheus Magenta (BBC) estavam tentando fazer seu trabalho, cobrindo a passagem do brasileiro pela capital italiana no dia 31 de outubro.

Desde que assumiu o poder, Jair Bolsonaro vem atacando instituições que atuam na fiscalização e no monitoramento do poder público. Precisava sequestrar ou remover a credibilidade delas para colocar em marcha seu projeto de desmonte das garantias e direitos conquistados desde a Constituição Federal de 1988. No âmbito estatal, isso significou ataque ou cooptação de setores da Polícia Federal, da Receita Federal, do Incra, do ICMBio, do Ibama, da Procuradoria Geral da República. Na sociedade civil, o alvo preferencial foi a imprensa.

Bolsonaro precisa que a população veja denúncias sobre desvios de recursos públicos nos gabinetes de sua família (as famosas “rachadinhas”), sobre a corrupção na compra de vacinas no Ministério da Saúde ou sobre o sobrepreço na compra de ônibus escolares e kits de robótica no Ministério da Educação como mentira, e que sua incompetência em gerar empregos e reduzir a fome sejam encaradas como fake news. Por isso, demoniza os profissionais que contam os fatos, fazem análises e garantem opiniões. Por isso, os empurra aos leões.

Há outros políticos, da esquerda à direita, que também agem de forma intolerante, passando pano para suas militâncias. Esses casos também merecem repúdio. Mas o que temos é um presidente que usa o

ódio à imprensa como instrumento estrutural de política com o apoio da tecnologia de comunicação em massa.

“Conhecereis a verdade e ela vos libertará”

Bolsonaro deseja substituir a pluralidade por uma “Verdade”, com “V” maiúsculo, ditada por ele em lives nas redes sociais – lives que ele usa para espalhar mentiras que, depois, são denunciadas pela imprensa. Como aquelas que afirmam que as vacinas contra a covid-19 causam Aids e matam crianças.

Os casos de agressões vão se repetindo desde que ele assumiu. Em maio de 2020, uma turba de fãs de Bolsonaro chutou e esmurrou o fotógrafo Dida Sampaio e atacou o motorista Marcos Pereira, ambos do jornal *O Estado de S.Paulo*. Outros profissionais de imprensa foram empurrados e xingados. Enquanto isso, da rampa do Palácio do Planalto, o ocupante da Presidência da República sorria e acenava para uma multidão que pedia o fechamento do Supremo Tribunal Federal e do Congresso Nacional e o fim das medidas de isolamento social contra o coronavírus.

Alertado que jornalistas estavam sendo atacados, Bolsonaro não manifestou descontentamento. Apenas criticou a TV Globo. E, dessa forma, o Brasil festejou com intolerância o Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, celebrado, ironicamente, naquele 3 de maio.

Não foi por falta de alerta. Ao longo da campanha eleitoral de 2018, avisamos que essa seria uma das partes assustadoras do dia seguinte à abertura das urnas: saber que grupos e milícias de extrema-direita, que operavam ainda com algum pudor, se sentiriam fortalecidos para agir à luz do dia com a vitória de um candidato que pregava o ódio como instrumento político.

Não é necessário que Bolsonaro demande uma ação por parte desses grupos. Suas postagens em textos e vídeos acusando jornalistas, cientistas, médicos, organizações sociais alimentam naturalmente as milícias que agem como matilhas para defendê-lo, tornando a vida de outros um inferno. É promoção de violência política para moldar a opinião pública à sua imagem e semelhança.

Os Camisas Negras, do fascismo italiano, atacavam jornais, movimentos políticos, sindicatos, grevistas, intelectuais e quem ousasse ir

contra os ideais que seus líderes defendiam. Pregavam, através do medo e da porrada, o nacionalismo e repudiavam o comunismo, o liberalismo e o pacifismo. Seria leviano comparar dois momentos históricos diferentes em poucas linhas. Até porque, a Itália da primeira metade do século 20 não contava com nossa tecnologia de comunicação, que garante que ações de justiça sejam promovidas de forma imediata e massiva, em sucessivas vezes, com baixo custo.

Infelizmente, parte da sociedade não entende ataques a jornalistas e sua fragilização como um soco na liberdade de expressão, um pilar da democracia. Vê isso como uma manifestação do descontentamento pelo estado das coisas. Incendiada por conteúdos superficiais distribuídos pelas redes e não acostumada ao debate público de ideias, à aceitação da diferença de opinião e à empatia pelo outro, há quem diga “bem-feito”. E chame de “lixo” o trabalho da imprensa, mesmo que a maior parte do conteúdo que consome venha dela.

A agressão é mais violenta com mulheres jornalistas

A perseguição bolsonarista é sempre mais violenta quando o alvo são jornalistas mulheres. Agem através de ameaças e agressões online, invadindo a vida privada das profissionais, distorcendo fatos, expondo dados pessoais, ameaçando filhos e pais, apelando para ataques sexuais. Acreditam que, dessa forma, outros profissionais de imprensa vão pensar duas vezes antes de questioná-los.

Em junho de 2021, Jair Bolsonaro mandou Laurene Santos, repórter de uma afiliada da Rede Globo, calar a boca. Também disse que ela e sua equipe eram “canalhas”. No dia 1º de junho do mesmo ano, chamou a apresentadora da CNN Brasil Daniela Lima de “quadrúpede” ao distorcer a seus apoiadores uma fala da jornalista. Em fevereiro de 2020, repetiu uma mentira que já havia sido contada por um depoente na CPMI das Fake News e por seu filho, Eduardo Bolsonaro, de que a jornalista Patrícia Campos Mello, da *Folha de S.Paulo*, teria se insinuado sexualmente em troca de informações.

Em 10 de março de 2019, Bolsonaro compartilhou informação falsa sobre a repórter Constança Rezende, então no jornal *O Estado de S.Paulo*, promovendo um linchamento virtual. Em 16 de maio daquele ano, atacou Marina Dias, da *Folha de S.Paulo*: “Primeiro, você, da *Folha*

*de S.Paulo*, tem que entrar de novo numa faculdade que presta e fazer um bom jornalismo. É isso que a Folha tem que fazer e não contratar qualquer uma ou qualquer um para ser jornalista”.

No mesmo mês, durante um café da manhã com correspondentes estrangeiros, Bolsonaro foi questionado sobre o fato de a jornalista Miriam Leitão ter sido desconvidada de uma feira do livro em Jaraguá do Sul (SC) após pressão de grupos de extrema direita. Passou a atacá-la, chegando ao ponto de dizer que a tortura que ela sofreu durante a ditadura militar, fato fartamente documentado, era mentira.

Em 2022, Eduardo Bolsonaro não só reafirmou a tortura, como faz apologia a ela em uma postagem de rede social.

Existe método e objetivos políticos na misoginia e no ataque ao jornalismo desferidos pelo presidente e sua família. Com instituições funcionando normalmente, isso não ficaria impune. Infelizmente, não é o caso.

Bolsonaro gosta da passagem bíblica do “Conhecereis a verdade e ela vos libertará” (Evangelho de João, capítulo 8, versículo 32). Só não diz que a verdade é ele quem constrói.



# A DEMOCRACIA É INEGOCIÁVEL

*Lídice da Mata\**

Nos últimos anos, após a ascensão da extrema-direita, o Brasil assistiu a um verdadeiro descompasso na sua jovem democracia. O País elegeu um presidente da República que prometeu – aos seus apoiadores – uma ruptura total com o status-quo.

Criou-se no Brasil uma espécie de realidade paralela, que é a da inversão de valores onde a Lei e as Instituições Democráticas foram vilanizadas em nome de uma tal liberdade que na verdade é um ataque frontal ao Estado de Direito.

Pedidos de volta do Ato Institucional nº 5, o mais brutal e violento da Ditadura (1964-1985), enfrentamentos e ameaças ao Supremo Tribunal Federal e, principalmente, muita disseminação de fake News e campanhas para desacreditar o sistema eleitoral do Brasil, um dos mais modernos e eficazes do mundo.

Com essa atmosfera densa e sombria, estamos vendo também uma escalada nunca antes vista de perdas de direitos. No campo trabalhista, a odisseia do grande capital contra o proletariado surgiu com a reforma

---

\* Deputada federal pelo PSB da Bahia, é formada em Economia pela UFBA. Na Câmara, foi relatora da CPMI das Fake News e presidiu as comissões dos Direitos da Pessoa Idosa e também do Turismo. Também foi a segunda procuradora adjunta da Secretaria da Mulher. Foi a primeira mulher prefeita de Salvador, eleita em 1992 e, em 2010, se tornou a primeira mulher senadora pela Bahia.

capitaneada pelo então presidente Michel Temer, que trouxe junto a terceirização e o desaparecimento de garantias que o trabalhador jamais imaginou ver seus fins.

No início do Governo Bolsonaro, o primeiro golpe veio em cima das aposentadorias daqueles que representam a base da pirâmide social e econômica brasileira. A famigerada Reforma da Previdência tornou ainda mais difícil aposentar-se neste País.

A inflação, que em sua maior parte é estimulada pela política de preços da Petrobras, cujo valor dos combustíveis está atrelado ao dólar, está corroendo os rendimentos daqueles que ainda possuem salários. Cada vez mais caros, os gêneros alimentícios estão mais ausentes da mesa dos mais pobres.

Esse filme a gente assistiu durante muitos anos e estava desacostumado à inflação que parecia ser apenas uma lembrança amarga do passado. No entanto, os ataques ao Estado Democrático de Direito eram tidos como impossíveis de acontecer até a década passada.

Pedidos de intervenção militar, o que é inconstitucional, ataques e ameaças à Justiça e ao Congresso Nacional se tornaram praxe de um governo e de apoiadores completamente deslocados de qualquer senso de lucidez. E isso nós não vamos tolerar.

A luta pela democracia custou milhares de vidas e muito sangue derramado de mães e pais que deixaram seus filhos órfãos, de filhos que deixaram o país à sua procura e de gente que até hoje guardam no corpo e na memória as marcas daquele que foi o momento político mais delicado da nossa história recente.

A democracia é e sempre será inegociável.

# UMA AGENDA ANTICAPITALISTA PARA O BRASIL

*Luciana Genro\**

O Movimento Direitos Já é uma articulação ampla e policlasista em defesa das liberdades democráticas que cumpre o importante papel de reunir lideranças políticas nesta publicação para debater o futuro do Brasil. A necessidade de derrotar o governo Bolsonaro e a extrema direita nos unifica. É preciso, portanto, debater qual o programa necessário para que fenômenos como os que levaram Bolsonaro ao poder não se repitam. A decepção e a descrença do povo com o sistema político foi um elemento determinante para que chegássemos a este desenlace, após 13 anos de governos “progressistas”. Minha convicção é que se trilharmos o mesmo caminho o destino final não poderá ser diferente. A extrema direita seguirá se fortalecendo se o povo não tiver respostas concretas para os seus problemas. Desemprego, baixos salários, serviços públicos deteriorados, precariedade habitacional, violência em suas mais diversas formas, especialmente contra mulheres, LGBTQs e contra a população negra e indígena.

Para que o caminho seja outro, é preciso outro programa. Um programa anticapitalista. É com este tópico que desejo contribuir neste artigo.

---

\* Advogada, deputada estadual pelo PSOL do Rio Grande do Sul, dirigente nacional do PSOL e do Movimento Esquerda Socialista (MES).

O país precisa de uma profunda transformação social, uma ruptura política radical com tudo o que foi experimentado até aqui, a emergência de novas formas de organização social e política onde a sociedade possa ser protagonista, mais concretamente sua esmagadora maioria trabalhadora, explorada e oprimida.

O Brasil necessita de desenvolvimento econômico e social. São décadas de baixo crescimento, e agora, de 2014 para cá, de tendência à estagnação permanente e com períodos de depressão. A desigualdade social é uma marca que nunca foi superada. A violência contra a juventude pobre, negra e da periferia é uma constante. As prisões da miséria nos acompanham como sina.

Mas o desenvolvimento nacional pressupõe romper a lógica crônica da desigualdade social. Até porque o desenvolvimento econômico deveria ser para melhorar a vida do povo. Não é este o caso no capitalismo. E no Brasil, sob controle dos banqueiros, dos mega conglomerados industriais e comerciais nacionais e estrangeiros, e de latifundiários, agora na sua forma moderna de empresas do agronegócio, a desigualdade apenas se agrava. Assim, capitalismo e subdesenvolvimento se alimentam.

A destruição da natureza e a degradação do meio ambiente são diretamente proporcionais à crueldade do capitalismo em relação aos oprimidos e explorados por este sistema. Nossa proposta é ecossocialista, pois não pode haver uma defesa consequente do meio ambiente sem que se aponte para a superação das leis do capital, que necessita sugar os recursos naturais e explorar o ser humano para garantir a acumulação em benefício de 1% da população, enquanto 99% sofrem as consequências nefastas deste modelo econômico.

O Brasil precisa conquistar sua verdadeira soberania. Hoje a situação é de submissão aos interesses do capital financeiro e monopolista. O principal componente do desequilíbrio financeiro do Estado brasileiro é, de longe, a conta de juros. A média mundial de comprometimento das finanças públicas com juros gira em torno de 1% do PIB, chegando a 2% em casos excepcionais. O Brasil gasta, na conta de juros, praticamente a mesma quantidade de recursos investidos no seu sistema de Seguridade Social. Grande parte da dívida interna brasileira está nas mãos de 20 mil credores, enquanto o sistema de seguridade atende cerca de 130 milhões de pessoas.

É preciso uma auditoria nesta dívida, que deve resultar na devida suspensão do pagamento dos juros e amortizações da dívida pública, garantindo o direito dos pequenos poupadores e da aposentadoria dos trabalhadores que participam de fundos de pensão. O pagamento da dívida inviabiliza a capacidade do Estado em investir, por exemplo, nos direitos sociais – saúde, educação, habitação, mobilidade urbana, saneamento, etc.

Nossa luta imediata será para que a economia do Brasil não siga amarrada aos interesses do grande capital financeiro. Nosso programa parte da definição de que os recursos hoje destinados ao pagamento da dívida para as cinco mil famílias mais ricas devem ser destinados aos investimentos públicos, à saúde, educação, transporte e demais gastos sociais. Dar fim à desregulamentação da economia e da abertura financeira e comercial irresponsável, bem como implantar um rígido controle de capitais para inibir a especulação. Ao mesmo tempo, não se pode conceder autonomia ao Banco Central, que deve ser transformado num instrumento da retomada da soberania nacional frente ao imperialismo.

Além disso, tem lugar central neste programa o combate à concentração de renda e às desigualdades. No mundo, 85 fortunas acumulam a mesma riqueza que 3,5 bilhões de pessoas. No Brasil não é diferente. As cinco mil famílias mais ricas concentram a maior parte da riqueza produzida e ainda recebem dinheiro do governo, através dos juros da dívida pública. Apenas 5 brasileiros têm a riqueza equivalente a 100 milhões de brasileiros. Este processo só será estancado com o enfrentamento do problema da dívida, mas para ser revertido, é preciso avançar numa reforma tributária profunda.

Várias medidas são necessárias para ir nesta direção. A primeira é mudar a estrutura tributária, de regressiva para progressiva. A modificação substantiva do sistema de alíquotas é fundamental, de forma que os ricos paguem proporcionalmente mais impostos do que a classe média e os pobres. É inadmissível que sobre os rendimentos do trabalho da classe média incida a mesma alíquota que incide sobre os rendimentos do trabalho dos ricos. É necessária a desoneração tributária que incide diretamente sobre a renda dos pobres e da classe média. A segunda consiste em eliminar boa parte das medidas de desoneração, seja da

folha de pagamento, seja a redução de IPI, principalmente de setores de bens de consumo duráveis e dos setores em que há baixa concorrência. A terceira consiste em fazer com que a tributação sobre os rendimentos do capital seja maior que a tributação sobre os rendimentos do trabalho. A quarta envolve a maior taxação do estoque de riqueza dos ricos. A quinta trata de eliminar subsídios em financiamentos para projetos de investimento de grandes empresas e grupos econômicos. A sexta é acabar com o financiamento, com recursos públicos para empresas estrangeiras que operam no país.

O Imposto sobre as Grandes Fortunas é uma medida que consta na Constituição desde 1988 e até hoje não foi regulamentada, apesar dos esforços que eu mesma fiz quando deputada federal durante o governo Lula, que não teve nenhum interesse na pauta. Esse imposto deve ser uma fonte de recursos e de justiça. Deve-se inverter a lógica do atual sistema tributário, aumentando a tributação sobre a riqueza e a propriedade. Dessa forma, é possível baixar os impostos sobre o salário e o consumo, beneficiando os mais pobres, os trabalhadores, os pequenos comerciantes, os profissionais liberais, enfim, os que hoje sustentam o parasitismo de poucos.

Medidas como o Bolsa-Família devem ser transformadas em políticas efetivas de transferência de renda, tratadas como política de Estado e acompanhadas por transformações estruturais, pois isoladas são meramente paliativas e insuficientes para assegurar a vida digna que todos merecem. É sabido que os aumentos reais do salário mínimo, ainda que abaixo do salário mínimo necessário apontado pelo DIEESE, foram mais eficientes para a redução da pobreza do que programas de transferência de renda. Garantir emprego de melhor qualidade e salário dignos é fundamental. Neste sentido, também é importante voltar a vincular o reajuste dos aposentados ao do salário mínimo.

Esse programa também deve ser taxativo na defesa da soberania nacional da planificação da produção, estatização dos bancos e o controle da produção em setores estratégicos, como a energia, que é um fator crítico da soberania e do desenvolvimento de qualquer país. Ou seja, defendemos o poder da classe trabalhadora sobre a economia.

Por fim, cabe destacar como elemento de construção de um novo modelo econômico e de desenvolvimento, a necessidade de uma profun-

da revisão do sistema agrário brasileiro. Além de uma reforma agrária, que desmonte o latifúndio e desapropriie propriedades que possam ser utilizadas para fins produtivos – sobretudo a produção de alimentos – será papel do Estado incentivar atividades que gerem empregos, desenvolvam de forma sustentável a economia no campo e fortaleçam a soberania nacional.

#### CORRUPÇÃO E CAPITALISMO: UM CASAMENTO DE CONVENIÊNCIA

A corrupção é uma marca das sociedades regidas pela lógica da mercadoria e nas quais a distribuição da renda é desigual e injusta. No capitalismo a corrupção é uma característica recorrente, mas os ideólogos do livre mercado insistem em defender a ideia de que menos Estado e mais capitalismo poderia reduzir a corrupção. Medidas que aprofundem ainda mais a subordinação do interesse público às grandes empresas e monopólios seriam, em tese, a solução para a corrupção, sempre identificada com o Estado e com os políticos, e nunca com as empresas e grandes corporações. Supostamente a redução do tamanho do Estado, isto é, a privatização, seria o caminho para reduzir a corrupção. Esta identificação da corrupção com o Estado é uma manobra, pois as grandes empresas são protagonistas fundamentais da corrupção.

Um programa de mudanças profundas que desestrua o poder das grandes empresas e comece a construir um poder popular e dos trabalhadores é parte da luta contra a corrupção. O fim das benesses fiscais aos milionários e grandes empresas, com a cobrança dura de todos os grandes sonegadores. É necessário que as grandes empresas que se envolveram em corrupção passem a funcionar sob controle de seus trabalhadores e não mais dos seus atuais donos corruptos, e que o sistema financeiro esteja sob controle público e seus lucros sejam revertidos para o interesse da maioria e não embolsados por um punhado de milionários.

Um sistema sério de combate à corrupção também é essencial. O sentimento de impunidade dos criminosos do colarinho branco é gigantesco. Para um combate à corrupção efetivo não bastam operações policiais ou jurídicas. É pela política que precisamos construir uma alternativa

que viabilize uma participação mais direta do povo na política e uma fiscalização permanente e efetiva sobre os políticos. Se não colocarmos o combate à corrupção na agenda o resultado será um descrédito total da política, e isso é o caminho mais curto para o surgimento de “salvadores da pátria”, que só querem mesmo salvar o sistema. Bolsonaro é também resultado do abandono desta luta por parte da esquerda da ordem.

No campo dos direitos básicos, em primeiro lugar não podemos aceitar retrocessos como a flexibilização dos direitos trabalhistas, o cerceamento do direito à greve ou demissões arbitrárias. Devemos apoiar e impulsionar a luta dos trabalhadores contra o desemprego, defendendo bandeiras como redução da jornada, e pelo aumento da renda, com a defesa de aumento dos salários. E neste processo concreto de lutas imediatas dos trabalhadores e do povo que pode emergir uma nova direção para o país.

É preciso que se desenvolva uma alternativa política que não esteja presa à institucionalidade e que apresente um projeto de ruptura com o modelo econômico e político. Para que mudanças estruturais como as apontadas acima possam ser efetivadas, apenas podemos contar com a mobilização permanente da classe trabalhadora por suas reivindicações.

A aposta no mero crescimento eleitoral levou ao desastre que vivemos hoje. A democracia racionada com a qual a burguesia aceita conviver está sempre na berlinda. Confiar no “Estado democrático de direito” e apostar que ganhando as eleições é possível tranquilamente dominá-lo é uma utopia reacionária. Os presídios estão abarrotados de jovens, pobres e negros para demonstrar que nunca o Estado realmente funciona a favor da maioria. Esta realidade não foi sequer arranhada durante os governos ditos “progressistas” e hoje a situação é ainda pior com Bolsonaro.

A estratégia para que as mudanças necessárias aconteçam passa pela defesa da mobilização social, pelas reivindicações da classe trabalhadora e do povo pobre e pela construção de uma organização que tenha como objetivo um projeto de governo dos próprios trabalhadores, sem capitalistas e seus agentes políticos. É nesta tarefa que estamos empenhados.

# AMEAÇAS AO PACTO CIVILIZATÓRIO

*Luciana Saddi\**

Em *O mal-estar na civilização* (1929), Freud examinou o irremediável antagonismo entre as exigências dos instintos e as restrições impostas pela civilização. Concluiu que a coerção pulsional cobra elevado preço do homem, induz à culpa inconsciente e infelicidade, e produz mal-estar permanente. Logo, é esperado que volta e meia surtissem ataques ao pacto civilizatório. Freud também anteviu perigosas formações políticas e sociais ligadas à agressividade humana. Naquela época o nazifascismo instalava-se na Europa tornando a atmosfera pesada e mortífera.

O processo civilizatório brasileiro criou formas próprias de mal-estar ligadas à colonização, escravidão e patriarcado. Estruturas arcaicas compõem o lado avesso do tecido social e estão estampadas nos sofrimentos coletivos e individuais. Além do peso do passado que nos constituiu, a modernidade trouxe mentalidades bastante características, ainda que inconscientes, impondo regimes de pensamento ou lógicas à sociedade. Vamos abordar três tipos de mentalidade, em grau crescente de violência e perigo para o pacto civilizatório no final do século XX e início do século XXI.

---

\* Psicanalista e escritora. Membro efetivo e docente (SBP/SP). Mestre em Psicologia Clínica (PUC/SP). Autora de *Educação para a Morte*. Coordenadora do Programa de Cinema e Psicanálise (DCC-SBP/SP) em parceria com MIS e *Folha de S.Paulo*.

A primeira, conhecida da sociologia, é representada pelo conceito *As Ideias Fora do Lugar*, de Roberto Schwarz.

Fonte de referência para Schwarz, em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, Machado de Assis descreve a postura do antigo agregado de Iaiá Garcia que assumiu o ponto de vista dos senhores de escravos. Também caracteriza o grupo senhorial, dependente da escravidão, que incorporou referências ideológicas europeias oportunamente esvaziadas do sentido original. Celebra-se o paradoxal casamento entre liberalismo e escravidão. O liberalismo desprovido de caráter universal transformou-se em ideologia de segunda classe e passou a defender os interesses patrimoniais. Encenada a “comédia ideológica”, se atribui “independência à dependência, utilidade ao capricho, universalidade às exceções, mérito ao parentesco, igualdade ao privilégio”, e pode-se acrescentar, cultura à ignorância e verdade à mentira. O governo Bolsonaro levou *as ideias fora do lugar* ao extremo. Hoje observamos o liberalismo e o reacionarismo, casamento improvável, sem medo de contradição.

A segunda lógica diz respeito ao agravamento da crise da realidade na pós-modernidade. É o que o psicanalista Fábio Herrmann denominou de *regime do atentado*. Em linhas gerais, na modernidade há progressivo enfraquecimento do contato do homem com a natureza. Outrora o mundo era lugar de fazer, e esse fazer construía o seu sentido. Hoje, o mundo midiático e virtual impõe sentidos prontos ao homem, como se as coisas do mundo pensassem por ele. Na sociedade da informação não há distância entre ideias e coisas nem espaço para surgir um saber singular. Vive-se num mundo em que a ordem tradicional foi substituída por outra ordem, sem raízes nos fatos, constituída por interesses que jamais serão provados. Cria-se sentimento de irrealidade e desconfiança das coisas: nada é o que parece. A única confiança, prova de realidade e de continuidade cotidiana se dá nos atos. Atos em forma de ações autoritárias, porque os próprios atos perderam eficácia. As ações se transformam em sentidos em si. Apontamos para a lógica em que o ato prescinde de ser antecedido pelo pensamento e, ao contrário, é a sua realização que impõe sentido para o momento vivido pelo sujeito. Tal lógica pode ser resumida pela palavra “causar”. E o governo Bolsonaro “causa” incessantemente. “Causa” em cada movimento, em cada

declaração estapafúrdia. Atentados tem como lógica central realizar ação com o mínimo de dispêndio e o máximo de alcance. O governo não precisa sequer inaugurar uma obra, basta uma declaração absurda por dia. “Causo”, logo existo.

A terceira lógica, talvez a mais perigosa, o *regime da farsa*, indica outra vertente autoritária, agora, ligada ao pensamento. Fabio Herrmann analisa a opinião e a opinião pública. Afirma que, ao opinar, o homem pensa o mundo inteiro – o julga de cima para baixo, como se dele não participasse – seguindo alguma ideologia simples, e assim, realiza ato de juízo positivo e global. A opinião funciona como jogo de aniquilação das diferenças, semelhante ao absoluto provisório radical. Em grau razoável de autoritarismo trata-se de opinião pessoal, em grau mais elevado, preconceito. Delirante, quando levada ao extremo. À contrapartida social temos a opinião pública, em grau mais extremo, formações ideológicas socialmente assentadas. É quando apenas uma ideia cobre todo o campo ao englobar sujeito e mundo. O nazismo, por exemplo.

A partir da investigação psicanalítica da opinião pode-se afirmar a existência de um processo autoritário que visa transformar o mundo inteiro num sistema organizado por leis precisas. Impor uma versão da realidade. O processo não é recente, ocorreu em qualquer período histórico. A novidade hoje, é a difusão absoluta e capilar de ideias fabricadas por meio de sistemas de comunicação em massa e redes sociais. Penetra em cada poro do cotidiano e assalta a realidade em razão da qualidade da realidade virtual, mais dócil e maleável que a realidade natural.

O processo autoritário se mostra melhor na Política. É sua característica pretender organizar o mundo como um todo. A moralidade autoritária invade todos os sistemas de governo, não apenas os totalitários. Na economia vemos o processo em curso modelando a realidade. O capitalismo ao penetrar em todos os cantos do mundo altera os modos tradicionais de produção e troca.

O processo autoritário, que se inicia na opinião, revela descrença na relação entre palavra e fato. Duvida do vínculo entre representação e coisa. Transforma ideia em fatos. Fatos, em argumentos. Incapaz de construir mediações críticas para elucidar ideias, invalida qualquer proposição objetiva. Fake News sobre vacinas ou sobre cloroquina, por

exemplo, trazem a marca da *mentira conveniente* e apontam para a lógica da farsa. Caracterizada por enunciados rígidos e imediatistas, certezas absolutas, incapacidade de investigar – nessa forma de pensamento a realidade se comporta como algoritmo. Questões complexas resolvidas de forma simples, em geral, a procura de bode expiatório. Não há como não lembrar das falas de Bolsonaro.

Assim a dúvida razoável, nesse mundo em que tudo é construído e nada é provado, pode ser transformada em: nenhuma verdade merece crédito. Recobre-se o mundo de ilusão. Nega-se a possibilidade de conhecê-lo. Os fatos tornam-se irrelevantes. Desqualifica-se a pesquisa e ergue-se um sistema fechado em que toda a sentença vale pela intenção ou por um suposto ideológico. A questão é impor à convicção geral uma crença, ou melhor dizendo, uma mentira. Mas, quando tudo é mentira, o processo autoritário se agrava e se transforma em *regime da farsa*. O homem da farsa é incapaz de pensar. Portanto, a opinião é a semente do *regime da farsa*, ato autoritário disfarçado de pensamento. E a opinião pública, a base de sustentação dos processos autoritários.

Quando o homem comum emite opinião ele sente que recupera a potência de autor único e insubstituível de grandes realizações. Lembremos da quantidade de opiniões absurdas emitidas com arrogância pelos membros do governo. Assim, opiniões/atos bárbaros podem receber apoio geral, pois foram transformados em enunciados simples, desligados das relações entre causa e consequência. O pensamento social se isola em cada indivíduo. As redes sociais operam com essa lógica, o mundo em que vivemos também. Aqui a linguagem verbal está reduzida a imagens impactantes que agravam e ampliam a incapacidade de pensar. Isolados, sem perceber o tamanho da própria impotência, nos iludimos ao acreditar que nossas ações são frutos de nosso pensamento e que temos potência ao opinar sobre o mundo. A cada opinião, a cada botão de like ou dislike, acredita-se que somos capazes de pensar individualmente, com liberdade, e na verdade, acrescentamos pequenos tijolos na construção da farsa autoritária.

No Brasil das Fake News, da delinquência que se esconde em Deus e Pátria vive-se o inferno. Quando a mentira sabidamente mentirosa, típica do *regime da farsa* dá as caras, em geral, produz crise pela própria

exacerbação. Crise necessária para romper com essa lógica. Nunca há certeza disso e infelizmente sempre pode piorar!!

BIBLIOGRAFIA:

- Freud, S. (1974). O mal-estar na civilização. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad., Vol. XXI). Imago. (Trabalho original publicado em 1905.)
- Herrmann, F. (2001). *Andaimos do real: psicanálise do cotidiano*. 3ª edição. Casa do Psicólogo.
- Schwarz R. (2014). *As ideias fora do lugar*, 1ª edição. Penguin.



# RESTAURAR A DEMOCRACIA É O VÉRTICE DAS LUTAS DO PRESENTE

*Luciana Santos\**

A defesa da democracia sempre foi uma luta cotidiana no Brasil. Não foram poucas as vezes em que forças antidemocráticas ergueram-se para impor seus ditames contra os pilares do Estado Democrático de Direito, a soberania nacional e os interesses do povo.

O Partido Comunista do Brasil, em sua trajetória de um século de lutas, demonstrou seu compromisso radical com a democracia. Somente no período da ditadura militar, mais de cem de seus militantes e dirigentes tombaram com a bandeira da democracia nas mãos.

Ao longo da República, toda vez que o sufrágio universal empossou governos democráticos e patrióticos se irromperam rupturas golpistas com o objetivo de anular a soberania popular.

Duas causas principais explicam as frequentes recidivas autoritárias. As profundas diferenças sociais resultantes de uma sociedade forjada por uma histórica dominação econômica fundada na concentração de

---

\* Vice-governadora de Pernambuco e presidenta nacional do PCdoB. Engenheira eletricitista, graduada pela UFPE. Foi presidenta do Instituto de Pesos e Medidas de Pernambuco, deputada estadual, prefeita de Olinda (PE) por dois mandatos consecutivos, secretária de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente de Pernambuco e deputada federal (2011-2018).

riquezas, à custa de brutal exploração do povo. E a ação do imperialismo estadunidense contra todo e qualquer governo de feição patriótica.

Nesse mais recente ciclo autoritário, a essas duas causas fundamentais associa-se uma outra. Com o mundo crivado por uma crise estrutural do capitalismo, em vários países, emerge uma onda reacionária, de extrema-direita, posto que setores dos monopólios econômicos financeiros declinam da institucionalidade democrática e optam por alternativas que mutilam ou mesmo ameaçam sepultar a democracia.

Em nosso país, na onda de acusações levantadas contra os governos democráticos e progressistas dos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, que visava à criminalização da política, as forças mais obscurantistas da sociedade manifestaram-se como salvadoras da pátria, numa combinação de práticas de Estado de exceção da Operação Lava Jato e demagogias reacionárias do bolsonarismo. Essas duas vertentes de arbitrariedades se juntaram como lastro, para o golpe jurídico-parlamentar de 2016, e pavimentaram o caminho para a chegada da extrema-direita à Presidência da República.

Desde seus primeiros momentos no Palácio do Planalto, Jair Bolsonaro reafirmou suas intenções golpistas, pregando abertamente um regime discricionário. E os sistemáticos atentados à Constituição revelam sua meta de liquidar as conquistas que custaram sangue, suor e vidas de muitos democratas. Estão em questão as liberdades de organização e de manifestação, pilares do Estado Democrático de Direito, com o conseqüente avanço do obscurantismo que nega a cultura, a educação com base na ciência e o exercício da política como recurso para a convivência civilizada.

São ações que representam retrocessos históricos seculares. A Constituição de 1988 condensa um longo processo de lutas do povo, cujo vértice é a democracia. Desde seus primeiros tempos como nação, o Brasil testemunha o vigor dos pronunciamentos populares contra a opressão, sempre respondidos com violência. As marcas do combate ao escravismo guiaram os passos que, no período republicano, levaram às conquistas grafadas na atual Constituição.

Ao atentar contra esse marco democrático, Bolsonaro e seus adeptos fazem ressurgir práticas autoritárias usadas em toda essa trajetória. Instru-

mentalizam meios que, em outros tempos, levaram a confrontos acirrados por se defrontarem com a firme decisão do povo de defender seus direitos e conquistas. Falar dos retrocessos em andamento, portanto, é apontar a gravidade do alcance das ameaças representadas pelo bolsonarismo.

A nação está ameaçada em seus fundamentos. Predomina o neoliberalismo exacerbado, com a destruição do Estado nacional e tudo que ele representa em termos de soberania, democracia e direitos do povo. Um retrocesso que remonta à pré-Revolução de 1930, quando houve a destruição do que o país construiu como parque industrial, evolução tecnológica, institucionalidade democrática e legislação social. A hipertrofia financeira, parasitária e predadora do patrimônio público e da riqueza nacional soma-se ao método de governo autoritário de Bolsonaro.

Formou-se, com esses elementos, um cenário desafiador para as forças democráticas e patrióticas. Antes de tudo, impõe-se o dever de preservar a base da democracia, assegurada pela Constituição, como prioridade absoluta. A garantia de seu pleno funcionamento, como meio para a superação desse governo arbitrário, é a única forma que se apresenta, atualmente, para que o povo possa se manifestar. E essa premissa passa pela união de um amplo espectro de forças e de todos os que manifestam compromisso com o regime democrático.

O que está em questão não é pouca coisa. Nada pode estar acima dessa tarefa. Em torno dela, é possível buscar alternativas para a reconstrução do país, e sobretudo erguer barreiras para impedir o avanço do autoritarismo e do obscurantismo. A derrota do bolsonarismo representa nada menos do que livrar o país de um perigo ainda maior. É possível imaginar o que pode vir com esse governo fortalecido por mais um mandato de Bolsonaro. Seria um reforço para essa tendência destrutiva numa escala incalculável.

A compreensão da dimensão dessa tarefa é decisiva para livrar a nação dessa grave ameaça. O momento exige desprendimento e espírito unitário, uma ampla frente que passa e transcende as eleições. Teremos pela frente, mesmo derrotando Bolsonaro, a imensa tarefa de reconstruir o país nas bases da Constituição, reconfigurando sua originalidade, e, ao mesmo tempo, iniciar um novo ciclo de desenvolvimento com soberania nacional, inclusão social e democracia.

São desafios para já. Os passos dados agora abrem caminho para a dura caminhada do povo e sua luta pelo futuro. Salvar a democracia, missão que exige essa ampla união de forças, é o início dessa caminhada. Garantir a formação de uma alternativa de governo com essas premissas dará ao povo o norte da reconstrução nacional. Iniciativas como essa do *Direitos já!* são fundamentais para esse propósito. A luta de ideias, a busca de alternativas e o trabalho constante, abnegado, pela união de forças amplas e desprendimento para a superação de obstáculos, são, neste momento, de enorme valia.

# ÉTICA E DEMOCRACIA

*Luciano Huck\**

Conheci Hellena Maria de Souza, a Hellena Mary, em 2016. Mãe de três filhos, ela morava na área rural de Orobó, cidade próxima a Bom Jardim, Pernambuco. Trabalhava como cozinheira doméstica quando resolveu gravar um vídeo, questionando o “jeitinho brasileiro”.

“O problema está em todos nós como povo, porque a gente pertence a um país onde a esperteza é a moeda que é sempre valorizada”, dizia Hellena Mary no vídeo. “Um país onde a gente se sente o máximo porque consegue puxar a TV a cabo do vizinho. Onde a gente frauda a declaração do Imposto de Renda para poder pagar menos. Onde há pouco interesse pela ecologia, onde as pessoas atiram lixo na rua e depois reclamam do governo porque não limpa os esgotos. O camarada bebe e depois vai dirigir. Pega um atestado sem estar doente só para poder faltar ao trabalho. Viaja a serviço de uma empresa e o que faz? Se o almoço foi dez reais, ele pega a nota fiscal de vinte. Entra no ônibus e senta, e, se tem um idoso vindo, finge que está dormindo. E quer que o político seja honesto? Como matéria-prima deste país, temos muita coisa boa. Mas falta muito para sermos o homem e a mulher de que nosso país precisa. Antes de culpar alguém, a gente tem que fazer uma autorreflexão.”

---

\* Trabalhou em diversas agências de publicidade e emissoras de rádio, até que em 1996, a convite da Rede Bandeirantes, estreou o programa H, voltado ao público jovem. Em 1999, já na Rede Globo, passou a apresentar o programa Caldeirão do Huck, que lhe rendeu vários prêmios. Desde junho de 2021, assumiu a programação dominical da mesma emissora.

Vi o vídeo pela primeira vez no Facebook, foi assim que cheguei a Hellena Mary, e foi assim que a convidei para participar do meu programa.

A milhares de quilômetros dali, em Massachusetts, o filósofo americano Michael Sandel ministrava um curso sobre ética chamado “Justiça”, uma das aulas mais concorridas da Universidade Harvard. Seu livro “*Justiça: o que é fazer a coisa certa*” virou best-seller. Naquele mesmo ano de 2016, o professor Sandel tinha uma viagem marcada ao Brasil. Convidei-o para participar do *Caldeirão*.

Durante o programa, debatemos temas que podem soar triviais para muitos brasileiros, como a compra de produtos piratas ou o uso das redes sociais para driblar a fiscalização da Lei Seca. Tentamos entender se essas atitudes poderiam ser a semente de algo maior, representado pela corrupção endêmica na política, como sugeria Hellena Mary em seu vídeo.

O encontro dos dois foi antológico. Quando o assunto pirataria entrou na conversa, por exemplo, ela admitiu já ter comprado produtos falsificados: “Em vez de gastar 150 reais, eu gasto cinco e faço feira para os meus três filhos”, comentou, com um pragmatismo e uma honestidade difíceis de serem refutados. Falamos sobre os vários “jeitinhos” inventados pelo brasileiro. A audiência foi um sucesso, fortalecendo a importância de debates aprofundados para um público de milhões de pessoas.

Quase quatro anos depois, durante meu isolamento na pandemia, me dei conta de que a crise que estávamos enfrentando trouxe à tona alguns dos dilemas éticos discutidos por Sandel. Em um exemplo hipotético a respeito da programação de carros autônomos, ele fala sobre a necessidade de definir a reação do veículo a uma situação em que restem apenas duas opções: em uma o carro atropela um grupo de crianças; na outra ele desvia, correndo o risco de matar o passageiro.

Esse dilema lembra, de certo modo, a situação que pudemos ver na pandemia. Na Itália e na Espanha, por exemplo, com os hospitais abarrotados, no auge inicial da pandemia, profissionais de saúde tiveram de tomar decisões a respeito de quem viveria e quem morreria. Optaram por usar a idade e as chances de recuperação como critério. É justo decidir uma questão tão sensível com base na idade? Qual seria o critério mais ético a orientar tal escolha? Michael Sandel também enxerga a

emergência da pandemia como um evento que trouxe para o dia a dia problemas que antes habitavam a mente dos pensadores.

Um exemplo concreto, em Manaus, a falta de cilindros de oxigênio e de ventiladores pulmonares: médicos e hospitais tiveram que se fazer as seguintes perguntas: dou prioridade à primeira pessoa que chegar ou àquela com maior probabilidade de sobreviver? Levo em conta a idade? Um governo existe, em parte, para prover insumos, para dar estrutura, para que perguntas como essas jamais precisem ser feitas por quem está na linha de frente, trabalhando para salvar vidas.

No Brasil, o racismo estrutural também deu as caras na pandemia. As vidas mais expostas ao sacrifício foram as de pessoas pretas e pobres, que não tiveram o luxo de ficar em casa, trabalhando remotamente. Em maio de 2020, a PUC-Rio publicou uma pesquisa analisando 30 mil casos de pessoas internadas em estado grave, com Covid-19, em hospitais da rede pública no Brasil. Os pesquisadores concluíram que uma pessoa negra em estado grave tinha 55% de chance de morrer, ao passo que uma pessoa branca na mesma condição tinha uma possibilidade menor, de 38%.

A taxa de morte pela Covid-19 é o retrato da tragédia que é a desigualdade e a herança escravocrata no Brasil.

A pandemia deixou claro de quem dependemos para sobreviver: prestadores de cuidados de saúde, entregadores, caminhoneiros, policiais, trabalhadores do campo, profissionais que cuidam da limpeza, do gás e da luz das nossas cidades e dos mercados abertos. É preciso fazer com que essas pessoas possam ter proteção econômica e social, aumento de renda, de oportunidades, que se sintam valorizadas e que sejam recompensadas de acordo com a importância que têm. O mote “Estamos todos juntos” soa bonito, mas também vazio, quando pensamos no contexto de profunda desigualdade.

Para Sandel, esses desafios servem também como uma oportunidade de debater, a fundo, maneiras de implementar reformas em áreas como renda, violência, educação e saúde. Democracia não é apenas votar a cada eleição. Democracia é um esforço, de toda a sociedade civil, para deliberar a respeito de projetos que perpassem todas as classes, raças e etnias, de forma a chegarmos em ações que visem o bem comum. E é nisso que não somos muito bons hoje em dia.

Será que, no mundo pós-pandemia, conseguiremos prover uma vida mais digna para todos? No Brasil, essa pandemia chegou num momento em que estamos profundamente divididos. Depois de duas décadas de crescimento econômico e de ampliação da justiça social, o país andou para trás; a desigualdade voltou a crescer, assim como as divisões partidárias, a frustração e a raiva. Se depois de tudo o que estamos passando simplesmente voltarmos a esse clima de ressentimento, polarização e individualismo exacerbado, então não teremos aprendido nada.

As vozes mais responsáveis, me refiro a todas que não flertam com o extremismo, precisam ter um projeto que diminua essa desigualdade, para que possamos de fato dizer “Estamos todos juntos”. Carrego a esperança de que estejamos caminhando em direção a uma sociedade na qual pensaremos em formas de promover uma política do bem-estar comum, na qual teremos estratégias que nos tornem coletivamente mais fortes.

Não há democracia sem conexão com a vida real das pessoas e nesse sentido, não há democracia sem enfrentar as profundas desigualdades no Brasil.

## O BRASIL QUE QUEREMOS

*Luiz Felipe D'Avila\**

A democracia está em perigo no Brasil. Ela está em risco porque a polarização e o radicalismo vêm corroendo o denominador comum do respeito, do diálogo, da tolerância e da civilidade que são valores essenciais para o bom funcionamento da democracia. Ela está em perigo porque o Estado foi capturado por interesses corporativistas que sabotam a criação de instituições inclusivas capazes de assegurar a igualdade de oportunidade e serviço público de qualidade. A democracia está debilitada porque a deformação do mercado, da liberdade individual e do Estado de Direito criou um capitalismo de Estado perverso que nos aprisiona à armadilha de um país de renda média e nos condena à estagnação econômica, ao desemprego recorde e à insegurança jurídica. Esses males vêm minando o empreendedorismo, o ambiente de negócio e os frutos do trabalho e do capital, desencorajando o investimento no país. Por fim, a democracia está em risco porque o Brasil continua refém de governos populistas que trabalham a quase duas décadas para minar a credibilidade das instituições democráticas e das regras do jogo.

Todo governo populista tem como objetivo debilitar o bom funcionamento da democracia. O objetivo é colocar em xeque a legitimidade

---

\* Cientista político, fundador do Centro de Liderança Pública, candidato à Presidência da República pelo Partido Novo. É fundador da VirtùNews, plataforma digital de jornalismo de dados, voltada para análises sobre política e economia. É também editor no jornal *O Estado de S. Paulo*.

das instituições democráticas para que o populista possa se apresentar como o único legítimo defensor da “vontade popular”.

O primeiro passo é criar a cizânia social, despertando a desconfiança entre as pessoas, fomentando a intolerância e separando o mundo entre “nós e eles”.

O primeiro grupo representa os defensores incondicionais do líder populista. É preciso renunciar o senso crítico capaz de discernir os erros e acertos do governo e jamais questionar as atitudes de um líder endeusado por sua tribo. O mero fato de apontar falhas e equívocos é um ato de deslealdade e de ameaça que precisam ser imediatamente combatidos. A intolerância é a gênese que alimenta a fidelidade sectária que forja a áurea da mitificação do demiurgo. O segundo grupo (“eles”) não consiste de uma mera oposição ou adversários políticos. Representa a tribo dos inimigos a ser combatida por meio do voto, da mentira ou até mesmo do uso da violência. Não há espaço para diálogo, acordo ou acomodação. Essas virtudes essenciais do entendimento numa democracia são percebidas como sinônimo de fraqueza e de hesitação pelos populistas. Portanto, a oposição tem de ser aniquilada por meio da cooptação, da intimidação ou da força.

Não é por outra razão que populistas buscam destruir o sistema de peso e contrapeso das democracias. Seus opositores pertencem ao grupo das “elites golpistas”, da “imprensa vendida”, do “Congresso corrupto” e do Judiciário que tripudia a Constituição, as liberdades individuais e o Estado de Direito para impedir que o líder populista possa trabalhar para melhorar a vida do povo. Quando não conseguem aliciar os “vendilhões da nação” com contratos públicos, cargos e verbas governamentais, apelam para meios ilícitos ou inconstitucionais, como mensalão, petrolão, rachadinha, orçamento secreto e emenda de relator.

Para salvar a democracia, precisamos trabalhar para derrotar o populismo nas urnas, pacificar o país e restabelecer o diálogo, a tolerância, o respeito e a civilidade. Temos de criar instituições inclusivas para assegurar a igualdade de oportunidade, a liberdade individual e o Estado de Direito. É vital dismantelar o capitalismo de Estado, abrir a economia para o comércio internacional e criar regras claras e previsíveis para permitir a existência de um ambiente de negócio saudável, capaz de

atrair investimento, estimular o empreendedorismo e o aumento da produtividade e da competitividade internacional. Nenhum país tornou-se próspero e capaz de romper a barreira da renda média se fechando para o mundo, criando reserva de mercado e viciando o setor privado em subsídios governamentais e medidas protecionistas. Nenhuma nação do mundo foi capaz de criar igualdade de oportunidade e tirar milhares de pessoas da pobreza sem crescimento econômico e serviço público de qualidade que garanta educação pública, saúde e segurança para todos.

O Brasil está farto de bons diagnósticos. As ilhas de excelência de boas políticas públicas no Brasil revelam algo em comum: a existência de bons governos capazes de dar continuidade às boas políticas públicas. Mas governos populistas têm mais prazer em tripudiar os méritos dos governos passados do que dar continuidade às boas iniciativas públicas; preferem demonizar os governos que os antecederam à se dedicar ao trabalho de aprimorar as iniciativas louváveis iniciadas por gestões passadas e partidos da oposição.

É vital restaurar a previsibilidade de leis e dar continuidade aos bons programas para restabelecer a confiança no país e nas instituições democráticas. A nossa missão é salvar a democracia das garras dos populistas. Se fracassarmos, os nossos filhos e netos nos culparão por termos sido responsáveis pela destruição da democracia e por tê-los deixado um país muito pior do que herdamos dos nossos pais. Por isso, é hora de intolerância zero com os populistas e compromisso total em salvar a democracia, o Estado de Direito e a liberdade individual para podermos edificar o Brasil que queremos.



# COMO AS DEMOCRACIAS SURPREENDEM

*Luiz Philipe Oliveira\**

No começo do livro “Como as Democracias Morrem” os autores, Levitsky e Ziblatt, mostram um histórico desde as ditaduras que surgiram um pouco antes da Segunda Guerra Mundial como a Japonesa, Italiana e a Alemã e avançam até as autocracias modernas que convivemos em pleno século XXI, eles nos trazem uma importante reflexão que é:

“É assim que as democracias morrem agora. A ditadura ostensiva – sob a forma de fascismo, comunismo ou domínio militar – desapareceu em grande parte do mundo. Golpes militares e outras tomadas violentas do poder são raros. A Maioria dos países realiza eleições regulares. Democracias ainda morrem, mas por meios diferentes. Desde o final da Guerra Fria, a maior parte dos colapsos democráticos não foi causada por generais e soldados, mas pelos próprios governos eleitos.” (LEVITSKY e ZIBLATT, 2018, p. 13)

Podemos dizer que a democracia brasileira desde 2019 vem sofrendo constantes ataques sob o manto de defesa de certas liberdades por parte de grupos mais extremistas. Infelizmente pessoas que com o discurso de antissistema, contra corrupção ou apenas contra determinado partido de esquerda, mas sem um projeto ou uma ideia de verdade chegaram a diversos postos políticos pelo voto democrático.

---

\* Mestre e Doutor em Direito pela USP.

Vimos diversos políticos atacando instituições públicas e até o fechamento do Parlamento que os acolheu, de Órgãos do Poder Judiciário e do próprio sistema eleitoral que os elegeu, apenas porque em determinado momento agiram em desacordo com o que queria a alta cúpula do Executivo Federal.

É realmente triste ver pessoas que deveriam defender as instituições atacarem por causa de divergência de opinião ou ideologia.

Realmente a previsão de Levitsky e Ziblatt pode ser levada muito a sério, ao vermos este tipo de situações cotidianamente no Brasil de 2019 a 2022. Pensei em muitos momentos que a Democracia Brasileira, neste intenso ataque estaria a caminho da UTI ou de um cemitério de democracias que se tornaram autocracias com governantes que lá se encontram a décadas.

Autocratas que suprimem direitos, governam para certos grupos e que persegue quem os questiona. Mas sempre verá um autocrata atacando um grupo de oposição defendendo certas liberdades para não deixar transparecer seus repentes de um ditador completo.

Sim, podemos em certos momentos, neste período, perder a esperança e ver crescer nas redes sociais diversas movimentações contra grupos vulneráveis, contra oposição e contra a mídia que expõe as falhas do governo.

Entretanto, cada um de nós que crê na força da verdadeira vontade popular, que respeita os ditames da atual Constituição Cidadã e acredita que minorias tem que ver seus direitos garantidos trazem consigo uma luz, uma esperança e o respeito e a fé em dias melhores.

Assistimos que o Parlamento em sua maioria e o Poder Judiciário mostrando sua força para equilibrar e manter a harmonia dentro dos Poderes, tendo que se utilizar se recursos de pesos e contrapesos em relação as ações e omissões do Poder Executivo diante de diversas situações cotidianas que aconteceram, tendo que utilizar de instrumentos até então nunca, ou raramente, utilizados como foi o caso de instauração de inquérito pelo Supremo Tribunal Federal para apurar ataques à Corte e a seus membros, inclusive com ameaças de agressões, morte, estupro de familiares entre outros absurdos.

O enfrentamento aos ataques, colocando o reequilíbrio entre o executivo e o judiciário se mostrou eficaz em certo ponto, mas levou a outros constantes ataques de mais políticos eleitos contra o Poder Judiciário e seus membros.

Novamente, utilizando os institutos previstos na lei, mais processos e inquéritos abertos em desfavor de pessoas, que sob o manto de uma inexistente proteção inexorável da liberdade de expressão, que permitiria que qualquer pessoa a qualquer momento pregasse o fim da república e da democracia brasileira, pelo fato de estarmos numa república democrática, remetendo ao famoso paradoxo de Popper de que se formos tolerantes com os intolerantes o efeito será o fim do sistema que garante esta tolerância.

A defesa democrática é árdua e constante, desde o direito natural até o que temos hoje escrito na Constituição Federal de 1988 foram passos curtos, lentos, mas estruturados. Passamos pelo primeiro pela escuridão e a quase morte da democracia pelos atos de exceção de duas ditaduras, a de Vargas e a dos Militares, e hoje temos um texto constitucional cidadão que integra a todos e ainda permite que as minorias sejam respeitadas.

A Democracia Brasileira não morreu e não está morrendo, ela segue lutando contra o vírus dos regimes ditatoriais e das autocracias, e mesmo quando imaginamos que a democracia morreu ela nos surpreenderá com a união de pessoas boas, ligadas não por ideologias políticas, mas pelo simples fato de que as diferenças não devem nos tornar inimigos, mas sim debatedores respeitosos, como aconteceu por todo o período após a nova Constituição Federal.

A democracia brasileira não morreu, ela pode ter sofrido ataques, ter ficado suspensa, mas o povo brasileiro sempre a protegerá e não permitirá que ela acabe. Hoje em 2022 vemos pessoas com ideias diferentes se unindo contra aqueles que não aceitam pensamentos, modos e ações diversas do que eles entendem como correto.

Hoje temos a união pela defesa da alma da democracia Brasileira, a luta pelas ideias republicanas e a crença de que teremos dias melhores, dias que nos ajudarão a lembrar como quase foi a morte da democracia e como bravamente pelejamos pelo melhor de nossa pátria.



# A HISTÓRIA ENSINA QUE, QUANDO SE NEGA A POLÍTICA, O QUE VEM DEPOIS É SEMPRE PIOR

*Luiz Inácio Lula da Silva\**

Na história do Brasil, infelizmente, os períodos de normalidade democrática foram minoria. A maior parte da nossa história é marcada pela exploração colonial, o massacre dos povos indígenas e a chaga da escravidão, além de golpes de Estado e ditaduras.

O período entre a promulgação da Constituição de 1988 – que selou o fim da ditadura militar – e o golpe contra a presidenta Dilma em 2016 foi o mais longo de pleno exercício da democracia.

Não por acaso, nesses 28 anos de trégua democrática, sucessivos governos controlaram a inflação, implantaram a universalidade do ensino fundamental, reduziram a mortalidade infantil e combateram o trabalho escravo, entre outros avanços.

Os governos do PT aprofundaram essas conquistas. O Brasil saiu do Mapa da Fome da ONU pela primeira vez na história, enquanto 36 milhões de brasileiros foram retirados da extrema pobreza.

Em apenas 13 anos, o número de jovens no ensino superior saltou de 3,5 milhões para 8 milhões, graças à expansão das universidades públicas, ao ProUni e ao Fies. O país subiu para a sexta posição no ranking

---

\* Eleito presidente da República – já exerceu outros dois mandatos presidenciais, de janeiro de 2003 a janeiro de 2011. Foi deputado federal, sindicalista e metalúrgico. É fundador do PT.

das maiores economias do planeta e tornou-se protagonista no cenário mundial, graças a uma política externa ativa e altiva.

Estávamos reduzindo cada vez mais as desigualdades sociais e regionais, ampliando a produção científica e nos preparando, com o Pré-Sal e o avanço das multinacionais brasileiras, para um novo estágio de desenvolvimento do país.

Infelizmente, a recusa do candidato derrotado em 2014, Aécio Neves, em reconhecer o resultado da eleição daquele ano detonou um processo de instabilidade institucional, agravada pelo então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, que promoveu uma agenda de “pautas-bombas” para sabotar o governo da presidenta Dilma.

Ao mesmo tempo, a Operação Lava Jato apropriou-se de uma causa justa – a punição de pessoas que receberam recursos ilícitos – para corromper o combate à corrupção e a própria justiça.

O juiz e os procuradores da força-tarefa desrespeitaram normas jurídicas, destruíram empresas, milhões de empregos e projetos de desenvolvimento, a exemplo de refinarias e estaleiros. Enquanto isso, forjaram delações premiadas com pessoas que haviam cometido crimes – e que mesmo assim escaparam praticamente impunes, com boa parte das fortunas obtidas ilegalmente.

Não posso deixar de registrar o meu caso específico, inclusive por saber que não se tratou de um ataque pessoal contra mim, mas contra o projeto político democrático e soberano do qual sou parte.

Na ausência absoluta de provas, o juiz Sérgio Moro condenou-me por “atos indeterminados”, em um processo que correu em tempo recorde, com o claro propósito de me tirar das eleições de 2018.

Mas a verdade e a justiça venceram. O Supremo Tribunal Federal e depois o Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas reconheceram a parcialidade de Moro e a nulidade dos processos.

Venho alertando há bastante tempo, muito antes de 2014: a história ensina que quando se nega a política, o que vem depois é sempre pior. E o que veio depois da negação da política no Brasil foi muito, muito pior.

O atual governo tem destruído – com intenção anunciada – os avanços obtidos pelo Brasil nas últimas décadas, em todas as áreas. Na economia, na saúde, na educação, na segurança alimentar, na inclusão social, na diplomacia, na proteção ambiental, no sistema de fomento à ciência, no combate

à corrupção, na transparência dos órgãos públicos, entre outras. Tudo o que fizemos terá que ser, e será, reconstruído – desta vez, sobre ruínas.

A lista de absurdos é imensa. São ministros da educação inimigos da universidade. Chanceleres que brigam com a diplomacia. Ministros do Meio Ambiente que querem derrubar florestas para as boiadas passarem. Secretário da Cultura que odeia a cultura e os artistas. Ministra da Mulher e dos Direitos Humanos que faz pouco caso dos direitos humanos e que tudo nega às mulheres, sobretudo às mais pobres, privadas até mesmo da distribuição de absorventes.

O ápice dos absurdos foi negação da ciência e das orientações sanitárias, que levou ao atraso na compra de vacina durante a pandemia de Covid19 e custou centenas de milhares de vidas,

Não podemos esquecer nem normalizar o descaso e a falta de humanidade de um governo que não cumpriu com suas responsabilidades na mais mortal das crises desses séculos, responsável pela morte de pais, mães, filhos, filhas, amigos, amigas, amores.

Jamais esquecerei a irresponsabilidade criminosa de Bolsonaro ao espalhar mentiras e divulgar tratamentos falsos, em vez de cumprir suas obrigações como presidente da República. Foi incapaz de verter uma lágrima para os mais de 660 mil brasileiros mortos pelo vírus e até mesmo de se solidarizar com seus amigos e apoiadores vítimas da doença.

Os resultados desse desgoverno são dramáticos. Cerca de 116 milhões de brasileiros hoje sofrem algum grau de insegurança alimentar, e 19 milhões de homens, mulheres e crianças vão dormir todas as noites com fome, sem saber se terão um pedaço de pão para comer no dia seguinte.

A taxa de desemprego bate recordes, enquanto milhares de jovens, por falta de alternativas, estão submetidos à precarização do trabalho para aplicativos, com jornadas exaustivas e remuneração injusta, sem qualquer direito ou garantia.

O Brasil despencou para a 13ª posição no ranking das principais economias e se tornou um pária internacional, devido ao negacionismo, à truculência e as agressões gratuitas a nossos parceiros comerciais, causando sérios prejuízos ao país.

Em três anos de governo Bolsonaro, a expectativa de vida dos brasileiros caiu quatro anos. É uma gestão que promove a morte em vez da vida, a ignorância em vez da educação, o aumento do poder de fogo das mil-

cias em vez da segurança pública para todos os brasileiros e brasileiras.

Mas, independentemente dos interesses dele e de seus aliados, o Brasil ainda tem instituições. É preciso, no entanto, que cada uma volte a tratar dos assuntos de sua competência. Sem exorbitar, sem extrapolar, sem interferir nas atribuições alheias.

A normalidade democrática está consagrada na Constituição. É ela que estabelece os direitos e obrigações de cada poder, de cada instituição, de cada um de nós.

Acima de tudo, o Brasil ainda conta com a voz do povo, que será livremente expressa nas urnas, embora Bolsonaro faça de tudo para desacreditá-las.

O pleito de 2022 é a oportunidade que tem o Brasil de recuperar o diálogo e a solidariedade, e eleger um governo que volte a conversar com a sociedade civil, com os sindicatos, com os empresários, em busca de objetivos comuns para nosso país.

É preciso eleger um governo que reconstrua o equilíbrio das instituições, que respeite a Constituição de 2018, que converse com todas as forças políticas e reconheça o direito à crítica, em vez de estimular seus seguidores à violência física contra adversários.

Um governo que retome o caminho da inclusão social, do crescimento econômico e da geração de empregos, da soberania nacional e da inserção do país no cenário internacional.

É mais do que urgente derrotarmos o autoritarismo. E para isso será necessária a união de todas as forças progressistas e democráticas, não apenas para vencer as eleições em 2 de outubro, mas para reconstruir este país. Não importam nossas divergências do passado, quando o que está em jogo é o futuro do Brasil e do povo brasileiro.

O grande educador Paulo Freire, tão temido pelos que elogiam a tortura e adoram os torturadores, disse certa vez: “É preciso unir os divergentes para melhor enfrentar os antagônicos”. Trata-se de uma lição mais atual do que nunca para o momento em que vivemos.

Em meus 50 anos de vida pública, oito dos quais na Presidência da República, aprendi que governar deve ser antes de tudo um ato de amor. E é preciso muito amor para derrotar o ódio que tomou conta do nosso país.

A boa notícia é que não nos falta amor pelo Brasil e pelo povo brasileiro.

# NÃO QUERO O CHARME DOS DERROTADOS

*Márcio França\**

Agradeço de imediato o convite de Fernando Guimarães, Coordenador-Geral do Direitos Já! Fórum Pela Democracia; de Realle Palazzo-Martini, coordenador de Formulação e de Daniel Brito, coordenador-adjunto.

O convite para expressar minha experiência nesta fantástica publicação veio acompanhado das algumas perguntas, como:

Quais percursos engajados por nossa sociedade nos trouxeram para esta perigosa conjuntura política? e

Quais os cuidados que teremos de ter para afastar a possibilidade de vivenciarmos esse cenário futuramente?

Diante deste convite, das perguntas e das participações de pensadores muito mais eruditos do que eu neste livro, e com vasta vivência acadêmica, ousou basear meus argumentos simplesmente e exatamente no que vivi até agora, muito mais do que estudei ou ouvi de especialistas renomados e de grande importância no cenário nacional.

Apaixonei-me pela política ainda na Faculdade de Direito, lutando pela volta da democracia em Santos, que era considerada Área de Segurança Nacional e que, por isso, teve as eleições para prefeito suspensas, resultando na nomeação de prefeitos indicados pelo regime militar da época.

---

\* Filiado ao PSB, foi governador de São Paulo, de 2018 a 2019. Formado em Direito na Universidade Católica de Santos, foi prefeito de São Vicente.

Mais tarde, já atuando como advogado, decidi me candidatar a vereador. Começava ali um aprendizado que marcou minha vida e minha carreira.

Reelegi-me vereador e depois ousei me candidatar a prefeito. Fui eleito para administrar São Vicente, a primeira cidade fundada no Brasil, a 22 de janeiro de 1532, pela expedição colonizadora de Martim Afonso de Sousa. Por ser tão antiga, São Vicente resumia em seus limites todos os problemas do País. Mais de um terço da população vivia em favelas: outro terço era muito pobre e o terço restante sobrevivia a duras penas.

Ali aprendi que ou enfrentava o desafio ou enfrentava o desafio. Não havia outra opção. Era impossível consultar manuais, seguir roteiros ou reclamar dos meus antecessores, do contexto econômico ou histórico ou me apegar em ideologias e dogmas.

Parti pra cima dos problemas e, depois de quatro anos, fui reeleito, no ano 2000, com 93,1% dos votos válidos, recorde brasileiro nas cidades acima dos 100 mil habitantes.

Dali decidi ser deputado federal e, com a experiência da urgência em resolver problemas, criei um bloco de 79 deputados que teve forte influência no Congresso e no País. Aprendi muito e fui reeleito. Resolvi depois aceitar convite do então governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, e fui ser secretário de estado em São Paulo e depois vice-governador.

O passo seguinte foi assumir o governo de São Paulo, onde implantei, sem vacilar, políticas de inclusão social que beneficiaram jovens vulneráveis; um programa de universidade gratuita virtual e tantas outras ações inclusivas de impacto imediato na vida das pessoas. Tentei a reeleição e perdi por uma diferença de 1,5% dos votos. Meus projetos sociais foram cancelados. Perdi e aprendi.

O que assimilei nesta jornada, que ainda não terminou, é que não podemos nos intimidar ou nos deixar envolver por debates infundados, que resultam em nada de prático. Sim, me desculpem os teóricos, que valorizo muito, mas na hora de defender o que acreditamos temos que ser pragmáticos.

Primeiro, para vencer eleições e chegar ao poder para realizarmos nossas políticas inclusivas e de resgate da dignidade dos brasileiros.

Segundo, temos que compor um governo amplo, envolvendo todos que têm boas ideias, garantindo eficiência e governabilidade. Não adianta ter razão sozinho, numa ilha deserta, e nada poder fazer de concreto para os mais necessitados.

Agora respondo às perguntas feitas pelos organizadores desta publicação. Chegamos a este ponto porque, na última eleição nacional, ao vermos o perigo que nos rondava, recuamos, nos abrigamos em convicções de fácil absorção pela opinião pública, jogamos para a torcida, não nos organizamos pragmaticamente para recompor as forças e fomos engolidos por adversários muito mais práticos, sem aqui apoiar ou enaltecer suas atrocidades e desgovernos.

Vivemos um momento semelhante, que provavelmente será atropelado pela perenidade deste livro/documento, mas que traz os mesmos riscos e certamente revela que não aprendemos, ainda, as lições do passado recente.

As forças democráticas, acossadas por pressões diversas, relutam em unir forças, tergiversam, se fecham em bons princípios e péssimas vaidades. Deixam de agir estrategicamente, de olhar para os números de forma adulta, não transigem, e se debatem apoiadas em coerências que nos levarão – espero que não – às incoerências que hoje assistimos.

Sim, tudo que aí está aconteceu porque relutamos em ver a realidade. Se eles são os errados, não deveríamos tentar convertê-los, mas derrotá-los com a arma mais potente que se chama política, que se traduz em votos.

Sei que este texto deveria ser atemporal, com validade sem limites. Mas, como aprendi na vida de político e de gestor público, o tempo não espera e cobra caro pelos nossos erros, principalmente dos mais conscientes e informados, que embora tenham noção do perigo, preferem usar o escudo de uma coerência incoerente e mergulhar de cabeça na derrota, para depois lamentarem nos debates e seguirem com o falso charme dos revolucionários de boteco. Uma pena! Vamos mudar isso. É o que sei e gosto de fazer!



## QUE PODER DISPUTAMOS NA ERA DA DESINFORMAÇÃO?

*Marcos Faria\**

Neste século XXI, a disputa pelo poder se tornou mais acidentada, acentuada e vigorosa. Exige uma compreensão do que está em jogo que vai além do que, até então, era o comum. Não são somente os cargos majoritários que são disputados pelo voto. Hoje, para além disto, há visões de governo, ideologias, estilos de vida, opções por aliados, e uma série de outras vertentes que se colocam numa eleição. Ainda que para o principal ator desta peça, o eleitor, alguns destes fatores são pouco decisivos para sua escolha, estes ingredientes são modulados pelos candidatos conforme suas opções e ideais, buscando conciliar suas orientações políticas com o que os eleitores pensam e desejam do próximo governante. Esta luta pelo poder é renhida e não muito simples de explicar. Aqui, colocaremos alguns pontos de vista que, em nossa ideia, podem permitir que se faça uma melhor avaliação do que está em jogo nesta disputa democrática.

O poder, como definido por Claude Raffestin<sup>1</sup>, carrega ambiguidades, ainda que, como o próprio também indica, o Poder vise o controle

---

\* Coordenador de Articulação Política do Direitos Já! Fórum pela Democracia. Cientista social formado pela USP. Exerceu cargos públicos no legislativo e executivo paulistas. É empresário de mobilidade elétrica.

1 Claude Raffestin. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Editora Ática, 1993, 1ª ed.

e a dominação sobre os homens e sobre as coisas, numa definição mais clássica. Ao refletir para a construção de texto, resolvi questionar algumas pessoas próximas sobre o que representaria este poder, na visão delas. As respostas que me foram dadas são as mais diversas e, por que não, contraditórias: Poder seria a “capacidade de provocar alterações no seu mundo ou no de outrem”; representaria a “autonomia, a construção de respeitos e hierarquias e o compartilhamento de deveres e direitos”; para outra pessoa, o poder é a expressão da “autoridade, uma força que permeia as relações sociais desde sempre”; uma última vê o poder como “liberdade, pois ser livre é ter acesso a possibilidades, que só o poder permite”. Definições amplas que abarcam uma série de conceitos e ideias, ainda que possam expressar algum senso comum, são indicativas do que está sendo disputado. Este poder, multifacetado nestes nossos tempos, é reflexo de nossa sociedade e a disputa deste, também igualmente, o reflete isto, se dando esta contenda em vários campos, sejam os mais “clássicos” (social, econômico, político...), os mais “contemporâneos” (ambiental, judiciário, cultural e outros) ou as arenas de combate típicas do século XXI, as redes sociais e suas diversas ramificações, como apontou o cientista político Jairo Nicolau<sup>2</sup> em sua avaliação sobre a eleição de 2018. A preponderância destes meios de comunicação, em detrimento de outros, mais sedimentados e, principalmente, com controle sobre seus conteúdos, foi um dos fatores que permitiram a ascensão ao poder de um grupo que tem como uma de suas premissas a desregulamentação deste campo. Esta ação, se concretizada, favorece claramente a falta de ética e o não compromisso com a verdade. Não à toa um estudioso norte-americano, Richard Hansen<sup>3</sup>, produziu um livro potente em que nomeia este fenômeno eleitoral de “época do discurso barato”, onde o claro e presente risco às democracias é a exposição aos eleitores de grandes quantidades de desinformação e propaganda política manipulada. O envenenamento da política por estes novos moldes de ativismo é algo a ser combatido, ainda que não

---

2 Jairo Nicolau. *O Brasil Dobrou à Direita*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2020.

3 Richard L. Hansen. *Cheap Speech*. New Haven: Yale University Press, 2022.

haja dúvidas de que a ascensão da Internet e das mídias sociais trouxe muitos benefícios à liberdade de expressão.

Aqui se deu a disputa política brasileira desde 2018 (um marco político-geográfico, por mim estabelecido), e nos foi franqueado perceber – de um modo lento, gradual e “inseguro” (parafraseando Golbery do Couto e Silva) – que, o que estava (e continua a estar) em jogo é algo muito além da mera substituição de governantes, mas sim, os valores democráticos que têm sido arduamente semeados, defendidos e costurados em nossa nação. Este avanço de ideias antidemocráticas se viu mais acentuado neste último período, particularmente, durante a última eleição presidencial, onde uma onda de apoiadores do atual presidente (inflados por uma série de outras ações e atitudes, inerentes ou não, ao campo da política) o levou ao mais alto posto político do país. A eleição foi *sui generis*, em parte, pela notória repulsa que Bolsonaro e aliados têm pelo jogo democrático (ainda que sejam frutos deste, uma contradição absurda) e, em outra parte, pela capitulação de um percentual do eleitorado a um discurso de negação da política e de valores democráticos, individuais e coletivos, o que privilegiou a ascensão ao poder de uma parcela de políticos que reiteram e pregam a negação da democracia, por mais inusitado e inacreditável que seja.

Esta disputa pelo poder, como apontada no início deste texto, é uma de várias que ocorrem dentro de democracias. Porém, estas se dão de modos claros e dentro do razoável nos ambientes em que se aceitam derrotas e vitórias no espírito democrático. As disputas parlamentares são legítimas e expressam pontos de vista e ideologias que, a depender da matéria em questão, pendem para um lado ou para o outro. As alianças, se deslocam para um lado das matérias em disputa ou para outro, conforme a preferência de políticos, eleitores, governos, pressões internas/externas, sempre colocadas de forma clara, posicionamentos, etc. É o jogo democrático, natural e de importância suprema, para que direitos e deveres consagrados sejam cumpridos. Há, entretanto, um ponto em que – nesta quadra em que nos encontramos – não pode ser deixado de lado em nossa análise: uma parcela do poder político resolveu, por entender que a opinião pública no Brasil aceitaria isto, pregar um ideal antidemocrático, disfarçado de opção político-partidária de

viés “liberalizador”. É o disfarce para a implantação, no fundo, de um programa – com método – que visa a destruição de pilares fundamentais da democracia brasileira. Esta destruição já se iniciou, por meio de portarias, resoluções e leis que permitem a quebra de um arcabouço legislativo que protege, por exemplo, o meio ambiente, a segurança pública ou a situação social e econômica dos mais vulneráveis no Brasil. Obviamente, aludindo a *La Pasionaria*, “Não Passarão”.

Ainda assim, o estrago já estará feito, pois, estas pequenas rupturas na nascente democracia brasileira (será a 9ª eleição presidencial, esta de 2022, pós-ditadura militar) apontam para o crescimento deste ideário, assemelhado ao fascismo, que por sua vez, encontra eco em políticos que habilmente as transvestem para um discurso onde a “liberdade de expressão” é uma de suas palavras de ordem, visando minar a democracia ao invés de reforçá-la. É um dos paradoxos que o movimento anti-democrático impulsionado pelo atual presidente coloca para o xadrez eleitoral deste ano.

Por tudo o que colocamos nesta pequena análise, a disputa pelo poder no Brasil se reveste, no fundo, de uma luta entre ideais democráticos e o mergulho (mais profundo) no obscurantismo que pode ser provocado por uma vitória dos que se opõem a isto. Urge que a sociedade seja despertada para a importância desta luta, por meio de movimentos suprapartidários, que agreguem e mobilizem as diversas instâncias de nosso país e possam ressoar, fazendo desta disputa pelo poder uma reafirmação de nossa crença nos direitos, no processo eleitoral, na pluralidade, na diversidade e nos valores que nossa sociedade crê e perpetua ao escolher a via democrática.

SANGUE, SUOR E PONTES:  
A URGÊNCIA DE UM NOVO  
PACTO POLÍTICO PARA  
NOSSA DEMOCRACIA

*Marcos Rehder\**

É sempre tempo de lembrar do cheiro de esperança nova que não saia das narinas entre a multidão em grito de 25 de janeiro de 1984 e o sonho de todas as cidadanias estabelecido em concreto armado na *Carta de 1988*. Foi, sim, um anseio coletivo que unia vozes silenciadas loucas por gritar algum tipo de felicidade livre. Esperava-se uma arena de disputa democrática em torno de agendas comuns, que dentre avanços indiscutíveis que se viram nos trinta anos seguintes desandou em disputas mais eleitorais que programáticas – pois a meta de um país mais justo e inclusivo nunca saiu do horizonte. Como num ronco de *jetsky* vimos emergir o monstro da lagoa, em meio aos vários navios negreiros naufragados, neste canto da América que resiste à tanto tempo contra o papel de latrina do mundo; com ele flagramos nossa sofrida democracia em descrédito bailar na curva.

Não foram poucas as experiências em alinhar a sociedade à relação necessária entre transparência e conformidade com as leis, participação

---

\* Sociólogo, doutorando em desenvolvimento econômico no IE-Unicamp, pesquisador no NEA+ (IE-Unicamp) e no GVceapg (EAESP-FGV). Coordenador adjunto de Articulação Política do Direitos Já!

popular e efetividade. A perda de legitimidade que se tornou inconteste após-2013 deveria ter sido o sinal de alerta das várias desconexões em nossa governança, tanto em relação à sociedade política quanto à sociedade civil, clamando a necessidade de novas pontes. Pontes não transformam as margens em uma só, nem elimina diferenças, só conectam realidades. Se pode atravessar o rio batendo asas, mas os vôos, sujeitos a vendavais e tempestades, nem sempre estão à mão. Com ventos favoráveis, juntos nós podemos queimar os céus... só não podemos contar com eles.

Sistemas de governança são mecanismos indispensáveis, regras e procedimentos para articular diferentes atores com diferentes demandas de realidades heterogêneas, algo ainda mais urgente em um país com tantas desigualdades e com potenciais tão latentes. Sistemas de transparência em tempo real que permitem a gestão social da participação e a fiscalização da gestão pública, ao mesmo tempo oferecendo canais pelos quais os governantes constantemente justificam suas ações, seus propósitos. Neste sentido, trata-se do processo através do qual desenvolve-se também a confiança pública. É o edifício, o alicerce da sustentação do próprio sistema democrático. Se abismos de gênero, sociais, regionais, ideológicos, pessoais e étnicos criam mundos diferentes da ponte pra cá, o concreto armado aproxima parceiros deste rio lindo que é o Brasil.

Os Planos Plurianuais quadriennais acompanhados de leis orçamentária anuais, inovações de 1988 que foram constantemente aperfeiçoadas nas décadas seguintes permitem à todos, do legislativo ao cidadão, fiscalizarem; e aos governantes servem de guia na instabilidade de um mundo globalizado. Portais de transparência, lei de responsabilidade, são todas garantias para que as pessoas fizessem parte do país em construção. Garantias democráticas de manifestação e direitos de minorias. São todas pontes fundamentais garantidoras das liberdades substantivas. Quando o desgoverno Bolsonaro transforma erguer qualquer bandeira reivindicatória em ameaça à segurança nacional, precariza acesso à dados sobre uma pandemia que assola o mundo, decreta sigilo de cem anos sobre reuniões, incentiva assédio judicial sobre jornalistas, dissolve ou mesmo destitui conselhos federais, me desculpem, já estamos diante de uma ruptura institucional.

Sistemas de auditoria pública cada vez mais eficazes, ministério público atuante, fiscalizações reais com resultado sobre atores políticos, polícia federal investigando o próprio poder executivo, todas conquistas cumulativas ao longo dos vinte anos de conjuntura estável que tivemos entre 1995 e 2015, tudo muito novo para um país historicamente acostumado ao compadrio, foi uma experiência muito cara. A retidão legal é um pressuposto, mas só faz sentido se levar à resultados nítidos de melhoria para a população mais vulnerável – caso contrário, não passa de criminalização da política – e isso de fato aconteceu. Orçamento secreto, quando não se sabe à pedido de quem saiu tal recurso para tal lugar e torna impossível descobrir o responsável principal, isso já leva à ruptura institucional muito além dos limites, isso já rasga a Carta de 1988, nossa democracia já vaza pelo bueiro no atual governo.

Tudo isso ao som de uma multidão ensandecida, embriagada em meio às *fake news* e preconceito irresponsável, e o que resta é encontrar alguma forma de emancipar tanta gente da escravidão mental promovida pela horda de ministérios que se dizem da “verdade”. Nossas veias mais abertas do que nunca, jorrando sangue da pele para os parasitas e manchando nosso chão; nos coágulos de miséria que voltam, um fantasma insuportável, numa sociedade que se enriqueceu de gangrenas; ou brindando como em cálices de vinho tinto com sabor de vidro e morte dos nossos índios, genocídios avançando nos cantos escondidos dos veios amazônicos. Todo mundo tem algo a fazer contra esta distopia de esperarçar no fim túnel tiroteio ao invés de luz.

Dos mais acertos que erros, todos souberam onde o calo apertou. A relação com setores ideologicamente não alinhados – pejorativamente rotulados de “centrão” – fez com que portadores legítimos desta construção pós-ditadura se deparassem com dificuldades em alinhar as demandas de curto prazo destes grupos com projetos de longo prazo. Nem sempre esta articulação foi saudável, e neste momento em que pontes se mostram vale pensar em como mantê-las daqui em diante, e um caminho é o aprimoramento de governanças que liguem o nacional ao local. O Movimento Direitos está sendo um aglutinador imprescindível em apresentar como é possível uma convivência dos mais diversos vieses ideológicos, um ensaio de uma nova governança tácita de atores

de onde podem surgir novos modelos de interlocução em prol de uma nova democracia segura.

Parece que uma brisa vinda de vários lugares lembra o cheiro de quando eu, criança, ouvia sobre sonhos em um lar que transbordava politização, aqui entre os meus caipiras paulistas e mineiros. Temos a oportunidade de resgatar e reinventar tanta coisa. A história está nos dando uma nova oportunidade quando nos mostrou o quanto a irracionalidade pode ser sórdida. Será que ainda somos os mesmos ou o tempo mexeu com a gente ao ponto da convivência? Precisamos de maturidade acima de tudo, entender que as diferenças só propõem alternativas numa arena política decente e comprometida com todos. Além de um novo pacto social, precisamos de um novo pacto político sobre o que realmente interessa, o que faz diferença, o que agrega. Nunca o futuro esteve tanto em nossas mãos, inclusive, escorrendo entre os dedos.

Que todas as fichas caiam agora!

# O BRASIL QUE ODEIA O BRASIL GANHOU

*Mariana Lacerda\**

O Brasil nunca gostou do Brasil. Do nosso processo de colonização, nasceu um país cujo povo é formado da união do europeu, o africano e o indígena, mas que recebeu muitos outros povos e culturas. Parte da abertura do Brasil aos imigrantes europeus inclusive, foi política de estado para o nosso embranquecimento e europeização.

Durante o nosso breve período como país convivemos mais ou menos bem com nossa construção múltipla. Tivemos o Movimento Antropofágico, a Tropicália, o Neoconcretismo como vanguarda internacional, que celebraram nossa rica cultura, em movimentos nunca perfeitos e complexos com um frequente paternalismo criando uma democracia racial calcada em muito racismo e uma cordialidade violenta.

A democracia nunca chegou ao índio ou ao negro, é verdade. Apagou-se o japonês. Celebramos os distantes alemães, confundimos os do ramo árabe, e achamos que Marina Silva não tem “cara de presidente do país”. Mas ainda celebrávamos nossos heróis tortos, de Garrincha a Macunaíma; do samba ao jongo, o futebol. Havia, com erros e acertos, um Brasil que amava o Brasil: Que fazia do ponto da macumba seu samba, que brincava o carnaval, para quem Tia Ciata era digna de reverência, que misturava santo com benzimento, que passava de avós em avós os

---

\* Advogada, mediadora e consultora em gestão pública, é Porta Voz da Rede Sustentabilidade no Estado de São Paulo.

saberes da terra ainda que nossos traços fossem sendo diluídos em avôs de nomes difíceis, e que mantinha vivos os também difíceis nomes tupis em bairros, endereços, cidades, e localidades.

Gil cantou na ONU, Raoni se uniu ao Sting, Santos Dumont fez a festa na feira Internacional em Paris, Ruy Barbosa fundou uma diplomacia reconhecida como fundamental para a construção da paz, Pelé foi rei até na Suécia...

Mas, com defeitos, e nesse ano de centenário da semana de 22, é tempo de ser melancolicamente saudoso até de uma elite paternalista, um tanto hipócrita que saudava o melhor do índio, o melhor do negro e o melhor do português constituindo o melhor do Brasileiro, como fez Oswald de Andrade.

A verdade é que em algum momento na aurora do novo milênio, o Brasil que odeia o Brasil ganhou.

Aquele Brasil da síndrome de vira-lata, aquele Brasil que lamenta não sermos europeus – como se isso fosse uma escolha geográfica – aquele Brasil que nos embranqueceu, que veio degredado expulso de Portugal e que entende que era mais civilizado e importante do que aqui estava ou de quem aqui chegou desterrado sob as mãos de conterrâneos bandidos, ainda que lá do outro lado do Atlântico fossem ainda mais nobres e mais honrados que os que os trouxeram e que os escravizaram.

Pode muito bem ter sido reação ao fato de que o crescimento e a distribuição de renda começou a chegar aos excluídos; pode também ter sido reação à euforia crescente de que, finalmente, estávamos nos tornando um player internacional depois do plano real, com tudo o que o ingresso adulto no universo econômico ocidental exige. A certeza de que olhos “mais civilizados”, para a usar a expressão deles mesmos, exigiriam de nós mais seriedade com a coisa pública, com a sociedade, com os negócios. Olhos que impediriam que o sistema de colônia ainda vigorasse sob aqueles que o tem mantido em todos esses anos de Brasil.

Porque sim, há grande parte do nosso país que pretende manter-se numa casta que subjuga o outro. Para esses a meta é estar melhor que aqueles que julgam ser tão diferentes de si, do que nos ver a todos maiores. É mais importante manter um sistema de colonização que os coloquem em uma situação insustentável de privilégios. São oriundos

dos náufragos, traficantes e degredados europeus que nos constituíram, são desejosos eternamente de submeter os outros para que sejam superiores, são os colonizadores em nós mesmos. Deste pensamento, surge no coração do Brasileiro a vida em modo eterno de sobrevivência e não de prosperidade.

Se 2013 fez levantar a insatisfação daqueles que cansados da democracia que nunca chegava, cansados da distribuição de renda que também enriqueceu aos bancos e construtoras, em que se refestelaram os oportunismos; levantara também a bandidagem suprema que abrigava os escombros da República. O banditismo da mineração clandestina, da milícia, dos usurpadores de terra que foram sustentáculo do poder desta parcela infame que nos espolia há meio milênio. E, aproveitadores da insatisfação, da crise do sistema, o ocuparam para tirar de nós mais do que as florestas, a dignidade, a honraria de ser o Brasil da paz. Nos esbulharam do pouco que fazia o Brasil aquele Brasil, do único fio – ainda que desencapado – que nos unia; a brasilidade.

O frágil orgulho do povo miscigenado, o tímido orgulho da afrodescendência agora criminalizado, a resistente defesa do indígena nas biografias e grandes caciques e grandes homens como os irmãos Villas Boas, a arriscada defesa das florestas de Chico Mendes, da irmã Dorothy... Agora entre nós pululam destruição de terreiros, assassinatos e violações de lideranças eleitas, de aldeias inteiras. Cadê os Ianomâmi? Quem mandou matar Marielle? A República segue de joelhos, ameaçada, a ciência está amordaçada e a cultura, emudecida.

O Brasil que odeia o Brasil é também o Brasil que odeia a prosperidade, o crescimento econômico, a liberdade. O Brasil que ama o Brasil tem também agora que se escorar não só na nossa diversidade cultural. Tem que lutar também pela justiça social, pela prosperidade econômica, pela preservação ambiental, pelo interesse público e pela transparência, pois é isso que fará voltar aos esgotos essa nossa porção pútrida, para que, enfim, possamos gozar de uma democracia possível: onde as oportunidades são igualitárias, as escolhas possíveis e as divergências saudáveis.



# A CONSTRUÇÃO DO FUTURO COMEÇA AGORA

*Marina Helou\**

Sabe quando você olha para trás, para o passado, e se acha muito inocente? É assim que eu me sinto quando penso que em 2017 estava trabalhando e fundando o *Pacto pela Democracia*, movimento que tem dado uma contribuição importante e segue preocupado com os rumos polarizados que o país tomava a passos largos em cada eleição e com a quebra não apenas do diálogo, mas de uma agenda comum para o país.

Se por um lado o impulso daquele momento parece absurdamente inocente frente ao abismo que ainda encontraríamos na política brasileira com o bolsonarismo e todos os seus retrocessos, por outro aquela intenção se dava na certeza que ainda havia muito a se caminhar para que a democracia fosse realmente plena no Brasil, que os direitos fossem garantidos e que a política fosse de fato representativa.

Neste momento nos encontramos com a certeza que estamos no fundo do poço, mas aprendemos que, o que é ruim, sempre pode piorar. Desde as eleições de 2018 perdemos a capacidade do diálogo e de divergir, legitimamos o ódio, a polarização, o benefício de poucos em

---

\* Deputada estadual pela Rede Sustentabilidade em São Paulo. Paulista, assumiu o mandato aos 31 anos. Formou-se em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas e tem especialização em negócios e sustentabilidade pela Fundação Dom Cabral/Cambridge University. Também cofundou o Vote Nelas e é membro da RAPS e Renova BR.

detrimento dos de muitos e, principalmente, nos afastamos do que realmente importa na política: a construção de um futuro melhor para todos.

Neste contexto, a existência de um movimento como o *Direitos Já!* foi fundamental para delimitar um campo democrático congruente em limites mínimos civilizatórios e de busca por avanços reais na sociedade, além de agrupar pessoas que identificassem em Bolsonaro, e no bolsonarismo emergente, o perigo concreto para nossas instituições e para a costura social democrática. Mas, também, que vissem a incompetência e os inúmeros retrocessos em diversos campos e temáticas no Brasil.

Passados dois anos de pandemia, podemos dizer que Bolsonaro e seu governo negacionista fracassaram em aspectos fundamentais no combate à Covid-19, colocando o Brasil em protagonismo mundial no que diz respeito à disseminação da doença e à falta de investimento na vacinação contra o vírus. O resultado disso tudo é um país frustrado, com mais de 665 mil vidas perdidas, uma população enlutada, economia em queda corroendo o poder de compra das pessoas e a fome se alastrando.

Dentro dessa realidade, os principais prejudicados são os de sempre: pobres, negros, pessoas em situação de vulnerabilidade e mulheres, que sempre estão no fim da lista de prioridades do atual governo. Pouco se fala sobre os prejuízos de tudo isso para dois públicos ainda mais invisibilizados – mães e crianças.

As decisões que foram tomadas durante a pandemia desconsideram tanto mães e crianças a ponto dos trabalhos voltarem aos seus ritmos presenciais, mas as escolas e creches permanecem fechadas, tornando o Brasil o país com as instituições de ensino fechadas por mais tempo no mundo. A ponto de grávidas não entrarem nos grupos prioritários da vacinação, Ministro questionar a licença maternidade e quase 50% das mulheres que retornam ao trabalho após o período de licença serem demitidas em menos de um ano. Como construir um futuro melhor para todos em uma realidade onde mães e crianças não são valorizadas?

Vemos nossas agendas e prioridades institucionais serem relativizadas a cada dia. Na pauta ambiental, a boiada passou e o Brasil saiu do papel de referência para ocupar as principais manchetes do mundo com notícias sobre retrocesso, destruição e desmonte das principais políticas construídas a duras penas ao longo dos últimos anos. Perdemos

apoio internacional, órgãos de defesa ambiental têm sido destruídos, população indígena perseguida e os principais biomas devastados, contribuindo para a aceleração da crise climática que o planeta já sente e os especialistas alertam há tempos. Como pensar em um futuro melhor sem que a pauta ambiental seja balizadora da construção de todas as políticas públicas?

Com essas provocações, muitas vezes colocadas nas inúmeras oportunidades de encontros e trocas que o movimento *Direitos já!* proporcionou até aqui, me proponho a pensar uma agenda de reconstrução.

Uma agenda que passa necessariamente pela defesa de que a construção do futuro que desejamos começa agora, sendo assim uma responsabilidade coletiva e não apenas das próximas gerações. Que precisa colocar mães, crianças e a valorização da economia do cuidado no centro da discussão. Nós, mulheres, somos 52% da população no Brasil e ocupamos apenas 13% dos cargos eletivos – um número ínfimo que confirma o porquê as nossas pautas ainda são pouco defendidas nos Parlamentos brasileiros e para mudarmos essa realidade mais mulheres – e mães – precisam ocupar esses espaços de poder.

A construção de um novo modelo de desenvolvimento que de fato seja sustentável também precisa ser pilar na construção de uma agenda de futuro. Para isso, é hora de investirmos em energias renováveis, agricultura familiar e sustentável, gestão de qualidade dos resíduos, reciclagem e apoio a catadores e catadoras, universalização do saneamento básico, além de reflorestamento. Enfrentar aqueles que queimam e intoxicam o país por interesses próprios é urgente. E fortalecer candidaturas que lutam pelo clima e pelo meio ambiente em todas as instâncias é apenas o início da reconstrução do protagonismo ambiental que o Brasil já teve e tem todo potencial de retomar.

A reconstrução que precisamos fazer no Brasil também é uma oportunidade para fazermos diferente. As mulheres, as mães, podem dar uma contribuição importante na forma de fazer e na centralidade de estruturar uma sociedade mais igual e com oportunidades para crianças. A pauta socioambiental é chave para que o Brasil seja protagonista em uma retomada da prosperidade. O futuro começa agora e cabe a nós mostrar que não há mais tempo para retrocesso.



# PARAR DE MITAR É PRECISO

*Marina Silva\**

A história política do Brasil autoriza uma comparação à antiga mitologia grega. Nela, nosso país seria Sísifo, rei da Tessália, que enganou a morte e foi condenado pelo deus Hermes a empurrar uma grande pedra montanha acima até o topo. Ao final, fatigado, invariavelmente deixava a pedra cair e no dia seguinte a ingrata tarefa tinha de ser retomada. E assim seria para sempre.

Os brasileiros, nos vários momentos em que buscam consolidar avanços no processo civilizatório, experimentam um sofrimento semelhante ao do rei da Tessália. Das lutas pelo fim da escravidão, no século 19, até os protestos de 2013, a frustração está presente. A chegada de Bolsonaro ao poder é a mais recente rolagem da pedra montanha abaixo.

O capitão indisciplinado do Exército e sua nova tropa realizam seu plano de destruir a República, rasgar a Constituição e abrir a caixa de Pandora com a disseminação de preconceitos, ataques e ameaças contra opiniões contrárias e desrespeito a todos os níveis da dignidade humana. A pauta dada pela junção da ignorância com o fundamentalismo pseudo religioso impõe desprezo aos direitos humanos e maus-tratos aos setores minorizados e sub-representados nas estruturas de poder. Destroem o patrimônio natural, incentivando e acobertando crimes ambientais de

---

\* Historiadora, professora, psicopedagoga, ambientalista, é filiada à Rede Sustentabilidade. Em 1990, foi eleita deputada estadual no Acre e, em 1994, senadora da República, tornando-se a mais jovem senadora da história do país. Foi ministra do Meio Ambiente, no governo Lula.

grandes proporções e impactos globais. A lista de maldades Parar de mitar é preciso

A história política do Brasil autoriza uma comparação à antiga mitologia grega. Nela, nosso país seria Sísifo, rei da Tessália, que enganou a morte e foi condenado pelo deus Hermes a empurrar uma grande pedra montanha acima até o topo. Ao final, fatigado, invariavelmente deixava a pedra cair e no dia seguinte a ingrata tarefa tinha de ser retomada. E assim seria para sempre.

Os brasileiros, nos vários momentos em que buscam consolidar avanços no processo civilizatório, experimentam um sofrimento semelhante ao do rei da Tessália. Das lutas pelo fim da escravidão, no século 19, até os protestos de 2013, a frustração está presente. A chegada de Bolsonaro ao poder é a mais recente rolagem da pedra montanha abaixo.

O capitão indisciplinado do Exército e sua nova tropa realizam seu plano de destruir a República, rasgar a Constituição e abrir a caixa de Pandora com a disseminação de preconceitos, ataques e ameaças contra opiniões contrárias e desrespeito a todos os níveis da dignidade humana. Com a pauta dada pela junção da ignorância com o fundamentalismo pseudo religioso, impõem desprezo aos direitos humanos e maus-tratos aos setores minorizados e sub-representados nas estruturas de poder. Destroem o patrimônio natural, incentivando e acobertando crimes ambientais de grandes proporções e impactos globais. A lista de maldades é extensa na verdade dos atos e fatos que atestam que estamos vivenciando uma verdadeira regressão em todos os níveis das ações políticas do governo.

Mas o grande problema, que autoriza a metáfora mitológica, é que não são “maldades” passageiras de um governo acidental. Mais que uma série de retrocessos, temos essa espécie de regressão que recupera e potencializa forças sociais e culturais obscurantistas, acumuladas ao longo da história do país, aquelas que foram derrotadas nos momentos de ganhos civilizatórios, mas não superadas ou ressignificadas.

Edgar Morin, em seu livro “Rumo ao Abismo? – ensaio sobre o destino da humanidade”, lembra que a ideia do progresso como certeza há muito está morta. O retorno dessas forças obscurantistas sempre busca impor uma espécie de revisão do passado. Seu ataque não se res-

tringe às pautas democráticas da Constituição de 1988, mas alcança os fundamentos da República e remete ao colonialismo e à escravatura, à primitiva ideia de realização do poder pela sujeição, o domínio de seres humanos sobre outros – considerados inferiores – como extensão do pretenso domínio humano sobre a natureza.

No plano imediato das relações políticas e sociais, colocam sob constante ataque às instituições e à democracia. Destroem ou prejudicam severamente políticas públicas fundamentais: de saúde, educação, assistência social. Nas relações internacionais, levam o Brasil à condição de pária, alinhando-se com governos e grupos políticos autocráticos de inspiração fascista.

Na questão mais urgente que a humanidade enfrenta, a destruição do meio ambiente e as conseqüentes mudanças climáticas, o governo de Bolsonaro tirou o Brasil da lista dos países que se esforçam para resolver problemas e colocou, com destaque, entre os que se empenham em criar problemas, piorando ainda mais a situação. O aumento do desmatamento e das emissões de gases de efeito estufa, o extermínio de comunidades indígenas, qualquer aspecto trágico da crise ambiental que se observe está, de modo evidente, relacionado à política declarada de “passar a boiada” sobre as leis e instituições que devem proteger o patrimônio natural do país.

Como foi possível chegar a essa situação? Penso que devemos situar a origem desta conjuntura extrema e perigosa em dois níveis. O primeiro deles, mais amplo, é o crescimento, na complexa rede de relações do mundo contemporâneo, de conflitos e rupturas que estão esgarçando o laço social ao ponto de ameaçar as bases culturais – aquele coeficiente mínimo de solidariedade – em que se assenta, mesmo de modo instável, a coesão da sociedade e a noção de coletividade. A “banalidade do mal”, descrita por Hanna Arendt, e a atitude hobbesiana, predominantemente agressiva, de todos contra todos, eis as marcas da crise de valores que aproxima a civilização do colapso.

O segundo nível, mais restrito, diz respeito ao esgotamento do atual sistema político, que, fechado em si mesmo, fagocita toda e qualquer energia transformadora em benefício de sua própria manutenção. Nesse sistema, tudo se tornou “negociável”: as desigualdades sociais, a saúde,

a segurança, a economia, a natureza e até a fome. No planeta Terra, esses são grandes problemas que a humanidade enfrenta, mas no varejo político tornam-se slogans de propaganda, apoio parlamentar, emendas no orçamento público – ou secreto – distribuição de cargos, projetos eleitoreiros, construção de imagens e narrativas e muitas outras moedas de troca no feroz mercado do poder pelo poder.

Chegamos agora ao ano das eleições, que oferece uma nova oportunidade de mudança a todos nós, inclusive àquela elite que vislumbrou vantagens nas mentiras de Bolsonaro, Paulo Guedes e Sérgio Moro. Mas devemos nos perguntar: há mesmo uma mudança possível, em que o Brasil possa curar-se da perversidade inoculada em suas veias pela ideologia reacionária do bolsonarismo e, quem sabe, dar um passo civilizatório adiante e livrar-se da maldição de Sísifo?

Afinal, o que temos visto a cada disputa eleitoral é o predomínio da lógica da agregação dos rebanhos, “nós contra eles”, onde cada parte julga-se a realização do bem e vê a outra como a materialização do mal. Em tais circunstâncias, como disse Zigmunt Bauman, a política torna-se impotente para produzir qualquer transformação significativa. O real resultado de eleições assim é trocar o “bode que está na sala”.

Portanto, não se trata apenas de derrotar Bolsonaro ou mesmo o bolsonarismo e tudo o que se junta em seu entorno. A oportunidade real é de juntar as forças democráticas e pactuar a transição para uma nova realidade, não só para um novo governo. E um novo pacto político só pode ser efetivo se tiver o objetivo claramente definido de recompor o Estado de Direito como mediador das forças sociais e promotor de um projeto de desenvolvimento em bases politicamente democráticas, socialmente justas e ambientalmente sustentáveis. Só um grande alheamento da realidade pode separar, hoje, democracia e economia de ecologia. Um novo pacto político só é sustentável se conseguir articular-se em todas as dimensões: econômica, social, ambiental, política e cultural.

Isso exige muito mais do que habilidade para fazer acordos, distribuir fatias de um poder futuro, acomodar interesses regionais, juntar partidos e grupos para “ganhar”. Exige definir prioridades e metas, e em torno delas assumir compromissos públicos. Se de fato queremos superar a barbárie instalada no país, é imperioso quebrar o ciclo vicioso

da política de “ocupação” do Estado, a lógica do Centrão, que, afinal, foi mais ou menos copiada por todo o espectro político, à esquerda e à direita, após nosso titubeante e doloroso processo de redemocratização.

Prioridades e metas devem ser práticas e mensuráveis. E devem responder às questões que se acumularam na história, não apenas no atual governo, e que vêm sendo ignoradas ou “empurradas com a barriga” pelo Estado brasileiro, ou que receberam tratamento paliativo com a desculpa de que “política é a arte do possível”. A redução da desigualdade social, a educação de qualidade, a transição para uma nova economia de baixo carbono baseada nas contribuições advindas da disrupção tecnológica que leve em conta os conhecimentos tradicionais milenares dos povos originários e tradicionais associados aos recursos naturais, a interrupção do desmatamento e a garantia de proteção para os povos indígenas, a adaptação das cidades à realidade das mudanças climáticas, eis algumas das questões que exigem definições de objetivos e metas.

Em resumo, sair do círculo vicioso de expectativa e frustração é um avanço civilizatório difícil, sem soluções mágicas, sem salvadores. Não é realização pessoal nem apenas partidária. Não se alcança com promessas vagas para o grande público e compromissos particulares para grupos menores, com poder econômico e de pressão. Isso resultaria em outro acúmulo de contradições que vão arrebentar mais adiante, sempre onde a corda é mais fraca, repetindo o percurso pelo qual chegamos ao atual desastre político, econômico, social e ambiental.

O fundamento e a efetividade da política é uma promessa, como ressalta Hannah Arendt em “A Condição Humana”, que para ser crível deve ter transparência nas alianças, mesmo em alianças pontuais, e compromissos baseados em valores duradouros. Deve ter a democracia como princípio de condução do diálogo. Deve ter foco na realidade vivida pela maioria das pessoas. No Brasil atual, não custa acrescentar sinceridade para reconhecer limites e erros, sabedoria para valorizar e preservar ganhos e conquistas e humildade para pedir, não impor, a adesão de cada cidadão e cidadã. E tudo começa pela compreensão de que a crítica que fazemos ao outro deve ser precedida pela crítica que fazemos a nós mesmos.

Tirar Bolsonaro pode ser, sim, o início de um tempo sem Sísifo e Pandora e um sopro de esperança para as futuras gerações, acompanhado de um pedido de desculpas pelas enormes falhas que a geração atual cometeu na condução deste país.

# RETROCESSO PÓS-2018: O PAÍS DO CARNAVAL REDUZIDO A QUARTA-FEIRA DE CINZAS

*Marisa Mello\**

Encerrado o processo eleitoral de 2018, o que os democratas mais temiam aconteceu, a vitória de Bolsonaro e de seu projeto fascista. Mas nem o mais pessimista dos progressistas poderia imaginar o futuro que se desenhava. O retrocesso civilizatório em áreas como saúde, educação, direitos humanos, meio ambiente, cultura, economia – de um pequeno peixe contaminado por mercúrio no rio Tapajós a paredes com pichações nazistas na Unicamp – foi se instalando continuamente, de forma que se tornou impossível conter esse processo de degradação do Brasil. O país do Carnaval foi reduzido a quarta-feira de Cinzas.

O Brasil despencou desde 2018, segundo dados da ONU, cinco posições no Índice de Desenvolvimento Humano mundial, que em linhas gerais mede a qualidade de vida dos cidadãos de cada nação. A postura feudal do Ministério das Relações Exteriores relegou o país a pária entre organismos internacionais de nações. No encontro do G20, em outubro de 2021, a agenda de Bolsonaro ficou praticamente vazia: os líderes

---

\* Jornalista, formada pela PUC/SP, pós-graduada em Ciências Sociais pela Fesp, é coordenadora de Comunicação do Direitos Já! Fórum pela Democracia. Foi editora do Diário do Poder Legislativo paulista. Mãe de três filhos, é ativista de Direitos Humanos, em especial, na defesa dos direitos das mulheres, sendo cofundadora do coletivo feminino Fora da Gaiola.

mundiais não queriam interagir com ele. E assim, o Brasil permanece isolado do resto do mundo, ao longo desse governo.

Em quase quatro anos de governo Bolsonaro, a maioria dos conselhos federais foi extinta ou esvaziada. De acordo com pesquisa do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, o governo Bolsonaro desmontou a participação popular em 75% dos comitês e conselhos federais.

O povo segue sem voz no governo que calou também as universidades. Medida provisória editada pelo presidente Bolsonaro alterou a forma de escolha de reitores das universidades federais, reduzindo a autonomia dessas instituições e eliminando a participação paritária da comunidade acadêmica na escolha do reitor.

E a Amazônia? Os pulmões do planeta permanecem seriamente comprometidos. O desmatamento na Floresta Amazônica, em 2021, foi o pior em dez anos, conforme dados do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. Mais de 10 mil quilômetros de mata foram destruídos, o equivalente a metade do território do Estado de Sergipe.

Mas não foi só a Amazônia que ardeu em chamas. Um incêndio atingiu o galpão da Cinemateca Brasileira, na capital paulista, em dezembro de 2021. Em abril do mesmo ano, os funcionários haviam divulgado manifesto sobre esse risco. Descasos como esse afrontaram a cultura no país, que teve seu ministério extinto no dia 1 de janeiro de 2019, ou seja, na primeira medida do governo Bolsonaro.

Desde esse fatídico dia uma sequência de desmontes teve início no país. Não se passou um único dia nesse período de 3 anos e quatro meses de governo, sem que algo prejudicial fosse implementado pelo governo Bolsonaro, seja por meio de sua figura ou de seus filhos, que governam o país paralelamente com o pai, ou até mesmo por iniciativa de um de seus ministros.

Quando não é uma atitude, é uma declaração polêmica, sempre afrontando um segmento social. Esse é o *modus operandi* do governo: criar o caos, ofender, debochar e tratar com escárnio o povo brasileiro. Nem para com seus seguidores há algum respeito, vide a forma como foi tratada por Bolsonaro a ex-bolsonarista Sara Winter, quando de sua prisão, em junho de 2020, por atirar fogos de artifício contra o prédio do Supremo Tribunal Federal.

Aliás, em se tratando de STF, o embate entre o Executivo e o Judiciário é rotineiro. Vale lembrar os ataques promovidos por Bolsonaro ao Superior Tribunal Eleitoral, ao contestar as urnas eletrônicas e “exigir” que o voto impresso fosse utilizado nas eleições de 2022. Numa das raras vitórias da democracia ao longo desse desastroso governo, a Câmara rejeitou a PEC do voto impresso, em agosto de 2021.

Citei alguns exemplos do retrocesso civilizatório imposto pelo governo Bolsonaro. Mas nenhum deles foi mais devastador do que o que atingiu a área da saúde durante os anos de 2021 e 2022. A pandemia de Covid 19, que já afetava a China e a Europa, chegou ao Brasil em fevereiro de 2021, quando o primeiro caso foi registrado em São Paulo. Diferente do que orientava a Organização Mundial de Saúde e dos procedimentos adotados no resto do mundo, o governo Bolsonaro negou até onde pode a existência da pandemia e da doença. Quando a negação não foi mais possível, o governo então sabotou a vacinação, ao recusar a compra de insumos e materiais necessários para que a vacina da Covid começasse a ser produzida no Brasil. Os entes federativos tomaram a frente nessa tarefa, tendo sido o Estado de São Paulo o primeiro a comprar e a produzir vacinas.

Entretanto, o impasse foi longo demais para uma doença que se espalhava rapidamente. E muitos cidadãos morreram à espera da vacina. A Covid matou mais de 650 mil pessoas no Brasil, onde o processo de vacinação ainda não foi concluído em algumas localidades.

O negacionismo se estendeu à economia que, sem medidas de proteção eficazes do governo, sucumbiu à pandemia. Enquanto países europeus já estão economicamente recuperados, o Brasil segue em recessão. Em abril de 2022, o Banco Mundial reduziu a previsão do PIB de 2022 para 0,7%. Neste mesmo mês, foi divulgado o maior índice de inflação acumulada para março nos últimos 28 anos, 11,30%. E nem preciso entrar no mérito do preço dos combustíveis, que é reajustado semanalmente.

E assim o Brasil voltou a ser o país da fome. Segundo estudo da Consultoria Tendências, divulgado pela CNN Brasil, cerca de 50,7% dos lares brasileiros está abaixo da linha da pobreza.

Diante de todo esse quadro, sobreviver ao caos foi possível graças ao Direitos Já! Fórum pela Democracia, movimento ao qual me somei

desde sua criação, em outubro de 2018. Desde então, saber que não estava sozinha na luta por um país melhor é um alento. Mais do que isso, é acreditar que é possível conter o retrocesso e, com a união de forças progressistas, derrotar a agenda fascista de Bolsonaro, a qual deixará um histórico de mortes e destruição.

Mas nós, democratas, seremos sempre maiores do que isso! Lutar pela democracia e derrotar Bolsonaro é preciso, pois é a única forma para que o Brasil volte a existir como nação!

# LETRAS MUDAS SEPARADAS DO LEITE

ROTEIRO DE ENTRELINHAS PARA  
TELEFONE (DEDICADO AO DRAMATURGO  
ROMÂNTICO OTÁVIO FRIAS FILHO)

*Mauricio Paroni\**

Numa clínica psiquiátrica de luxo, uma trans balbuciante sonha numa sessão de psicodrama em que é uma atriz traumatizada por sua gagueira. É sempre auxiliada por outra atriz muda que finge ser uma enfermeira em trajes ordinários.

“Estat t tut.

Pausa.

A enfermeira traz um manequim e se posta ao lado como uma estatua sensual.

Pausa.

“Estatuto! Tribunal Internacional de Justiça.”

---

\* Roteirista, ator e diretor de teatro e cinema

A trans continuará a falar até tocar o despertador que ela programa e deixa, em tic tac, num pequeno pedestal.

Veste-se com a toga azul da Corte Internacional de Justiça.

“Em conformidade com o Estatuto que faz deste Tribunal Internacional de Justiça estabelecido pela Carta das Nações Unidas o seu principal órgão judicial, pronuncio as disposições adiante:”

Ajeita um manequim como um tenente fardado, e prossegue a baixa voz:

“Os senhores responsáveis pelos crimes de maior gravidade com alcance internacional, de acordo com o presente Estatuto, o qual será complementar às vossas jurisdições penais nacionais, desta câmara de apelação terão mantida a sentença de prisão perpétua para o Tenente (...)”

Pausa.

“O Mecanismo para os Tribunais Penais Internacionais de Haia, rejeitando o recurso de apelação apresentado pelo ex-militar...”

Pausa. Gagueja. Sofre uma ânsia de vômito.

Bate o martelo.

Ajeita outro manequim como um juiz togado, e instala no gravador cassete uma fita com o texto em francês da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Faz partir a Declaração, que ecoa no ambiente em baixo volume sonoro.<sup>1</sup>

---

1 A baixa voz:

*“Article premier*

*Tous les êtres humains naissent libres et égaux en dignité et en droits. Ils sont doués de raison et de conscience et doivent agir les uns envers les autres dans un esprit de fraternité.*

*Article 2*

*Chacun peut se prévaloir de tous les droits et de toutes les libertés proclamés dans la présente Déclaration, sans distinction aucune, notamment de race, de couleur, de sexe, de langue, de religion, d’opinion politique ou de toute autre opinion, d’origine nationale ou sociale, de fortune, de naissance ou de toute autre situation.*

*2. De plus, il ne sera fait aucune distinction fondée sur le statut politique, juridique ou international du pays ou du territoire dont une personne est ressortissante, que ce pays ou territoire soit indépendant, sous tutelle, non autonome ou soumis à une limitation quelconque de souveraineté.*

*Article 3*

Entrementes, ajeita outro manequim.

“Este é um estudo da personagem de Grusche, a serva d’“O Círculo de giz caucasiano.”

Pausa.

“Bertolt Brecht.”

Pausa.

“Não, não... isto é um psicodrama... um sonho... sei lá... uma aula de escultura.”

Ritmicamente, bate o martelo de juíza no cinzel sobre o mármore até adormentar-se. Sonâmbula, sussurra:

“Pietas.”

Pausa.

Ajeita um manequim de uma serva. Pendura em seus braços o boneco de um bebê.

“Meu nome é Grusche. Serva.”

Pausa.

“Temerosa de uma possível ditadura militar, refugio-me sob uma frondosa árvore, em busca de tranquilidade para amamentar a minha criança.”

Pausa.

“Revoltosos decapitaram o rei. Apavoradas, as damas da nobreza não amamentam seus bebês. Ainda não inventaram silicone nos seios. Mas conservam a beleza com privilégios. Eu fico aqui. Eu amamento. Eu ensino a falar. Eu transmito Cultura. Eu amo.”

Pausa. Para o boneco:

---

*Tout individu a droit à la vie, à la liberté et à la sûreté de sa personne.*

*Article 4*

*Nul ne sera tenu en esclavage ni en servitude; l’esclavage et la traite des esclaves sont interdits sous toutes leurs formes.*

*Article 5*

*Nul ne sera soumis à la torture, ni à des peines ou traitements cruels, inhumains ou dégradants.”*

“Você é o legítimo herdeiro ao trono. Sem você, não se pode conservar estabilidade e privilégios. Não se pode manter as letras sem som, separadas do leite.”

Pausa.

“M m meu leite.”

Chora como uma criança.

Pausa.

“Amor! T t toma as v v vogais...”

Volta-se para o manequim de Grusche.

“A nobreza apelou para um juiz famoso por sua corrupção e por sua clara tendência de julgar a favor dos ricos.

Pausa. Sussurra a si mesma:

“Ajuda...”

Ajeita um manequim com o retrato de Bertolt Brecht. Sussurra-lhe palavras incompreensíveis numa espécie de pré-alemão.

Pausa.

Ajeita outro manequim: costura-lhe partes de uma farda branca. Põe-lhe uma faixa com as cores do Império Austro-Húngaro. Fixa-lhe uma fotocópia do rosto do Arquiduque Franz Ferdinand, assassinado em Sarajevo em 1914 – estopim da I Guerra Mundial.

“O que significa esse arquiduque no nosso psicodrama?”

Ajeita n’outro manequim a fotocópia de um retrato da Arquiduquesa Sofia. Cede-lhe a sua peruca. Assim que o faz, arma a sua pistola e atira na altura do coração. Joga-lhe tinta vermelha.

“Azul. Sangue. Chega de Sarajevo.”

Volta ao manequim da juíza e reacende o toca-fitas.

“Voltemos ao Cáucaso. Uma criança seja colocada em um círculo de gesso e que ambas as mulheres tentem puxar a criança para fora do círculo ao mesmo tempo. A mãe verdadeira terá força para puxar seu filho para fora do círculo”.

Pausa o toca-fitas. Observa, incerta, a fila de manequins. Dirige-se ao manequim da arquiduquesa.

“Uma nobre agarra furiosamente o que grita ser seu filho. Grusche, mal nutrida e por empatia, fica parada.”

Pausa.

Ela se prostra perante o manequim da juíza. Aproxima-se do boneco do bebê:

“Se eu pudesse manter a criança até que pudesse dizer todas as palavras! Só conhece algumas... e esta serva não sabe mais do que vinte palavras”.

Silêncio.

“Eu o c c criei! Grita. Quase perde a voz.

Pausa.

“Isto aqui não tem credibilidade.”

Pausa.

“Tudo confuso.”

Pausa.

“Este sonho.”

Pausa.

“Este psicodrama.”

Pausa.

“Esta s s serva.”

Pausa.

“Esta vida.”

Pausa.

“Magnífica Corte: As vogais transmitem os sentimentos, são recursos perfeitos da transmissão da vida. Mais que o meu leite. As consoantes dão sentido racional às emoções por as talharem. Esculpem-nas, como martelo e cinzel.”

Pausa.

“Respiração, sentido, emoção: as vogais acabam espichadas, para manter a tensão emocional da frase. A vida se alimenta da ideia das personagens: uma ação de pensamento; alimenta-se deste diálogo: um embate da ação de pensamento; é a construção final por justaposição política. É direito. Direito à vida.”

Pausa.

Respira.

Continua, para o boneco:

“Amor, eu sei que falo difícil demais para uma serva analfabeta.”

Respira, ofegante pelo esforço da fala.

“M m mama, amor, m m mama.”

Esforça-se. Balbucia. Encara amorosamente o boneco.

“M m mama.”

Pausa.

“Fim da aula de e e escultura.”

Veste a toga. Retoma o toca-fitas.

“O Tribunal,

Tendo em conta a Carta das Nações Unidas;

Tendo em conta o Estatuto da Corte a ela anexo...”

Retira a fita do toca-fitas.

Pausa.

“Fim do s s sonho.”

Veste um paletó escuro e atira contra o manequim do arquiduque.

Atira-lhe o resto da tinta vermelha.

“Es ist nichts. Es ist nichts. Es ist nichts.”<sup>2</sup>

Pausa.

“Fim do t t teu mundo.”

Pausa. Confusa em meios aos manequins, troca a farda por um saio medieval de condenada à fogueira:

“Es ist nichts. Es ist nichts. Es ist nichts.”

Pausa.

“Fim de um tempo.”

Pausa.

“Es ist nichts. Es ist nichts. Es ist nichts.”

Tenta socorrer e chegar à ferida do Arquiduque. É impedida pela farda de honra estreitamente costurada ao corpo. Tenta incendiar todos os manequins. Não consegue.

Repete a frase do Arquiduque:

“Es ist nichts. Es ist nichts. Es ist nichts.”

Pausa.

---

2 As últimas palavras atribuídas ao Arquiduque da Áustria Franz Ferdinand: “Não é nada. Não é nada. Não é nada.”

Fuma um charuto. Serve-se uma taça de uma garrafa de vinho branco espumante que, posta no balde onde estava o sangue, traz manchas vermelhas no fundo. Joga tudo fora. Serve-se um copinho de cachaça.

Toca o alarme do despertador. Ela o desliga e vem ao público receber aplausos.

“Acabou.”



# A LUTA FAZ A LEI!

*Miguel Torres\**

Entre 2016 e 2022 os trabalhadores e suas entidades sindicais sofreram sucessivas perdas em uma onda avassaladora que virou do avesso conquistas de direitos recentes, como a alta geração de empregos formais, a valorização do salário mínimo e aumento para aposentados, além de conquistas estruturais das décadas de 1930 e 40 como a criação do Ministério do Trabalho e a Consolidação das Leis Trabalhistas.

A nefasta reforma trabalhista, promulgada por Michel Temer em 2017, é a maior expressão destas perdas. Nunca em um só gesto a classe trabalhadora foi tão prejudicada como na assinatura da Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.

No artigo “Reforma trabalhista retirou direitos e gerou desemprego”<sup>1</sup>, publicado no jornal *Folha de São Paulo*, que assinei com os presidentes de outras sete centrais sindicais, mostramos que: “A reforma autorizou estender as jornadas e criou contrato com jornada de zero hora sem salário (o intermitente); liberou o trabalho de mulheres grávidas em ambientes insalubres; desobrigou o pagamento do piso ou salário mínimo na remuneração por produção; autorizou a homologação sem

---

\* Presidente da Força Sindical, da CNTM e do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes. Luta pelo desenvolvimento do país, com empregos de qualidade e direitos para todos os brasileiros e brasileiras.

1 <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2022/01/reforma-trabalhista-retirou-direitos-e-gerou-desemprego.shtml>

assistência sindical; eliminou a gratuidade da Justiça do Trabalho; determinou que acordos coletivos podem prevalecer sobre a legislação vigente, determinou o fim da ultratividade das cláusulas de negociações coletivas; e alijou os sindicatos da proteção dos trabalhadores, entre outras medidas nefastas”.

Isto ainda está longe de ser a única causa da situação tão difícil que se impôs para a classe trabalhadora. A partir de junho de 2013 vivemos no Brasil a ascensão de uma agenda regressiva. Marcaram esta ascensão momentos como as grandes manifestações de rua capitalizadas por grupos conservadores em 2013 e 2014, a deposição da presidente democraticamente eleita Dilma Rousseff sem motivos consistentes em 2016, as reformas liberais aprovadas de forma apressada e unilateral, de Michel Temer em 2017, e a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, que chocou amplos setores da sociedade por sua mentalidade retrógrada, autoritária e misógina. Vale destacar os covardes ataques a democracia.

E não foi só no Brasil. A guinada da direita radical foi deflagrada em vários países sobretudo após a crise financeira mundial de 2008. O mundo, na virada da primeira década do século 21, se viu diante de um choque da proporção da Grande Depressão de 1929<sup>2</sup> e, ao mesmo tempo, experimentava os efeitos da explosão das redes sociais com uma descontrolada propagação de notícias falsas e de discursos que pregavam o ódio à política.

A falsa horizontalidade das grandes manifestações impulsionadas pela disseminação dos smartphones e aplicativos de comunicação passou a competir de forma desigual, porque feita em escala industrial, com as instituições democráticas e sociais que tradicionalmente organizam (sindicatos e movimentos sociais) e reportam (imprensa) manifestações populares.

---

2 A Grande Depressão, ou Crise de 1929, foi uma das maiores crises do capitalismo financeiro. O colapso econômico teve início em outubro de 1929, com a quebra da Bolsa de Nova Iorque e se espalhou por todo o mundo capitalista gerando efeitos por décadas. A falta de regulamentação da economia e a oferta de créditos baratos são apontadas como as principais causas da Crise de 1929.

Esse é o quadro que se formou. Um mundo abalado pela crise econômica global, com as chamadas *Big Techs* monopolizando o sistema de comunicação e de informações, e a projeção em larga escala de discursos políticos reacionários. Mas percebe-se o acirramento da situação política e social que ele desencadeou exprime o esgotamento deste modelo.

A aparente hegemonia do neoliberalismo que se seguiu naqueles anos contava, e ainda conta, com uma ideologia baseada no individualismo, na alienação, na despolitização e na supremacia do mercado. Uma ideologia que se expressa de diversas maneiras, na indústria cultural, nos meios de comunicação, nas relações de trabalho, nas relações sociais etc. e, principalmente, na diminuição dos direitos e aumento das desigualdades sociais.

Simultaneamente, na década de 1990, o desemprego batia recordes e a crescente precarização das relações de trabalho, além de empobrecer a população, pavimentou a desarticulação entre os trabalhadores. O fenômeno da terceirização massificou-se ao passo que diminuiu a proteção do Estado e o trabalhador se viu cada vez mais oprimido pela insegurança financeira e pela ameaça do desemprego.

Segundo o economista Dani Rodrik<sup>3</sup>, “desde 1979 a compensação dos ganhos da produção dos trabalhadores nos EUA cresceu menos de um terço do que a taxa de crescimento da produtividade. A insegurança do mercado de trabalho e a desigualdade aumentaram, e muitas comunidades foram deixadas para trás, quando as fábricas fecharam e os empregos migraram para outro lugar”.

A lógica disfuncional descrita por Rodrik se aprofundou nas últimas décadas, afetando a organização da classe trabalhadora, que se viu cada vez mais cindida e contaminada por ideias liberais prejudiciais a ela mesma.

Foi esse caldo de cultura que possibilitou que a reforma trabalhista e toda a onda regressiva em torno dela fosse imposta ao povo brasileiro

---

3 No artigo *A Better Deal for the World's Workers*, publicado em 10/12/2021 no site Project Syndicate e traduzido para o Rádio Peão Brasil em 20/12/2021, sob o título *Um acordo melhor para os trabalhadores do mundo*.

em novembro de 2017. O neoliberalismo colocou o trabalhador contra si próprio. Mas hoje vemos que o fim da Guerra Fria não foi o fim da história.

Se a crise de 2008 proporcionou a guinada – crescimento – da direita, a pandemia da Covid-19 que assola a humanidade, expôs as contradições sob as quais o sistema se ergue. A pandemia deixou claro os limites do neoliberalismo ao passo que ideias sobre o papel do Estado, a organização da classe trabalhadora, a valorização dos contratos, dos vínculos e das convenções coletivas mostram grande resiliência.

É importante destacar nossa luta por direitos e fortalecimento da democracia. Consideramos central colocar a geração de emprego de qualidade, o crescimento dos salários, a promoção da proteção trabalhista, previdenciária e social para todos e para todas as formas de ocupação laboral, a valorização dos sindicatos e da negociação coletiva como elementos estratégicos do projeto nacional de desenvolvimento.

A reforma trabalhista é um exemplo fiel do radicalismo ultraliberal e perverso para a classe trabalhadora. Sob seus escombros precisamos olhar no horizonte e projetar não apenas o resgate de anos de conquistas perdidos em uma canetada, mas também a construção de anos de conquistas perdidos em uma canetada, mas também a construção de um país mais justo, democrático e soberano.

# DA AUTODESTRUÇÃO ANTIPOLÍTICA AO INEVITÁVEL

*Murilo Muraah\**

Esta noite sonhei com cobras.

Eram de quatro ou cinco espécies diferentes, algumas maiores, outras muito pequenas. Rastejavam, mas também se penduravam onde podiam. Algumas apareciam esticadas como cordas, outras se moviam velozmente pelo chão e conseguiam até dar pequenos pulos. Ao se aproximarem, iam, cada uma à sua maneira, ampliando a sensação de terror. Não costumo me lembrar de sonhos, mas ao acordar, ainda recuperando o fôlego, soube imediatamente o motivo deste pesadelo: o dia anterior havia sido de choque e tristeza ao ver um deputado federal tirar sarro da forma como a jornalista Míriam Leitão foi torturada na década de 1970, durante a ditadura civil-militar no Brasil. Grávida, por horas ela foi deixada nua em uma sala escura com uma jiboia, em pé, sem poder se mover. “Ainda com pena da cobra”, diz agora a ela o deputado Eduardo Bolsonaro pelo Twitter.

A incapacidade de empatia com um ser humano e, como consequência, o completo desprezo pelos direitos humanos não são exclusividade do deputado, claro. Se agora ele escolhe a lembrança da tortura como forma de intimidar a jornalista, é só porque poucos anos antes o seu pai, então deputado federal, hoje presidente da República, pôde celebrar

---

\* Tem 40 anos, é coordenador de Articulação da Sociedade Civil do Direitos Já! Fórum pela Democracia, além de músico, produtor e ativista cultural.

impunemente o torturador de Dilma Roussef ao votar a favor de seu impeachment, assim como tantas vezes em sua trajetória política tripudiou até de pessoas que seguem em busca dos corpos de seus familiares, desaparecidos durante a mesma ditadura. A inação cúmplice de grande parte daqueles que compõem a Câmara Federal vai se repetindo, e isso ajuda a explicar como o deputado que fez carreira atentando contra a democracia se tornou presidente e uma ameaça bem real às próprias instituições que falharam em seu papel de responsabilizá-lo por seus atos. O paradoxo da tolerância apresentado pelo filósofo austríaco Karl Popper tem no Brasil de hoje mais um exemplo de que a tolerância com os intolerantes só pode resultar no desaparecimento da própria tolerância.

Infelizmente, fica cada vez mais nítido que não é só a família Bolsonaro e seus apoiadores mais fanáticos que se sentem mais próximos das serpentes do que dos seres humanos e de valores civilizatórios básicos. Enquanto muitos aproveitam o momento em que parece que tudo está permitido para agirem abertamente contra estes valores, outros tantos se absterem rotineiramente de agir em sua defesa ou, silenciosos, fazem negociatas e oferecem as condições políticas não apenas para que os ataques continuem acontecendo, mas para que possam se aprofundar caso Jair Bolsonaro seja reeleito. Cortando este silêncio, multiplicam-se os gritos mais raivosos e ensurdecadores, mas também os gritos de dor.

Diante de horrores quase diários, incluindo o cruel desprezo à ciência e às medidas sanitárias durante a maior crise de saúde pública de nossos tempos, é preciso cuidar para que não nos tornemos, nós também, seres rastejantes em nossos afetos e vivências. Ao olhar longamente para o abismo, Nietzsche alertou, também o abismo olha para nossas profundezas. Se há um desafio imenso à nossa frente, o de vencer Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2022, muito maior é o desafio que ainda nos acompanhará por algum tempo, o de enfrentar e superar os efeitos do bolsonarismo na política e na sociedade brasileira, indo além do desejo de autodestruição que, de uma forma ou de outra, está mais presente em todos nós.

Sim, autodestruição, pois a vontade de aniquilar o outro carrega em si, inevitavelmente, a perda de nossa própria humanidade. Essa tem

sido uma vitória cotidiana do bolsonarismo: ao espalhar medo e ódio entre os seus, fomentam o medo e o ódio entre todos. É uma vitória principalmente da antipolítica, pois leva grande parte da população a um estado de incapacidade de diálogo que dificulta a construção de consensos básicos. É apenas por esse motivo que, em um momento de piora evidente nas condições de vida no Brasil, Bolsonaro ainda tem grandes chances de ser reeleito. O crescimento da fome, da miséria, do desemprego, da inflação, tudo aponta para a necessidade de troca no comando, ainda mais quando o próprio presidente demonstra e às vezes até afirma não conhecer sequer o básico sobre temas de primeira importância para a vida da população. Ao perder a capacidade de dialogar sobre eles, enfraquecemos também a capacidade de agir politicamente para chegar às necessárias e urgentes soluções.

Se Bolsonaro avança navegando a onda antipolítica, é preciso entender também por qual motivo a política se tornou alvo da fúria de tantos brasileiros, já que não apenas entre os bolsonaristas reina o descrédito em relação à política nacional. As condições de vida pioraram muito com Bolsonaro no poder, isso é evidente, mas antes da piora já estavam muito longe do aceitável para qualquer pessoa que entenda que todos têm o direito de viver com dignidade. Aqueles que hoje defendem a democracia brasileira, se opondo à reeleição de Bolsonaro com seriedade e senso de urgência, precisam ter também o compromisso constante de aprimorá-la, tornando-a mais inclusiva, diversa, humana e justa. Apenas assim, pela afirmação da política a serviço da vida das pessoas que sofrem com os maiores problemas deste país, será possível vencer Bolsonaro hoje e superar o bolsonarismo amanhã. Caso contrário, será apenas questão de tempo para que outro político navegue a onda antipolítica que continuará espalhando sombras e nos levando com cada vez mais violência para o abismo.

Para quem tem os pés no chão, é impossível não sentir as cobras que já sobem pelas pernas, fazendo gelar a espinha ao se movimentarem com tanta facilidade, uma após a outra, entrelaçadas, se reproduzindo, avançando. Antes mesmo de chegarem ao pescoço, o sufocamento se faz presente. Porém, é no momento em que o ar faz mais falta que lutamos com mais determinação por ele. Se hoje as ameaças tentam

nos paralisar, que se torne cada vez maior nossa capacidade de sonhar sonhos muito melhores, refletindo, dialogando e agindo na construção do Brasil que renascerá – pois com tamanha diversidade e potência, o renascimento virá. Se nós tememos aquilo que precisa ser evitado, eles têm pavor daquilo que é inevitável. Rastejam enquanto podem, pois não conseguem dar um único passo com a cabeça em pé.

# DERROTAR BOLSONARO, RECONSTRUIR O BRASIL

*Orlando Silva\**

O resultado das eleições de 2018 representou uma ruptura com os padrões do ciclo político aberto com a redemocratização do país e a promulgação da Constituição de 1988. Pode parecer exagero afirmar isso, já que o resultado das eleições foi respeitado, mas não é.

Desde a instituição da Nova República, mesmo com as instabilidades próprias de uma democracia relativamente recente e de um país com as contradições e complexidades do Brasil, a marca geral do período foi de respeito à democracia, às instituições republicanas, a tripartição de poderes e aceite da soberania popular emanada das urnas.

Com a chegada da extrema-direita ao poder, liderada por Jair Bolsonaro, o regime democrático passou efetivamente a ser violentado a partir do Poder Executivo. Inacreditavelmente, o Presidente da República levantou suspeitas infundadas contra a própria eleição que o elegeu, abriu uma guerra contra o Tribunal Superior Eleitoral e as urnas eletrônicas, atacou o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal reiteradamente, produzindo um cotidiano de crises institucionais.

---

\* Foi ministro do Esporte no governo Lula. Foi vereador de São Paulo (2013) e, atualmente, exerce o segundo mandato consecutivo de deputado federal pelo PCdoB por São Paulo. Na Câmara foi presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público e, hoje, preside a Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Foi o único presidente negro da União Nacional dos Estudantes.

Interferiu abertamente em estruturas do Estado nacional, a começar das Forças Armadas, passando por Itamaraty, Polícia Federal, Receita Federal, Ministério Público, agências reguladoras, universidades federais e institutos de planejamento e pesquisa, órgãos de fiscalização e controle. Tudo ao arrepio da legalidade, com evidentes desvios de finalidades e com inconfessáveis objetivos políticos, ideológicos e de blindagem contra investigações.

Isso para não falar das ações e omissões criminosas que ele e seus assessores tiveram na condução da pandemia de Covid-19. Como resta fartamente provado e documentado, ele apostou conscientemente na disseminação do vírus, contra todas as evidências e orientações científicas, sendo responsável direta ou indiretamente por centenas de milhares de mortes evitáveis. Não à toa, há representações contra ele no Tribunal Penal Internacional por crimes contra a Humanidade e genocídio contra povos indígenas.

Bolsonaro fez algo inédito na história brasileira. Nunca antes um presidente convocou e liderou manifestações de rua pregando a ruptura institucional. Sim, Bolsonaro tentou dar um golpe de Estado no fatídico 7 de setembro de 2021. Foi um teste de fogo para as instituições.

Como resistimos até aqui e temos chance de colocar fim ao governo de destruição nacional? Na minha opinião, foram fundamentais os movimentos dos mais diversos setores da sociedade civil e das instituições da República para passar uma risca no chão, delimitando o ponto que seria intransponível: a garantia da democracia que resta, com todas as suas insuficiências e imperfeições, foi a pauta de galvanizou os diferentes para a concórdia pontual e necessária.

Eu e meu partido, o PCdoB, defendemos desde o início a formação de uma frente ampla democrática para enfrentar o momento. Ora, dirão alguns, mas isso não foi adiante. Mais ou menos, retruco. Não podemos confundir frente ampla com frente eleitoral. Nas eleições, cada grupo político tem objetivos a perseguir, programas, rivalidades, ambições. Mas na luta geral a frente pode se formar de várias formas nos momentos em que for necessário.

Quando o Fórum de Governadores, que reúne agentes de amplo espectro político, passou a se contrapor objetivamente ao governo federal

na condução da pandemia, foi ou não a construção da frente ampla naquela batalha concreta? Creio que sim.

Quando o Supremo Tribunal Federal e os presidentes da Câmara e do Senado fizeram pronunciamentos duríssimos em defesa da democracia após os atos de 7 de setembro, isolando o chefe do Executivo, foi ou não formada a frente? Creio que sim.

Quando derrotamos, com a ação conjunta de líderes de diversos partidos, na comissão e depois no plenário da Câmara dos Deputados, a esdrúxula e irresponsável Emenda Constitucional do Voto Impresso, foi ou não uma ação de frente ampla democrática? Tenho certeza que sim.

Na sociedade civil, talvez o melhor exemplo seja justamente o Movimento Direitos Já! Fórum Pela Democracia, que foi um dos precursores da união de partidos, entidades e personalidades de trajetórias e compromissos distintos ao redor da agenda democrática. Não houvesse esse degelo das forças vivas da Nação, talvez o cenário fosse ainda mais sombrio.

A vida me ensinou a ser cético no diagnóstico e otimista na ação. Acho que o estrago já causado por esse governo nefasto levará tempo e dará muito trabalho para ser superado. Mesmo cada grupo e partido com seu projeto político e eleitoral, será necessário manter as portas abertas para o diálogo para derrotar o inimigo comum, o risco fascista representado por Bolsonaro e pelo bolsonarismo – sim, porque a erva daninha permanecerá na sociedade por um tempo ainda até ser plenamente removida.

Acredito na política! Haveremos de vencer, derrotar Bolsonaro e reconstruir o Brasil. Essa é a tarefa da atual geração.



# EDUCAR PARA RECONSTRUIR O BRASIL

*Paulo Câmara\**

Após os sucessivos erros e desmandos cometidos pela atual gestão federal nos últimos anos, é fundamental, hoje, priorizar a reconstrução do Brasil. Nossa economia está comalida, nosso povo novamente imerso em altos níveis de pobreza, programas sociais importantes foram desfigurados ou extintos e a crise sanitária mundial exerceu sobre o nosso país um efeito particularmente dramático, intensificado pelas políticas negacionistas praticadas pelo comando central.

Entendemos que a educação é, sem dúvidas, o melhor caminho para garantir essa reconstrução, assegurando um futuro sem retrocessos políticos e institucionais e, sobretudo, sem novas ameaças à democracia. Pernambuco se destacou nacionalmente pela prioridade que tem dado ao tema, executando diversos programas e ações que contemplam desde a fase inicial da alfabetização até o apoio ao ensino superior. Este ano, inclusive, conseguimos universalizar o nosso ensino médio integral, nos tornando o primeiro Estado brasileiro a atingir essa meta. Queremos dar o exemplo, contribuir para que todo o Brasil avance nesse sentido.

Lamentavelmente, o que temos assistido nos últimos anos é exatamente o contrário. Sucessivas investidas do governo federal contra a

---

\* É economista pela Universidade Federal de Pernambuco, 49 anos, pai de duas filhas e está no segundo mandato como governador do Estado de Pernambuco. Pós-graduado em Contabilidade e Controladoria Governamental e mestre em Gestão Pública.

educação, a formação acadêmica e científica, mudanças desencontradas no Enem e tentativas de desmonte das universidades públicas foram algumas dessas ações. Um comportamento que nos faz presumir um enfraquecimento proposital do ensino brasileiro, com objetivos políticos obscuros.

Destacamos a educação como exemplo por conta da prioridade que damos a esse segmento, mas há uma vasta gama de ataques ocorrendo em outras áreas sensíveis para a população. Na saúde, por exemplo, investidas para enfraquecer o SUS, com cortes de recursos e investimentos, exatamente no momento em que a pandemia da Covid-19 exigia reforços e atenção redobrada. Negacionismo, inércia, ausência de campanhas preventivas e educativas, além da insistente recusa em comprar vacinas retardaram o combate à crise sanitária e custaram milhares de vidas.

Além de não agir como verdadeiro chefe de estado no combate à doença, o presidente da República ainda tentou jogar a população contra governadores e prefeitos que se mobilizaram para suprir as lacunas. Usou como argumento o agravamento da crise econômica por conta da pandemia, como se a questão financeira importasse mais que a vida humana.

A manobra, porém, surtiu efeito contrário: fortaleceu a credibilidade dos gestores comprometidos com o bem-estar da sociedade e contribuiu para consolidar a união de Estados e municípios, contando, ainda, com o bom senso do Poder Judiciário, que lhes assegurou poderes para implantar ações de enfrentamento à pandemia.

Setores igualmente importantes sofreram, e ainda sofrem, os efeitos nefastos dessa política de retrocessos. A crise econômica, a ausência de um pacto federativo mais justo, a previdência e a assistência social cada vez mais excludentes, o desemprego, a insegurança e tantos outros também foram atingidos em cheio. Um verdadeiro projeto de desmonte da estrutura de estado.

Podemos afirmar, porém, que apesar do cenário nacional desfavorável em praticamente todos os aspectos, em Pernambuco decidimos não esperar pelo governo federal. Conseguimos administrar bem e cumprir as metas estabelecidas para nossa gestão, atraindo novos empreendimentos e colocando em prática – em agosto do ano passado – um plano

de retomada econômica que reúne investimentos em projetos estruturadores, incentivos à criação de novos empregos e ações para recuperação e ampliação do crédito.

Nas últimas eleições presidenciais, o Brasil foi vítima de um posicionamento supostamente apolítico, recheado de falsas promessas, aproveitando-se do desencanto geral com a corrupção nas esferas pública e privada, com os maus gestores e com políticos desonestos. Um discurso sofismático e enganador, que jogava todos em uma vala comum, semeando inverdades, divergências e ódio entre iguais. Mesmo assim, obteve respaldo de setores da sociedade, muitos deles, hoje, já arrependidos da decisão.

A história registra vários exemplos dessa prática, característica dos falsos messias, dos políticos tiranos e autoritários que se utilizam da via democrática para miná-la depois de eleitos, visando se perpetuar no poder. Não interessa a eles se isso significará a precarização da vida da população, a debacle da democracia e o cerceamento dos direitos e liberdades civis.

A educação, como já afirmamos, é uma saída. Mas demandará intervenções a longo prazo, que só se tornarão realmente factíveis se conseguirmos debelar a ação desses falsos líderes. Para tanto, é urgente consolidar a unidade de todos os que pensam de forma semelhante, independentemente de ideologias e matizes políticos.

Um grande exemplo dessa unidade foi dado pelos governadores dos nove Estados da nossa região ao criarem o Consórcio Nordeste, em 2019. Inicialmente, seria um organismo de viés econômico e social, para facilitar ações conjuntas e suprir lacunas provocadas pela instabilidade e descaso do governo federal no provimento de recursos e investimentos que impulsionassem o desenvolvimento e contribuíssem para amenizar as desigualdades regionais.

Mas o Consórcio Nordeste representa, também, um fórum de luta em favor da nossa população. Uma demonstração de que não nos permitiremos ser desrespeitados, muito menos subjugados. Resistimos, assumimos responsabilidades e caminhamos junto com a sociedade em busca de um futuro mais digno.

É preciso intensificar a unidade e a convergência de propósitos, não apenas entre governantes e gestores públicos, mas envolvendo todos os organismos e entidades progressistas defensores da democracia e dos direitos civis. Nosso País não pode mais admitir investidas autoritárias como as que ficaram marcadas na nossa história política e que tanto mal fizeram ao nosso povo. Menos ainda devemos tolerar tentativas descabidas de reviver esses fantasmas do passado.

Reitero de maneira enfática a defesa da nossa atual Constituição, feita pelo Fórum *Direitos Já*. Sua promulgação, em 1988, deflagrou o período democrático mais longo já vivido na atual fase republicana brasileira. Precisamos preservar essas conquistas, garantir que perdurem em benefício das novas gerações.

Este ano, teremos mais um processo eleitoral, transparente e democrático como deve ser, e que realmente reflita e respeite a vontade do povo. As eleições de outubro nos oferecem a grande chance de recolocar o Brasil nos trilhos do desenvolvimento, da paz e da democracia plena. Oferece a chance de evitar novas rupturas, ameaças e processos ainda mais dolorosos. Mas para garantir o sucesso desse resgate nacional é necessário, acima de tudo, abrir mão de projetos e convicções pessoais em favor da unidade na defesa dos interesses maiores do Brasil.

É assim que pensamos o nosso futuro, o futuro das nossas crianças e jovens. É nosso dever, como atores institucionais, culturais, políticos, econômicos e representantes da sociedade civil, combater investidas autoritárias, indicar caminhos democráticos e preparar um legado de avanços para a população brasileira.

A SUBVERSÃO DO  
ESTADO DE DIREITO E  
DA NOSSA DEMOCRACIA  
PELO AUTORITARISMO  
BOLSONARISTA

*Pedro Serrano\**

O Estado de Direito e a democracia sucumbem ao agir soberano em decorrência, dentre outros fatores, da forte influência do positivismo analítico que, lastreado no paradigma subjetivo-idealista (“esquema sujeito-objeto”) e na pureza metodológica, alargou os limites da discricionariedade do agente estatal dotado do poder decisório. É nesse contexto que diversos espaços das democracias contemporâneas estão sendo minados pelo agir soberano, consoante concepção schmittiana daquele que decide sobre a exceção e suspende direitos<sup>1</sup>.

Nessa concepção de exceção, a lógica do lícito-ilícito, própria do Direito, é superada pela lógica do poder. Esse tipo de exceção carac-

---

\* Bacharel, Mestre e Doutor em Direito do Estado pela PUC/SP, com Pós-Doutoramento em Teoria Geral do Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em Ciência Política pelo Institut Catholique de Paris e em Direito Público pela Université Paris Nanterre. Professor de Direito Constitucional e Teoria Geral do Direito na graduação, mestrado e doutorado da PUC/SP.

1 SCHMITT, Carl. *Teologia política*. Tradução de Elisete Antoniuk. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

teriza-se, ainda, pela simplificação da decisão, a qual é desprovida de qualquer mediação real pelo Direito, e por uma provisoriedade inerente. Não se trata de extinguir o Direito, mas de suspendê-lo em situações específicas com finalidades extrajurídicas. A desumanização levada a efeito pela exceção ocorre escolhendo o inimigo e nomeando-o. É a linguagem que desumaniza o inimigo através do enquadramento em determinada categoria que subtrai qualquer individualidade. Nesse contexto, a lógica do “lícito-ilícito”, própria do Direito, revela-se superada.

Particularmente com relação às faces do autoritarismo, bem como das medidas de exceção no Brasil, nossos estudos constatam que seu prenúncio ocorreu com a guerra às drogas, posteriormente com a perseguição de líderes políticos através de processos penais de exceção para, mais recentemente, desaguar no autoritarismo de matriz bolsonarista, cujo adensamento é o mais deletério desde a redemocratização.

O estudo do autoritarismo líquido – assim intitulado por não se assumir como tal, não ser uniforme e minar, em intensidades variadas, os âmbitos da vida democrática – impõe acurada análise dos fatores de desestabilização e de subversão do Estado de Direito e da democracia. A premissa essencial é a de que, atualmente, os mecanismos de exceção adotados pelo poder político inauguram uma lógica distinta dos Estados totalitários de outrora.

Precisamos compreender as causas e as consequências do deslocamento do poder soberano do povo para aquele que toma para si a possibilidade de, inclusive mobilizando afetos públicos e em solapamento da verdade e da coesão social, decidir sobre a exceção. Medo, ódio, ressentimento, decepção, raiva e angústia vêm sendo capturados pelo soberano através de narrativas pretensamente racionais e legitimadoras da imposição de mecanismos de segregação e violência, em prejuízo da pluralidade e da tolerância. Em resposta, precisamos combater a gradual fragilização dos direitos fundamentais, dos espaços e dos sentidos da democracia e, por fim, da relação de pertencimento à sociedade.

O bolsonarismo desenhou-se através de inéditas e desafiantes formas e discursos, o que nos leva a alertar que a história humana não ocorre através de fases estanques, como às vezes a descrição didática em períodos transparece ao inadvertido. Ao contrário, ela se revela através

de processos complexos, nos quais elementos de conformação política e social do período anterior podem ser – e comumente são – identificados nos subsequentes. Inexiste, inclusive, garantias contra retrocessos e involuções civilizatórias. Só há ordem na mera descrição histórica, bem como nas tentativas de sua compreensão pelos manuais escolares. Na história vivida prevalece o caos.

São referidas premissas que nos levaram a cunhar a expressão autoritarismo líquido para, com ela, nos referirmos às medidas de exceção no interior das rotinas democráticas que, imersas em medidas fragmentadas e cirúrgicas, são acionadas sob uma aparência de juridicidade. Identificamos, em manifestações dessa natureza, um poder que se apresenta de forma bruta e, por consequência, por sua não autolimitação, nem mesmo por qualquer regra de racionalidade ou coerência. Ademais, referidas medidas de exceção, muito além de representarem uma mera violação a determinado direito subjetivo, fulminam a própria relação que se estabelece entre o Estado e os indivíduos em termos civilizatórios e, por essa razão, subvertem o próprio Estado de Direito e a democracia constitucional.

A operacionalização de governos autoritários ocorre, na contemporaneidade, através de uma relação parasitária com a lógica democrática, isso através da aparência de respeito às instituições, à democracia e ao Estado de Direito. Ou seja, ao contrário da brusca interrupção do Estado Democrático para a instauração de um Estado de exceção, convivem um Estado Democrático de Direito subvertido, que se realiza apenas abstratamente, e um Estado de exceção que, mesmo lastreado em técnica de governança permanente de exceção, não se assume como tal.

Portanto, uma das características do contemporâneo autoritarismo está, ao invés da interrupção do Estado Democrático de Direito pela instauração de um Estado totalitário, na inserção de mecanismos típicos da exceção no interior da rotina democrática. Tais mecanismos hospedam-se na estrutura estatal na forma de um autoritarismo líquido que convive com medidas democráticas e legítimas.

O autoritarismo líquido, tanto quanto o adensamento típico do Estado autoritário, é nefasto. Confere ao Estado um poderio que, diluído na rotina democrática, enfraquece os mecanismos de controle social

do poder, bem como da sua instrumentalidade. Diante do quadro de recrudescimento das investidas contra a democracia e contra os direitos humanos e fundamentais pelo bolsonarismo, isso por meio de medidas de exceção típicas do autoritarismo líquido, ainda que substancialmente adensadas, a grande tarefa no Brasil atual é garantir a consolidação e a efetividade da democracia e dos direitos.

O enfrentamento à gradual fragilização dos espaços e dos sentidos da democracia e da relação de pertencimento à sociedade requer que desnudem os artifícios de um autoritarismo que vem se diluindo e enfraquecendo o pacto civilizatório e a coesão social. Os deletérios mecanismos autoritários no âmbito de nossa vida democrática impõem a comprometida missão pública consistente de desnudar o maior desafio imposto à democracia brasileira desde a redemocratização: o advento do bolsonarismo.

# A PROFISSÃO MILITAR E O SEGUNDO ASSALTO DE BOLSONARO

*Perpétua Almeida\**

A ideia das Forças Armadas bancando um golpe de Estado em pleno Século 21 para arrebentar as urnas eletrônicas e ungir o presidente Jair Bolsonaro como ditador, é uma arma de propaganda e chantagem políticas que fere todas as instituições democráticas do Estado brasileiro, mas atinge primeiramente as próprias Forças Armadas. Sim, porque a possibilidade da obediência passiva, fora das linhas da Constituição, desmoraliza a ordem hierárquica e, colocando um chefe eventual acima da própria Constituição, rebaixa a guarnição militar de Estado à condição de guarda pretoriana. Bolsonaro é taxativo quando diz “o meu Exército”. Ele canta vitória sobre o passado – onde enquadrado como “mau militar” pelo general Ernesto Geisel – e antecipa arrogante triunfo no futuro próximo – pouco importa o resultado das eleições de 2022.

Bolsonaro foi afastado da vida militar em 1988, depois de confessar planos de um assalto a unidades militares do Rio de Janeiro, explodindo bombas para manifestar aos seus comandantes a insatisfação com os salários que recebia. Reformado, o capitão indisciplinado se refugiou

---

\* Deputada federal pelo PCdoB do Acre, cumpre o quarto mandato. É professora. Foi líder da bancada do PCdoB (2019) e presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. Ocupou a Secretaria de Indústria de Defesa do Ministério da Defesa no Governo Dilma Rousseff (2015/2016).

na política. Foi Deputado Federal por 28 anos, passou por nada menos que 9 partidos políticos e, chegando à Presidência da República, radicaliza seu despreço pelas instituições democráticas. Ele desmerece o Poder Judiciário, atacando o Supremo Tribunal Federal. Deixa estar o Congresso Nacional, que na verdade manietta com o orçamento secreto e o fisiologismo público do Centrão. E, descaracterizando sua função de comandante-em-chefe das Forças Armadas, reaparece nos círculos militares como um espectro do terror juvenil dos quartéis cariocas dos anos 1980, penando para reverter tardiamente a abertura lenta e gradual que concorreu para a redemocratização do país.

Bolsonaro reencarna a antiga linha dura, corrente apegada a um militarismo arcaico e interventor que por lógica do tempo, da modernização e da visão de futuro, quedou suplantada. Assim, ameaça o legado de uma geração de oficiais superiores da Marinha, Exército e Aeronáutica, que deram às Forças Armadas brasileiras a face de uma instituição de Estado, ciente do seu papel constitucional. Não por acaso, desde a promulgação da Constituição de 1988, vivemos – ainda vivemos! – o mais longo período de paz, estabilidade política e democracia plena da história do Brasil.

A atual geração de comando e de oficiais tem como maior mérito, justamente o trabalho de consolidação das Forças Armadas como instituição de Estado, profissional e valorizada pela inteligência. Essa trajetória tem uma lógica de atuação responsável e estável. Essa coerência elevou a confiança e o respeito da sociedade na Marinha, Exército e Aeronáutica. A credibilidade dos militares nunca foi tão alta – isso até Bolsonaro aparecer fazendo da força militar o apelo da sua propaganda política e a arma da sua chantagem contra a democracia.

Bolsonaro confunde a opinião pública, passando a ideia de que pode ordenar o que quiser aos chefes militares. Isso não é verdade e, persistindo nessa mentira interessada, o presidente comete crime de responsabilidade. Não é razoável acreditar que a maioria dos militares da ativa e da reserva deseje trocar todo resultado e mérito do trabalho profissional dos últimos 30 anos pela aventura bolsonarista que se anuncia.

Minha admiração às Forças Armadas e a compreensão do seu papel na vida nacional, cresceram no convívio respeitoso com os militares, es-

pecialmente quando fui presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, e depois como titular da SEPROD – Secretaria de Indústria de Defesa do Ministério da Defesa. Convivi com exemplos de profissionalismo e aprendi sobre a história militar brasileira. No calor revolucionário da década de 1930, o general Pedro Aurélio de Góis Monteiro afirmava que “é preciso ter uma política do Exército, e não a política no Exército”. A frase resume importantes princípios doutrinários incorporados pelas nossas Forças Armadas no decorrer de um século. E mostra o desacerto histórico e moral que expressa a divisa “Meu Exército”, usada constantemente por Bolsonaro.

A Doutrina Góis Monteiro orientou o fim do envolvimento da caserna na política partidária e oligárquica da República Velha, sepultada pelos revolucionários de 1930. Desde então tornou-se um pilar conceitual para a afirmação da identidade das Forças Armadas como instituição de Estado e do seu papel para a defesa nacional e o desenvolvimento do país. Quanto mais clara sua missão, mais exige o distanciamento da política partidária e da identificação ideológica de qualquer governo.

Centenária, mas atualíssima, a doutrina Góis Monteiro reserva a dedicação dos militares aos grandes desafios nacionais. Como mulher da Amazônia, reconheço a fundamental contribuição dos brasileiros fardados na integração do território nacional. Sem os Pelotões de Fronteira nas florestas e nas cabeceiras dos rios de onde venho, a ausência do Estado Nacional seria completa. As desigualdades regionais seriam ainda maiores sem a marcha para o oeste encorajada pelo Marechal Rondon, pacifista, sertanista, patrono das comunicações e construtor da integração nacional.

Foi atuando como instituições de Estado que Marinha, Exército e Aeronáutica, ao longo do Século 20, mais contribuíram para o projeto nacional-desenvolvimentista que transformou o Brasil agrícola numa das maiores potências econômicas do mundo. Em grande medida, isso deveu-se ao sistema de ciência, tecnologia e inovação das Forças Armadas, base para o desenvolvimento da engenharia brasileira, ainda no período colonial, até iniciativas contemporâneas como o Instituto Tecnológico da Aeronáutica ou do Programa Nuclear da Marinha.

As Forças Armadas devem ser profissionais para servir ao Estado

em todos os governos, enquanto ativas e isentas para não se renderem a nenhum desvio partidário ou autoritário que acaso se apresentem.

Apresentei no Congresso Nacional, em 2021, a Proposta de Emenda à Constituição Número 21, que regula a ocupação de cargos políticos por militares da ativa, consagrando a ideia-força da Doutrina Góis Monteiro na Lei Maior, fortalecendo o caráter de Estado das Forças Armadas profissionais, isentas e apartidárias, ciosas da natureza democrática e civil dos governos, mediante eleições livres, universais e periódicas.

A PEC 21/21 propõe que oficiais militares da ativa tenham foco nas grandes questões nacionais e no serviço de Estado. E que devolvam armas e fardas, caso prefiram participar da atividade política partidária, seja pela militância, candidaturas ou ocupação de cargos governamentais – neste ponto se deve decidir sobre cargos técnicos de natureza civil para os quais se excepcionaliza a nomeação de militares com formação e expertise em setores estratégicos como a área Nuclear, sob a responsabilidade da Marinha; a Cibernética, encargo do Exército; e a Espacial, encargo da Força Aérea. E também para empresas do setor de Defesa, como Emgepron (Marinha), Imbel (Exército) e Embraer Defesa (FAB).

Lamentavelmente, o momento atual é pródigo em casos de rebaiamento político de oficiais militares comprometendo a história e a imagem das Forças Armadas, como o senhor Eduardo Pazuello exibindo suas três estrelas de general na desastrada passagem pelo Ministério da Saúde. Que sejam exceções confirmando a regra dos bons exemplos militares pautados no respeito à hierarquia, à disciplina e à competência profissional.

Chamada de PEC da Democracia, a Proposta de Emenda à Constituição 21/2021 foi formalizada com 189 assinaturas de deputadas e deputados de todos os partidos e sua aprovação é esperada como um tributo da presente geração de lideranças civis e militares ao futuro de paz, união e prosperidade sonhado por todos os brasileiros, bem como à memória das gerações de patriotas que, desde Deodoro da Fonseca a Ulysses Guimarães, lutaram para construir a República democrática que nos foi entregue com a Constituição Cidadã de 1988.

Nasci numa família muito pobre, no interior do Acre, sou professora e não tenho dinheiro. Mas estou no quarto mandato na Câmara dos

Deputados. Posso afirmar que não estaria aqui sem as urnas eletrônicas, que vieram garantir a integridade do voto dado e a correta apuração das eleições no Brasil. Elas, as urnas eletrônicas, vieram para aperfeiçoar a democracia brasileira, assim como a Armada Imperial modernizou-se na Marinha do Brasil, o Exército Brasileiro evolui pela vocação democrática desde a proclamação da República e a Força Aérea Brasileira expressa a nossa capacidade de especialização profissional militar.

A conduta antidemocrática de Bolsonaro não é nova. Hoje ele tem poder, tange uma barulhenta horda de autômatos e faz o centrão rezar pela sua cartilha de fake news, mas vai fracassar no segundo assalto que acena intentar contra os comandos militares, como falharam seus planos explosivos nos anos 1980. A Constituição valerá e a democracia brasileira vai emergir, inclusive no seio das Forças Armadas.



# O SIGNIFICADO DE 2022 PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA BRASILEIRA DEPOIS DE DOIS ANOS DE PANDEMIA

*Priscila Cruz\**

No começo de 2020, identificávamos desafios claros para a Educação Brasileira, bem como caminhos de sucesso aqui mesmo no país com o potencial de servir de exemplo e inspiração para gestores públicos comprometidos com a Educação. Não poderíamos imaginar, no entanto, que enfrentaríamos quase dois anos de escolas fechadas, o que nos fez dobrar a medida desses desafios.

Ao lado do Direitos Já, participei de uma série de articulações e mobilizações para enfrentar os efeitos graves da pandemia na Educação brasileira, principalmente nas vidas das crianças e jovens mais pobres, que foram os mais afetados pelo caos instaurado no país.

Em junho de 2021, em um desses momentos online de debate e construção de propostas no webinar “Desafios para uma Articulação Nacional no Enfrentamento à Pandemia”, promovido pelo Direitos Já!,

---

\* É presidente executiva e cofundadora do “Todos Pela Educação”. Mestre em Administração Pública pela Harvard Kennedy School of Government. Graduada em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas e em Direito pela USP. Presidente do Conselho do “Instituto Articule” e membro do Grupo de Estudos de Educação do Instituto de Estudos Avançados da Unicamp.

ressaltei que estávamos vivendo um processo silencioso de destruição de vidas, que afeta esta geração de forma brutal, principalmente os alunos mais pobres, os negros, das áreas rurais e quilombolas. Um momento de aprofundamento das desigualdades que já existiam no Brasil, o que no campo da Educação é ainda mais cruel, afinal, essas crianças e jovens dependem da Educação para romper seu ciclo de exclusão e pobreza.

Arrefecida a pandemia e com o retorno das aulas presenciais, temos a clareza dos entraves e caminhos para olharmos para o futuro com a esperança de quem trabalha duro pela educação.

Quando fundamos o Todos Pela Educação, em 2006, o fizemos com o compromisso de alcançarmos o Bicentenário da Independência, em 2022, com educação de qualidade para todos. Esta era, e é até hoje, a compreensão do Todos sobre a condição inegociável para a verdadeira independência dos cidadãos. Chegado o marco com o qual nos comprometemos há 16 anos, temos motivos para celebrar?

Acompanhamos uma série de indicadores que evidenciam avanços importantes de lá pra cá. No recente relatório “Fim de Uma Era ou e Agora, Maria? Desafios Para a Atuação Federal na Educação Básica”, o IPEA deixa clara a melhoria: nos indicadores de matrícula; nas taxas de repetência média e taxas média de distorção-idade série; e nos níveis aprendizagem dos estudantes do ensino fundamental, especialmente na primeira etapa (1º ao 5º ano). Esses resultados são fruto de boas políticas gestadas e aprimoradas ao longo das últimas décadas.

Os desafios, no entanto, ainda são imensos. Aponto um dado que exemplifica seu tamanho: 50% dos estudantes com 15 anos de idade não atingiram o nível mínimo na última edição do PISA (2018). O drama se intensifica na medida em que o quadro educacional foi severamente agravado nos últimos anos por dois elementos distintos, cuja combinação é uma tempestade de destruição na Educação: a pandemia e o atual governo federal.

Em seu excelente “Guerra cultural e retórica do ódio: um Brasil pós-político”, João Cezar de Castro Rocha, professor da UFRJ, assim faz a caracterização do bolsonarismo: “A guerra cultural é a origem e forma do bolsonarismo, mas, por isso mesmo, será (ou já é?) a razão do fracasso rotundo do governo Bolsonaro. (...) Sem guerra cultural, como manter

as massas digitais em constante excitação? Contudo, a guerra cultural, pela negação de dados objetivos e pela necessidade intrínseca de inventar inimigos em série, não permite que se administre a coisa pública”.

Após três anos de um Ministério da Educação (MEC) que se tornou um dos símbolos da guerra cultural bolsonarista, a qualificação de Castro Rocha talvez seja a melhor resposta para perguntas do tipo: por que o MEC não buscou coordenar uma resposta articulada junto a Estados e Municípios durante a pandemia? Por que o governo federal, no início de 2021, após quase um ano de fechamento de escolas, elencou como única temática legislativa prioritária para a educação a regulamentação do ensino domiciliar? Por que o MEC sequer consegue executar o seu (cada vez mais diminuto) orçamento? Em suma, uma gestão competente nas arruaças e incapaz de gerar resultados educacionais.

Não podemos esperar 2023, animados pela esperança da não reeleição do atual presidente, para iniciarmos a (re)construção estrutural da educação pública em âmbito nacional. Quem não teve seu direito à educação efetivado tem pressa, e o começo da construção de um novo horizonte está neste ano, em 2022.

Por isso, destaco duas agendas de alto impacto, que podem ser avançadas ainda esse ano: aprovar o Sistema Nacional de Educação, matéria legislativa que está na reta final de tramitação e que pode legar à educação básica uma inédita estrutura de governança e cooperação federativa (algo parecido com o SUS) e todos os estados efetivarem o “ICMS Educação”, obrigação estabelecida pelo Novo Fundeb (o prazo é agosto deste ano), inspirada no caso cearense, e que, se bem desenhada, será forte indutor de prioridade política e busca por resultados em todos os municípios brasileiros.

Mas a importância deste ano vai além. Isso porque os caminhos para uma retomada sistêmica a partir de 1 de janeiro de 2023, caso a derrota de Bolsonaro, de fato, se consume, precisam ser debatidos e amadurecidos ainda em 2022. E, nessa missão, entendemos que duas premissas são basilares.

Premissa 1: fugir de uma armadilha que será posta. Se depender do bolsonarismo, o debate educacional de 2022 se resumirá, assim como em 2018, aos temas associados à guerra cultural e à agenda de costumes:

sexualidade, ensino domiciliar, escola sem partido etc. Novamente recorrendo à Castro Rocha: “Dado o fracasso palmar do governo Bolsonaro, investir na alta voltagem da guerra cultural será uma autêntica tábua de salvação”. 2022 é o ano para reposicionarmos o cerne da discussão pública para o campo da proposição, do debate sobre diagnósticos e caminhos sobre problemas reais da educação.

Premissa 2: mudar o ângulo da conversa sobre educação dentro do vasto campo não-bolsonarista. Por mais que os impactos da pandemia tenham agravado sobremaneira os desafios já existentes, e o rastro de destruição da burocracia estatal na Educação promovido pela gestão federal seja grande (vide o caso do INEP), é preciso fustigar a todo custo a narrativa de que educação básica pública é cenário de terra arrasada. Essa abordagem, além de ser falsa, é uma crença derrotista que nos leva ao imobilismo e abre as portas para soluções mágicas. Um dos principais marcos na última década é que hoje temos estados e municípios que mostram que é possível fazer, em escala, uma educação de muito melhor qualidade, com equidade, mesmo em cenários socioeconômicos adversos. Para citar alguns: Ceará (colaboração com municípios, com destaque para a alfabetização), Pernambuco (escolas de ensino médio em tempo integral) e Teresina-PI (melhor IDEB entre todas as capitais).

Se em 2022, ano do bicentenário da independência, não será possível comemorar a fotografia atual da educação brasileira, que seja então marcado na história como o ano do início da grande virada, de um novo capítulo de esperança para a educação e, conseqüentemente, para o nosso próprio país. Seguimos trabalhando dia após dia na defesa do direito das crianças e jovens de construir seus futuros repletos de oportunidades.

# DEMOCRACIA SEMPRE!

*Randolfe Rodrigues\**

À nossa geração se impôs um imenso desafio: o de vencermos as ameaças à democracia que se multiplicam não apenas no Brasil, mas em todo o mundo. Esse movimento tem reerguido ideias conservadoras, homofóbicas, misóginas e racistas. Chegam a pregar a supremacia branca, buscam controlar a coletividade a partir da violência sem limites, minando fundamentos da democracia como a liberdade de imprensa e as instituições, ao mesmo tempo em que disseminam falsidades, principalmente pelas redes sociais.

Infelizmente, o Brasil acabou se constituindo em campo fértil para o fomento dessas ideias.

Somos filhos do silêncio sobre a verdadeira formação social do Brasil, se considerarmos a mordida imposta aos que estão à margem da elite desde que, há mais de 500 anos o Europeu aqui chegou. Há um apagamento de que somos herdeiros de um passado colonial violento, fundado na expropriação territorial dos povos originais desta terra e em uma sociabilidade assentada no trabalho compulsório, servil e escravo, tanto de indígenas quanto de negros. Como nos diz Florestan Fernandes, entre 1500 e 1888, a sociedade agrária baseada no latifúndio, no trabalho

---

\* Senador da República pela Rede Sustentabilidade do Amapá. É professor e historiador, formado pela Universidade Federal do Amapá e Direito pela Faculdade Seama. Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará.

escravo e na monocultura exportadora será determinante na constituição da sociedade brasileira, “no seu substrato material, social e moral”<sup>1</sup>.

Na nossa tradição política, regimes autoritários têm sido a regra das elites brasileiras para perseguirem, se apropriarem e se manterem no poder. São exemplos dessa realidade adversa aos direitos humanos: ao longo dos duzentos anos de Independência, sessenta e sete foram imperiais, nos quais a escravidão perdurou por sessenta e três anos; a República foi proclamada por um golpe militar onde o povo tudo assistiu bestificado; até 1930, o poder político concentrava-se nas mãos das oligarquias cafeeiras que autorizavam chefes militares nas diferentes esferas de poder; entre 1937 e 1945 tivemos o período ditatorial do Estado Novo e, entre 1964 e 1985, a Ditadura Militar, conjunto histórico de aproximadamente 100 anos de ausência da democracia no cenário político do país, posterior a 1822.

A Constituição Federal de 1988 representa o auge monumental dos anseios democráticos do povo brasileiro em reação ao Estado opressor estabelecido pelo Golpe Militar de 1964, e, no seu conteúdo cidadão, vários direitos foram conquistados e concretizados ao longo dos anos posteriores à sua promulgação. Acreditamos que “o novo sempre vem” e, enquanto tal, exige energia para que cresça forte e com futuro, tal qual empreendemos enquanto país com respeito a nossos filhos.

Esperava-se uma maior estabilidade política desenhada pela capacidade acumulada então do movimento social para organizar uma pauta progressista, que contou com o apoio da maioria constituinte. Porém, a derrota das diretas já, a morte de Tancredo Neves, os abusos vividos no governo de Fernando Collor e o golpe de estado que derrubou a presidente Dilma Rousseff – a primeira mulher presidente do Brasil – mostraram o quanto a Nova República instituída na pós-ditadura era frágil.

Do período de relativa estabilidade, compreendido entre os governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, no seu primeiro mandato, transitamos num pa-

---

1 Fernandes, Florestan. *A Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5. ed. – São Paulo: Globo, 2006. P. 51.

roxismo contaminado de *fake news* para uma figura antidemocrática e manipuladora como Bolsonaro, com seguidores que chegam ao cúmulo de, fazendo uso de prerrogativas da liberdade de opinião, pedirem o retorno à ditadura, enquanto exaltam torturadores e assassinos, profanando a memória de homens e mulheres que perderam a vida lutando por liberdade.

Apesar desse passado, nada alentador, não esperávamos viver, em pleno século XXI, um governo populista de extrema-direita, neofascista. Essa experiência marcará indelevelmente a nossa geração, por termos levado ao poder, na sequência do golpe contra a presidente Dilma Rousseff, um governo inspirado nas mais criminosas iniciativas do século XX – o Nazismo, na Alemanha, o Fascismo, na Itália, o Salazarismo, em Portugal, o Franquismo, na Espanha, e nas ditaduras latino-americanas de Pinochet, no Chile e do regime militar, no Brasil.

O “caldo de cultura” para essa nova forma de barbárie está localizado na insatisfação de parcela da sociedade sem perspectivas, na incapacidade de instituições democráticas tradicionais (partidos, parlamentos, governos) em dar respostas satisfatórias e na captura desses segmentos por meio de poderosos algoritmos que expressam de maneira cirúrgica aquilo que eles pensam ser soluções simples para problemas complexos. Assim surgem Orbán, Trump, Bolsonaro e outros da mesma estirpe, todos originados e cevados na mesma elite e no mesmo sistema contra os quais se insurgem e arrebanham massas de incautos.

Não há paralelo histórico com Bolsonaro e com o Bolsonarismo. Até a eleição de 2018 nenhum governante legitimamente eleito havia se aproveitado da chegada ao poder para minar o sistema político, destruir a ordem democrática e corroer as instituições até o colapso total. O Bolsonarismo diz coisas repetidamente em volume máximo. A ideia a ser alcançada é a transformação dos divergentes em inimigos para destruí-los.

A nós, progressistas e democratas, resta confrontá-lo e derrotá-lo. Os neofascismos não são um regime político, não constituem uma corrente política fechada em si, são banalização do mal, alimentam-se da mentira e pretendem o domínio da vida social em todos os seus níveis e elementos formadores. Governos que se organizam com base nesses

fundamentos e que os instrumentalizam são totalitários e negam as liberdades e direitos individuais.

Nada tem sido mais ilustrativo das entranhas dessa ideologia genocida do que a forma como o governo tratou a pandemia da Covid-19 no Brasil. Participei da investigação sobre as ações do governo Bolsonaro, como vice-presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal. No relatório estão claros e fartamente documentados os crimes de lesa-humanidade perpetrados pelo governo Bolsonaro: como a campanha antivacina, a prescrição de medicamentos ineficazes, o gabinete paralelo e a corrupção explícita, sob a égide de negação da ciência e de desprezo pelos que sofreram ou morreram, em decorrência da pandemia. Nunca, em momento algum, viu-se tal escala de mortandade por omissão, superando até o total de brasileiros mortos na Guerra do Paraguai, ainda hoje considerado o conflito mais mortal que aconteceu nas Américas.

Como amazônida, não posso deixar de ressaltar o risco de destruição que ameaça a maior floresta tropical do planeta, repositório de tamanha sociobiodiversidade inédita e insubstituível, como atestam os relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC). A clara intenção de “passar a boiada” se manifesta nos projetos de facilitar a destruição do bioma amazônico, de ampliar a permissão de uso de agrotóxicos e de ameaçar as terras indígenas com mineração e contestação das demarcações. A permissividade tem gerado os piores índices de desmatamento após décadas de certo controle.

O debate democrático foi outra vítima desse *modus operandi*. Essa ideologia confessa explicitamente que não possui adversários, mas inimigos que, como tal, devem ser eliminados e não derrotados como era de se esperar em uma democracia. A partir dessa postura esgarça-se o diálogo entre poderes, reduzem-se os posicionamentos políticos a reles maniqueísmos, criam-se diariamente falsos dilemas a serem enfrentados como se fossem a causa de todos os problemas do país, atacam a credibilidade de meios de comunicação e flertam com o autoritarismo.

E essa forma de condução das políticas públicas deixa um rastro de destruição comprometendo a saúde pública, a educação, a segurança e a assistência à população carente. O saldo parcial desse governo tem

sido o aumento da desigualdade, a ampliação da pobreza, da fome e do desemprego, com nítida estagnação econômica agravada pela ressurreição da inflação que atinge substancialmente os mais pobres, penalizada com o aumento dos preços dos alimentos, do transporte e da energia.

A observação e reflexão sobre esses fatos passados e presentes, permite avaliarmos que o pacto civilizatório que nos une como brasileiros está ameaçado. Diante desta gravidade, é obrigação dos que prezam pelos valores democráticos derrotar Bolsonaro e seus aliados, e as bandeiras políticas que os representam.

Precisamos retomar a unidade dos democratas, uma Frente Única pela democracia, entoando a frase que sempre nos inspirou nesta caminhada de construção de um país soberano e capaz de enfrentar as injustiças há mais de cinco séculos: Democracia sempre! Ditadura jamais!



# UMA REALIDADE DESAFIADORA

*Raul Henry\**

Como dizia Tom Jobim, o Brasil não é para principiantes.

Como conceber que uma nação de território continental, com imensas riquezas naturais, sem relações conflituosas com a vizinhança, com uma população miscigenada, sem guerras étnicas, culturais ou religiosas e com uma enorme diversidade cultural, não tenha se transformado na grande civilização dos trópicos preconizada por Darcy Ribeiro?

Por que, depois de 81 anos de escrito, o título do livro de Stefan Zweig, “Brasil, O País do Futuro”, não se tornou realidade?

Por que, com tantas vantagens comparativas, o Brasil não trilhou o mesmo caminho de outras nações – como Portugal, Espanha, Irlanda, Coreia, Taiwan, Austrália e Nova Zelândia, entre outras – que nos últimos 50 anos superaram a armadilha da renda média e salvaram da pobreza as camadas mais vulneráveis das suas populações?

Por que, ao longo do tempo, o país não conseguiu adotar uma agenda racional, inspirada na experiência das democracias mais avançadas do mundo?

---

\* Deputado federal pelo MDB de Pernambuco e presidente regional do partido. É graduado em Economia pela Universidade Católica de Pernambuco e Mestre em Gestão Pública pela UFPE. Iniciou sua trajetória política no movimento estudantil.

O desafio contemporâneo do Brasil é mais que evidente: crescimento econômico com inclusão social e redução das desigualdades. E para cumprir esse objetivo há uma agenda clara, que está em todas as mesas de debates do país. Em síntese, ela pode ser apresentada em 10 pontos.

1. Promover uma educação pública de qualidade para todos.
2. Aumentar o investimento público e induzir o aumento do investimento privado em ciência, desenvolvimento tecnológico e inovação.
3. Conceber uma rede de proteção social que ofereça oportunidades para a saída da pobreza.
4. Realizar uma reforma do Estado para reduzir seu custo, aumentar sua eficiência, combater privilégios, implantar o conceito de mérito no serviço público e aumentar sua capacidade de investimento.
5. Aumentar o investimento público em infraestrutura, sobretudo em setores pouco atrativos à iniciativa privada, como saneamento básico e mobilidade urbana.
6. Realizar uma reforma tributária que simplifique o sistema – o mais complicado do mundo –, unifique os impostos sobre consumo e institua um imposto de renda progressivo, cobrado em função do nível da renda e não do regime jurídico do contribuinte.
7. Implantar políticas efetivas de proteção ao meio ambiente, com uma ênfase especial à Amazônia.
8. Fortalecer o sistema público de saúde.
9. Corrigir os desequilíbrios regionais, com atenção especial à Região Nordeste, cuja renda per capita é apenas metade da média nacional.
10. Executar reformas institucionais e microeconômicas que promovam segurança jurídica e fluidez ao ambiente de negócios, tornando-o mais atrativo ao investimento internacional, já que a poupança interna tem níveis historicamente baixos.

Com algum grau de liberdade, essa agenda pode ser considerada razoavelmente consensual. Por que, então, ela não avança?

Segundo o economista Albert Hirschman, o desenvolvimento de uma sociedade depende de uma única variável: a capacidade que tem essa sociedade de tomar decisões certas. Por que no Brasil isso não aconteceu?

Em um breve balanço dos últimos 40 anos, com exceção da permanência das instituições democráticas, não há muito o que comemorar.

O país cresceu a taxas medíocres, menores que as médias mundiais, e mesmo com um aumento substancial da carga tributária (de 23% para 35%), a capacidade de investimento do Estado é, praticamente, nula. E o pior, o Brasil continua em destaque entre as nações mais desiguais e excludentes do planeta.

Responder a todas as questões suscitadas acima não é tarefa fácil. Certamente as causas desse fracasso têm raízes profundas. Estão no próprio processo de formação da sociedade brasileira.

As marcas deixadas por uma colonização extrativista e escravocrata, temperada pela mentalidade patrimonialista da ancestralidade ibérica, são difíceis de apagar. Os principais legados dessa história são exclusão, naturalização da desigualdade e total falta de compromisso com um verdadeiro projeto de nação. O Estado é compreendido exclusivamente como fonte de captura de renda e obtenção de privilégios pelos que possuem o seu controle, como registrou magistralmente Raymundo Faoro no clássico “Os Donos do Poder”.

Essa mentalidade da elite brasileira se perpetuou e se manifesta em todos os setores da vida nacional. Está presente no corporativismo insaciável dos que estão no topo do serviço público, nas relações promíscuas e incestuosas do capitalismo de compadrio, na corrupção endêmica existente no país e no pacto de autoproteção protagonizado por esses “donos do poder”.

O ex-senador Cristovam Buarque, no seu honesto e reflexivo texto “Por Que Falhamos”, faz uma autocrítica dolorosa sobre o período de 1992 a 2018, em que forças democráticas e consideradas progressistas governaram o país: “fracassamos ideológica, política, econômica e moralmente”.

Na mesma linha, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso cunhou outra frase para traduzir a competição entre PT e PSDB, as duas principais forças políticas do período pós-ditadura: “Disputamos para ver quem comanda o atraso”.

De fato, há um inegável fracasso da geração que combateu a ditadura militar e que sonhou com uma nação democrática, republicana, desenvolvida e justa. E esse fracasso teve origem na capitulação diante das velhas práticas do que existe de mais atrasado, atávico e anacrônico

na sociedade brasileira. O resultado da eleição de 2018, e o retrocesso político e civilizatório que ele representa, é a expressão mais evidente do nosso estrondoso desastre.

Mas a pergunta mais difícil de responder, entre todas as provocações já feitas nesse texto, é: como podemos sair dessa encruzilhada e seguir adiante?

A provável resposta está nos ensinamentos que nos dão os momentos críticos da história das nações.

Uma possibilidade é um amplo movimento social, como ensaiado nas jornadas de junho de 2013, que possa promover avanços institucionais e despertar uma nova consciência e atitude na elite política e socioeconômica brasileira, já que é a ela que cabe o papel natural de conduzir os rumos do país.

A outra é o surgimento de um líder com compromisso e dimensão de estadista, e com capacidade de inspirar vastos setores da sociedade brasileira, desarmar espíritos, apontar para o futuro e realizar as transformações há muito reclamadas pelo país.

Mas para que isso aconteça é imprescindível, em primeiro lugar, derrotar a ameaça fascista nas próximas eleições. Depois, rechaçar eventuais aventuras golpistas e preservar as instituições democráticas. Por fim, cada um fazer a sua parte e, acima de tudo, não perder a esperança no Brasil.

# INFORMAR É PRECISO!

*Realle Palazzo-Martini\**

O ambiente da informação no Brasil sofreu revezes inacreditáveis sob Bolsonaro. A liberdade de Imprensa retroagiu décadas. O jornalismo tornou-se atividade de risco e a imprensa é rotulada de ‘inimiga do Estado’. A desinformação, em sentido oposto, prosperou como estratégia de mobilização de milícias, digitais e armadas, associadas ao propósito fascista do grupo de fanáticos que dá suporte ao presidente. Restaurar a precedência da verdade e reincorporar a informação ao ecossistema da real liberdade de expressão no país é a tarefa inadiável dos democratas.

Aos fatos: no cercadinho do Alvorada, os jornalistas são agredidos com contumácia planejada pelo presidente da República; a instituição, não o indivíduo Bolsonaro. A simbologia do gesto é importante posto que a atitude da maior autoridade da nação incentiva e autoriza cada cidadão a agredir a imprensa na sua jurisdição. Esse fenômeno legitimamente bolsonarista intensificou-se assustadoramente na pandemia, registre-se.

Há vários propósitos nessa ação. Dois, no entanto, são os mais relevantes para esta análise. Primeiro, constranger o jornalismo essencial, livre e questionador, diante de um governo que tem seríssimas deficiências éticas e administrativas. Segundo, desacreditar a imprensa tradicional e livre para desviar a atenção dos cidadãos para os meios

---

\* Jornalista e coordenador de Formulação do Direitos Já! Fórum pela Democracia. Coordenador de Comunicação da OAB-GO; diretor de Jornalismo do portal Gbrasil.com.

digitais de disseminação de (des) informação, em sua maioria canais sabidamente controlados e incentivados pela estrutura bolsonarista.

O resultado imediato da artilharia sobre a imprensa é a degeneração do ambiente de trabalho para o profissional do jornalismo.

O jornalismo no Brasil tem se tornado a cada dia uma profissão de risco. O tradicional relatório “Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil”, produzido pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), traz dados alarmantes. Em 2019, ano da ascensão de Bolsonaro, os episódios de violência subiram 54%, para 208 casos, em relação ao ano anterior. Em 2021, o documento destaca impressionantes 430 atos atentatórios contra a segurança dos profissionais de imprensa. Sob Bolsonaro, a violência contra os jornalistas mais que triplicou.

Não por acaso o Brasil figura na desonrosa 110ª posição do ranking de liberdade de Imprensa da ONG Repórteres Sem Fronteiras. O discurso anti-imprensa cresce no mundo todo, pondere-se. Mas o caso do Brasil mereceu menção especial do relatório apresentado em 2022: “Cada vez mais visíveis e virulentos, os ataques públicos enfraquecem a profissão e incentivam ações legais abusivas, campanhas de difamação e intimidação, especialmente contra mulheres, e assédio online a jornalistas críticos.” A menção é explícita a Jair Bolsonaro. Assim como o faz a Fenaj ao compilar os dados de violência contra os profissionais do jornalismo: “A continuidade das violações à liberdade de imprensa no Brasil está claramente associada à ascensão de Jair Bolsonaro à Presidência da República”.

Só isso, não há dúvida, já seria o suficiente para impor que os democratas se unam pelo respeito à liberdade de imprensa, um princípio afiliado à liberdade de expressão.

Há mais, bem mais, porém! Desacreditar a imprensa é semear o campo da desinformação em uma quadra onde a pós-verdade se apresenta como o fertilizante do autoritarismo. A luta pela primazia da verdade envolve mais do que proteger o bom jornalismo. Implica sedimentar na sociedade a supremacia do real como imperativo categórico, ético, a desentranhar nosso caráter enquanto indivíduos e sociedade.

Faz-se necessário reconhecer – e repudiar – que a mentira tornou-se perigosa e conscientemente uma ferramenta da guerra ideológica

quando jamais, no mínimo, dever-se-ia tolerá-la como arma lícita de luta política, contemporizada até mesmo no campo progressista, estrato que mais se enreda dela. Hoje as fake news são compartilhadas conscientemente! E isso impõe um desafio maior que simplesmente interromper a difusão de informação falsa. Exige resgatar a verdade como um dever civilizatório!

A criminalização e a interrupção do financiamento dos canais de desinformação já seriam, no entanto, um excelente (e inadiável) começo. Pesquisa do professor Pablo Ortellado, da USP, chegou à insólita conclusão de que oito das 10 notícias mais lidas nas redes de mensagens instantâneas (WhatsApp e Telegram) diariamente são falsas, para se ter ideia do quão deletério é seu impacto. Conteúdos que, não menos grave, são produzidos e disseminados em redes digitais, acobertadas pelas políticas de privacidade das big techs, quando não por elas financiadas.

O arsenal da tentativa de golpe incorpora a monetização da mentira, com o silêncio obsequioso das grandes multinacionais de tecnologia. Espanta a condescendência das empresas. Mais sério, porém, é a inércia de pilares institucionais, das autoridades executiva e legislativa, quando se tolera ataques orquestrados ao sistema eleitoral brasileiro, o mais aclamado do mundo, bombardeado por desinformação a ameaçar o próprio Estado de Direito.

Daí a importância de ofertar amplo suporte social às iniciativas do Poder Judiciário quando este submete a um mínimo controle a difusão de desinformações por meio das redes sociais, já que o projeto de lei das fake news (PL 2630/2020), ao oferecer espécie de imunidade aos parlamentares, degenerou para que se utilize licitamente a mentira e a desinformação como meio de se colher votos.

Portanto, bem informar é urgente e necessário! Urge firmar na sociedade um pacto de decência pelo resgate da verdade. Restituir a credibilidade do jornalismo e a liberdade da imprensa como bens de democracia é nada menos do que imprescindível. E é para agora! As eleições deste ano estão cercadas de grande expectativa e apreensão, posto que serão decisivamente influenciadas pela desinformação. Do escrutínio de outubro emergirá um país. Que venha a nação que queremos; que seja um Brasil de verdade!



# A RECONSTRUÇÃO PRECISA SER COLETIVA

*Renata Abreu\**

Era uma vez um Brasil democrático em evolução. Tinha assento à mesa dos poderosos que se reúnem para discutir os grandes desafios globais. Estava entre as 10 maiores locomotivas econômicas do planeta, graças a seus vastos estoques de recursos naturais e classe média em ascensão. Ocupava a terceira posição entre os mercados mais cobiçados pelos CEOs globais. Referência mundial em vacinação em massa. Número 1 no combate ao desmatamento de florestas tropicais. Era o país do futuro.

Hoje, o Brasil é visto como fonte de instabilidade. Nossa democracia é a que tem mais aspectos em declínio do mundo, segundo o Instituto para a Democracia e Assistência Eleitoral (Idea), organização intergovernamental sediada em Copenhague e dedicada ao estudo e à avaliação da democracia. Vivemos um forte processo de retrocesso democrático. E que, se nada for feito, poderá ser irreversível.

Os sinais de desgaste começaram há 10 anos com a queda constante de quase todos os indicadores, que se exacerbou a partir de 2019. Nos últimos anos, testemunhamos práticas que ameaçaram a integridade do processo eleitoral, debilitaram o Estado de Direito e alimentaram a

---

\* Deputada federal por São Paulo, é autora de três leis de combate à violência feminina. Fundadora, presidente nacional do Podemos e pioneira na implementação de Compliance partidário no Brasil, com código de condutas e maior transparência interna.

crise de legitimidade das instituições democráticas e de controle. Há um processo de corrosão da democracia, que precisa ser estancado.

No livro ‘Como as democracias morrem’ (editora Zahar), os professores de Harvard Steven Levitsky e Daniel Ziblatt relatam que atualmente as democracias morrem não mais por golpes militares, mas por presidentes que matam lentamente as normas constitucionais. Nas manifestações de 2013, contra a corrupção e mau uso do dinheiro público, cresceu na população o sentimento antipolítico e antidemocrático. Pesquisas apontavam que 83% dos manifestantes não tinham preferência partidária e 24% dos que ali protestavam eram contra os partidos. Só que partidos políticos são a ponte entre o Estado e a sociedade, conduzindo governos e estruturando os trabalhos legislativos. É a forma mais eficiente de organização política nas democracias representativas.

A corrupção, como bem definiu o ministro Luís Roberto Barroso, do STF, “mina a credibilidade do sistema partidário e pavimenta o caminho para a eleição de líderes antissistema carismáticos, que manipulam as carências e os medos da população, prometendo soluções imediatistas que cobrarão seu preço no futuro”.

Foi nesse clima de revolta que Jair Bolsonaro surgiu como um mal menor a ser tolerado em nome de reformas estruturais. Eleito, ele renunciou ao presidencialismo de coalizão, mantendo uma relação turbulenta com o Congresso. Adotou uma dinâmica de conflito e ataques contínuos às instituições do Estado Democrático de Direito, pregando a desobediência aos poderes institucionais.

Uma gestão de constantes ataques e conflitos com governos estaduais, imprensa, organizações civis, cultura, ciência, criando inimigos, perseguindo e demitindo a bel-prazer funcionários públicos que produziam resultados que desagradam o presidente da República. Criou controvérsias absolutamente desnecessárias, colocando o Brasil em marcha rumo ao abismo político, econômico e social.

Na maior crise sanitária do século, o país ficou desgovernado. A dança das cadeiras no Ministério da Saúde e a inabilidade em trabalhar com o Congresso e os governadores prejudicaram as ações de combate ao vírus mortal, que resultaram em milhares de vidas perdidas, falência do setor produtivo e desemprego. A postura negacionista do governo

federal diante da gravidade da pandemia contribuiu para afundar ainda mais a imagem do Brasil no cenário internacional. Não é algo permanente, mas levará tempo para uma recuperação.

Hoje, a população encontra-se carente de emprego, saúde, segurança, educação, habitação, saneamento básico, transporte... Milhões passam fome. Milhares sofrem com a violência nas cidades e nos campos. Milhões têm seus direitos constitucionais negados. Precisamos resolver tudo isso, além de executar as reformas Tributária e Administrativa, a primeira objetivando diminuir a pesada carga de impostos sobre os ombros do povo e a segunda, com a redução do segundo maior gasto que o Estado tem em suas despesas obrigatórias: funcionalismo público. A combinação do corte de benefícios com a redução de faixa salarial para início de carreira ajudaria a reduzir o déficit primário, que vem se agravando na última década.

O Brasil não precisa de heróis, messias, salvadores da Pátria nem mártires! Precisa de líderes comprometidos com a democracia e com as instituições democráticas. Precisa de líderes que enxerguem o país como um todo. A profundidade da crise gerada vai exigir um enorme esforço coletivo de restabelecimento das políticas públicas.

Certamente, há muito a ser feito para a preservação da democracia. É necessário reconstruir as instituições que foram sendo destruídas ultimamente, melhorar a qualidade da governabilidade para implementar e promover reformas para a retomada da economia, do emprego e dos investimentos, atualizar os mecanismos de defesa da democracia, ampliando a participação cidadã.

Para reerguer a nação próspera, justa e democrática que começamos a construir lá trás, quando derrubamos a ditadura, precisamos da união da sociedade civil, setores público e privado, partidos, lideranças políticas, enfim, todos os brasileiros unidos num só objetivo: salvar o Brasil! A reconstrução precisa ser coletiva. Sem união, não há futuro!



# O FUTURO É A NOSSA LUTA

*Renato Casagrande\**

Nos últimos anos, descortinou-se para os brasileiros um país que poucos conheciam – ou conseguiam reconhecer. No lugar do gigante deitado em berço esplêndido, com seu povo alegre e hospitaleiro, vimos revelar-se uma sociedade violenta, autoritária e ressentida. Como se surgidas de alguma ficção distópica, manifestações explícitas de preconceitos diversos tomaram as ruas e ocuparam as redes sociais. Grandes parcelas da população, que até há pouco mantinham-se em silêncio, vieram a público para difundir mensagens de ódio contra mulheres, homossexuais, negros, indígenas, militantes de esquerda e, principalmente, contra jornalistas, produtores culturais, artistas e intelectuais. De repente, como num passe de mágica, mergulhamos nas águas turvas da intolerância frente à diversidade e o país passou de terra prometida a campo de batalha, sem transição que nos preparasse para tão dramática mudança.

Para a maioria dos brasileiros, essa súbita transformação do ambiente em que vivíamos – ou no qual julgávamos viver – foi uma surpresa, um raio em céu azul. Porém, para os estudiosos da marcha civilizatória em nosso país, e para todos que encaravam a realidade nacional sem o filtro do ufanismo, o que estamos assistindo é a exposição de algo que sempre

---

\* Governador do Espírito Santo e secretário-geral do PSB. É formado em Engenharia Florestal, pela Universidade Federal de Viçosa, e em Direito, pela Faculdade de Cachoeiro de Itapemirim. Foi senador da República, deputado federal e estadual. Também já esteve à frente de cargos executivos como secretário estadual de Agricultura.

esteve entre nós e só agora encontrou condições para se revelar. De fato, por qualquer ângulo que se investigue a história do Brasil, é inevitável constatar o caráter violento, excludente e autoritário da sociedade que se formou na antiga Terra de Santa Cruz. Do extermínio das nações indígenas à miséria sem perspectivas que hoje ocupa a periferia das grandes cidades, passando pelas décadas de exploração da mão de obra escrava, crescemos sob o signo do “manda quem pode e obedece quem tem juízo”.

De tão arraigada em nossa formação, tornou-se natural a ideia de que a propriedade de terras e meios de produção, uma posição institucional e algum verniz acadêmico definem uma supremacia sobre as camadas desfavorecidas e mais vulneráveis da população. E assim seguimos, desde os tempos coloniais, ampliando o abismo que separa a elite privilegiada das massas condenadas à ignorância e à fome. Contudo, apesar dessa tradição discriminatória e desumana, as divergências políticas no país ainda se expressavam com algum verniz de civilidade. Arregaçar os punhos de renda que ocultavam os punhais foi, em resumo, a grande mudança ocorrida nesses últimos anos.

Depois de 24 anos de ditadura, encerrados com a promulgação da Constituição Cidadã de 1988, parecíamos seguir com passos firmes rumo a uma democracia estável, fundada no respeito às instituições e na liberdade de opinião e representação política. Por isso, foi tão surpreendente ver eclodir o arremedo de ideologia que galvanizou parte substantiva da população e levou às ruas multidões intransigentes e agressivas.

Desse movimento disforme e incoerente, que tenta associar princípios inconciliáveis, como intervenção militar e liberdade, brotou um conjunto de preconceitos, distorções históricas e visões econômicas e geopolíticas que pareciam há muito superadas. E esse pacote de ignorâncias, matizado com apelo religioso de caráter eleitoral e amarrado com a linha de um nacionalismo retrógrado, serviu de passagem e passaporte para trazer à luz aquele que, por vergonha ou medo do escárnio, dissimulavam seus próprios ideais suprematistas e seu desprezo a tudo que nos faz humanos.

Como não poderia deixar de ser, o encontro de uma intolerância mantida sob sedação com a inédita capacidade de vocalização permitida

pelas redes sociais teria graves consequências na vida social, política, econômica e cultural do país. E o que estamos assistindo é um avanço voraz e desavergonhado sobre as conquistas civilizatórias obtidas à custa do sacrifício de milhares de brasileiros. Conquistas cristalizadas na Carta Magna e hoje sob o fogo cerrado dos que tentam arrastar o país do futuro de volta a um passado que só nos trouxe dor e vergonha.

A proximidade de novas eleições presidenciais tende a acirrar o processo de desmanche institucional em curso no país, principalmente se considerarmos os indicadores extraídos das pesquisas eleitorais. Frente ao risco iminente da derrota, as forças do atraso se movem para eliminar barreiras que ainda resistem à destruição do meio ambiente, da cultura e da liberdade de expressão, da saúde pública, da educação e dos centros de produção científica. Lutam para revogar direitos sociais já consolidados e intensificam a guerrilha de boatos, agressões e notícias falsas travada à sombra dos meios digitais. Assim, além de garantir ganhos econômicos imediatos, com a suspensão de mecanismos regulatórios, aprofundam a polarização que divide o país para impedir o surgimento de alternativas competitivas.

Seja como for, olhado da distância atual, o resultado das próximas eleições presidenciais ainda é incerto. Por isso, cabe-nos hoje a missão de resistir a esse ambiente tóxico, que valoriza a barbárie como demonstração de força e considera a reflexão, o debate e a busca de entendimento fraquezas que devem ser combatidas com agressões verbais e físicas, com a exclusão dos divergentes e com o uso dos instrumentos de Estado na perseguição aos que se levantam em oposição. Cabe a nós, a todos que trabalhamos pela construção de um país moderno e democrático, mais próspero e justo, evitar a armadilha da radicalização e ampliar ao máximo o campo do diálogo.

É preciso compreender – e deixar claro para todos os brasileiros – que a intransigência e o autoritarismo são venenos para a vida de uma nação. É preciso deixar claro que a verdadeira democracia nasce da divergência, do embate de ideias e do compromisso com o bem coletivo, acima de qualquer doutrina mal alinhavada, visão ideológica ou programa partidário. Devemos utilizar todos os meios disponíveis para expor os prejuízos causados pelo nacionalismo rasteiro, pela revalorização de

preconceitos arcaicos e pelo populismo que dilapida os recursos nacionais. Mas não podemos ceder à tentação de enfrentar essa batalha com as armas da mentira, da difamação e das agressões físicas.

Este é o arsenal dos intransigentes, dos ignorantes que se orgulham do que não sabem, dos produtores de boatos maliciosos e notícias falsas, das milícias que violentam as ruas e das quadrilhas que assaltam os cofres públicos. Este é o combate que interessa aos que tentam manter o estado de beligerância cega produzido pela extrema polarização política. Nossa luta hoje – a luta de todos os democratas –, é para resgatar aquele país amável e acolhedor, que desapareceu nos últimos anos sem nunca ter existido de fato. É para recuperar a visão de futuro que orientou as decisões mais importantes da jovem democracia nacional. É para reencontrar o sonho de um Brasil mestiço e plural, de uma terra prometida e generosa que, mesmo nunca tendo passado de miragem, é o ideal que justifica nossa união, nosso trabalho e nossa própria vida.

## A FRENTE POSSÍVEL

*Ricardo Galhardo\**

No dia 20 de maio de 2019 o presidente Jair Bolsonaro ainda não havia adotado a postura negacionista em relação à Covid-19, nem afrontado diretamente instituições democráticas como o Supremo Tribunal Federal, nem atacado a honra de jornalistas mulheres, nem se aliado ao Centrão e instituído o bilionário orçamento secreto mas a ficha já tinha caído para um grupo de lideranças de partidos do campo democrático que passaram as duas décadas anteriores engalfinhados em disputas eleitorais: ou colocamos nossas diferenças de lado e nos unimos em defesa da democracia ou corremos o risco de em pouco tempo não termos nem eleições livres para podermos nos engalfinhar.

Naquele momento, quando o universo político ainda vivia uma espécie de lua de mel pós-eleitoral com o novo governo, a percepção geral era de que a mirrada oposição no Congresso seria insuficiente para conter Bolsonaro. A unidade dos democratas e o engajamento da sociedade civil seria fundamental.

Eu estava em Brasília naquele 19 de maio apurando uma história sobre o perdão de uma dívida milionária da mulher do advogado de Bolsonaro por um órgão do governo quando recebi a ligação do Fernando Guimarães. Ele convidava a mim e ao meu colega Pedro Venceslau,

---

\* Tem 51 anos, é analista político da agência Brasília Alta Frequência e repórter colaborador do The Intercept BR. Em 30 anos de carreira, foi repórter da *Folha de S. Paulo*, *Veja*, *O Globo*, *O Estado de S. Paulo* e colaborou com veículos como *Época*, *El País*, rádios CBN e Eldorado.

também repórter do Estadão, para um jantar na casa do advogado Pedro Serrano, um dos maiores constitucionalistas do Brasil, onde estariam representantes de dez partidos políticos, com destaque para o PT e o PSDB. O objetivo era criar um movimento suprapartidário em defesa da democracia.

Sou de uma geração que passou mais de 20 anos alimentando a esperança de ver novamente juntos PT e PSDB, talvez as duas melhores iniciativas surgidas na política brasileira pós-redemocratização. Não perderia aquilo por nada e decidi antecipar minha volta a São Paulo para aquela mesma noite.

Fui do aeroporto direto para o apartamento de Serrano, nos Jardins, e não me arrependi. Ver José Anibal, Fernando Haddad, Guilherme Boulos, Aldo Rebelo, Aloizio Mercadante e muitos outros adversários eleitorais sentados em torno de uma mesa em busca de pontos de convergência é daquelas raras ocasiões em que temos a impressão nítida de ver a história acontecer bem na nossa frente. É o tipo de situação que faz valer a pena ter abraçado o jornalismo.

A expressão “frente ampla” ainda parecia distante, quase impossível, mas os elementos estavam todos ali, desde a diversidade dos convidados até o logo e nome do movimento “Direitos Já”, claras referências à campanha das Diretas Já. Saíram dali com a proposta de elaborar um manifesto conjunto e um novo ato, desta vez público, para dali alguns meses.

Como era de se esperar, divergências surgiram logo no momento seguinte. Isso não impediu que o movimento tomasse corpo de forma avassaladora. No dia 2 de setembro, no histórico palco do Tuca, já eram mais de 1,5 mil pessoas, 16 partidos políticos e entidades representativas da sociedade civil como UNE, OAB, CUT e Força Sindical. No palco, Ciro Gomes, Flávio Dino, Eduardo Suplicy e ninguém menos do que Noam Chomsky –traduzido em tempo real por Soninha Francine—se revezaram em discursos sempre buscando a unidade.

Uma suposta polêmica colocada na imprensa dias antes dizia que o PT boicotaria o ato por discordar da não inclusão da campanha Lula Livre na pauta. Se havia algum fundo de verdade na polêmica, ela foi dirimida com habilidade por Flávio Dino que disse: Lula é vítima de um

tribunal de exceção. Defender a liberdade de Lula, portanto, é defender a democracia.

Quando chegou a pandemia da Covid-19 e a face mais cruel do governo ficou visível para todos o Direitos Já estava consolidado e em pouco tempo foi reconhecido como a plataforma mais viável para se construir a unidade das forças democráticas contra Bolsonaro. O ato virtual em defesa de uma CPI da Pandemia e em desagravo ao youtuber Felipe Neto, alvo de ataques bolsonaristas, reuniu o que havia de mais relevante na política e na sociedade brasileiras. Ali tive a oportunidade única de falar sobre o tamanho do buraco no qual está metido o jornalismo profissional brasileiro, alvo das agressões do bolsonarismo por um lado e de uma precarização sem precedentes do mercado de trabalho por outro. O tema é tabu na própria imprensa por expor interesses dos patrões.

Estávamos em abril de 2021. Naquele dia 14 foram registradas 3.445 mortes por covid no Brasil. O presidente da República, cercado de auxiliares incompetentes ou desonestos, dizia que a doença não passava de uma gripezinha, apostava em remédios ineficazes como a Hidroxiclo-roquina e negava a vacina enquanto brasileiros morriam como moscas em circunstâncias indignas.

A expressão “frente ampla” já estava na ordem do dia mas ainda esbarrava em interesses políticos pessoais ou no sectarismo de alguns setores, como veríamos no ato “Fora Bolsonaro” do dia 2 de outubro, no qual Ciro foi vaiado. Mas o vento parecia soprar em outra direção. Lula estava solto e com os direitos políticos devolvidos. Participava de encontros com antigos opositores como Fernando Henrique Cardoso. Lideranças importantes da centro-direita como Rodrigo Maia engrossavam as fileiras da oposição ao governo. Instituições como o STF cumpriam sua função constitucional e tentavam frear os arroubos do presidente.

O movimento pelo impeachment de Bolsonaro começou a tomar forma no rastro da queda da popularidade do presidente e as lideranças políticas buscavam plataformas para a mobilização popular que empurraria o Congresso. O nome do Direitos Já surgiu naturalmente como movimento capaz de agregar todas as forças em defesa da democracia. Talvez este tenha sido até então o momento de maior protagonismo

do grupo no cenário político nacional. Um grande ato popular com características de frente ampla começou a ser concebido. O ápice da ebulição foi no dia 7 de setembro, quando Bolsonaro agrediu frontalmente o STF. Mas aí veio o “bombeiro” Michel Temer – que integra o DJ – e o resto é história.

\*\*\*\*\*

Corta para o dia 11 de abril de 2022, no mesmo apartamento do advogado Pedro Serrano, nos Jardins. Geraldo Alckmin, agora vice de Lula, é homenageado por dezenas de advogados, na maioria petistas. Ao seu lado os pré-candidatos ao governo de São Paulo Márcio França e Fernando Haddad. Ao lado de França, Fernando Guimarães, coordenador do programa de governo do PSB. No dia seguinte Serrano me contou detalhes sobre o jantar e sua modesta participação na articulação que levou à chapa Lula-Alckmin. “O Fernando Guimarães, o Fefo, também teve participação fundamental. Ele era o cara com quem a gente falava do lado do Alckmin”, confidenciou o constitucionalista. Lula e Alckmin são, por enquanto, a frente ampla possível. E o Direitos Já, cumprindo sua vocação, está bem no centro da sua construção.

# A DEMOCRACIA É FUNDAMENTAL

*Ricardo Patah\**

Não há como negar que a democracia, ponto central do pacto nacional firmado na Constituinte de 1988, foi atacada quase diariamente por este governo. Velhos e grandes fantasmas voltaram a nos assombrar, como o uso político das Forças Armadas, outra ameaça constante. Houve também uma deliberada destruição do meio ambiente e da política de respeito aos indígenas. E das minorias em geral.

A pandemia, essa grave tragédia que atormentou e ainda continua atormentando a vida dos brasileiros, teve um grande aliado: o governo Bolsonaro. Quem deveria enfrentar o vírus e organizar o país para se defender disso aliou-se a ele. Deixou de comprar vacinas e equipamentos para todos os setores de saúde, causando pânico nacional, atingindo, como sempre, os mais pobres e desprotegidos.

A verdade é que o nosso país vive num estado terminal. Por mais que sejamos otimistas, o nosso Brasil virou uma farsa. A começar pela eleição de Bolsonaro, que, embora tenha sido legal, passou a comandar o desmonte de tudo o que existe: saúde, educação, cultura, meio ambiente e entidades sociais, só para citar alguns exemplos.

---

\* Presidente nacional da União Geral dos Trabalhadores. Graduado em Direito pela Universidade São Judas Tadeu e em Administração pela Pontifícia Universidade Católica PUC/SP, é coordenador do PSD Movimentos.

As nossas instituições estão todas fragilizadas. A principal tarefa agora é salvar a democracia da destruição. Tomara que a eleição de 2022 nos mostre esse caminho. Temos um STF (Supremo Tribunal Federal), o principal guardião da nossa Constituição, com 11 membros, que são, na verdade, 11 STFs diferentes. Cada um pensa de um jeito e age defendendo interesses específicos.

E o que é pior: vive em confronto com Bolsonaro. Foi até desautorizado recentemente, pelo presidente, que se recusou a depor na PF, conforme determinação do ministro Alexandre de Moraes.

O Parlamento está na mão do Centrão. Esse dragão que atua há muito tempo na nossa política e já participou de vários governos. Mas nunca esteve tão presente e forte como agora no governo Bolsonaro. Toma conta até da economia. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP), um dos líderes desse bloco, virou uma espécie de ombudsman do cofre. A festa é total. Tem quase R\$ 5 bilhões para o fundo eleitoral e um orçamento secreto para abastecer as necessidades dos parlamentares. É preciso deixar uma coisa bem clara: não existe orçamento secreto na nossa Constituição. É uma invenção bolsonarista.

Esse dinheiro veio de cortes na saúde, educação, áreas indígenas e infraestrutura, só para citar algumas. Enquanto isso, aqui na planície, Bolsonaro tira férias seguidas e vai se divertindo com o cartão corporativo. As mudanças climáticas e a falta de preparo de todos os governos, federal e estaduais, matam pessoas, destroem cidades, bairros e famílias.

A UGT (União Geral dos Trabalhadores), segunda maior central sindical do país, com 12 milhões de trabalhadores, fez um congresso, em 2015, afirmando que o Brasil precisava de reformas, envolvendo Executivo, Judiciário e Legislativo. As que foram feitas até agora, trabalhista e previdenciária, só tiraram direitos de quem mais precisa e enfraqueceram a democracia.

A reforma trabalhista feita por Temer, Rogério Marinho e Bolsonaro prometia milhões de empregos. E a história mostrou o contrário: aumentou o desemprego, a fome e a miséria. Hoje somos uma das sociedades mais desiguais do mundo. O salário mínimo é insuficiente, o saneamento básico contempla apenas 50% das moradias do país, temos uma das polícias mais violentas do mundo, as pessoas negras sofrem

com o racismo estrutural, e o nosso sistema de saúde, o SUS, um dos mais eficientes do mundo, precisa de mais investimentos. A reforma previdenciária, na verdade, beneficiou os militares. A deles foi específica e com aumentos de todos os segmentos do setor.

A nossa UGT, que pratica um sindicalismo cidadão, ético e inovador, defendeu a desoneração da folha de pagamentos para evitar que milhões de trabalhadores perdessem o emprego nos 17 setores que mais empregam no país. A medida é válida até o final de 2023 e pode ser renovada.

A democracia, todos sabemos, é um sistema complexo, trabalhoso e imperfeito. E precisa ser cultivada todos os dias. É o melhor caminho para construir uma sociedade mais justa. Temos hoje pelos menos 11 milhões de desempregados, mais de 20 milhões que sofrem com a fome e mais de 30 milhões de trabalhadores informais. Além disso, cerca de 13 milhões de jovens não trabalham e nem estudam. Vivem do quê?

A economia não cresce, não há investimentos nem públicos e nem privados e somos um país à deriva: sem governo federal, que só está preocupado com a reeleição, e com as instituições públicas fragilizadas. A revolução 4.0 está transformando o sistema trabalhista e o 5G chegou para mudar todo o sistema de comunicações, a começar do nosso dia a dia. Não temos nenhum sistema de qualificação profissional para enfrentar esses desafios.

E Bolsonaro, aparentemente, está montando um esquema miliciano e militar para continuar no poder. A receita do editorial de um grande jornal da capital paulista é esta:

O país precisa de um líder moderno, atinado com a agenda política, social, econômica e ambiental do século 21. Um conciliador. Alguém que pense o futuro com responsabilidade, empatia e espírito público.



# A DEFESA DA DEMOCRACIA E DAS INSTITUIÇÕES

*Roberto Cláudio\**

Eu tenho dito, de forma recorrente, que as ameaças que pairam sobre o céu do Brasil e buscam criar a ambiência propícia a um ataque à nossa jovem democracia precisam estar nas preocupações e na agenda cotidiana de cada cidadão brasileiro que lutou ou vem tendo o usufruto do regime democrático reconquistado após a longa noite de trevas que durou 21 anos em nosso País, desde o golpe civil-militar de 64.

Referências sobre como conduzir esse debate ou mobilizar nossa sociedade, por meio de nossas instituições e organizações não governamentais, nós temos. Exemplos estão desde os escritos do filósofo grego Aristóteles, que viveu no período clássico da Grécia antiga, entre os anos 384 e 322 antes de Cristo.

Aristóteles identificava a “Ekklésia”, antiga assembleia ateniense, onde o povo de Atenas se reunia, como sendo o fórum credenciado para decidir a paz e a guerra, o espaço para o debate sobre a construção e rompimentos de alianças, a ambiência em que se a elaboração de leis, bem como a sua aplicação.

Era também através dessa assembleia que os magistrados prestavam contas de suas decisões durante e ao término de seus mandatos. Por

---

\* Ex-prefeito de Fortaleza (2013-2020), foi deputado estadual no Ceará entre 2007 e 2012, sendo eleito Presidente da Assembleia Legislativa em 2011. Médico sanitário, formado pela UFC, com doutorado pela Universidade do Arizona (EUA). Atualmente faz pós-graduação em Economia Política na FGV. É presidente do PDT de Fortaleza.

conceito, nada que se diferencie das instâncias parlamentares na contemporaneidade e, por essa definição, a Ekklesia pode ser considerada a principal instituição democrática ateniense, já que era a instância direta da participação do cidadão.

Grosso modo, podemos afirmar, categoricamente, que as instituições são os pilares para o bom funcionamento de uma democracia e que cuja função principal é ajustar os limites da igualdade aos limites da liberdade.

Nos dias atuais, quando vemos os ataques ostensivos ao regime democrático, com posturas virulentas de pessoas que, investidas ou não em cargos públicos ou mesmo eletivos, assacam contra as instituições, já podemos antever qual o sentimento e o grau de desrespeito que esses agentes exalam com relação aos princípios mais elementares do regime democrático.

Infelizmente, para nosso maior pesar, uma postura que encontra inspiração e modelo a partir de quem deveria ser o primeiro a propugnar por um completo sentimento de obediência aos mandamentos contidos em nossa Carta Magna, fundamento maior e orientador do exercício da democracia em nosso País.

Portanto, não podemos alegar que as noções mais elementares de construção institucional não estejam, de há muito, disponíveis para orientar as relações em sociedade, definindo por excelência o campo de atuação de cada agente social.

Indo direto ao ponto, quero externar o que considero o maior desafio da nossa jovem e incipiente democracia brasileira, naquele que será o maior teste da eficiência das nossas instituições. Refiro-me às eleições deste ano de 2022, onde a ambiência de litigância induzida está sendo construída de forma escancarada por quem nunca demonstrou ter o menor apreço que à convivência regulada pelas normas da democracia.

Estamos vendo, de forma recorrente, ataques deliberados às instituições como forma de preparar um quadro de instabilidade institucional propício à quebra das regras constitucionais. Por conseqüência, teremos que nos mobilizar de forma antecipada e permanente para que não tenhamos rupturas à ordem democrática.

A conhecida frase que é atribuída por uns a Thomas Jefferson, um dos autores da Declaração de Independência dos Estados Unidos e o

terceiro presidente do país, e por outros ao orador irlandês John Philpot Curran, calça como um luva o nosso momento brasileiro atual: “o preço da liberdade é a eterna vigilância”.

Se baixarmos a guarda enquanto cidadãos, homens públicos ou apenas agentes de nossa própria história, poderemos amargar num futuro próximo perdas tão substantivas como as que ocorreram no passado recente.

Claro que a nossa linda juventude da atualidade sequer pode imaginar o que foram os anos de chumbo que o Brasil vivenciou entre os anos de 1964 e 1985. Esse conhecimento só é dado a quem se debruçou sobre o estudo dessa “página infeliz da nossa história, passagem desbotada na memória das nossas novas gerações”, como bem diz o nosso cancionista Chico Buarque.

E é com este espírito vigilante que devemos atuar como cidadão com posturas firmes já no alerta e, por consequência, na defesa intransigente de conduta geral dentro das quatro linhas da legalidade e da nossa Constituição. E podemos ilustrar melhor o conceito de instituições democráticas, indo na sua defesa e dos valores da democracia enaltecendo a eficiência e lisura do nosso sistema eleitoral, por meio do qual vemos como se transforma a vontade popular do voto em mandato eletivo, dando sustentação à nossa democracia representativa. Os ataques sistêmicos e recorrentes ao nosso sistema eleitoral por parte de quem hoje lança suspeição sobre a urna eletrônica não são por acaso. Embora usufruam, hoje, de resultados obtidos por meio desse mesmo sistema, lançar suspeitas sobre ele faz parte de uma artimanha por parte de quem já antevê resultados desfavoráveis num pleito próximo. E aí, como a querer dar validade a atos que sublevem futuros resultados, descredenciar o sistema é um biombo para quem pretende subverter a preferência urgida das urnas. Nossa melhor conduta cidadã e de obediência à democracia para hoje, portanto, é ficar alerta para rechaçar e denunciar com vigor esses ataques inomináveis às nossas instituições.

Tudo, em defesa da democracia!!!



# A REFUNDAÇÃO DA SOCIAL- DEMOCRACIA NO BRASIL E A RECUPERAÇÃO DO DINAMISMO SOCIOECONÔMICO NACIONAL

*Roberto Freire\**

Ao longo das últimas décadas, o Brasil perdeu dinamismo em seu processo de desenvolvimento e crescimento econômico. O país de Jair Bolsonaro é a 13ª economia do mundo; teve, em 2020, a menor participação no PIB industrial da série histórica desde 1990 (1,3%), em meio a uma queda constante desde 2009; suas exportações amargam a 27ª colocação entre os maiores vendedores de bens do mundo, tendo perdido cinco posições no ranking nos últimos 10 anos; com uma participação de apenas 0,78% nas vendas mundiais de manufaturados.

Com essa baixa inserção no mundo, uma dependência extrema do mercado interno e muita dificuldade de definir uma agenda modernizadora que ataque a nossa baixa produtividade, com foco, por exemplo, na educação de base, os governos recentes assistiram a vôos de galinha no PIB, nenhuma mudança estrutural socialmente relevante e a uma

---

\* Presidente do Cidadania, é formado em Direito pela UFPE. Ainda jovem se engajou na luta contra a ditadura militar e advogou para trabalhadores rurais. Foi deputado federal por oito mandatos em São Paulo e Pernambuco, estado pelo qual também foi deputado estadual e senador da República. Pelo PCB, foi deputado federal constituinte. Foi líder do governo Itamar Franco e ministro da Cultura na gestão Michel Temer.

desigualdade abissal, que ameaça prender o Brasil à condição de país de renda média. Isso, no curto prazo. Porque, no médio, o que nos assombra é o empobrecimento, com o aprofundamento do fosso que separa ricos, pobres e remediados.

Se não perdemos todas as décadas desde o chamado “milagre econômico” da ditadura militar – à custa de uma brutal concentração de renda, da explosão da dívida e do descontrole inflacionário, mas isso é outra história –, o país começou a ficar para trás na corrida do desenvolvimento e perdeu a tendência de ser contemporâneo do futuro. Estamos hoje às voltas com dois principais projetos colocados no processo eleitoral que apontam para o passado. Um deles, para o século XIX, para ser mais preciso. Com Jair Bolsonaro imaginando que o crescimento está numa corrida do ouro na Amazônia.

Quando, em realidade, o futuro é a floresta de pé, a biotecnologia, a economia verde e de baixo carbono, não a “economia da garimpagem” ou uma espécie de “nacional-serra-peladismo”. O outro modelo, preso ao século XX, enxerga o mundo ainda pelas lentes da guerra fria, vê a globalização e a integração da economia brasileira às cadeias globais de produção com desconfiança e continua refém de estruturas que não fazem mais sentido nessa nova economia da robotização e da inteligência artificial, que muda o papel do trabalho e dos sindicatos.

Se o socialismo real foi derrotado muitos anos antes, o capitalismo industrial está vivendo o seu ocaso. O Brasil não terá muito mais tempo para fazer essa escolha: ou o atraso que garante a sobrevivência de velhas estruturas por não muito mais tempo ou o Século XXI e as suas vicissitudes, sob pena de termos pela frente não apenas os velhos, mas também os novos problemas sem os instrumentos necessários para solucioná-los. O que fazer, por exemplo, com os brasileiros que hoje ocupam funções que deixarão de existir e não conseguirão se adaptar a esses novos tempos?

E as indústrias se tornarão obsoletas? E se a guerra de Putin contra a Ucrânia acelerar de forma irreversível o processo de abandono do combustível fóssil e o aumento da participação de energias renováveis? Que Petrobras nós teremos? Nenhuma dessas questões está posta por Lula ou Bolsonaro. E nessas discussões também estão as chaves para o

fim da desigualdade, o combate à fome, a diminuição do desemprego, a recuperação da renda e o crescimento econômico sustentado e vigoroso.

A necessidade urgente de fazer esse aggiornamento é que torna a eleição de 2022 crucial. E, por isso, tão fundamental a busca por refundar a social-democracia no Brasil em união com liberais sociais e verdes. Esse concerto é que dá dinamismo à União Europeia, por exemplo, que aposta na integração, na governança mundial, no que há de positivo na globalização e está antenado com o mundo moderno. É essa visão que o Brasil precisa recuperar, com uma alternativa democrática que tenha capacidade de ser contemporânea do futuro.



# ECONOMIA E DEMOCRACIA

*Rogério Studart\**

A Lei Complementar nº 101 de 2000 é um diploma legal que regulamenta a utilização de recursos públicos, e, no seu primeiro artigo, “pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas”. Seu objetivo original era, portanto, garantir que o Estado teria, no longo prazo, a capacidade de realizar os gastos necessários para cumprir com os ambiciosos objetivos de desenvolvimento estabelecido na constituição cidadã de 1988: transformar uma das nações mais desiguais no mundo em um Brasil mais justo, mais inclusivo, e mais humano.

Esta visão permitiu que, ao longo dos quase vinte cinco que se seguiram à eleição de Tancredo Neves, os governos democráticos sempre fossem julgados pelos avanços da “lei de responsabilidade social” – a da constituição cidadã. Porém ao longo dos da última década, mudou o discurso dominante entre os economistas e sua interpretação sobre o seu significado. Para um grupo de economistas, que se tornou muito influente, manter o superávit permanente e a todo custo deveria ser a principal meta da administração fiscal. “O país está quebrado” passou

---

\* Senior fellow do Centro Brasileiro de Relações Internacionais, distinguished fellow da Federação Global de Conselhos de Competitividade e conselheiro do Centro Brasil no Clima. Foi diretor executivo representando o Brasil no Banco Mundial e no BID, economista na ONU, professor da UFRJ e senior fellow na Brookings Institution. Macroeconomista por formação, especializado em Economia e Finanças Internacionais.

a ser um mote reducionista na segunda metade da década passada para imputar todos os desafios da economia brasileiro simplesmente às dificuldades fiscais. Foi também o que levou ao governo inaugurado em 2014 a uma tentativa de ajuste abrupto e pouco seletivo da sua política fiscal, com terríveis repercussões sobre a produção, o emprego e a sobrevivência da população.

Não surpreende que este mesmo discurso tenha sido uma das principais armas para justificar o impeachment. Mas o pior viria a seguir. Utilizando da mesma polarização entre os economistas, foi relativamente fácil para os apoiadores do então candidato Bolsonaro imputar a todos os governos democráticos a profunda deterioração do quadro social que ocorrera desde 2015. Mais ainda, e em um tosco revisionismo da História, passaram defender a absurda ideia de que um “governo forte”, como o do regime autoritário, poderia ter evitado tal situação – uma ideia que não sobrevive a cinco minutos de análise dos dados da época. Eleito Bolsonaro, foi também fácil impor a ideia de que o “ajuste fiscal a qualquer custo”, as reformas “duras” (sempre sobre os mais vulneráveis), e o novo “liberalismo radical” eram inevitáveis para reconstruir a economia nacional. E, o pior, tudo isto era vendido como uma demonstração de responsabilidade e firmeza por parte da nova administração.

Os resultados desta verdadeira perversão do conceito de responsabilidade pública vieram rápido, com a profunda deterioração dos indicadores sociais. Outros resultados da implementação deste liberalismo econômico radical foram a destruição do meio ambiente, a tragicômica política econômica externa, e o avanço criminoso da insegurança alimentar e da fome. Mas sua verdadeira cara se escancararia com pandemia, quando, frente a uma verdadeira crise humanitária, o governo criou todos os obstáculos possíveis para atender as populações mais vulneráveis. Muitos, inclusive o próprio presidente, alegaram que, frente à “bancarrotada do governo”, nada se podia oferecer além de descaso e zombaria em resposta ao sofrimento de uma população desesperada e desesperançada. E é sempre bom lembrar: somente cederam porque a sociedade civil, e nosso Congresso, pressionaram por políticas de ajuda emergencial minimamente compatíveis com o tamanho da tragédia.

Frente a este desgoverno, as questões que hoje se colocam para muitos são pelo menos duas? Há alternativas a esta economia política do atraso e da destruição? E é possível fazer com que economistas de distintas orientações construam conjuntamente estas alternativas? A nossa experiência no movimento Direitos-Já nos dá razões para responder com otimismo a ambas. De fato, desde sua fundação, economistas do Direitos-Já – de diversos partidos, de todo espectro político e ideológico – fomos chamados para apresentar propostas para uma recuperação econômica, e um desenvolvimento ancorado na solidariedade, na justiça social, e no respeito ao espírito democrático. Também fomos ungidos a pensar políticas de ajuda à emergência sanitárias e de resposta às terríveis consequências socioeconômicas da pandemia. Mesmo divergindo sobre temas específicos, demonstramos que não há razões teóricas que justifiquem sacrificar avanços sociais e a ordem democrática. Muito pelo contrário: há evidências, tanto no mundo como na História brasileira, a democracia, a solidariedade e a busca constante de justiça social são as bases mais certas de uma economia mais sólida e próspera. Também concordamos que nada justifica a ausência do Estado em resposta às crises humanitárias, que requerem solidariedade e agilidade na resposta.

Meu otimismo neste ano se limita a estes consensos dentro do grupo dos economistas do Direitos-Já. Vejo diversas iniciativas que buscam desesperadamente um novo marco para as políticas públicas. Um exemplo extraordinário é a Lei de Responsabilidade Social (Projeto de Lei nº 5343, de 2020), de autoria do Senador Tasso Jereissati, que enumera os fundamentos das normas de responsabilidade social, estabelece metas de redução da pobreza a serem observadas pelo Governo Federal, criando os benefícios financeiros como renda mínima, poupança seguro família, e o programa mais educação. Trata-se de um exemplo de aplicação de princípios há anos defendidos por grandes economistas e democratas, como notoriamente o vereador Eduardo Matarazzo, membro do Direitos-Já. Tais princípios determinam que a política pública seja orientada pelo objetivo maior de redução da pobreza, da eliminação da fome, e da promoção da justiça social. “Quem tem fome tem pressa”, como nos lembrava Herbert de Souza, o nosso saudoso Betinho. E não há teoria

econômica que justifique a fome, e muito menos a destruição – social, ambiental e econômica – que estamos testemunhando.

A democracia, sempre frágil, mas também sempre generosa, nos dará, em outubro deste ano, uma oportunidade de mudar o triste quadro político, econômico e social. Todos podemos contribuir para uma vitória contra o fascismo em ascensão, e começar a reconstruir uma nação destruída pela polarização e pelos desmandos de um governo incompetente e cruel. Para isto, os economistas têm um papel difícil e necessário a cumprir – em pelo menos dois aspectos. Primeiramente, temos de reconhecer que erramos na forma como defendemos nossas distintas visões, criando uma polarização, muitas vezes desnecessária, que facilitou um discurso que prospera com o ódio. Em segundo lugar, temos especialmente de abraçar com humildade a necessidade de uma pauta de consenso que, para além de nossas divergências, nos una a alguns princípios maiores, de democracia e justiça social.

O Brasil tem de voltar a sonhar e a ter esperança. Não há mais como justificar nossos erros.

# DERROTAR BOLSONARO NAS RUAS, NAS REDES E NAS URNAS

*Rosa Anacleto\**

Estamos diante do pior Presidente da República que a democracia e/ou voto popular produziram no Brasil, a obra de Bolsonaro no governo resume-se a produção da fome, morte, crise institucional, quebra da ordem democrática e divisão do povo. Desmontou direitos previdenciários com uma reforma que equivale a Lei do Sexagenário de 1885, quando escravizados recebiam um direito que sabiam que jamais gozariam, com isso Bolsonaro jogou uma parcela importante da população à completa desassistência, no futuro, se não for corrigido o erro, seremos um país de idosos vagando pelas ruas. Bolsonaro deu continuidade a reforma trabalhista de Temer, dando consequência ao fim da CLT, fruto de lutas do povo brasileiro e das trabalhadoras e trabalhadores jogados no lixo.

Bolsonaro empreendeu uma política econômica ultraliberal, perversa, desvinculada das pessoas e da Nação, responsável pelo retorno da inflação (10,54% segundo IPCA), pelo aumento do desemprego 11,6% da população economicamente ativa (IPEA/IBGE), equivalendo a aproximadamente 12 milhões de pessoas, somado a 39% da população em empregos informais – uma calamidade. A fome é um personagem constante nas famílias brasileiras, segundo pesquisa da Rede PENSSAN – Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutri-

---

\* Vice-presidenta da União de Negras e Negros pela Igualdade.

cional, atingimos números estratosféricos em relação a inseguranças alimentar: 116,8 milhões de pessoas vivem com alguma insegurança alimentar, sem acesso a alimentos suficientes são 43,3 milhões e 19 milhões passam fome. A população brasileira empobreceu durante o Governo Bolsonaro, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas – FGV, 28 milhões de pessoas vivem abaixo da linha de pobreza, enquanto dados da Oxafam Brasil apontam que os 0,5% mais ricos no Brasil concentram quase 45% do PIB nacional.

Bolsonaro se comportou como verdadeiro mensageiro da morte, fez todos os movimentos institucionais ou paralelo para boicotar o enfrentamento que o país empreendeu ao COVID, a tragédia foi criminosamente provocada, como atestou a CPI no Senado Federal, resultando em 656 mil mortes, perdendo no ranking de falecimento apenas para os EUA; 29,4 milhões de infectados; passam de 2,8 milhões de sequelados segundo a Organização Mundial de Saúde – OMS, muitos não retomaram a normalidade; 113 mil menores de 18 anos órfãos em razão da COVID, segundo o Conselho Nacional de Saúde – CNS. A grande maioria das vítimas da pandemia são as que tiveram que trabalhar, utilizar transportes públicos hiper lotados, residentes em habitações que impedem o cumprimento de procedimentos mínimos de segurança, foram vítimas também as pessoas influenciadas pelo discurso negacionista propagado pelo Presidente da República e sua hoste que recusaram a vacinação, e não adotaram procedimentos de segurança mínimo como o uso de máscara e evitar aglomeração. Para a Unegro parte das 656 mil mortes foi premeditada. Enquanto a COVID matava, Bolsonaro criava mecanismos para liberação da posse e porte de armas, compra de munição numa quantidade absurda, incentivava a violência policial e fortalecia as milícias e a violência civil. O objetivo é criar um Estado de guerra, tudo a serviço da morte da população pobre, negra e moradoras dos cantões da pauperização do país.

A UNEGRO considera que Bolsonaro tentou dar o golpe de Estado para se manter no poder e implementar uma política ultra reacionária no Brasil, que não conseguiu por falta de apoio do Exército e articulação das milícias que atuam nas corporações policiais em todo país. Bolsonaro atentou contra as instituições, contra a imprensa e contra altas auto-

ridades da República. Tentou cooptar as Forças Armadas e as polícias estaduais. Com a inviabilidade do golpe, recuou, pediu desculpas e se aliou vergonhosamente ao Centrão. Entregou a Arthur Lira, Presidente da Câmara dos Deputados, a primazia do destino de parcela substancial do Orçamento Público. Abriu a torneira dos gastos e da irresponsabilidade orçamentária, com vista ao pleito eleitoral.

Bolsonaro atacou todas as políticas de igualdade racial e aponta contra as cotas nas universidades públicas federais, se possível a atingirá ainda esse ano. Execrou o movimento negro e antirracista, bem como a cultura, arte e memória negra ao colocar Sergio Camargo, um negro inimigo declarado da população negra, destilando ódio na Presidência da Fundação Cultural Palmares, instituição da República que deu o passo inaugural no atendimento às políticas de igualdade racial no âmbito do Estado Brasileiro. Não ficou por aí, tentou ferir de morte as universidades públicas federais, contingenciando volumes expressivos de recursos, que impactam o acesso ao FIES e PROUNI, além de intervir nas governanças internas. Voltou-se contra o ensino médio, a ciência e tecnologia, humilhou o Itamaraty ao ascender como Chanceler o olavista Ernesto Araújo, levando o Brasil à chacota, pária no tabuleiro geopolítico internacional. Incentivou a divisão nacional, radicalizando o discurso de ódio e transformando redes sociais em fábrica de mentiras absurdas e deturpação de fatos.

É da natureza da Unegro se contrapor aos governos ruins, combater o neofascismo, o neonazismo e a ascensão do racismo no comando da nação. Essa é uma tarefa intrínseca a Unegro e ao Movimento Negro e popular, por isso compomos todas as articulações, campanhas e mobilizações populares que denunciaram o caráter do governo Bolsonaro e exigiram seu impeachment. Compomos as frentes amplas que mantêm o compromisso de derrotar Bolsonaro nas ruas, redes e nas urnas, bem como garantir que forças democráticas, populares, patrióticas assumam a Presidência da República e tenham êxitos eleitorais em todo país.



# NÃO É CRISE, É (DES)GOVERNO!

*Rozana Barroso\**

O Brasil não estava vindo de um projeto virtuoso de crescimento, nem de desenvolvimento e sem investimento na educação. Vivíamos sob o pesadelo da aprovação da PEC de Congelamento de Investimentos na saúde e educação, aprovada ainda em 2016, após o golpe midiático. Tudo isso, representou um imenso retrocesso para qualquer país que precisa de políticas contra a desigualdade

Diante de um cenário que já se apresentava ruim, sabe o que é pior? O governo Bolsonaro, a antítese da democracia. Que conseguiu trazer ainda mais retrocessos e um cenário social e econômico tenebroso. Nesses últimos anos não tivemos paz. O tempo todo estivemos mobilizados em protestos. E em nenhum momento nesses últimos anos, mesmo com inúmeros pedidos dos estudantes, tivemos diálogo com o Governo para estancar tantas demandas que surgiram.

Relembrando, em 2019, no primeiro ano pós-eleição de Bolsonaro, nós estudantes ocupamos as ruas de todo o Brasil, no movimento que ficou conhecido por “Tsunami da Educação”. O anúncio de cortes bilionários na pasta, sucateou ainda mais as universidades públicas e institutos federais e a reação nas ruas foi, de fato, o primeiro grande levante contra o governo.

O presidente Jair Bolsonaro e, na época, seu então ministro da Educação, Abraham Weintraub, um “bobo da corte”, pautado em discursos

---

\* Presidenta da UBES na gestão 2020-2022, criadora da campanha Vida, Pão, Vacina e Educação. Foi a primeira em sua família a ingressar na universidade.

conservadores e preconceituosos, colocado à frente do órgão que deveria funcionar como direção e gestão da educação brasileira, e não apenas uma extensão da ideologia conservadora e de desmonte que o atual governo prega, desdenharam do movimento que cresceu ainda mais. Quem não lembra da palavra “balbúrdia”, respondida com ironia por milhares de estudantes e pesquisadores do país. Esse foi só o início.

Mesmo com inúmeros embates após esse momento, cortamos a cronologia para março de 2020: todas as escolas do Brasil tiveram aulas presenciais suspensas como medida de proteção à vida por conta da pandemia da covid-19. O MEC, como agiu para direcionar à educação de milhares de estudantes sem conectividade, sem estrutura para estudar? Sem resposta alguma, com vetos a projetos, sem investir todo os recursos necessários e disponíveis para adaptação de escolas para segurança sanitária, para criar condições aos desafios de estudar à distância, oferecer chips, materiais e alternativas.

O negacionismo do governo ampliou as desigualdades econômicas, raciais e de gênero brasileiras na pandemia. Para a educação foi marcante a discrepância entre estudantes de escola pública e privadas. Apesar dos nossos imensos esforços com mobilização e ações judiciais para adiar o Enem, pensando na realização da prova em segurança, o MEC ignorou os pedidos dos estudantes e tivemos um exame com maior número de abstenção.

A UBES, ainda em 2020, elaborou uma nota técnica e protocolos, com adaptação de cronogramas letivos, grade curricular uso de redes públicas de televisão, de rádio para oferecer aulas, Apresentamos à secretários de educação de todo o Brasil e o Ministério ignorou todos os pedidos de audiência conosco para apresentarmos nosso projeto e demandas urgentes dos estudantes brasileiros e suas famílias.

E não foi só isso: Bolsonaro vetou também a distribuição de absorvente para estudantes e mulheres em condições de vulnerabilidade, um projeto que construímos com parlamentares, pensando em conter a evasão escolar de pessoas que sofriam a chamada “ pobreza menstrual”

Quando mais o Brasil precisava de direção, soluções, recursos, debates e diálogo, não houve qualquer atuação do governo ou de ministério.

E, hoje, nós sabemos a resposta para tanta negligência: a educação NÃO perde recursos por crise econômica. Ela está à deriva, por conta de projeto, não apenas ideológico, permeado por pautas de costumes e conservadoras, mas por projeto que esconde esquema corrupção envolvendo a pasta, o ministério, o presidente e pastores.

Recursos desviados, cobrança de propinas, “jabutis”, tudo isso somado ao desmonte em curso: eis um panorama da educação nos últimos três anos,

Foi assim com a saúde também, ou alguém consegue esquecer a falta de oxigênio em Manaus ou a propinas na compra de vacinas, reveladas pela CPI da Covid?. Quanto mais nosso povo precisa sofrer por tamanha corrupção em um governo? Genocídio, evasão escolar, desmonte de programas de educação, vetos à qualquer projeto

Assim, conclamo o povo brasileiro e os parlamentares a pressionar e mobilizar por uma CPI do MEC. A eleição não pode desmobilizar a investigação dessas graves denúncias. Queremos investimentos e projetos de educação, é por meio dela que avançamos socialmente e economicamente.

Temos esse compromisso agora. Temos uma resposta ao Brasil nas urnas em outubro. Alavancar nosso país para o desenvolvimento econômico e social.



## DEMOCRACIA ACIMA DE TUDO

*Sérgio Fausto\**

Com exceção da eleição na França, não há outra mais importante este ano para o futuro da democracia no mundo do que a eleição que ocorrerá no Brasil em outubro. Lá como cá, se trata de derrotar forças políticas de extrema-direita (escrevo este artigo, dois dias antes da eleição francesa, esperançoso com a ampliação da vantagem de Emmanuel Macron).

Aqui a extrema-direita representa uma ameaça ainda maior à democracia e à convivência civilizada, dada a maior fragilidade das nossas instituições e da nossa cultura democrática. Não sendo possível a construção de uma ampla frente no primeiro turno, que se deixe claro desde logo que, no segundo, haveremos de estar todos juntos contra as forças do retrocesso autoritário.

É hora de se colocar em alerta. Bolsonaro recuperou terreno ao longo dos últimos três meses, conforme indicam todas as pesquisas de intenção de voto. Se em novembro, na média das sondagens, tinha ao redor de 25% das intenções de voto, nas perguntas estimuladas, hoje esse percentual alcança 35%. Ao mesmo tempo, o presidente dá sinais inequívocos de sua intenção de contestar o resultado eleitoral se vier a ser derrotado. Insufla não apenas dúvidas infundadas sobre a confiabilidade das urnas eletrônicas, mas também, o que é ainda mais grave, o armamento de seus adeptos para resistir a supostos “crimes estatais”.

---

\* Diretor geral da Fundação FHC, co-diretor do projeto Plataforma Democrática e da Coleção O Estado da Democracia na América Latina e membro do Conselho de Sócios do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap).

Entendemos o real sentido da expressão quando nos lembramos da famigerada reunião de 22 de abril de 2020. Nela, Bolsonaro defendeu que a população se armasse para desobedecer às medidas de controle da pandemia adotadas por governadores e prefeitos. “Crimes estatais”, no vocabulário do bolsonarismo, são quaisquer medidas legais que coloquem limites aos desejos do chefe. Nenhuma é maior do que ser reeleito, custe o que custar.

Como se já não houvesse motivos suficientes para estarmos em alerta, as Forças Armadas assistem, silentes, a esse chamado presidencial à formação de milícia bolsonaristas. Não pode haver ameaça maior tanto à democracia quanto à integridade das Forças Armadas como instituição de Estado.

Frente a esse quadro, preocupa muito a desarticulação do chamado “campo democrático”. Os partidos e candidatos supostamente dispostos a formar a assim chamada terceira via protagonizam um espetáculo exasperante de autofagia. Esse jogo de soma zero, ou melhor, negativa, já se reflete nas pesquisas. Entre outubro do ano passado e abril deste ano, as sondagens da Quest/Genial mostram que o percentual de eleitores que diz preferir um candidato alternativo a Bolsonaro e Lula caiu de 29% para 19%. Pior do que o encolhimento desse espaço político nas pesquisas, é sua relutância em assumir uma frontal oposição ao bolsonarismo. Em face da ameaça existencial à democracia, não são aceitáveis cálculos eleitorais que se justificariam em circunstâncias normais.

Lula, por sua vez, embora tenha feito um gesto importante ao convidar Geraldo Alckmin para ser seu companheiro de chapa e bancar sua escolha dentro do PT, parece demorar mais do que seria aconselhável para completar o deslocamento para o centro. Tivesse ele um adversário à esquerda, a demora se justificaria. Na ausência dele, não há razão para seguir pregando exclusivamente aos convertidos dentro do campo da esquerda. Estes votos são seus, de mau ou bom grado.

O ex-presidente tem se excedido em declarações que não lhe adicionam um voto sequer e podem lhe custar apoios e votos decisivos numa eleição que será mais competitiva do que alguns imaginavam ao final do ano passado. Lula segue na liderança, mas a distância para Bolsonaro vem diminuindo sistematicamente. Não se vencem eleições apelando à

nostalgia e batendo bumbo só para dentro. Eleições são sempre sobre o futuro e sobre convencer os não convertidos.

O futuro deve começar a ser construído já, independentemente de se firmar ou não uma candidatura da chamada “terceira via”. É preciso sem demora construir um acordo mínimo que dê substância e contornos nítidos ao campo democrático, no seu conjunto e na sua heterogeneidade. O improvisado açodado custou caro em 2018.

Trata-se de um acordo em defesa da democracia, do respeito à vida e aos direitos humanos e do restabelecimento de políticas de Estado em áreas-chave para o desenvolvimento nacional, destruídas no governo Bolsonaro. Se os partidos hesitam diante do desafio, que a sociedade tome a dianteira. Partimos de uma boa base: os manifestos subscritos por ex-ministros da educação e meio ambiente de todos os governos desde a volta da democracia até a hecatombe bolsonarista, além de inúmeras manifestações de personalidades e instituições em defesa do SUS e em condenação à irresponsabilidade governamental no combate à pandemia. Educação, Cultura, Saúde, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia: em todas essas áreas vitais são mais numerosas e importantes as convergências do que as discrepâncias dentro do campo democrático. É hora de explicitar as primeiras, sem varrer as segundas para debaixo do tapete. Cada coisa a seu tempo.

Sim, há maiores divergências na economia. Estou entre aqueles que defendem um BC independente, uma regra fiscal que limite a expansão descontrolada do gasto público, uma economia mais aberta, etc. São divergências importantes, mas é preciso não perder de vista o que está em jogo agora: é o direito que temos de, como sociedade aberta e democrática, resolvê-las sem uso da violência e da coerção. Primeiro é preciso assegurar essas condições. Democracia acima de tudo. Sem ela, não há futuro.



# DO BRASIL, AOS HISTORIADORES DE AMANHÃ

*Simone Tebet\**

Bem-vindos os leitores de hoje, embora eu imagine que estas reflexões serão mais úteis aos historiadores de amanhã. Sei que elas soarão redundantes aos brasileiros contemporâneos desta primeira edição, porque é difícil imaginar quem não se sinta protagonista direto das linhas que se seguem, e que não tenha sofrido, neste nosso tempo, diretamente ou por suas consequências, dos mesmos acontecimentos que marcaram o início do século passado: uma peste, uma guerra e uma crise. Daquele tempo, cuidam os historiadores de agora.

Se me perguntarem qual a melhor imagem para explicar as consequências atuais dessa trilogia maligna, a visão que tenho sobre o Brasil dos nossos dias se assemelha à de um imenso navio – um verdadeiro transatlântico – que, apanhado por uma enorme tormenta, navega à deriva, pois esse navio, de bandeira verde e amarela, é hoje uma nau sem timoneiro.

Diante da tormenta sanitária, o comandante – na verdade, um ex-capitão – negou a gravidade do momento, privou a todos dos instrumentos que poderiam salvar vidas e agravou, em decorrência disso, a tormenta

---

\* Senadora da República pelo MDB do Mato Grosso do Sul. Formada em Direito pela PUC/SP, é professora e escritora. Foi secretária de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul (2013–2014). O partido lançou sua candidatura à Presidência para 2022.

econômica e social em que já nos encontrávamos, tornando seus efeitos avassaladores.

Diante desse cenário, evidente que terão mais chances de salvação os mais fortes, os praticantes de braçadas mais longas, viajantes das cabines e camarotes, que poderão se utilizar de seus próprios fôlegos para alcançar alguma “margem”, ou as suas “ilhas” particulares, distribuídas outros mares afora. Não será essa, certamente, a situação dos viajantes dos porões.

Nos porões, viajam hoje 27 milhões de pobres, mergulhados na mais absoluta miséria; 20 milhões com insuficiência nutricional grave; 117 milhões com algum grau de insegurança alimentar; e cinco milhões de crianças dormindo com o pesadelo da fome.

Um pouco acima desses porões, ainda no subsolo da cidadania, há 12,4 milhões desempregados e 33 milhões subempregados; 12 milhões sem carteira assinada, além de 4,8 milhões de desalentados.

É sobre o destino desse navio, de seu comandante, de seus tripulantes e passageiros, que busco refletir, consciente de que não há mais nenhuma expectativa quanto a uma mudança de atitude do atual timoneiro político. Sua bússola sem rumo, sem direção ou esperança, orienta os tripulantes a navegarem na contramão do processo civilizatório, com discurso repleto de negacionismo à ciência, à tecnologia, à cultura, ao desenvolvimento sustentado por um meio ambiente saudável e protegido. Um discurso vazio, negacionista e repleto de ódio às minorias e ao pensamento crítico, recheado de *fake news* que destroem reputações e de estímulo às armas e à violência.

Difícil imaginar que algum passageiro dessa agonia não se dê conta de que é preciso dar meia-volta. De que é imprescindível um novo timoneiro com uma nova bússola política. De que a política brasileira não pode se fazer de remendos, porque ela carece de uma nova arquitetura.

Até aqui, ainda não fomos capazes de resgatar a carta náutica do planejamento, rasgada no início desta viagem política pelos que, míopes, nos mantiveram na vergonhosa situação de uma das piores distribuições de renda do planeta, porque teimam em desconhecer o Brasil dos que têm o meio-fio como soleira, no abrigo precário de moradias improvisadas de lona e plástico ou ao relento das marquises.

Embora o Criador tenha sido generoso com nossas terras, continuamos ao deus-dará da falta de rumos, apesar da nossa força motriz impulsionada pela diversidade, tanto dos recursos naturais como da nossa gente. Temos o maior manancial de água doce, a maior floresta, quantidades enormes de recursos minerais dos mais estratégicos, solos férteis para três safras anuais, todas as condições necessárias para agregar valor aos produtos primários que hoje exportamos. Temos o Pré-Sal, a Amazônia e o Pantanal. Temos universidades reconhecidas mundialmente pela geração do conhecimento, temos a Embrapa, o Butantan, a Fiocruz.

Embora essas potencialidades, sabemos que a nossa rota será árdua, por termos de passar por um Congresso de 33 agremiações partidárias, formado pelos “contra” e os “a favor”, a depender do governo eleito e das benesses que ele oferecer aos favoráveis de plantão. A depender das “coxias” enfumaçadas do poder, onde surge o toma lá, dá cá, o compadrio, a compra de consciências. A rota atual é, na verdade, feita de desvios.

É preciso restabelecer a harmonia institucional arranhada pelo choque provocado no lançamento deliberado das instituições democráticas umas contra as outras.

É preciso a apresentação de um programa de Estado, e não de Governo.

É preciso restabelecer, aos olhos dos brasileiros e do mundo, nosso compromisso com o tripé básico que demarca as decisões de investimento: transparência, estabilidade e previsibilidade. Por isso, necessitamos demonstrar aos investidores:

**Segurança política**, para provar que vivemos numa democracia, e que não abrimos mão dela. É difícil imaginar que um investidor se sinta seguro em investir seus recursos em um país cujas regras democráticas sejam colocadas em constante xeque.

**Segurança Jurídica**, no sentido de que respeitamos a Constituição e os compromissos firmados. Igualmente, que as regras legais não se alteram ao sabor das conveniências. O tempo do investimento não obedece a mandatos.

**Segurança social**, por um Brasil sem fome, sem miséria, com igualdade de oportunidades para todos os cidadãos. Mais da metade da população brasileira carrega em si, no corpo magro, algum grau de deficiência alimentar, mais de 10 milhões em situação considerada (muito) grave. Se, aos olhos do mundo, somos um “celeiro”, como justificar esse título, se não alimentamos, a contento, mais da metade da nossa própria população?

**Segurança ambiental**, por meio do desenvolvimento sustentável. A legislação ambiental do Brasil é uma das melhores do planeta. No entanto, o nosso país tem sido citado, principalmente nos tempos mais recentes, como dos maiores predadores da natureza, em especial na Amazônia. As leis não estão sendo cumpridas. Instituições estão sendo dizimadas, como o Ibama e o ICMBio, e a lei da força bruta tem preponderado, gerando tensões cada vez mais violentas.

O Brasil necessita de um recomeço. E recomeçar exige, antes, a resposta a uma pergunta básica, que se divide em duas: que país queremos e para quem?

A continuar assim, o “para quem” terá sempre a mesma resposta: para os mesmos. Para os que se aproveitam das tormentas para nadar de braçada. O “outro” Brasil continuará nos porões, até que eles sejam invadidos pelas águas poluídas do negacionismo. Quando não, do autoritarismo – nesse caso, em todos os compartimentos do transatlântico.

A continuar assim, a miopia da política se transmutará em cegueira. E cegueira significa escuridão. E todos nós sabemos o que significa navegar na escuridão, na política.

## ENQUANTO ISSO, NAS RUAS DAS CIDADES

*Soninha Francine\**

“Fique em casa”; “lave as mãos”; “use máscara” – essas foram as medidas básicas para contenção da pior catástrofe sanitária de nossa geração. A primeira delas, penosa por seus efeitos e consequências: o estresse do confinamento, o tensionamento das relações domésticas submetidas à convivência ininterrupta, o distanciamento de pessoas queridas, a interrupção de atividades prazerosas, a perda de rendimentos. As outras duas, bastante simples. Todas as três, desautorizadas, ridicularizadas, desencorajadas por aquele que exercia a presidência da república no Brasil durante o triste período da pandemia de Covid.

Em tempos em que “polaridade” é palavra bastante utilizada para descrever nosso cenário político, tivemos a população dividida não em dois, mas em três grandes grupos: os que aderiram às recomendações das autoridades sanitárias, os que as desrespeitaram tanto quanto puderam, e aqueles para quem elas eram inviáveis – as pessoas mais vulneráveis, marginalizadas e desassistidas: a população em situação de rua, sem uma casa em que ficar, sem ter onde lavar as mãos.

Aqueles que já vivem cotidianamente em condições terríveis aumentaram consideravelmente de número durante a pandemia. A atividade

---

\* Foi vereadora de São Paulo por dois mandatos e presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente. Foi secretária municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo em 2017. É professora, jornalista e pesquisadora. Está no cargo de secretária municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo.

informal – comércio ambulante, venda de recicláveis, “bicos” diversos – maciçamente presente como forma de sobrevivência entre as pessoas de renda mais baixa foi bruscamente interrompida, deixando em seu lugar o vazio da falta de garantias. Os que antes conseguiam pagar aluguel perderam o teto; o desafio de comer todos os dias se intensificou. A solidariedade e generosidade em que os mais pobres normalmente se apoiam entraram em quarentena, e a agilidade nas respostas do poder público passou a ser ainda mais importante.

Como já foi fartamente reconhecido, a agudeza da pandemia escancarou problemas crônicos da sociedade. Pobreza, desigualdade, precariedade. As prefeituras, sempre as maiores responsáveis por lidar com os problemas do dia a dia, dos mais corriqueiros aos mais graves, se viram imensamente sobrecarregadas, situação agravada por nosso modelo insensato de divisão de recursos. As despesas com saúde e assistência social aumentaram na velocidade do contágio.

Enquanto isso, do alto do Palácio do Planalto, o presidente fazia pouco caso da tragédia, em uma sucessão de pronunciamentos ultrajantes em que os estudantes de história no futuro relutarão em acreditar: “gripezinha”, “chega de mimimi”, “E daí? O que você quer que eu faça?” – esta última, na data em que se atingiu a marca de 10 mil mortos, quando nem em pesadelo imaginávamos ultrapassar a de 600 mil. Mais do que palavras grotescas, sobrevieram as atitudes perversas, como propagar o uso (e investir na fabricação!) de cloroquina – remédio para malária, testado e rapidamente descartado para o tratamento de Covid – e vetar a compra de vacinas.

Outros governos nacionais reagiram de modo muito mais rápido e efetivo. Em 6 de março de 2020, o governo Trump destinava US\$ 8,3 bilhões para ações de combate à Covid-19<sup>1</sup>. O pacote incluía US\$ 2 bilhões para a pesquisa e desenvolvimento de vacina, diagnóstico e tera-

---

1 As informações sobre Estados Unidos e Reino Unido foram obtidas no relatório “Medidas de enfrentamento dos efeitos econômicos da pandemia COVID-19: panorama internacional e análise dos casos dos Estados Unidos, do Reino Unido e da Espanha”, de autoria de Claudio Amitrano, Luís Carlos G. de Magalhães e Mauro Santos Silva, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, fundação pública vin-

pias; US\$ 1 bilhão para a compra de suprimentos médico-hospitalares, inclusive para centros de saúde comunitários; US\$ 500 milhões para o desenvolvimento de telemedicina, especialmente para o atendimento a idosos e regiões rurais, e US\$ 950 milhões diretamente para estados e municípios. Em 18 de março novas medidas foram tomadas, incluindo a destinação de recursos para alimentação escolar e a cobertura de testes de detecção do vírus da Covid-19 e seu tratamento para comunidades indígenas, crianças e veteranos de guerra.

Foram instituídos programas federais de sustentação de renda e emprego, estabelecendo que empresas de diversos portes teriam dedução de impostos no mesmo valor dos pagamentos feitos aos empregados afastados pela doença ou pela redução das atividades. Também foi feita a transferência de US\$1 bilhão para os fundos estaduais de atendimento aos desempregados, sendo permitido ainda aos estados americanos recorrer a empréstimos federais a taxa de juros zero caso necessitassem de recursos adicionais.

No Reino Unido, as primeiras medidas de caráter econômico foram anunciadas em 11 de março de 2020, com a destinação imediata de £ 5 bilhões para os serviços públicos e de £ 7 bilhões para empresas e indivíduos, aplicados de várias maneiras diferentes. Cerca de £ 2 bilhões seriam gastos em parte com o pagamento de auxílio-doença para trabalhadores em autoisolamento ou responsáveis pelos cuidados de pessoas isoladas, e em parte com a ampliação do programa de renda mínima praticado na Escócia, País de Gales e Irlanda no Norte, com alargamento da base elegível para receber o benefício. Outros £ 500 milhões seriam transferidos para os fundos municipais de auxílio a trabalhadores afastados.

Em relação às empresas, foram concedidos, entre outros benefícios, reembolso para pequenas e médias empresas das despesas adicionais com licenças remuneradas; redução de 50% dos impostos para o comércio varejista e de 100% para outras atividades, como lazer e turismo;

---

culada ao Ministério da Economia. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9978/1/td\\_2559.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9978/1/td_2559.pdf). Acesso em 11 abr. 2020.

subvenção de £ 3 mil para 700 mil pequenas empresas normalmente isentas de impostos em função do pequeno faturamento.

Curiosamente, tanto os Estados Unidos quanto o Reino Unido eram liderados por políticos que também puseram em dúvida o efeito devastador da circulação do Coronavírus. Ainda assim, os governos centrais tomaram medidas fortes e rápidas e empenharam volumes substanciais de recursos federais no suporte à população. Aqui, o que se viu foi uma declaração de guerra do presidente aos governadores que decretaram medidas de isolamento, enquanto pessoas e empresas sofriam e pereciam, e prefeituras se desesperavam atrás de luvas, máscaras, exames, ambulâncias, leitos, profissionais de saúde e oxigênio. Os governos locais tratavam também de compensar a interrupção da alimentação escolar, de providenciar vagas adicionais de acolhimento para pessoas em situação de rua, locais para higiene e distribuição de milhares de marmitas.

Era uma emergência e a população lutou para se manter de pé, enquanto o governo federal demorava muito a se mexer; quando o fez, contribuiu para aliviar situações agudas. Se nem manifestações protocolares de respeito e solidariedade foram oferecidas, que nada custam!, como esperar agilidade, competência e efetividade das decisões de um presidente? Sigamos na luta por aqueles que não ficaram em casa por falta de uma; por aqueles que têm um teto mas em área de risco, a quem o presidente, cujo legado sombrio levaremos muito tempo para superar, chamou de “sem visão de futuro”.

Como dizem popularmente, “Olha quem fala”.

# REPRESENTATIVIDADE E DEMOCRACIA: PRECISAMOS RETOMAR A CONFIANÇA DAS PESSOAS NA POLÍTICA

*Tabata Amaral\**

A realidade sempre foi dura para mim e para a minha família. Ainda assim, havia uma percepção compartilhada por nós e pela nossa comunidade na Vila Missionária, bairro da periferia da Zona Sul de São Paulo, de que, pouco a pouco, as coisas estavam melhorando.

Deixamos de morar sob uma lona e construímos uma casa de alvenaria sobre um escadão. O medo da inflação foi embora e o Bolsa Família chegou, botando comida na mesa das famílias que mais precisavam. Ano após ano, meus pais foram ampliando a nossa morada, construindo um andar a mais, melhorando a laje, trocando os móveis. Pessoas próximas se tornaram os primeiros da família a fazerem uma faculdade ou uma escola técnica. Eu e meu irmão não só concluímos a educação básica, o que nossos pais não puderam fazer, como ingressamos em boas universidades.

---

\* Cresceu na periferia de São Paulo. Formou-se em Ciência Política e Astrofísica pela Universidade de Harvard, com bolsa integral. É ativista pela educação e cofundadora do Projeto VOA! e dos movimentos Mapa Educação, Acredito e Vamos Juntas. É deputada federal por São Paulo, filiada ao PSB. Foi eleita melhor deputada pelo Congresso em Foco.

A partir de 2013, no entanto, esses avanços se provaram mais frágeis do que imaginávamos. A crise econômica levou milhões ao desemprego. Mal respiramos, Bolsonaro chegou ao poder e colocou a educação e a assistência social como, quando muito, mero apêndices de seu projeto pessoal de poder. Para piorar, veio a pandemia e, devido à omissão desta gestão, perdemos mais de 650 mil brasileiros e regredimos 20 anos em algumas áreas na educação, para ficarmos apenas com alguns exemplos.

Em pouco tempo, a paisagem urbana mudou. A população em situação de rua passou a aumentar cada vez mais rápido. A violência urbana, também. Famílias com fome se multiplicaram e ocupações extremamente precárias voltaram a ser o cenário dominante nas nossas periferias.

O nosso povo está sem esperança. A política, desvalorizada, patina para trazer perspectivas de dias melhores para as pessoas. Isso representa um grande perigo para a nossa democracia. Tamanho desalento e uma repulsa generalizada à política são terrenos férteis para líderes populistas e autoritários como Bolsonaro.

Por mais tentador que seja acreditar que a vitória contra Bolsonaro é certa e está próxima, corremos o risco de nos surpreendermos com o resultado das urnas se não dermos um passo para trás e, com muita humildade, buscarmos entender como chegamos até aqui. Precisamos entender os porquês de tantos brasileiros terem se sentido tão pouco representados a ponto de votar – e, pior, confiar – em alguém como Bolsonaro. Ele é o exato oposto do que projetaram nele: é acusado de fazer rachadinhas, ter funcionários fantasmas e ser ligado a milícias, é defensor da tortura e tem como principal objetivo proteger a si mesmo e à sua família. Ainda assim, recebeu o apoio de uma parte massiva do eleitorado brasileiro.

Trago algumas possíveis respostas para esse questionamento. A primeira delas se baseia no distanciamento das elites – sejam elas econômicas, políticas ou acadêmicas – do brasileiro comum. Com linguagem difícil, da esquerda à direita, temas que pouco importam para o eleitor vêm ganhando proeminência e tomando o espaço de questões mais relevantes.

Uma segunda hipótese se baseia na cultura do cancelamento, tão comum hoje em dia, apesar de suas simplificações e maniqueísmos. Os

“cancelados” se afastam dos “canceladores”, mesmo que as divergências sejam pontuais, se sentindo muito mais representados por quem demonstra não apenas não julgá-los como também compreendê-los. Afinal de contas, seus representantes também passaram por processos de cancelamento.

Um outro tema sobre o qual precisamos nos debruçar se queremos entender a perda da confiança na política é a desigualdade crescente. Como argumentou Steven Levitsky e Daniel Ziblatt no livro “Como as Democracias Morrem”, a diferença econômica aumenta os ressentimentos da população e amplia a polarização.

Além disso, o aumento da desigualdade fortalece uma ideologia de meritocracia em que o sucesso profissional de cada pessoa é visto como decorrente apenas do esforço individual, o que desconsidera fatores como sorte e privilégio. Como defendeu Michael Sandel em “A Tirania do Mérito”, quem não consegue ascender socialmente se sente culpado e inferiorizado, não conseguindo portanto se reconhecer como parte de uma classe desprivilegiada que precisa pressionar o Estado por políticas públicas de equidade. Candidatos ultraliberais, que rechaçam qualquer ação do poder público em prol de maior justiça social, ganham força, assim como aqueles que se apresentam como antissistema.

Por fim, a perda de confiança nos políticos caminha lado a lado com a falta de engajamento político dos jovens. No início deste ano, por exemplo, o número de jovens com 16 ou 17 anos que tiraram título de eleitor foi o menor já registrado na história. Resultado de uma comunicação por parte dos políticos que ainda é tímida fora dos canais mais tradicionais e da pouca representatividade e baixa conexão de suas pautas com as demandas e interesses das juventudes, esse desinteresse também coloca em ameaça a democracia.

Todas essas hipóteses apontam, de alguma maneira, para o fato de a população já não se sentir representada por seus líderes políticos. É por isso que eu acredito que a retomada da confiança da população na democracia passa necessariamente pela luta por mais diversidade e representatividade. Mulheres, pessoas negras e indígenas, a população LGBTQIA+, pessoas com deficiência, e tantos outros grupos minorizados precisam ocupar os diferentes espaços de poder, e urgentemente.

Para mim, uma das coisas que mais fazem falta à política brasileira hoje é o que eu chamo de “diploma da realidade”. Faz falta pessoas que dependeram do SUS a vida toda, estudaram em escolas públicas e passaram horas de seus dias em ônibus lotados decidindo os rumos do país. Tenho certeza de que políticas públicas voltadas para o combate à pobreza menstrual, por exemplo, seriam uma realidade já há muito tempo se tivéssemos mais mulheres pobres representadas no Congresso. Também sei que quem tem a água cortada diariamente em sua casa – o que vem acontecendo não só na nossa residência, mas em muitas outras comunidades periféricas – olha para a fiscalização das empresas de saneamento básico com muito mais senso de urgência.

Além disso, precisamos popularizar os debates políticos, trazendo uma linguagem menos acadêmica e elitista e ampliando os meios pelos quais nos comunicamos. Isso vai ao encontro de uma pesquisa coordenada por Esther Solano e Camila Rocha, que mostrou que os jovens se informam sobre política de forma online, por portais de informação, redes sociais e influenciadores digitais.

É importante também que certos debates já não sejam interditados. Há pautas que precisam ser endereçadas. Um exemplo para mim, enquanto liderança progressista, é o combate à corrupção, o qual, infelizmente, vem sendo tratado como temática apenas da direita. A corrupção corrói a confiança das pessoas nas instituições e, se não falamos sobre esse tema, deixamos o caminho aberto para que outras pessoas o façam.

Por fim, é preciso um esforço constante para a despolarização. Isso envolve realmente ouvir quem pensa diferente, incluindo aqueles que têm uma visão de mundo completamente oposta à nossa.

Nas eleições de outubro deste 2022, teremos o “Dia D” da nossa democracia. A literatura demonstra que líderes autoritários se tornam ainda mais perigosos em um segundo mandato. Não apenas não podemos subestimar o poder de articulação de Bolsonaro nas eleições, que hoje domina a máquina estatal e a máquina de fake News, como precisamos entender que a reconstrução democrática do nosso país passa, sobretudo, pela vitória contra o bolsonarismo. Para isso, precisaremos convencer toda a população de que a democracia ainda é capaz de produzir um Brasil justo, desenvolvido e ético.

## PARA DERROTAR A DISTOPIA

*Tarso Genro\**

Os movimentos distópicos são os mais difíceis de serem compreendidos e analisados. A conjugação de fatores materiais e imateriais, subjetivos e objetivos, bem como os fatores aleatórios que contribuem para as distopias, como o surgimento de líderes carismáticos e uma certa diluição dos valores que permeiam a vida comum, – nem sempre se somam para a criação de um momento “ótimo” para distopia se impor. As distopias não são, todavia, “anomalias” no organismo social, são mais assemelhadas a doenças “normais”, como aquelas que são previsíveis no envelhecimento do organismo humano – chamadas pela decadência do corpo – e menos parecidas a um acidente imprevisto na História. Menos uma exceção plena de imprevisibilidade, mais um trânsito construído na indeterminação de uma crise.

O fato do bolsonarismo no Brasil contar com uma base eleitoral possível de, no mínimo, 30 por cento e de estar avançando no país o número de pessoas que “desconfiam” ou resolutamente “não confiam” nas urnas eletrônicas, mostra que o resultado do pleito não vai reunificar o país em torno dos postulados políticos republicanos (e muito menos dos fundamentos sociais) da Constituição de 88. A volta à normalidade política está muito mais distante do que esteve no início das movimen-

---

\* Foi ministro da Justiça, da Educação e das Relações Institucionais, governador do Rio Grande do Sul e duas vezes prefeito de Porto Alegre (RS), pelo PT. Tem publicações, no Brasil e no Exterior, de Teoria Política e Teoria do Direito. É advogado, professor universitário, ensaísta e poeta.

tações eleitorais e os atores políticos globais mais importantes jogam o seu jogo sem quaisquer projetos de futuro, dominados apenas pelos seus interesses geopolíticos, obviamente alheios à questão democrática que envolve todo ocidente, assediado pelo fundamentalismo religioso e pela ideologia neofascista: de Trump a Orbam, de Madame Le Pen a Bolsonaro.

Esta reunificação, para ter sucesso, deveria ser apoiada numa ampla aliança democrática da esquerda com o centro, que não ocorreu até agora, de uma parte porque o “centro”, no Brasil, é franzino e cooptável mais frequentemente pela direita contra o “lulismo” e, de outro, porque a esquerda foi frágil, no apelo à unidade – preferindo mais a integração de uma personalidade importante na sua chapa, do que um enlace orgânico, de caráter político-partidário de nítido corte classista, através de um acordo formal em torno do futuro da questão Democrática e da República.

O ambiente está cada vez mais amargo, as instituições reagem de forma muito limitada às decisões de exceção na órbita da gestão do Estado e ficam praticamente imóveis perante o “armamento geral do povo” – que era um enunciado bolchevique na luta contra o czarismo – bem como o próprio Presidente da República tornou-se, diretamente, a voz autoritária de uma extrema direita de tendências fascistas que quer instaurar, ou uma ditadura ou regime autoritário orientado pela voz do Líder.

A voz do Líder vai progressivamente criando, não partidos como fez Berlusconi na Itália, mas grupos políticos orgânicos por dentro dos partidos tradicionais e dos novos partidos. Nestes, surgem de lideranças regionais – religiosas ou oligárquicas – de baixa experiência democrática e pouca representação social, que vão à política como vão ao mercado, onde buscam espaços de poder para, ao final, serem cooptadas, ou pelo Líder ou pelos partidos tradicionais, reforçando sua influência política à medida que forem obtendo sucessos locais e certas influências, mercantilizadas na estrutura estatal.

No roteiro das eleições, a vinculação do Líder no Brasil, a fragmentos, partes ou mesmo a partes de partidos tradicionais, que lhe garantam maioria no Parlamento e proteção junto aos Tribunais e ao Ministério

Público, vão constituindo um todo orgânico, no qual o comando do processo política por parte do Governo, é da extrema direita – armada e miliciana – protegida politicamente por uma entidade maior (o “Centrão”) que negocia recursos orçamentários e influências junto ao aparato estatal.

O Líder Bolsonaro – como Berlusconi fez à época na Itália – apresentou-se como “fundador de um partido novo em oposição aos velhos partidos considerados decadentes, tal como os fascistas se apresentavam em relação aos velhos partidos da Itália Liberal. (Bobbio, Viroli, “Direito e Deveres na República”, Elsevier, 2007, pg 87, Campus). Este “partido” tornou-se a conjugação de partes que formam um todo orgânico com diversas soldas políticas: armamentismo, corrupção, ódio semeado pela extrema direita; “reformas” que desmontam o Estado Social, que agradam empresários de todos os portes e formam, também, bases de apoio nas classes trabalhadoras e igualmente entre os excluídos manipulados pelas religiões do dinheiro.

É difícil, mas possível, superar a fragmentação da oposição democrática e republicana durante o debates eleitorais, para uma unidade de princípios contra o Bolsonarismo no segundo turno, mas isso agora depende muito menos das decisões das estruturas partidárias e grupos dirigentes dos partidos e muito mais dos candidatos que se fizerem representativos do campo centrista e do campo da esquerda. A arte da política iluminista, vigilante contra o fascismo que se reergue com novas roupagens do seu desastre na 2ª Grande Guerra, pode vencer a distopia. Seu nome é Bolsonaro e seu sucesso é Horror!



# A DEMOCRACIA E PLENO EXERCÍCIO DE DIREITOS

*Tasso Jereissati\**

Nunca é demais ressaltar que as liberdades democráticas, assim como os direitos e garantias, não são obras divinas, muito menos filhas do acaso. São historicamente construídas e se consolidam no tempo na medida em que, espreiadas pelo mundo, são compreendidas pelas diversas sociedades como essenciais à sua própria sobrevivência. Assim como a vida e a liberdade, a democracia e os direitos políticos são conquistados passo a passo, aperfeiçoando-se e consolidando-se continuamente, sem admitir retrocesso. Daí a moderna classificação de direitos de primeira, segunda, terceira e até quarta geração, indicando o seu contínuo evoluir.

Da mesma forma, o processo de consolidação das liberdades democráticas no Brasil foi trilhado por várias gerações, entre avanços e recuos, saltos e sobressaltos, num longo e penoso caminho, mas também formando importante aprendizado. Desde a independência e do Império, da enumerada “Primeira” até a “Nova República”, no suceder de rebeliões, golpes e revoluções, o que se observa historicamente é uma constante ampliação dos direitos do cidadão em todas as esferas, assim como a necessária contrapartida de deveres e responsabilidades,

---

\* Formado em Administração de Empresas pela FGV, é senador da República pelo PSDB do Ceará, estado onde foi governador. Presidiu o Instituto Teotônio Vilela e o PSDB.

fruto da própria conscientização da população acerca dessa necessária correspondência.

Hoje, o fato de estarmos vivenciando o mais longo período de “normalidade” democrática, talvez explique porque parte da população brasileira não dê o necessário valor a tais conquistas e outra parcela não se dê conta dos riscos a que nossa ainda jovem democracia está exposta. O que se observa a cada dia é o desenhar de uma perigosa trajetória, em que não se pode descartar nem mesmo uma ruptura no curto prazo. Se “o preço da liberdade é a eterna vigilância”, não podemos ficar silentes diante dos alarmantes movimentos à nossa volta.

Nos últimos 4 anos temos vivido um processo de crescente desrespeito às regras mais basilares do jogo democrático, especialmente no que concerne à relação entre os poderes e às instituições. O que poderia inicialmente parecer meros arroubos com fins eleitorais, tem se revelado um padrão de comportamento de um Chefe do Poder Executivo que, mesmo eleito democraticamente, não compreende – ou pior, prefere ignorar – os limites deste relacionamento, essencial ao equilíbrio e harmonia constitucionalmente preconizados.

Desde o frequente vociferar contra decisões ou autoridades judiciais até a insistente e premeditada crítica à segurança nas urnas eletrônicas, presenciamos um mal ensaiado roteiro de atitudes do Presidente da República, que expõe claramente seu espírito antidemocrático, a exigir de todos nós proporcional reação.

Não menos preocupante é a relação que se estabelece entre o Executivo e forças armadas (inclusive policiais), aliadas a uma agenda conservadora de costumes que confunde questões religiosas e morais, promovendo flagrante retrocesso nas políticas sobre direitos humanos, especialmente das minorias.

Ao mesmo tempo, observa-se um progressivo desmonte de estruturas fiscalizadoras no meio ambiente, inclusive com estímulo a atividades criminosas como o garimpo clandestino e o desmatamento, mais uma vez infringindo direitos coletivos e ambientais.

Some-se a tudo isso o uso criminoso e acintoso de uma rede profissional de hackers e robôs divulgadores de Fake News e teremos um ambiente perfeito para a eclosão de uma crise institucional sem prece-

dentes na história recente, com graves consequências para a estabilidade democrática.

Sem democracia, não há como se falar em pleno exercício dos direitos, sejam estes individual ou coletivamente considerados. As ameaças à democracia são, portanto, não apenas um atentado aos direitos da cidadania, o de votar e ser votado, mas a todos os direitos e garantias dos cidadãos, no âmbito do chamado Estado Democrático de Direito.

Quem não preza a Democracia, não compreende o quanto ela é vital à proteção de todo e qualquer direito. Por isso mesmo não há como transigir quando se trata desse valor tão caro à sociedade brasileira.



# DEMOCRACIA E HUMANISMO INTEGRAL

*Dom Walmor Oliveira de Azevedo\**

A democracia, especialmente nos últimos anos, vem enfrentando uma séria crise em todo o mundo, mais ainda na América Latina e no Brasil. Por isso mesmo, com lucidez, devemos garantir e aprofundar a experiência democrática a partir de nossa realidade, enfrentando as desigualdades sociais que geram exclusões. Não haverá uma democracia forte no Brasil sem um adequado projeto que invista no desenvolvimento da capacidade para o diálogo e sem disposição para o encontro com o outro, na dimensão humana e existencial, em uma sociedade plural e em permanente mudança.

Chegamos até o atual momento conjuntural a partir de muitos fenômenos e de poucas mudanças na estrutura brasileira. Nos distanciamos de um pacto social, perdemos a coesão e aumentamos o fosso social que cada vez mais aprofunda as nossas crises. Os movimentos sociais e a sociedade civil não têm alcançado o devido espaço e representatividade, apesar dos seus esforços permanentes. Na mesma quadra, o mundo da política reduziu-se muito a uma lista de demandas e de personagens que

---

\* Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte e presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). É doutor em Teologia Bíblica pela Pontifícia Universidade Gregoriana (Roma) e mestre em Ciências Bíblicas pelo Pontifício Instituto Bíblico (Roma). Autor de livros e artigos, dom Walmor integra a Academia Mineira de Letras.

não assumem maior responsabilidade com as exigências éticas de nosso tempo. As elites brasileiras não possuem liderança, a não ser sobre os seus próprios temas e pautas. Grande parte da população se preocupa mais em sobreviver do que refletir sobre os temas sociopolíticos. O horizonte ficou mais conturbado, os tempos pandêmicos trouxeram a morte e enormes desafios no tratamento da vida, dom inviolável.

É nesse contexto que a democracia vem perdendo a sua qualidade. No campo próprio da necessária democratização, acabamos por ter um amplo processo de desmonte e perdas de conquistas institucionais e sociais. Perdemos algumas de nossas referências tradicionais. Até as grandes correntes de pensamento e as estruturas de explicação perderam-se ante os desafios que a realidade foi oferecendo. A perda das referências deixou-nos sem condições de explicar os fenômenos sociais que enfrentamos, dificultando reações. O local e o global, as diversidades e as divisões sociais permeadas por tantos conflitos, fizeram da democracia uma pluralidade que multiplicou o dissenso e ampliou as turbulências individuais. A multiplicidade, um dos mais importantes frutos das democracias representativas, ao apaziguar os conflitos, estabelece o poder da maioria, ou a vitória daqueles a quem cabe a virtude de governar. Contudo, no caso brasileiro, houve um esmagamento das minorias e dos minorizados. Assim, ao invés de solucionar conflitos, a democracia produziu um ódio multiplicado. O fazer político foi esvaziado e estimulou-se o individualismo, a competitividade e o lucro a qualquer custo, disfarçado de democracia. Com a emergência de novos atores, os processos políticos, sem uma ampliação das pautas em torno da inclusão social, da democracia e da participação, alargaram o abismo entre as pessoas e a política.

Importante lembrar que a Constituição brasileira de 1988 surgiu a partir de um amplo movimento progressista, em um momento de redemocratização do país. Hoje, precisamos aprofundar os alicerces da democracia brasileira. Isso significa pensar sobre o Estado que queremos: um Estado público e democratizado com exercício pleno de cidadania. Esse Estado público e democratizado só será possível por meio de uma maior participação cidadã, mobilização popular e controle social. O fortalecimento da democracia se dá a partir do aprofundamento e do

aperfeiçoamento de uma cidadania consciente, ativa e intensa. Nesse contexto, apenas para sublinhar uma meta a ser buscada, é passo fundamental a repolitização das várias formas de comunicação e da informação, diante de um cenário de manipulação casuística. Vivemos em tempos de muitas informações, mas com pessoas cada vez mais desinformadas!

Com a pandemia da COVID-19, nossas desigualdades foram acentuadas, comprovando os retrocessos que, para serem superados, dependem da configuração de nova ordem social, inspirada por valores e princípios éticos alinhados com um humanismo integral. Mas, tristemente, o que se verifica é uma perda grave desse sentido ético-moral, revelada nas irracionalidades para se alcançar enriquecimentos fáceis, nas manipulações interesseiras no campo legislativo, nas conivências que ferem direitos cidadãos. Não se pode superar esse quadro sem esperança. Já passa da hora de um novo entendimento cidadão e político, nos trilhos da solidariedade, que promove a justiça e a democracia.

A urgência a ser reconhecida por todos é que as dinâmicas inerentes à vida democrática precisam ser balizadas por um humanismo integral, que capacita cada pessoa a reconhecer o outro, o diferente, com quem se pode discordar, divergir, mas sem perder o horizonte de que todos são semelhantes, igualmente dignos de respeito. Não é tarefa fácil edificar esse humanismo, pedindo a mobilização de todos em um amplo processo educativo, capaz de recompor e qualificar o tecido das relações sociais, tendo como meta fortalecer a sabedoria essencial à fraternidade universal. Esta sabedoria contempla reconhecer que a inclusão social é indispensável no fortalecimento da democracia e que a vida humana é indissociável do cuidado com o planeta.

É fundamental um Pacto pela Vida e pelo Brasil! Para isso, todos, indistintamente, devem assumir este compromisso: democracia a partir da inclusão e da escuta dos excluídos, sensibilizando-se, para qualificar a cidadania, fortalecer a solidariedade e cultivar a coragem profética. A nossa esperança cristã é a esperança no Senhor, com os mais pobres e vulneráveis. Somos todos irmãos e irmãs, como nos recorda o Papa Francisco. Sem essa compreensão e esse engajamento, não há democracia nem futuro em uma Casa Comum.



## A LUTA PELA VACINA

*Wellington Dias\**

Certo dia, encontrei um cidadão que me deu um abraço e disse: “Eu perdi minha mulher, mas quero lhe abraçar. O médico disse que se tivesse a vacina, ela não teria morrido”, me relatou ele. Essa história me emociona muito, porque lutamos muito para que a vacina chegasse nos braços das pessoas e alcançássemos o patamar de vacinados no Brasil que conseguimos hoje. Ainda nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2021 já era para termos acesso à vacina contra a Covid-19, mas o presidente da República não fechou o contrato em agosto de 2020. Essa mulher, que perdeu a vida para a Covid-19, é uma das 300 mil vidas que poderiam ter sido salvas com a vacina.

Com todos os problemas que tivemos, os governadores lutavam para manter as pessoas em casa, enquanto o presidente mandava o povo ir para a rua, era contra o isolamento e pedia para não usar máscara. Os governadores estavam isolados, ao invés de lutarmos contra um inimigo comum, era um enfrentamento do Poder Central contra os Estados e Municípios. Mas enfrentamos, fomos solidários, como quando recebemos, no Piauí, pacientes de Manaus, e de tantos que foram contra essa decisão, mas eles iriam morrer e nós tínhamos que tentar.

Vermos todos os dias dados e mais dados das pessoas que estavam morrendo não foi fácil e só foi recompensado com o ranking que recebia

---

\* Foi vereador, deputado estadual, deputado federal e senador. É governador do Piauí pelo PT. Foi um dos articuladores para a compra de vacinas contra Covid-19, como integrante do Fórum de Governadores.

diariamente de quantas pessoas haviam sido vacinadas. Estar em 2º lugar em vacinação é fruto de muito trabalho, isso salvou vidas. Se o Brasil tivesse feito o que o Nordeste fez, teríamos 350 mil pessoas vivas entre nós. Isso não pode ser esquecido. É o maior desastre que aconteceu na história do Brasil e vai ficar marcado na vida das pessoas que perderam seus familiares. Poderia ter sido diferente, mas não foi. Precisamos encarar isso e evitar que esse tipo de gestão volte a acontecer.

Aprendi muitas lições com a pandemia do novo coronavírus, a primeira delas foi que o Sistema Único de Saúde, o SUS, que, embora ainda seja carente de recursos e apoio governamental, deu provas de forte integração entre os sistemas municipal, estadual e federal. A outra grande lição foi a decisão de seguir a ciência como solução, não apenas para a saúde, mas para a educação, a segurança, o social e para o desenvolvimento econômico. Mas, talvez a maior de todas as lições se revelou nas inúmeras manifestações de segmentos de toda a sociedade que foram à rua para defender a vida e o resgate do regime democrático pleno.

Quem é presidente da República tem que ter, pelo menos, compromisso com a vida. A saúde sofreu, a educação sofreu, a cultura sofreu, as pessoas sofreram e ainda sofrem. A falta de uma coordenação central, de um plano que seguisse a ciência, até da aceitação de que a situação se tratava de uma emergência nacional e mundial nos foi negada e sucedeu uma série de erros seguidos.

Olhando para trás, podemos refletir que a sede pela mudança de qualquer jeito pode nos levar a cometer erros irreparáveis. Não tem como voltar atrás. Só podemos olhar para frente e não deixar que se repita. Alguns ditos sabichões que pensavam estar certos, hoje mordem a língua, outros não admitem que foi um desastre.

Mas precisamos aprender com os erros, esclarecer até cansar e deixar de birra. As consequências geradas poderão ser vistas por gerações, sabemos disso, mas precisamos trazer de volta as pautas democráticas, conquistadas com tantas lutas lá atrás. Tantas pessoas morreram lutando pela democracia, não podemos deixá-la morrer. Um governo eleito com uma agenda anticivilizatória representa o regresso dos direitos já conquistados.

Por isso, é necessário o surgimento de um novo pacto democrático, que seja bem diferente de todos os outros períodos em que o país se viu em momentos críticos e precisou da união de todos para superar as dificuldades, porque cada um deles tiveram suas particularidades, assim como neste momento. Cabe um papel fundamental a todo cidadão e cidadã brasileira de levar informação para cada familiar, vizinho e vizinha sobre o ato de escolher, pensando não apenas no eu, pensando no outro e em todas as pessoas.

Política não se faz com individualismo, com a negação do social e a supervalorização do capital. Muito menos com o desprezo pela vida e pela ciência. Cortes e mais cortes são feitos em diversas áreas, enquanto os preços de produtos e serviços sobem. Essa conta não fecha. O aumento do desemprego, a informalidade do trabalho e a carestia dos alimentos nos leva a refletir sobre o que enfrentaremos pela frente, sobre a dimensão das consequências que essa pandemia é para nós brasileiros.

A postura irresponsável de uma gestão tem consequências graves e a massificação da desinformação, por meio das redes sociais com uso de “fake news”, propaga ódio e cria as condições necessárias para a amplificação de um discurso que defende a política para poucos. Claro que esse discurso vai ao encontro de apoiadores, que se sentem legitimados e estimulados a desacreditar o debate científico em prol de uma política voltada para seus ganhos.

Assim, o caminho de uma construção de relação democrática permeia pelo diálogo de maneira horizontal, de pessoas para pessoas. Não é maximizando os lucros e tirando direitos da população que iremos enfrentar essa crise instalada no Brasil. A Covid-19 só amplificou e deixou mais explícitos aspectos que não eram vistos por muitas pessoas e outras nem estão mais aqui para contar, como a esposa do cidadão que me abraçou.



# É PRECISO PROMOVER A ESCUITA E O DIÁLOGO PARA FORTALECER A DEMOCRACIA

*Weverton\**

Quando eu nasci, em 1979, a ditadura militar estava quase chegando ao fim. Fui jovem em um dos momentos mais profícuos da democracia brasileira. Como criança, acompanhava meus pais em reuniões da comunidade e aos 16 anos entrei para a militância da Juventude Socialista do PDT, partido no qual permaneço até hoje. Participei de movimento estudantil, debates, manifestações, eleições acaloradas. E sempre vi a política como um espaço de diálogo, da busca do entendimento entre os diferentes em prol de um resultado positivo para todos.

Para quem viveu intensamente a democracia, como eu, foi realmente inesperado ver prosperar no Brasil ideias com bases autoritárias e uma tendência crescente à supressão do diálogo.

Foi como se um dia eu tivesse acordado e não reconhecesse o país em que eu vivia, que passou a ser habitado por pessoas que não estavam dispostas a ouvir e para quem o diálogo era impossível se não fosse para reafirmar suas próprias posições.

---

\* Eleito senador pelo PDT do Maranhão em 2018, com a maior votação da história do estado. É presidente estadual do PDT maranhense e membro da Executiva Nacional do partido. Filiado ao PDT desde os 16 anos, foi da diretoria da União Maranhense de Estudantes Secundaristas, UBES, UNE e da Juventude Socialista do PDT.

Foi assombroso ver o surgimento em praça pública de grupos radicais defendendo atos antidemocráticos e desrespeito às instituições que sempre foram os pilares do equilíbrio de poderes em nosso país.

Confesso que me assustei ao ver manifestações explícitas de autoritarismo, como a defesa do fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal. Para quem cresceu com a liberdade de expressão, de voto e de pensamento, foi como ser transportado para um mundo paralelo que eu considerava extinto.

Mas o fato é que não aconteceu de repente esse movimento que ganhou proporções maiores a partir das eleições de 2018, quando uma parcela silenciosa, porém profusa, da sociedade manifestou sua insatisfação com os resultados da democracia brasileira em suas vidas, apostando, de alguma forma, em uma volta no tempo a valores tradicionais e a um discurso endurecido contra os avanços das décadas anteriores.

Os sinais já estavam lá desde as manifestações de 2013, que levaram milhões de brasileiros às ruas para protestar, inicialmente, contra o aumento na tarifa de transportes, e depois difusamente contra tudo que estava incomodando.

A crise mundial, que piorou a vida das pessoas em diferentes países, levava à insatisfação também no Brasil. E muitos de nós, que atuamos na política – por pressa de avançar ou convicção de estar fazendo o certo – não tivemos a sensibilidade de compreender a inquietação que crescia no seio da sociedade e logo viraria descrença e desprezo pela política como forma de buscar soluções.

Acredito que, depois de um período de bonanças, com economia estável, pleno emprego e pobreza sendo reduzida, os brasileiros se ressentiram quando voltaram a enfrentar turbulências na economia. E a reação veio em forma de intensificação das opiniões, cada vez mais polarizadas, e repúdio às formas tradicionais de resolução de problemas.

Nas eleições municipais já havia indícios da desilusão que florescia, com a demonstração de preferência pela antipolítica. Foi uma forma de protesto que não foi bem lida pelas representações. A sociedade estava mudando mais rapidamente que a capacidade de adaptação de suas instituições.

O recente fenômeno das redes sociais também contribuiu para o recrudescimento do debate. A democratização dos espaços de fala foi um avanço e é essencial que todos possam expor suas opiniões e que a discussão sobre os rumos do país não fique restrito a poucos privilegiados. No entanto, a segurança do anonimato nas redes tornou as vozes cada vez mais inflamadas e os pontos de vista passaram a ser expressos com mais imediatismo e menos reflexão.

Pessoas e grupos que antes guardavam suas ideias controversas para si, passaram a propagar crenças, influenciando equivocadamente quem apenas buscava resposta.

Mas acredito que o abalo produzido por esse momento tão negativo gerou um resultado positivo, que foi a demonstração de que nossa democracia é forte e que a população brasileira acredita no poder da escolha.

Ficou claro que a parcela ruidosa da sociedade que conclamou o fim da democracia não era majoritária e perdeu apoio à medida que os brasileiros compreenderam que só com liberdade podem definir seus próprios destinos.

Também foi valioso o alerta que soou para todos nós, mostrando que é preciso estar vigilante, pois a democracia não se sustenta sem esforço e há sempre alguém disposto a ultrajá-la.

Avançamos nesse debate. Mas é preciso avançar mais.

Sem cercear as liberdades individuais, é necessário encontrar termos de moderação e responsabilidade nas redes sociais. As grandes empresas controladoras das redes detêm um poder absurdo ao armazenar dados sobre os usuários e definir o que eles receberão de informações. E isso, já sabemos na prática, tem influência direta nas democracias do mundo todo.

O investimento na educação também é um caminho para o fortalecimento do regime democrático, uma vez que o conhecimento é empoderador. Um povo que conhece sua história tem mais condições de definir o que quer para o seu presente e para o seu futuro.

E acima de tudo, os que crêem na democracia precisam se conectar cada vez mais aos problemas da sociedade para, com sensibilidade, compreender as demandas e promover a inclusão de todos no bom debate

da política, seja ela partidária ou a que está presente no cotidiano das pessoas, nas decisões familiares ou do bairro.

Como disse no início, a política é um espaço de diálogo e de entendimento entre os diferentes em prol de um resultado positivo para todos. Devemos promover cada vez mais escuta e a tolerância com as diferenças. Esse é o único caminho possível para um Brasil melhor.

# POSFÁCIO: A DEMOCRACIA NO BRASIL

*Fernando Guimarães e Rodrigo de Carvalho\**

O livro que apresentamos é o esforço coletivo da sociedade somado a personalidades do mundo político comprometidos com a Democracia no Brasil. O movimento Direitos Já é reflexo de uma preocupação que surgiu após as eleições de 2018 em que a vitória eleitoral para presidente da República foi dada a Jair Messias Bolsonaro, um político não comprometido com os princípios republicanos, nem com a democracia e em última análise descuidado com a Constituição Brasileira a quem todos nós devemos fidelidade.

Vivemos em tempos difíceis, onde a todo o momento existem ataques às livres manifestações políticas, sérios questionamentos aos meios de comunicação e jornalistas, à liberdade de associação, disseminação de mentiras, negação à ciência, afronta às demais instituições públicas, contraponto à autonomia dos Poderes e violência física e moral a que submetem grupos organizados a favor do presidente Bolsonaro.

Não bastasse esse conjunto de ações que atacam o funcionamento democrático brasileiro, o presidente da República demitiu os três chefes militares, num grave indício de tentativa de golpe militar em abril de 2021; somado a isso, um discurso insuflando seus seguidores dizendo que

---

\* Rodrigo de Carvalho é doutor em Ciências Políticas pela PUC/SP e autor de livros como *A era Collor - da eleição ao impeachment* e *O governo Lula e a mídia impressa*.

não respeitaria mais nenhuma decisão do Supremo Tribunal Federal e ameaçando com uma nova tentativa de golpe em setembro de 2021. Em ambos os fatos houve recuo porque foi percebido por parte dos aliados palacianos não haver correlação de forças suficientes para seguir adiante em um fechamento institucional.

A democracia no Brasil atinge o seu período de provação após o processo de redemocratização nos anos 1980, passando pela reestruturação das instituições jurídicas e políticas.

As disputas eleitorais no Brasil, como a maioria dos países democráticos ocidentais, tiveram processos evolutivos, dos quais se migrou de um sistema restritivo para a universalização do voto. As regras também evoluíram, pouco a pouco na experiência histórica, as manipulações diretas, a opressão e o uso da coação para se obter o voto foram substituídas por amplos debates, possibilidades de organizações populares influírem nas disputas em contraponto com o poderoso poder econômico.

Desse modo, o recorte histórico para a análise da democracia no Brasil se dá a partir do período final da Ditadura Militar. Passamos por momentos históricos marcantes para se chegar a esse patamar de construção democrática.

O marco inicial se dá a partir da Lei da Anistia, aprovada em 1979, que permitiu o retorno de políticos exilados pela Ditadura e, por consequência a retomada de atividades políticas mais amplas, mesmo com reações dos setores militares e civis contrários a abertura. Ato contínuo foi a reforma política aprovada em dezembro de 1979, extinguindo o bipartidarismo e possibilitando a formação dos partidos políticos para as eleições parlamentares e majoritárias regionais e municipais. Nessa interpretação os governos militares tiveram papel importante na transição para o retorno da democracia, particularmente o presidente Ernesto Geisel.

A redemocratização dá novo passo com o movimento das Diretas Já, quando um gigantesco movimento amplo e geral da nossa sociedade reivindica o direito a eleger diretamente pelo voto, o novo presidente da República. Uma extraordinária corrente popular se alastrou por todo o Brasil nas maiores manifestações já vistas naquele período contra a Ditadura Militar. Os palanques foram compostos por amplas forças

políticas e sociais, capazes de imprimir uma importante derrota aos militares no poder.

Em 1984, a emenda “Dante de Oliveira” é derrotada no Congresso Nacional. Contudo, as eleições indiretas em 1985 põe fim ao período de presidentes militares com a eleição de Tancredo de Almeida Neves para presidente da República de forma indireta pelo Congresso Nacional. A vitória da oposição contra o governo militar, a Aliança Democrática, na qual parte da base de sustentação governista capitaneada por lideranças como José Sarney, então líder do governo, rompeu com o governo militar e a candidatura de Paulo Maluf se alinhando com a oposição propiciando a vitória presidencial no Congresso Nacional. A eleição de Tancredo Neves, candidato pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e a sequente substituição por José Sarney, que se filia ao PMDB, põe em curso um governo que inicia um conjunto de reformas para a consolidação democrática, entre elas ainda em maio de 1985, a decisão de eleições diretas nas capitais brasileiras e cidades consideradas de segurança nacional, que não tinham o direito de escolher seus prefeitos, bem como a eleição direta para Presidência da República, ainda que sem data determinada para ocorrer.

Outro passo para a retomada democrática é efetivada como marco jurídico a partir da Constituição Cidadã, convocada em 1986 e concluída em 1988. A nova Carta Magna representa todos os direitos constituídos para uma democracia no Brasil, evitando possíveis retrocessos autoritários e permitindo a livre participação do povo na vida política do País. A nova Constituição permitiu a livre expressão política e ideológica, a organização política via pluralismo partidário, a liberdade de imprensa e a livre organização de movimentos populares.

Por fim, para inaugurar a fase do direito ao voto para presidente da República culmina em 1989 com a primeira eleição direta para Presidência da República. É importante destacar que a disputa foi única, com a participação de 21 candidatos de diversos partidos políticos e uma lei eleitoral aprovada no mesmo ano da eleição, em meio ao processo de escolhas das candidaturas.

Essa digressão histórica permite situar o processo de redemocratização, mesmo considerando que há importantes diferenças nas inter-

pretações históricas propostos pelas várias correntes de pensamento do Brasil.

Por meio da liberdade das escolhas políticas os brasileiros estiveram diante de algumas importantes escolhas que possibilitaram a realização de mudanças políticas, econômicas e sociais. Grupos políticos com identidades ideológicas e programáticas lutaram pelas opiniões da sociedade. Tais grupos não são apenas os partidos, mas também correntes de opinião, movimentos sociais organizados, empresariais e de trabalhadores, meios de comunicação, juristas e sistemas jurídicos, grupos de interesses nacionais e internacionais.

Não são poucos os movimentos e ações políticas restritivas para enquadrar a democracia a determinados projetos hegemônicos e, por vezes, a tentativa de retroceder em medidas autoritárias, como as que temos recentemente.

As considerações feitas partem do pressuposto que a democracia brasileira está amadurecida, sobre determinadas conquistas legais e legítimas, mas ainda em construção, pois a complexidade desse sistema não permite afirmar que se alcançou sua plenitude, uma vez que ainda não se atingiu um equilíbrio satisfatório de justiça social.

Uma das principais indagações que se pode fazer é qual democracia está se construindo no Brasil? Esse tema abre o debate sobre as construções dos projetos políticos, a luta pela hegemonia das ideias e rumos nacionais e a situação política contemporânea do País.

Para o pensador italiano Norberto Bobbio, um dos mais conceituados debatedores sobre o conceito e as avaliações dos processos democráticos, esse sistema é de transformação contínua em sua condição natural. Segundo o autor, “A democracia é dinâmica, o despotismo é estático” (Bobbio, 2011, pág. 22). Um tanto óbvio para o acompanhamento histórico, mas sempre útil para situar que sistemas sociais modernos recebem, obrigatoriamente, transformações do meio e se alteram, contudo, é preciso identificar se perdem o princípio ou a essência fundamental de sua existência.

A democracia, na compreensão de Bobbio (2011), é predominantemente um conjunto de regras reconhecidas pela sociedade, decorrência da herança contratualista (segundo o qual o cidadão abre mão de sua

liberdade individual a favor de um poder comum capaz de garantir a liberdade e a vida), em que grupos políticos se organizam para a disputa do poder. Mas não apenas isso, a democracia requer a liberdade individual, que segundo o autor italiano, só é possível numa sociedade liberal. Os valores democráticos também pressupõe que as disputas e decisões tomadas sejam realizadas via atos não violentos; que ocorram renovações graduais da sociedade por intermédio do livre debate de ideias e das mudanças das mentalidades e o modo democrático deve tornar-se um costume da sociedade. Portanto, é preciso a conquista da cultura democrática de um povo e não apenas o modo reconhecido das disputas políticas.

Prevalece a tese, portanto, de que a democracia é o exercício das disputas políticas na sociedade resolvidas por meio de um processo reconhecido pelos grupos políticos, vencendo a contenda quem obtiver a maioria dos votos.

As disputas eleitorais no Brasil, como a maioria dos países democráticos ocidentais, tiveram processos evolutivos, dos quais se migrou de um sistema restritivo para a universalização do voto. As regras também evoluíram, pouco a pouco na experiência histórica, as manipulações diretas, a opressão e o uso da coação para se obter o voto foram substituídas por amplos debates, possibilidades de organizações populares influírem nas disputas em contraponto com o poderoso poder econômico. Isso não significa que o modelo atual de democracia no país seja totalmente livre, é possível aludir que nenhum sistema democrático o é, mas demonstra o amadurecimento de na experiência brasileira quanto aos processos eleitorais e o direito ao voto.

A democracia no Brasil é de caráter representativo e se assemelha com a definição do processo, segundo o qual grupos políticos se organizam em alianças históricas e disputam, por intermédio de eleições reconhecidas política e juridicamente, nas quais quem obtiver o maior número de votos alcança o poder executivo em âmbito local, regional ou nacional. Essa é a definição proposta para compreender um regime democrático legítimo de caráter liberal e ocidental.

A ideia de democracia brasileira que acaba de ser identificada não traz um juízo de valor se é a melhor ou aquém do necessário para a

sociedade. Busca, ao contrário, demonstrar apenas como elemento de interpretação sobre o processo político do país.

Frente essa definição do modelo que se julga reconhecido diante da sociedade brasileira, as eleições e a disputa do voto passam a ser central na compreensão das disputas políticas.

A democracia, de caráter liberal e ocidental como registrado anteriormente, vive constantes processos transformadores, em circunstâncias históricas que a coloca como regime preferencial ou a enfraquece com movimentos políticos restritivos que, em nome da própria democracia, procura retroceder as conquistas sociais e participações populares. O sistema democrático, além de ampla compreensão, é construído a partir das realidades conjunturais e experiências da própria sociedade. Portanto, não existe democracia estática e suficientemente consolidada.

Portanto, esse livro traz diversas opiniões sobre nossa sociedade, o sistema político, os caminhos para o futuro, nem sempre coincidentes ou próximos, mas fundamentalmente todos os autores dessa obra concordam com um fundamento que une a todos: a democracia como sistema político a ser preservado.

MANIFESTOS DIREITOS JÁ!  
FÓRUM PELA DEMOCRACIA



MANIFESTO DO ATO I DO  
DIREITOS JÁ!  
FÓRUM PELA DEMOCRACIA

O Brasil vem enfrentando nos últimos anos uma explosiva combinação de crises econômicas, fiscais, éticas e de representatividade. O resultado é um sentimento de desesperança e descrédito nas instituições e valores democráticos, cujas respostas devem ser encontradas no exercício da política e jamais na sua negação. Não há outro caminho. Na ânsia de virar a página da recessão, desemprego, violência e corrupção, a sociedade brasileira foi às urnas movida por notícias falsas, uso político da Justiça, demonização de pautas identitárias e movimentos sociais, e pela promessa de soluções fáceis, rápidas e definitivas. O resultado foi a ascensão política de um discurso vazio, religiosamente fundamentalista, de contínuas agressões a instituições e segmentos sociais. Ao atacar a complexidade dos processos político e social do país, e rotulá-los como origem dos problemas do Brasil, as forças vencedoras do pleito, paradoxalmente, atacam a própria democracia e a legitimidade dos anseios de parcelas da população. A narrativa desse novo polo de poder transforma em vilões do desenvolvimento do país os direitos humanos e trabalhistas, a pluralidade de pensamentos, a liberdade de expressão, de imprensa, de cátedra e de crença, o conhecimento científico, o meio ambiente e até mesmo a tradição diplomática brasileira, negando todo o processo político de décadas na luta pelo Estado Democrático de Direito conquistado pelo povo brasileiro. Os impactos são diretamente sentidos pelos segmentos mais vulneráveis e, em alguns casos, com efeitos nocivos que durarão gerações. Em 1988, com os horrores do Estado de Exceção da Ditadura Militar frescos na memória, o povo brasileiro escolheu o caminho de uma Constituição Cidadã, que preconiza a justiça social, o acesso universal aos direitos fundamentais e à proteção contra as

diversas formas de opressão e autoritarismo. Hoje, aqueles que estão no poder tentam reescrever a nossa História e apontam na direção de retrocessos sobre os valores fundamentais que guiam uma democracia. O momento exige união e vigilância constante. É preciso que as forças democráticas do país superem suas diferenças programáticas e estejam conectadas e engajadas em torno de uma pauta comum: a defesa irrevogável da democracia, das instituições da República e dos direitos conquistados pela população brasileira.

**Direitos já! Democracia sempre!**

São Paulo, 2 de setembro de 2019

MANIFESTO DO ATO II DO  
DIREITOS JÁ!  
FÓRUM PELA DEMOCRACIA

*CARTA DO DIREITOS JÁ! FÓRUM PELA  
DEMOCRACIA EM DEFESA DA LIBERDADE  
DE EXPRESSÃO, DE IMPRENSA E DO  
ESTADO LAICO*

O Brasil é um país jovem com uma democracia mais jovem ainda. Os sistemas de contrapeso ao Poder Central, essenciais para manter o país no caminho democrático, vêm sofrendo constantes ataques por parte daqueles que confundem a democracia com a imposição de interesses e vontades de maiorias, negando as garantias das minorias, em flagrante desrespeito ao texto constitucional. Congresso Nacional, Supremo Tribunal Federal, entes federativos e demais instituições da República, imprensa, movimentos sociais, manifestações culturais e religiosas, entre outros, estão hoje sob a mira do autoritarismo, em especial quando agem como contraponto à imposição de opiniões e valores por parte do atual presidente e dos seus. Assim, diversas manifestações dissonantes ao discurso oficial são atacadas, inclusive através do uso de equipamentos do Estado, frequentemente confundidos com ferramentas ideológicas de um governo que demonstra intenções e ações comuns em ditaduras, jamais em regimes democráticos. A imprensa, ao fazer seu trabalho independente, é chamada de mentirosa e ameaçada de retaliação, enquanto notícias falsas são amplamente espalhadas em redes sociais, inclusive com o apoio do presidente; a cultura sofre a tentativa clara de censura

em relação a temas e opiniões expressas em suas obras, mas também é atacada através do sufocamento de mecanismos de investimento público; manifestações religiosas, principalmente as de matriz africana, sofrem ataques aos seus templos, costumes e paramentos ao mesmo tempo em que o fundamentalismo religioso é utilizado para justificar ações e decisões políticas, colocando em risco a laicidade do Estado brasileiro. Também as expressões de identidade e afetividade da população LGBTI são demonizadas a partir de um conceito falso e sem referência acadêmica de “ideologia de gênero”; as universidades, terreno da diversidade de opiniões e do pensamento crítico, sofrem intervenções e perdem recursos financeiros essenciais para seu funcionamento. Diversos campos em que o autoritarismo tenta obter a hegemonia narrativa são aqueles que formam o pensamento crítico, onde a liberdade e diversidade produzem mentes com maior autonomia intelectual e acesso à cidadania. A tentativa de direcionar reflexões que a população deve ou não fazer remete a ações de regimes autoritários. O Direitos Já! Fórum Pela Democracia se posiciona em defesa da liberdade de expressão, de imprensa e do Estado laico, contra qualquer forma de discriminação, e manifesta seu repúdio à noção de que um resultado eleitoral pode servir de justificativa para que a Constituição e as instituições democráticas sejam desrespeitadas e a pluralidade de ideias possa ser tutelada pelo governo.

Brasília, 30 de outubro de 2019

MANIFESTO DO ATO III DO  
DIREITOS JÁ!  
FÓRUM PELA DEMOCRACIA

*MANIFESTO EM DEFESA DA DEMOCRACIA,  
DA VIDA E DA PROTEÇÃO SOCIAL*

A democracia brasileira está em risco. Grupos políticos, dentro e fora do governo Bolsonaro, têm atuado com vistas a desconstruir os fundamentos do pacto político e social consolidados na Constituição de 1988.

O DIREITOS JÁ! FÓRUM PELA DEMOCRACIA repudia veementemente qualquer tentativa de subverter a ordem democrática conquistada a duras penas pela sociedade brasileira.

Defender a democracia é defender as instituições e as regras básicas de convívio civilizado e pacífico entre os distintos grupos políticos presentes no país. O Brasil optou em 1988 – e reafirmou essa opção ao longo dos anos – de maneira clara e contundente pela democracia liberal, representativa e federativa, fundada nos direitos humanos em todas as suas dimensões, na solidariedade, na tolerância e no respeito às minorias e na defesa do meio ambiente.

Na sua dimensão institucional, o Estado democrático e de direito pressupõe a divisão e a mútua limitação dos poderes, a alternância dos governantes e eleições livres, limpas e periódicas. São condições para seu integral funcionamento a ampla liberdade de imprensa, de opinião e de associação, o combate à desinformação, assim como a transparência de atos e políticas públicas e o respeito à Constituição e à ordem jurí-

dica. Restringir ou condicionar qualquer um desses princípios coloca em risco a construção democrática como um todo.

O DIREITOS JÁ! acredita que as forças armadas e as polícias são instituições essenciais para a vida democrática. Porém, devem ser integralmente submetidas às autoridades civis democraticamente constituídas. Entendemos ser extemporânea e inaceitável qualquer interpretação que distorça, flexibilize ou altere esse princípio constitucional.

Na sua dimensão social, o Estado democrático brasileiro reconhece que todos os cidadãos têm direito a uma vida digna, liberdade e segurança. Embora tenha havido avanços nas últimas décadas, segue sendo prioritário o combate à pobreza, à desigualdade, ao racismo, à violência e à discriminação contra mulheres, negros, índios e população LGBT. No Brasil, a desigualdade tem gênero, cor e classe. A violência policial e as restrições do mercado de trabalho seguem sendo as principais manifestações da discriminação aos segmentos acima demarcados.

A democracia falha quando não consegue garantir de maneira igualitária a todos cidadãos os mesmos direitos básicos, com destaque para a proteção à vida e à dignidade humana. É falso o dilema entre proteger a vida e garantir o desenvolvimento econômico. É possível crescer respeitando direitos civis, políticos e sociais e ambientais.

A pandemia da COVID 19 acentuou, e tornou ainda mais evidente, as mazelas sociais do país e a precariedade das políticas públicas voltadas às populações mais vulneráveis. As mortes se concentram nas camadas mais pobres e periféricas. A COVID-19 atinge desproporcionalmente a população negra, e pode ser devastadora para os indígenas.

O papel crucial do SUS na pandemia ficou evidente. Embora ainda claramente subfinanciado, o SUS é modelo de integração de políticas e protocolos, assim como de coordenação federativa. Seus princípios de universalização, integralidade e equidade permitem ao sistema ser instrumento fundamental de redução das desigualdades no país. Acreditamos também que o sistema tem potencial para se tornar um dos eixos de retomada econômica do Brasil, fomentando investimento e inovação.

Esta é uma crise que só termina com a redução progressiva das desigualdades. Nesse momento será fundamental assegurar renda mínima digna para os que dela careçam.

Hoje é também notória a contradição entre um sistema amplo de proteção social – ainda que com várias distorções –, e o caráter gritantemente regressivo do sistema tributário. Entendemos que a crise atual abre uma oportunidade para adotarmos medidas que revertam esse quadro.

Diante desses gigantescos desafios são necessárias decisões estratégicas de mesma proporção. É necessário afastar qualquer ameaça de ruptura democrática. Hoje mais do que nunca, é necessária mais democracia, não menos. As decisões tomadas pela sociedade brasileira hoje definirão os rumos do país e a vida das gerações futuras.

Nesse quadro de emergência nacional é necessário atuarmos articulados, mobilizando as mais diversas e representativas forças da sociedade em torno de uma agenda política comum, de caráter não eleitoral, em defesa da democracia, da vida e da proteção social.

O DIREITOS JÁ! FÓRUM PELA DEMOCRACIA acredita que a sociedade brasileira é democrática, fraternal e humanista e que o Brasil é muito maior do que as crises que enfrenta no momento. É preciso ouvir as vozes cada vez mais potentes de uma população que clama por esta unidade.

A DEMOCRACIA ESTÁ EM RISCO! O DIREITOS JÁ! faz esse alerta à nação e convoca todas as forças democráticas a se somarem conosco nesta tão necessária frente ampla.

São Paulo, 26 de junho de 2020



# MANIFESTO DO ATO IV DO DIREITOS JÁ! FÓRUM PELA DEMOCRACIA

O Dia Internacional da Democracia, instituído pela ONU em 2007, é uma oportunidade que todos nós temos de nos lembrar que a democracia é sobre pessoas, é para pessoas e é pelas pessoas, ou seja, em última instância, precisa ser valorizada, preservada e aprimorada por cada um de nós. Não foi fácil chegarmos até aqui. A democracia global como a conhecemos é recente, e nasceu da consciência dos horrores causados pelo autoritarismo que, para que não se repitam, não podem ser esquecidos. Foi após vivenciar a barbárie da Segunda Guerra Mundial e os terrores do fascismo, do nazismo e do stalinismo que dirigentes de diversas nações, incluindo Rússia e EUA, finalmente se uniram para criar uma organização multilateral, a ONU – Organização das Nações Unidas, com a incumbência de mediar conflitos internacionais, evitar guerras, promover a paz, o respeito à Declaração Universal dos Direitos Humanos e principalmente, a democracia. Esse movimento de união histórica inspirou a constituição de países em todo o mundo, contribuindo para a aceitação global dos valores democráticos, como a solidariedade, a pluralidade e o convívio pacífico com as diferenças. É com muita preocupação e perplexidade que hoje, após 50 anos de um consistente avanço desses princípios civilizatórios, assistimos à reversão dessa tendência. Entre os países contaminados pelo vírus do autoritarismo no mundo hoje, em menor ou maior grau, estão países como Rússia, Turquia, Hungria, EUA, Venezuela e, infelizmente, Brasil. Nos anos 60 e 70 as rupturas democráticas típicas se davam através de golpes militares. Hoje, se dão por corrosão lenta e gradual de seus pilares institucionais e dos direitos básicos dos cidadãos, em especial dos grupos mais vulneráveis. Em alguns países o foco dessa violência

institucional são imigrantes, minorias étnicas ou religiosas. No Brasil, são as mulheres, negros, população LGBT, indígenas e claro, uma imensa massa de trabalhadores que perdem seus direitos e empobrecem cada vez mais. Esses regimes autocráticos mantêm uma aparência de normalidade democrática no sentido de que não fecham os parlamentos ou a mídia e as próprias eleições são mantidas. Sua estratégia é ir se apropriando das instituições de forma seletiva e gradual. Não dialogam com a oposição, fraudam ou anulam eleições de importância crítica; usam o poder público para perseguir líderes e candidatos políticos competitivos; aparelham agências estatais de inteligência e informação para uso eleitoral e ideológico; mobilizam grupos dentro das instituições militares, judiciais e policiais para realizar ações politicamente orientadas; intervêm seletivamente em órgãos de imprensa; perseguem e tentam impedir jornalistas e intelectuais de realizarem seu trabalho; dificultam o acesso à cultura e à informação, destroem a reputação de ONGs e universidades e usam recursos públicos para evitar críticas, beneficiar apoiadores e prejudicar opositores. A estratégia política dos grupos antidemocráticos nos dias de hoje inclui o uso extensivo das mídias-sociais e algoritmos para orquestração de campanhas de difamação, *fake news* e teorias da conspiração, coordenadas em escala industrial contra políticos de oposição, ONGs, instituições do estado e a da sociedade civil. Nos casos mais extremos, essas campanhas estão articuladas com o aumento exponencial da violência física contra grupos minorizados. A jovem democracia brasileira está doente e apresenta inúmeros desses sintomas. O governo Bolsonaro e parte de seus apoiadores seguem com uma narrativa antidemocrática, elogios a regimes de exceção, defesa do Golpe Militar de 1964, defesa da tortura, ataque sistemático a jornalistas e órgãos da imprensa, afirmam o desejo de exterminar a oposição e de eliminar as ONGs, entre outros ataques contra as instituições democráticas e os direitos políticos e civis básicos dos brasileiros. Essas posturas são inadmissíveis em ambiente de normalidade democrática. E é neste trágico contexto, em que enfrentamos uma gravíssima crise de saúde pública associada à explícita corrosão de nossas instituições democráticas, que o Direitos Já! Fórum pela Democracia manifesta seu apoio à independência e liberdade de atuação de partidos, congresso nacional,

STF e demais instâncias do Estado e da sociedade civil, e reúne, mais uma vez, diversas lideranças e seus principais movimentos, visando reforçar nossa capacidade de reverter essas ameaças através da união entre representantes de todos os espectros políticos. Neste dia internacional da Democracia convidamos a todos os que buscam preservar os valores civilizatórios tão duramente conquistados na Constituição de 1988, para que se unam em toda a sua pluralidade, com empatia e abertura ao diálogo, para construir conosco esta frente ampla, reafirmando a todos os brasileiros a urgência de marcarmos sua oposição frente a mais um projeto autoritário que avança no país.

São Paulo, 15 de setembro de 2020



MANIFESTO DO ATO V DO  
DIREITOS JÁ!  
FÓRUM PELA DEMOCRACIA

QUEM AMA VACINA, ABRACE ESSA IDEIA  
1, 2, 3, 4...MAIS DE 208.000 MORTOS...  
1, 2, 3, 4...MAIS DE 8 MILHÕES DE  
CONTAMINADOS...  
NÃO SÃO APENAS NÚMEROS!!!!!!  
NÃO PODEMOS PERDER A NOSSA CAPACIDADE  
DE INDIGNAÇÃO DIANTE DESSA SOMA  
ESTARRECEDORA. NELA HÁ VIDAS!

Há sonhos de um pai, uma mãe, uma amiga, um amigo, um irmão, uma avó, um sobrinho, um avô, um neto, um filho, um colega de trabalho, um tio, um companheiro, uma companheira de vida...há uma sociedade inteira, e há vidas de profissionais de saúde que se mantiveram na luta, mas que foram ceifadas. Isso é inadmissível e vergonhoso. Não podemos mais aceitar que o negacionismo, a descrença na ciência, a política de morte, e a proliferação das *fake news* construam o temor da população diante das formas reais para conter essa escalada de mortes. As falas propagadas em torno da resistência à ciência revelam o desprezo, a repugnância, a falta de empatia, o despreparo e a ignorância que, no fim, determinam as vidas que valem e as que não valem. É o deixar morrer como política nacional.

A indignação se amplia quando vemos isso acontecer mesmo com a maior e mais exemplar política de saúde pública do mundo. Temos o

SUS, uma grande conquista da população brasileira, inserida na Constituição Federal de 1988, e que garante a saúde como um direito de todos e dever do Estado. Representa um enorme ganho civilizatório, agindo no cotidiano das vidas e se fazendo presente na produção da saúde, na prevenção das doenças, na organização dos serviços e no acesso ao que consumimos para a nossa sobrevivência. Por vezes, não nos damos conta de sua importância e de sua presença, mas, é diante de choques humanitários, como o representado pela COVID-19, que percebemos ainda mais a sua relevância. O SUS está presente no nosso sistema de imunização de massa e na erradicação das doenças que ainda circulam mundialmente, no socorro em cidades, campos e estradas, nos transplantes, na produção de fármacos, na oferta de medicamentos. O SUS é único, é brasileiro, é nosso, é continental.

O caos vivenciado em Manaus nos deixa a todos sem ar, sem fôlego, perplexos e indignados. Nos faz perceber cada vez mais à deriva. Voltar à tona para respirar é possível e é direito. E o SUS não nos deixa náufragos nesse mar. Seus trabalhadores, gestores e institutos de pesquisa, como a Fiocruz e o Butantã permanecem na construção da ciência, combatem o negacionismo e se alinham ao esforço mundial em viabilizar a mais esperada das conquistas: a vacina.

O Brasil possui capacidade histórica de produzir vacinas, e sempre foi considerado referência mundial pelas diversas campanhas de imunização em todo complexo território nacional. A capacidade tecnológica aliada a mais abrangente estratégia logística de imunização já nos garante o controle de muitas doenças sem nenhuma dependência de tecnologia externa.

A triste realidade vivenciada na capital da nossa Amazônia, e que se capilariza pelo Brasil, precisa ser detida, amparada e ser profundamente abraçada com ações urgentes de resgate às vidas. A coalizão da sociedade civil, governos, profissionais de saúde e cidadãos é a promessa para que não percamos a oportunidade de resgatarmos a solidariedade, e estancarmos o avanço da COVID-19 em todo o país.

O movimento em prol da vacina se sustenta neste direito à saúde e se mantém no ideário da solidariedade e cidadania. Amplia seu fôlego na defesa ao uso de máscaras, distanciamento físico, organização da

rede de atenção à saúde e garantia de condições econômicas para que mais vidas sejam poupadas e não se percam pela necessidade de salvar o sustento cotidiano.

Precisamos iniciar imediatamente a imunização da população brasileira. Mesmo que o início se dê a partir dos grupos prioritários, toda a população será beneficiada na medida em que se construirá uma imunidade indireta para todos, reduzindo a quantidade de pessoas que adoecerão e que deixarão de transmitir o vírus.

Vacina. Essa é a aposta da ciência para combater a epidemia do século.

**Quem ama vacina. Abrace essa ideia!!!!**

São Paulo, 18 de janeiro de 2021



MANIFESTO DO ATO VI DO  
DIREITOS JÁ!  
FÓRUM PELA DEMOCRACIA

APROVAÇÃO DO AUXÍLIO EMERGENCIAL JÁ!  
*OS QUADROS SOCIOECONÔMICO E DE SAÚDE  
SÃO GRAVÍSSIMOS*

Antes da crise atual da Covid-19 a economia brasileira já sofria com tendência à estagnação, alto desemprego, desigualdade em ascensão e baixa produtividade e competitividade. A pandemia agravou esse quadro, jogando a economia brasileira novamente em recessão, o que pode resultar em uma década perdida.

A crise também escancarou as mazelas da desigualdade, atingindo profundamente as populações mais vulneráveis social e economicamente. A taxa de desocupação aumentou de 11,6% da força de trabalho para 14,1% entre os trimestres encerrado em fevereiro de 2020 e o terminado em novembro de 2020. Esta variação representa um aumento de aproximadamente 1,7 milhão de desempregados e atinge a cifra de 14 milhões de desempregados. No mesmo período, 8,1 milhões de trabalhadores perderam suas ocupações e pararam de procurar emprego por força da pandemia. Somado ao aumento do número de desempregados com o êxodo de pessoas da força de trabalho, temos um contingente adicional de quase 10 milhões de brasileiros (as) retirados (as) do mercado de trabalho ao longo desse período.

O Auxílio Emergencial injetou centenas de bilhões de reais na economia brasileira, proporcionando renda para milhões de brasileiros que perderam sua atividade econômica por conta da pandemia. Esta medida,

que foi protagonizada pelo Congresso Nacional, impediu uma elevação mais forte do desemprego e uma queda ainda mais brutal do poder de compra da população, evitando uma tragédia social e amortecendo a queda do nível de atividade econômica ao longo do ano.

O encerramento do auxílio emergencial em dezembro de 2020 certamente provoca efeitos maléficos sobre os indicadores sociais e econômicos. Primeiramente, os 10 milhões de brasileiros vulneráveis, atualmente fora do mercado de trabalho, não terão outra alternativa senão buscar retornar a este mercado, mesmo que em condições mais precárias, expondo-se ao risco de contaminação com uma cepa mais agressiva do vírus. Em segundo lugar, o efeito macroeconômico do encerramento do auxílio emergencial somente agravaria a crise, especialmente se acompanhado do retorno à gestão fiscal anterior ao início da pandemia, ancorada no “teto de gastos” e na “regra de ouro”. Neste caso, gerar-se-ia a maior contração fiscal da história do país, com um efeito devastador sobre a demanda agregada e, por conseguinte, sobre a geração de emprego e renda.

Além da crise de emprego e humanitária, o Brasil se depara no início de 2021 com uma segunda onda de contágios de Sars-Cov-2. Dado o excessivamente lento ritmo de vacinação, é pouco provável que uma parcela significativa da população brasileira esteja imunizada até o final do primeiro semestre de 2021. Para agravar o quadro, a temporada de doenças respiratórias começa em abril/maio, o que deverá aumentar de forma significativa o número diário de mortes pela Covid-19.

Face a esse cenário, torna-se absolutamente necessária a renovação imediata e incondicional do auxílio emergencial. Do contrário, teremos um cenário macabro: o aumento exponencial do número de mortes combinado com aumento exponencial da miséria e da fome. Trata-se de um cenário de “terra arrasada”, compatível com o vivenciado pelos países europeus durante a segunda guerra mundial.

#### A CRISE É HUMANITÁRIA, O AUXÍLIO É EMERGENCIAL

A renovação do auxílio emergencial é urgente e fundamental, e não deve ser atrelada a nenhuma condicionalidade. A renovação do auxílio

emergencial, por tratar-se de uma resposta a uma crise humanitária sem precedentes, similar a uma situação de guerra ou catástrofe natural, não pode estar condicionada a quaisquer outras políticas ou debates. A crise é séria, e o auxílio é emergencial. Vidas estão em jogo. A alegada preocupação com a situação fiscal não pode ser utilizada como justificativa. Sequer há motivos técnicos para justificar tais alegações no campo fiscal. De fato, em função da recessão e dos gastos com o auxílio e das demais medidas emergenciais, a dívida bruta do governo geral passou de 74,6% do PIB em janeiro de 2020 para 89,3% do PIB em dezembro do ano passado. Porém, este aumento não é um caso isolado e restrito ao Brasil: é um fenômeno mundial.

Neste momento, é muito mais importante pensarmos em salvar vidas que sanar imediatamente a dívida do setor público. Reiteramos que a situação fiscal brasileira é sustentável e existe “espaço fiscal” para um aumento do investimento público, mesmo porque a evidência empírica disponível mostra que não existe nenhum número mágico para a relação dívida pública/PIB a partir do qual o mercado se recusa a financiar o governo. Vários países, muitos dos quais sem moeda própria, como, por exemplo, a Itália e a Espanha, já ultrapassaram o patamar de 100% de relação dívida pública/PIB e continuam se financiando normalmente com taxas de juros reais muito baixas.

#### NOSSA PROPOSTA

Como regra geral, sugerimos a extensão **IMEDIATA E INCONDICIONAL** do auxílio emergencial com valor compatível com a subsistência das famílias e até a significativa melhoria dos indicadores relativos ao controle da pandemia e à evolução da vacinação.

**VALOR:** Propomos um valor inicial de R\$ 600 (seiscentos reais), por ser esta quantia compatível com o da cesta básica e, portanto, o minimamente necessário à subsistência das famílias.

**PRAZO:** No que concerne o prazo, propomos que este auxílio valha até o final do ano fiscal, ou seja, 31 de dezembro de 2021, podendo ser

renovado caso o índice de transmissão (RT) permaneça acima de 0,9, quando a população trabalhadora, especialmente a mais vulnerável, poderá retornar ao mercado de trabalho com um risco de contaminação significativamente menor. Caso o auxílio venha a ser renovado do prazo ao final deste primeiro período, será fundamental se considerar um valor reajustado que garanta seu objetivo fundamental de permitir a sobrevivência das famílias que o recebem.

**REGRA DE TRANSIÇÃO:** Recomendamos que, uma vez extinto o auxílio, haja uma regra de transição para os meses seguintes. Sugerimos que, nesta transição, o valor do auxílio seja reduzido em R\$ 50 por mês subsequente sempre que o índice RT continue em queda.

**FINANCIAMENTO:** Preferimos que o auxílio emergencial não seja financiado através da venda de títulos públicos ao mercado, para evitar o aumento da dívida pública mantida por agentes privados. Na maioria dos países, o mecanismo utilizado tem sido a venda de títulos pelo Tesouro ao Banco Central. Se for uma solução politicamente complicada, por requerer mudança constitucional, há alternativas, como a contabilização específica da contribuição dessa despesa para o aumento da dívida pública. Mas reiteramos que a primeira alternativa de financiamento, se passível de ser negociada e votada, seria melhor.

A renovação do auxílio emergencial é urgente, e salvará vidas. Mas, como descrevemos em documento anterior (*Direitos Já!: Sugestão de Agenda Econômica Mínima*), é insuficiente para tirar a economia brasileira do quadro de estagnação vivenciado ao longo da década passada: o Brasil necessita urgentemente de uma agenda alternativa de recuperação econômica.

**Direitos já! Fórum pela Democracia**

São Paulo, 1 de março de 2021

# MANIFESTO DO ATO VII DO DIREITOS JÁ! FÓRUM PELA DEMOCRACIA

## A URGÊNCIA DA CPI DA PANDEMIA

A trágica condução do combate à pandemia do Coronavírus pelo Governo Federal exige uma postura mais clara e incisiva por parte do Congresso Nacional. Ao Parlamento, enquanto exercente da função legislativa, cabe, dentre outras funções precípuas, fiscalizar as ações dos demais poderes. Dentre os diversos instrumentos disponibilizados pela Constituição da República, a comissão parlamentar de inquérito mostra-se não só cabível como atende a um clamor social, impondo-se como um poder-dever. É necessário e urgente investigar o governo Jair Bolsonaro porque há indícios robustos do cometimento de graves crimes contra a população brasileira, como será descrito a seguir.

## O BRASIL EXIGE RESPOSTAS, CPI DA PANDEMIA JÁ!

Uma das modalidades previstas pelo Estatuto de Roma como crime contra a humanidade é o extermínio, que compreende a sujeição intencional a condições de vida inadequadas, tais como a privação do acesso a alimentos ou medicamentos, com vistas a causar a destruição de uma parte da população. Na quadra atual de descontrole da pandemia de Covid-19, significa dizer que o governo federal minimizou intencionalmente a gravidade da situação, desprezando a realidade dos fatos desde

o início, quando um vírus de alta periculosidade foi tratado como uma “gripezinha” pelo presidente da República. Os atos relacionados nesse documento, mais que indícios, são passíveis de comprovação por meio de provas cabais da intencionalidade de uma ação política de morte, por inação e omissão, quando não por intenção genocida.

1. A insistência no “tratamento precoce” com medicamentos como a cloroquina e a ivermectina, cuja eficácia terapêutica no trato da Covid-19 foi refutada pela comunidade científica. O governo federal ofereceu conscientemente aos cidadãos falsa promessa de salvação. A crença na profilaxia retardou a busca por atendimento médico, reduzindo a chances de sobrevivência dos doentes.

2. O próprio presidente, repetida, insistente e intencionalmente, desrespeitou regras sanitárias de estados e municípios, provocando aglomerações sem sequer utilizar máscara de proteção facial.

3. O governo federal deixou de aplicar recursos para assegurar medicamentos e insumos que são, de fato, imprescindíveis ao combate da doença. Deixou faltar oxigênio nos hospitais de Manaus no auge da contaminação pela segunda onda; cancelou a compra de medicamentos para kit intubação pelo Ministério da Saúde em agosto de 2020, ignorando seguidos alertas do Conselho Nacional de Saúde, do Conselho Nacional de Secretários de Saúde e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde.

4. Manteve no ministério por tempo demasiado o general Eduardo Pazuello, que se mostrou completamente inepto, inclusive na logística de distribuição de insumos, medicamentos e vacinas.

5. O governo federal insistiu no “kit covid”, sem comprovação de eficácia contra o Coronavírus, e divulgou ao público amplo, sem supervisão médica, o aplicativo TrateCov, que receitava medicamentos do “kit covid” até para animais de estimação.

6. A despeito da ampla expertise do SUS em sucessivas campanhas, a vacinação contra a Covid no Brasil é tímida e inferior à demanda. Fato que se deve unicamente à falta de planejamento e de iniciativa do governo federal.

7. O presidente da República comportou-se como inimigo da aprovação do imunizante Coronavac, do Butantan/Sinovac, chegando a celebrar

“mais uma que Jair Bolsonaro ganha” quando um voluntário em teste cometeu suicídio.

8. O governo de Jair Bolsonaro preteriu, em ao menos três oportunidades, a aquisição de 70 milhões de doses da vacina do consórcio Pfizer-Biontec, conforme documentado pelos executivos das empresas.

9. Recusou a negociação do imunizante russo Sputnik V para atender a pressões do então presidente Donald Trump, atuando em defesa de interesses comerciais dos Estados Unidos.

10. Sem planejamento, o Brasil passou ao fim da fila, habilitando-se a receber a quantidade de doses necessárias de vacinas apenas no segundo semestre, expondo a população à doença e à morte por mais um ano.

11. O presidente Bolsonaro propagou notícias falsas sobre as vacinas, levantando dúvidas sobre a eficácia e disseminando o medo sobre supostos efeitos colaterais jamais comprovados, reforçando o movimento antivacina.

12. O governo federal obstaculizou a aprovação do auxílio emergencial, que na primeira etapa foi imposto pelo Congresso Nacional em valor compatível com a mínima dignidade humana, 600 reais. Neste 2021, no que pese o inequívoco robustecimento da pandemia, atrasa a retomada do auxílio emergencial e diminui seu valor em mais de 70%, soma incapaz de oferecer à população condições mínimas de sobrevivência, sabotando a urgente necessidade nacional pelo isolamento.

13. Urge investigar por meio da CPI da Pandemia se a altíssima mortalidade e as enormes taxas de transmissibilidade do coronavírus no Brasil não são, para além da incapacidade de gestão (o que por si já justifica a CPI), uma intenção deliberada de atentar contra a vida dos brasileiros, sobretudo aqueles mais vulneráveis à doença: pobres, negras, indígenas, quilombolas e moradores de periferias.

14. O presidente Bolsonaro atentou reiteradamente contra o pacto federativo, promovendo conflitos e agressões institucionais a um pilar da república. Produziu na Secom, estrutura oficial, notícia falsa sobre repasses de recursos aos entes federados no intuito de deslegitimar as medidas de isolamento dos governadores. Contingenciou recursos da gestão tripartite do SUS levando ao fechamento de UTIs. Difundiu interpretação enviesada da decisão do Supremo Tribunal Federal para

afastar a própria responsabilidade na coordenação nacional no combate à pandemia.

15. O governo federal tentou esconder da população a gravidade da pandemia omitindo dados. Coube ao consórcio da imprensa apurar o número de óbitos de modo autônomo.

16. A administração Bolsonaro sabotou, em ações legislativas e de propaganda, tentativas de isolamento indicadas por autoridades sanitárias mundiais e tomadas por governantes locais.

Farto é, portanto, o elenco de possíveis crimes, omissões, ingerências, desgovernos e mesmo traições do interesse nacional a se investigar na condução da pandemia. O Congresso Nacional precisa cumprir sua missão constitucional e moral de esmiuçar cada suspeita, indício e denúncia, dando uma resposta contundente aos brasileiros que tristemente choram os seus mortos e apontando para um caminho que leve a nação ao efetivo combate a esta pandemia.

A sociedade exige uma detalhada e profunda investigação e o Direitos Já! Fórum pela Democracia vocaliza esse sentimento legítimo.

**CPI DA PANDEMIA JÁ!**

26 de março de 2021

MANIFESTO DO ATO  
VIII E TAMBÉM II ATO  
INTERNACIONAL DO DIREITOS  
JÁ! FÓRUM PELA DEMOCRACIA

EM VIGÍLIA PELA DEMOCRACIA  
BRASILEIRA

Não há meias palavras para relatar o que ocorre hoje no Brasil: a democracia está sob ataque e risco. Uma situação que impõe constante vigilância e iniciativas concretas e vigorosas para preservar este que, embora sob grave ameaça, é o mais longo período de liberdade política na conturbada história do país.

Não há mais tempo pra tergiversar: faz-se imprescindível que a sociedade se una e erga-se para preservar sua liberdade. Uma condição suprema conquistada a duras penas nas intrincadas – e não raro sangrentas – lutas da cidadania em confronto com os históricos episódios de autoritarismo e que ora voltam a nos assombrar.

Não há saída possível que não a interrupção definitiva desse ciclo autoritário e o momento atual é gravíssimo e crucial. Grave porque a artilharia contra a democracia e as instituições democráticas no Brasil parte de quem deveria defendê-la, do governo central, do presidente Jair Messias Bolsonaro, e de seu gabinete ministerial. Nevralgico, porque não há mais sutilezas: o fascismo foi assumido como projeto.

Há, sim, no entanto, uma resistência que se intensifica. Na sociedade, nas ruas, no Parlamento, nas instituições, nas empresas, na liderança

política democrática em todo espectro. A essa resistência se soma hoje e sempre o Direitos Já! Fórum pela Democracia com a convocação de seu II Ato Internacional, numa poderosa Vigília pela Democracia Brasileira, com a adesão de personalidades de todo o mundo.

O Brasil, como Hungria, Polônia e mais países, precisa urgentemente do olhar vigilante dos democratas do planeta. Porque o roteiro da escalada autoritária segue um projeto global e urge uma aliança internacional em seu combate. É um script conhecido, já testado, que resultou na investida à democracia norte-americana com a invasão ao Capitólio.

Bolsonaro, como Trump, se arma da manipulação de parcela considerável da população. Propaga com método e profissionalismo notícias falsas para tentar deslegitimar o sistema eleitoral brasileiro, reconhecido como um dos mais eficientes e transparentes do planeta. Insufla cidadãos contra a autoridade eleitoral e a Suprema Corte, incorpora um discurso conspiracionista contra adversários políticos e nações historicamente aliadas que repudiam suas táticas.

O mundo deve compreender os graves retrocessos que o Brasil percebe sob Bolsonaro para além da ameaça autoritária. O combate à pandemia é feito em bases anticientíficas, minimizando a gravidade da propagação do vírus, sabotando medidas de isolamento, desestimulando o uso de máscaras e negando a essencialidade e a urgência das vacinas.

Insufla as Forças Armadas a assumir papel de poder moderador em constante, acintosa e inaceitável ameaça à Constituição. Bolsonaro corrói os avanços do sistema de democracia participativa ao extinguir e restringir a participação popular nos conselhos temáticos e ministeriais.

A destruição do meio ambiente tornou-se política de estado. A legislação ambiental brasileira, antes a mais avançada, retrocede velozmente; o aparato fiscalizatório e repressor é precarizado e desautorizado. Servidores públicos que se insurgem contra os retrocessos são perseguidos, afastados e exonerados de suas funções.

Os indicadores sociais mostram um veloz agravamento da miséria. A fome está de volta. Há quase 20 milhões de pessoas sem alimento. A extrema pobreza quase triplicou e já alcança 13% da população. A inflação está próxima ao ponto de descontrole, a concentração de renda se intensifica e o desemprego supera 14% da força de trabalho. Perdemos o

sentimento de esperança. Precisamos retomar energia e dominar nosso destino.

A ciência e a cultura sofrem um processo de desinvestimento como jamais visto. As pesquisas estão interrompidas e o patrimônio cultural se incendeia. Há um desmonte em marcha do setor público federal. São desarticulados os programas de financiamento, os processos de fomento e os elementos de desenvolvimento.

As relações internacionais se baseiam na agressão e no desrespeito aos povos amigos e sua autonomia. A política externa brasileira, que construiu uma nação admirada por todos pela diretriz conciliatória, degenerou para parir um pária. Atacam nossos melhores parceiros comerciais e se alinham com outros dirigentes com vieses autoritários.

Para nossa vergonha, o governo Bolsonaro afronta direitos das minorias étnicas, das populações indígenas, os direitos humanos, a liberdade religiosa, a laicidade e a autonomia sexual dos indivíduos. Agride sistematicamente e criminaliza a imprensa em prejuízo da liberdade de expressão. Inacreditavelmente, escancara seu DNA fascista ao confraternizar com grupos extremistas e nazistas execrados internacionalmente.

Passou da hora do BASTA!

Nesse intento, a Vigília Direitos Já! pela democracia no Brasil convida uma aliança mundial com os democratas brasileiros para observar e garantir a realização de eleições livres.

Os que assinam este manifesto estabelecem a partir de agora um compromisso permanente com a democracia no Brasil. Aliança que se consagra nos dias 15, 18 e 19 de setembro durante o II Ato Internacional do Direitos Já! e que se estenderá até a posse do presidente eleito pela vontade da maioria da população brasileira.

**Direitos Já! Fórum pela Democracia**

São Paulo, 15 de setembro de 2021



# MANIFESTO DO ATO IX DO DIREITOS JÁ! FÓRUM PELA DEMOCRACIA

## CARTA DO RIO DE JANEIRO

### EM DEFESA DA JUSTIÇA ELEITORAL E DA NÃO-VIOLÊNCIA

O **Direitos Já! Fórum pela Democracia**, reunido em seu IX Ato na Capital Fluminense, conclama a necessidade urgente de defendermos a Justiça Eleitoral Brasileira. No momento atual é preciso estarmos vigilantes para coibir, nos termos da lei, os atos de violência que ameaçam a paz na disputa eleitoral e o sagrado direito democrático dos cidadãos escolherem livremente quem deve governá-los.

O presidente Bolsonaro e os seus apoiadores fazem ostensivamente uma contestação prévia da eleição, indicando que não aceitarão uma eventual derrota nas urnas. A estratégia busca desacreditar o sistema eleitoral e criar ambiente propício à conflagração armada da disputa, em prejuízo da paz social, da lisura do processo eleitoral, da independência das instituições e do bom funcionamento do sistema democrático.

Não bastasse contestar a eficiência do sistema eleitoral brasileiro, sabidamente entre os mais sólidos e respeitados do mundo, Bolsonaro ainda estimula cotidianamente atos de violência política. O atual presidente invoca seguidamente a liberação de armas na mesma medida em que desacredita as urnas. O caos que se pretende instalar tem por objetivo desacreditar as eleições e arrastar a sociedade à violência, em movimento semelhante ao observado em outros países.

Diante destas ameaças, é imprescindível que as forças democráticas estejam unidas e levantem suas vozes ao máximo para que não prospere essa estratégia do autoritarismo. A situação demanda uma reação enérgica das autoridades policiais, eleitorais e judiciárias contra os estímulos de conflagração da violência que já começa a transpor o campo da política para literalmente alcançar a vida e a segurança das pessoas.

Em vista desses riscos, o **\*Direitos Já!\*** expressa enfaticamente o seu apoio e o seu aplauso aos ministros do TSE e do STF, cujos importantes esforços para preservar os pressupostos e os valores democráticos que devem orientar a lisura das disputas eleitorais estão sob ameaça.

Foi-se o tempo de tão-somente observar! Os democratas precisam agir!

Bolsonaro ameaça os limites da harmonia institucional e transpõe a linha da democracia. Cabe-nos mobilizar e unir o povo em torno de seus direitos fundamentais e dos meios de se enfrentar democraticamente as intenções despóticas. A fonte do poder na democracia é a soberania popular e daí deve emanar a convocação inquestionável dos poderes da República para que atuem para preservar com o rigor necessário os imperativos da Carta Constitucional.

**\*Direitos Já! Fórum pela Democracia\***

Rio de Janeiro, 1º de agosto de 2022

# MANIFESTO DO ATO X DO DIREITOS JÁ! FÓRUM PELA DEMOCRACIA

CARTA DE SÃO PAULO

“PELA DEMOCRACIA, ESTAMOS COM LULA”

Nestes últimos 4 anos, o Brasil viveu e vive um de seus momentos históricos e políticos de maior ebulição, com ataques coordenados e sistemáticos à democracia. São ações, falas e articulações por parte do atual ocupante do Palácio do Planalto que colocam em risco o Estado Democrático de Direito e as liberdades políticas e individuais em nosso país.

O **Direitos Já! Fórum pela Democracia** vem lutando incansavelmente nesse período para que os valores democráticos de nossa sociedade não sejam manchados e os direitos, conquistados com muita luta e muito sangue, não sejam expropriados. Uma luta feita sempre com diálogo e convergência entre todas as forças do campo democrático que se opõem ao governo autoritário, retrógrado e antidemocrático que está aí.

Preparamo-nos muito para essa eleição de 2022, fomentando na sociedade brasileira a mobilização em torno de ideias e pautas democráticas que se contrapõem a esta atmosfera de violência política incitada pelo atual presidente e seus apoiadores. O **Direitos Já!** absorveu em suas fileiras todos e todas que, independente de sua escolha presidencial, estavam dispostos a derrotar o atual governo.

Essa união histórica e ampla não foi fácil e nem simples, mas a maturidade política do movimento e a valorosa contribuição de todos na construção de candidaturas democráticas foi vitoriosa; conseguimos chegar a este momento com muita força e com a certeza histórica de que cumprimos com o nosso papel fundamental para, com ideias e projetos, enfrentar o terror político que nos assombra.

O campo democrático nunca se absteve da luta por eleições livres e soberanas, apoiando o sistema eleitoral e todos aqueles que se levantaram para enfrentar o jugo da tirania bolsonarista. Mas agora, a situação aparece de forma mais clara e definitiva; é chegado o momento para que todos e todas que compõem esse campo democrático deixem de lado as eventuais divergências e diferenças para que possam, sem exceção, aderir de forma pública, clara e irrestrita à candidatura de Lula Presidente. É Lula a única alternativa democrática ao Brasil nesse momento em que Bolsonaro resiste em seu projeto autoritário.

Neste ato, esta frente ampla de democratas convoca o povo brasileiro para que empunhe a bandeira da liberdade, ocupe todos os espaços de convívio, das ruas ao ambiente de trabalho, para que Lula e a Democracia brasileira tenham uma consagradora vitória no segundo turno.

O momento de dar um basta é agora! O Brasil não aguenta mais tanto ódio e violência, desmandos; pessoas passando fome, outras mortas pela irresponsabilidade, descaso e corrupção do atual governo. O meio ambiente atacado sem trégua, a cultura em total desmonte, a Educação e a Saúde inteiramente desprezadas.

Esse é um dos momentos mais importantes da nossa República e nos colocamos na linha de frente deste processo de segundo turno chamando todos e todas que apoiaram Ciro Gomes, Simone Tebet, outros candidatos e até mesmo aqueles que porventura anularam ou deixaram em branco seus votos no primeiro turno para que se unam nessa reta final de reconquista da nossa democracia e da nossa condição de país livre!

Todos aqui neste momento se tornam um só organismo de luta. Não é o momento de diferenças e sim de convergências. O Brasil precisa que todos nós, democratas, saíamos às ruas pedindo votos para Lula Presidente. Essa é a nossa responsabilidade para com o país e um momento histórico de demonstração de união e de força.

Pela democracia, neste segundo turno, estamos em frente ampla com Lula Presidente.

Viva a democracia! Viva o Brasil!

## Direitos Já! Fórum pela Democracia

Brasil, 6 de outubro de 2022



X ATO realizado na Casa de Portugal em São Paulo





# COMPOSIÇÃO DO DIREITOS JÁ! FÓRUM PELA DEMOCRACIA\*

**Coordenação-Geral:** Fernando Guimarães Rodrigues

**Secretaria:** Maria Kika Oliveira (primeira secretária); Patrícia Mannaro (segunda secretária); Thiago Ribeiro, Iderlânio do Carmo, Douglas Gomes, Fábio Gomes, Iderlânio do Carmo, Graziela Costa (ex-primeiros secretários); Cristiane Oshima, Rodrigo Viana, Glaucio Franca, Sandro Couto, Pedro Bardini, Vivian Melo, Anelise Alves (ex-segundos secretários).



Equipe de trabalho do I Ato

---

\* Composição atualizada em 2023



Coordenação do II Ato Internacional



Convidados e Coordenadores do DJ no IX Ato

**Coordenação de Articulação Política:** Marcos Faria (coordenador); Amanda Sobreira (adjunta); Ricardo Scog e Iderlânio do Carmo (ex-coordenadores); Antônio do Celso Albuquerque e Marcos Rehder Batista (ex-adjuntos).

**Coordenação de Articulação da Sociedade Civil:** Camila Tápia (coordenadora); Mayrla Silva (adjunta); Murilo Muraah e Osvaldo Lemos (ex-coordenadores); Grace Carreira (ex-adjunta).

**Coordenação de Assuntos Jurídicos:** Luiz Philipe de Oliveira (coordenador); Graziela Costa (adjunta); Luiz David Costa Faria e Renan Longuinho (ex-coordenadores); Grazielle Rodrigues (ex-adjunta).

**Coordenação de Comunicação:** Lorena Alves (coordenadora); Alexandre Martins (adjunto e ex-coordenador); Alexandre Martins, Ana Krauss e Marisa Mello (ex-coordenadores); Fábio Behrend (ex-adjunto).

**Coordenação de Planejamento e Eventos:** Douglas Gomes (coordenador); Fernando Mazzarolo (adjunto); Antonio Celso de Albuquerque, Alex Lopes, José Renato Melhem (ex-coordenadores de Planejamento); Vângela Velozo, Mariana Resende, Wagner Pires, Tetê Braga, Luciano Di Mario e Grace Carreira (ex-coordenadores de Eventos), Gualb Gouvêia, Eida Azevedo, Maria Luiza Rocha, Tiago Toledo, Ane Sollar, Ale Garcia (ex-adjuntos de Planejamento); Vitor Imafuku e Cacau Braga (ex-adjuntos de Eventos).

**Coordenação de Formação:** Thomaz Campos (Coordenador); Marcos Rehder (adjunto); Camila Holpert e Mariana Lacerda (ex-coordenadoras); Rodrigo Barboza (ex-adjunto).

**Coordenação de Formulação:** Murilo Muraah (coordenador); Juliana Fratini (adjunta); Wagner Gui Tronolone, Paulo Henrique Pereira e Realle Palazzo-Martini (ex-coordenadores), Anderson Oliveira, Caio Neri, Ronaldo Bianchi, Daniel Brito e Thomaz Campos (ex-adjuntos).

**Coordenação de Participação:** Diego Andrade (coordenador); Adriana Sávio (adjunta); Juliana Calderón, Marcos Faria e Fábio Behrend (ex-coordenadores de Moderação); Maria Elisa David e Paula Marcondes (ex-coordenadoras de Voluntariado); Ana Lygia Bardini e Vania Cardim (ex-adjuntas de Moderação); Rodrigo Viana e Eclair Pires (ex-adjuntos de Voluntariado).

**Coordenação de Relações Internacionais:** Ricardo Scog (coordenador); José Renato Melhem (adjunto); Leonardo Silvério, Denise Relvas, Fernando Mazzarolo e Pedro Sardinha (ex-coordenadores); Daniel Rúbio, Maria Beatriz Garcia Russo, Fernanda Barletta, Iago Montalvão e Gandhi Allasio (ex-adjuntos).

**Conselho Político:** Antonio Neto Fernandes dos Santos, Baleia Rossi, Carlos Fernandes, Clóvis Carvalho, Duda Alcântara, Eliseu Gabriel, Erika Kokay, Fernanda Melchionna, Fernando Guimarães, José Aníbal, Junior Bozzella, Marcio França, Nabil Bonduki, Ramalho da Construção, Raul Henry, Ricardo Calciolari, Ricardo Patah, Ricardo Pisani, Rodrigo Carvalho, Soninha Francine e Walter Sorrentino

# COLABORADORES DO DIREITOS JÁ! FÓRUM PELA DEMOCRACIA

Abdul Jarour, Acilino Ribeiro, Adhemar Fernandes, Adilson Araújo, Adna Santos, Adolfo Pérez Esquivel, Adolpho Konder, Adriana de Nanã, Adriana Palheta, Adriana Ramalho, Adriana Toledo, Adriana Vasconcelos, Adriano Massuda, Afonso Moreira Junior, Ailton Graça, Airton Amaral, Akira Homma, Aladilce Souza, Alberto Chebabo, Alberto Goldman (*in memoriam*), Alcione Mazzeo, Aldo Arantes, Aldo Rebelo, Ale Garcia, Alessandro Molon, Alessandro Rodrigues, Alex Lopes, Alexandra Espírito Santo, Alexandra Segantim, Alexandre D'Atri, Alexandre Ifatolá, Alexandre Leone, Alexandre Machado, Alexandre Millani, Alexandre Navarro, Alexandre Padilha, Alexey Dodsworth, Alfredo Correia, Alfredo Fuentes, Alice Portugal, Aliel Machado, Aline Torres, Allen Habert, Almir Surui, Aloízio Mercadante, Aloysio Nunes, Álvaro Egea, Amanda Sobreira, Américo Sampaio, Ana Amélia Camargo, Ana Beatriz Prudente, Ana de Hollanda, Ana Krauss, Ana Laura Gomes, Ana Lucia Torre, Ana Lygia Bardini, Ana Mesquita, Ana Moser, Ana Petta, Ana Sharp, Ana Terra, Anderson Cruz, Anderson José Dias,

Live  
“Democracia  
brasileira em  
debate”





Live “A defesa da democracia e das instituições”

Anderson Oliveira, André Figueiredo, André Franco Montoro Filho, André Iki Siqueira, André Janones, André Laudanna, Andrea Matarazzo, Ane Sollar, Anelise Alves, Angela Santos, Anie Trizzi, Anna Serrano, Antero Pereira, Antonia Cleide Alves, Antonio Anastasia, Antonio Celso Albuquerque Filho, Antonio de Sousa Ramalho, Antonio Freitas, Antônio Funari Filho, Antonio Neto, Aquiles Reis, Ariadna Arantes, Ariana Garcia, Ariel Castro, Ariovaldo Ramos, Arlindo Felipe Junior, Armando Monteiro, Arnaldo Jardim, Arnóbio Rocha, Arthur Virgilio, Ayres Britto, Baleia Rossi, Bárbara Bruno, Barbara Thomaz, Barjas Negri, Bazileu Margarido, Belisário dos Santos Junior, Benedita da Silva, Bernardo Tanis, Bete Coelho, Beth Goulart, Beto Albuquerque, Bia Abramo, Boaventura de Sousa Santos, Boris Fausto, Branco Mello, Bruna Brelaz, Bruno Araújo, Cacau Braga, Caio Fábio, Caio França, Caio Neri, Caio Yuji, Camila Holpert, Camila Possolo, Camilo Capiberibe, Camilo

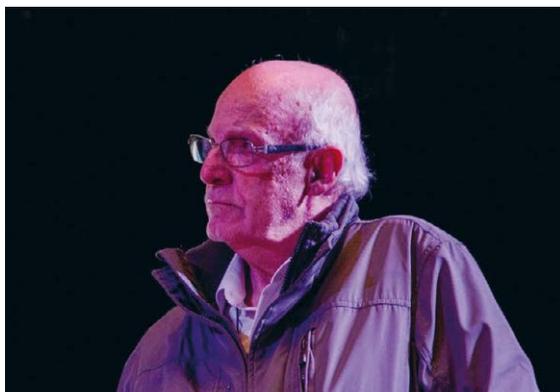


Live “O futuro da educação em debate”



Deputada federal  
Fernanda Melchionna

Santana, Camilo Toscano, Campos Machado, Carina Vitral, Carla Domingues, Carlos Eduardo Santos, Carlos Fernandes, Carlos Ferreira, Carlos Giannazi, Carlos Ibrahim, Carlos José Caramelo, Carlos Lula, Carlos Lupi, Carlos Moura, Carlos Siqueira, Carlos Trindade, Carlos Zaratini, Carmem Lúcia, Carmen Faccioli, Carol Proner, Carolina Kotscho, Carolini Gonçalves, Cássio Rodrigo, Cássio Scapin, Cecília Mello, Cecilia Turatti, Celino Turino, Celio Turino, Celso Bandeira de Melo, Cesar Lacerda, Cesar Maia, Charles McNaughton, Chico Alencar, Chico César, Chico Paiva, Chirley Pankará, Ciro Gomes, Cissa Guimarães, Cissa Rodrigues, Claire Digonn, Claudia Abreu, Cláudio Couto, Claudio Goldman, Claudio Luiz Lottenberg, Cléo de Paris, Clóvis Carvalho, Conceição Cassano, Cris Monteiro, Cris Oshima, Cristovam Buarque, Daniel Annenberg, Daniel Brito, Daniel Cara, Daniel Rúbio, Daniele Peres, Danielle Rosa, Danilo Araújo, Danilo Pássaro, Dante Souza, David Miranda, Denise Relvas, Derson Maia, Diego Andrade, Diego Montoni, Dimas Covas, Dimitri Sales, Diógenes Lucca, Djamila Ribeiro, Dom Claudio Hummes (*in memoriam*), Dom Odilo Scherer, Dom Walmor Oliveira de Azevedo, Douglas Belchior, Douglas Gomes, Drauzio Varella, Duda Alcântara, Eclair Souza, Edinho Silva, Edison Fernandes, Edmur Mesquita (*in memoriam*), Edsom Ortega, Edson França, Edson Pinto, Eduardo Barata, Eduardo Barbosa, Eduardo da Silva, Eduardo Jorge, Eduardo Leite, Eduardo Machado, Eduardo Moreira, Eduardo Paes, Eduardo Portela, Eduardo Ribeiro, Eduardo Santana, Eduardo Suplicy, Egberto Magno, Eida Azevedo, Elena Landau, Eliana Bucci, Eliana Piola, Elias Gomes, Elisa Lucinda, Eliseu Gabriel, Eliseu Neto, Elizeu Soares, Eliziane Gama, Elza Marques, Emerson



Padre Julio Lancellotti

Kapaz, Emiliano Queiroz, Enéas Santos, Erika Hilton, Erika Kokay, Erika Sampaio, Ernesto Samper, Esperanza Martinez, Esteban Paulón, Estevão Silva, Eunice Prudente, Eva Blay, Fabiana Guimarães Rodrigues, Fabiano Contarato, Fabiano dos Santos, Fabio Behrend, Fabio D’Urso, Fabio Feldmann, Fabio Godoy, Fábio Gomes, Fabio Lima, Fabio Penna, Fábio Porchat, Fábio Trad, Fabrício Cobra, Fabrício Noronha, Fausto Augusto Junior, Felipe Fagioni, Felipe Neto, Felipe Salto, Felipe Santa Cruz, Fernanda Barletta, Fernanda Hyra, Fernanda Machado, Fernanda Melchionna, Fernanda Montenegro, Fernanda Saboia, Fernanda Sobral, Fernanda Vallim, Fernando Abrucio, Fernando Chucre, Fernando Gabeira, Fernando Guimarães, Fernando Haddad, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Mazarolo, Fernando Pigatto, Filipa Bastos, Flávia



Deputado federal  
Júnior Bozzella

Calé, Flavia Piovesan, Flávio Dino, Florestan Fernandes Junior, Floriano Pesaro, Francisco Eduardo Pereira Filho, Francisco Jara, Francisco Santana Junior, Francisco Wefort (*in memoriam*), Françoise Forton (*in memoriam*), Frei David, Fulvio Stefanini, Gabriel Cassiano, Gabriel Fernando Sousa, Gabriel Rodrigues, Gandhi Allasio, Geisel Affonso, George Mavrikos, Gerald Häfner, Geraldo Alckmin, Gerardo Rolon Pose (*in memoriam*), Gilberto Gil, Gilberto Kassab, Gilberto Natalini, Gilmar Mauro, Gilmar Viana, Gilseone Cosenza, Giuseppe Michelino, Glaucia Morelli, Glaucio Franca, Gleisi Hoffmann, Glenn Greenwald, Gonzalo Vecina, Grace Carreira, Graziela Costa, Grazielle Rodrigues, Gualb Gouvêia, Guilherme Abramo, Guilherme Amorim, Guilherme Boulos, Guilherme Mello, Gulnar Azevedo, Gustavo Fruet, Gustavo Gomes, Gustavo Petta, Gustavo Ungaro, Haroldo Tani, Heishin Sensei, Helena Magon, Helena Petta, Heloisa Alves, Heloísa Helena, Henning Rautenfeld, Henrique Mello, Herson Capri, Hildegard Angel, Hubert Alquères, Iago Montalvão, Iderlanio do Carmo, Idernani do Carmo, Ilona Szabó, Íris Zattoni, Isa Penna, Isabel Lousada, Isabel Salgado (*in memoriam*), Ivam Cabral, Ivan Lins, Ivo Patarra, Jade Beatriz, Jair Alias, Jair Alves, Jamil Chade, Jamir Nogueira, Jana Wadeiton, Janaína Deitos, Jandira Feghali, Jarbas Barbosa, Joanna Maranhão, João Amoedo, João Campos, João Domingos dos Santos, João Francisco Paiva Avelino, João Paulo Cunha, João Signorelli, Joel Idio dos Passos, Joênia Wapichana, Jonathan Ferreira, Jonathan Vicente, Jonathas Joba, José Álvaro Moisés, José Aníbal, José Calixto Ramos, José Carlos Dias, José Dirceu, José Gomes Temporão, José Gregori, José Guimarães, José Gustavo Barbosa, José Luís Loureiro, José Luis Oreiro, José Luis Rodriguez Zapateiro, José Luiz Albuquerque Filho, José Luiz Penna, José Nelto, José Pólice Neto, José Renato Soibelman Melhem, José Roberto Afonso, José Roberto Aguillar, José Sarney, José Temporão, Juan Andrés Lagos, Juan Castillo, Juca Kfourri, Julia Cruz, Julia Lemmertz, Julia Nogueira, Juliana Calderón, Juliana Fratini, Juliana Leitão, Juliano Medeiros, Julio Lancellotti, Julio Maria Sanguinetti, Júnior Bozzella, Júnior Pinheiro, Kabengele Munanga, Kaká Werá, Karol Cariola, Keila Simpson, Kelly Ortiz, Kiko Rieser, Kiko Zambianchi, Kim Kataguiriri, Laerte Coutinho, Laila Chucre, Laina Crisóstomo, Larissa Santos, Larry Diamond, Laura Cardoso, Lauro Cesar Muniz, Léa Garcia, Leandro Ferreira, Leandro



Urbanista Nabil Bonduki

Lima, Leci Brandão, Leonardo Picciani, Leonardo Sakamoto, Leonardo Silvério, Leonel Maia, Leonel Pérez Friman, Leone, Letícia Bassit, Letícia Tomazella, Levi Araújo, Licínio Cárdenas Junior, Lídice da Mata, Liége Caldeira, Liliana Araújo, Lima Duarte, Livia Lemos, Lívio Giosa, Lorena Alves, Lourdes Sola, Luana Guimarães, Lucas Aly, Lucas Amaral, Lucas Colucio, Lucas Hernandes Iessi, Lucas Padilha, Lucca Gidra, Lucélia Santos, Luciana Santos, Luciana Feldman, Luciana Genro, Luciana Saddi, Luciana Santos, Luciano Bivar, Luciano di Mario, Luciano Huck, Luis Angelo Rodrigues Junior, Luis Felipe D'Avilla, Luís Inácio Lula da Silva, Luis Tibé, Luiz Antonio Medeiros, Luiz Carlos da Costa, Luiz David Faria, Luiz de Medeiros, Luiz Felipe Arbex, Luiz Henrique Mandetta, Luiz Philipe de Oliveira, Luiza Trajano, Luluh Pavarin, Mãe Nívia Luz, Maíte Schneider, Manoel Barbosa, Manoel Domingos, Manoel Narciso, Manuela D'Avilla, Marcela Moraes, Marcelo Burattini, Marcelo Calero, Marcelo Cândido, Marcelo Cassucci, Marcelo Coelho, Marcelo Freixo, Marcelo Ramos, Marcelo Rech, Marcelo Souza,



Deputado federal  
Paulo Teixeira

Marcelo Toyansk, Marcelo Tuyman, Márcia Correia, Marcia Possolo, Márcio França, Márcio Girão, Márcio Jerry, Marco Aurélio de Carvalho, Marco Aurélio Sáfadi, Marcos Azevedo, Marcos Caruso, Marcos Cordeiro, Marcos da Costa, Marcos Faria, Marcos Francischetti, Marcos Nanini, Marcos Palmeira, Marcos Rehder, Marcus Barão, Margarette Pedroso, Mari Stokler, Maria Alice Setúbal, Maria Amália Andery, Maria Aparecida de Laia, Maria Beatriz Russo, Maria Elisa David, Maria Hermínia Tavares, Maria Luiza Rocha, Maria Yvonnete Guimarães Rodrigues, Mariana Gómez del Campo, Mariana Lacerda, Mariana Montoro, Mariana Resende, Mariana Tegon, Marianna Dias, Marieta Severo, Marilda Siqueira, Marília Salomão, Marina Helou, Marina Rodrigues, Marina Silva, Marino Beriguete, Mário Nicácio, Marisa Mello, Marisa Orth, Marta Suplicy, Martha Zapata Galindo, Massimo D’Alema, Mateus Marques Ribeiro, Matheus Machado, Maurício Paroni, Maurício Rosencof, Mauro Morelli, Mauro Sergio Garcia, Mayrla Silva, Michel Hulmann, Michel Schlesinger, Michel Temer, Miguel Falabella, Miguel Torres, Mino Vianello, Miriam Leitão, Moisés Barboza, Monarco, Mônica Benício, Monica de Bolle, Mônica Ferrero, Monica Iozzi, Monica Nader, Mônica Rosemberg, Monica Trigo, Monja Coen, Monja Heishin, Montserrat Ponsa Tarrés, Murilo Muraah, Nabil Bonduki, Nancy Thame, Nando Reis, Natália Almeida, Nelson Botton, Nelson Jobim, Nelson Marconi, Nésio Fernandes, Ney Latorraca, Ney Strozake, Nilce Moretto, Nilson Araújo, Nilton Bicudo, Noam Chomsky, Octávio Costa, Olavo de Queiroz, Omar Aziz, Orlando Silva, Oscar Ulisses, Osmar Santos, Osvaldo Lemos, Oyayemi Shiwa, Padre Paulo Renado de Campos, Park Cannon, Pastor Ziel Machado, Patrícia Campos Mello, Patrícia Manaro, Patrícia Penna, Patrícia Pillar, Paula Lavigne, Paula Marcondes, Paula Miraglia, Paulinho Boca de Cantor, Paulinho da Força, Paulo Betti, Paulo Câmara, Paulo César Pereio, Paulo Gala, Paulo Hartung, Paulo Henrique Pereira, Paulo Lobo, Paulo Lúcio, Paulo Pereira da Silva, Paulo Ramos, Paulo Teixeira, Pedro Gorki, Pedro Henrique Cristo, Pedro Ivo Batista, Pedro Júlio Bardini, Pedro Mattosinhos, Pedro Sardinha, Pedro Serrano, Pedro Toledo, Pedro Urizzi, Pedro Venceslau, Pedro Vormitag, Perpétua Almeida, Persio Arida, Petra Costa, Pierpaolo Bottini, Pollyana Caetano, Preto Zezé, Priscila Cruz, Rafael Bianchi, Rafael Perini, Raí, Ramalho da Construção, Randolfe Rodrigues, Raquel Lucat, Raul Henry,

Raul Jungmann, Raul Veloso, Rayssa Mendes, Realle Palazzo-Martini, Reinaldo Azevedo, Renan Longuinho, Renata Abreu, Renata Oliveira, Renata Sorrah, Renato Aroeira, Renato Casagrande, Renildo Calheiros, Ricardo Abreu, Ricardo Calciolari, Ricardo Campos, Ricardo Cappelli, Ricardo Carvalho (*in memoriam*), Ricardo Galhardo, Ricardo Kenski, Ricardo Lagos, Ricardo Martins, Ricardo Parolin, Ricardo Patah, Ricardo Pisani, Ricardo Scog, Ricardo Sennes, Rita Camata, Robert Goldman, Roberto Cláudio, Roberto Freire, Rodolfo Mondoni, Rodolfo Santos, Rodrigo Arenas, Rodrigo Barboza, Rodrigo Carvalho, Rodrigo Maia, Rodrigo Nascimento, Rodrigo Vianna, Rogério de Castro, Rogério Studart, Romi Bencke, Romildo Campello, Ronaldão, Ronaldo Bianchi, Rosa Anacleto, Rosângela Lyra, Rosângela Oliveira, Rozana Barroso, Rubens Rizek, Rui Costa, Ruth Goldberg, Sâmia Bomfim, Samuel Moreira, Sandra Pereira, Sandro Resende, Sandro Vinícius Couto, Santos Cruz, Scott Mainwaring, Sergio Buarque, Sérgio Fausto, Sergio Graziano, Sérgio Maranhão, Sérgio Nobre, Sergio Storch (*in memoriam*), Sergio Tiezzi, Sergio Wontroba, Sheik Mohamad Al Bukai, Shirley da Silva Souza, Sidnei Ferreira, Silvia Pimentel, Silvio Almeida, Silvio Tendler, Simone Tebet, Simone Vollbrecht, Socorro Gross, Soninha Francine, Stepan Nercessian, Stéphanie Ribeiro, Steven Levitsky, Sueli Carneiro, Supla, Susie Orbach, Suzy Bispo, Tábata Amaral, Tadeu Alencar, Taís Araújo, Taki Cordás, Tarso Genro, Tasso Jereissati, Tatiana Amendola, Telmo Carvalho, Teresa Arapiom, Tereza Nelma, Tetê Braga, Thatá Silva, Thiago Ribeiro, Thomas Rossi, Thomaz Campos, Tia Surica, Tiago Caldas, Tiago Morbach, Tiago Toledo, Tibério Portela, Toni Reis, Ubiraci de Oliveira, Vahid Vahdat, Valéria Chomsky, Vanderlei Luxemburgo, Vanderlei Siraque, Vanessa Santana, Vaneza Oliveira, Vângela Veloso, Vania Cardim, Victor Pagani, Vitor Imafuku, Vivian Melo, Viviane Moura, Wagner Pires, Wagner Tronoloni, Walter Casagrande, Walter Sorrentino, Wanderson Oliveira, Wellington Dias, Wellington Santos, Wenderson Gasparotto, Wesley Diógenes, Weverton Rocha, Wilames Freire Bezerra, Willis Santiago, Xis, Yaneidys Pérez Cruz, Yeda Crusius, Zé Celso Martinez, Zeca Baleiro, Zeca Collares, Zélia Duncan, Zelito Miranda, Zezé Motta e Zezé Polessa.



Fernando Guimarães • Aldo Arantes • Alessandro Molon • Alexandre Padilha • Alice Portugal • Almir Surui • Aloysio Nunes Ferreira • Antônio Funari Filho • Antonio Neto • Ariadna Arantes • Belisário dos Santos Jr. • Bruna Brelaz • Caio Fábio • Carlos Lula • Carlos Siqueira • Ciro Gomes • Cláudio Couto • Cristovam Buarque • Daniel Annenberg • Diógenes Lucca • Eduardo Moreira • Eduardo Paes • Eduardo Suplicy • Elizeu Lopes • Eliziane Gama • Erika Kokay • Eva Blay • Fábio Gomes • Fábio Trad • Fernanda Melchionna • Fernando Gabeira • Flávia Calé • Flávio Dino • Floriano Pesaro • Frei David • Geraldo Alckmin • Glaucia Morelli • Gleisi Hoffmann • Gonzalo Vecina • Grace Carreira • Heloísa Alves • Ilona Szabó • Isa Penna • Isabel Salgado • Ivam Cabral • Jandira Feghali • João Signorelli • José Álvaro Moisés • José Gregori • José Luis Oreiro • José Renato Melhem • Juca Kfoury • Juliano Medeiros • Kaká Werá • Leci Brandão • Leonardo Sakamoto • Lídice da Mata • Luciana Genro • Luciana Saddy • Luciana Santos • Luciano Huck • Luiz Felipe D'Ávila • Luiz Philipe de Oliveira • Luiz Inácio Lula da Silva • Márcio França • Marcos Faria • Marcos Rehder • Mariana Lacerda • Marina Helou • Marina Silva • Marisa Mello • Mauricio Paroni • Miguel Torres • Murilo Muraah • Orlando Silva • Paulo Câmara • Pedro Serrano • Perpétua Almeida • Priscila Cruz • Randolfe Rodrigues • Raul Henry • Realle Palazzo-Martini • Renata Abreu • Renato Casagrande • Ricardo Galhardo • Ricardo Patah • Roberto Cláudio • Roberto Freire • Rogério Studart • Rosa Anacleto • Rozana Barroso • Sérgio Fausto • Simone Tebet • Soninha Francine • Tabata Amaral • Tarso Genro • Tasso Jereissati • Dom Walmor Oliveira de Azevedo • Wellington Dias • Weverton Rocha • Rodrigo de Carvalho



BAIXE GRATUITAMENTE  
ESTE LIVRO EM SEU CELULAR

Encontre este livro gratuitamente em formato  
digital acessando: [livraria.senado.leg.br](http://livraria.senado.leg.br)

SENADO FEDERAL

